



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA**

JOSÉ ANTONIO HERRERA

**DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA E REALIDADE DA
PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA FAMILIAR NA AMAZÔNIA
PARAENSE**

TESE DE DOUTORADO APRESENTADA AO
INSTITUTO DE ECONOMIA DA UNICAMP PARA
OBTENÇÃO DO TÍTULO DE DOUTOR EM
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, NA ÁREA DE
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, ESPAÇO E
MEIO AMBIENTE.

PROF. DR. PEDRO RAMOS – ORIENTADOR

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA
TESE DEFENDIDA POR JOSÉ ANTONIO HERRERA E
ORIENTADA PELO PROF. DR. PEDRO RAMOS.

A handwritten signature in blue ink is written over a horizontal line. The signature is stylized and appears to read "Pedro Ramos".

CAMPINAS, 2012

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR
 Maria Teodora Buoro Albertini – CRB8/2142 –
 CEDOC/INSTITUTO DE ECONOMIA DA UNICAMP

H433d	<p>Herrera, José Antonio, 1979- Desenvolvimento capitalista e realidade da produção agropecuária familiar na Amazônia Paraense / José Antonio Herrera. – Campinas, SP: [s.n.], 2012.</p> <p>Orientador: Pedro Ramos. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia.</p> <p>1. Capitalismo – Amazônia. 2. Desenvolvimento econômico. 3. Agricultura familiar. 4. Recursos naturais. 5. Amazônia – Aspectos sociais. I. Ramos, Pedro. 1953-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.</p> <p>12-009-BIE</p>
-------	---

Informações para Biblioteca Digital

Título em Inglês: Capitalist development and the real facts of the family agricultural production in the State of Pará, Amazon

Palavras-chave em inglês:

Capitalist development - Amazon

Agricultural production

Natural resources

Amazon – Social aspects

Área de Concentração: Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente

Titulação: Doutor em Desenvolvimento Econômico

Banca examinadora:

Pedro Ramos

Humberto Miranda do Nascimento

Fernando Antonio Lourenço

David Ferreira Carvalho

Gutemberg Armando Diniz Guerra

Data da defesa: 15-02-2012

Programa de Pós-Graduação: Desenvolvimento Econômico

Tese de Doutorado

Aluno: JOSÉ ANTONIO HERRERA

**“Desenvolvimento Capitalista e Realidade da Produção
Agropecuária Familiar na Amazônia Paraense”**

Defendida em 15 / 02 / 2012

COMISSÃO JULGADORA



Prof. Dr. Pedro Ramos
Instituto de Economia/UNICAMP



Prof. Dr. Humberto Miranda do Nascimento
Instituto de Economia / UNICAMP



Prof. Dr. Fernando Antonio Lourenço
IFCH / UNICAMP



Prof. Dr. David Ferreira Carvalho
UFPA



Prof. Dr. Gutemberg Armando Diniz Guerra
UFPA

DEDICO

In memoriam a **Antônio Britto** (meu avô) que assim como muitos agricultores, nascido no Nordeste brasileiro, membro de uma família pobre e numerosa se deslocou para o Estado de São Paulo ainda muito novo para se juntar aos imigrantes europeus no trabalho dos cafezais. Em seguida, acompanhando a “economia brasileira” tem que aprender a lida do “gado branco”. Sujeito da pecuarização no interior do Estado de São Paulo torna-se vaqueiro, com muita luta e suor assume a gerência de uma das fazendas dos conglomerados econômicos do ramo automobilístico. Não sendo suficiente o reconhecimento de seu trabalho lhe é designado a função de acompanhar a marcha para a fronteira. Na esperança de adquirir sua própria terra e de dias melhores junto com sua companheira (minha avó) **Maria Aparecida Soares Britto** assume o papel de desbravador em nome do capital, migra para a Amazônia, especificamente para Região da Transamazônica – Xingu. Enquanto ele tinha a função de “comandar os homens” na derrubada da mata, formação de pastos e administrar o gado, ela tinha a responsabilidade dos fazeres da cozinha para garantir a “bóia” dos “peões”. Juntos, apesar de muitas vezes, terem vontade de retornar para suas origens, trabalhavam para adquirir seu próprio “lote”. Quando se encerram os incentivos do governo e o “patrão” deixa de acreditar no lucro fácil e vai embora fica a possibilidade de adquirirem e trabalharem a sua própria terra, e assim se faz, sem apoio e com muitas dificuldades lidam com a terra por longos anos, até o momento em que o corpo cansa e pede para voltar a São Paulo.

Aos meus pais, **Francisco Carlos Herrera** e **Márcia Aparecida Britto Herrera**, que ainda muito jovens, mas já pais. Devido às dificuldades em São Paulo, a força de vontade e o interesse em proporcionar algo melhor para seus filhos, assumem o desafio de embarcar com meus avós nessa viagem para a “terra prometida”. No desconhecido, “firmam os pés” e começam a caminhada de uma nova vida, conseguem trabalhar, estudar e fazer o que se propuseram - formar seus filhos.

A **Ráirys Cravo Herrera**, minha companheira e esposa, que aceitou compartilhar comigo a permanência de morada e que com seu exemplo de mulher, professora, pesquisadora e agora mãe tem estimulado constantemente minha formação e atuação profissional no sentido de compreender a realidade tão diversa em que vivemos.

A **Sophia Cravo Herrera**, minha filha, com apenas cinco meses de vida tem me mostrado cotidianamente a necessidade de resistir e contrapor a temporalidade do capital para constituir o familiar, proporcionando uma sociedade mais alegre e comprometida com seus sujeitos.

A essas pessoas que oportunizaram crescer, viver e permanecer estudando a Amazônia dedico esta tese, resultante da vontade e do esforço de compreender e contribuir com a realidade que elas mesmas ajudaram, fizeram e ainda fazem acontecer - a **Amazônia**.

AGRADECIMENTOS

Agradeço de forma reificada às instituições que possibilitaram minha formação: à Universidade Federal do Pará – UFPA permitindo o afastamento em tempo integral e apostando na qualificação de seus docentes; ao Instituto de Economia – IE da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP por ser o espaço que possibilita pensar de forma crítica o desenvolvimento econômico do nosso país; e à Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior – CAPES pelo apoio dado com o Programa Pro-Doutoral.

Ao meu orientador prof. Dr. Pedro Ramos por ter acreditado e possibilitado a operacionalização do estudo com suas aulas, conversas e orientações que nunca deixaram de ser agradáveis, centradas e estimuladoras para se pensar e agir como cientista. Agradeço também pela atenção, compreensão e amizade constituída durante a orientação.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente pelas incansáveis reflexões que direta ou indiretamente corroboraram para elaboração dessa tese, em especial aos professores Wilson Cano, Carlos Brandão, Fernando Macedo e Claudio Maciel.

Ao professor Humberto Miranda do Nascimento, do Instituto de Economia/UNICAMP e ao professor David Ferreira Carvalho, do Programa de Pós Graduação em Economia da UFPA pelas contribuições destinadas à tese e a minha formação no momento da qualificação.

Aos amigos da Universidade Federal do Pará que incentivaram à elaboração, em especial a José Miranda Neto, Eder Mileno de Paula, José Antônio Marinho e Adolfo Oliveira Neto.

Aos amigos adquiridos durante a estadia em Campinas, em especial a Regis Borges, Marcílio Lucas, Marcos Vínicius, Marcelo Uhiara, Sebastião Cunha, Luciano Mattos e todos os demais que tiveram igual importância durante o doutoramento.

A Lecir Peixoto que estimulou com a orientação de trabalho de conclusão de curso que seguisse no percurso das ciências econômicas.

Aos professores e amigos do Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural – NCADR que contribuíram para formação adquirida, em especial agradeço:

Ao Aquiles Simões pelas conversas dentro e fora de sala de aula que embasaram teoricamente rupturas epistemológicas em minha formação;

Ao William de Assis por inspirar-me a acreditar que o desenvolvimento no espaço agrário pode ser construído com a participação do povo, organizado enquanto movimento social e atuante como sujeitos do processo;

Ao Iran Veiga pelo exercício científico de refletir sobre os processos de interferência junto aos sujeitos do desenvolvimento;

Ao Gutemberg Guerra pela serenidade e capacidade acadêmica que a muitos tem servido como exemplo para trilhar o caminho das ciências sociais. Atuando com esforços múltiplos e leituras de diferentes áreas do conhecimento na compreensão da complexidade amazônica.

A Carla Rocha, além de professora e amiga é grande exemplo de que princípios éticos, morais e compromissados, respeitando a construção do outro nas adversidades amazônicas se faz possível e necessário para transformação social.

A Noemi Porro e a Ione Vieira, e a equipe coordenada por elas, pesquisadores, colaboradores e alunos, por participarem do acompanhamento junto aos produtores agropecuários familiares participantes da pesquisa.

Agradeço ao Benno Porkony pelas conversas e sugestões feitas durante o estudo e formalização desta tese, além é claro por suas publicações que em muito contribuem para as pesquisas na Amazônia.

Aos produtores agropecuários familiares dos municípios de Pacajá, Anapu e Senador José Porfírio que contribuíram para o andamento da pesquisa e sempre estiveram dispostos em nos receberem em suas casas. Em nome dos senhores Ademir Crisóstomo e Luiz da Merenda, agradeço todos os produtores que tornaram possível a realização dessa pesquisa.

Ao casal de amigos Ivana e Paulo Lucas da Silva pelo apoio nos diferentes momentos de conversas sobre o tema de tese com sugestões e orientações destacadas.

Ao casal de amigos Andreany e Michel do Carmo por acreditarem e depositarem confiança de que era possível a construção que me propôs fazer nesta tese.

Ao casal de amigos Stéphanie e Maurício Parry pela amizade, carinho e os momentos de descontração durante o processo de elaboração da tese, não deixando de me lembrar do compromisso acadêmico e das responsabilidades assumidas.

Ao casal de amigos Elizabeth e Alexandre Diniz pelas conversas e ensinamentos. Seus exemplos de determinação serviram de estímulo para conclusão dessa tese.

Ao amigo e estatístico João Ulisses Barata da Silva, ênfase estatístico por ter assumido o compromisso de assessorar na sistematização dos dados para conclusão do estudo.

Ao amigo Fauze Chelala por me ajudar compreender durante as várias idas e vindas aos assentamentos rurais que a teoria de Marx se faz com a leitura concreta da realidade concreta, nunca deixando de ser o por em jogo lutas ideológicas.

A amiga Ermita Serrão que durante todos esses anos nunca deixou de me apoiar, socorrer, ouvir, orientar e estimular que continuasse caminhando, fazendo-se corresponsável por minha educação e formação.

Ao casal de amigos Margareth e Orlando Diniz por todos os momentos desde minha chegada em Altamira, ainda criança, por sempre estarem próximos e até hoje continuarem demonstrando carinho, afeto e apoio para minha caminhada de formação.

Aos meus compadres Guilherme e Juliana e afilhado João Antônio pela compreensão durante a formação. Ao Guilherme Britto, meu tio-irmão, agradeço pela parceira na empreitada por não se omitir em contribuir para consolidação dos resultados que apresento, até porque, parte dos dados tem a base no projeto de pesquisa que coordenou.

Ao casal de irmãos Nelivaldo e Rita, padrinhos de Sophia, agradeço por todos os anos que me apoiaram, fazendo-se presente nos momentos altos e baixos de minha caminhada, pelo estímulo e companheirismo que ajudaram alicerçar minha formação pessoal e profissional. Preciso e quero desdobrar esse agradecimento à família que constituíram, pois Dalmo Gabriel meu sobrinho, nunca se furtou de estar ao meu lado, pescando às margens do rio Xingu ou em frente ao tabuleiro de xadrez para momentos de lazer e cumplicidade.

Ao Nelivaldo Cardoso, professor e mestre em linguística devo o agradecimento pelo comprometimento e dedicação a essa tese, horas afincado de leitura e diálogos para se chegar ao texto apresentado.

A todos os meus familiares que acreditaram ser possível trilhar o caminho, chegando até ao ato de tornar público não um trabalho, mas um texto-tese que expressa a vontade, a dedicação, a seriedade e o compromisso de todos os: Herrera, Britto, Soares e Alevato que contribuíram para que esse feito fosse possível dedicando tempo, carinho, atenção nos momentos que precisei.

Ao Francisco Angelis, meu sobrinho e afilhado, por seu olhar e jeito maroto, apesar de ainda criança, sempre sabendo o que dizer, em meio a tantos adultos em determinados momentos foi ele que proferiu a palavra certa.

A minha irmã Sarah Herrera não é possível registrar em poucas linhas o tamanho do meu agradecimento, desde sempre esteve ao meu lado, do seu jeito peculiar de ser, apoiando, me provocando, me levantando e fazendo conquistar cada passo. Sarah esse momento também é seu.

Aos meus pais, Francisco Carlos Herrera e Márcia Aparecida Britto Herrera, afinal essa história tem um fim porque vocês se propuseram a começá-la, seus ensinamentos, carinhos, atenção e dedicação ajudaram a compor cada palavra no escopo desse texto. Obrigado pelo que proporcionaram em minha vida.

Por fim, a Raírys Cravo Herrera e Sophia Cravo Herrera, mulheres de minha vida eu agradeço por cada segundo de compreensão, pelos momentos de dedicação, ternura, companheirismo, felicidade e afeto que me foram proporcionados durante todo esse período de concentração e tensão. Raírys você é o diferencial para que eu chegasse ao fim dessa jornada com o entusiasmo que comecei. Estar ao seu lado, vivendo e aprendendo cada dia possibilitou a solidez construída nesses anos todos.

A tarefa do pesquisador, se ele não deseja ser acusado de complacência voluntária ou involuntária para com a burguesia, embelezando a situação dos pequenos agricultores arruinados e esmagados, consiste antes de tudo e, sobretudo em definir com precisão os indicadores da ruína, que estão longe de ser simples e uniformes; depois, elucida-los e estimar, na medida do possível, a amplitude de sua propagação e modificação no tempo. Este aspecto particularmente importante da questão é dos que menos atraem a atenção dos economistas burgueses (LÊNIN, 1980: 45).

RESUMO

O atrelamento do Brasil aos países desenvolvidos fez com que suas atividades econômicas fossem mais influenciadas por demandas externas do que pelas necessidades internas. Tal fato contribuiu para participações regionais desiguais. Nesse contexto a Amazônia é integrada à economia nacional de modo que o capital se aproveita das assimetrias das trocas não leais e desiguais para se expandir no território. Esse fenômeno se fez alterando as relações sociais e os meios de produção, estabelecendo mecanismos de geração de lucros facilitados na utilização dos recursos naturais. A exploração dos recursos passam ser mais intensa, degradando o meio ambiente e agravando os problemas sociais. A imposição do capital nas relações estabelecidas apesar de transformar a produção agropecuária familiar, não a eliminou, e essa apresenta distintas formas de produção e diferentes relações sociais. Partindo dessa premissa, buscou-se estudar a integração da Amazônia à economia nacional como resultado da expansão do desenvolvimento capitalista brasileiro, compreendendo como ocorre a interferência do capital no espaço agrário amazônico, principalmente na unidade de diversidade que constitui a produção agropecuária familiar no Sudoeste Paraense. O estudo foi realizado em três municípios que apresentavam diferentes formas de ocupação: Pacajá, área de Colonização Antiga; Anapu, área de PDS – Projeto de Desenvolvimento Sustentável; e Senador José Porfírio, a área de Projeto de Assentamento Convencional do INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Com base na teoria marxista, fez-se o estudo da integração da região à economia nacional, da estruturação do espaço agrário amazônico e principalmente como ocorreu a interferência do capital na realidade vivenciada por cento e cinquenta (150) famílias durante o ciclo agropecuário 2007-2008. Como procedimentos metodológicos foram utilizados parâmetros qualitativos (interpretação da realidade) e quantitativos (análise estatística) para compreender as determinações da atividade produtiva e o desempenho econômico. O fulcro do estudo está em entender como o desenvolvimento capitalista se aproveita das adversidades para se apropriar dos meios de produção no espaço agrário amazônico, compreendendo as diferentes formas de produção que os produtores agropecuários familiares estabelecem para permanecerem em meio às interferências do capital.

Palavras-chave: Desenvolvimento capitalista; Amazônia; produtores agropecuários familiares; relações sociais; recursos naturais.

ABSTRACT

The linkage to the developed economies of Brazil made their economic activities were more influenced by external demands than by internal needs, this fact has contributed to unequal regional participation. In this context the Amazon is integrated into the national economy so that capital takes advantage of the asymmetries of unequal and not loyal exchanges to expand in the territory. This phenomenon was made changing social relations and the means of production, establishing mechanisms for generating easily gains using the natural resources. The exploitation of resources increase, degrading the environment and worsening social problems. Despite the imposition of capital in established relationships have transformed the family farm production, not eliminated it, and this presents different forms of production and different social relations. From this premise, we sought to study the integration of the Amazon to the national economy as a result of the expansion of capitalist development in Brazil, realizing as it does the interference of the capital in an Amazonian agrarian landscape, especially in the unity of diversity that constitutes the family agricultural production in Southwest of the state of Pará. The study was conducted in three counties, with different forms of occupation: Pacajá, Old Colony area; Anapu area PSD - Project for Sustainable Development, and Senador José Porfírio, the area of Conventional Settlement Project NICAR - National Institute of colonization and Agrarian Reform. Based on Marxist theory, it was studied the integration of the region to the national economy, the structure of Amazonian agrarian space and, especially, as was the interference of the capital actually experienced by one hundred fifty (150) households during the 2007-2008 agricultural cycle. In the methodological procedures were used qualitative (interpretation of reality) and quantitative parameters (statistical analysis) to understand the determination of productive activity and economic performance. The focus of the study is to understand how capitalist development takes advantage of adversity to take ownership of the means of agricultural production in the Amazon area, including the different forms of production that provide family farmers to remain amid the interferences of the capital.

Keywords: Capitalist Development, Amazon, family farmers, social relations, natural resources.

SUMÁRIO

RESUMO	xiii
ABSTRACT	xv
Lista de Figuras.....	xix
Lista de Gráficos	xxi
Lista de Tabelas	xxiii
INTRODUÇÃO.....	1
A formulação do Problema	5
Metodologia da Pesquisa.....	6
A estrutura da Tese.....	11
I. (RE)LEITURA DO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA	13
I.1. Da origem às diferentes formas do desenvolvimento capitalista	19
I.2. Desenvolvimento capitalista e heterogeneidade estrutural brasileira	25
I.3. Desenvolvimento capitalista e espaço agrário brasileiro	33
I.4. Produção agropecuária familiar face ao desenvolvimento capitalista	43
II. INTEGRAÇÃO DA AMAZÔNIA À ECONOMIA NACIONAL.....	53
II.1. Amazônia: de região geográfica a território socioeconômico	59
II.2. Tempos e incentivos à apropriação do território amazônico	62
II.3. Mudanças no estado de fronteira na Amazônia	69
II.4. Características da Amazônia integrada.....	78
II.5. O espaço agrário amazônico contemporâneo	97
III. A PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA NA AMAZÔNIA PARAENSE.....	109
III.1. Limites à interpretação da produção agropecuária familiar na Amazônia	109
III.1. Estrutura fundiária: condição histórica na dinâmica recente	121
III.2. Análise das principais produções agropecuárias	125
III.3. Participação dos produtores familiares na produção agropecuária paraense	143
III.4. Possível interpretação para estruturação do espaço agrário paraense	167
IV. DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO DOS PRODUTORES AGROPECUÁRIOS FAMILIARES DO SUDOESTE PARAENSE	175
IV.1. Características gerais dos núcleos familiares	189
IV.2. Aspectos de necessidades básicas para a vida dos produtores familiares.....	199
IV.3. Normatizações e uso da terra nas três formas de ocupações	207

V. UNIDADE DE DIVERSIDADE, AS ESPECIFICIDADES DOS PRODUTORES AGROPECUÁRIOS FAMILIARES NO SUDOESTE PARAENSE.	211
V.1. Análise do rendimento das atividades agropecuárias.....	224
V.2. Importância das atividades agropecuárias nos estabelecimentos familiares	230
V.3. Uso dos recursos naturais nos estabelecimentos agropecuários familiares.....	240
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	249
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	255
APÊNDICE	271
Apêndice A – Imagem do banco de dados para sistematização das informações da tese	273
Apêndice B – Quadro síntese dos produtores agropecuários familiares por categoria do ID-PAF.....	274
Apêndice C – Quadro síntese de descrição dos produtores agropecuários familiares por categoria do ID-PAF	275
ANEXOS	301
Anexo A – Questionário geral.....	303
Anexo B – Questionário trimestral dos estabelecimentos	310
Anexo C - Figura A: Evolução do desmatamento entre os anos 2000 e 2007 na microrregião de Altamira	317
Anexo D - Figura B: Desmatamento no de 2008 no município de Pacajá	318
Anexo F - Figura D: Desmatamento no de 2008 no município de Anapu.....	320

Lista de Figuras

Figura 1 – Mapa de localização dos municípios estudados.	4
Figura 2 – Esquema do padrão de colonização adotado na década de 1979 pelo Incra.	67
Figura 3 – Mapa da Amazônia Legal brasileira.....	79
Figura 4 – Especificidades da Produção Agropecuária Familiar e da Produção Agropecuária Patronal e tendência quanto ao grau de interferência do Capital.	102
Figura 5 – Mapa de localização dos estabelecimentos em relação a rodovia Transamazônica.	179

Lista de Gráficos

Gráfico 1 – Número de pessoas residentes no espaço urbano e rural nos anos de 2000 e 2010.....	87
Gráfico 2 – Pará - Evolução do rebanho (em 1000 cabeças) no período de 1980 a 2009.....	133
Gráfico 3 – Pará – Pessoal ocupado por sexo na produção familiar e patronal no ano de 2006.....	148
Gráfico 4 – Pará – Produção de Arroz por estrato de área em 2006.....	158
Gráfico 5 – Pará – Produção de Mandioca por estrato de área em 2006.....	159
Gráfico 6 – Pará – Produção de Milho por estrato de área em 2006.....	160
Gráfico 7 – Pará – Produção de Soja por estrato de área em 2006.....	162
Gráfico 8 – Pará – Produção de Cana de açúcar por estrato de área em 2006.....	163
Gráfico 9 – Pará – Efetivo de rebanho bovino por estrato de área em 2006.....	166
Gráfico 10 – Pará - Número de estabelecimento e porcentagem de área por Território. ...	172
Gráfico 11 – Tempo de permanência dos produtores nos estabelecimentos por municípios.	178
Gráfico 12 – Distância em Km os estabelecimentos à rodovia Transamazônica (BR 230) ...	180
Gráfico 13 – Formação do Capital Produtivo composto por Estruturas e Equipamentos nos estabelecimentos	182
Gráfico 14 – Condição de ocupação dos produtores: assentado, posseiro ou titulado por município.	184
Gráfico 15 – Formas de aquisição, pelos produtores, dos estabelecimentos por municípios.	185
Gráfico 16 – Participação dos produtores em organizações sociais por municípios.	187
Gráfico 17 – Tempo de participação dos produtores nas organizações sociais dos municípios.....	188
Gráfico 18 – Participação por categoria de gênero como responsável pelo núcleo familiar nas diferentes ocupações (municípios).....	190
Gráfico 19 – Percentual por categoria de gênero na composição familiar nas diferentes ocupações.....	191
Gráfico 20 – Idade dos responsáveis pelos estabelecimentos nas diferentes ocupações (municípios).....	193
Gráfico 21 – Idade mediana dos membros familiares nos estabelecimentos nas diferentes ocupações.....	194

Gráfico 22 – Despesa no ano com gastos familiares nas diferentes ocupações (municípios).	196
Gráfico 23 – Rendas extras utilizadas no ano pelas famílias nas diferentes ocupações (municípios).....	197
Gráfico 24 – Material de construção das casas de morada das famílias nas diferentes ocupações (município).	203
Gráfico 25 – Percentual de estabelecimentos de casas que possuem energia elétrica.....	204
Gráfico 26 – Tipo de abastecimento de água nas casas de morada dos estabelecimentos.....	205
Gráfico 27 – Percentual de produtores que possuem casa fora dos estabelecimentos agropecuários.....	206
Gráfico 28 – Percentual de produtores por faixa do ID-PAF e categoria de produção agropecuária familiar.	220
Gráfico 29 – Rendimento Agropecuário médio por faixa do ID-PAF.....	226
Gráfico 30 – Principais atividades agropecuárias por faixa do ID-PAF.....	231
Gráfico 31 – Distribuição espacial, correspondências entre faixas de produtores e o PB cultivo.....	233
Gráfico 32 – Distribuição espacial, correspondências entre faixas de produtores e o PB pequenas criações.	236
Gráfico 33 – Número de cabeças em estoque de pequenas criações e bovino por faixa de ID-PAF.....	237
Gráfico 34 – Distribuição espacial, correspondências entre faixas de produtores e o PB extrativismo.....	239
Gráfico 35 – Distribuição espacial, correspondências entre faixas de produtores e conservação de floresta.....	243
Gráfico 36 – Distribuição espacial, correspondências entre faixas de produtores e diversidade na produção.....	245

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Orçamento Fiscal da União, ano 2007.....	42
Tabela 2 – Amazônia Legal: área, população e número de municípios em 2010.....	80
Tabela 3 – Amazônia Legal: indicadores econômicos e sociais em 2007.....	81
Tabela 4 – Pará: valor adicionado por atividade econômica, 2006-2008.....	82
Tabela 5 – Pará: municípios líderes no PIB segundo atividade econômica (VA) em 2008	85
Tabela 6 – Percentual de urbanização da população, anos 2000 e 2007	86
Tabela 7 – Índice de Gini para o intervalo 2003-07 para regiões do país.	88
Tabela 8 – Renda domiciliar no intervalo de 2003-07 para regiões do país.	88
Tabela 9 – Mesorregião Sudoeste do Pará : população, área, densidade e PIB per capita.....	90
Tabela 10 – Valor Agregado Bruto (VAB) no ano de 2008 para os municípios estudados	91
Tabela 11 - Desmatamento na Amazônia Legal em alguns estados: 1989 a 2009, em km2. ...	93
Tabela 12 – Variação relativa do desmatamento (2000-07) em alguns estados da Amazônia	95
Tabela 13 – Brasil, Amazônia e Pará - Condições dos produtores em relação às terras - 2006.....	122
Tabela 14 – Brasil, Amazônia e Pará – Formas de obtenção das terras do produtor proprietário	124
Tabela 15 – Pará - Área colhida e produção da lavoura temporária entre 1995 a 2009	127
Tabela 16 – Pará – Variáveis das lavouras permanentes, banana e café, entre 1995 e 2009	129
Tabela 17 – Pará – Variáveis da lavoura permanente, cacau, entre 1995 e 2009	131
Tabela 18 – Pará – Quantidade e variação anual (2008/2007) para os principais rebanhos	135
Tabela 19 – Pará – Quantidade e variação anual (2008/2007) de Leite e Ovos de galinhas .	137
Tabela 20 – Pará - participação na pecuária nacional, principais rebanhos, ano de 2008....	138
Tabela 21 – Pará – contribuição na produção nacional de cacau, café e banana no ano de 2008.....	142
Tabela 22 – Pará – Estabelecimentos e área da agropecuária familiar em 2006.....	145
Tabela 23 – Pará – Condições da agropecuária familiares em relação às terras - 2006.....	146
Tabela 24 – Pará – Utilização das terras nos estabelecimentos familiares e patronais - 2006.....	149

Tabela 25 – Pará - Produção Vegetal e Pecuária dos estabelecimentos familiares e patronais no ano de 2006.....	152
Tabela 26 – Pará – Receitas obtidas, por tipo, em estabelecimentos familiares e patronais no ano de 2006.....	154
Tabela 27 – Pará – Outras receitas obtidas, por tipo, em estabelecimentos familiares e patronais no ano de 2006.....	155
Tabela 28 – Pará – Participação da produção familiar no PIB do Estado nos de 2002 a 2004.....	157
Tabela 29 – Pará – Produção da Lavoura Cacaueira por estrato de área no de 2006.....	160
Tabela 30 – Pará – Efetivo bovino e vacas ordenhadas por estrato de área no de 2006.....	165
Tabela 31 – Pará – Condição legal das terras por Territórios: Consolidado, Aberto, porém Controlado e Expansão nos anos 1995-96 e 2006.	171
Tabela 32 – Pará - Número de estabelecimento e área das Produções Familiares e Patronal nos diferentes Territórios: Consolidado, Aberto, porém Controlado e Expansão no ano 2006.....	171
Tabela 33 - Pará - Produção de Arroz em casca, milho e mandioca nos diferentes Territórios: Consolidado, Aberto, porém Controlado e Expansão no ano 2006.	173
Tabela 34 – Pará – Número de estabelecimentos e produção pecuária nos diferentes Territórios: Consolidado, Aberto, porém Controlado e Expansão no ano 2006.	174
Tabela 35 – Números de produtores por Município e localidade participante da pesquisa .	176
Tabela 36 – Valores totais em estrutura e equipamentos que compõem o capital produtivo fixo nos estabelecimentos familiares.....	183
Tabela 37 – Grau de escolaridade dos membros das famílias nas diferentes ocupações.....	201
Tabela 38 – Teste KMO (Kaiser-Meyer-Olkin) e Bartlett's.....	212
Tabela 39 – Método de Extração: Análise dos Componentes Principais	213
Tabela 40 – Matriz dos fatores rotacionados, método varimax.....	213
Tabela 41 – Relação dos fatores na determinação das faixas do ID-PAF	215
Tabela 42 – Tipos de produtores agropecuários familiares por faixa do ID-PAF.....	215
Tabela 43 – Categorias da Produção Agropecuária Familiar por Faixa do ID-PAF.....	219
Tabela 44 – Correspondências entre faixas de produtores ID-PAF e PB cultivo.....	232
Tabela 45 – Correspondências entre faixas de produtores ID-PAF e PB de pequenas criações.....	235

INTRODUÇÃO

O presente texto traz em seu escopo a premissa de que as mudanças ocorridas nas dinâmicas produtivas e nas relações de produção resultam da interferência do capital ao se apropriar das potencialidades, impondo-se em busca do lucro e da acumulação.

Em consequência da dinâmica capitalista, países foram incluídos na divisão internacional do trabalho como responsáveis pela produção de matérias primas e alimentos, servindo ao processo de acumulação das economias centrais e condicionando as decisões políticas e econômicas dos países fora de suas fronteiras.

O Brasil, tem sua inserção no cenário mundial como resultado da expansão de sociedades capitalistas avançadas, as quais, por sua vez, determinaram a dinâmica produtiva do país, apropriando-se das disponibilidades existentes no território a ponto de fazer por meio do capital comercial que se tornasse “o único país da América com a economia pautada na grande empresa agrícola” (FURTADO, 1978: 93).

O atrelamento do Brasil às economias desenvolvidas fez com que suas atividades econômicas fossem muito mais influenciadas pelas demandas externas que em função de suas necessidades e com isso, promoveram no interior do país, participações desiguais pautadas no fornecimento de matéria prima pela extração predatória dos recursos naturais ou pela produção em grande escala dos monocultivos.

Furtado (2002: 8) chamava atenção para as consequências desse tipo de atrelamento para o país, destacando que a dependência promove forte propensão ao endividamento externo e à concentração social da renda para fazer face ao padrão de consumo. Além de, notadamente, discorrer sobre a repercussão diferenciada às distintas regiões do território brasileiro.

A dominação e reprodução do capital se concretizam no interior do país na perspectiva de números elevados para o crescimento econômico e como solução de conflitos sociais gerados por problemas históricos da má formação econômica.

Desse modo, ao analisar a interferência do capital na Amazônia é necessário compreender sua inserção a economia nacional ponderando o que Harvey (2004a: 35) considerou como “práticas imperialistas”, ou seja, a exploração das condições geográficas sob as quais ocorre a acumulação do capital, aproveitando-se das assimetrias, impondo trocas não leais e desiguais entre as partes.

A abundância de recursos e as distintas apropriações adotadas na região favoreceram a exploração desequilibrada, aumentaram a exploração e a expropriação dos produtores tradicionais aguçando o confronto entre as racionalidades de produção coexistentes na Amazônia, sobretudo quanto à posse da terra, acirrando as disputas entre atores no e pelo território devido às distintas formas de se ter a terra: uma determinada pelo o que se produz, por meio da mão de obra familiar garantindo o direito de posse; e, a outra que independente da necessidade de produção, o direito de posse é garantido pela terra como mercadoria, ou seja, pela compra.

A disputa entre as duas lógicas de posse da terra favoreceu o capital em detrimento dos produtores familiares, por não possuírem estruturas organizativas e reivindicatórias suficientemente aparelhadas para se sustentarem no confronto. O desequilíbrio das forças, na maioria das vezes, tenta fazer dos produtores “trabalhadores para o capital” (WANDERLEY, 1985) e para isso os despoja de qualquer possibilidade de possuir meios de produção. A produção familiar, entretanto resiste, historicamente, a esse enquadramento.

O favorecimento, para Martins (1989: 85), em certa medida está condicionado pelos subsídios e incentivos fiscais concedidos pelo Estado às grandes empresas que abriram o campo do investimento capitalista, protegeram e reafirmaram a renda da terra e a especulação imobiliária. E, incluíram a grande propriedade fundiária num projeto de desenvolvimento capitalista que tenta organizar, contraditoriamente, uma sociedade moderna sobre uma economia rentista e exportadora.

No espaço amazônico, a expansão do capitalismo, historicamente, tem alterado os meios de produção e as relações de produção, de tal modo que substitui os modelos tradicionais de uso dos recursos naturais por um sistema econômico integrado, globalizado, pautado na modernização e com sua forma de produção e organização do trabalho. Noutros termos, a exploração dos recursos naturais passa a ser feita de forma mais intensa, provocando a escassez de certos recursos, ameaçando a estabilidade ecológica e populações que não acompanham a dinâmica do capital, sendo essas exploradas ou espoliadas em detrimento da produção capitalista.

A mudança no modelo de exploração determina a degradação do meio ambiente e o agravamento dos problemas sociais. A concentração de renda, além de impor o crescimento da miséria e da fome em classes sociais, estabelece o esgotamento dos solos, a extinção de algumas espécies e o aumento dos conflitos sociais.

Esses aspectos em muito são provocados pelo processo de inserção da região no mercado nacional e mundial promovida com a política de globalização da Amazônia, pautada na transformação da região em principal produtora e exportadora de produtos primários, além de contraditoriamente acrescentar o protecionismo exacerbado dos recursos naturais como tendência e estratégia de dinamização futura da região.

Atravessado a história de ocupação da região, que em muito foi estimulada pelo governo na década de 1970, mantiveram-se as relações arcaicas sob a dominação da minoria que concentrava recursos financeiros capazes de empreender a transformação dos recursos naturais em capital. A expansão do capitalismo estabeleceu mecanismos de geração de lucros facilitados pela utilização predatória dos recursos naturais sucumbindo à racionalidade das populações tradicionais e dos produtores familiares, os quais inviabilizados de produzirem práticas sustentadas foram incorporados à lógica do capital.

Apesar da dominação e imposição do capital nas relações estabelecidas na Amazônia é preciso considerar a diversidade da produção agropecuária familiar e que, dentre esta, existem produtores que não têm o lucro e a acumulação como objetivos principais, mesmo mantendo relações econômicas com outros sujeitos no mercado. Partindo dessa hipótese, estudou-se a integração da Amazônia à economia nacional como expansão do desenvolvimento capitalista no país, compreendendo em que medida ocorre interferência do capital no espaço agrário amazônico, em especial, nas formas de produção agropecuária familiar no Sudoeste Paraense.

O uso da expressão, produção agropecuária familiar, tem o intuito de explicitar que no contexto amazônico a realidade se constitui com ampla diversidade, podendo encontrar famílias com características atreladas ao modo camponês até grupos familiares considerados pela literatura e políticas públicas como agricultores familiares. O Sudoeste Paraense está composto por duas Microrregiões: a de Itaituba e a de Altamira, essa também reconhecida por seus moradores como Território da Transamazônica–Xingu. Dentre os quatorze (14) municípios que formam o Sudoeste Paraense, foram contemplados no estudo: Anapu, Pacajá e Senador José Porfírio, os quais estão em destaque, na Figura 1, mapa de localização dos municípios estudados.

A determinação nesta pesquisa para que fossem acompanhados produtores nos três municípios corresponde ao fato de existirem diferentes formas de ocupação do espaço amazônico, sendo: em Pacajá uma área de Colonização Antiga, ou seja, porções de terras destinadas às famílias no período de abertura (décadas de 1970 e 1980) da rodovia

Transamazônica (BR 230); em Anapu a área acompanhada trata de dois PDS – Projeto de Desenvolvimento Sustentável, forma de ocupação que tem como objetivo o uso sustentável da floresta, sendo destinada menor porção de terra para o uso familiar com título coletivo em nome da associação responsável pela área; e em Senador José Porfírio a área é de ocupação mais recente e está organizada como um Projeto de Assentamento Convencional do INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, com as propriedades em sua maioria no tamanho do módulo rural e em condições individuais.

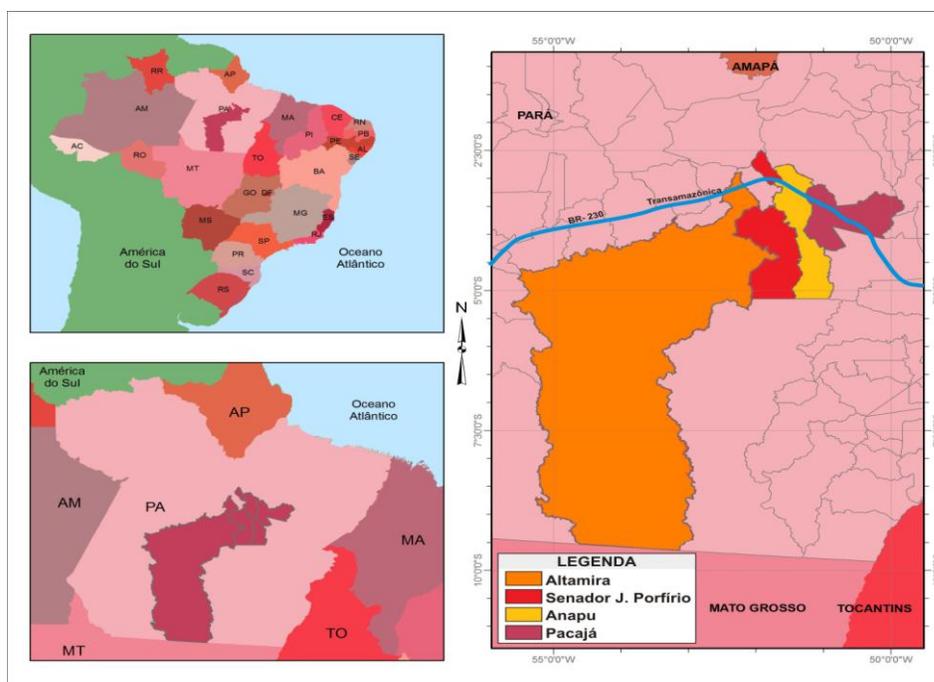


Figura 1 – Mapa de localização dos municípios estudados.

Fonte: Elaboração do autor a partir da pesquisa de campo, 2007/2008.

Responsável técnico: Eder Mileno de Paula¹

Trata-se de três municípios com vasta extensão de terra e que possuem influência em suas histórias e dinâmicas de produção por conta da rodovia BR 230, rodovia Transamazônica, apresentada em azul no mapa. A porção maior de área, destacada em cor laranjada é o município de Altamira, considerado e vivido no território como polo, atendendo as necessidades dos residentes dos demais municípios, como, compras de alimentos e equipamentos e atendimento hospitalar.

¹ Eder Mileno de Paula, Geógrafo, Prof. Msc. da Faculdade de Geografia na área de Geografia Técnica.

Entre os produtores acompanhados dos três municípios foram mantidos ao final da pesquisa cento e cinquenta (150) produtores familiares. A distribuição dos produtores nos três municípios foi possível devido aos projetos de pesquisas realizados pela Universidade Federal do Pará em parceria com outras instituições de pesquisa e desenvolvimento científico que contavam com maior número de produtores envolvidos. No entanto, o tratamento final indicou a necessidade de redução do número devido se prezar pela qualidade dos dados que subsidiaram as análises e interpretações que compõem este estudo.

A formulação do Problema

A intenção, inicialmente, era verificar como a diversidade da produção familiar usava os recursos naturais disponíveis na Amazônia. Para isso, a Região da Transamazônica-Xingu foi delimitada *locus* de confrontação entre a teoria e a realidade vivenciada pelos produtores. O esforço interpretativo voltava-se diretamente para os fatores que fazem da produção familiar uma categoria heterogênea, com dinâmicas específicas e dependentes das condições sociais e econômicas próprias e dos locais em que desempenham suas atividades.

O objetivo do estudo era compreender a microeconomia da produção familiar, considerando cada núcleo como uma unidade produtiva que desempenha suas atividades a partir da determinação quase sempre da relação entre consumo e trabalho familiar. A reflexão se constituía a partir da hipótese de Chayanov (1974: 38) sobre a economia da unidade camponesa.

No entanto, com a pesquisa e reflexões tornou-se perceptível que a transformação das dinâmicas locais ocorria em consequência da inserção da Amazônia à economia nacional e internacional. Redimensionando a pesquisa, pois estudar a inserção da Amazônia tanto na economia nacional quanto internacional provoca pensar nos aspectos do desenvolvimento capitalista brasileiro, não sendo exagero afirmar que a concepção do modelo de ocupação da Amazônia foi de “entregação” e não de integração, conforme propaganda governamental da época. Por meio dessa “entregação” se instituiu a expansão capitalista na região e, ao mesmo tempo, as desigualdades sociais, aumentando os problemas estruturais e a interferência do capital sobre as diferentes formas de produção.

A reflexão suscitou a necessidade de compreender a produção agropecuária familiar inserida nas relações de disputas pelo território e por poder, geradas em consequência da forma como a Amazônia foi inserida nas economias nacional e internacional, tendo em vista o

desenvolvimento capitalista. De acordo com Brandão (2007: 73) “o capitalismo não é nivelador das desigualdades, pelo contrário, o processo homogeneizador (relações mercantis) cria e recria estruturas heterogêneas e desiguais em seu movimento”.

Nesse sentido, passou a se ter como objeto de estudo a explicitação e compreensão das diferentes formas de produção familiar. Não mais, a partir apenas das práticas e condutas inerentes à família e suas condicionantes naturais, mas sim, mediante a interpretação contextualizada da integração dos produtores familiares à economia que se constituiu na Amazônia.

Com o redirecionamento da pesquisa, a interpretação parte do pressuposto que os produtores continuam sujeitos de suas próprias histórias, mas que essas refletem a interferência, em maior ou menor grau, do capital, não entendidas como fizeram os estudiosos pautados na economia camponesa, condicionadas meramente pelos elementos internos da dinâmica produtiva, tendo, portanto que considerar as trajetórias e relações sociais estabelecidas pelas famílias em suas localidades.

A perspectiva é que se contribua para os debates acadêmicos em dois pontos: a) no entendimento do modo de produção capitalista que se aproveita das condições geográficas e das assimetrias para se apropriar dos meios de produção em especial no espaço agrário amazônico; b) na compreensão da diversidade que compõe a produção agropecuária familiar, atentando para a interferência do capital nas relações sociais e na utilização de seus meios de produção.

Metodologia da Pesquisa

Considerando que “os métodos não dependem do ideal metodológico e sim do objeto” (ADORNO,1972: 50), propõe-se o estudo da realidade dos produtores agropecuários familiares como totalidade concreta possibilitando ter a formação social e a estrutura econômica como determinantes da conexão entre todas as esferas da vida social.

Para Marx é o modo de produção da vida material que condiciona o desenvolvimento da vida social, afirmando:

[...] na produção social de sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, certas relações independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade (MARX, 1982: 24).

A história é o movimento do real, logo, os homens determinados e em condições determinadas criam seus meios e suas formas de existência social, sendo esses mesmos responsáveis por reproduzirem ou transformarem a economia, a política ou a cultura de suas sociedades.

Nesse sentido se tem o estudo da produção agropecuária familiar como totalidade², compreendendo a casualidade dos fenômenos, a essência interna e dos aspectos fenomênicos da realidade, das partes e do todo, do produto e da produção (KOSÍK, 2010: 41). Portanto, o estudo da produção agropecuária familiar como categoria integrada à dinâmica capitalista na Amazônia, passa por compreender em que medida as formas produtivas são determinadas pela interferência do capital, caracterizando o esforço de romper com a concepção de que a produção agropecuária familiar deve ser analisada enquanto forma ou modo de produção isolado e determinado apenas por seus elementos e condicionantes internos.

Segundo Hegel, citado por Adorno (1972: 49) é devido à generalização dos inter-relacionamentos das pessoas pelas suas necessidades e aos modos de preparar e alcançar os meios para satisfazê-las que se aumenta a acumulação de riquezas. Através dessa generalização duplicada se obtém o maior lucro e, conseqüentemente, a miséria da população que estabelece suas dinâmicas econômicas tendo a dependência como condicionante. Assim, tem-se a intenção de explicitar as realidades vivenciadas pelas famílias, compreendendo a interferência do capital no espaço agrário amazônico, como e o porquê os homens agem e pensam de maneiras determinadas³, capazes de atribuir sentido as relações, de conservá-las ou transformá-las (CHAUI, 1980: 19).

Dada a *práxis* junto aos produtores familiares, suscitou-se o exercício de questionar as interpretações das realidades. Desse momento em diante, o trabalho passou a ser, além de uma leitura concreta da realidade concreta uma indagação às teorias, definições e conceitos quanto às interpretações acadêmicas e às políticas públicas generalizadoras e homogeneizadoras da diversidade existente.

² KOSÍK (2010: 44) afirma totalidade ser a realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer (classes de fatos, conjuntos de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido. Acumular todos os fatos não significa ainda conhecer a realidade, e todos os fatos (reunidos em seu conjunto) não constituem, ainda, a totalidade. Os fatos são conhecimentos da realidade se são compreendidos como fatos de um todo dialético – isto é, se não são átomos imutáveis, indivisíveis e indemonstráveis, de cuja reunião a realidade saia constituída – se são entendidos como partes estruturais do todo.

³ Leia-se a *Práxis* na sua essência e universalidade, revelação do segredo do homem como ser ontocriativo, como ser que cria a realidade (humano-social) e que, portanto, compreende a realidade (humana e não-humana, a realidade na sua totalidade). A *Práxis* do homem não é atividade prática contraposta à teoria; é determinação da existência humana como elaboração da realidade (Cf. KOSÍK, 2010: 222).

Retoma-se a afirmação feita por Adorno (1972: 64) sobre as abordagens que se ocupam em fazer carga aos conceitos sem levar em conta ao que verdadeiramente correspondem essas palavras nas relações de fato. Sem examinar até onde se estende o âmbito de vigência destas, é tão falso e irracional quanto à conduta que, por amor à cega concepção nominalista do objeto, bloqueia-se contra o fato de que conceitos exprimem uma coerção do geral subjacente aos dados, que de modo algum é cabalmente traduzível mediante termos operacionais.

A realidade apreendida no estudo refere-se a três grupos de produtores agropecuários familiares do Sudoeste do Pará que apresentam formas de ocupação distintas do espaço Amazônico: Colonização Antiga – município de Pacajá; Projeto de Desenvolvimento Sustentável - PDS – município de Anapu; e Projeto de Assentamento convencional no município de Senador José Porfírio. Esses municípios compreendem uma porção de terra conhecida como território da Transamazônica-Xingu que tem o município de Altamira como polo.

O número de participantes na pesquisa foi de cento e cinquenta famílias (150). A definição tanto da área de estudo quanto dos produtores que participaram da pesquisa aconteceu devido à execução de dois projetos que o autor do presente trabalho teve oportunidade de participar entre os anos 2007 e 2010⁴, sendo que os dados sistematizados e analisados nesta tese são referentes ao ciclo agropecuário⁵ 2007-08.

Os projetos que subsidiaram a pesquisa foram: a) “RAVA - Red de Estudios de las Condiciones Amazónicas de Vida y Ambiente” em parceria com o Consórcio Iniciativa Amazônica para Conservação e Utilização Racional de Recursos Naturais – ICRAF e b) “Agricultura Familiar e Serviços Ecosistêmicos” em parceria com Guilherme Coelho Britto⁶ - na ocasião em que desenvolvia sua dissertação sobre a prestação de serviços ambientais em propriedade familiares rurais, no programa de mestrado do Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural - NCADR.

Apesar da reconhecida dificuldade em mensurar os resultados da produção que, em parte, é destinada ao autoconsumo das famílias, por normalmente não haver conversão monetária direta (PAULINO, 2006: 104) para os valores dos produtos, buscou-se quantificar toda a

⁴ No período o autor era professor/pesquisador do Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural - NCADR vinculado ao Laboratório Agroecológico da Transamazônica – LAET.

⁵ Ciclo agrícola é o período entre o preparo e a colheita dos principais produtos, normalmente começando em julho e se estende até outubro/novembro do ano seguinte.

⁶ Pesquisador da Embrapa – Amazônia Oriental / Núcleo de Pesquisa Transamazônica.

produção das famílias o que foi viabilizado devido ao acompanhamento periodizado junto às mesmas.

No início dos projetos, foi explicitada aos membros das famílias a estratégia de pesquisa a ser adotada, na qual seria realizada visita trimestral para acompanhamento da produção e comercialização para período corrido. Aconteceram quatro visitas de acompanhamento em cada propriedade, além de duas outras visitas para levantamento de informações gerais sobre as localidades em que os produtores residiam.

A organização das informações possibilitou verificar as características da base material, as relações de produção e sociais e as condições desiguais de produção, tendo como pressuposto básico a assertiva de Lima et al. (2005: 36), referindo-se as desigualdades das condições econômicas e sociais, típicas do desenvolvimento capitalista em geral e da agricultura em particular geram formas de produção diferenciadas. O caráter desigual do desenvolvimento capitalista produz e reproduz, ao longo do tempo, a diferenciação entre os produtores sejam eles familiares ou produtores patronais que compõem a heterogeneidade do agrário brasileiro.

Para obtenção das informações aplicaram-se questionários a duzentas e vinte sete (227) famílias em diferentes áreas dos três municípios – Anapu, Pacajá e Senador José Porfírio. Ressalta-se o fato de que a aplicação dos questionários foi um trabalho coletivo durante o ciclo agropecuário de 2007-2008, participaram professores, estudantes e colaboradores ligados aos dois referidos projetos. Os questionários (ver anexo A e B) foram elaborados no bojo dos projetos contemplando a totalidade da pesquisa proposta.

Os procedimentos adotados exigiram a redução do número amostral em relação à pesquisa geral, já que as informações contidas nos duzentos e vinte e sete (227) questionários apresentavam inconsistência, as quais foram detectadas no momento do preenchimento do banco de dados (ver imagem Apêndice A) criado para organizar as informações desta pesquisa. O banco de dados foi desenvolvido no Microsoft Access 2007.

Com as informações organizadas no banco de dados e usando o Microsoft Excel 2007, o programa de estatística SPSS - Statistical Package for the Social Sciences (Versão 17.0), realizou-se a análise e interpretação estatística das informações, a qual se deu em três níveis complementares:

- a) A Análise Descritiva – foi feita a interpretação comparativa, a partir de informações consideradas essenciais (Tempo de permanência na propriedade;

Distância dos aglomerados urbanos; Composição do capital produtivo fixo; Produto Bruto; Renda Agrícola; dentre outras) entre os três grupos participantes da pesquisa. A interpretação parte do princípio de que existia diferença entre os três grupos devido estarem em formas de ocupações oficiais diferentes previstas para a Amazônia, Anapu – Projeto de Desenvolvimento Sustentável – PDS; Pacajá – Colonização antiga; e Senador José Porfírio – Projeto de Assentamento convencional – PA.

b) A Análise fatorial – De acordo com Hair et al (2005: 91) é uma classe de métodos estatísticos multivariados que têm como objetivo principal definir a estrutura subjacente em uma matriz de dados. É uma técnica de interdependência em que todas as variáveis são simultaneamente consideradas e relacionadas entre si. Para Pereira (2001: 122), a análise fatorial, se aplica à busca de identificação de fatores num conjunto de medidas realizadas. Considerando a análise fatorial essencial para interpretação quantitativa, buscou-se organizar e sistematizar as variáveis de modo que explicitasse as condições do modelo ideal de produtor agropecuário familiar e para isso elaborou-se o ID-PAF - Índice de Determinação da Produção Agropecuária Familiar como parâmetro de compreensão das realidades dos produtores agropecuários familiares. O índice foi sistematizado considerando os elementos característicos da produção agropecuária familiar, ou seja, preocupou-se em mensurar as relações: i) valor de mão de obra familiar e valor da força de trabalho contratada; ii) renda agropecuária gerada e rendas extras obtidas fora das atividades agropecuárias; e iii) valor da produção consumida e valor da produção vendida. Além dessas variáveis, inclusive, previstas na Lei Nº 11.326 que define Agricultura Familiar, foram utilizadas três outras consideradas importantes por se tratar de um estudo na Amazônia: iv) Porcentagem de mata preservada nas propriedades; v) Diversificação da produção; e vi) Produtividade da superfície agropecuária utilizada.

c) A Análise de correspondência – após ter estabelecido os tipos de produtores utilizando do ID-PAF, ou seja, o quanto cada produtor tem em sua forma de produção as condicionantes elencadas essenciais na determinação de produtor agropecuário familiar, verificou-se a relação de cada tipo de produtor com as principais atividades desenvolvidas nos estabelecimentos: produção de cultivo; pequenas criações; extrativismo; beneficiamento de produtos; criação de gado e ainda com o valor total

da renda agropecuária. Outra interpretação usando a análise de correspondência foi feita ao verificar a relação entre cada tipo definido pelo ID-PAF e as variáveis que expressaram na pesquisa a interferência do capital nos estabelecimentos, criando os gráficos que se convencionou chamar na literatura de “mapa de correspondência” ou “mapa perceptual” (LOURENÇO, 1997 citado por ALVES; BELDERRAIM; SCARPEL, 2007: 2).

Primando pelo procedimento metodológico em que se fazia necessária a complementação das interpretações qualitativa e quantitativa na compreensão da realidade, adotou-se a visão do “economista sistêmico” (DUFUMIER, 2000 citado por FIGUEREDO; SIMÕES; VEIGA, 2003: 34) considerando necessário ampliar a análise para além de uma verificação meramente econômica. Passando a determinação da atividade produtiva e o desempenho econômico correlacionados com o conjunto de fatores inerentes ao núcleo familiar mas também aos fatores externos que interferem na dinâmica de produção.

A tese caracteriza o esforço de não apenas se apropriar dos conceitos, definições e teorias para compreender uma dada realidade, mas o estímulo de (re)ler, interpretar e fazer o exercício investigativo teórico e analítico, provocado pela necessidade de ter bases teóricas coerentes e convincentes para as atividades acadêmicas, consolidando o ato interpretativo e não mera replicação de expressões antes consolidadas em contextos destoantes daqueles em que foram sistematizados os conceitos, definições e as teorias.

A estrutura da Tese

Além desta introdução, composta pela formulação do problema e a metodologia, a tese está organizada em cinco capítulos e considerações finais.

Os capítulos estão organizados em: I) (Re)leitura do desenvolvimento capitalista, que versa sobre o conceito de desenvolvimento capitalista, discutindo da origem às diferentes formas que esse assume com passar do tempo e sua interferência no agrário brasileiro, principalmente na dinâmica de produção agropecuária familiar; II) Integração da Amazônia à economia nacional, neste capítulo, discute-se sobre a integração da Amazônia na economia, destacando as principais consequências com a integração; III) A produção agropecuária na Amazônia Paraense, este capítulo tem como objetivo debater acerca da participação e importância da produção

agropecuária familiar no Estado; IV) Diagnóstico socioeconômico dos produtores agropecuários familiares do Sudoeste Paraense em diferentes formas de ocupações oficiais da terra, tem-se no escopo deste capítulo o estudo comparativo entre os três grupos de produtores que estão em formas diferentes de ocupação da terra na Amazônia, além disso, apresenta-se um ensaio sobre a dificuldade em interpretar a dinâmica agropecuária familiar na Amazônia; e V) Unidade de diversidade, as especificidades dos produtores agropecuários familiares no sudoeste paraense, em se faz uma leitura quanti-qualitativa de variáveis e elementos contidos na dinâmica de vida e produção realizada por famílias agropecuárias no Sudoeste Paraense.

I. (RE)LEITURA DO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA

O modo de produção capitalista se introduziu numa sociedade de produtores de mercadorias, de produtores individuais, cujo vínculo social era o intercâmbio dos seus produtos. Mas toda sociedade baseada na produção de mercadorias apresenta as particularidades de que nela os produtores perdem o comando sobre suas próprias relações sociais (ENGELS, 1986: 60).

As interpretações da realidade concreta e o estímulo pelo cotidiano da pesquisa permitiram ponderar as relações sociais e as práticas dos produtores participantes da pesquisa, bem como a formação social dependente do desenvolvimento e expansão do capital. Nesse sentido, fez-se necessário remeter o estudo e a interpretação aos mecanismos e formas de como o capital se expandiu pelo território brasileiro e amazônico.

Desse modo, tem-se no escopo deste capítulo o exercício de teorizar sobre o desenvolvimento capitalista em particular sobre os seus nexos no agrário brasileiro, na consolidação do desequilíbrio regional e por consequência o legado deixado ao incorporar a Amazônia às economias nacional e internacional.

O exercício tem como ponto de partida a afirmação de Dobb (1977: 18-19) ao retomar a definição do modo de produção em Marx:

[...] pelo qual os meios de produção eram possuídos, e as relações sociais entre os homens resultantes de suas ligações com o processo de produção. Desse modo, o capitalismo não era apenas um sistema de produção para o mercado – um sistema de produção de mercadorias, como Marx o denominou – mas um sistema de acordo com o qual a força de trabalho “se transformara a si própria em uma mercadoria” e se vendia e comprava no mercado, como qualquer outro objeto de troca.

Ao estudar o capitalismo, Marx, enfatiza que a mercadoria⁷ em sua forma valor de troca, essa “como a relação quantitativa, a proporção na qual os valores de uso de uma espécie se trocam” (MARX, 1983; Livro I, v.1: 46), passa a ser determinante nas relações sociais. A busca por mais mercadoria se faz subordinando o outro. Nesse momento, Marx tinha a convicção de

⁷ A riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista aparece como uma “imensa coleção de mercadorias”, e a mercadoria individual como sua forma elementar. Nossa investigação começa, portanto, com a análise da mercadoria. A mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa, a qual pelas suas propriedades satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie. A natureza dessas necessidades, se elas se originam do estômago ou da fantasia, não altera nada na coisa. Aqui também não se trata de como a coisa satisfaz a necessidade humana, se imediatamente, como meio de subsistência, isto é, objeto de consumo, ou indiretamente, como meio de produção (MARX, 1983; Livro I, v.1: 45).

que a subordinação se dava em função da principal mercadoria – o trabalho. Segundo o autor, deixando de lado o valor de uso dos corpos das mercadorias resta apenas a propriedade de serem produtos do trabalho.

Marx para explicitar a contradição e desigualdade no movimento de produção e circulação das mercadorias fez a leitura da realidade concreta, deparando-se com uma sociedade urbana e com o inchaço populacional devido o deslocamento de pessoas do campo para as cidades, consequência dos cercamentos e do “boom” da industrialização. Nesse contexto, as principais classes eram os capitalistas e os proletariados.

O estudo do antagonismo entre capitalista e proletariado foi a forma latente de expressar à época “as relações sociais entre os homens resultantes de suas ligações com o processo de produção” (fragmento da frase de Dobb, 1977: 18-19). De fato, a realidade vivenciada marcava-se pela contradição entre as duas classes (relações de produção em consequência da industrialização e a “desumanização” do trabalhador em detrimento a ganância dos capitalistas)⁸.

A proposição era a leitura crítica do capitalismo como processo cíclico que se desenrola permanentemente à escala da sociedade inteira, cujo momento principal é o da produção (BALIBAR, 1975), assim, compreendendo as relações, a incorporação social mediante a mercadoria. Com isso enfatizou.

Uma coisa pode ser valor de uso, sem ser valor. É esse o caso, quando a sua utilidade para o homem não é medida por trabalho. Assim, o ar, o solo virgem, os gramados naturais, as matas não cultivadas etc. Quem com seu produto satisfaz sua própria necessidade cria valor de uso, mas não mercadoria. Para produzir mercadoria, ele não precisa produzir apenas valor de uso, mas valor de uso para outros, valor de uso social. {E não só para outros simplesmente. O camponês da idade média produzia o trigo do tributo para o senhor feudal, e o trigo do dízimo para o clérigo. Embora fossem produzidos para outros, nem o trigo do tributo nem o do dízimo se tornaram por causa disso mercadorias. Para tornar-se mercadoria, é preciso que o produto seja transferido a quem vai servir como valor de uso por meio da troca}⁹. Finalmente, nenhuma coisa pode ser valor de uso, sem ser objeto de uso. Sendo inútil, do mesmo modo é inútil o

⁸ Não há aqui a tentativa de desconectar o estudo feito por Marx da luta de classe, o que se propõe é que façamos a leitura de que o antagonismo se dá por conta de algo, “uma coisa” – a mercadoria. E por isso as relações são cada vez mais, contraditórias, e degradantes para o proletariado, reduzido à força de trabalho e seu trabalho à mercadoria. De modo que a luta entre essas classes significava para Marx “a chave da revolução ‘ininterrupta’ até ao comunismo está portanto no desenvolvimento das contradições da produção capitalista, na ‘concentração’ do proletariado num movimento político de massa, e no conhecimento exato destas condições” (Balibar, 1975: 46). Marx fez a seguinte declaração em 1858 “não é a mim que cabe o mérito de ter descoberto a existência das classes na sociedade moderna, assim como a luta que ela aí travam [...] o que eu trouxe de novo, foi: 1) demonstrar que a existência de classe só está ligada a fases históricas determinadas do desenvolvimento da produção...” (Balibar, 1975: 70).

⁹ Marx introduz o trecho entre chaves porque sua omissão tem frequentemente originado o mal-entendido de considerar que, para Marx, vale como mercadoria todo produto que é consumido por outro, que não o produtor.

trabalho nela contido, não conta como trabalho e não constitui qualquer valor (MARX, 1983; Livro I, v.1: 49).

Notadamente, a preocupação era estudar o sistema capitalista e sua forma de reprodução. Ao estudar as relações sociais, na agricultura, o intuito era verificar como o capitalismo se reproduzia no campo e de que maneira ocorriam apropriação e expropriação do trabalhador da terra. Campos (1994: 2) considera que o “objetivo de Marx é chegar ao âmago da produção capitalista na agricultura, às suas leis internas”. Para tanto, analisou a agricultura inglesa que, na ocasião, consolidava a economia capitalista mais desenvolvida da Europa. A interpretação realizada é no sentido de como o capitalismo se reproduzia no sentido de gerar mais-valia, lucro e acumulação do próprio capital.

Campos (1994: 3), em sua obra, afirma ser “um erro metodológico se reportar às considerações de Marx no livro III para analisar a produção camponesa atual”, tal posicionamento o autor faz-se referindo às observações feitas por Tepicht:

São muito pertinentes as observações de Tepicht (Tepicht, 1973: 14), quando afirma que Marx não trata da pequena produção na forma que ela existe atualmente e não apontava este caminho como tendência para o desenvolvimento do capitalismo na agricultura (CAMPOS, 1994: 2-3).

Bem verdade que não se pode adaptar o conceito trabalhado por Marx a uma realidade diferente a qual foi estudada, no caso a economia inglesa. Lênin enfatiza tal fato quando vai estudar o “Capitalismo e Agricultura nos Estados Unidos da América” como mostra Pomar na apresentação do livro de Lênin.

Lênin acentua a necessidade de adotar métodos apropriados e racionais de pesquisa, modificando-os em função das diversas formas assumidas pelo processo em que “o capital subordina e transforma, à sua maneira”, os diversos tipos de propriedade da terra que encontra ao surgir no cenário histórico (POMAR *in* LÊNIN, 1980: 4).

A situação não é que não se possa estudar a pequena produção da forma como Marx apresenta no livro III, e sim que não se pode replicar o conceito às realidades em que o capitalismo tomou outras formas que não mais aquela verificada pelo autor. Lênin na obra sobre a agricultura nos EUA não só faz referência ao livro III como enfatiza que há situações como aquelas verificadas por Marx:

A América confirma, com evidência particular, a verdade ressaltada por Marx no livro III do *Capital* (*Karl Marx, O Capital t. 111, 1955, edição russa. págs. 627-652.*), a saber, que o capitalismo na agricultura não depende das formas de propriedade e usufruto da terra. O capital encontra as mais diversas formas de

propriedade medieval e patriarcal da terra: a propriedade feudal, a “campesina de nadiel” (isto é, a propriedade de camponeses dependentes), a de clã, a comunal, a estatal, etc. O capital faz pesar seu jugo sobre todas estas formas de propriedade fundiária empregando uma variedade de meios e métodos. [...] em função das formas de penetração do capitalismo na agricultura (LÊNIN, 1980: 16).

Partindo desse pressuposto, considera-se necessário fazer a reflexão diferente do que fez Chayanov (1974); Abramovay (2007) e outros que estudaram a economia dos produtores familiares. Não se pode fazer a análise de maneira isolada, verificando apenas as relações interiores e as necessidades inerentes à reprodução familiar, principalmente pelo fato do capital ter penetrado no campo alterando as relações e os meios de produção. Nesse sentido, deve se fazer como apontou Marx ao estudar o capital, como processo cíclico, abrangendo toda sociedade e as relações sociais resultantes do processo de produção na incorporação dos sujeitos à dinâmica mercadológica.

Para Abramovay (2007: 71) o comportamento camponês não é determinado pelo interesse de cada indivíduo que compõe a família, mas sim pelas necessidades decorrentes da reprodução do conjunto familiar. Muito embora, ele mesmo tenha indicado haver vulnerabilidade no modo camponês ao afirmar que se trata de um tipo social que não possui uma estrutura organizacional interna estável, por isso não sabia até que ponto seria possível compreender a lógica econômica desse grupo por suas características “internas” (ABRAMOVAY, 2007: 67).

A configuração do capital, hoje, tem envolvido cada vez mais a agricultura no processo integrado à indústria, tem dinamizado laços comerciais, fazendo com que os produtores agropecuários tenham sua autonomia produtiva substituída por determinações externas à sua produção e com isso suas dinâmicas ainda mais expostas à exploração capitalista.

A exploração do capital na agricultura já havia sido destacada por Marx no texto preliminar da seção que trata da “Metamorfose do sobrelucro em renda fundiária”, como notado no fragmento a seguir:

[...] a agricultura, exatamente como a manufatura, está dominada pelo modo de produção capitalista, isto é, que a exploração da agricultura é feita por capitalistas, que de início só se diferenciam dos demais capitalistas pelo setor em que seu capital está investido e o trabalho assalariado mobilizado por esse capital [...] a suposição de que o modo de produção capitalista se assenhoreou a agricultura implica que ele domina todas as esferas da produção e da sociedade civil [...] A forma de propriedade fundiária por nós examinada é uma forma histórica específica, a forma *transmutada*, por influência do capital e do modo de produção capitalista, seja da propriedade fundiária feudal, seja da agricultura

de subsistência do camponês, na qual a *posse* da terra aparece como a condição de produção para o produtor direto e a *propriedade* da terra como a condição mais vantajosa, como condição de florescimento de seu modo de produção. Se o modo de produção capitalista pressupõe, de maneira geral, a expropriação dos trabalhadores das condições de trabalho, da mesma forma pressupõe, na agricultura, a expropriação dos trabalhadores rurais do solo e a subordinação destes a um capitalista, que exerce a agricultura para obter lucro (MARX, 1986; Livro III, v.5: 123).

Chayanov, autor de linha diferente da de Marx, também frisou em sua obra a dependência da agricultura em relação ao capital. Quem chamou a atenção para esta reflexão feita por Chayanov foi Abramovay ao destacar em seu livro que haveria uma conversão em função dos laços comerciais.

[...] estes laços comerciais que convertem a unidade familiar natural, isolada em uma pequena produtora de mercadorias são sempre o primeiro caminho para a penetração das relações capitalistas no interior do país. Através destas conexões, cada pequeno empreendimento camponês torna-se parte orgânica da economia mundial [...] dirige-se poderosamente, em sua organização, pela demanda do mundo econômico capitalista (CHAYANOV, 1986: 258 *in* ABRAMOVAY, 2007: 78).

Além desses autores, Lênin (1980: 48), por sua vez, destacou que “o desenvolvimento do capitalismo na agricultura consiste, acima de tudo, na passagem da agricultura natural à agricultura mercantil”, ou seja, deixa as bases convencionais de laços intrínsecos com a terra, tendo a diversidade produtiva como principal estratégia para reproduzir práticas e estabelecer relações que favorecem a dinâmica capitalista no campo.

O capital moderno, quando não mercantiliza as relações na agricultura estimula a espoliação dos produtores e dos meios de produção. Em determinadas regiões o capital se apoia em relações pré-capitalistas para obter resultados esperados, por exemplo, a manutenção de trabalho escravo e relações de aviação com as comunidades tradicionais.

Apesar de Lênin, ao seu tempo, afirmar que relações como as supracitadas travasse o desenvolvimento do capitalismo, hoje, pelo contrário, caracteriza possibilidades, já que o capital aprendeu a tirar proveito das condições indesejadas por um determinado grupo social, estabelecendo normalmente uma relação de interdependência.

Lênin destaca, para compreender o papel do capitalismo na agricultura, deve-se:

[...] pesquisar de modo conveniente o processo de expropriação de pequenos agricultores, determinando de que setores, camadas ou grupos da população rural provêm os elementos que fogem do campo, e em que circunstâncias, [...] quantas farms e que tipos de farms foram vendidas ou entregues em

arrendamento com o objetivo de mudar para a cidade e quantos membros da família e em que circunstâncias abandonaram a agricultura, temporária ou definitivamente (LÊNIN, 1980: 9).

Nesses termos, ao compreender a interferência estabelecida pelo capital nas produções agropecuárias familiares, considera-se a ressalva feita por Kautsky sobre adotar a teoria marxista como embasamento teórico-analítico.

Se se deseja estudar a questão agrária segundo o método de Marx, não se deve equacionar apenas o problema de saber se a pequena exploração tem ou não futuro na agricultura. Deve-se ao contrário, pesquisar todas as transformações experimentadas por esta última no decurso do regime de produção capitalista. Deve-se pesquisar se e como o capital se apodera da agricultura, revolucionando-a, subvertendo as antigas formas de produção e de propriedade, criando a necessidade de novas formas (KAUTSKY, 1968: 24).

Tendo o esclarecimento que a produção agropecuária familiar deve ser compreendida como partícipe de relações sociais no interior das quais o capital vai gradativamente alterando-as, acrescenta-se a necessidade de se fazer tal análise considerando uma dada realidade. Como bem destacou Brandão (2007: 67) “é preciso mergulhar no concreto e no histórico para captar e apreender as manifestações concretas dos fenômenos inerentes à dimensão espacial do processo de desenvolvimento capitalista em cada situação específica”. Nesse caso, a Amazônia, em geral, e o território do Sudoeste do Pará, em particular, constituem as realidades estudadas.

Ao compreender as diferentes formas da produção agropecuária familiar na Amazônia ponderou-se que a mesma sofreu, historicamente, consequências do capital, sobretudo, nas últimas décadas, sendo imprescindível ter o entendimento acerca do capital e sua interferência na realidade da Amazônia.

A ideia de interferência do capital e suas consequências na produção agropecuária familiar, bem como a expansão do desenvolvimento capitalista pelo território de diferentes formas ao se apropriar do espaço das relações é reforçada com a ressalva feita por Brandão (2007: 64) sobre as contribuições teóricas de extração marxista, em que se devem analisar as complexas relações entre a estrutura e a dinâmica do modo de produção capitalista e sua organização espacial. Assim, examinando a organização social como manifestação e reflexo das relações de produção.

A compreensão dada ao modo de produção capitalista é de que ele se faz por um movimento autônomo capaz de ultrapassar a si mesmo e de se relacionar com outras formas, destruindo ou se apropriando das mesmas. Nessa dinâmica, o capital, configura diferentes formas

tanto na produção quanto na circulação na tentativa de se formatar um todo econômico como se fosse único.

No entanto, o todo econômico, que forçada e intencionalmente vai se consolidando tem em sua composição diferentes formas de produção, como apontou Marx, constitui-se uma Unidade da Diversidade. No mesmo sentido, Brandão (2007: 72) considera que o capital impõe suas determinações mais gerais e imanentes, constituindo os equivalentes gerais para estabelecer a unidade à diversidade de relações existentes.

Brandão (2007: 72) afirma ainda, que a “homogeneização não deve ser associada a nenhuma ideia de afinidades ou de solidariedade de uma ‘comunidade’ particular, mas ao movimento universalizante do capital, arrebatando mesmo os espaços mais remotos a um único domínio. Apenas nesse sentido o capital é homogeneizador e abarcador”, apropriando-se das diversidades para que se faça homogêneo e hegemônico.

I.1. Da origem às diferentes formas do desenvolvimento capitalista

A teoria de evolução social e econômica, segundo Hobsbawm (1991: 16-17), ao introduzir o livro “Formações econômicas pré-capitalistas” se dá pelo progresso natural a partir do momento em que o homem alcança elevado grau de emancipação em relação à natureza e começava exercer seu domínio sobre a mesma. Nessa circunstância, o excedente produzido e a troca perdem a finalidade de uso, a manutenção do produtor e de sua comunidade passa a dar espaço para produção de mercadorias afastando o homem de sua relação espontânea com a natureza.

O afastamento é para Marx a separação do trabalhador de seu laboratório natural, a terra, completando o fenômeno quando o trabalhador é reduzido à simples força de trabalho. A produção, portanto, passa a ter a separação total entre uso, troca e acumulação transformando as relações originais no processo de individualização humana.

Tão logo as coisas se tornam mercadorias no exterior da comunidade, tornam-se também por repercussão mercadorias no interior da vida comunal. Sua relação quantitativa de troca é por enquanto inteiramente casual. São permutáveis pela vontade de seus possuidores de aliená-las reciprocamente. Nesse meio tempo se consolida, pouco a pouco, a necessidade por objetos de uso estrangeiros. A constante repetição de troca transforma-a em um processo social regular. Com o correr do tempo, torna-se necessário, portanto, que parte do trabalho seja intencionalmente feita para a troca. A partir desse momento, consolida-se, por um lado, a separação entre a utilidade das coisas para as necessidades imediatas

e sua utilidade para troca. Seu valor de uso dissocia-se do seu valor de troca. Por outro lado, torna-se a relação quantitativa, em que se trocam, dependente de sua própria produção. O costume fixa-as como grandeza de valor (MARX, 1983; Livro I, V.1: 82).

A propriedade perde seu sentido original. A relação do homem com suas condições de produção e as atitudes em relação às condições naturais deixam de serem pré-requisitos da própria existência. Ao desatrelar a propriedade da condição de produção, a riqueza é determinada a partir do momento em que se encontram trabalhadores livres ou meios de subsistências, matérias primas que, em outras circunstâncias, seriam propriedades das massas, mas com a transformação se tornam também livres e disponíveis para venda (MARX, 1991: 101).

Portanto “o processo histórico não é o resultado do capital, mas seu pré-requisito. Por meio do processo, o capitalista se insere como um intermediário (histórico) entre a propriedade da terra ou qualquer tipo de propriedade e o trabalho” (MARX, 1991: 102) e, assim, ao longo do tempo vai se apropriando das relações e determinando as condições necessárias para sua reprodução e expansão.

A estrutura social que se baseava na reprodução simples, dinamizada por grupos de parentesco com divisão interna do trabalho, com geração de excedentes e que estabelecia trocas mercantis, com o dinheiro como equivalente de riqueza constitui as relações de incertezas e explicitamente os jogos de interesses, complexificando as relações sociais. O sistema de uso tem sua desintegração no crescimento do comércio.

Ao compreender “A grande transformação”, Polanyi (1980) afirma que a produção e sua distribuição deixam de ser estabelecidas a partir dos princípios de reciprocidade, redistribuição e domesticidade. Isso acontece quando a produção e a distribuição passam a ter o lucro no horizonte e as relações são intermediadas pela propensão a barganhar, sendo estabelecida com a consolidação dos mercados. Uma das consequências é a transformação da sociedade em acessório¹⁰ do sistema econômico, muito embora os mercados, inicialmente, não controlassem a sociedade, a mesma vai se moldando para que o sistema funcionasse a partir das próprias leis e em função das expectativas de atingir a maximização monetária.

¹⁰ Em Marx (1984, Livro I, v.2: 158) encontramos a seguinte sentença “do ponto de vista social, a classe trabalhadora é, portanto, mesmo fora do processo direto do trabalho, um acessório do capital, do mesmo modo que instrumento morto de trabalho. Mesmo seu consumo individual, dentro de certos limites, é apenas um momento do processo de reprodução do capital. O processo porém, faz com que esses instrumentos de produção autoconscientes não fujam ao remover constantemente seu produto do polo deles para o polo oposto do capital. O consumo individual cuida, por um lado, de sua própria manutenção e reprodução, por outro, mediante destruição dos meios de subsistência, de seu constante reaparecimento no mercado de trabalho.

Em *O Capital*, Marx (1983; Livro I, v.1: 65) já evidenciava que “não é a troca que regula a grandeza de valor, mas, ao contrário, é a grandeza de valor da mercadoria que regula suas relações de troca”. Fazendo da sociedade refém do mercado e a produção passa a não mais responder às necessidades de reprodução, mas sim aos anseios das relações sociais, estimulando constantemente novas possibilidades e necessidades, o que fomenta a capacidade capitalista bem como a acumulação de capital.

O modo de produção capitalista tem sua gênese deslocando a forma trabalho, de produto valor de uso para forma mercadoria, valor de troca, e se desenvolve com a possibilidade de acumular capital. Independente dos meios, o fim é sempre o mesmo, o lucro.

A gênese do capitalismo é um processo histórico único, originário, que marca a origem do modo de produção que por sua natureza, abrange mercadorias de todos os modos de produção situados fora do seu estágio de desenvolvimento (NASCIMENTO, 1983: 39).

O pensamento exposto por Nascimento (1983) tem origem no desenvolvimento do modo de produção capitalista para Marx, para quem o desenvolvimento tem sua condição inicial no capital mercantil. Independente da origem e da forma do produto-mercadoria, o importante é a mercadoria e a relação que essa estabelece na troca.

Qualquer que seja o modo de produção donde saem os produtos que entram na circulação como mercadorias, seja a comunidade primitiva, a produção escravista, a da pequena agricultura burguesa ou capitalista, não altera o caráter delas como mercadoria e, como tais, tem de passar pelo processo de troca [...] O capital mercantil supõe os extremos os quais medeia: basta que esses extremos existam como mercadorias (MARX, 1986; Livro III, v.5: 375).

A condição deixa de ser ponto de partida e se perpetua como resultado da própria produção capitalista em consequência da reprodução simples: o capital é transformado em capital acumulado no processo de produção o qual passa a ser também o processo consumidor da força de trabalho pelo capitalista. O produto do trabalho deixa de ser “apenas” mercadoria para ser capital - “valor que explora a força criadora de valor, em meios de subsistência que compram pessoas, em meios de produção que empregam o produto”¹¹.

Marx, usa a expressão “o consumo do trabalhador é de dupla espécie” para explicitar como ação que sustenta tanto o capitalista quanto o trabalhador¹². O autor afirma que a

¹¹ Cf. Marx (1984; Livro I, v.2: 156).

¹² Nos dizeres de Marx, na própria produção, ele (o trabalhador) consome meios de produção, mediante seu trabalho, e os transforma em produtos de valor mais elevado que o do capital adiantado. Esse é seu consumo produtivo. Ele é simultaneamente consumo de sua força de trabalho pelo capitalista que a compra. Por outro lado, o trabalhador utiliza o dinheiro pago pela

“evolução” do capital se dá mediante apropriação da mercadoria, inclusive da força de trabalho, sendo que a contínua reprodução simples amplia o capital para forma acumulada e essa se alastra pela sociedade, estimulando cada vez mais necessidades e possibilidades de fazer e obter o lucro. Dada devida atenção, a condição material da conversão de renda em capital, Marx, assume a expressão de Sismondi para explicar o movimento, a espiral, como escala progressiva que realiza mediante a incorporação de força de trabalho adicional que retroalimenta e faz expandir o capital inicial.

Não que se deva compreender o desenvolvimento capitalista como fez Marx, mas sim a partir dos conceitos e entendimentos usados por ele para interpretar a realidade atual, a construção da *práxis*, fazendo uso do método, para entender o material, tendo claro, que é a situação concreta no interior da qual os indivíduos estão inseridos é que possibilita suas histórias, logo interpretando o modo de produção capitalista com suas diferentes condições e interesses concretos, pois novas relações são criadas, mantidas ou excluídas.

Nesses termos, é preciso ter clareza que por mais correta a explicação acerca do desenvolvimento do capital sempre estará tratando de uma forma reificada, transformando em coisa o conjunto de indivíduos que se relacionam por interesses diversos. Mais do que isso, significa ter o entendimento que o modo de produção capitalista não só se apropria e altera a realidade em função da acumulação, como ele próprio se altera para continuar reproduzindo sua lógica sem seguir uma cronologia. É como se tivesse aprendido que, para continuar se perpetuando, faz necessário tomar distintas formas, estabelecer relações diversas, gastando menos para obter mais.

Por esse prisma, é possível afirmar que o desenvolvimento do modo de produção capitalista não tende exclusivamente às relações entre capitalistas e trabalhadores assalariados, mas sim às inúmeras formas que os capitalistas adotam para deter os meios de produção, garantir a mercadoria, gerar mais-valia e acumular capital¹³. Caso contrário, onde não tivesse proletariado não teria a lógica do capitalismo interferindo nas relações. Mas em que lugar o capitalismo não

compra da força de trabalho em meios de subsistência: esse é seu consumo individual. O consumo produtivo e o individual do trabalhador são, portanto, inteiramente diferentes. No primeiro, atua como força motriz do capital e pertence ao capitalista; no segundo, pertence a si mesmo e executa funções vitais fora do processo de produção. O resultado do primeiro é a vida do capitalista, o do outro é a vida do próprio trabalhador (MARX, 1984; Livro I, v.2: 156-157).

¹³ A finalidade é a valorização do capital, a produção de mercadorias que contenham mais trabalho do que ele paga, portanto, que contenha uma parcela de valor que nada lhe custa e que, ainda assim, é realizada pela venda de mercadorias. Produção de mais-valia ou geração de excedente é a lei absoluta desse modo de produção trabalhador (MARX 1984; Livro I, v.2: 190).

está? E, ainda, se as relações são condicionadas pela dinâmica do capital, a questão é em que medida o capital interfere nas relações?

Notadamente que o desenvolvimento do capitalismo, principalmente no que diz respeito a sua expansão no Brasil e na Amazônia, não pode ser tomado pela interpretação à época de Marx, ou seja, que acumulação do capital seja a multiplicação do proletariado¹⁴, mas sim que a acumulação do capital se dá pela multiplicação de seus recompensados, no sentido de que o capital passou adotar formas além dos salários para se apropriar da força de trabalho e da mercadoria, nunca deixando de ostentar o lucro. Portanto, o movimento do capital deve ser considerado em cada leitura como momento dialético, ainda que os princípios sejam mantidos.

Nesses termos a seleção natural (Darwin, 2008) continua, não sendo mais ao acaso e nem sempre para eliminação. A seleção passa a ocorrer muito mais no sentido de apropriar, condicionar, determinar os menos aptos a obterem resultados (lucros) facilitados para os mais hábeis. Não ocorrendo a eliminação, mas sim a determinação por parte dos mais fortes, fazendo possível reler a afirmação feita por Oliveira (2003) que a agricultura atrasada (logo a menos apta) financiava a agricultura moderna e a industrialização¹⁵.

Oliveira (2003: 130) afirma ainda que “esse conjunto de imbricações entre agricultura de subsistência, sistema bancário, financiamento da acumulação industrial e barateamento da reprodução da força de trabalho nas cidades constituía o fulcro do processo de expansão capitalista”, o referido autor destaca que o caráter produtivo do atraso se faz como condomínio da expansão capitalista.

Há outra concordância com o texto do referido autor no que diz respeito à argumentação da mais-valia absoluta e relativa. Para não correr o risco de fazer o mau uso do texto e considerando essencial a leitura, destaca-se o trecho que trata da argumentação:

Marx chamou os salários de “capital variável”, exatamente porque se trata de um adiantamento do capitalista aos trabalhadores; é “variável” porque sua resultante na formação da mais-valia depende das proporções de emprego da mão-de-obra e dos tempos de trabalho pago e não-pago. Além disso, no lucro como recuperação da mais-valia, ela depende da realização ou não do valor. Ora, a tendência moderna do capital é a de suprimir o adiantamento de capital, mas dependerá dos resultados das vendas dos produtos-mercadorias. [...] No fundo, só a plena validade da mais-valia relativa, isto é, de uma altíssima produtividade

¹⁴ Reflexão feita por Marx (1984, Livro I, v.2: 188) quando discorria sobre a lei geral da acumulação capitalista.

¹⁵ Trata-se de uma adaptação do autor por considerar que as idéias explicitadas coadunam, pois Francisco de Oliveira defende que a agricultura atrasada não seria um empecilho para o desenvolvimento (discordando dos cepalinos) pelo contrário é uma forma de baixar os custos de reprodução da força de trabalho nas cidades, desse modo o menos apto não foi eliminado e sim usado pelo mais apto para se reproduzir.

do trabalho, é que permite ao capital eliminar a jornada de trabalho como mensuração do valor da força de trabalho, e com isso utilizar o trabalho abstrato dos trabalhadores “informais” como fonte da acumulação de capital na periferia. (OLIVEIRA, 2003: 136-137).

O capitalismo vai ocupando os espaços com a intenção de cada vez mais estabelecer relações menos formais com o prestador de serviço. Os menos aptos a desenvolverem a lógica capitalista tornam-se os dependentes na visão do capital. Há situações, que para o capital, o melhor é recorrer às formalidades contratuais e, nesse caso, o faz para garantir sua expansão.

O exposto é que o capital não pode ser compreendido a partir de uma única forma, um único tipo de relação. As contradições são manifestadas em diferentes circunstâncias. É preciso entender que o modo de produção capitalista precisou e fez constituir outras classes além dos trabalhadores assalariados como mecanismo de reprodução e expansão da lógica do lucro por meio da mercadoria.

A explicação metafórica para tal compreensão é ter o capital como um ‘bicho’ que conseguiu evoluir se evoluindo a ponto de estabelecer tanto relações interespecíficas quanto intraespecíficas (PINTO-COELHO, 2000: 38). Assim, quando necessário garante uma relação coevolutiva (interespecífica), de dois ou mais seres de espécies diferentes se relacionando estreitamente com dependência parcial um do outro para continuar existindo, a competição e a protocooperação são tipos dessa relação. Quando não, o ‘bicho’ estabelece relações intraespecíficas, configurando uma divisão do trabalho entre indivíduos da mesma espécie, chegando até à relação de canibalismo, relação pelo qual o indivíduo mata o outro para se alimentar e assim continuar sobrevivendo.

Dessa forma, o ornitorrinco capitalista, acumulação truncada de uma sociedade desigual sem remissão que combina o *status* rebaixado da força de trabalho com dependência externa (OLIVEIRA, 2003), torna-se maior, mais forte e mais versátil. A diferença em relação à teoria do referido autor é que o ‘bicho’ se torna ‘superdesenvolvido’, capaz de demonstrar sua máxima força (apropriação, espoliação, degradação, desumanização, etc.) para implantar suas relações em uma sociedade (nação) subdesenvolvida que padece de problemas de desigualdade entre as regiões.

Utiliza-se da expressão ‘bicho superdesenvolvido’ para frisar que o modo de produção consegue se manifestar com formas diversas e com mais intensidade por aproveitar dos espaços e das relações de uma sociedade subdesenvolvida, ou seja, conjunto de condições e

relações que uma dada sociedade (nação) tem e estabelece. Muitos leem a teoria do subdesenvolvimento como etapa para o desenvolvimento, tal leitura é errada e danosa para países como o Brasil. É preciso ter clareza de que os problemas são estruturais e não podem ser mascarados com medidas paliativas, pois não resolvem os reais problemas da sociedade, e ainda, acabam nutrindo o ‘bicho’ para continuar criando novas formas e, assim, superdesenvolver.

O modo de produção capitalista adota sua condição mais moderna de determinação das relações, passando pela subordinação de uma forma de capital por outra, articulando diferentes nações, regiões em uma estrutura dividida entre exploradores e explorados como condição do processo de acumulação, de modo que a:

[...] intrusão do capital pode não causar grande modificação aparente nas condições sob as quais o trabalho é executado, mas causa alteração enorme nas relações pessoais entre o trabalhador e seus companheiros, quando reduzido a uma posição de dependência (DOBB, 1977: 22).

O Brasil, em geral, mas especialmente a Amazônia, é exemplo de território onde o ‘bicho’ toma seu *status* de ‘superdesenvolvido’ devido às condições anacrônicas em que se encontra, permitindo engendrar distintas relações sociais que facilitam a perpetuação do capital. Nesse sentido, em determinadas circunstâncias ao invés de alterar a forma de apropriação, usurpando do trabalhador o seu direito, provoca a dependência como única forma de reprodução e sobrevivência.

I.2. Desenvolvimento capitalista e heterogeneidade estrutural brasileira

A formação econômica e social do Brasil foi estabelecida mediante a drástica interferência das chamadas nações capitalizadas, desenvolvidas, nações “centro” na divisão internacional do trabalho. Notadamente, tal circunstância não possibilitaria outra conformação se não os desajustes estruturais e os notáveis desequilíbrios como condicionantes da implantação e perpetuação do modo de produção capitalista exacerbado.

De acordo com Sampaio Jr. ao discutir sobre o “Impasse da formação nacional” a dificuldade de afirmação da nação decorrem de terríveis contradições de uma formação social marcada:

[...] pelo genocídio da civilização pré-cabralina; pelo ultra-eletismo de uma sociedade incapaz de resolver suas pendências com o passado escravista; pelo caráter predatório assumido pela atividade econômica em relação ao meio ambiente; pela extrema vulnerabilidade do país às vicissitudes do capital

internacional e ao arbítrio do sistema imperialista; pela inadequação da base produtiva para atender às necessidades do povo; pelos obstáculos encontrados para afirmar o domínio sobre um território continental, composto de regiões mal articuladas e desconexas entre si; pela falta de identidade nacional de um aglomerado humano recente, oriundo de diferentes partes do globo, pela precariedade das instituições administrativas e políticas que compõem o aparelho de Estado; e, finalmente pelo arraigado colonialismo cultural de nossas elites (SAMPAIO JR., 1999: 416).

O impasse da formação não foi espontâneo ou involuntário, como causa de um processo natural, pelo contrário, foi induzida e determinada, pois os países centrais precisavam comercializar seus produtos, e mais, necessitavam de espaços que garantissem a produção primária. A pressão dos países capitalizados era constante e propulsora para a expansão do capitalismo, o conflito de interesses estava dado e alguém deveria arcar com o ônus. Furtado (2001: 6) destaca que “o início da ocupação econômica do território brasileiro é em boa medida consequência da pressão política exercida sobre Portugal e Espanha pelas demais nações europeias”.

A partir dessa configuração, o Brasil assim como outros territórios arcou com o ônus sem condições de rebater a dinâmica que lhe foi imposta. O Brasil, nesse contexto, apresenta-se como o único país a ter o capital comercial desenvolvido por uma grande empresa agrícola, sendo possível mediante a apropriação do que já estava em curso no país para se estabelecer a divisão do trabalho, favorecendo a concentração de terra como fonte de poder.

A estrutura agrária brasileira apresenta uma série de características cuja compreensão requer uma análise do processo histórico de sua formação. A abundância de terras, o clima tropical ou subtropical e a quase inexistência de mão-de-obra local na fase inicial de ocupação, fizeram que a grande unidade de exploração se impusesse como forma predominante e quase exclusiva de organização. [...] os interesses da grande propriedade, ou seja, da classe de grandes proprietários constituíram nas fases subsequentes o eixo em torno do qual giraria todo o sistema de decisões concernentes à ocupação de novas terras à criação de emprego para uma população crescente (FURTADO, 1978: 93).

Não havendo o interesse de dinamizar o continente, a Europa necessitava colonizar para continuar ampliando seu comércio e expandir as relações capitalistas como forma de acumular riquezas. Na prática não havia nenhuma consideração pelos novos territórios, quanto mais se conseguisse submeter e impor uma relação de exploração melhor seria para os capitalistas. Segundo Prado Jr (1998) não havia, inicialmente, a intenção de povoar a América, o

comércio era o real interesse e por isso o desprezo pelo território primitivo e vazio, afirma o autor:

[...] todos os grandes acontecimentos desta era a que se convencionou com razão chamar de “descobrimientos”, articulam-se num conjunto que não é senão um capítulo da história do comércio europeu. Tudo que se passa são incidentes da imensa empresa comercial a que se dedicam os países da Europa (PRADO JR., 1998: 15).

Em meio ao contexto de disputas entre os países europeus e a expansão de seus territórios de influência, determina-se a economia brasileira que assume o caráter primário-exportador; uma economia pautada na grande propriedade e no monocultivo, com “o objetivo de produzir gêneros de grande valor comercial, e por isso, altamente lucrativos” (PRADO JR., 1998: 34).

O Brasil, em verdade, foi consolidando sua economia por meio do processo de dispersão produtiva e ocupacional pelas diferentes regiões, isso mediante aos interesses do capital e suas interferências nas formas de produção regional. Segundo Furtado (1978: 92); Cano (2002: 118), a dispersão produtiva ocorre com a prática da agricultura itinerante, a qual proporcionou a absorção e o aproveitamento de seus resultados de forma distinta ao longo do país contribuindo para a desigualdade regional.

Para Cano (2002: 119), a dinâmica de dilatação da fronteira agrícola “reproduz o padrão de concentração da propriedade, da renda e do poder, o que se faz mantendo a estrutura das relações sociais predominantes, logo, a marginalidade social”. Na Amazônia, historicamente, o capital comercial explora os recursos naturais e dinamiza as desigualdades sociais e produtivas como subsídio à sua reprodução e valorização, fazendo-se o bicho superdensenvolvido, apropriando-se das adversidades geográficas e das relações sociais anacrônicas para se expandir e determinar as dinâmicas produtivas.

Do ponto de vista diacrônico, o modo de produção capitalista tem sua origem embasada na economia agrária voltada para o mercado, tendo durante muito tempo a mão de obra escrava como recurso para produção. Mesmo mais tarde, com a substituição do trabalho escravo por trabalhadores livres, manteve-se a natureza estrutural da grande exploração. A perpetuação da grande exploração para Prado Jr (1966: 118) se deu pelo fato de não ter constituída inicialmente no país uma economia e classe camponesa, produção individual ou familiar, como na economia europeia.

Contrariamente do que previu Prado Jr (1966: 123-124), o Brasil surgiria progressivamente do aglomerado heterogêneo e originário de raças e povos díspares, para um futuro que seu povoamento estruturado comportaria uma organização e sistema econômico voltado fundamentalmente para a satisfação das necessidades, capazes de assegurar a existência com padrões da civilização e cultura. A “herança da história”, como afirmou Furtado (1978), condicionou uma estrutura desigual marcada por um processo no qual a minoria conseguiu submeter seus interesses a uma maioria condicionada.

Dessa forma, o controle da propriedade da terra por uma minoria impediu que frutificasse todo ensaio de atividade agrícola independente da empresa agromercantil. Visto o problema de outro ângulo, esta conseguiu reduzir a população escrava a um potencial de mão-de-obra à sua disposição (FURTADO, 1978: 98).

A concentração da propriedade da terra significava a concentração de renda. A esse respeito, Furtado (1978: 106) afirma que se a propriedade está concentrada, “a massa rural estará basicamente constituída de trabalhadores dependentes de emprego em terras das empresas agromercantis”, independente da forma de relação de trabalho – morador, foreiro, renteiro, arrendatário, trabalhador assalariado, colono, etc. Tais formas refletem a metamorfose da grande propriedade no esforço de garantir o monopólio da propriedade fundiária.

Por outro lado, a prática da agricultura itinerante dentro das grandes propriedades imobilizava significativas quantidades de terra, implicando em destruição dos recursos naturais por meio de técnicas agrícolas rudimentares. A partir dessa interpretação, Cano (2002: 118) afirma que essa condição moldará a maior parte das estruturas sociais no país, consolidando o processo de alta concentração da propriedade fundiária de um lado e a pauperização da pequena produção agrícola do outro.

A prática da agricultura itinerante e a busca no interior do país por novas áreas produtivas introduz a heterogeneidade estrutural que se arrasta pela história. Mesmo com as tentativas de superação via industrialização do país, não se mitigou o problema, pelo contrário, a dependência do país aumentou em relação às economias capitalizadas e as questões sociais foram agravadas no interior do Brasil. Pinto (1979) ao estudar o caso da América Latina afirma que o aprofundamento da heterogeneidade ocorre devido ao processo de “colonialismo interno” e pela existência do “centro autossustentado”.

O autor (PINTO, 1979) destaca que a condição de desigualdade interna dos países em parte é condicionada pela concentração em determinadas regiões, as quais conseguiram

estabelecer um “complexo exportador” que apesar de movimentado por estrutura de produção primitiva a sua demanda é considerada civilizada. Os dividendos gerados aprofundam o desequilíbrio por não existir um mecanismo de compensação para as regiões internamente colonizadas em consequência de problemas gerados nos “centros autossustentados”.

O colonialismo imposto condicionou o Brasil à marcante característica do subdesenvolvimento. “A acumulação não produziu transformações nas estruturas sociais capazes de modificar significativamente a distribuição da renda e a destinação do excedente” ao contrário das economias do centro, o efeito foi inverso concebendo a elevação do subemprego e o reforço de estruturas tradicionais de dominação ou formas similares. A “acumulação estava a serviço da mundialização dos mercados” (FURTADO, 1994: 38).

Para maiores detalhes acerca do colonialismo brasileiro faz-se necessário expor aqui, o pensamento de Cardoso de Mello ao escrever sobre “As raízes do capitalismo retardatário”. Em sua obra célebre “O Capitalismo Tardio”, o autor afirma que “a economia colonial organiza-se para cumprir uma função: a de instrumento de acumulação primitiva de capital” (1984: 39) e, em seguida, descreve que o capital se desdobrou no âmbito da circulação e invadiu a esfera da produção, constituindo a economia colonial, logo:

[...] tratava de colonizar para o capitalismo [...]. Em suma, o tipo de desenvolvimento das forças produtivas e as correspondentes relações sociais de produção são instauradas pelo capital comercial em seu proveito [...]. Em última análise, o movimento próprio da economia colonial foi-lhe retirado pela impossibilidade de acumular autonomamente ao se estabelecerem a apropriação e o controle do excedente pela burguesia comercial metropolitana (CARDOSO DE MELLO, 1984: 41).

Fundamentando na interpretação feita por Furtado e Cardoso de Mello, pode se afirmar que o subdesenvolvimento é um fato social, tecido historicamente sobre o marco do colonialismo e nas diferentes formas e períodos de acumulação capitalista, por isso é que não se pode ignorar, mesmo hoje formalmente em extinção, o aspecto colonial da análise da gênese do subdesenvolvimento (GONZÁLES, 1988: 61).

Interpretar as relações capitalistas a partir da teoria do subdesenvolvimento é antes de qualquer coisa, buscar a consciência dos limites impostos ao mundo periférico pela divisão internacional do trabalho. O subdesenvolvimento, não deve ser tratado como etapa na trajetória do desenvolvimento ou uma questão de atraso, mas como condição de assimetria estrutural nas relações da periferia no mundo capitalista com seu centro.

Ponderadas as reflexões acerca do subdesenvolvimento, interpreta-se a coexistência de formas diferenciadas de organização da economia e de realização material dos indivíduos em sociedade, a heterogeneidade. Dessa maneira, tem a análise considerando que o desenvolvimento vem provocando uma concentração crescente da renda mundial, com ampliação progressiva do fosso entre as regiões ricas e os países subdesenvolvidos, manifestando complexas relações de dominação e dependência entre povos (CAVALCANTI, 2001: 61).

Ao invés de se utilizar da prerrogativa do subdesenvolvimento poderia se deter na afirmação de que no Brasil e, conseqüentemente, na Amazônia o que se tem é o modo de produção capitalista transcendendo suas diversas formas para impor suas relações (como dito anteriormente), mas isso conduz ao erro de generalizar fatos de uma realidade concreta que distinguem da situação em que se encontra o desenvolvimento capitalista em outras nações.

O país arrasta e sustenta um problema estrutural e mesmo quando no melhor de suas relações capitalistas estabelecia índices crescentes a sociedade padecia em condições desumanas. Isso é o capitalismo? Sim, mas interpretado como “capitalismo bastardo¹⁶”, possível, justamente, devido às condições heterogêneas do subdesenvolvimento.

A intencionalidade, nesse caso, é além de diferenciar as condições dos países “centro” dos países “periferia” é expressar a necessidade de que devem ser estudadas e interpretadas suas relações dentro da concreticidade¹⁷:

[...] isso não invalida, como muitos supõem, conceitos, métodos e teoria acumuladas previamente [...] essa herança deve ser aproveitada e criticamente enriquecida. O que varia é o modo pelo qual o regime de classe “nasce” e se “desenvolve”, com influências dinâmicas externas que afetam tanto a história quanto as estruturas das sociedades dependentes e subdesenvolvidas (FERNANDES, 2004: 229).

O modo de produção capitalista encerra alto grau de complexidade que impossibilita qualquer leitura generalizada de suas condições e contradições. Esse modo de produção constrói suas relações dependendo das condições encontradas para se reproduzir, assim a depender das bases socioeconômicas e as necessidades das populações são estabelecidas distintas relações ao se impor diferentes formas de produção.

¹⁶ Expressão adotada por Furtado (1967: 198) em sua obra “Teoria política do desenvolvimento econômico”.

¹⁷ Em Fernandes (2004: 231) “Isso implica em romper com o resíduo naturalista implícito na ideia de que o regime de classe surge da mesma maneira, funciona do mesmo modo e produz os mesmos resultados onde quer que ele apareça. [...] Ao estudar o regime de classes em sociedade que se defrontam com o desenvolvimento capitalista induzido e controlado de fora, além de sujeitos ao impacto negativo das debilidades resultantes de suas posições heteronômicas, os cientistas sociais têm de operar, tanto descritiva quanto interpretativamente, com uma heterogeneização máxima dos fatores propriamente estruturais e dinâmicos da diferenciação social.

Uma das características marcantes de países que padecem com subdesenvolvimento é o desequilíbrio regional em consequência, como já mencionado, do “colonialismo interno”. O modo de produção capitalista se apropria dos espaços existentes, novas regiões, para expandir sua capacidade concentradora e com isso o movimento de acumulação do capital tem sua expressão espacial, sendo:

Inconteste que o movimento da acumulação de capital se processa, em sua expressão espacial, de forma mutável, parcial, diversa, irregular e com alta seletividade. As manifestações no espaço da valorização e da riqueza são altamente discriminatórias. Existe, assim, um processo de busca e seleção por pontos do espaço que ofereçam maior capacidade de apropriação privada de rendimentos e onde “valorizar o valor” seja mais fácil (BRANDÃO, 2007: 52).

Ratificando a ponderação feita por Brandão (2007: 68) deve-se pensar as regiões como *loci* da reprodução social específicas, analisando a produção de espaços concretos e em decorrência da divisão regional do trabalho, captando suas determinações históricas particulares. Para o autor, não faz sentido as leis gerais do movimento, pois as categorias sociais não são universalizáveis, logo o desenvolvimento não pode prescindir a história.

A busca por espaços regionais para valorizar a si mesmo faz-se essencial ao desenvolvimento do modo de produção capitalista generalizando suas relações e desfazendo as fronteiras territoriais para formação de um único mercado. A formação unificada do espaço se dá mediante a penetração do capital em todos os âmbitos da sociedade, é o capitalismo levando o mercantilismo às últimas consequências.

Para Chesnais & Serfatti (2003) a expansão do modo de produção capitalista é como gerador de desnível econômico entre os grupos sociais, tanto em termos de riqueza quanto de poder, criando vetores importantes de pressão sobre as políticas econômicas e ambientais em todas as partes do mundo. Segundo os próprios autores (2003: 43) é “evidente que estamos diante de mecanismos e de políticas conscientes de reprodução de uma dominação social mundializada”.

A meta do dinamismo do modo de produção capitalista é a acumulação, para exercer esse papel faz-se inevitavelmente expansivo. Na citação feita por Harvey (2005: 71-72) de dois trechos dos *Grundrisse* de Marx pode ser facilmente apreendida tal afirmação.

A criação, pelo capital, da mais-valia absoluta [...] depende da expansão – especificamente da expansão constante – da esfera da circulação [...] A condição prévia da produção com base no capital é, portanto, a produção de uma esfera constante maior de circulação. Desse modo, como o capital possui a tendência,

por um lado, de sempre criar mais trabalho excedente, ele possui tendência complementar de criar mais pontos de troca.

A produção da mais-valia relativa [...] exige a produção de consumo novo; exige que o círculo do consumo dentro da circulação se expanda, como fez anteriormente o círculo da produção. Inicialmente, a expansão quantitativa do consumo existente; em segundo lugar, a criação de novas necessidades, propagando as necessidades existentes num círculo maior; em terceiro lugar; a produção de novas necessidades, e a descoberta e a criação de novos valores de uso (MARX, 1973: 407-10 por HARVEY, 2005: 71-72).

Como visto, há a tendência de criar um mercado único capaz de subjugar as relações em função da troca, ocorrendo a dominação espacial por parte do capital no cumprimento do objetivo de valorizar a si próprio, mas isso não se faz aniquilando os espaços. O capitalismo produz a paisagem geográfica (de relações espaciais, de organização territorial e de sistemas de lugares ligados por meio de uma divisão global do trabalho e de funções) apropriada à sua própria dinâmica de acumulação num momento particular de sua história, simplesmente para reduzir a escombros e reconstruir a paisagem geográfica acomodando a acumulação num estágio ulterior (HARVEY, 2004b: 87).

Quando mencionada a dominação espacial, a formação de um mercado único é evidente que está colocado à integração das diferentes regiões por imposição da lógica de acumulação. Essa integração para Brandão (2007: 76) é sempre um processo contínuo e de difícil reversão, deliberado, evidentemente, pelo vetor “centro dinâmico” => “periferia”, apesar de não poder ser considerado unidirecional sempre ocasionará às regiões aderentes adaptações de intencionalidades e naturezas diversas.

A expansão do modo de produção capitalista impõe às regiões periféricas que vivenciam problemas recorrentes as suas formas arcaicas de produção, criando força ao constituir novas relações nos novos territórios, quase sempre com custos mínimos, depois de instalado, passa a determinar a dinâmica de produção em espaços privilegiados de acumulação¹⁸.

Pode-se afirmar, fazendo uso das palavras de Cardoso de Mello (1984: 16) em “Capitalismo Tardio”, o que ocorre em consequência da integração das diferentes regiões é o aprofundamento do desenvolvimento desigual. Esse aprofundamento se dá pela manutenção dos

¹⁸ Para Brandão (2007: 109) a acumulação de capital geralmente logra, na longa duração, integrar a economia nacional, formando um único espaço nacional de valorização, embora esse processo pouco tenha a ver com a diminuição das especificidades intra e inter-regionais. Muito pelo contrário, a integração põe em toda sua inteireza a questão do fosso no nível de desenvolvimento das forças produtivas entre as regiões, impondo a conscientização da natureza desigual do processo de desenvolvimento capitalista e explicitando uma “questão regional”.

incrementos de produtividade nas regiões mais desenvolvidas do país ao mesmo tempo em que se apropria dos resultados obtidos com a integração das regiões periféricas.

Neste sentido, para estudar a Amazônia é preciso entender o legado de sua integração à economia nacional como resultante do desenvolvimento do capital no Brasil e sua expansão para regiões periféricas, como fez Nascimento (1983: 97) ao enfatizar que o capitalismo “liga todos os países do mundo e as diferentes formas de organização da produção, num todo econômico único”. Assim, interpreta-se o desenvolvimento do capital na Amazônia como causa direta da forma como a região foi integrada à economia nacional, sendo influenciada diretamente pelo incessante esforço de atrelamento à economia internacional.

I.3. Desenvolvimento capitalista e espaço agrário brasileiro

O fato do capital ter se desenvolvido provoca repensar a afirmação feita por Smith (1983) acerca do Capital e Agricultura. Ao ressaltar que “a natureza da agricultura não comporta tantas subdivisões do trabalho, nem a diferenciação tão grande de uma atividade para outra, quanto ocorre nas manufaturas”, Smith (1983; v.1: 42) chamava atenção para a dificuldade que o capital encontraria ao penetrar no campo, como fez noutros espaços. Tal afirmação, até caberia à época do autor, mas, atualmente, sem necessariamente depender das especificidades da divisão do trabalho o capital se apropria do espaço agrário determinando as relações sociais e de produção.

Nesse aspecto, há concordância com a teoria apresentada por WOOD (2000) sobre “as origens agrárias do capitalismo”. De maneira notável, a autora chama atenção para a relação entre o aumento da produtividade, da lucratividade e a propriedade individual plena já existir antes mesmo da proletarização da força de trabalho na Inglaterra, inclusive sendo a responsável pelo surgimento da proletarização. O formato exclusivo e excludente de produzir expropriou os camponeses, gerando um contingente de sem-terra, os quais foram sujeitados aos imperativos do mercado.

Wood (2000) faz a seguinte afirmação quanto à origem do capitalismo.

[...] o capitalismo, com todo seu impulso específico de acumular e de buscar o lucro máximo, nasceu não na cidade, mas no campo, num lugar muito específico, e tardiamente na história humana. Ele requer não uma simples extensão ou expansão do escambo e da troca, mas uma transformação completa nas práticas e relações humanas mais fundamentais, uma ruptura nos antigos

padrões de interação com natureza na produção das necessidades vitais básicas (WOOD, 2000: 13).

Para a referida autora, a origem do capital está no momento em que as relações comerciais realizadas passam a ser determinadas e reguladas pelo mercado. Camponeses-proprietários, senhores de terra e funcionários se apropriavam da produção dos outros sem depender diretamente do mercado. Quando isso acontece, o mercado começa a mediar a relação entre os sujeitos e passa a existir o imperativo do capital.

Os proprietários e arrendatários ao se preocuparem com o chamado melhoramento, ou seja, com o aumento da produtividade da terra com a meta de obter lucro adotaram novas formas de concepção de propriedade, a qual previa concentração da terra, buscando eliminar as práticas tradicionais que inviabilizavam a ampliação da produção nas mesmas.

Os cercamentos, prática usada para redefinição dos direitos de propriedade como estratégia de melhorar os ganhos com a terra, significaram a retirada dos direitos de uso de pessoas que dependiam dos campos para produzirem o seu sustento. O movimento de ‘melhoramento’ transformou as relações sociais estabelecidas no campo, sobretudo nas trocas do homem com a natureza, o que fez impulsionar a expansão capitalista (WOOD, 2000: 27).

Retoma-se a história e a teoria da origem agrária do capitalismo para afirmar que o desenvolvimento capitalista e a interferência que impõe no agrário não constituem uma relação da contemporaneidade ou ainda como resultado da modernização.

Carvalho (1984: 44) afirma, ao analisar o caso brasileiro, que “a relação de subordinação ao capital das relações sociais de produção no campo, não tem seu começo no período recente quando se assiste ao processo de modernização da agricultura”. Para o autor a subordinação se dá através da própria dinâmica do capital, quando constituído como relação social dominante, estabelecem sua dominação concreta às demais relações de produção pré-existentes.

A ação do capital não determina um “novo padrão agrícola” (KAGEYAMA e SILVA: 1990) como muitos pensadores acreditaram que aconteceria por meio da modernização. Pelo contrário, vivenciou na trajetória do país a manutenção de estruturas antigas ao mesmo tempo em que foi imposta uma lógica desconectada e incompatível em grande medida com a realidade concreta do país.

No caso brasileiro, o capitalismo na sua expansão histórica não só vem redefinindo antigas relações de produção subordinando-as ao processo global de

reprodução do capital, como também, às vezes, tem engendrado relações de produção não tipicamente capitalistas, contraditórias, mas necessárias à acumulação ampliada do capital (CARVALHO, 1984: 88).

O desenvolvimento capitalista não elimina imediatamente as formas não capitalistas. Em determinadas condições mantém essas relações e as adaptam a seus interesses para garantir a apropriação do excedente gerado, subordinando direta e indiretamente o processo de produção. No Brasil, grupos econômicos apoiados em políticas governamentais operacionalizaram a investida do capital no campo com o objetivo de dinamizar as relações internacionais via mercado, fazendo uso da modernização.

Essa relação de dependência, o vínculo gerado com os países desenvolvidos, contribuiu sobremaneira para perpetuar as desigualdades ao estabelecer novas relações de dominação do capital no agrário brasileiro, seja em função do atrelamento dos produtores ao capital por meio do endividamento junto aos bancos, nos casos em que compulsoriamente adquiriram implementos e equipamentos ou em função da expropriação e/ou espoliação dos produtores de suas áreas, forçados a incorporar a dinâmica dos trabalhadores rurais ou aos centros urbanos se tornando força de trabalho barato.

Szmrecsányi e Ramos (1993), afirmam que há uma unanimidade entre os autores das diferentes matizes sobre as políticas agrícolas postas em ação desde 1965 e destacam que:

O crédito rural subsidiado foi o mais importante instrumento de que lançou mão o Estado brasileiro da época para promover a chamada modernização de nossas atividades agropecuárias. Da mesma forma, já foi devidamente enfatizado que tal crédito beneficiou de maneira bastante desproporcional os grandes proprietários, constituindo-se numa das faces mais visíveis da estratégia de modernização conservadora (SZMRECSÁNYI & RAMOS 1993: 238).

Notadamente, após as políticas governamentais adotadas para “dinamizar” o agropecuário passa a ter no país recorrentes problemas atrelados à condição agrária e agrícola, sobretudo pelo aprofundamento das desigualdades geradas. Cabendo a reflexão feita por Silva (1989) ao propor discutir as políticas para a agricultura moderna brasileira, na qual pondera acerca da heterogeneidade aguçada entre as estruturas de produção no país, afirmando que:

[...] não se pode mais compreender a estrutura e a dinâmica da agricultura brasileira sem levar em conta a estrutura e a dinâmica dos setores industriais com ela interrelacionados, bem como as formas e as características próprias das ligações que se estabelecem entre eles. Também é insuficiente tratá-las de forma abrangente, substituindo a agricultura por um pretense CAI genérico. A heterogeneidade da situação é tal que somente a partir de casos concretos e

específicos é possível compreender de fato a dinâmica da produção e das mudanças estruturais nas atividades agrícolas (SILVA, 1989: 319).

À medida que a penetração do capital avança no agrário, por meio da modernização, são determinadas transformações nas estruturas socioeconômicas, sobremaneira nas conexões com o setor urbano-industrial. São desencadeados processos que culminam na modernização de determinados ramos da agropecuária e até mesmo na reorganização socioeconômica de unidades produtivas, como destacou Lacerda (1985).

Ocorre na agricultura uma ampla e complexa modernização de suas técnicas de produção e de distribuição. Em consequência, efetua-se uma espécie de aproximação (ou, o mais correto, uma reunificação) desse setor em relação ao restante dos mercados de insumos e de produtos, como também através de trabalho, de terra e financeiro. Ao mesmo tempo, que diz respeito à própria organização socioeconômica interna das unidades produtivas, verificam-se complexas alterações nas relações de trabalho e de propriedade vigentes no campo (LACERDA, 1985: 19).

Ao mesmo tempo em que o setor agropecuário moderniza suas técnicas de produção e distribuição proporciona ao setor primário formas irregulares e discriminatórias. Nas palavras de Silva (1989: 324) “o desenvolvimento capitalista é por si mesmo contraditório: cria e destrói; gera riqueza de um lado e miséria de outro”. Consequentemente, as interferências e respostas são diferenciadas gerando em determinados casos a real integração da agropecuária à indústria, no entanto, em outros se perpetua a simbiose que ocorria entre as demais atividades econômicas e a agropecuária.

O Brasil sofre transformações significativas nos modos e na dinâmica da produção agropecuária em função da modernização. No entanto, não significam mudanças nas condições históricas das relações entre trabalhadores e patrões. Em verdade, ocorre a preservação das perversas características de relações arcaicas de trabalho e práticas convencionais no trato das lavouras e criações, demudando e complexificando as relações no agrário brasileiro.

Bem certo que ocorreram mudanças e modernização na trajetória do meio rural. Agora, até que ponto se estabeleceu um novo padrão no meio rural brasileiro? Este questionamento se justifica por entender que mesmo dada essa “evolução” no setor, problemas estruturais permaneceram e ainda foram aprofundados devido aos desequilíbrios nas dinâmicas produtivas entre as regiões do país, tendo seu agravamento com tentativas inadequadas de mecanismos de promoção do “desenvolvimento” (HERRERA e OLIVEIRA, 2008: 6).

A difusão do progresso técnico atinge fundamentalmente a agropecuária do Brasil no Centro-Sul, acentuando as desigualdades estruturais interregionais ao proporcionar alterações no

perfil produtivo das unidades regionais atingidas pela modernização e mantendo o arcaísmo da produção noutras áreas do país.

Para Delgado (1985), o processo de modernização se faz perante a diferenciação e com exclusão de grupos sociais e regiões, não se tornando um processo homogeneizador do espectro social e tecnológico da agricultura brasileira. Ao fazer esta afirmação, o autor menciona que deve ser ressaltado que o projeto modernizante abrange basicamente os Estados do Centro-Sul e que as demais regiões do país não são incorporadas no processo de modernização, passando, então, a cumprir papéis periféricos na agricultura brasileira. Seguindo o raciocínio do conservadorismo da modernização o mesmo afirma:

Quanto às regiões não atingidas de maneira predominantemente pela modernização – o Nordeste, de agricultura geralmente arcaica, e as regiões novas (fronteira agrícola) – prevalecem processos produtivos grandemente heterogêneos e uma estrutura agrária dominada pela grande propriedade. A valorização no setor agrícola não se dá aí, de forma necessária, por intermédio do CAI, mas pelo controle da propriedade fundiária. Esse é, pois, o lado conservador do projeto de modernização agrícola, que passa pela mediação política de acordo com complexas e instáveis alianças (DELGADO, 1985: 42-43).

Santos (1991), no mesmo sentido, afirma que entre 1965 e 1984, já se tinha no país um espaço agrário muito mais complexo do que os períodos anteriores, o autor atrela esta situação como consequência da modernização que se deu de maneira desigual e excludente na agropecuária. Para Santos:

Houve, naqueles anos de modernização autoritária, uma diversificação da burguesia agrária, com a formação dos complexos agroindustriais, uma reconversão de proprietários territoriais em empreendedores capitalistas, e a formação de novas frações da classe dominante – os granjeiros da soja e do trigo e os empresários familiares (SANTOS, 1991: 258-259).

Na verdade, o que se constrói é uma trajetória agropecuária no país permeada pelas diferentes formas de produção agropecuária, bem como enfatizou Szmrecsányi (1991: 83) ao referir-se à produção brasileira como altamente diferenciada, principalmente em termos regionais, técnicos e sociais.

As diferentes formas de produção constituídas no agrário brasileiro engendram contradições, por exemplo: por umas terem sofrido o processo de modernização; outras estimuladas ou condicionadas a se industrializar; por muitas terem mantido a tradição na forma

de produzir; e além daquelas que transpuseram as especificidades da agropecuária e se consolidaram como complexos agroindustriais.

Souza (1982: 3) destaca que a condição histórica do desenvolvimento capitalista em geral se caracteriza pela reprodução de contradições no interior do próprio processo de acumulação. Dessa forma entende-se a expansão do capitalismo no campo através da penetração do capital, concomitantemente, destruindo e/ou reproduzindo relações não capitalistas de produção.

As formas de produção no Brasil não são eliminadas ao longo da história, mas sim condicionadas pelo *time* e interesse do capital que seguindo suas próprias necessidades repulsa ou estabelece novas relações. A heterogeneidade é condição prévia para a reprodução do capital no agropecuário brasileiro, interferindo com condições e intensidades distintas nas diferentes formas produtivas.

A heterogeneidade aprofundada no agrário brasileiro pela expansão do capital pode ser compreendida textualmente nas palavras de Sorj (1980), que destaca:

O processo de penetração do capital na base do processo produtivo agrícola determina uma transformação e diferenciação constante das características dos diferentes tipos de empresas agrícolas. Grande parte dos latifúndios se transformam em modernas empresas capitalistas, diferenciando-se cada vez mais dos antigos latifúndios tradicionais assestados na exploração da renda dos pequenos produtores. A pequena produção por sua vez ou é marginalizada ou se integra ao complexo agroindustrial, gerando uma camada de pequenos produtores capitalizados (SORJ, 1980: 12).

Tem-se a acepção de que ocorre em parte, a soldagem do capital nacional, capital estatal e capital internacional¹⁹ com o objetivo de expandir o capitalismo oligopólico pelo país. Mais do que tentar reorganizar o agrário, a meta era responder aos interesses dos subsetores industriais que tinham a agropecuária como mercados compradores.

Müller (1989) percebendo que não era possível ter a homogeneização do sistema produtivo agropecuário integrado à indústria, afirma, “o regional que se obtém a partir do domínio da agricultura dinâmica é um regional distinto daquele que não pressupõe esse quadro de referência” (MÜLLER, 1989: 23).

Assumindo postura parecida, os autores Kageyama e Silva (1990: 185) reconhecem que mesmo considerando os movimentos de modernização e industrialização da agricultura terem

¹⁹ Müller (1989: 31) define a junção destes três capitais de “Tríplice Aliança”.

sidos intensos, “não significava a homogeneização das formas de produzir na agricultura e nem a integração intersetorial completa em todos os tipos de atividades”.

Desse modo, considera que não se pode interpretar o agrário brasileiro como único e homogêneo. A ação do capital ocorre devido às especificidades que se faz de modo desigual e combinado no agrário, gerando movimentos diversos, propagando uma vasta desigualdade social e produtiva pelo país. Como bem chamou atenção Brandão (2010: 43), “o sistema capitalista é por natureza polimórfico”.

Comparando a produção agropecuária com outras atividades produtivas, aquela apresenta especificidades que são essenciais na compreensão de seu funcionamento e resultados obtidos. Segundo Ramos (2007), um dos principais aspectos é o fato da produção agropecuária depender diretamente da terra²⁰ como fator essencial de produção, “seja quanto à sua fertilidade, seja quanto à sua localização, o que faz dela um bem que pode ser apropriado por um grupo restrito de pessoas” (RAMOS, 2007: 19).

Para Szmrecsányi (1979) no que se refere à produção:

O setor agropecuário distingue-se dos demais conjuntos de atividades econômicas pela modalidade de uso do solo, o qual ele se acha vinculado, não apenas do ponto de vista espacial, mas principalmente em termo físicos. Com efeito, é este recurso natural renovável que constitui, pelo menos por enquanto, a base material da maioria das atividades agropecuárias, entre as quais se incluem o cultivo de plantas anuais e perenes, e a criação de animais domésticos (SZMRECSÁNYI, 1979: 20-21).

A atenção dada à produção agropecuária está no fato de ser influenciada pelas condições naturais, havendo sazonalidade na produção, logo, não possui um fluxo contínuo de bens durante o ano. Além da baixa elasticidade preço da demanda e renda da demanda, mesmo entre os produtos processados.

Acrescenta-se, ainda, na condição de trabalho preponderantemente informal, além de suas funções, tipicamente do setor primário, como: a provisão de alimentos e matérias primas; a geração de divisas com as exportações; a transferência de capital para outros setores; a ampliação do mercado interno para outras atividades relacionadas; e suprimento de mão-de-obra para outras atividades (RAMOS, 2007: 27-28).

Destacando as especificidades e o papel do agropecuário dentro de um sistema socioeconômico moderno, Szmrecsányi (1979), considera ser setor básico para o

²⁰ LACERDA (1985: 48) afirma que a propriedade privada da terra é o principal traço de distinção entre a agricultura e a indústria, posto que a terra constitui um bem único, não sendo passível de reprodução, nem constituindo um produto do trabalho.

desenvolvimento econômico e social. O autor afirma que “a relevância, entretanto, nem sempre é devidamente enfatizada por causa dos procedimentos analíticos usualmente adotados no estudo do processo de desenvolvimento” (SZMRECSÁNYI, 1979: 21).

O fulcro está em compreender o agrário com sua complexidade e diversidade produtiva, principalmente, dependendo da região e contexto que se desenvolve. Essa interpretação passa por entendê-lo como um conjunto de fatos e fenômenos, com um sistema de diferentes meios e processos que se complementam e concorrem entre si como partes indissociáveis.

A adoção de novas práticas e técnicas na produção, buscando melhores resultados e maior participação dos produtos na exportação, faz constituir no país expressivos arranjos com o setor industrial. Isto não significa que a mudança tenha se expressado a ponto de subordinar todo o sistema a um modelo único de produção. Pelo contrário, estabeleceu no país, um agrário detentor de vasta “heterogeneidade estrutural e social de produção, impregnada por tipos de organização diferenciados e com especificidades próprias nas distintas regiões” (LACERDA, 1985: 21).

Não ocorre no Brasil o que Müller (1982: 49) definiu como a “revolução agrária em curso no país”, ou seja, não se promoveu a alteração nas estruturas fundiárias existentes, no máximo registrou-se a influência da industrialização em determinados grupos capitalizados que participavam da produção agropecuária.

No contexto dos investimentos internacionais, por meio da industrialização do país, a agropecuária se tornou um grande nicho para os produtos industrializados. De acordo com Müller (1983: 149) “houve um processo de modernização na indústria da agricultura por força da presença no país de um setor de bens de produção para indústria”. Tal fato, não significou a modernização generalizada do setor pelo país.

No caso brasileiro [...], as políticas de estímulo à modernização não atingiram as pequenas unidades agrícolas, especialmente as que se dedicam à produção de gêneros alimentícios de primeira necessidade (SILVA, 1982: 30).

As políticas, para estimular a modernização, atreladas ao fato de que as diferenças materiais e as relações sociais estabelecidas no interior do agropecuário que, naturalmente, geram condições e objetivos de produções desiguais proporcionaram no país o aprofundamento das diferenças socioeconômicas e produtivas. Sorj & Wilkinson (1983) afirmam que o desenvolvimento da agropecuária brasileira se fez depurando as relações capitalistas nas grandes

empresas agrícolas, fortalecendo os produtores familiares capitalizados, gerando uma massa de pequenos produtores familiares pauperizados marginalizados pela baixa produtividade.

Para ratificar a ideia desenvolvida se valida da contribuição feita por Romeiro (1998) ao escrever sobre o meio ambiente e a dinâmica da inovação na agricultura, em que o autor, citando Bravemam (1974) afirma que “dentro dos limites históricos do capitalismo, a tecnologia, em vez de simplesmente produzir relações sociais, é produzida também pelas relações sociais representadas pelo capital” (ROMEIRO, 1998: 157). O mesmo continua enfatizando, que no modo de produção capitalista, a técnica, não é um simples meio de trabalho, mas passa a ser caracterizada como suporte da extração de sobretrabalho, seja na elevação da produtividade (mais-valia relativa) e/ou mediante o aumento de intensidade do trabalho (mais-valia absoluta).

Neste sentido, o processo de valorização do capital exerce um primado sobre o processo de trabalho, isto é, a lógica da busca do maior lucro determina não somente o *timing* de introdução das técnicas (podendo, por exemplo, retardar a introdução de uma técnica que seria socialmente útil, mas ainda não suficientemente rentável), como também as próprias características físicas destas como os valores de uso (ROMEIRO, 1998: 158).

A reflexão feita acerca da evolução do capital no agrário corrobora a assertiva de que ao mesmo tempo em que formas de produção evoluem, na perspectiva do capital, para maior integração à indústria, outras formas são mantidas nas condições em que se encontram para servirem a manutenção e à reprodução do capital.

Portanto, o agrário brasileiro se consolida, historicamente, perpetuando e aprofundando a heterogeneidade, com o capital assumindo a postura de interferir na dinâmica social e produtiva com formas diferentes à medida que valoriza a si mesmo buscando maneiras de ampliar a acumulação.

A diversidade do agrário brasileiro se fez com imposição e favorecimento de minorias, uma vez que foi forçada à modificação do perfil técnico e econômico da agricultura. Nesse contexto, as pequenas propriedades e os agricultores familiares ficaram à margem do processo que aumentou a concentração da renda e da terra, além de reduzir o nível de emprego e de renda dos produtores rurais familiares.

Notadamente, há no país uma disputa no e pelo espaço agrário entre lógicas de produção que se distanciam por seus objetivos e incentivos a elas direcionados ao longo dos anos, chegando ao ponto de se assumir a existência de duas vertentes produtivas: o agronegócio ou modelo agroexportador e a produção agropecuária familiar. São interpretadas pelo Instituto

Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE como agriculturas patronal e familiar, respectivamente, e possuidoras de ministérios distintos para estabelecer as políticas e aplicações de investimentos.

Segundo Chaddad; Jank; Nakahodo (2006), o Brasil assume a característica de ser o único país do mundo com dois ministérios voltados para o setor agropecuário, o ministério dos “produtores patronais e agronegócio” (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA) e o ministério dos “agricultores familiares e da reforma agrária” (Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA).

Tais ministérios competem por recursos cada vez mais escassos e, frequentemente, expressam posições antagônicas sobre temas relevantes para o setor. Nos últimos três anos (2003-2005), a administração consumiu 20% dos recursos dos dois ministérios (R\$ 6 bilhões) (CHADDAD; JANK; NAKAHODO, 2006: 3).

Os recursos destinados ao setor agropecuário, esses divididos para os dois ministérios são baixos levando em consideração a demanda nacional. A partir do ano 2000 os valores para a agropecuária sempre estiveram abaixo de 2% do orçamento da União (Ministério da Fazenda, 2011). A divisão do recurso entre os dois ministérios no ano de 2007 pode ser vista na tabela 1 .

Tabela 1 – Orçamento Fiscal da União, ano 2007.

Função/Subfunção	2007	
	Em R\$	%
Encargos especiais	851.614.462.971,12	48,96
Previdência social	277.223.986.258,06	15,94
Saúde	124.522.911.146,72	7,16
Educação	123.035.547.673,60	7,07
Administração	59.634.026.723,91	3,43
Segurança pública	36.193.856.463,97	2,08
Judiciária	33.887.580.092,08	1,95
Assistência social	32.948.893.119,94	1,89
Outros	179.222.854.567,94	10,3
Agricultura (MAPA)	16.019.805.986,35	0,92
Organização agrária (MDA)	4.932.553.265,39	0,28
Total	1.739.236.478.269,08	100

Fonte: MF/SIAFI, 2008.

Segundo os dados do Ministério da Fazenda/SIAFI (2008), no ano de 2007 apenas 1,2 % do orçamento da União foi destinado aos dois ministérios, sendo que desse total 76,46%

referem-se ao valor destinado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA e apenas 23,54% para o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA.

O desenvolvimento das forças capitalistas tem integrado o capital financeiro e os grandes latifúndios, distanciando ainda mais os pequenos agricultores do foco das políticas públicas. A estrutura montada para servir o agronegócio é incompatível com o desenvolvimento das pequenas propriedades, que acabam tendo que se submeter à dinâmica do agronegócio ou sucumbindo em meio aos grandes latifúndios.

I.4. Produção agropecuária familiar face ao desenvolvimento capitalista

As transformações ocorridas no espaço agrário brasileiro fatalmente geram desigualdades estruturais e desníveis de acessos às oportunidades para diferentes formas de produção, conseqüentemente, condições sociais e econômicas diversas, não excluindo participação das formas familiares de produção. Esta situação se agrava nos territórios onde coexistem formas de produção tradicional e as produções de grande empreendimento em que o Estado não assiste os produtores familiares ou estimula a expansão do capital nas relações de produção.

A condição gerada pelo capital aos produtores agropecuários familiares no espaço agrário pode ser notada no texto de Wanderley (1996) no qual afirma:

Do ponto de vista do agricultor, parece evidente que suas estratégias de reprodução, nas condições modernas de produção, em grande parte ainda se baseiam na valorização dos recursos de que dispõem internamente, no estabelecimento familiar, e se destinam a assegurar a sobrevivência da família no presente e no futuro. De certa forma, os agricultores familiares modernos “enfrentam” os novos desafios com as “armas” que possuem e que aprenderam a usar ao longo do tempo (WANDERLEY, 1996: 7).

Para Wanderley (1996: 7), a agricultura assume atualmente uma racionalidade moderna, o produtor familiar vai se profissionalizando, de maneira que paulatinamente lhe é retirado seus contornos de parcialidade à medida que impositivamente ou por vontade do *homos economics* se integra, transitoriamente e *aposteriori* plenamente à economia nacional.

A autora, enfatiza, nesse processo, que os “novos personagens, ou pelo menos uma parte significativa, quando comparados aos camponeses, são também, ao mesmo tempo, o resultado de uma continuidade” (WANDERLEY, 1996: 8). Ratificando o processo no qual se considera que o capital não tem o objetivo de eliminar a produção familiar, mas sim, por meio das

suas diferentes expressões, apropria-se de seus resultados sem necessariamente transfigurar suas relações.

O capital faz a apropriação garantindo mínimas condições para as famílias integrarem as dinâmicas de mercado, não necessariamente expropriando-os da terra ou rompendo por completo com a racionalidade econômica das mesmas, situação que pode ser entendida como se não tivesse vontade de alterar sua realidade. Não há explicitamente uma drástica mudança da racionalidade do produtor familiar em função do capital, mas sim, há a interferência com a diminuição da autonomia dos produtores sem que haja o comprometimento da gestão familiar dos estabelecimentos.

Neste sentido, Kautsky (1968: 72) tem razão ao afirmar que “a exploração agrícola moderna é uma exploração capitalista. Nela se revelam os caracteres distintivos do modo de produção capitalista, mas sob formas particulares”.

Kautsky (1968: 73) quando trata do camponês considera que esse existiu na Idade Média e não mais existe, sendo transfigurado pela constante interferência do capital, passando de sociedade indestrutível, nas palavras do próprio autor, para ser dependente do dinheiro ao lavrar a terra e do mercado não só para vender seus produtos, mas também para adquirir produtos antes desnecessários às suas necessidades familiares e/ou produtivas.

Pettenon (2003: 38) faz referência à interpretação de Kautsky considerando ser fundamental para o entendimento das relações e formas de produção do agrário contemporâneo, principalmente em casos como o do Brasil, em que “a exploração capitalista precisaria das relações não capitalistas para sobreviver, ou seja, a necessidade de força de trabalho, por parte das grandes explorações, determina que esta mantenha ao seu redor uma gleba de pequenos produtores como reserva de força de trabalho”.

Tem-se ainda a situação na qual a produção se faz regulada por preços abaixo da média nacional e em condições desfavoráveis, o produto deixa de ter o valor real em função das necessidades imediatas das famílias, resultando na venda dos produtos para intermediários ou mesmo para produtores patronais que adiantam recursos financeiros para recebimento do produto em tempos futuros.

De fato, não ocorre o desaparecimento e nem se torna generalizada a relação salarial no agrário brasileiro, mas é preciso enfatizar que a dinâmica estabelecida pelos produtores familiares não se restringe de acordo com a afirmação feita por Pettenon ao citar Chayanov.

Concordando com a abordagem de Chayanov, entende-se que a economia camponesa tem uma racionalidade própria que visa satisfazer a reprodução da unidade de trabalho familiar, a qual se baseia em uma estratégia de sobrevivência. [...] o sistema econômico da unidade de trabalho familiar é visto como extremamente estável, pois busca o máximo do rendimento possível. Onde, o único fator capaz de determinar diferenciações neste sistema seria os fatores demográficos. (PETTENON, 2003: 47).

Evidentemente que a produção agropecuária familiar tem uma racionalidade própria, mas não se pode afirmar que seja estável e nem tão pouco que só o fator demográfico seria capaz de alterar sua conduta.

Além disso, faz-se importante destacar que vários estudos realizados, pautados na economia camponesa, desconsideram algumas observações feitas por Chayanov. Esse fato tem historicamente dificultado a interpretação coerente e o debate acerca da racionalidade da produção agropecuária familiar, principalmente no Brasil pela reprodução acrítica do que de fato se preocupou estudar Chayanov.

Quando Chayanov (1974) se propõe a estudar a organização camponesa e escreve o livro sobre “La organización de la unidad económica campesina” estava à frente da Escola de Organização e Produção²¹ e tinha como objetivo elaborar uma “Teoria dos Sistemas Econômicos não Capitalistas” (ABRAMOVAY, 2007: 69). Para tanto, passou a estudar a organização camponesa como algo isolado, isto, a fim de buscar mecanismos para tornar a produção mais eficiente, portanto, dedicou-se a analisar as variáveis determinantes para aquela produção, principalmente a relação inerente a composição da família (trabalho x consumo). Assim Chayanov afirmou.

Utilizo la hipótese del balance subjetivo entre trabajo y consumo para analizar los procesos de continuidad em la unidad económica campesina y para establecer la naturaleza de la motivación de la actividad económica de la familia campesina (CHAYANOV, 1974: 38-39).

Apesar de Chayanov ter estabelecido a hipótese para os estudos que coordenava, ele fez a ressalva de que se tratava de uma análise estática e que não deveria ser comparada a nenhuma outra concepção que leva em consideração o camponês e a economia nacional em que estava inserido, logo o autor destaca que, “em suma, em estos momentos estamos elaborando los

²¹ Abramovay (2007: 62) destaca o fato de Chayanov ter sido o principal expoente do grupo de economistas agrícolas e engenheiros agrônomos permanente da escola que tentavam contribuir para que os camponeses pudessem melhor gerir os recursos que dispunham – este grupo exprimia o trabalho molecular realizado no interior do país com pesquisas extremamente minuciosas sobre a vida campesina.

elementos morfológicos estáticos de la ciencia de las unidades económicas campesinas” (CHAYANOV, 1974: 37).

Antes de tal afirmação há outra passagem na obra de Chayanov que aparentemente poucos se atentaram para ela e que faz grande diferença para a leitura continuada da teoria do referido autor e, principalmente, para os debates atuais sobre a racionalidade da produção familiar.

Si nos impusiéramos la tarea de analizar la unidad económica campesina como um fenómeno de la economía nacional deberíamos, por fuerza, estudiarla dinámicamente em relación com su médio histórico y verla como uma categoria histórica y no lógica (CHAYNOV, 1974: 36).

Percebe-se que o autor assume naquele momento da história econômica que está tentando entender os elementos intrínsecos da produção agropecuária familiar. O problema é que em muitos casos a replicação da teoria não leva em consideração a situação e contexto em que se refere a assertiva elaborada pelo autor.

Nesse sentido, Abramovay (2007: 76) fez importante contribuição em destacar que os extensionistas estavam preocupados à época em verificar o desafio eminentemente prático, tentar melhorar o desempenho econômico dos camponeses.

As contribuições devem ser apoiadas para uma interpretação da produção agropecuária familiar de forma dinâmica, que sofre constantemente interferências do contexto em que está inserida. Neste sentido, a obra de Tepicht (1973) foi extremamente importante, pois considerou que existiam tanto determinantes externos como internos para a consolidação da produção agropecuária familiar e, fez suas interpretações usando elementos tanto da teoria marxista quanto da teoria chayanoviana para compreender a realidade a que se propôs.

Tepicht, com essa perspectiva metodológica afirma em seus estudos que a economia familiar responde como lhe é possível às influências do desenvolvimento das forças produtivas, buscando como pode o incremento do ganho, independente do esforço feito em contrapartida, nas relações que a agricultura estabelece com a economia industrial que a engloba (TEPICHT, 1973: 46).

A interpretação suscitada por Tepicht permitiu a Wilkinson (1986: 46-47) afirmar que as duas visões (marxista e chayanoviana) “constróem uma falsa equação entre a presença da força de trabalho e a tendência para dissolução da unidade familiar na direção da exploração capitalista”. Tal afirmação o autor faz destacando alguns problemas, por exemplo, a dissimulação

do processo de diferenciação que estava transformando o campesinato, não percebido por Chayanov. Lênin aponta para o confronto entre proletários rurais e camponeses bem situados.

Lênin por sua vez não considerou a existência do caráter híbrido da típica exploração baseada na força de trabalho familiar, em que o assalariamento é um fenômeno característico (WILKINSON, 1986: 58). O autor destaca também a ação do capital mercantil, em oposição à exploração capitalista, em que os produtores familiares bem situados não permitem a desintegração dos demais por meio de adiantamentos de créditos e se apropriam de parte do excedente sob a forma de juros.

Outro ponto em que Wilkinson (1986: 63) é incisivo, fazendo-se importante para a interpretação contemporânea da participação familiar na produção agropecuária, diz respeito ao balanço trabalho/consumo, que para ele, não mais depende de critérios subjetivos, mas é pré-determinado pelos novos custos de produção impostos pela agroindústria. Para concluir sua crítica às duas visões, o autor considera que Kautsky fornece um referencial clássico mais convincente, isso porque Kautsky assume que a subordinação da agricultura vai reduzir o produtor familiar à condição de um trabalhador disfarçado.

Existem pontos na interpretação de Wilkinson que diretamente corroboram a compreensão feita neste estudo, a saber: não consideração de Lênin quanto ao caso híbrido, uma vez que as transformações acarretaram inúmeras formas de parcerias entre sujeitos para se obter o lucro; e a não subjetividade do balanço de Chayanov sofrer alterações por fatores externos, ficando explicitado que variáveis externas à relação estabelecem um grau de interferência que modifica a conduta familiar em seus estabelecimentos.

Não há concordância integral dos termos adotados por Kautsky, mas considera-se essencialmente correta a leitura geral feita pelo referido autor. Um ponto de discordância está no fator de interferência, para Kautsky a subordinação da agricultura se dá à indústria enquanto considera-se que a subordinação seja direta ou indiretamente ao capital independente da forma assumida nas relações.

Kautsky estava certo em sua interpretação quanto à subordinação, mas o interessante em sua obra não é a explicitude dada à indústria, mas sim quando chama atenção para o fator *Valor*, ao retomar a obra de Marx, afirmando que “se examinarmos a agricultura moderna, nela observaremos dois fatos fundamentais: a propriedade individual da terra e o caráter de mercadoria que apresentam todos os produtos da lavoura” (KAUTSKY, 1968: 72).

O autor destaca que a subordinação está na origem do Capital, a integração à indústria a qual ele se refere é apenas uma forma de subordinação, por sinal, evidenciada à época por conta do pós-industrialização. A essência é que existe de um modo ou de outro a subordinação, como bem descreve:

A relação das quantidades respectivas dos dois produtos trocados depende, no início, sobretudo do acaso. Mas quanto mais se desenvolve a fabricação de mercadorias, quanto mais a troca se multiplica e se regulariza, tanto menos essa relação se subordina ao acaso. [...] A um grau mais avançado da evolução, a troca se torna venda (KAUTSKY, 1968: 73).

Notadamente, a referência feita por Kautsky vai evoluir para a integração da produção familiar à indústria, sendo esta evidentemente responsável pela interferência na dinâmica da produção familiar em casos em que ela se consolidou e conseguiu impor os mecanismos de interferência nas produções. Mas e onde ela não se instalou, não teria assim a interferência? Obviamente que sim, pois o modo de produção é que determina a imposição, o capital que interfere, e mais uma vez Kautsky foi coerente em pontuar a seguinte questão:

Num grande número de domínios, a produção agrícola se transformou em produção industrial. Em muitas outras esferas, essa transformação se avizinha. Nenhuma forma de atividade agrícola está inteiramente isenta dessa metamorfose. [...] O agricultor julga ter vencido o inimigo, mas outro lhe aparece. No campo, de resto, toda a vida econômica, que se movera até então de maneira tão uniforme e rigorosa, sempre na mesma rotina, caiu no mesmo estado de subversão perpétua que caracteriza o modo de produção capitalista (KAUTSKY, 1968: 314).

Constata-se desse modo que não é a integração a responsável pela transformação do produtor como afirmou Wilkinson (1986: 68), mas de fato é a determinação pelo grau de interferência do capital na produção, seja pelo capital mercantil ou por conta da integração à indústria. A partir do momento que o modo de produção camponês foi colocado à disposição do capital, esse vem sofrendo alterações de maneira a desintegrar seus traços originários e ser incorporado à dinâmica de produção efetivamente capitalista.

Nesse aspecto, os críticos à época de Chayanov estavam corretos, como o próprio autor menciona em sua obra:

Nuestros críticos [...]. Afirman que incluso en actualidad pueden distinguirse numerosas y muy variadas formas dentro de los límites del campesinado con existencia histórica, y las unidades económicas basadas en la propia fuerza de trabajo constituyen solo una parte de aquéllas. Finalmente, afirman que las propias unidades económicas campesinas, cuando viables, están plenas de

actividad adquisitiva y empresarial y que em la primeira oportunidad se hacen semi-capitlistas (CHAYANOV, 1974: 39).

Os processos de submissão ao capital não levaram à extermínio dos produtores agropecuários familiares, apesar de deixarem na história sua condição de camponês, logo os traços de sociedade auto-suficiente. O contexto atual, pelo contrário, possibilitou novas formas em condições de cooptado pela racionalidade do lucro e da acumulação do capital, não deixando em determinados casos a fidelidade com a condição primeira da família e sua relação com os meios de produção.

Neste sentido, fica como ponto importante na interpretação do agrário brasileiro que há diferenças existentes entre as inúmeras produções agropecuárias familiares, precisando considerar tanto os proletariados, na sua forma mais ampla como afirma Silva (1982: 134) quanto os produtores que se tecnicizam e vão tendendo a maiores integrações com outros setores da economia nacional.

Abramovay (2007: 66-67) fazendo uma leitura íntegra da obra de Chayanov formula uma pergunta semelhante à indagação feita pelo autor durante seu estudo: até que ponto é possível apoiar-se nas determinações dadas pelas características “internas” do campesinato para compreender sua lógica econômica? Abramovay faz tal questionamento, por ter mencionado que as mudanças sofridas pela produção familiar são tão profundas que se não encaminharam no sentido da diferenciação social, por outro lado, não permitiram que se mantivessem as características centrais do camponês.

Um pouco antes de mencionar o questionamento, o referido autor, destaca algo que remete diretamente ao esforço de elaboração deste estudo, Abramovay (2007: 66) faz a seguinte pergunta – “quais as transformações que sofrem o campesinato com sua crescente inserção nas relações mercantis?”. Para responder tal pergunta não se pode fazer uma interpretação desconsiderando tanto os fatores internos quanto os externos que condicionam a conduta, bem como a transformação na forma de produção das famílias.

Para tanto, estudar a produção agropecuária familiar nas condições atuais, tem que ter como parâmetro mínimo os fatores apontados e considerados essenciais por Tepicht (1973: 20 – 30): a) caráter familiar; b) relação entre os fatores de produção; c) relação da economia familiar com o mercado; e d) relação entre trabalho e renda familiar. Para isso, é preciso conhecer as

especificidades da racionalidade familiar em constante movimento com a sociedade que circunscreve.

As diferenciações entre a racionalidade da produção agropecuária que expressa suas atividades destinadas à maior obtenção do lucro em relação às que partem da necessidade de estabelecer níveis de reprodução para a família são percebidas historicamente.

Atualmente, por mais que os produtores agropecuários familiares participem do mercado, não lhes cabe o papel de determinar o que e em que quantidade produzir. Mesmo porque, muitas das negociações no mercado dependem do excedente gerado, ou seja, primeiro é realizado o abastecimento para o consumo para depois a venda, fazendo-se assim permanente a condição de familiar.

Diferente da unidade propriamente capitalista, a produção familiar, dependendo das necessidades reprodutivas, a família pode intensificar o uso do trabalho, com o mesmo capital, reduzindo a remuneração por unidade de trabalho, mas ampliando o rendimento total. As famílias muitas vezes tomam a decisão de restringir seu investimento produtivo à mera renovação do capital adiantado ou, ainda, podendo reduzir esse capital adiantado. Outras vezes, ela pode nitidamente ampliar o seu nível de investimento produtivo, apresentando uma trajetória econômica ascendente, o que Schultz citado por Abramovay (2007: 92) definiu por “pobres, mas eficientes”.

Abramovay (2007: 70) enfatiza que o que determina o comportamento da produção familiar não é o interesse de cada um dos indivíduos que compõem a família, mas sim as necessidades decorrentes da reprodução do conjunto familiar, de tal modo que explicita, sem dúvida, uma racionalidade específica de produção.

No entanto, o próprio Abramovay destaca que isso não significa que o trabalho da produção familiar não seja apropriado por outras classes. Pelo contrário, no decorrer do texto ele constrói a máxima de que se há um elemento capaz de alterar significativamente a racionalidade camponesa é a existência de um mercado de trabalho. Neste sentido, o autor destaca que “o esforço familiar passa a ser comparado não apenas com a renda obtida no estabelecimento agrícola, mas adquire outro parâmetro, que é o custo de oportunidade oferecido pelo mercado de trabalho” (ABRAMOVAY, 2007: 103).

O custo de oportunidade proporciona, nos casos em que o mercado intervém, a alteração na produção familiar, pois deixa de ser vista e entendida como exclusivamente uma

fusão entre o empreendimento produtivo e a família consumidora, não implicando necessariamente na mudança do objetivo das famílias, muito embora se determine a maximização da utilidade.

Quando isso ocorre, o grande favorecido é o capital que estabeleceu a interferência, não aponto de excluir a forma familiar, mas se apropriando das condições que esta detém e que possibilitam aos capitalistas resultados a custos inferiores, por exemplo, na contratação de obra “onerosa” no interior da produção familiar ou por meio da compra do produto por preços mais baixos do que os previstos em mercados nacionais ou internacionais.

Devido à eficiência alocativa inerente²² à produção agropecuária familiar e os limites próprios das condições prévias, o capital se apropria ao se aproximar da realidade produtiva das famílias, impondo-se como intermediador das relações de produção.

Abramovay (2007: 232) afirma que tanto mais será a acumulação capitalista por parte da sociedade quanto menor forem os gastos das famílias ao consagrar os itens alimentares. Assim o mesmo afirma:

A absorção direta e restrita dos benefícios de mecanismos de troca desigual por grandes empresas monopolistas só é possível de maneira permanente ali onde as próprias relações de mercado encontram-se em estágio precário de desenvolvimento. Isso quer dizer que preços agrícolas baixos originários de produção camponesa não se transmitem necessariamente à sociedade. Aí sim o poder de lucrar sobre a base de mecanismos de troca desigual é tanto maior quanto mais imperfeitos forem os mercados em questão (ABRAMOVAY, 2007: 232).

O capital assume seja pelo mercado da mão de obra ou dos produtos, pela integração à indústria e/ou pelo atrelamento ao capital financeiro creditício, a cada novo tempo, maior dependência da produção familiar às relações capitalistas e o distanciamento da racionalidade originalmente percebida na conduta de suas economias.

Tal situação foi sem dúvida percebida pelos autores supracitados, destaque para Chayanov (1974) que mesmo com o objetivo de analisar a produção familiar em situação estática como o próprio descreveu, chega ao final da sua obra chamando atenção para que devem ser levadas em consideração as formas possíveis que o camponês pode tomar por estar inserido numa

²² Segundo Abramovay (2007: 93) refere-se à capacidade de utilizar os fatores produtivos de maneira a encontrar maior quantidade possível de produtos e também de escolher entre os fatores aquele que corresponda ao menor preço ou que propicie maior renda.

dinâmica econômica em que o mercado pode facilitar ou dificultar a família de desenvolver suas atividades de acordo com seu próprio crescimento (CHAYANOV, 1974: 295).

Tem-se no Brasil, como consta a história, o desenvolvimento capitalista adotando diferentes formas de se apropriar e determinar as relações sociais e produtivas no espaço agrário transformando com isso a produção familiar em inúmeras formas de produzir ao mesmo tempo em que tenta homogeneizar a diversidade sobe a égide do capital. Essa situação é ainda mais complexa quando se faz a interpretação de regiões que padecem de problemas estruturais e do anacronismo, fato, historicamente, percebido com a interferência na formação econômica-social da Amazônia.

II. INTEGRAÇÃO DA AMAZÔNIA À ECONOMIA NACIONAL

A fronteira capitalista é um fenômeno não somente espacial e histórico, mas de confrontação cultural e ideológico e de expansão econômica (SILVA, 2007: 285).

O convite feito à Amazônia para se integrar à economia nacional não passou pela perspectiva de que a convidada se tornaria beneficiada. Pelo contrário, o processo resulta de interesses em canalizar e catalisar investimentos de outras regiões com baixo ou nenhum custo. Bem verdade, não se pode dizer que a Amazônia foi convidada²³, pois o processo de integração caracteriza uma grande imposição da estratégica parceria entre Estado e Capital, em que o financiador proporcionava condições ao executor para responder à demanda de participação no mercado mundial.

Fazendo referência a essa parceria, Picoli (2006: 17) destaca que:

O Estado e o capital em conjunto regulam as ações de dominação da região. Eles usam da força conjunta para favorecer grupos organizados na economia e na política, tendo como objetivo final a expansão e a concentração do capital na região. Nessa estratégia, utilizam a superexploração e colocam a natureza a serviço de grandes conglomerados econômicos.

“A reconquista da Amazônia”, assim definiu Oliveira (2009: 83) o processo de integração do território, que quando realizada não se diferenciou da conquista original, da descoberta. A expressão reconquista conduz à geopolítica “como forma própria do mercantilismo [...], ancorada nas práticas ancestrais da colonização portuguesa no capítulo da expansão e da consolidação além-Tordesilhas”.

Para Brito (1999: 196-210) a política implementada na Amazônia, com o discurso de desenvolvê-la, tendo o Estado como alocador de recursos via incentivos fiscais e creditícios, resultou na modificação da face econômica da região. Além dos conflitos sociais, as políticas públicas de desenvolvimento acarretaram impactos ambientais como desflorestamento e poluição dos rios.

O processo de integração caracterizou a colonização interna do país, apoiado no argumento de que se tratava de uma região atrasada, um vazio demográfico e econômico, logo

²³ “Nós tivemos um momento em que a política nacional foi requerida pela região, a região clamou por essa política e não veio nenhuma resposta do poder central de acordo com a necessidade da região. Ou melhor, veio, mas contra os anseios da região”. Trecho de Lúcio Flávio Pinto (2009: 109).

desconsiderando a realidade social existente para atender a interesses de fora, assim sendo, a integração foi promovida em razão dos recursos existentes na região em atendimento ao capital.

Integrar a Amazônia ao capitalismo significa inseri-la, plena e definitivamente, no mercado nacional e internacional, nas trocas mediadas pelo dinheiro sob a égide do capital industrial e financeiro. Significa transformar seus recursos naturais em valores que pudessem ser incorporados ao circuito das trocas monetárias com a produção industrial nacional ou internacional, isto é, se tornar parte integrante da circulação do capital. Isso não podia ser realizado sem a mobilização do trabalho que valorize esses recursos (terras, mata, minério), isto é sem a formação de um mercado de força de trabalho (HÉBETTE, 2004: 62).

A integração ocorre descaracterizando o contexto histórico e a formação econômica-social²⁴ da região. Percebe-se o impacto mediante a alteração na apropriação dos recursos naturais e com a desestruturação da realidade social local, condicionando a população à marginalidade dos resultados dos empreendimentos realizados. O formato coercitivo da ação integradora suprime a independência e autonomia dos lugares submetidos à dinâmica imposta pelo capital.

Nesse sentido, Brito (1999) afirma que:

A política de desenvolvimento, que caminha a modernização forçada, mostra que o projeto de desenvolvimento reduz-se à dimensão do crescimento econômico. Desse modo, o circuito econômico mais importante é tangível aos grandes empreendimentos modernos, porque eles proporcionam de imediato um choque ao mundo tradicional. A superposição dessas duas lógicas organizacionais resultou em uma transformação da face socioeconômica regional. De um lado, apareceram os enclaves, com sua organização moderna potencializando o instrumental de domínio sobre a natureza, fruto do acelerado desenvolvimento das forças produtivas. De outro, à medida que não é capaz de interagir o contingente populacional no seu nível de produção, são potencializados os mecanismos de exclusão (BRITO, 1999: 207).

Mendes (2006: 142-43) em sua obra célebre intitulada “A invenção da Amazônia” destaca que a integração, a qual o autor tratou como interdependência, faz com que a Amazônia sai do isolamento físico via novas alternativas de transporte e melhoria das comunicações, permitindo consequentemente o acesso a novas frentes de produção. Por outro lado, Mendes afirma que.

²⁴ Conferir em Santos (2005: 23-24) as multiplicidades de definições para FES a partir da noção elaborada por Marx e Engels, destaque para a formulação de Sereni (1974) que “expressa a unidade e a totalidade das diversas esferas – econômica, social, política, cultural – da vida de uma sociedade, [...] é preciso por os dados estruturais sempre em relação com uma produção determinada”.

Esta interdependência física não age, todavia, necessariamente, no sentido de assegurar ou ampliar a interdependência econômica, a sociocultural, a política e a institucional-administrativa. Ao contrário, tende a agravar essas dependências e conseqüentemente o efeito de dominação do Centro-Sul sobre o Extremo Norte. [...] tendo feito inclusive cunhar a expressão “efeitos perversos” não no sentido moral, mas no sentido etimológico de desvio do caminho traçado (MENDES, 2006: 143).

No momento em que as diferentes frações do capital buscam se reproduzir, são propagadas vinculações mercantis, acelerando a divisão interregional do trabalho. Ocorrendo situação semelhante à descrita por Marx (1984; Livro 1. v 2: 295) para quem “o regime capitalista se choca com a barreira do produtor que possui suas condições de trabalho” e, então, o capital expropria os trabalhadores e transforma seus meios de produção em condições prévias para a expansão do capital.

As frações de capital, desse modo, tentam reservar espaços privilegiados para acumulação. Nessa perspectiva, Brandão (2007: 77) destaca que a fase de integração deriva da natureza concorrencial entre as diferentes frações do capital que se alocam na região. Para enfatizar a afirmação, o autor cita o seguinte trecho de Egler (1993: 155):

De um lado o capitalismo busca ampliar ao máximo o espaço econômico para realizar-se enquanto valor que se valoriza, de outro a concorrência visa segmentar este espaço em territórios econômicos onde frações de capital definem as regras do jogo através de mecanismos políticos e econômicos.

As alocações dos capitais na região foram estimuladas por meio de incentivos fiscais e créditos oferecidos pelo Estado, a exemplo disso Picoli (2006: 39) apresenta a informação da Sudam (2001) referente ao valor em reais (R\$) distribuídos entre os anos de 1966 e 2001, o montante foi de R\$ 10.684.474.105,07 para projetos aprovados em nove Estados da Amazônia brasileira. O objetivo principal dos incentivos era tornar a Amazônia integrada ao mercado mundial. Essa política de integração propagou a miséria na região ao contribuir para a desapropriação, mudança nos hábitos, e com isso, aumentando a violência. O autor afirma que o “projeto consegue implantar com sucesso o modelo de expansão capitalista em detrimento às massas”.

De acordo com Loureiro (2009: 43), o projeto de integração foi estratégia de sucessivos governos da ditadura e mesmo os posteriores. A aliança dos Governos com os grandes capitais propiciaram sem cessar a produção e reprodução da desigualdade e exclusão social das

camadas desfavorecidas, deixando não só muitos sujeitos de fora dos benefícios concedidos como também perderam suas terras e o próprio modo de vida.

Em consequência desse processo, cria-se nova formação de trabalhadores, “de expropriados a marginalizados, de marginalizados a explorados, de explorados a superexplorados”, segundo Picoli (2006: 43) trata-se do capitalismo de centro que transfere suas estratégias para o capitalismo periférico.

Faz-se a aproximação da ação integradora da Amazônia com a colonização descrita por Lênin (1982: 353) em que o processo decorre de duas formas:

1) O desenvolvimento do capitalismo no país antigo e povoado ou numa parte do país e 2) o desenvolvimento do capitalismo nas “novas terras”. No primeiro, o que temos são relações capitalistas já estabelecidas que se desenvolvem; no segundo, a formação de novas relações capitalistas num novo território. O primeiro processo implica o desenvolvimento em profundidade do capitalismo; o segundo o desenvolvimento em extensão.

A integração da Amazônia na divisão interregional foi uma estratégia de ocupação da fronteira de expansão do capitalismo, deslocando de áreas “concentradas” para espaços em que possibilitava o agente privilegiado (capitalista) a condição de ditar, (re)desenhar, delimitar e negar domínio de ação e raio de manobra de outrem (BRANDÃO, 2007: 84). Nesse sentido, não existe um processo de globalização, ou melhor, de uma sociedade global de acordo com o modelo fordista, como destacou Hurtienne (2009: 154). Não há, portanto, uma tendência de “transformar os espaços, o tempo, os homens, as mulheres, as relações entre o homem e a natureza, as formas sociais, numa equidade social”, pelo contrário, trata-se do processo de apropriação de fontes de energia renováveis e de outros recursos naturais disponíveis com custos mínimos ou até sem custos para o capital.

A mudança ocorrida com a integração da Amazônia ao mercado nacional se dá no sentido de romper com os limites do modo de produção capitalista e fazer no espaço com que cada fração do território seja utilizada na produção racionada, de modo que as características autóctones passem a ser adotadas pelos atores hegemônicos e, assim, fazendo o ordenamento intencional e específico do espaço.

O movimento gerado na Amazônia quando forçada sua integração à economia nacional ficou registrado por Loureiro (2009: 112) como “modernização às avessas”, por contrastar com os outros processos de modernização que sucederam no mundo ocidental. O ocorrido, segundo a autora, frustrou as expectativas de proporcionar às camadas sociais

desfavorecidas as materialidades e os benefícios imateriais no âmbito da cultura, da educação, da saúde. A modernização às avessas representa os equívocos políticos, sociais e econômicos que impregnaram a região ao longo da história.

No ordenamento da Amazônia, são percebidas duas fases, as quais foram notadas e apreendidas do texto “A teoria moderna da colonização²⁵”: a primeira o capital ao encontrar a barreira dos produtores detentores de seus próprios meios de produção, enquanto trabalhador que pudesse acumular para si e permanecer proprietário de seus meios de produção, inviabilizando a acumulação capitalista, nesse caso a deterioração, expropriação, espoliação, etc. passam a ser as estratégias do capital; a segunda fase é caracterizada a partir do momento em que a massa da sociedade começa a expropriar a si mesma em honra da acumulação do capital.

Na Amazônia, estabelece-se a divisão entre os meios de produção e o próprio trabalho, incidindo na desigual distribuição do produto, conseqüentemente, a expropriação e concentração de terras, relações de trabalho adversas condicionadas pelo capitalista. Constituem-se em função desse processo diferentes formas do trabalhador vender a “própria pele” e formas de apropriação degradante dos recursos naturais.

A Amazônia passa a vivenciar, no contexto estabelecido pela interferência do capital, relações cada vez mais degradantes como consequência da materialização da subordinação ao capital. Cabe destacar que essas relações podem ser entendidas nas formas descritas por Marx (1985) como subsunção formal e subsunção real²⁶.

Nesse sentido, Picoli (2006: 96) afirma que no desenvolvimento extensivo e cumulativo, os capitalistas usaram vastas áreas de terras e também a tática da expropriação dos posseiros e dos povos tradicionais. O autor ressalta ainda que “a lei de acumulação é a relação entre trabalho pago e não pago, fruto do prolongamento e da intensificação das jornadas de trabalho, bem como da redução dos salários”, portanto, a acumulação se faz submetendo os

²⁵ Marx, K. (1984; Livro I. v.2: 296-297).

²⁶ Subsunção formal se dá pela relação puramente monetária entre aquele que se apropria do sobretrabalho e o que o fornece (...). É apenas na sua condição de possuidor das condições de trabalho que, neste caso, o comprador faz com que o vendedor caia sob sua dependência econômica; não existe nenhuma relação política, fixada socialmente, de hegemonia e subordinação. (...) O processo de trabalho, do ponto de vista tecnológico, efetua-se exatamente como antes, só que agora como processo de trabalho subordinado ao capital. (MARX, 1985: 94-95). Na subsunção real ao capital (...) são desenvolvidas forças produtivas sociais do trabalho e, graças ao trabalho em grande escala, chega-se à aplicação da ciência e da maquinaria à produção imediata. Por um lado, o modo de produção capitalista, que agora se estrutura como um modo de produção *sui generis*, origina uma forma modificada de produção material. Por outro lado, essa modificação da forma material constitui a base para o desenvolvimento da relação capitalista, cuja forma adequada corresponde, por consequência, a determinado grau de desenvolvimento alcançado pelas forças produtivas do trabalho. (MARX, 1985: 105).

trabalhadores ao decréscimo da remuneração do trabalho pelo que se paga ou pelo aumento de trabalho.

Em verdade, o poder hegemônico passa a enquadrar e hierarquizar as relações, processos e estruturas para incorporar todos em sua órbita, isso, forjando e cristalizando relações de força que determinam os limites e condicionam as ações dos subalternos. O poder orquestrador faz isso ocultando ao máximo os conflitos e fissões, regulando as contradições presentes nas diversas frações do capital²⁷.

O controle exercido pelo capital na Amazônia, bem como perpetuação da condição imposta pelo atrelamento à economia nacional se faz devido ao modo de produção capitalista ter “evoluído” ou, como exposto aqui, ter “superdesenvolvido” ao ponto de estabelecer diferentes formas na apropriação dos meios de produção e nas relações sociais. Não se pode deixar de compreender que a separação do produtor dos seus meios de produção, a criação da mercadoria, o lucro e, por fim, a acumulação do capital na Amazônia pode ser promovida pela forma primitiva, autoritária, mercantil ou mundializada.

Nascimento (1983: 181) ao citar o seguinte trecho da obra de Marx explicita o quanto a tendência descrita em “O Capital” remete à realidade dos dias de hoje na Amazônia.

Esta dissolução entre condições de trabalho e produtores, que constitui o conceito de capital, inaugura-se com a acumulação primitiva depois aparece como processo ininterrupto na acumulação e concentração do capital e agora finalmente se expressa pela centralização em poucas mãos de capitais já existentes e pela descapitalização (a nova forma de expropriação) de grande número de capitalistas (MARX, Livro III, v.4, 1975 em NASCIMENTO, 1983: 181).

Nesse sentido, a mudança na forma de expropriação deve ser estudada, não de modo isolado, mas em conexão com o processo de concentração e centralização. Por esse prisma, explicar a transformação na Amazônia, assim com a separação do produtor direto dos seus meios de produção deve-se fazer entendendo o aprofundamento do processo de integração à economia nacional, ou seja, com a expansão do próprio modo de produção capitalista sobre o território amazônico.

Tal circunstância, aprofunda os desequilíbrios regionais. Esse processo teve êxito para o capital principalmente em função da participação do Estado brasileiro, que se colocou a

²⁷ Ideia apresentada por Brandão (2007: 85).

serviço dos grandes conglomerados capitalistas (nacionais e internacionais) por meio de programas, incentivos e créditos.

O Estado brasileiro facilitou a expansão capitalista na região, tendo como estratégia os incentivos fiscais e crédito. A análise histórica mostra que em escala internacional, a reprodução do capital não se efetiva sem a participação do país. Na última fronteira de ocupação brasileira, desde que foi instalada a ditadura militar brasileira, a penetração de forma capitalista foi intensificada com ampla organização do poder do Estado (PICOLI, 2006: 45).

O modo de produção capitalista encontra na Amazônia mecanismos facilitados para penetração e expansão da lógica de acumulação ao desencadear relações de sujeição dos posseiros, indígenas e dos colonos residentes ou os recém-chegados. Configura-se a região como espaço de apropriação dos recursos naturais pelos capitais nacionais e internacionais por meio de cooptação e/ou expulsão das populações e dinâmicas locais.

Dessa forma, aprofundam-se as desigualdades socioeconômicas e produtivas, o capital impõe sua dinâmica mediante ao seu interesse de transformação ou perpetuação da forma de produção que está interferindo, reproduzindo a heterogeneidade estrutural como forma de sua manutenção e autovalorização.

II.1. Amazônia: de região geográfica a território socioeconômico

Mesmo antes da oficialização do lema “homens sem terra para terra sem homens”, usado pelo Governo com o intuito de estimular o deslocamento de pessoas para a região, o processo migratório já era impulsionado pelo Estado como mecanismo de vazão à população que passava por diferentes problemas socioeconômicos no restante do país e por instituições que tinham a ocupação como possibilidade de acumulação do capital. Vários são os momentos que explicitam o fenômeno de colonização interna do país.

Uma das consequências consideradas pela forma como foi integrada a Amazônia à economia nacional diz respeito às drásticas mudanças nos hábitos e costumes da população, bem como a interferência na dinâmica socioeconômica e produtiva pré-existente, o que suscita enfatizar que ocorre uma mudança na configuração geral da Amazônia, deixando de ser caracterizada e entendida como uma região geográfica no limite da porção norte do país para tornar-se um território no qual se aprofundam os conflitos em seu interior, por conta dos choques de lógicas e disputas pelo domínio dos espaços.

O conceito de região²⁸ adotado caracteriza dois aspectos fundamentais: o de localização e o de extensão, esse empregado como:

Uma referência associada à localização e à extensão a limites mais ou menos habituais atribuídos à diversidade espacial, [...] há o pleno encontro do homem, da cultura com o ambiente, a natureza; a região é a materialidade desta interrelação, é também a forma localizada das diferentes maneiras pelas quais esta inter-relação se realiza (GOMES, 2003: 53-62).

O mote está em compreender a complexidade criada e imposta à dinâmica amazônica, o que antes era entendida como uma síntese de elementos físicos e sociais em integração, reconhecida pela descrição de uma paisagem, critérios econômicos, políticos e administrativos determinados, passa a ser observado como espaço de disputas, de e pelos interesses adversos, predominantemente sendo conduzido por forças externas ao modo de vida local, tornando-se um *locus* de confronto pelo poder.

Não que não existissem conflitos e disputas anteriormente. O fato é que a expansão do modo de produção capitalista e a chegada dos diferentes grupos de interesses promoveram alterações e o aprofundamento dos embates. Com os novos ocupantes, ressalta-se o exercício do poder sobre o espaço, tendo assim o entendimento de território como produto (produzido) pela prática social e também produto (consumido) vivido e utilizado como meio, sustentando, portanto a prática social (BECKER, 1983: 8), isto é, resultado do conjunto das novas e velhas relações de produção que determinam a dinâmica econômica no território.

O conceito território²⁹ fundamenta a compreensão multidimensional do poder, a dinâmica dos atores e suas apropriações dos espaços e até mesmo, a transformação, a reestruturação territorial. Nesse sentido, não é apenas “o conjunto de sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas [...], por isso, precisa ser entendido como “território usado”, o lugar de residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida”. Logo, tendo a concepção do território usado e não em si mesmo (SANTOS, 2007: 14).

²⁸ Gomes (2003: 50) aponta para o fato de que deve-se atentar para os sentidos diferentes que podem existir na noção de região nas diversas esferas onde ela é utilizada, no senso comum, como vocábulo de outras disciplinas e, o mais importante, na variedade de acepções que ela possui na geografia. É necessário também paralelamente religar estas significações aos diversos contextos no qual esta noção serve como elemento-chave de um sistema explicativo, contextos políticos, políticos-institucionais, econômicos e culturais.

²⁹ Haesbaert (2005: 1) afirma que território tem a ver com poder, mas não remetendo apenas ao tradicional poder político, mas também as inúmeras formas de poder desde seu sentido mais concreto, de dominação, até suas formas mais simbólicas escamoteadas.

A partir dessa diferenciação, interpreta-se que a Amazônia deixa a forma de região para ser estudada e compreendida como um território, daí a expressão “de região a território”, e, nesse caso, é importante retomar a definição feita por Souza (2003), para quem território é:

Fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relação de poder. A questão primordial, não é, na realidade, quais são as características geocológicas e os recursos naturais de uma certa área, o que se produz ou quem produz em um dado espaço, ou ainda quais as ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e seu espaço. Esses aspectos podem ser de crucial importância para a compreensão da gênese do território [...], mas o verdadeiro *leitmotiv* é o seguinte: quem domina ou influencia e como domina ou influencia esse espaço? Este *leitmotiv* traz embutida, ao menos de um ponto de vista não interessado em escamotear conflitos e contradições sociais, a seguinte questão inesperável, uma vez que o território é essencialmente um instrumento de exercício de poder: quem domina ou influencia quem nesse espaço, e como? (SOUZA, 2003: 78-79).

Um ponto importante dentro dessa delimitação conceitual trata-se da referência à metamorfose que sofre o território em função do dinheiro. Santos (2007: 15) enfatiza que num determinado momento da história o território delineado regia o dinheiro, portanto, o “território era usado por uma sociedade localizada, assim como o dinheiro”, quando esse se torna medida de valor atribuído ao trabalho e seus resultados passam a ser determinantes nas relações, com isso a circulação sobrepõe à produção.

A ditadura do dinheiro faz com que o capital se movimente geograficamente, explorando as oportunidades abertas pelas vantagens locais. Essa mobilização, bem como a desorganização e degradação caracterizam o caos para as sociedades que são subjugadas nas relações e para o capital torna-se uma das formas de impor a sua lógica na reorientação do funcionamento do território.

De acordo com Silva (2007: 297) o movimento do capital na abertura de novas fronteiras, “normalmente ignora o espaço vivido das comunidades locais e busca refuncionalizá-lo em função da acumulação capitalista” e, por isso, o estudo da fronteira deve ser feito mediante a compreensão dos processos que expressam formas, estruturas, movimentos e interações espaciais que permitam compreender não só as alterações nas relações e dinâmicas impostas ao “mundo do outro”, mas como tentativa de consolidação de um mercado mundial único.

Na Amazônia, o território constitui um novo perfil econômico e social, no qual o humano e o meio ambiente são subsumidos pela ação das diferentes frações de capital que se aproveitam das condições e relações locais para se reproduzirem. Nesse sentido, assume-se a

assertiva feita por Souza (2003: 79) “de que toda relação de poder desempenhada por um sujeito no espaço produz um território”, o que evidentemente irá a depender da intensidade e da forma da ação de poder no espaço originará diferentes tipos de territórios. Portanto, há necessidade de saber quem são os sujeitos territoriais que produziram e ainda produzem o espaço e têm o objetivo de criar territórios.

II.2. Tempos e incentivos à apropriação do território amazônico

Embora se considere a década de 1970 como marco do processo de ocupação da última fronteira brasileira, a iniciativa de integrar a região à economia nacional já vinha sendo planejada e executada há algum tempo, desde pelo menos a década de 1950, quando o Governo Federal considerou que as dinâmicas locais ou o povoamento por migrantes descapitalizados não garantiria o desempenho regional esperado. Ocorre em meados da década de 1970 que o Estado Nacional assume o papel de indutor do processo, estimulando o acesso das empresas à região e, por consequência, a configuração do território de contradições e conflitos.

Nas primeiras décadas de expansão da fronteira amazônica, a terra de trabalho era ocupada pelos antigos moradores e por migrantes pobres que o Governo federal estimulava através de suas ações políticas. Da mesma maneira, a terra de negócios era ocupada por empresários financiados por dinheiro público ou influenciados por políticas nacionais voltadas para a região (LOUREIRO, 2009: 72).

Até 1950, duas fases econômicas marcaram a história da Amazônia, sendo a primeira estimulada pela exploração e comércio de especiarias. Nesse período, tentou-se a primeira formação agrícola na região sob o comando da política mercantilista do marquês de Pombal, mediante a criação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. De acordo com Pandolfo (1994: 45) “essa tentativa, todavia, não logrou êxito voltando a região às práticas extrativas”. De todo modo, percebe-se a primeira tentativa de condução da dinâmica produtiva e econômica da região por meio de uma tomada de decisão externa e conflitante às práticas tradicionais.

A segunda fase, ou ciclo da borracha como muitos a definem, foi caracterizada por dois momentos: no primeiro período (1850-1910) a atividade garantiu retornos econômicos para as oligarquias da borracha, muitos atribuem à prosperidade econômica regional (momento em que são consolidadas as cidades de Belém e Manaus.) a esse período. “A borracha amazônica tinha grande repercussão na economia nacional, representando 40% das exportações brasileiras,

segunda receita cambial do país”, menor apenas que o café. Segundo Monteiro e Coelho (2004: 96) o período marca o dinamismo da economia da borracha, nessa fase a região Norte conta com alto crescimento populacional, passando de 332.847 habitantes, em 1872, para 1.439.052, em 1920, dentre esses foram estimados mais de 300.000 nordestinos, principalmente cearenses.

No segundo período, após os anos dourados da Amazônia³⁰, a borracha perde mercado para o comércio do Oriente, com isso tem-se profunda decadência (1910-1940). O governo tentou remediar a situação criando, em 1912, o “Plano de Defesa da Borracha”, tal ação previa a concessão e a remuneração aos que efetivassem a implantação de seringais ou instalações para o beneficiamento do látex. Sem êxito, acontece em seguida a estagnação.

A partir da década de 1950, têm início as tentativas e estratégias de modernização patrocinadas pelo Estado nacional. Este feito tem o marco inicial na institucionalização do processo de valorização econômica da região, através do dispositivo previsto na Constituição Brasileira de 1946 (PANDOLFO, 1994: 48; MONTEIRO e COELHO 2004: 99). A partir de então, a aplicação racionalizada de capitais, fica sob a coordenação do Estado, para planejar o desenvolvimento, o qual delibera que a Amazônia teria por vinte anos consecutivos o investimento de 3% do total da receita de impostos federais.

A execução do plano de desenvolvimento ficou a cargo da SPVEA (Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia), criada pelo Decreto de nº 1.806, em janeiro de 1953. Esse Decreto previa a ampliação da Amazônia e, com isso, a definição de “Amazônia Legal” (PANDOLFO, 1994: 48). Dentre as ações realizadas pela superintendência estão: o exame preparatório da realidade amazônica, que tinha como objetivo levantar os principais problemas básicos e as condições para os empreendimentos; o Programa Emergencial (1954), primeira tentativa de planejamento regional; e o I Plano Quinquenal de Valorização Econômica da Amazônia para o período 1955-59.

Notadamente, a obra que define a atuação da SPVEA para integração da região é a construção da rodovia Belém-Brasília. A obra redesenha a ordem regional, desde a substituição dos principais meios de transportes até a fixação de um numeroso contingente humano de outras regiões em espaços antes despovoados. Todavia, esse processo se caracteriza desordenado no que diz respeito à configuração do território.

³⁰ Para uma leitura aprofundada do período da economia da borracha conferir SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. *História econômica da Amazônia: 1800-1920*. T. A. Queiroz. São Paulo. 1980. E, COSTA F. de Assis. *Grande Capital e Agricultura na Amazônia: experiência Ford no Tapajós*. Editora Universitária / UFPA. Belém. 1993.

Em relação à abertura e construção da rodovia Belém-Brasília, Costa (1998) faz a ressalva de que se constitui um marco para Amazônia devido à aceleração do fluxo migratório, e assim, destaca.

A construção da Belém-Brasília vem constituir-se em marco na aceleração desses fluxos que, provindo do Sul, via Goiás e Minas Gerais, e do Nordeste, via Maranhão, penetram a Amazônia (Velho, 1972; Hébette; Marin, 1979). Tem-se, assim, ao longo dos anos 60, o definitivo estabelecimento da fase amazônica do desenvolvimento da chamada “fronteira agrícola” nacional (COSTA, 1998: 44).

Apesar dos resultados obtidos com a política de valorização econômica coordenada pela SPVEA, partindo da hipótese que a estruturação da sociedade local e a dinâmica adotada seriam incapazes de proporcionar o desenvolvimento regional, o governo intensifica as políticas de ocupação no intuito de atrair os empresários do Centro-Sul para a região, estabelecendo um “modelo de desenvolvimento amazônico”. O Estado teria a responsabilidade de indução do crescimento econômico, no entanto, como afirmou Monteiro e Coelho (2004: 103), “ao promover a expansão capitalista, o Estado nacional promoveu alterações nas dinâmicas sociais existentes na região”.

Tradicionalmente, o posseiro operou como desbravador do território, como amansador da terra. A verdade é que, pressionado pelas empresas capitalistas interessadas em desalojá-lo de suas terras, foi frequentemente utilizado para deslocar os grupos indígenas, para avançar sobre a terra deles, desalojando o índio, porque desalojado pelo capital. No caso mais recente e atual da ocupação das novas regiões, como se dá na Amazônia, a verdade é que o capital amplamente estimulado pelo Estado já avança, ao mesmo tempo, sobre terras de posseiros e terras indígenas (MARTINS, 1991: 67).

Configurou-se, nesses termos, uma política de desenvolvimento regional³¹ semelhante à aplicada na região Nordeste, tendo incentivos fiscais e apropriação facilitada de terras para grandes empresas e fazendeiros. A consequência dessa política se dá na mudança das dinâmicas sociais e ecológicas, acelerando a substituição das florestas e a ampliação da concentração fundiária.

A concepção que prevalece à época é que somente o grande capital seria capaz de efetivar a modernização do território. Dessa forma, esse contou com a proteção do poder público, com isenção de impostos, incentivos fiscais, juros simbólicos ou negativos. O grande capital,

³¹ Cano (2008: 44) destaca que a partir de 1961 criam-se incentivos ao capital, de modo que tais incentivos intensificaram a migração do capital produtivo para as regiões, inclusive a Amazônia, acelerando a transformação de suas estruturas produtivas. Cita o exemplo da Zona Franca de Manaus (ZFM) quando menciona a mudança na pauta de exportação.

além de contar com os incentivos, dava preferência às terras de qualidade já desmatadas pelos indígenas e posseiros, usufruindo da conhecida “Operação Amazônia”.

Neste processo, os colonos, os posseiros e os povos originários serviram na sua grande maioria de amansadores da terra, visto que quem chegava depois eram os capitalistas, com a documentação das terras, algumas vezes legal, outras forjadas. As possíveis irregularidades na documentação das áreas eram oriundas da indústria da falsificação promovida pela grilagem da terra (PICOLI, 2006: 56).

Os órgãos do governo como Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e o Banco da Amazônia S.A (BASA), foram colocados à disposição dos investidores. Kohlhepp (2002) considera duas medidas tomadas por parte do Governo como essenciais na tentativa de promover o desenvolvimento econômico na Amazônia:

- 1- Ação estatal para o desenvolvimento da infra-estrutura, concentrada no transporte rodoviário, como parte central dos esforços para a integração da Amazônia. Projetos selecionados de colonização rural foram implementados. A redução de impostos para corporações foi um dos fatores mais importantes para atrair investidores privados aos projetos de desenvolvimento aprovados pelo Estado.
- 2- Ação privada foi baseada em investimentos em todos os setores econômicos mediante incentivos fiscais e a redução de taxas tributárias, a serem empregadas como capital de investimento, principalmente na criação de gado, indústria e projetos de mineração (KOHLHEPP, 2002: 37).

Para Costa (2000: 75) os incentivos capitalizaram velhas e decadentes oligarquias paraenses e propiciaram os latifúndios das frações da elite local. Atendeu-se, assim, em parte, à reivindicação regionalista de favorecimento, pela via da política do governo federal, ao homem amazônico. Desse processo, resultou a modernização de alguns segmentos tradicionalmente ligados à propriedade da terra ou a sua transformação em fazendeiros modernos ou, ainda, sua metamorfose em empresários urbanos produtivos ou especuladores. De qualquer modo, o que ocorre é a reoligarquização do agrário regional.

Em continuidade à política de desenvolvimento da Amazônia, o governo General Médici lançou na década de 1970, o Programa de Integração Nacional – PIN, que se articulava com o Programa de Redistribuição de Terras – PROTERRA.

Este programa foi lançado, na Amazônia, em 1970, comandado diretamente pelo governo federal, tendo como principais objetivos a construção dos dois grandes eixos rodoviários – a Cuiabá-Santarém e a Transamazônica – o ambicioso programa visava à ocupação econômica da área de influência dessas rodovias (PANDOLFO, 1994: 77).

O programa foi baseado no conceito de planejamento de eixos de desenvolvimento, prevendo a construção de várias estradas de longa distância, sendo que essas serviriam de roteiros de migração para a Amazônia, “corredores de desenvolvimento”, como ficaram conhecidas. No caso específico da Transamazônica (BR 230), o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) ficou responsável pela operacionalização do programa, e assim, desapropriou uma faixa de 100 quilômetros de largura dos dois lados da rodovia.

De acordo com o modelo do INCRA, para a operação de assentamento em grande escala, principalmente de trabalhadores rurais e arrendatários do Nordeste, foi fixada uma faixa de 10 quilômetros de extensão de ambos os lados das estradas através da Amazônia, com vistas ao estabelecimento de pequenas propriedades de 100 hectares cada, num sistema de rotação de terras com apenas 50% de devastação – o restante era organizado em unidades de até três mil hectares. Infelizmente, o plano de remover 2,2 milhões de Km² de terras de especulação por desapropriação ao longo das estradas principais não foi realizado (KOHLHEPP, 2002: 38).

Sem dúvida, o mecanismo foi para povoar a Amazônia com pessoas oriundas de diferentes lugares do país, principalmente, a absorção do excedente populacional do Nordeste brasileiro. A meta, inicialmente, era assentar 500 mil colonos em 5 anos. Mais tarde o número foi reduzido para 100 mil, em meados de 1970 somente 7% do número inicialmente planejado estava assentado na Transamazônica (PANDOLFO, 1994: 79; KOHLHEPP, 2002: 38).

Furtado (1984: 23-27) ao discutir sobre o desenvolvimento imitativo discorre acerca da construção da Rodovia Transamazônica, afirmando ter sido essa obra “a expressão mais aberrante” do modelo de desenvolvimento imitativo, indicando “a tendência atávica de nossa sociedade ao elitismo e à opressão social”.

A figura 2, esboça o modelo de ocupação executado pelo INCRA. Após três anos de iniciado o programa, o governo retirou a ajuda alegando que os colonos já tinham condições de se emanciparem. A suspensão foi uma retirada estratégica, pois consideravam que o formato não possibilitava o desenvolvimento econômico esperado, desse modo, ficaram sem cumprir a maioria das premissas previstas no programa³².

³² Segundo Pandolfo (1994: 81) o programa previa que cada colono receberia 100 hectares de terra, sendo 50 para plantio agrícola e 50 a serem mantidos como reserva florestal; a cada 8 a 10 quilômetros, haveria a instalação de uma agrovila, formada por grupos de 48 a 60 famílias, com armazéns, açougue e farmácias; as agrópolis se constituiriam da reunião de 20 agrovilas, dentro de um raio de 50 quilômetros, com posto médico, escola e culturas de subsistência; e cada chefe de família receberia um salário mínimo, sendo transportado, por via aérea, do seu local de origem para um acampamento provisório, até receber sua posse de terra definitiva.

Para Herrera e Guerra (2006: 6) a política do governo estava voltada para superar o agravamento e as distorções surgidas a partir da modernização conservadora. Os autores explicitam que o povoamento de novas áreas agricultáveis foi uma forma de o governo sanar os problemas do campo sem ter que promover a reforma agrária no país. Até esse momento da história da exploração no setor agrícola, nada havia sido feito como possibilidade para os pequenos agricultores (fundamentalmente familiares), uma vez que os incentivos sempre foram destinados aos grandes latifúndios e às empresas agrícolas.

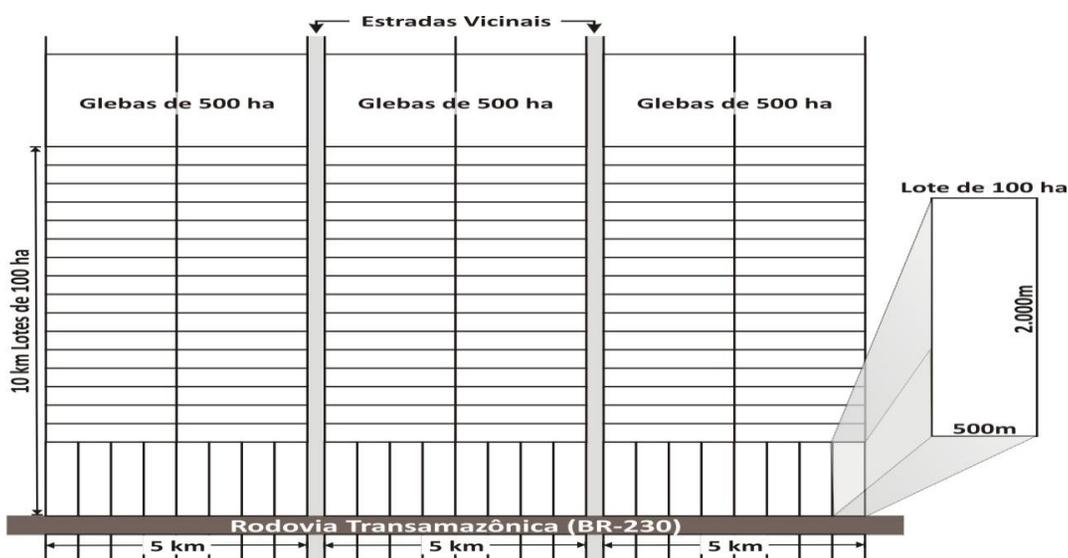


Figura 2 – Esquema do padrão de colonização adotado na década de 1979 pelo Incra.
Fonte: Adaptado de Becker (1990) por BRITTO (2009: 24).

No mesmo sentido que os autores anteriormente citados, Cano (2007: 29) destaca que o aceno para a ocupação dos “vazios” do território nacional constitui escamoteação por uma das mais graves questões nacionais, que é a reforma agrária. O autor faz tal observação enfatizando que a colonização do Centro-Oeste e da Amazônia foi pensada para dar vazão ao “excedente populacional” do país, principalmente, da região nordestina.

Além da solução paliativa quanto ao problema do excedente populacional nas demais regiões e a geração de um contingente populacional na Amazônia, mais nada foi atribuído positivamente por Kohlhepp (2002) à política de desenvolvimento adotada pelo governo. A seguir o autor expõe críticas aos resultados obtidos.

A colonização agrícola, especialmente ao longo da Transamazônica, foi um fracasso, pois as condições ecológicas não foram devidamente compreendidas

[...]. Planejamento, levantamento topográfico, organização, informações aos colonos, modelos de uso da terra (mudança rápida para culturas permanentes) e facilidades de mercado foram inadequados. Mesmo o conceito da agrovila, de assentamentos centrais, falhou. Todavia, deu impulso à migração de massa para o Norte, tendo sido iniciada espontaneamente na segunda metade de 1970. A fronteira agrícola avançou rapidamente ao longo de uma série de frentes pioneiras, estendendo-se adentro das florestas tropicais (KOHLHEPP, 2002: 39).

Após a investida na participação de pequenos e médios produtores no desenvolvimento regional, o governo retoma a ideia de dinamização regional por meio da ação de grandes investimentos empresariais via a implantação das atividades agropecuárias, extrativas e industriais que gerassem divisas para o pagamento da dívida externa. A política de incentivo aumentou, significativamente, a pressão sobre a floresta devido à correlação direta das áreas de pastagens com a exploração de madeira.

No final da década de 1970, com o intuito de cumprir a meta proposta, o Governo Federal decide arcar sozinho com os custos referentes à construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí e patrocinar a infraestrutura urbana e portuária necessária ao funcionamento das indústrias de transformação mineral, a Albras e a Alunorte em Barcarena – PA e a Alumar em São Luís – MA.

Além dos incentivos fiscais concedidos em nível federal, em consonância com o modelo de desenvolvimento industrial do Poloamazônia, as empresas atraídas para a região contaram com as políticas de renúncia fiscal adotadas pelos estados federados visando auxiliar a instalação local de empresas e promover a verticalização e a diversificação da produção industrial, repetindo a estratégia federal de criar infra-estrutura básica e de isentar as empresas do pagamento de impostos (MONTEIRO e COELHO, 2004: 111).

Com esse estímulo governamental, ocorre durante as décadas de 1970 e 1980, a investida de várias empresas com projetos, sobretudo no setor minerador. Dentre essas, destacaram o Projeto Carajás, que assume o caráter de Programa de Grande Carajás sob coordenação da Companhia Vale do Rio Doce; Projeto de Mineração Rio do Norte; Projeto Albrás (Alumínio Brasileiro S.A.); Projeto Alumar (Alumínio do Maranhão S.A.); Projeto ICOMI (Indústria e Comércio de Minérios S.A.); e Projeto Jarí. Analisando essa fase da história da Amazônia, Oliveira (2009: 83) atrela a esses grandes projetos³³ a recente expansão econômica da região e frisa que isso se fez por meios idênticos ao da conquista original do país e por isso utiliza a expressão “reconquista”.

³³ Sobre o impacto dos Grandes Projetos pode se conferir o texto “Grandes projetos e transformações na fronteira” (HÉBETTE, 2004).

Na verdade, tem-se percebido o processo, em que o capital com suas diferentes formas, inclusive apoiado em políticas ambientais, explora os recursos naturais e submete a população a trabalhos cada vez mais desumanos. Tal processo, assemelha-se “à reversão colonial” como definiu Sampaio Jr. (1999: 427), ou ainda, como afirmou Santos (2006) por estarmos vivendo a formação econômico-social de regressão à situação colonial de novo tipo, ao aceitar os ditames do capital internacional.

A afirmação se faz por não perceber que tenha havido alterações incisivas nos fundamentos básicos dos planos que se seguiram: “Brasil em Ação” (1996-99), “Avança Brasil” (2000-03) e, mais recentemente, o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. Os programas coordenados pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR, como o Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira – PDFF, o Programa de Gestão da Política de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial, além do Plano da Amazônia Sustentável – PAS.

Em que pese as especificidades e adequações de cada programa, todos, continuam recorrendo ao discurso da necessidade de criação dos eixos estruturadores do desenvolvimento regional, o que certamente não contribui para o desenvolvimento da Amazônia se levado em consideração o potencial endógeno e as dificuldades específicas do território, caracterizando a continuidade forjada da expansão do capitalismo. Não há aqui uma defesa do localismo, mas sim uma crítica à integração, que não ponderou as múltiplas escalas e as relações já constituídas no território.

Nesse sentido, Monteiro e Coelho (2004: 118) ao analisar os programas governamentais deixam em evidência a necessidade de se fazer o debate sobre a capacidade de investimentos infraestruturais provocarem o dinamismo regional ou gerarem novos desequilíbrios entre municípios e regiões. Alguns estudos foram feitos ao longo da década de 1980, mas após esse período seria importante compreender a quem de fato serviu os incentivos e quais foram as mudanças que esses proporcionaram no cenário da Amazônia.

II.3. Mudanças no estado de fronteira na Amazônia

A fronteira em seu sentido original refere-se à divisão de duas partes distintas, assim, significando o limite concreto ou imaginário de espaços físicos determinados. No entanto, Turner (1896) ao explicar a ocupação da fronteira nos Estados Unidos (a marcha para o oeste) como

ponto de partida para formação da identidade nacional norte americana, não só propõe a adaptação ao conceito como passou a influenciar diretamente o debate acerca da ocupação de novas terras, incorporando o processo social como elemento do alargamento de um território.

A fronteira, para Turner (1896), tem como princípio a existência de terras livres a serem ocupadas, essas servindo como o lugar da liberdade, o espaço da individualidade e de oportunidades ilimitadas. O autor atrela à fronteira dois fatores importantes para a consolidação da nação norte-americana: o primeiro, a consolidação de uma nacionalidade complexa devido às diferentes experiências vivenciadas na fronteira; o segundo, a contribuição da fronteira para evolução da democracia porque a condição do individualismo fez-se mais forte que a intervenção do governo na fronteira.

Nesse sentido, Turner considera que a democracia norte-americana está fundamentada na experiência da fronteira ao Oeste. Destacando, *“but the most important effect of the frontier has been in the promotion of democracy here and in Europe. The frontier individualism has from the beginning promoted democracy”* (TURNER, 1896: 30). A análise vai mais adiante, afirmando que devido às “terras livres”, foi garantido ao oeste dos Estados Unidos trilhar o desenvolvimento. O autor afirma *“the existence of an area of free land, its continuous recession, and the advance of American settlement westward explain American development”* (TURNER, 1896: 18).

Embora Turner tenha chamado atenção para a importância da fronteira na formação da nação, pode-se afirmar que o autor negligenciou a importância das comunidades indígenas e o fato do Oeste americano já possuir algumas cidades fundadas por franceses e espanhóis, assim, desconsiderou no processo as sociedades existentes antes da grande marcha (SILVA, 2007: 284).

O rompimento do local, em prol do nacional, gerou custos elevados para determinadas culturas e sociedades pretéritas à marcha da “civilização”. A fronteira assume características de um território de conflitos e litígios em que se inserem relações de poder e sobre o mesmo espaço passam a coexistir interesses diversificados, em contextos históricos diferenciados.

No caso brasileiro, convém considerar a fronteira como território onde há contradições socioespaciais e ações transformadoras do capitalismo sobre produtores familiares, comunidades quilombolas, indígenas, ribeirinhas, caracterizando sua forma autoritária. “Logo, considera-se a fronteira capitalista como uma invenção para justificar representações simbólicas,

culturais e ideológicas contra as territorialidades dos índios, dos negros, dos ribeirinhos, dos posseiros” (SILVA, 2007: 286).

Contrariamente à visão de fronteira como espaço democrático, Velho (1979: 94) ao estudar a Amazônia, mostra o efeito da fronteira sobre a sociedade e critica o estado de fronteira aberta, além de apontar os problemas quando a fronteira se fecha. O autor propõe o uso da expressão – “fronteira aberta”, porém controlada. Isso para, justamente, caracterizar a presença do capitalismo autoritário³⁴ como propulsor da dinâmica que se estabelece no território em expansão.

Na mesma perspectiva, Martins (2009) afirma que.

Turner, certamente, não é a melhor referência para pensarmos a complicada conflitividade da fronteira [...], o caso da frente de expansão brasileira, como provavelmente o caso de outros países, não correspondendo à idílica suposição de fronteira é o lugar de concepções e práticas democráticas de autogestão e liberdade, na medida em que o homem da fronteira estaria menos sujeito aos constrangimentos da lei do Estado, e mais sujeito à própria iniciativa na defesa de sua pessoa, de sua família e de seus bens (MARTINS, 2009: 32-33).

Para Martins (2009: 10), a fronteira se constitui um cenário de intolerância, ambição e morte, os confins onde se estabelece a degradação do outro. Somente a existência do outro, autóctone da fronteira é que viabiliza a existência de quem domina, tendo com isso o caráter litúrgico e sacrificial, portanto, a “fronteira do humano” – “lugar [...] onde se observam os conflitos e dificuldades próprias da constituição do humano no encontro de sociedades que vivem no seu limite e no limiar da história”.

A fronteira, dessa forma, é caracterizada pelos conflitos entre diversos sujeitos territoriais, tornando-se assim um espaço dinâmico de contradições. Martins (2009) ao usar a expressão *fetichizada* faz a explicitação sobre o que há implícito na definição de fronteira:

Fronteira é, na verdade, expressão de uma complicada combinação de tempos históricos em processos sociais que recriam formas arcaicas de dominação e formas arcaicas de reprodução ampliada do capital, como a escravidão, bases da violência que a caracteriza. As formas arcaicas ganham vida e consistência por meio de cenários de modernização e, concretamente, pela forma dominante da acumulação capitalista, racional e moderna (MARTINS, 2009: 12-13).

O autor apresenta duas categorias distintas que dinamizam a fronteira: a primeira, frentes de expansão, marcada pela mobilização de grupos em busca de terra sem a intermediação

³⁴ Por “capitalismo autoritário” tem-se o entendimento como forma que faz prosseguir a acumulação primitiva por meio da subordinação da produção dos não capitalistas. Conferir a obra *Capitalismo autoritário e campesinato* (1979 de Otávio Guilherme Velho).

do capital na tentativa de garantir a sobrevivência, seria o movimento de expansão territorial, invariavelmente, resultante do massacre das populações nativas, sua drástica redução demográfica e até seu desaparecimento; a segunda, frentes pioneiras, definida economicamente pela presença do capital na produção e na exploração capitalista da terra, significando indução à modernização, à formulação de novas concepções de vida, à mudança social, em que se cria o novo, uma nova sociabilidade fundada no mercado e na contratualidade das relações sociais (MARTINS. 2009: 135).

O estudo da fronteira, a partir dessas categorias (frente de expansão e frente pioneira) expressa o processo de expansão capitalista sobre o território com consequências perversas, espoliação e dominação de grupos em detrimento da expansão do capital em novas áreas. Principalmente, no caso brasileiro devido à necessidade de agregar valor ao capital por intermédio da renda da terra assegurando a reprodução ampliada. Segundo Martins (2009: 26) isso ocorre “recriando mecanismos de acumulação primitiva, [...] dependente da mobilização de meios violentos e especulativos para crescer em escala”, reproduzindo o capital, comparado a outros investimentos, com melhores rentabilidades e retendo parcelas maiores da mais-valia realizada.

A fronteira expõe conflitos de distintas concepções de ocupação do espaço e uso dos recursos disponíveis. Sob a égide do projeto civilizatório de uma sociedade capitalista que afirma o poder de determinados grupos sociais sobre territorialidades preexistentes ou em constituição na determinação de representações simbólicas do desenvolvimento social único e idêntico.

Constitui-se na fronteira, portanto, o conflito, a instabilidade, a conquista e a resistência em função das relações de tempos distintos. Martins (2009: 155) considera que essas relações fazem com que o atrasado apareça como o diferente, não tendo o sentido de passado, mas sim o de contradição em uma sociedade diversificada. Nessa análise e como de fato acontecem, as relações mais avançadas não corróem, nem necessariamente destróem as relações ditas “diferentes”, elas cooptam e se apropriam das relações como forma de garantir o seu projeto de desenvolvimento.

É importante ressaltar a afirmação feita por Hébette e Marin (2004) ao frisarem que,

É essencial ter consciência e não se deixar distrair do fato de que a fronteira não se constitui e não se estrutura como fenômeno autônomo, nem no que se convencionou chamar de fase pioneira, nem na fase de expansão. A fronteira faz parte de uma totalidade social que transcende; ela é a franja de um sistema em expansão e, portanto, não pode, em hipótese nenhuma, ser entendida dissociada

dele. A interpretação da fronteira (e da colonização, que é uma das suas formas institucionais) não dispensa a referência à organização sociopolítica e econômica global e tem de apelar para as suas características, em particular às de seu pólo econômico-político e ideologicamente dominante [...]. A fronteira se expande e evolui por fases, como reflexo da evolução do sistema³⁵, quer dizer, do capital (HÉBETTE e MARIN, 2004: 76).

Tal entendimento respalda o fato da Amazônia ser compreendida por muitos pesquisadores, como fronteira. Ao integrá-la ao restante do território nacional, são engendradas relações descompassadas e sobreposição de um modelo de sociedade em relação às dinâmicas autóctones.

Ao discutir a Amazônia, Cruz (2006: 65) chama atenção para a necessidade de se dever explicar o intenso processo de “modernização”, consequência da integração da região ao resto do território nacional e como esse processo de incorporação à economia nacional promove o avanço da sociedade nacional sobre as populações indígenas e as populações tradicionais não indígenas já territorializadas, moldando as condições existentes. De modo a enfatizar:

[...] que o entendimento da Amazônia como fronteira indica a preocupação econômica dos processos que modelam o espaço regional; o impacto do modo de produção capitalista e de suas formas recentes de reprodução nas organizações espaciais anteriores e a necessidade de explicar o desenvolvimento desigual e combinado no interior do território nacional (TRINDADE, 2002, citado por CRUZ, 2006: 66).

A consolidação de fronteiras no interior do Brasil, em especial na Amazônia, se fez expandindo o capital pelo território ora excluindo ora submetendo os que não estavam atrelados ao capital. Assim, caracterizando a marcha do capital, com o objetivo de incorporar novos espaços de produção capitalista e a máxima ampliação do mercado. Desse modo, precisa-se ponderar que as contradições assumem dinâmicas específicas nas diferentes regiões apesar de serem inerentes à própria inserção do Brasil no sistema capitalista mundial.

No caso da Amazônia, em particular, “caracteriza a ausência de organizações sociais preexistentes capazes de resistir a novas apropriações, resultando no ritmo acelerado e na extensão em que se processa sua transformação” (BECKER, 1998: 8; BECKER e EGLER: 2010: 211) e as formas facilitadas que o capital encontra para transpor as resistências pontuadas que foram e são estabelecidas em seu percurso.

Em outras palavras, a fronteira é o espaço da expectativa de reprodução ampliada para praticamente todos os atores em jogo, mas onde há incerteza

³⁵ Becker (1998: 11) afirma que a colonização se fez sempre em surtos devastadores vinculados à expansão capitalista mundial.

quanto a essa reprodução, na medida em que as ações sociais respondem a orientações políticas e valorativas e não só aos constrangimentos econômicos, condição que lhe atribui valor dinâmico e estratégico (BECKER, 1986: 67).

Por esse prisma, a fronteira se constitui como a acumulação desigual de tempos sociais, o que levou Silva (2007: 291) a afirmar ser “o encontro de temporalidades distintas de cada grupo social com seus diferentes modos de participação na expansão territorial do capitalismo sobre o território brasileiro”. Nesse sentido, acontecem na Amazônia expressões das contradições mais profundas enraizadas na estrutura da sociedade brasileira.

A situação da Amazônia não deve ser analisada como se aquela região constituísse uma sociedade à parte em relação ao conjunto da sociedade brasileira. [...] O que existe, é uma sociedade nacional em que a reprodução do capitalismo constitui cada vez mais um processo tenso que se expressa na proliferação de conflitos no campo e na cidade. [...] A região amazônica se destaca como área diretamente subordinada por esse processo conflituoso, como uma espécie de região problemática (MARTINS, 1991: 61).

A Amazônia, fronteira, foi dotada por perspectivas políticas e econômicas para transformar o território em uma área de livre movimento dos projetos econômicos e, conseqüentemente, expandir o capital e os interesses globais, tornando-se assim uma reserva estratégica de riquezas para o capital que faz uso para a produção de superlucros, “seja pela exploração das drogas do sertão, seja como fronteira passível de apropriação e valorização do capital investido na compra de terras, seja como província mineral, seja como fronteira agropecuária” (PAULA, 2008: 17).

Para Becker (1990) o importante é ter claro que a fronteira amazônica apresenta especificidade em relação aos demais casos paradigmáticos, pois apresenta características muito próprias: a) já nasce heterogênea, constituída pela superposição de frentes de variadas atividades com o povoamento e a produção relativamente modestos b) já nasce urbana e tem ritmo acelerado de urbanização; c) o Governo Federal tem papel fundamental no planejamento e no volume de investimentos estruturais.

Neste sentido, faz-se importante retomar a reflexão de Carvalho (1984: 171) para quem a fronteira foi entendida como reguladora da intensificação do capital na agropecuária, sobremaneira condicionada como resultado do processo de expansão do capitalismo brasileiro.

Para Loureiro (2009), ao se referir ao movimento e à dinâmica da fronteira no século XXI considera que:

não podem ser entendidos simplesmente como se toda mudança se reduzisse a um novo traçado da mesma; agora não é um simples desdobramento espacial da fronteira dos anos 1970/80. Trata-se muito mais de uma apropriação dos recursos naturais com vistas ao enriquecimento individual ou empresarial, e menos que oposição entre terra de trabalho e terra de negócio, como foi no passado recente. E ainda o trabalhador sem-terra assume um papel secundário ou mais subordinado ainda (LOUREIRO, 2009: 83).

Os interesses globais articulados aos interesses do capital somente se fizeram possíveis por causa da mediação do Estado. Dessa forma, a fronteira se torna espaço estratégico, por excelência, do Estado que se dedicou na rápida estruturação e controle para integrá-la ao mercado de grandes capitais internacionais. Os recursos naturais, tanto florestais quanto os minerais e os projetos agropecuários foram usados como meios de alavancar as empresas capitalistas.

A verdade é que a Amazônia não é mais a mesma dos anos 1950-60. Ao longo do tempo ela foi sendo apropriada pelo desenvolvimento capitalista e configurada para favorecer a acumulação de capital. Com isso, não só acontece ‘a degradação dos outros’, como dos recursos naturais em benefício do lucro e a permanência dos capitais nacionais e internacionais no território.

Tanto que os momentos atribuídos a resultados positivos na economia da Amazônia, estiveram atrelados a estímulos externos e subordinados aos centros dinâmicos do capitalismo brasileiro. “O aparente crescimento não atendia e beneficiava os residentes no território, mas sim, pessoas localizadas fora dele” (SANTOS, 1989: 27). Para Léna & Oliveira (1991: 11) essa configuração caracteriza a sobreposição da dinâmica da fronteira sobre o desenvolvimento regional, ou seja, os agentes econômicos de origem externa acarretando rupturas e traumas na população local ao invés de se ter o desenvolvimento conduzido pelas populações locais.

De acordo com Picoli (2006: 42) a maioria dos projetos incentivados pelo governo tem origem na produção de mais miséria na região, ao invés de assentar as famílias, desapropriaram e provocaram a violência. Para o autor, “as vítimas da investida capitalista são as áreas dos povos originários, dos posseiros e dos pequenos proprietários de terras, bem como áreas de preservação ambiental e militar”.

Dessa forma o modo de produção capitalista acarreta alterações nas estruturas internas, não conduzindo à melhoria das populações locais, mas possibilitam melhores condições para o capital, facilitando a apropriação de resultados cada vez maiores na exploração do

território, constituindo os *loci* das regras concorrenciais e da valorização do capital por meio da “coerção imposta com a integração” (BRANDÃO, 2007: 75).

No movimento do capital para estabelecer um espaço único de sua própria valorização, a transposição dos limites por determinação das dinâmicas capitalistas, desfigura a fronteira. Tendo a derrocada da autonomia, nunca reconhecida, mediante sua vinculação aos ditames da economia nacional e mundial. Assim, vai deixando de ser ‘a fronteira’ ou pelo menos tendendo ao seu fechamento.

O fechamento para Silva (1981: 117), não é na “utilização produtiva do solo, mas sim por não ter mais terras livres, terras sem donos”. Entende-se tal situação, principalmente, depois das delimitações das Unidades de Conservação, em que restringiram a apropriação das terras e dificultaram os acessos às novas áreas, podendo dizer que a política fez escasso um bem abundante de maneira que a pressão recai sobre os produtores desprovidos de condições econômicas, os quais são induzidos pelo capital a venderem suas áreas. Nesses termos, ao mesmo tempo em que se mitiga a degradação ambiental provoca o acirramento do conflito pela terra nas área agricultáveis da Amazônia.

A intervenção direta e heterônoma configura o território no qual o capital impõe a determinação das relações, mantendo as desejadas e se criando outras novas, como forma de se expandir. Ao invés de ser fechada, a fronteira passa a ser moldada. A desfiguração da antiga fronteira, por assim dizer, faz parte do processo imposto pelas dinâmicas externas ao alegar a promoção do desenvolvimento, na verdade, promove o envernizamento de relações necessárias para o processo concentrador e expansivo que o capital imprime.

A Amazônia, realmente, assume um novo papel como território dinamizador da lógica capitalista, metaboliza as relações em seu interior para valorização do capital. Essa situação, segundo Santos (1989: 27) ocorre devido à “perspectiva econômica do capitalismo” iniciar sua operação no território impregnando a sociedade com uma visão de mundo, suas escalas de valores e novos padrões morais de conduta, com isso velhas hierarquias são rompidas. Retiram-se as resistências por meio da cooptação e do convencimento para o interior do mundo do capital, tendo a partir desse momento muito mais a concorrência e os interesses intercapitalistas presentes do que com as dinâmicas produtivas locais.

Loureiro (2009: 74) afirma em sua obra que a fronteira se constitui com novos aspectos, transformada em “fronteira de commodities” voltada para o mercado internacional em que o processo se iniciou com três produtos: madeiras, ferro e alumínio em lingotes.

O fulcro da questão é que a Amazônia deixa de ser a fronteira caracterizada pela dualidade (o conflito de lógicas entre capitalista e o camponês), como frisaram Becker (1990); Martins (2009); Costa (2000); e Pandolfo (1994). Sobretudo por ocorrer em alterações com a presença e determinação do modo de produção capitalista, dentre elas: a) o rompimento da condição de “ilha” voltada para o exterior; b) a constituição de uma indústria mineradora, atrasada, mas que modificou as relações; c) a urbanização da floresta, com núcleos desestruturados, mas importantes para as mudanças de funcionamento da dinâmica regional (LOUREIRO, 2009).

Compreende-se a Amazônia e o desenvolvimento do capitalismo no seu interior como superposição de fronteiras. Essas não como um fenômeno somente espacial e histórico, de confrontação cultural e ideológica, mas, principalmente, caracterizada pela expansão econômica que se faz configurando formas adversas de fronteiras determinadas pelo tempo imposto e exigido pelo capital.

Diferente do ocorrido no passado que esperavam a abertura de novas áreas pelos colonos ou incentivo governamental às áreas, atualmente, estão sendo abertas por empresários, especuladores e agentes diversos do capital que se instalam por conta própria e avançam sobre a floresta.

Os novos agentes da fronteira encarregam-se de fazê-la eles próprios. Ao lado da lucratividade, já que os custos pelos danos ambientais não são cobrados, outro atrativo para a aquisição de terras na Amazônia é o seu preço inferior aos de outros pontos do país (LOUREIRO, 2009: 84).

A Amazônia mais do que fronteira do território se configura como um território de fronteiras estimulado pela mobilização de diferentes modos de produzir. Marcada por traços de arcaísmo, mas não menos eficientes na valorização do capital, conseguindo baratear os custos dos capitais constantes e variáveis pela apropriação dos meios de produção e com a superexploração do trabalhador, assim, favorecendo a acumulação de capital.

Picoli (2006: 79) retrata que o processo de colonização decorrido nas últimas décadas na Amazônia foi agressivo, repressivo e extensivo. De modo que transformaram os povos

tradicionais em mercadoria³⁶, os quais passaram a vender sua força de trabalho aos diferentes tipos de projetos capitalistas existentes.

Os capitalistas ao se instalarem na Amazônia não respeitaram o direito do outro à terra. Questionados sobre a usurpação, recorriam ao Estado e às leis protecionistas que contribuem para a expansão capitalista. Neste sentido, Loureiro (2009: 83) afirma que “são os grandes negócios que passam a mover a fronteira e não mais o pequeno produtor familiar, que nesse novo contexto, fica obscurecido, tentando sobreviver nos interstícios do movimento e das pressões do capital internacional”.

A mudança no perfil de fronteira, ou melhor, a consolidação de um território de fronteiras determina diretamente mudanças nas ações dos sujeitos territoriais, entendendo que esses passam a ser em maior ou menor grau determinados pela expansão dos negócios, sejam ligados ao mercado local ou internacional, já que as relações ultrapassaram o espaço interno do país.

[...] essas práticas são resultado de um Estado que trata de maneira diferente os posseiros e os grupos econômicos. Não se trata de um Estado omissivo, mas conivente e, historicamente, colocado a serviço dos grupos econômicos, que fazem o papel de reprodução da classe burguesa por meio das representações políticas na última fronteira de colonização (PICOLI, 2006: 85).

O contexto criado e a dinâmica estabelecida fazem o Estado se interessar em valorizar o capital e se não abandona o pequeno produtor familiar estabelece políticas duais de “desenvolvimento” que condicionam a maioria dos atores a se submeterem às relações sociais em consequência da integração da Amazônia à economia nacional e, em seguida, dos diferentes tempos impostos pelo capital ao se expandir pelo território amazônico.

II.4. Características da Amazônia integrada

A definição de Amazônia Legal Brasileira está pautada na Lei 1.806/1953 e pela Lei Complementar 31/1977 que adiciona o Estado do Mato Grosso (CELENTANO et al. 2010: 19). Para além da legalidade, enfatiza-se que a “Amazônia” tornou-se força de expressão para o povo que vive no território, no sentido de designar suas ansiedades e reivindicações na dinâmica e nos conflitos sociais presentes no extremo norte do país.

³⁶ Sua imagem como mercadoria, sua sabedoria e principalmente seu modo de vida.

De acordo com os relatórios do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia – Imazon, elaborado por Pereira et al. (2010: 10) e Celentano et al. (2010: 8) existem dois conceitos de Amazônia no Brasil: um que se refere às características da cobertura vegetal, o Bioma Amazônia, correspondente a 49% do território brasileiro, abrangendo os Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Roraima e parte dos territórios do Maranhão, Mato Grosso, Rondônia e Tocantins (ver figura 1). O segundo conceito, Amazônia Legal, inclui todos estes do Bioma Amazônia e mais as áreas do cerrado e campos naturais, totalizando 59% do território nacional.

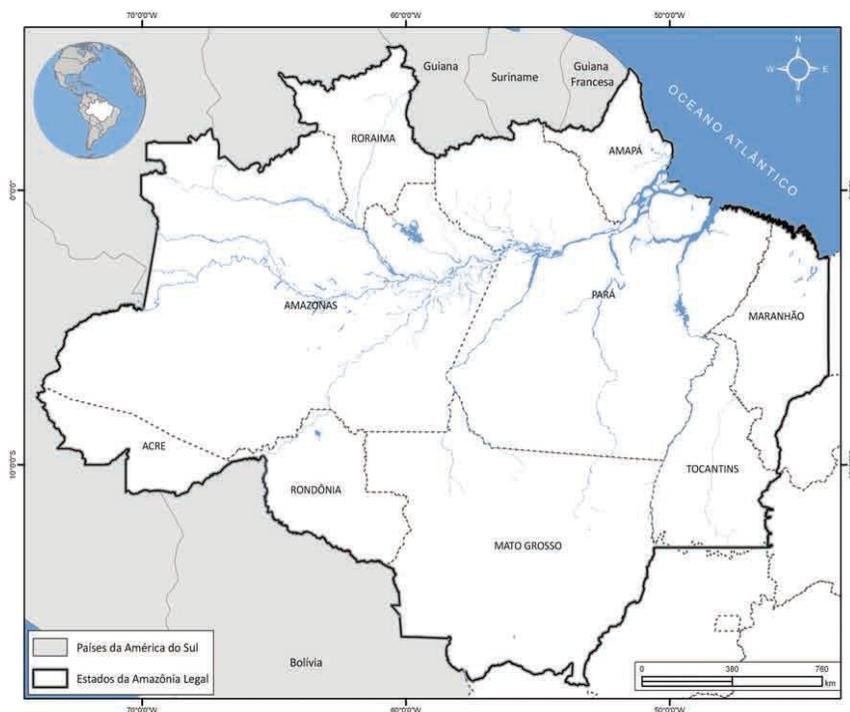


Figura 3 – Mapa da Amazônia Legal brasileira.
Fonte: CELENTANO et al (2010).

Devido à vasta área e o pouco povoamento, a Amazônia apresenta densidade demográfica bem abaixo da média nacional (22,5 hab./km²). O número de 4,7 hab./km² do total da Amazônia legal é influenciado por parte do Estado do Maranhão com a inclusão de alguns dos seus municípios, seguido pelo Pará que apesar de apresentar a segunda maior porção de terra (1.247 milhares de km²) tem a densidade de 6,0 hab./km². O Estado foi considerado o mais populoso da Amazônia em 2010, com 7.4 milhões de habitantes, sendo que aproximadamente 1.4 milhões, segundo o censo de 2010, residiam na capital do estado, Belém.

Na tabela 2, estão apresentadas algumas informações referentes à área, população e número de municípios que constituem a Amazônia.

Tabela 2 – Amazônia Legal: área, população e número de municípios em 2010.

Estado	Siglas dos Estados	Área (milhares de Km ²)*	Números de municípios **	População em 2010 (milhares de habitantes)***	Densidade demográfica em 2010 (hab/Km ²)
Acre	AC	152,6	22	707	4,6
Amapá	AP	142,8	16	649	4,5
Amazonas	AM	1.570,7	62	3.351	2,2
Maranhão****	MA	249,6	181	5.355	18,7
Mato Grosso	MT	903,4	141	2.955	3,4
Pará	PA	1.247,7	143	7.444	6,0
Rondônia	RO	237,6	52	1.537	6,4
Roraima	RR	224,3	15	425	1,9
Tocantins	TO	277,6**	139	1.374	4,7
Amazônia Legal		5.006,3****	771	23.797	4,7
Brasil		8.514,9	5.592	190.733	22,5

*Fonte (IBGE, 2002); ** Fonte (IBGE, 2008); *** Fonte (IBGE: 2009); **** apenas alguns municípios do estado. Fonte: PEREIRA et al (2010); CELENTANO et al (2010).

A pequena participação dos dados da Amazônia em relação ao Brasil não se restringe aos números de município e população. Os dados mais constrangedores estão presentes nos indicadores econômicos e sociais em que constam que toda a Amazônia representou apenas 7,81% do PIB brasileiro em 2007. Enquanto somente a cidade de São Paulo para o mesmo ano alcançou o PIB de 12,0%³⁷. No valor obtido com o PIB de 7,81% destaca-se a contribuição dos Estados do Pará (23,81%), do Mato Grosso (20,53%) e do Amazonas (20,18%) que somam juntos 64,52% do PIB total da Amazônia Legal, como pode ser visualizado na tabela 3 a seguir.

Para Pereira et al (2010) e Celentano et al (2010) é relevante, ao caracterizar o território, destacar o número de pessoas ocupadas, já que o dado referente à Amazônia no ano de 2007 equivale apenas a 12% em relação ao número registrado para todo o país. Sendo que 28,91% da população ocupada para o referido ano residia no Estado do Pará e 26,47% no Estado do Maranhão - incluídos nesse percentual todos os municípios do Estado e não somente os que compõem a Amazônia.

³⁷ Fonte: Comunicação Social de 16 de setembro de 2009 (IBGE, 2009).

Os dados indicam que o Estado do Pará é responsável pelo maior número de pessoas ocupadas na Amazônia no ano de 2007, representando significativa participação do estado paraense na economia do território. Tal informação possibilita refletir sobre duas questões: condições de trabalho e a distribuição dos postos de trabalho no território.

O Estado do Pará tem a economia pautada em serviços, agropecuária e quando na indústria, esta é extrativa. A maioria dos postos de trabalho, serviços, em administração pública encontra-se na capital do Estado e região metropolitana caracterizando um desequilíbrio na dinâmica econômica do Estado. O mesmo ocorre nos demais Estados da Amazônia que possuem uma concentração de atividades formais nas áreas próximas das capitais enquanto que por todo o restante dos Estados as atividades são em geral informais e com baixíssima remuneração.

Tabela 3 – Amazônia Legal: indicadores econômicos e sociais em 2007.

Estado	Siglas dos Estados	PIB (2007) (bilhões de US\$)*	PIB per capita (2007) (bilhões de US\$)*	População ocupada (2007) (milhares)**
Acre	AC	1,69	2,58	305
Amapá	AP	1,77	3,01	246
Amazonas	AM	12,33	3,83	1.306
Maranhão***	MA	9,28	1,52	2.888
Mato Grosso	MT	12,53	4,39	1.402
Pará	PA	14,53	2,06	3.154
Rondônia	RO	4,40	3,03	758
Roraima	RR	1,22	3,09	189
Tocantins	TO	3,26	2,62	660
Amazônia Legal		61,01	2,59	10.907
Brasil		781,06	4,26	88.763

*Fonte Ipea (2007) – Câmbio médio de 2007: US\$ 1,00/R\$ 1,95 (BCB, 2007); ** Fonte (IBGE, 2007); *** todos municípios. Fonte: PEREIRA et al (2010); CELENTANO et al (2010).

A representatividade do Estado do Pará, juntamente, com o Estado do Amazonas, que conta com a Zona Franca de Manaus, é perceptível na composição dos números da região. Tanto em um Estado como noutro os números em sua maioria estão atrelados à dinâmica econômica das capitais, Belém e Manaus, respondendo pela maior fração da economia gerada nesses Estados.

Os números da tabela 4 esboçam que a composição do valor adicionado está atrelada, principalmente, ao setor de serviços, sendo o maior percentual (31,17%) referente a atividades da

administração pública, representando inclusive 17,66% em relação ao valor total adicionado para o ano de 2008.

Considera-se que o arranjo econômico dos três setores estimulou o deslocamento da população do campo para a cidade, gerando um exército de reserva de trabalhadores nos aglomerados urbanos que são obrigados a se submeterem às diferentes condições de trabalho para permanecerem nas cidades.

Tabela 4 – Pará: valor adicionado por atividade econômica, 2006-2008.

Atividades Econômicas	Valor Adicionado (R\$ Milhões)			Participação %			Variação nominal %	
	2006	2007	2008	2006	2007	2008	2007 /2006	2008/ 2007
Agropecuária	3.664	3.804	3.737	9,20	8,56	7,08	3,82	-1,76
1. Agricultura e exp. vegetal	1.209	1.354	1.308	3,04	3,05	2,48	11,99	-3,42
2. Pecuária e pesca	2.455	2.450	2.429	6,16	5,51	4,60	-0,20	-0,85
Indústria	13.279	13.780	19.155	33,35	30,99	36,29	3,77	39,00
1. Extrativa Mineral	3.000	2.852	7.388	7,53	6,42	14,00	-4,93	159,02
2. Transformação	5.491	5.503	5.708	13,8	12,38	10,81	0,22	3,73
3. Construção	2.647	2.984	3.608	6,64	6,71	6,84	12,73	20,9
4. Serv Ind de Util Púb - SIUP	2.140	2.441	2.451	5,37	5,49	4,64	14,07	0,42
Serviços	22.886	26.876	29.886	57,45	60,45	56,63	17,43	11,2
1. Comércio	4.820	5.803	6.600	12,1	13,05	12,51	20,39	13,74
2. Alojamento e alimentação	649	722	774	1,63	1,62	1,47	11,25	7,27
3. Transportes	1.821	2.009	2.023	4,57	4,52	3,83	10,32	0,68
4. Informação	822	894	1.402	2,06	2,01	2,66	8,76	56,77
5. Financeiro	1.185	1.397	1.349	2,97	3,14	2,56	17,89	-3,45
6. Serv. Prest. às Famílias	669	716	721	1,68	1,61	1,37	7,03	0,67
7. Serv. Prest. às Empresas	937	1.308	1.116	2,35	2,94	2,11	39,59	-14,69
8. Aluguel	4.054	4.631	5.213	10,18	10,42	9,88	14,23	12,56
9. Administração Pública	6.852	8.162	9.318	17,2	18,36	17,66	19,12	14,17
10. Saúde e Educação	576	637	683	1,45	1,43	1,29	10,59	7,28
11. Serviços Domésticos	500	597	686	1,26	1,34	1,30	19,40	14,87
Total	39.828	44.460	52.777	100	100,00	100,00	11,63	18,71

Dados da SEPOF/IBGE.

Nota: A periodicidade dos dados é anual, com 2 anos de defasagem.

Fonte: SEDECT-PA (2010).

Essa dinâmica de busca por postos de trabalho nas cidades é entendida como expulsão dos produtores agropecuários de suas terras. Nesses casos, o êxodo rural é uma das formas que propicia a mais-valia da população local, acarretando um quadro de subemprego, salários extremamente baixos e margem de trabalho informal elevada em detrimento da expansão do capital pelo território, exploração da força de trabalho e apropriação dos recursos naturais.

Paula (2005: 17) faz a leitura em sua obra de que fenômenos como estes ocorrem na Amazônia desde o século XVII, por historicamente ter sido encarada como um espaço propício de acumulação primitiva de capital, como inesgotável reserva de recursos naturais e de geração de superlucros.

A Amazônia de hoje, século XXI, território integrado à economia nacional carrega o legado da expansão capitalista, mais que isso, tem o desenvolvimento capitalista pautado na acumulação primitiva, ou seja, separando o produtor do seu meio de produção. Marx (1983; Livro I, v.2: 263) definiu acumulação primitiva como “as transformações que servem de alavanca à classe capitalista [...], sobretudo, os momentos em que grandes massas humanas são arrancadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários”.

A violência se expressa na realidade amazônica por diferentes formas, atentando contra a liberdade e o direito de posse dos produtores que são expulsos ou convencidos a migrar de seus locais para se subordinarem a relações degradantes nas periferias das cidades, quando muito alocados num posto de trabalho com remuneração mínima.

De acordo com MI/MMA (2003: 12) o grau de formalização na região é bem inferior à média nacional, predominando o trabalho no setor informal e elevadas taxas de desemprego. A saber, em 2000, no Tocantins, apenas 26% dos trabalhadores tinha carteira assinada, Roraima 37%, no Pará 39% e no Amapá 42%. Com indicadores melhores têm-se os estados do Acre, com 52% de trabalhadores com carteira de trabalho assinada e Amazonas e Rondônia com respectivamente 61 e 62% dos trabalhadores formalizados.

Em 1997, haviam 661.698 pessoas empregadas no setor informal na região Norte³⁸. Os dados disponíveis vão até 2003, e nesse ano, o número de pessoas ocupadas no setor informal salta para 1.005.475, muito embora, argumente-se que o crescimento de postos de trabalho informais em detrimento de postos formais seja característica do processo de ‘desenvolvimento’ capitalista brasileiro. Evidência na verdade é o crescimento conspícuo do mercado de trabalho informal na região que tem contribuído para a precarização do trabalho.

Outra informação alarmante na análise dos dados diz respeito à renda média oriunda do trabalho, que segundo dados do IPEA, na região Norte era de R\$447,05 em 2007, sendo que cerca de 1% das pessoas ocupadas trabalhavam no setor mineral; 22% na pesca e agropecuária;

³⁸ Utiliza-se da definição de Região Norte por conta dos dados oficiais do IBGE que não adotava a Amazônia como parâmetro, extraindo os números referentes a parte do Maranhão e o Mato Grosso.

19% em atividades do comércio; 7% na construção; 1% empregada em estabelecimentos financeiros; 12% na indústria; e 33% nos serviços.

Os dados da PNAD de 2004³⁹ indicam que a maior parcela da população ocupada estava no extrato de rendimento: “mais de 1 a 2 salários mínimos” (2.035.693 pessoas). Por outro lado, há elevada concentração de renda, destaca-se que menos de 1% da população recebia salários médios de mais de R\$ 8.000,00 mensais, enquanto mais de um milhão de pessoas tiveram rendimento mensal oscilando entre meio e um salário mínimo.

Em 2007, de acordo com a PNAD, a maioria das pessoas continuava no extrato de rendimento “mais de 1 a 2 salários mínimos”, naquele ano mais de 2 milhões de pessoas tinham o rendimento entre meio e um salário mínimo. Há ainda piora na desigualdade salarial, com menos de 0,3% das pessoas ocupadas recebendo mais de 20 salários mínimos. Fato que caracteriza constante tendência de concentração de renda considerando a forma e os projetos que são planejados e previstos para a Amazônia.

O desenvolvimento do capital mantém na Amazônia formas de relações arcaicas e subdesenvolvidas, tanto que verificada a contribuição da atividade econômica da indústria, signo de desenvolvimento das sociedades modernas se percebe que é a segunda participação a adicionar valor na economia do Estado do Pará e se constata, na tabela 4, que é a extração de minérios a responsável pela participação da atividade industrial do Estado, 14 % no ano de 2008, apresentando-se muito mais uma atividade propriamente extrativa do que industrial⁴⁰. Além disso, trata-se de uma indústria altamente concentradora e gerida por grupos econômicos externos, portanto, as determinações e os resultados são providos em outras regiões do país sob a tutela do capital internacional.

No que tange à agropecuária, setor historicamente importante e marcado por profundas diversidades e conflitos, as lógicas de produção/exploração antagônicas dão características *sui generis* ao setor agropecuário nortista. Grandes explorações monocultoras, modernas e integradas, coexistem com atividades agrícolas tradicionais e de subsistência.

Apesar da histórica participação da atividade agropecuária na economia regional, essa contribui de maneira pouco expressiva em comparação com as demais atividades, respondendo por apenas 7,08% do valor adicionado no ano de 2008, sendo necessária fazer a ressalva de que

³⁹ A partir deste ano foram contabilizados os dados das zonas rurais dos Estados da região.

⁴⁰ Faz-se a seguinte afirmação por ter a indústria basicamente atrelada ao setor mineral, assim sendo muito mais atrelada à prática da extração do que à transformação do minério em subprodutos.

desse valor gerado pela agropecuária, 4,6% são oriundos da atividade pecuária e pesca, evidentemente, muito mais pecuária do que pesca.

A pecuária no Pará e na Amazônia é realizada de maneira extensiva, com baixa contratação de trabalho formal e quase nenhum uso de tecnologia, agravando ainda mais a atividade responsável por elevado percentual de desmatamento na região. A atividade pecuária representa, na Amazônia, a prática expansiva do capital com baixos custos, garantida a posse de grandes porções de terras.

Na verdade, configura-se a combinação de diferentes frações do capital ao explorar e determinar a dinâmica econômica do território. Olhando a tabela 5, suscita a forma expansiva e concentradora do capital no Pará, determinando sua forma de acordo com as condições e facilidades encontradas nas mesorregiões do Estado, engendrando conjuntos regionais pautados em dinâmicas facilitadas para se valorizar aproveitando das potencialidades dos locais com custos mais baixos possíveis.

Tabela 5 – Pará: municípios líderes no PIB segundo atividade econômica (VA) em 2008

Ranking	Valor adicionado			PIB
	Agropecuária	Indústria	Serviços	
1º	São Félix do Xingu	Parauapebas	Belém	Belém
2º	Santarém	Barcarena	Ananindeua	Parauapebas
3º	Paragominas	Tucuruí	Marabá	Barcarena
4º	Acará	Belém	Santarém	Marabá
5º	Marabá	Marabá	Parauapebas	Ananindeua
6º	Novo Repartimento	Canaã dos Carajás	Barcarena	Tucuruí
7º	Monte Alegre	Ananindeua	Castanhal	Santarém
8º	Rondon do Pará	Oriximiná	Paragominas	Canaã dos Carajás
9º	Água Azul do Norte	Paragominas	Altamira	Castanhal
10º	Itupiranga	Almeirim	Itaituba	oriximiná

Dados da SEPOF/IBGE.

Nota: A periodicidade dos dados é anual, com 2 anos de defasagem.

Fonte: SEDECT-PA (2010).

Os municípios de Belém e Ananindeua (região metropolitana de Belém) lideram o *ranking* da atividade serviços; Parauapebas e Barcarena a atividade indústria devido à exploração de minério e São Félix do Xingu à atividade agropecuária com 17,61%⁴¹ do rebanho bovino de todo o Estado do Pará no ano de 2008.

⁴¹ Fonte: Produção Agropecuária Municipal ano 2008 / IBGE (2010).

A organização econômica do Estado pautada na concentração de pessoas nas regiões metropolitanas e polos econômicos constituídos pela atividade indústria ratifica a ideia de que a dinâmica capitalista na Amazônia tem induzido o processo de saída do campo, ao observar os números do IBGE (Contagem populacional 2000 e 2007) em que apresentam taxa de crescimento no percentual de urbanização da população (ver tabela 6).

Tabela 6 – Percentual de urbanização da população, anos 2000 e 2007

	% de Urbanização da população	
	2000	2007
Brasil	81,2	83,4
Amazônia Legal	68,2	80,7
Pará	66,6	74,2

Fonte: Contagem populacional, IBGE, 2000 e 2007.

Pode-se notar que no intervalo de 2000 para 2007 a Amazônia sofre alteração significativamente positiva (15,5%) quanto ao percentual de urbanização da população, sendo o acréscimo menor para o Estado do Pará (10,2%), mas ainda muito superior que o acréscimo gerado para todo o país (2,6%). Bem verdade que não se discute o conceito de urbanização adotado pelo IBGE. Esboça-se apenas o aumento da porcentagem da população que acessa os fatores da urbanização e por mais precários que sejam caracterizam o distanciamento da vida rural.

Outro dado importante a ser analisado é o número de pessoas residentes em áreas consideradas urbanas e rurais, uma vez que esses apresentam uma variação no sentido de que as pessoas têm deixado o espaço rural para aventurar trabalho e moradia nos aglomerados urbanos. No caso do Brasil, segundo dados do IBGE (2000; 2010) ocorre uma elevação de 14,3% da população nos aglomerados urbanos, enquanto para o mesmo período decresce a população rural em quase 7%. A Amazônia Legal e o Estado do Pará (tabela 6) tiveram taxas crescentes para a população tanto residente no urbano quanto no rural, sendo os valores significativamente maiores para o setor urbano.

No caso específico da Mesorregião e Microrregião onde foi realizada a pesquisa, Sudoeste Paraense e Altamira respectivamente, percebe-se no período de 2000 a 2010 o número decrescente de pessoas no espaço rural enquanto há elevação significativa no espaço urbano, como pode ser visto no gráfico 1.

Constata-se que a variação ocorre, principalmente, por conta do processo de disputa entre os grandes capitalistas que especulam a terra, a promessa de melhoria de vida nas cidades por conta da expectativa de implantação de projetos, por exemplo, a Hidrelétrica de Belo Monte. Essa situação pode ser comparada com a descrita por Marx (1983; Livro I, v.2: 262) à sua época em que “o processo de separação do trabalhador da propriedade das condições de seu trabalho [...] transforma os meios sociais de subsistência e de produção em capital”.

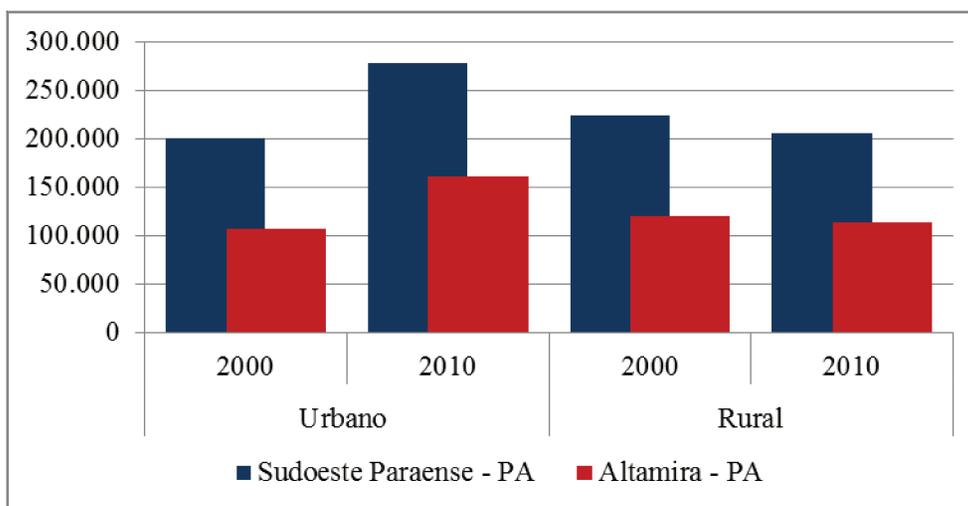


Gráfico 1 – Número de pessoas residentes no espaço urbano e rural nos anos de 2000 e 2010.
Fonte: Censo, IBGE, 2000 e 2010.

Historicamente, a região foi compreendida como potência agropecuária e durante certo período foi assim estimulada pelo governo federal no intuito de ampliar as áreas agricultáveis. No entanto, percebe-se forte presença da população residindo nas pequenas cidades e/ou vilas.

Tendo como referência os indicadores para a Região Norte (IBGE, 2010), nota-se o expressivo aumento da população urbana em relação à rural. A população urbana vai de 9.002.962 em 2000 para 11.664.509 em 2010, enquanto o crescimento populacional foi significativamente menor indo de 3.890.599 em 2000 para atingir em 2010 o número de 4.199.945 pessoas morando nas áreas rurais da região. A concentração populacional em áreas urbanas tem agravado as condições sociais, pois o inchaço e o déficit de infraestrutura urbana são elementos que pioram a situação nas cidades, tornando o índice de saneamento básico o mais baixo do país.

Observado o índice de Gini (Tabela 7) percebe-se que o Norte do país apresenta valores melhores do que o Nordeste e Centro-oeste. Esse indicador de concentração de renda, no entanto, pode estar apontando para certo nivelamento por baixo no que tange ao rendimento. Há um contingente gigantesco de pessoas vivendo com menos de um salário mínimo o que nivela por baixo o indicador de concentração da renda, no formato concentrador em que se estabelece essa dinâmica expressa a possibilidade de avanço da desigualdade na região.

Tabela 7 – Índice de Gini para o intervalo 2003-07 para regiões do país.

Renda - desigualdade - índice de Gini					
Regiões	2003	2004	2005	2006	2007
Centro-oeste	0,581	0,572	0,577	0,562	0,574
Norte	0,542	0,539	0,529	0,521	0,533
Nordeste	0,585	0,583	0,571	0,573	0,565
Sul	0,531	0,522	0,515	0,506	0,505
Sudeste	0,557	0,542	0,543	0,538	0,524

Fonte: Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais, 2010.

A má distribuição de renda percebida na região, em relação aos centros do país, pode ser constatada na tabela 8 que apesar de apresentar a região Norte acompanhando o movimento nacional de acréscimos à renda no intervalo dos anos 2003 e 2007, a região expressa o menor acréscimo, R\$ 40,76 em relação às outras. O maior incremento na renda *per capita* para o período foi no Centro-oeste do país, equivalente a R\$ 111,87. A explicação para o aumento da renda domiciliar *per capita* pode ser atrelada à estabilidade monetária e ao aumento no salário mínimo nos últimos anos, não significando necessariamente melhores condições de vida para as famílias, sobretudo, as de baixa renda que sofrem diretamente o impacto dos aumentos de preços dos bens e serviços.

Tabela 8 – Renda domiciliar no intervalo de 2003-07 para regiões do país.

Renda domiciliar - per capita - R\$ janeiro de 2002 - Deflacionado pelo INPC					
Regiões	2003	2004	2005	2006	2007
Centro-oeste	352,09	373,91	395,42	425,68	463,95
Norte	222,41	223,43	233,23	251,69	263,17
Nordeste	175,88	188,41	198,28	225,05	231,88
Sul	392,44	411,11	424,03	457,65	483,11
Sudeste	400,34	401,34	433,55	472,21	475,56

Fonte: Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais, 2010.

A região Norte, bem como toda Amazônia Legal brasileira, apresenta indicadores sociais e econômicos bem abaixo das médias nacionais, mais do que isso, caracteriza-se como uma das regiões mais desiguais do Brasil, fruto de sua ocupação induzida por políticas governamentais, o que é alarmante, pois isso implica em equívoco e/ou intencionalidade de políticas públicas e/ou descasos com as classes desfavorecidas que se refugiam nos rincões da região para tentar mecanismos de sobrevivência.

No que diz respeito aos municípios que compõem a Mesorregião estudada, os números apresentam valores baixos para o PIB *per capita* (ver tabela 9), existindo pequenas elevações entre os dados dos municípios, muito mais, em função do número reduzido da população do que por destaque de uma ou outra economia.

Um exemplo de distorção entre os números apresentados e a realidade vivenciada é o caso do município de Vitória do Xingu que tem o valor de R\$ 7.057,92 PIB *per capita*. Apesar do número elevado em relação aos demais municípios, segundo Censo de 2010, o cotidiano explicita uma realidade com sérios problemas sociais e uma economia vulnerável. As atividades econômicas da cidade acontecem no porto hidroviário que serve para carga e descarga de mercadorias vindas para a microrregião de Altamira. Além disso, a maior geração de renda dos municípios são as atividades de serviços públicos e a criação pecuária, as quais em sua maioria, não ultrapassam a média de um salário mínimo por posto de trabalho.

A densidade demográfica nos municípios é caracterizada baixa (tabela 9) em relação ao restante do país, principalmente devido suas porções de terras, por exemplo, Altamira, um dos maiores municípios em extensão (159.533 Km²) do mundo é três vezes maior que o Estado do Rio de Janeiro (43.780,16 Km²) tem a densidade igual a 0,66 hab./km². A Microrregião de Altamira composta apenas por oito municípios e com densidade de 21,25 hab./km² é pouco menor (226.196,00 Km²) que todo o estado de São Paulo com seus 645 municípios, área total de 248.196,960 Km² de extensão e densidade de 166,25 hab./km² em 2010.

Tabela 9 – Mesorregião Sudoeste do Pará : população, área, densidade e PIB per capita

Mesorregião, Microrregiões e Municípios	População por (Hab.)	Área Territorial (1.000 Km ²)	Densidade Demográfica (Hab./Km ²)	PIB Per capita (2008) (R\$)
Sudoeste do Pará	491.384,00	415.787,00	31,78	59.115,02
<i>Itaituba</i>	<i>209.209,00</i>	<i>189.591,00</i>	<i>10,53</i>	<i>21.850,95</i>
Aveiro	15.767	17.074	0,92	2.477,60
Itaituba	97.343	62.040	1,57	4.650,22
Jacareacanga	14.040	53.303	0,26	1.721,23
Novo Progresso	25.106	38.162	0,66	6.577,06
Rurópolis	40.068	7.021	5,71	2.807,34
Trairão	16.885	11.991	1,41	3.617,50
<i>Altamira</i>	<i>282.175,00</i>	<i>226.196,00</i>	<i>21,25</i>	<i>37.264,07</i>
Altamira	105.030	159.533	0,66	5.861,90
Anapu	20.493	11.895	1,72	3.954,68
Brasil Novo	17.960	6.363	2,82	3.996,29
Medicilândia	27.442	8.273	3,32	4.378,90
Pacajá	40.052	11.832	3,39	3.651,42
Senador José Porfírio	12.998	14.374	0,90	3.309,00
Uruará	44.720	10.791	4,14	5.053,96
Vitória do Xingu	13.480	3.135	4,30	7.057,92

Fonte: Censo de 2010 / IBGE (2010).

Elaboração do autor.

Os municípios da Mesorregião reproduzem a economia com o valor agregado em maior proporção pela atividade de serviços. A exceção dos municípios de Itaituba (polo da microrregião de Itaituba) e Altamira (polo da microrregião de Altamira) que têm os valores de atividade industrial maior que a atividade agropecuária, os demais municípios tem os valores invertidos, sendo a atividade agropecuária superior a indústria, como pode ser visto na tabela 10.

Entre os três municípios que compõem a pesquisa, destaque para Pacajá ao apresentar o Valor Agregado Bruto de R\$ 144.393 mais que a soma (R\$ 121.232) dos dois outros municípios participantes da pesquisa, sendo expressivamente em função das atividades de serviços e agropecuária.

Tabela 10 – Valor Agregado Bruto (VAB) no ano de 2008 para os municípios estudados

Valor Agregado Bruto (VAB)*	Municípios						
	Itaituba	Altamira	Vitória do Xingu	Anapu	Pacajá	Senador José Porfírio	Jacareacanga
Agropecuária	54.875	55.990	25.314	25.908	50.135	13.431	8.155
Indústria	122.175	83.230	3.113	9.333	13.982	4.155	8.177
Serviços	357.746	380.988	35.909	38.970	80.276	29.435	51.138
Total	534.796	520.208	64.336	74.211	144.393	47.021	67.470

* Valores em mil reais.

Fonte: Censo de 2010 / IBGE (2010).

Elaboração do autor.

Os números dos municípios quanto ao Valor Agregado Bruto e PIB *per capita* apresentam a tendência da economia mesorregional, serviços e agropecuária. Apesar de isoladamente o PIB de Vitória do Xingu aparentar ser uma ilha de prosperidade em meio aos outros municípios não procede ao analisar os dados de valor agregado bruto. Os municípios, em verdade, apresentam as economias marcadas pela dependência de seus recursos naturais constituídas por contraditórios surtos de políticas, incentivos governamentais e empreendimentos capitalistas.

Os projetos e programas governamentais se contrapõem à dinâmica local e à diversidade da região. O processo desenvolvimentista, devido à violência que os empreendimentos foram impostos, reproduzindo fracassos, principalmente no que tange à negação de modos de vida integrados aos ecossistemas configuraram além de contraditórios aos interesses locais, reforçaram a dependência aos recursos naturais de forma mais desenfreada e quase irreversível. O pouco avanço no atendimento das necessidades básicas e a economia realizada de maneira vulnerável contribuem para se estabelecer a característica de espaço do país representativo de déficits sociais, principalmente precariedade na qualidade de vida da maioria da população.

De acordo o MI/MMA (2003: 17) a diversidade encontrada na Amazônia está na base de diversos conflitos sociais. As atividades de produção apresentam disputas, principalmente por competirem pelos mesmos recursos naturais, humanos, sociais, de infraestrutura e institucionais.

Na Amazônia, o desempenho econômico historicamente foi subsidiado em grande parte pela exploração predatória dos recursos naturais. Fato agravante é que parte expressiva dos resultados econômicos e benefícios gerados foram capitalizados fora da região, sendo internalizado apenas o necessário para manutenção das atividades. Esse fato tem como base a

força motriz da dinâmica normalmente estabelecida pelo capital externo que não depende de muito para continuarem alavancando recursos e fazendo girar o capital. Assim, fica para a região, além de todos os problemas sociais gerados, o ônus da degradação.

De 1998 a 2009, o registro médio de área desmatada para a Amazônia foi de 17 mil km², sendo que a maior média por Estado, para o período analisado foi do Mato Grosso (6.105 km²), seguido do Pará (5.630 km²) e Rondônia (2.353km²). Os coeficientes de variação, valor que gira em torno da média, são altos, sendo o maior de Mato Grosso (44%), acompanhado bem perto de Rondônia (42%). O coeficiente do Pará é relativamente baixo (25%), se comparado aos outros dois Estados, o que mostra maior homogeneidade de área desmatada/ano. A seguir se apresenta os dados dos três Estados que mais contribuíram para o desmatamento na Amazônia.

Ressalta-se na tabela 11 o fato de que entre os anos de 1989 e 1994 ocorrer um decréscimo nas taxas de desmatamento, esse atrelado ao período de ausência de políticas voltadas para a região, bem como de estagnação econômica, o que caracteriza a dependência da região por incentivos governamentais, sendo esses quase sempre pautados no uso exacerbado dos recursos naturais. O período seguinte tem as taxas oscilando na média de 17 km².

Destacam-se os anos de 1995 e 2004, que registraram as maiores áreas de desmatamento na Amazônia. Essa máxima na série diz respeito ao fato de ser um ano após a reestruturação do crédito para produção agropecuária, inclusive no biênio 1994-95 ocorrem no estado do Pará o “boom” de associações criadas com o objetivo de intermediar os financiamentos, além é claro de ser registrado o elevado número de contratos junto ao Banco da Amazônia – S.A.

Tabela 11 - Desmatamento na Amazônia Legal em alguns estados: 1989 a 2009, em km².

Ano	MT	PA	RO	AMAZ. LEGAL
1989	5.960	5.750	1.430	17.770
1990	4.020	4.890	1.670	13.730
1991	2.840	3.780	1.110	11.030
1992	4.674	3.787	2.265	13.786
1993	6.220	4.284	2.595	14.896
1994	6.220	4.284	2.595	14.896
1995	10.391	7.845	4.730	29.059
1996	6.543	6.135	2.432	18.161
1997	5.271	4.139	1.986	13.227
1998	6.466	5.829	2.041	17.383
1999	6.963	5.111	2.358	17.259
2000	6.369	6.671	2.465	18.226
2001	7.703	5.237	2.673	18.165
2002	7.892	7.510	3.099	21.651
2003	10.405	7.145	3.597	25.396
2004	11.814	8.870	3.858	27.772
2005	7.145	5.899	3.244	19.014
2006	4.333	5.659	2.049	14.286
2007	2.678	5.526	1.611	11.651
2008	3.258	5.607	1.136	12.911
2009	1.049	4.281	482	7.464
Média	6.105,43	5.630,43	2.353,63	17.034,90
Desv.padrão	2.681,05	1.381,44	994,48	5.413,00
Coef.var(%)	43,91	24,54	42,25	31,78

Fonte: INPE, 2010.

Em 2004, nota-se a elevação que atinge a segunda maior área desflorestada em um ano. Essa elevação tem a justificativa pautada na proposição feita por determinadas organizações sociais e governo de aproximar o setor madeireiro dos produtores agropecuários familiares através do programa chamado “Safra Legal”, por meio do qual os produtores familiares foram convidados a negociarem madeiras oriundas das áreas de roça com empresas madeireiras, sendo permitido apenas o desmate de até 3 ha por estabelecimento/ano.

Segundo Herrera e Oliveira (2010) esse arranjo não só aumentou como legitimou o desmatamento no estado do Pará proporcionando prejuízos aos agricultores que se envolveram, sendo o Safra Legal denunciado ao ministério Público.

O “Safra Legal” teve sua primeira denúncia com repercussão nacional apenas um ano depois, quando a matéria foi veiculada pela revista “Veja” de 15 de

junho de 2005, quando se organizavam para mais uma safra, tal fato desencadeou na CPI da Biopirataria, que segundo o relator, foram serrados ilegalmente 220 mil metros cúbicos de madeira (cf.:http://pt.wikipedia.org/wiki/Esquema_do_Plano_Safra_Legal) como moeda para as campanhas dos políticos locais do Partido dos Trabalhadores (Eco Amazônia, 2006 em HERRERA & OLIVEIRA, 2010: 13).

Após o ano de 2004, começam a decrescer as taxas de desmatamento. A diminuição no estado do Pará foi a menor registrada dentre os três estados que mais contribuíram para os maiores valores na série. A redução dos números se deve ao controle por parte dos órgãos responsáveis, devido à política de criação das Unidades de Conservação e as ações do IBAMA que serviram como freio na exploração expansiva de novas áreas. Além disso, foram iniciados trabalhos com o uso múltiplo das florestas, com agregação de valores, mediante políticas de manejo florestal, reflorestamento de áreas degradadas, atividades da silvicultura e mesmo, demarcações de áreas de proteção ambiental.

Consequência dessas ações é o valor (7.464 km²) apresentado em 2009, o menor em todo percurso da série. O problema ainda se faz representado no Estado do Pará, pois apesar da queda significativa, o mesmo apresentou 57% do desmatamento registrado em toda região.

Após o escândalo “Safra Legal” e com a determinação do arco do desmatamento, a tentativa de mitigar os problemas com maior fiscalização e a intervenção governamental, com a criação das Unidades de Conservação, registra-se de fato retração nos números do desflorestamento. Como pode ser observada a variação relativa do desmatamento no intervalo de 2000 a 2007 na tabela 12. A imagem anexo ao texto (Anexo C – Figura A) apresenta o aumento do desmatamento (em vermelho) entre os anos de 2000-07.

Quanto ao desmatamento na região e a origem do arco do desmatamento, Loureiro (2009: 74) destaca que a Amazônia na década de 1960 era responsável por 3% da produção nacional de madeira, sendo que nos trinta anos seguintes a participação foi de 27% da madeira produzida. Desse percentual, parte expressiva (23,53%) foi gerada apenas pelo Estado do Pará. O dado exposto pela autora reforça a intenção da integração da região à economia nacional, bem como serve para caracterizar a investida feita pelo capital que além do corte de árvores interferiu diretamente na expansão de áreas de pastagens para a criação de gado bovino ou para especular o preço da terra.

Tabela 12 – Variação relativa do desmatamento (2000-07) em alguns estados da Amazônia

Variação Relativa do Desmatamento							
Estados	2000-01	2001-02	2002-03	2003-04	2004-05	2005-06	2006-07
Acre	-23	111	22	-32	-19	-33	-54
Amazonas	4	40	0	-21	-37	2	-23
Amapá	0	0	0	0	-28	-9	30
Pará	-21	40	-4	22	-33	-4	-1
Rondônia	8	16	16	7	-16	-37	-21
Roraima	36	-76	420	-29	-57	74	34
Tocantins	-23	12	-26	1	72	-54	-49

Fonte: INPE/PRODES, 2008.

Como visto na tabela 12, com exceção do estado de Roraima que apresentou variação crescente para os intervalos 2005-06 e 2006-07, os demais esboçaram variações negativas, fato que se interpreta positivamente, porém a taxa de desmatamento se fez elevada, continuamente pela força do desflorestamento do Pará (5425 km²), maior inclusive, do que em Mato Grosso (2678 km²) contribuinte histórico para o desmatamento da região da Amazônia legal.

A economia pautada nos recursos naturais, cada vez mais, tem-se configurado um problema, principalmente por ocorrer de maneira desordenada a apropriação de terras e por não conseguir estabelecer vantagens comparativas em relação às demais regiões do país, especialmente no que diz respeito à geração de tecnologia e inovações, assim, continua reproduzindo uma dinâmica extensiva em recursos naturais.

A complicação aumenta devido ao contexto atual do modo de produção ter a natureza como fornecedora de matéria prima essencial para o capital. Assim, não basta deter os meios de produção, mas, também, faz-se necessário apropriar-se do meio natural. As riquezas naturais tornam-se objeto de valor de troca capaz de provocar conflitos e gerar mecanismos de dominação de classes.

Com a imposição do capital na apropriação dos recursos naturais e a ausência de políticas coerentes e direcionadas à realidade amazônica, os pecuaristas e madeireiros se apresentam como dinamizadores da economia regional. Quando questionados por suas práticas

recorrem ao subterfúgio de estarem gerando emprego e renda, embora para isso se apoiem nas dinâmicas de comunidades locais que ficam à mercê da intervenção dos governos.

A prática adotada pelos capitalistas na Amazônia conduziu a população local para mudança nas atividades econômicas, fazendo com que famílias passassem a destinar seu tempo a atividades demandadas pelos fazendeiros e outros grupos econômicos, além de gerarem a expulsão de produtores familiares, concentraram e reconcentraram renda.

Nesse sentido é importante retomar a afirmação feita por Martins (1975: 49) quando assume que a caracterização da penetração do capitalismo não se dá pela instauração de relações sociais de produções típicas pautadas em termos de compra e venda de força de trabalho por dinheiro, mas sim que a caracterização central é a instauração da propriedade privada da terra, ou seja, pela mediação do mundo capitalizado entre o produtor e a sociedade.

Da mesma forma, Paula (2008: 33) tem razão ao caracterizar a “Amazônia como um mosaico natural e social como um complexo de complexos bióticos e antrópicos, como território tanto de uma mega biodiversidade quanto de uma também exuberante sociodiversidade”. Segundo o referido autor, são:

104 ecossistemas e 224 subsistemas; 12 % da população brasileira, incluindo 180 povos indígenas, 357 comunidades remanescentes de quilombolas, além de milhares comunidades de seringueiros, castanheiros, ribeirinhos, babaqueiros etc [...] distribuídos em 49% de florestas densas, 27% de florestas abertas, 17% de cerrados e 7% de campos naturais (PAULA, 2008: 34).

Todo esse patrimônio tem sido explorado em sua maior parte de forma predatória e a renda não é socializada. Segundo Loureiro (2009: 94) “os problemas são socializados, não os ganhos”. Ao concordar com a autora destaca-se sua afirmação, “não há, portanto, qualquer relação causal direta entre o desmatamento e a pobreza na Amazônia ou ainda, desmatamento e melhoria da vida social. O que é evidente é a relação desmatamento *versus* concentração de renda e danos ambientais”.

A autora destaca que na Amazônia, sobremaneira com a integração à economia nacional, são os grandes empreendimentos os responsáveis pelos maiores danos ambientais, principalmente o desmatamento. Além de gerar pobreza, pois a dinâmica capitalista não permite que os pobres, os peões ou os colonos tenham retornos sobre a apropriação e uso do território, aumentando assim a desigualdade social no interior da Amazônia.

II.5. O espaço agrário amazônico contemporâneo

A história da Amazônia não foi consolidada por um ou alguns fenômenos amazônicos. De acordo com Costa (2000: 49) a Amazônia “se consagra na literatura sociológica e econômica como componente do desenvolvimento agrário brasileiro a garantir, pela ampliação da chamada margem extensiva desse desenvolvimento, o atendimento dos mercados urbanos em expansão”.

Isso significa que determinado momento (fase) da Amazônia foi retirado da história. Outrora a Amazônia se fazia por estruturas socioeconômicas que convergiam para uma dinâmica produtiva menos agressiva, não sendo tão determinista como hoje. No entanto, o fato da Amazônia não ter sido povoada por gente e sim povoada por interesses (OLIVEIRA, 2009: 86) fez sucumbir às dinâmicas autóctones e substituir o regime de escambo pela estrutura de mercado. Desse momento em diante para Santos (1989: 28) “o instituto da propriedade se torna mais rígido” e as relações de trabalho são alteradas em detrimento das determinações do capital.

Com esse contexto, Pinto (2009: 11) considera que “a grande característica dessa fase, vamos dizer contemporânea, da Amazônia, é que ela deixou definitivamente de ser uma área de reserva, deixou de ser um elemento de utopias e passou a ser um elemento de negócios, um elemento dos processo produtivos”.

Tal circunstância, privilegiada pelo Estado, favoreceu ao processo de expansão destrutiva, que se fez fortalecendo alguns setores e, conseqüentemente, reestruturando a apropriação tanto do uso dos recursos naturais como da própria renda interna. Apropriação essa que em muito se caracteriza livre “cujos limites parecem ser a natureza e seu ocupante eventual” (OLIVEIRA, 2009: 91), mas que na verdade é realizada pelo signo da mercadoria.

Santos (1989: 26-28) aponta três características que facilitaram as transformações na Amazônia: a tradição passiva e colonialista da Amazônia; a desigualdade da importância relativa dos elementos estruturantes do capitalismo; e a concentração de propriedade que se realiza às expensas de singular exclusão social dos grupos de menor renda.

Nesse sentido, o espaço agrário é entendido como espaço social, definido por Lefebvre (1991: 26) “espaço (social) é um produto (social)” que tem a natureza como sua base, transformada pelo homem com seu trabalho.

Para essa conceituação, Lefebvre (1991) apresenta algumas proposições consideradas essenciais para a interpretação do espaço: as relações sociais são constituintes do espaço e é a

partir delas que o homem altera a natureza; as relações sociais de produção, consumo e reprodução (social) são determinantes na produção do espaço; o espaço deve ser estudado a partir das formas, funções e estruturas; e novas relações podem dar funções diferentes para formas pré-existentes, afinal o espaço possui elementos de diferentes tempos.

Santos (2002) enfatiza a importância da natureza e da técnica no estudo do espaço. Para o referido autor, a natureza é a origem. Tudo eram coisas no princípio e hoje tendem a serem objetos, os homens a partir de um conjunto de intenções sociais fazem das coisas objetos. Além disso, o autor deixa claro que a técnica é a relação entre o homem e a natureza, com a qual o homem realiza sua vida, produz e ao mesmo tempo cria espaços. Portanto, ao mesmo tempo em que une os homens o próprio espaço os separa (SANTOS, 2002: 29-65).

Essa problematização acerca do espaço reforça a tese de que na Amazônia as relações foram sendo impostas, não respeitando os interesses locais, as necessidades vivenciadas pela população residente, mas sim os objetivos concernentes à reprodução e reconcentração do capital (SANTOS, 1989: 34). O espaço socialmente construído não refletiu ou reflete hoje os interesses e necessidades da grande maioria dos sujeitos locais.

O espaço agrário amazônico se constitui o espaço do capital, em que pese os incentivos fiscais e todos os estímulos ofertados pelos diferentes governos para concentração da propriedade dos meios de produção. Para Costa (2000: 57-60), a concentração da propriedade da terra faz-se como processo de transformação da terra em equivalente de capital. Sobretudo, por se fazer confrontar o grande capital e o latifúndio tradicional com as estruturas de produção familiar, normalmente negando a essa última o trabalho direto indispensável à sua estruturação, estabelecendo, assim o estado de conflito e violências sem precedentes.

Os processos de acumulação, mercantilização e de imposição do capital ocorridos sobre as dinâmicas pré-existentes, transformam o espaço agrário amazônico. O caboclo, o extrativo, o posseiro e os novos migrantes desfavorecidos são conduzidos à prática degradante de suas histórias e formações socioculturais, deixando aos poucos ou drasticamente seus meios de vida para viver o do outro. Para Santos (1989: 28) tal fato acarreta o crescimento do regime de emprego assalariado, pequenos produtores deixam de possuir seus próprios meios de produção e se tornam, eles ou seus descendentes, assalariados na cidade ou, menos frequentemente, no campo.

A configuração histórica da Amazônia como conjunto de sujeitos de características sociológicas distintas e diferentes racionalidades e a realidade em que se pesquisou, provocam discordar de autores que tentam estabelecer algumas estruturas sociais genéricas representativas da diversidade amazônica como é o caso de Costa (2000: 134-137) que assume apenas três estruturas básicas no agrário paraense: a unidade de produção camponesa, a fazenda e a grande empresa latifundiária.

A principal discordância está no fato de agrupar as diferentes formas de produção familiar num conceito único, “unidade de produção camponesa”. Entendendo e respeitando o valor histórico e o papel do campesinato na consolidação dos diferentes sistemas econômicos não dá para considerar que esse se faz com sua forma histórica presente na Amazônia, como insígnia de uma formação social tão heterogênea como a produção agropecuária familiar.

Lamarche (1993: 20) afirma que as explorações familiares não se encontram sob a influência do processo de evolução histórica que, inexoravelmente e onde quer que estejam, seriam arrastadas para um mesmo destino. O autor destaca ainda que:

A coexistência de diversos modelos de funcionamento demonstra que a exploração familiar não pode ser definida em um modo de produção específico, como é o caso da exploração camponesa ou da empresa de produção (LAMARCHE, 1993: 20).

A discordância no uso da expressão unidade de produção camponesa se dá pelo fato de remeter às reflexões a um sujeito da história do pensamento econômico que no máximo, esteve presente na figura do posseiro⁴² num momento específico da formação sócio espacial da Amazônia, no qual as relações de confronto e disputas estavam declaradas entre os sujeitos de racionalidades econômicas distintamente definidas.

Na verdade, tem-se a assertiva de que o agrário amazônico possui vasta diversidade de produção e relações sociais, que dificilmente terá sua representação de maneira correta e adequada em uma única expressão ou definição. Entende-se que cada empresa patronal ou a família partem de estratégias específicas para desempenharem suas atividades de produção, muito embora estejam próximas umas das outras em relação aos objetivos traçados.

Vários estudos e diagnósticos já foram realizados na tentativa de compreender as diferentes categorias ou formas de produção no Brasil e na Amazônia. No entanto, não se

⁴² Para o entendimento do Sujeito Posseiro na Amazônia sugere-se conferir a obra *O Posseiro da Fronteira: campesinato e sindicalismo no Sudeste Paraense* (GUERRA, 2001).

consegue elencar um dentre os muitos trabalhos já realizados que explicita toda diversidade da produção que compõe o agrário brasileiro ou amazônico em específico, não por falta de méritos, mas sim porque a ampla realidade não se faz perceptível por completo em um estudo.

É na realidade concreta que se apreendem as diferenças que dão forma e dinamização à produção agropecuária familiar, principalmente ao se tratar da Amazônia, território de conflitos e de sujeitos com distintas racionalidades que com o tempo são submetidos à tentativa de homogeneização das relações sociais e de produção por parte do capital. Portanto, representar a diversidade do agrário, assumindo algumas formas de produção para exemplificar heterogeneidade estará sempre susceptível a erros.

Assume-se antecipadamente o exercício como um ato simplificador, mas, para melhor aproximar da realidade adotou-se o diagnóstico com procedimentos metodológicos ponderando principalmente: a) as situações ecológicas e socioeconômicas dos produtores; b) os principais sistemas de produção (práticas e técnicas); c) os principais problemas e potencialidades; e d) o engajamento dos produtores com outros agentes (comércio, bancos, agroindústrias, poder público, etc.) (FAO/INCRA, 1995: 7).

A maioria dos estudos sobre o agrário no Brasil tem apresentado a análise a partir da dicotomia Agricultura Patronal e Agricultura Familiar. O processo dicotômico de análise deixa a desejar ao desconsiderar os elementos da totalidade e da diversidade devido aos parâmetros adotados nos estudos. Bem verdade, deve-se ter o estudo da realidade concreta para precisar as formas e relações de produção, e a *posteriori* aproximar-se dos fenômenos inerentes a cada forma de produção para compreendê-las em suas especificidades.

No caso dos estudos a partir da dicotomia, muito já se fez para entender as repulsões e relações estabelecidas entre as duas formas de produção, no entanto os exercícios são constituídos, normalmente, como um quadro comparativo que sobremaneira omite realidades complexas existentes nos dois “mundos”, principalmente quando comparadas apenas as vantagens e desvantagens de uma forma de produzir em relação à outra.

Apesar de não esboçarem as características específicas que compõem as diferentes realidades produtivas, não há demérito nos estudos realizados, já que a maioria deles subsidia a política de defesa de uma ou outra forma de produção, servindo muito mais para dar visibilidade e respaldar a necessidade de atendimento por parte dos governos do que a compreensão detalhada do agrário brasileiro.

Na figura 4, faz-se a tentativa de visualizar algumas diferentes formas presentes no interior da Produção Agropecuária Patronal e da Produção Agropecuária Familiar, enfatizando na esquematização características gerais de cada grupo e a tendência das formas de produção quanto à interferência do capital. Importante frisar que se assume o risco ao fazer a simplificação. A esquematização serve para ilustrar e enfatizar algumas das possíveis formas que compõem a heterogeneidade do agrário amazônico. As informações que subsidiaram a sistematização têm a origem no estudo de Blum (2001), por considerar que as formas por ele trabalhadas estão mais próximas, em linhas gerais, da realidade percebida na Amazônia.

Destaca-se que a configuração do capital pode ser alterada para acessar as diferentes formas. Tem-se o pressuposto de que a interferência nas formas patronais e/ou familiar consolidada se faz com o capital que solda os diferentes capitais (industrial, financeiro, etc.), por outro lado, tem que a interferência do capital adota o formato mercantil e suas variações para acessar e interferir noutras formas, não podendo ter isso como regra, afinal as composições do capital diferenciam a depender do momento e situação em que ocorre a interferência.

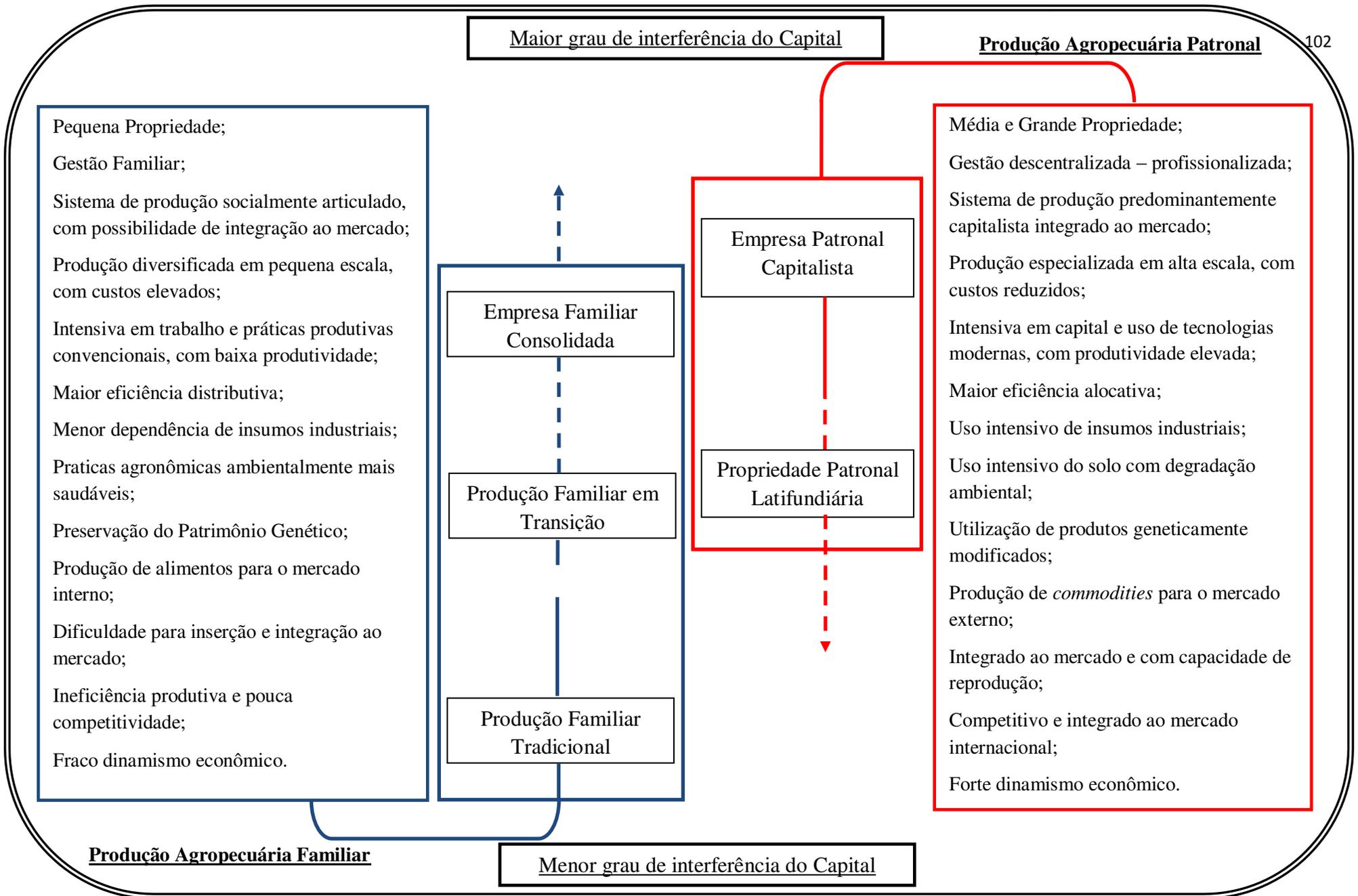


Figura 4 – Especificidades da Produção Agropecuária Familiar e da Produção Agropecuária Patronal e tendência quanto ao grau de interferência do Capital. Elaboração do autor.

A esquematização, a bem da verdade, serve para ilustrar que há situações específicas no contexto das relações de produção do agrário a depender da interferência do capital e que essas ocorrem ultrapassando os limites dos dois polos (Patronal e Familiar) como normalmente são realizados os estudos do agrário brasileiro. Assumindo, desse modo, a máxima de que os interesses e condições do capital podem estabelecer sempre uma nova forma de relação social e produtiva mantendo as formas anacrônicas na perspectiva de se expandir concentrando.

O exercício explicita o esforço de concretizar a reflexão feita sobre as diferentes formas existentes na realidade vivenciada. Ressalta-se que além das formas indicadas aqui existem outras formas de produção (índios, remanescentes de quilombo e extrativistas) merecedoras de ressalvas quando interpretados seus modos de vidas em relação às categorias apresentadas na sistematização.

Na caracterização feita por Blum (2001: 70-72) foram elencadas cinco formas de produção, sendo elas: Propriedade patronal latifundiária; Empresa patronal capitalista; Empresa familiar consolidada; Empresa familiar em transição e, por fim, Propriedade familiar periférica ou de subsistência. Todas elas foram usadas na sistematização, muito embora a descrição adotada não seja idêntica a que fez Blum. As alterações foram com a intenção de melhor compreender o cotidiano percebido com as pesquisas na Amazônia.

Há ressalva quanto à última categoria adotada por Blum, ao invés de considerar como “propriedade familiar periférica ou de subsistência” é tratada pela terminologia “produção familiar tradicional” por considerar que essas são formas que mantêm suas características tradicionais de produção, mas nem sempre estão voltadaa única e exclusivamente para a subsistência da família. Além disso, ao invés de adotar a expressão propriedade para categoria familiar em transição optou-se por identificá-las por Produção Familiar em Transição. A seguir tem-se o entendimento dado a cada uma das definições.

a) Propriedade Patronal Latifundiária – o proprietário não mora na área, caracterizada por um conjunto de terra de grande extensão, podendo ser improdutiva ou explorada por frações de capital com técnicas predatórias, baixa ou nenhuma tecnologia adotada. Normalmente, o proprietário não depende do retorno financeiro desse sistema produtivo, assim, a força de trabalho é mínima e em condição contratual (profissionalizante).

b) Empresa Patronal Capitalista – são unidades de produção que possuem mais do que 200 ha de terra, contam com alta tecnologia (mecanização total da produção e utilização

racional de insumos modernos). Têm a produção especializada e em grande escala por meio da contratação de força de trabalho qualificada, voltada para o mercado, com gerenciamento capacitado para recorrer ao sistema creditício quando necessário, a grande parte apresenta dependência de capital externo à produção⁴³.

c) Empresa Familiar consolidada – unidades de produção que possuem normalmente porção de terra inferior a quatro módulos rurais com capital de exploração disponível. Além de recorrerem ao sistema bancário quando necessita de capital detêm implementos tecnológicos em parte dos sistemas de produção, adotam insumos modernos nas práticas e manejos das atividades agropecuárias. Estas semi-intensificadas com o objetivo da produção voltado para o mercado. A família mora e gerencia a unidade de produção como também executa as atividades contratando força de trabalho durante todo o ciclo agropecuário para realizar a produção.

d) Produção Familiar em Transição – é unidade de produção que possui no máximo quatro módulos rurais, dependente de baixo capital exploratório. Busca a diversificação na produção de maneira que a família ainda se consolida como mão de obra essencial. Contrata força de trabalho em períodos esporádicos e sempre em menor quantidade que o total da mão de obra familiar destinada às atividades. Tem um sistema de comercialização fragilizado, devido à escala de produção não ser tão elevada. Quando acessa o crédito bancário é sempre em proporções pequenas em relação às demais unidades de produção do setor, sendo atendida por linhas especiais de financiamento. O fato de ser considerada em transição não significa que há um único sentido, muitas famílias na Amazônia retomaram ao longo do tempo suas formas tradicionais, seja por opção (ao se distanciar das relações de mercado) ou por imposição do contexto não tendendo à forma consolidada.

e) Produção Familiar Tradicional – são unidades caracterizadas pelo uso de áreas no máximo iguais ao módulo rural, produzem de maneira diversificada e em pequena escala, comercializando, na maioria das vezes, o excedente de produção – economia do excedente. A família reside na área e compõe a mão de obra para as práticas e manejos das atividades agropecuárias, mas não deixando de contar com a força de trabalho externa. A relação de pagamento em sua maioria se dá com trocas de serviços ou bens e em número menor do que a força destinada pela família ao longo da produção. Não são dependentes de maquinários ou insumos modernos para produzir e adotam práticas tradicionais na exploração dos meios de

⁴³ Essas duas categorias apresentadas até aqui não diferem das usadas por Costa (2000) ao expor os sujeitos patronais (capitalistas). A diferença é marcada ao estabelecer as categorias existentes enquanto produtores familiares.

produção. O sustento da família tem sua origem basicamente no próprio sistema de produção, sem capital e de maneira muito incipiente depende do crédito bancário, quando usado é único e exclusivamente por intermédio de instituições jurídicas legais como sindicatos e associações.

Uma observação a ser feita é que essas formas de produção não estão estáticas e nem tão pouco isoladas no tempo e no espaço. Compõem um conjunto dinâmico que no seu interior estabelecem relações e repulsões, podendo desse modo, encontrar com estudos da realidade uma produção tradicional ou diferentes formas de produção familiar tradicional que mantenham a essência da descrição, mas com elementos que as distinguem internamente umas das outras.

Nesse sentido, que se entende o agrário como setor aberto e dinâmico, como definiu Szmrecsányi (1979: 23-26), como qualquer outro sistema socioeconômico, passivo de transformações nas funções de produção. Desse modo, compreende-se o agrário como complexo e dependente de interações internas e externas às relações de produção.

Na configuração do agrário, enquanto conjunto complexo o fluxo de informação, por exemplo, assume papel importante e se faz por meio de conexões emaranhadas que certamente não deixam de enviar informações a nenhuma das formas de produção existentes. Não significa que as informações estejam disponibilizadas de maneiras semelhantes para todos os sujeitos, essas são transmitidas em tempos e intensidades diferentes, afinal, é um arranjo pautado em concorrências imperfeitas e relações desiguais, características do capital atual.

O fluxo de informação pode ser um dos mecanismos que possibilita a perpetuação das desigualdades produtivas e sociais, já que o capital se apropria do fluxo seja ele formal ou informal para determinar quais e como as informações devem chegar ao destinatário. Exemplos desta situação são: a formação do preço do produto agropecuário e a não adoção de determinada tecnologia por falta ou distorção de informação.

Ao analisar a realidade, verifica-se que as diferentes formas de produção sofrem interferência do capital. A produção tradicional, por exemplo, devido a sua economia de excedente transfere aos intermediários seus produtos, ocorrendo apropriação de bens pelo capital normalmente com menos custo do que no interior de uma cadeia formalmente estabelecida.

Tendo isso como verdade, não se pode afirmar que o capital queira a exclusão ou a transformação da forma de produção tradicional na Amazônia, cabendo à explicação quanto ao capital que toma diferentes formas para valorizar em si mesmo, apropriando-se das relações de produção possíveis no território. Dessa maneira, tem-se o entendimento que no interior do agrário

materializam os problemas estruturais, bem como a heterogeneidade necessária para reprodução das relações de um capital subdesenvolvido fazendo-se perverso com sua prática desigual e combinada.

Para Oliveira (1993: 29) relações de produção como as percebidas no agrário amazônico guardam estreita aderência com as formas de reprodução do capital. O autor enfatiza, na verdade, que é “precisamente no descompasso entre nível das forças produtivas ou formas de reprodução do capital e relações de produção que reside uma das contradições básicas do sistema capitalista de produção, o que condiciona concretizar a combinação desigual”.

Há compreensão de que as relações culminam na combinação desigual do capital tendendo sempre à participação nos mercados, sejam regional, nacional ou internacional, implicando diretamente na reprodução social e produtiva das unidades inseridas no capital. O mercado nunca deixou de ser o grande regulador das relações capitalistas, mas, recentemente assume cada vez mais a capacidade de interferência direta nas lógicas de produção, sucumbindo à autonomia prévia dos produtores na determinação de suas atividades.

Tal fato se faz tanto verdadeiro quanto recorrente e para enfatizar essa condição de dependência, retoma-se a célebre obra de Santos (1989) quando explica sobre o *genius* da história amazônica, o mercado, e suas implicações noutros pilares institucionais da organização do sistema. O autor afirma que:

Graças ao mercado mundial, os agentes de além-mar empreenderam a busca aventureira das “drogas do sertão”; por força de sua atratividade ou compulsão, deflagra-se no século XIX o surto da borracha; é também o mercado quem responde pelos planos de “valorização econômica”. E certamente ele não está alheio à corrida atropelada às matérias primas da Amazônia na atualidade, às suas fontes hídricas de energia, ao regime dos “incentivos fiscais”. Como tampouco o está às relações do “aviamento”, bem como ao contrário, e a outras relações de produção ainda menos caracteristicamente “capitalistas”, que ele recobre e inspira (SANTOS, 1989: 39).

A citação feita na década de 1980, continua atual. Quando o autor descreve a situação acima, faz para instigar o estudo com algum detalhe como o mercado em particular e o sistema capitalista em geral engendra as relações amazônicas de produção, estabelecendo em todo caso, com elas, um vínculo tão tenso (SANTOS, 1989: 39).

A reflexão feita outrora por Santos (1989) de certo modo é a que constitui o mote realizado nesta pesquisa, ratificando a ideia do capital interferir na Amazônia mantendo relações anacrônicas ao mesmo tempo em que cria novas relações em detrimento à sua permanência e

expansão pelo território, subsumindo os diferentes sujeitos à sua lógica de valorização em si mesmo.

A determinação por meio do mercado nas dinâmicas de produção agropecuária pressupõe para Osório Silva (2000: 14) a penetração imperativa do capital, por isso o mercado deixa de ser um mero mecanismo de intercâmbio ou distribuição e passa a ser um dos principais reguladores da reprodução social. A autora para ser mais enfática em sua reflexão, afirma:

Esse sistema único de dependência do mercado implicou a existência de algumas “leis de movimento” muito especiais, compulsões e exigências sistêmicas específicas que nenhum outro modo de produção exigiu: os imperativos da competição, acumulação e maximização do lucro. Esses imperativos, por sua vez, significam que o capitalismo pode e deve constantemente se expandir de maneiras e em graus que outras formas sociais desconheciam – permanentemente acumulando, buscando novos mercados, impondo seus imperativos em novos territórios e em novas esferas da vida, em seres humanos e sobre o meio ambiente (OSÓRIO SILVA, 2000: 14).

Ao trazer a reflexão de Osório Silva, para a compreensão elaborada aqui, tem-se como foco principal as “leis do movimento”, as quais evidenciam a interferência do capital em todas as formas de produção, reforçando que o capital engendra as relações sociais e produtivas que convêm à sua própria reprodução, expansão e valorização. Não possibilita reduzir a existência do capital a uma única forma capitalista, bem como não se pode acreditar que há formas de produção alheias às interferências do capital no espaço agrário.

Pode-se, afirmar que o capital condiciona formas diferenciadas de produção, dependendo da frequência e volume em que expressa seus interesses na forma de produção que interfere. Mas também, que determinadas formas de produção agropecuária, muito embora estejam inseridas ou participem dos mercados, não deixam alterar suas estratégias de produção e reprodução social. Nesses casos, o capital se apropria da forma no momento da circulação do produto e não diretamente na produção sem deixar de explorar os sujeitos.

Wilkinson (1986: 210) faz um contraponto interessante com relação à dinâmica do capital em direção à apropriação de todo processo de produção no espaço agrário. Ao perceber que persistiam os fracos das colheitas e a falta da correspondência entre a absorção de insumos modernos e aumentos de produtividade, o autor assume que há predominância continuada dos fatores naturais, e com isso afirma:

O capital pode muito bem conseguir superar a barreira da terra como relação social, mas continuará a confrontar-se com um processo de produção essencialmente natural. [...] No contexto da dinâmica do capital [...] a terra como

elemento natural, mais do que a terra como expressão de uma relação social, continua a ser a barreira fundamental à subordinação real do processo de trabalho agrícola (WILKINSON, 1986: 210).

O fato é que o estudo do espaço agrário, sobretudo o amazônico, deve ser compreendido como sistema heterogêneo, constituído por dinâmicas e formas distintas de produção, as quais normalmente são determinadas pelo capital na tentativa de homogeneização das relações para se valorizar em si mesmo. Mais que isso, para que os resultados sejam satisfatórios é preciso considerar as especificidades de cada forma de produção, as relações no espaço agrário e as interações existentes entre os diferentes sujeitos que trabalham e transformam a natureza, por tanto, a dinamização e reestruturação do espaço agrário precisam ser ponderadas.

III. A PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA NA AMAZÔNIA PARAENSE

Para uma região de estruturas econômicas ainda tão heterogêneas como a Amazônia brasileira, as informações da estatística macroeconômica estão longe de expor o âmago do que se deseja saber. Mas, desde que disponíveis, vale a pena aproveitá-las, a ver como se encaixam numa análise mais ampla do processo social em curso e sobretudo o quanto nos podem ensinar a respeito dele (SANTOS, 1989: 14).

A Amazônia Paraense, o Estado do Pará, apresenta importante papel no tocante da economia Amazônica, tendo como carro chefe a produção agropecuária. Refere-se à produção agropecuária por ser a atividade econômica desenvolvida na maior parte do território e por ocupar expressivo número de pessoas, respondendo pela alimentação e geração de renda de boa parte da população. Nesse caso, não são priorizados os resultados dos índices econômicos como no tópico II.4 que aponta os serviços como responsável pelos números do Estado. A diferença está em considerar a atividade descentralizada e dinamizadora de uma realidade não computada pelos números e índices oficiais.

Estabelece como ponto focal as interpretações dos produtores que se agrupam pela prática centrada na dinâmica familiar por considerar que esses são os sujeitos territoriais que historicamente, resistindo ou sendo cooptados pelo capitalismo na Amazônia, têm se mostrado capazes de transformação do espaço agrário com seus trabalhos. A partir de seus meios de vida, garantem uma produção com menores impactos e riscos ambientais e expressiva geração de emprego e renda.

III.1. Limites à interpretação da produção agropecuária familiar na Amazônia

O debate sobre a produção agropecuária familiar se inicia nas ciências sociais tendo como foco a composição e os fatores determinantes na conduta dessa produção, passando pela reflexão de que tipo de produção familiar persiste no país.

Alguns autores colocam de forma enfática que existiu e ainda existe o modo de produção camponês no Brasil e consideram que esse conseguiu resistir e atravessar os percalços e as relações de conflitos, viabilizando-se enquanto categoria, resistente à força do modelo patronal estimulado no meio rural.

Em contrapartida, autores discordando dessa visão, apontam que o camponês existiu apenas no feudalismo e com a argumentação de que no país não existiu tal sistema, o mesmo ocorre com o camponês, não fazendo sentido tal definição para o contexto agrário do país. Assim, reforçam e disseminam que existe uma produção familiar, a Agricultura Familiar.

Em meio a esse debate faz-se necessário, a partir da realidade concreta, compreender quais as formas de produção agropecuária que coexistem na Amazônia, ponderando que condições socioeconômicas desiguais, inerentes ao sistema capitalista em geral e do agrário em particular, ocasionam formas de produção diferenciadas.

As características da base material e as relações sociais que mantêm com o meio determinam condições objetivas de produção desiguais, de tal modo que estabelecem distintos objetivos de reprodução econômica e social. Esses objetivos conformam a finalidade das famílias e o tipo de racionalidade que passa a determinar as estratégias e táticas relativas à produção, estabelecendo diferentes níveis de acumulação e possibilidade de reprodução das unidades produtivas, condicionando diferentes formas de apropriação e uso dos recursos naturais.

Pokorny et al (2010: 30) ao realizarem estudos sobre a diversidade de estratégias de meios de vida na Amazônia identificaram uma grande diversidade de atividades realizadas pelas famílias e destacaram que “cada família segue uma estratégia específica, caracterizada por uma combinação complexa de diferentes atividades de produção e de geração de receitas”.

Nessa perspectiva, entende-se que os conceitos usados no meio acadêmico e que foram legitimados no Brasil, de certo modo, não representam as diversas realidades encontradas na Amazônia, deixando lacunas na compreensão das dinâmicas produtivas, principalmente devido à composição de um universo heterogêneo, demandante de políticas públicas específicas que valorizem e respaldem seus meios de vida.

Notadamente, facilitaria à pesquisa se adotado um ou outro conceito (camponês ou agricultor familiar) para fundamentá-la, mas diferente disso a proposição foi adotar a expressão, Produção Agropecuária Familiar - PAF, para tratar a unidade de diversidade, salientando que as relações são as mais diversas, tendo desde a produção familiar pautada em costumes e hábitos tradicionais até as que mantêm o núcleo familiar como gestor e executor das atividades com a interferência direta do capital, tornando uma produção consolidada do ponto de vista capitalista.

Seguindo a ideia de que não são os diferentes conceitos⁴⁴ que vão garantir melhores condições e resultados para as formas de produção agropecuária familiar, mas sim uma interpretação concreta dos problemas existentes nas formas de produzir com políticas públicas e ações qualificadas voltadas às realidades específicas. Não se têm no embate dos conceitos os melhores resultados para a produção em questão, muito embora se tenha clareza do papel político que foi atribuído a cada uma das definições.

Apesar de parecer ser uma fuga dos conceitos reconhecidos pela literatura e a tentativa de estabelecer um novo, não o é, mas ao debater os problemas inerentes às terminologias se verifica no caso do camponês o anacronismo e na definição de agricultura familiar as inconsistências e generalizações ao explicitar as diversas formas de produção da realidade amazônica.

Incorrendo no risco de críticas, pode-se afirmar que a “evolução” conceitual traçada na literatura brasileira, do camponês ao agricultor familiar, tenha sido um prejuízo para os debates acadêmicos e para tentativas de compreensão da realidade. Isso porque aquela definição sempre trouxe consigo o caráter do como fazer, o modo de vida e as reivindicações históricas, portanto, resultado da construção social ao longo do tempo.

A agricultura familiar, fazendo referências às lógicas que constituíam o camponês, foi definida politicamente. Tirando com isso as acepções reivindicatórias constituídas enquanto sujeito da história, fazendo-se sujeitos, de certo modo, passivos às políticas públicas generalizantes. Desse modo, deixam de serem consideradas as diferentes formas presentes da unidade de diversidade.

Fernandes e Leal (2002) ao relatarem o embate entre duas organizações do campo no Brasil (Via Campesina e FETRASUL) resgatam autores que trabalham com uma (camponesa) e a outra definição (agricultura familiar), no sentido de explicitar as diferentes formas de uso dos conceitos. Os autores destacam que:

Em uma leitura atenta dos trabalhos acadêmicos pode-se observar que os pesquisadores que utilizam o conceito de *agricultura familiar* com consistência teórica, não usam o conceito de camponês. Já os pesquisadores que usam o conceito de *camponês*, podem chamá-los de agricultores familiares, não como conceito, mas como condições de organização do trabalho (FERNANDES e LEAL, 2002: 3).

⁴⁴ Neves (1995) escreve “Agricultura Familiar: quantos ancoradouros!” no sentido de se fazer a crítica às diferentes definições atribuídas à produção familiar, bem como o conceito de Agricultura Familiar foi politicamente definido.

Ao criticarem os teóricos da Agricultura Familiar Fernandes e Leal (2002: 5-7) chamam a atenção de que não a destruição do camponês, o que se tenta é refutar o conceito. Essa afirmação tem o sentido de reforçar o uso da expressão camponês na literatura. Já os teóricos da Agricultura Familiar, partem do princípio que o camponês representa o velho, organização social atrasada, o arcaico, enquanto a agricultura familiar seria o moderno, o novo e o progresso.

Abramovay (2007: 21) defende a agricultura familiar a partir de três premissas: a integração no mercado: o papel determinante do Estado no desenvolvimento de políticas públicas; e a incorporação de tecnologias. Essa reflexão alinha-se com a visão de Lamarche (1993: 22) que considera possível a transformação do camponês (modelo selvagem) para agricultura familiar (modelo ideal) numa tendência evolutiva.

Por sua vez, existem aqueles que defendem a utilização de camponês, nesse caso, vão buscar em Tepicht (1973: 19) a explicação da permanência do conceito na atualidade⁴⁵, o qual afirma que:

[...] o modo de produção camponês não é gerador de uma formação particular (tal como o capitalista), ele se incrusta numa série de formações, se adapta, interioriza de sua maneira as leis econômicas de cada uma e, ao mesmo tempo, com maior ou menor intensidade, imprime em cada uma delas a sua marca. Nisto reside [...] o segredo de sua surpreendente longevidade que inspira as predicações de sua perenidade.

Fernandes e Leal (2002) ao tratarem a incongruência afirmam ter distinção clara entre as duas definições, apesar de partirem da mesma lógica, a família como gestora e executora das atividades, na condição de trabalho. Os mesmos afirmam:

[...] o produtor familiar que utiliza os recursos técnicos e está altamente integrado ao mercado não é um camponês, mas sim um agricultor familiar. Desse modo, pode se afirmar que a agricultura camponesa é familiar, mas nem toda a agricultura familiar é camponesa, ou que todo camponês é agricultor familiar, mas nem todo agricultor familiar é camponês. Criou-se assim um termo supérfluo, mas de reconhecida força teórico – política (FERNANDES e LEAL, 2002: 29).

Sem desmerecer ou desconsiderar o debate político e ideológico existente em torno dos conceitos, o que se propõe é compreender o quê condiciona a produção agropecuária familiar

⁴⁵ Dessa forma tem-se que o camponês não é apenas parte de uma “classe grosseira” (SHANIN, 1972 in PLOEG, 2006: 20), ele é igualmente parte de um mundo grosseiro e cruel. “Daí que a luta pela autonomia [...] em uma sociedade que condena pessoas à submissão, dependência, privação e as ameaças com a deterioração de seus meios de vida, torna-se central para “condição camponesa” (PLOEG, 2006: 20).

como categoria social e econômica heterogênea do espaço agrário, uma vez que essa historicamente tem sofrido deméritos no que diz respeito às interpretações e aplicações de políticas públicas em detrimento da busca cada vez maior do monocultivo e inserção no mercado internacional, como país potência fornecedor de *commodities*.

A proposição tem o sentido de retomar os estudos e reflexões sobre as condições e as formas em que são desenvolvidas as atividades produtivas de sujeitos marcados pelas diferenças. Contrariando as afirmações e regras de conceito estático como parâmetro, já que as determinações reduzem para quem são, mas não estimulam compreender como esses de fato estão ou, ainda, quais as tendências desses no interior do agrário brasileiro e sobremaneira na Amazônia.

Bem verdade, não é o objetivo de um conceito proporcionar tantas elucidações, mas também não deveria ser algo determinante para uma generalização simplificadora de diferentes realidades que em muitos casos possuem até lógicas divergentes na condução de suas práticas produtivas, como é o caso em que se coloca ribeirinhos, quilombolas, aquicultores dentro de uma única definição, a agricultura familiar.

A opção pelo termo produção agropecuária familiar se faz na tentativa de evitar a reprodução de conceitos estigmatizados e considerados desgastados, muito embora legitimados, mas considerados, não suficientes para proporcionar a interpretação comprometida com a diversidade e comportamento dos sujeitos existentes no espaço agrário. Pondera-se as relações nas quais as formas de produção ora são capazes de determinar o sentido de sua produção ora conduzidas por imposições do próprio sistema.

Buscam-se, nesse sentido, os detalhes no espectro de diferentes formas produtivas com possibilidade mantenedora da dinâmica tradicional de produção até as mais integradas e dependentes dos elos com os demais setores da economia nacional.

As diversas formas de produção e suas especificidades são resultantes da:

[...] exploração do meio historicamente constituído, um sistema de forças de produção, um sistema técnico adaptado às condições bioclimáticas de um espaço determinado, que responde às condições e às necessidades sociais do momento, utilizando combinação apropriada de meios de produção inertes e meios vivos para explorar e reproduzir um meio cultivado, resultante das transformações sucessivas sofridas historicamente pelo meio natural (MAZOYER (1987) *apud* FAO/INCRA, 1995: 11).

Logicamente, as formas de produção familiar vão sendo alteradas à medida que há interferência do capital em sua dinâmica, o que vai condicionar a heterogeneidade já percorrida. Como bem frisou Kautsky (1968: 21) “é o modo de produção capitalista que domina a sociedade”.

Tendo a convicção de que no caso específico do Brasil, diferente de países europeus, ao citar a França, em que os produtores familiares conseguiram atingir elevado grau de relação e espaço no mercado, os produtores familiares brasileiros, principalmente os nordestinos e amazônicos, em sua maioria, participam de maneira parcial e incompleta do mercado comercializando seus excedentes e/ou têm a produção negociada com intermediários, agregando poucos valores ao produto primário.

A produção agropecuária familiar tem como característica: a relação íntima entre trabalho e gestão; a direção do processo produtivo conduzido pelos proprietários; a ênfase na diversificação produtiva, na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida; a utilização do trabalho assalariado em caráter complementar; e a tomada de decisões imediatas, ligadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo (OLALDE, 2004: 1).

Para Neves (2006: 47) a produção familiar é a forma de organização da produção em que a família é ao mesmo tempo proprietária dos meios de produção e executora das atividades produtivas. O núcleo familiar torna-se responsável pelas decisões no que se refere à dinâmica estabelecida na unidade produtiva, por exemplo: escolha da cultura, diversificação, tipo de plantio e escoamento da produção. Muito embora, tenha-se cada vez mais a interferência do capital, ainda fica a critério dos membros da família, sobretudo, os mais velhos a tomada de decisão sobre as atividades que serão desenvolvidas no estabelecimento.

Destaca-se que apesar de considerada, por muitos, como unidade que produz apenas para si mesma, os dados do DIEESE (2008) apontam que a produção agropecuária familiar, com menos de 24% do orçamento destinado ao setor agropecuário gerou 32% da produção das cadeias agrícola e pecuária, o que garante a participação média aproximada, entre os anos 1996 a 2005, de 9,6% do PIB brasileiro (DIEESE, 2008).

Segundo, ainda, os dados do DIEESE (2008) em que fazem referência ao ano de 2005, a produção familiar foi responsável por 82,2% da produção de mandioca, 41,3% de arroz, 58,9% de feijão, 43,1% de milho e ainda por 47,9% da produção de aves, 59% de suínos e 55,4%

de leite. Os índices revelam a importância da produção agropecuária familiar na economia interna brasileira, garantindo o abastecimento da maioria dos produtos para alimentação da população.

Esses dados reforçam que apesar dos crescentes incentivos à produção agropecuária de grande escala voltada para exportação, “a história não eliminou a produção familiar das relações econômicas e sociais” (NEVES, 1998: 15). Pelo contrário, tem-se a ideia de que o capital se apropriou das formas de produção familiar como reguladora da economia nacional, sobretudo por garantir nessas relações taxas elevadas e mais facilitadas de lucro. Repercutindo a afirmação que a depender dos interesses o capital interfere em graus diferentes nas relações também diferenciadas.

Lamarche (1993: 21) sintetiza essa capacidade de permanência e adaptação da produção agropecuária familiar afirmando que é sem dúvida graças a essa capacidade que “as explorações familiares que sempre se mantiveram em seus lugares são as que souberam – ou puderam – adaptar-se às exigências impostas por situações novas e diversas às instabilidades climáticas, à coletivização das terras ou à mutação sociocultural determinada pela economia de mercado”.

Com o avanço das leituras e reflexões ficou entendido o desuso do termo *camponês*, principalmente pelo fato desse não ter mais suas características intrínsecas de produtor auto-sustentado que possibilitava a partir das suas próprias condições os mecanismos para reproduzir e viabilizar sua permanência no campo.

A não utilização do termo agricultura familiar foi estimulado quando verificado em Neves (2006: 2) a afirmação do esforço de (re)significação do termo na tentativa de associar à expressão seus sentidos positivos. A autora destaca que nas últimas décadas do século passado o termo ganhou vasta consagração tornando-se difícil interpretar os diferentes signos associados à definição.

Diferente do conceito de *camponês* evidencia-se que a agricultura familiar não fez parte da história, não participou dos encontros e desencontros do modo familiar de produzir com as dinâmicas capitalistas. O conceito agricultura familiar foi estabelecido já dentro do contexto de imposição do capital, tendo muito mais o objetivo político do que propriamente prático de identificação e representação social.

Neves (2006: 2) afirma ainda que para além da eficiência institucional e operacional em defesa do termo agricultura familiar fazia-se necessário discutir acerca da produção de

imaginários ou sistemas de crenças para reorganizar a sociedade. Tal fato alterou a representação sobre si mesma, potenciando-a portadora de possibilidades de ação política capaz de reordenar os sistemas relacionais.

A definição, em termos, vai responder às reivindicações feitas pelas lideranças sindicais e políticas por uma identidade representativa, motivos perceptíveis no caso do Brasil, pela disputa por espaços institucionais e políticos na dinâmica governamental. Nesse sentido, Neves (2006) afirma que:

À categoria agricultor familiar correspondem objetivos a serem alcançados [...]. Como categoria de mobilização política e enquadramento, está dotada da ambiguidade necessária à plasticidade da orquestração das diversas questões em jogo e dos direitos sociais, políticos e econômicos (NEVES, 1998: 46).

Tais objetivos foram até certo ponto alcançados, sendo por sinal legitimado o conceito com aprovação no congresso, por meio da sanção à Lei nº 11.326 em 24 de julho de 2006, garantindo que a agricultura familiar fosse inserida nos estudos estatísticos oficiais do Governo (IBGE, 2010).

No texto da lei nº 11.326, a agricultura familiar foi definida no artigo terceiro como se apresenta integralmente a seguir:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (IBGE, 2010).

Preveem ainda nos incisos da lei as categorias que são tratadas dentro da legalidade por agricultores familiares: silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores, fazendo as devidas observações quanto às especificidades.

Apesar do conhecimento da lei e muitos debates acerca da agricultura familiar se tem a impressão da necessidade, como expôs Neves, de se ter uma definição representativa com fins meramente políticos. Não se considera possível colocar dentro de um conceito tanta diversidade socioeconômica a não ser com a finalidade de barganhar politicamente.

A sistematização legal da definição acabou por reconhecer quem são os produtores familiares, mas não se preocupou em ponderar as especificidades de cada grupo que está contido

na definição, desconsiderando os diferentes comportamentos e práticas que cada grupo estabelece ao se relacionar com os meios de produção e até mesmo entre si. Caracterizam de certo modo muito mais a necessidade de tornar iguais os diferentes do que necessariamente representar a unidade de diversidade que se faz a produção agropecuária familiar.

Essa constatação feita por Neves (2006) e explicitada aqui pode ser percebida no documento Censo Agropecuário 2006 – Agricultura Familiar, publicado pelo IBGE (2010), no qual antecipa a apresentação das tabelas sistematizadas que a solicitação de denominar Agricultura Familiar para esboçar os dados referentes ao recorte definido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. O texto explicativo elaborado pela equipe do IBGE poder ser analisado na íntegra a seguir.

Por conta de atender à demanda do Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Censo Agropecuário 2006 adotou o conceito de “agricultura familiar”, conforme a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

O conceito agricultura familiar não é inédito no arcabouço legal brasileiro. Conceitos muito próximos já vinham sendo utilizados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf, ou nos *segurados especiais em regime de economia familiar* da Previdência Social. O conceito também não é novidade na academia e foi utilizado em inúmeros trabalhos [...]. Entretanto, apesar de estes conceitos terem uma forte sobreposição de públicos, não são rigorosamente iguais, e suas delimitações dependem de análises precisas (IBGE, 2010: 15-16).

Não se faz possível uma leitura concreta das diferentes realidades que estão previstas na lei como componente do conceito, pois diz respeito a estruturas produtivas bem diferentes, muito embora tenham a família responsável pela condução da produção. Assim, concorda-se com Neves (2006) quando afirma que a agricultura familiar é:

Entendida como forma de organização da produção, seu estatuto é conceitual e, por princípio, universalizável, todavia, desde que capaz de dispensar os conteúdos situacionais e as condições de inserção em variadas formações socioeconômicas. Não pode, nesse plano, ser permutável com a categoria de mobilização e enquadramento político, nem englobar a multiplicidade de alternativas práticas de encapsulamento dos agricultores (NEVES, 2006: 46).

Retomando a história das políticas públicas do país, percebe-se que o conceito agricultura familiar foi definido no período em que os movimentos sociais e líderes do governo buscavam mecanismos para financiar a produção no país, conquista atendida com o Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996, o qual foi atualizado posteriormente pela Lei nº 11.326, de 24 de

julho de 2006 (IBGE, 2010). Não há uma discordância do apoio aos produtores agropecuários familiares, mas que a insistência pela definição passava por uma determinação exclusivamente política, não tendo assim a pretensão de potencializar o reconhecimento das diversidades que compõem a categoria a ser assistida.

A generalização do uso da categoria “agricultura familiar” foi largamente facilitada pela implantação, ainda nos anos de 90, do Pronaf, quando, a política de crédito a juros reduzidos privilegiou de forma inédita uma faixa de agricultores de menos recursos econômicos, desvinculando-os dos grandes produtores que se haviam beneficiado, desde a modernização conservadora promovida pelo regime militar, de taxas de juros subsidiadas (GARCIA JR. e HEREDIA, 2009: 215).

Os autores salientam ainda, que a utilização de um conceito vinculado à política pública seria um erro, pois estaria diante da armadilha de percebermos os agentes sociais apenas quando esses fossem nomeados pelo Estado, perdendo com isso o debate intelectual e instalando com facilidade o reducionismo ao invés de constituir instâncias de críticas das classificações do mundo social em vigor, de nomeações de novas possibilidades (GARCIA JR. e HEREDIA, 2009: 216).

Desse modo, o uso irrestrito do conceito agricultura familiar em estudos sobre a diversidade de produção que as famílias estabelecem no espaço agrário pode significar uma interpretação limitada quanto aos possíveis resultados encontrados nas relações sociais cotidianamente alteradas por um movimento natural ou por imposição externa aos seus meios de vida.

Nesse sentido, Pokorny et al (2010) destacam em sua obra:

A grande diversidade das atividades empregadas pelas famílias mostrou claramente que as tentativas de classificá-las com base em somente um critério – por exemplo, em relação às suas estratégias de intensificação, extensificação ou migração (SCOONES, 1998; SWIT, 1998) ou grau de dependência dos recursos naturais (ELLIS, 2000) – simplificam demais o seu entendimento e correm o risco de gerar estereótipos incapazes de expressar adequadamente a realidade dos produtores (POKORNY et al, 2010: 32).

Logo, o questionamento posto em relação ao conceito agricultura familiar está em sua composição básica, na referência de agricultura moderna e engajada. A saber, quem consagrou o conceito no Brasil foi: Maria Nazareth Wanderley (1996) e Ricardo Abramovay (2007). Ambos compararam a dinâmica da agricultura brasileira com os padrões internacionais de agricultura (GARCIA JR. e HEREDIA, 2009: 215). Diferente disso, faz-se necessário entender as reais

condições, transformações que a participação familiar tem sofrido no agrário e não simplesmente retê-los em uma definição pronta e acabada, mas permitir a análise dos vínculos sociais, das estratégias de produção em seu contexto real.

Ressalvas quanto ao uso do conceito, agricultura familiar, podem ser encontradas inclusive no documento oficial do Censo Agropecuário 2006 – Agricultura Familiar (IBGE, 2010). Como podem ser observadas a seguir:

É oportuno destacar que a elaboração do questionário aplicado pelo Censo Agropecuário é anterior ao sancionamento da Lei nº 11.326, e por esta razão se procurou adequar o questionário ao enunciado legal. Outro esclarecimento importante é sobre a unidade de pesquisa utilizada no Censo Agropecuário: o estabelecimento agropecuário. O conceito de agricultura familiar está relacionado à unidade familiar, enquanto o estabelecimento está relacionado à unidade produtiva. Embora a situação mais frequente seja de uma família estar associada a apenas um estabelecimento, existem casos de famílias com mais de um estabelecimento agropecuário. Assim, existe uma pequena superestimação do público pertencente à agricultura familiar neste trabalho, por considerar cada estabelecimento como uma unidade familiar (IBGE, 2010: 16).

Ao tratar especificamente a situação do estado do Pará, Schimitz e Mota (2010: 25) destacam que apesar do reconhecimento da expressão agricultura familiar no debate acadêmico e nas políticas públicas a partir dos anos de 1990, a questão da diferenciação interna impõe algumas dificuldades. Os autores se questionam, “quais os critérios para identificar agricultores familiares, por exemplo, no Estado do Pará, com tipos tão diferentes”.

Na verdade ocorre mais uma vez, com a determinação de um conceito, no país uma ação inconsistente das políticas públicas intervindo de maneira alheia à maioria das realidades em que está assistindo e desse modo tendendo à homogeneização da diversidade estrutural.

Além desse fato político, há outro problema quanto aos esforços para a consolidação do termo, pois para tudo e todos por um determinado período no Brasil se adotava a expressão agricultura familiar, desgastando-a. Muito embora estejam delimitados na lei os termos que compõem o conceito não se faz suficiente para expor as especificidades existentes já que foi usado tanto para os casos mais integrados à indústria quanto para com os traços tradicionais.

O que se tem em comum entre as diferentes formas de produção é a base produtiva que se mantém pelos laços familiares, muito embora com dinâmicas diversas e interferência do capital estabelecendo condições diferenciadas que constituem a heterogeneidade de formas de produção. As bases de produção das duas formas são consideradas semelhantes, entretanto não

iguais apenas semelhantes. Nessa perspectiva, torna-se necessário compreender como a produção familiar é gestada e como se dá a interferência da dinâmica capitalista para, assim, mais ou menos ter condições de respaldar as inúmeras formas de produção expressadas no agrário amazônico.

A análise deste segmento social, diferente da agricultura patronal, mostrou, entre diversas escolas, controvérsias enormes. Uma parte dos cientistas considerava estes agricultores como empresários que pretendiam maximizar os lucros. Outros achavam que se tratava de um segmento caracterizado pela irracionalidade de gerenciamento das unidades de produção, pelo atraso tecnológico e por seu enraizamento profundo na tradição (SCHIMITZ E MOTA, 2010: 24).

Assim, o que se propõe não é um conceito geral para substituir ou renegar os já existentes, mas chamar a atenção que precisa-se compreender as diferentes formas adotadas pelos produtores agropecuários familiares na Amazônia. E, para isso, considera que a definição de agricultor familiar apesar de ter sido reconhecida por lei, não expressa a diversificada realidade que tem toda a produção pautada na gestão e execução com base nos membros da família.

Apesar dos termos campesinato, agricultor familiar e até pequeno produtor terem sido considerados nas interpretações brasileiras como conceitos de ação política, à época de predomínio de cada um no debate, tinham em comum o fato de descrever os mesmos segmentos e por isso, muitas vezes, são considerados como sinônimos (SCHIMITZ E MOTA, 2010: 24), representando a dificuldade de tratamento aos diferentes sujeitos do agrário que partem da mesma base para produzirem, a família, apesar de adotarem racionalidades econômicas e meios de vida diferentes.

Somam-se a essa dificuldade, constituindo a limitação conceitual problematizada, dois fatos concretos: os sujeitos (familiares) se autodenominam de diferentes formas a depender de suas compreensões e contextos que estão inseridos. Por exemplo, na Amazônia ao perguntar qual a identidade ou como você se identifica? As respostas escutadas são as mais diversas possíveis, num leque de fazendeiro a sitiante, passando por pequeno produtor, colono, etc. Além disso, e mesmo após a legitimação do conceito de agricultura familiar, as instituições de pesquisa, fomento e desenvolvimento recorrem a outras terminologias em suas ações, por exemplo, agronegócio familiar, complexo agrícola familiar, produtor familiar agrícola ou pecuarista e inúmeras outras variações.

Independente do conceito ou definição assumido nos estudos, o importante é ter a interpretação do real papel da família na condução do processo de produção e como essa tem se comportado no contexto das transformações em função do determinismo do capital, desse modo o fulcro é resgatar os debates sobre o adjetivo “familiar” como marcador de questões sociológicas, assim, passando “de algo dado e evidente para vínculo social singular a ser examinado em seu próprio contexto [...]. Estranhar o familiar (DA MATTA, 1978) é condição para buscar entender as redes assim designadas como relações sociais” (GARCIA JR. e HEREDIA, 2009: 216).

Nesse sentido, faz-se inicialmente uma leitura da condição da estrutura fundiária no Estado; em seguida, tem-se a análise dos dados referentes às principais produções; a participação dos produtores familiares na produção agropecuária paraense; e por fim tem-se uma interpretação da estruturação do espaço agrário paraense em repostas dadas à interferência do capital.

III.1. Estrutura fundiária: condição histórica na dinâmica recente

O primeiro fator a ser considerado ao observar o agrário paraense é a estrutura fundiária. Assim como toda a Amazônia, o processo de ocupação e a expansão do capital em seu interior foram realizados de maneira desrespeitadora à realidade local o que se fez descaracterizando a terra antes bem coletivo transformada em bem privado. A tabela 13, resulta do esforço em explicitar a privatização promovida na Amazônia e, para isso expõe-se o número de estabelecimentos e a condição dos produtores em relação às terras.

De acordo com os dados do censo (IBGE, 2006) o Brasil possuía aproximadamente 4 milhões de estabelecimentos em condições de produtores proprietários. Desses, apenas 15% estão na Amazônia, mas esses estabelecimentos (próximo dos 580 mil) têm a posse de 35% das terras em condição de proprietário, ou seja, mais de um terço das terras brasileiras consideradas propriedades individuais concentram-se na Amazônia e sob domínio de um pequeno grupo de pessoas. Explicitando há concentração de terra e alguns poucos possuem suas terras regularizadas, registradas sendo, assim, considerados responsáveis diretos por elas.

No Pará, estão 30% de todos os estabelecimentos da Amazônia, apresentados no censo como produtores proprietários, número expressivo ao se considerar que os 70% restantes estão divididos noutros sete estados e parte do Maranhão e, ainda, se observado que esses 30% só ocupam 20% das terras nessa condição. Aparentemente, tem-se um Estado de muitos minifúndios

ou pelo menos vários estabelecimentos estruturados com volume de terras próximo do valor estipulado como módulo rural na Amazônia (100 ha). Ao verificar a proporção hectare e número de estabelecimentos em condição de produtores proprietários o estado do Pará apresenta o valor próximo dos 116 ha, acima da média apresentada para o Brasil (78 ha/estabelecimento em condição de proprietário), mas bem abaixo da média mensurada para o total da Amazônia (183 ha/estabelecimento em condição de proprietário).

Tabela 13 – Brasil, Amazônia e Pará - Condições dos produtores em relação às terras - 2006

Brasil, Amazônia e Pará	Proprietário		Assentado sem titulação definitiva		Outras Condições*	
	Estab.	(ha)	Estab.	(ha)	Estab.	(ha)
Brasil	3 946 276	306 847 605	189 191	5 750 283	784 998	17 343 506
Amazônia	586 051	107 494 677	60 687	2 959 485	137 898	5 130 096
Pará	173 358	20 129 705	12 401	818 053	22 979	1 518 269

* Lei-se arrendatário, parceiro e ocupante.

Fonte: Elaboração do autor a partir do Censo 2006, IBGE.

Ao interpretar os dados do Estado do Pará (tabela 13) tem-se a representação do número de estabelecimentos (produtores proprietários) ainda mais expressiva, 85% dos 208.738 (duzentos e oito mil setecentos e trinta e oito) estabelecimentos encontram-se nessa condição, os outros 17% estão divididos entre assentados sem titulação (6%) e outras condições (11%). Lembra-se de que na categoria, outras condições, estão todas as formas de uso da terra (arrendatário, parceiro e ocupante) que caracterizam condições precárias ao trabalhador e instabilidade às famílias, ficando vulneráveis ao se tornarem reféns da relação de dependência e medo com outros sujeitos, detentores de capital.

Os assentados e outras condições (arrendatário, parceiro e ocupante) apresentam a média de 66 ha por estabelecimento. No caso do Estado do Pará, está abaixo do novo módulo rural (75 ha⁴⁶, enfatiza-se novo, até o ano de 2004 era de 100 ha), portanto a maior parte dos estabelecimentos do processo de ocupação antiga tem 100 ha como máximo permitido por família em áreas antes da União. No caso das terras consideradas antes do Estado, o módulo rural é de 500 ha o que contribuiu significativamente para a concentração fundiária, historicamente os governantes prestigiaram determinados grupos e pessoas com vastas porções de terras em troca de apoio político.

⁴⁶ Segundo relatório do DIEESE (2008: 61) que apresenta módulo máximo no Pará de 75ha, mínimo de 5ha e o mais frequente igual a 70ha.

Nota-se, ainda na tabela 13, que a participação dos assentados sem titulação do Pará em relação à Amazônia representa 32% do total de estabelecimento do território, fazendo uso de 51% das terras consideradas nessa categoria (sem titulação), ou seja, mais da metade das terras sem documentação (título) da Amazônia estão no estado do Pará, fato que infelizmente contribui para os elevados índices de conflitos no campo registrados no Estado. Soma-se a esse número (51%) o das terras ocupadas, arrendadas e em condição de parceria na Amazônia, expressivos 30% que também se encontram no estado do Pará.

Nesse sentido, ao considerar o total de hectares nas condições de sem titulação, arrendado, ocupado e em parceria da Amazônia, 81% deles estão com produtores localizados no espaço agrário paraense. É importante frisar que esse elevado índice ocorre principalmente por dois fatores: primeiro por conta da política de estradas no país; observado o mapa da Amazônia ressalta-se aos olhos as rodovias que cortam no sentido oeste-leste (BR 230), sul-norte (BR 163) além, é claro, da grande responsável pela conexão do espaço amazônico à economia nacional, BR 153. Portanto, o processo de ocupação foi facilitado com a política integradora do governo, enquanto os demais estados têm restrições de acesso (por exemplo, o Amazonas); e segundo devido à proposição de reorganização do espaço agrário por meio da criação dos diferentes tipos de Unidades de Conservações (UCs) que somam na Amazônia Legal o valor de 58.749.904 ha, representando 11,7% da área total (DIEESE, 2008), repercutindo muito mais noutros Estados do que no Pará, exemplo disso o Amapá que maior parte do seu território é área protegida.

Importante, ainda, de serem analisadas na estrutura fundiária do espaço agrário amazônico, em particular no caso paraense, são as formas de obtenção das terras consideradas pelos produtores proprietários. Tal análise corrobora a hipótese da parceria entre Estado (União) e o capital privado se constituir como estratégica para ocupação e estruturação do espaço agrário.

Ao observar a tabela 14, pode ser notada a inexpressiva participação da forma titulação via reforma agrária nos dados referentes ao estado do Pará em relação à Amazônia. Representa apenas 19%, significando que o Pará em relação à Amazônia tem sua dinâmica de ocupação por proprietários determinada muito mais pelas formas privadas que por políticas públicas. Seria interessante, caso fosse possível, afirmar que os investimentos estão sendo realizados noutras formas de ocupação, mas de fato não estão.

Ao observar a tabela 14, é possível considerar que haja o contrário, a omissão ou ação tendenciosa por parte da União em relação às terras na Amazônia, chamando atenção para o valor

verificado na forma de obtenção usucapião. A Amazônia, em relação ao país, teve suas terras obtidas significativamente dessa forma, como constam, 48% da obtenção por usucapião de terras do país foram realizadas na Amazônia, sendo que do valor de 22.223 estabelecimentos contabilizados, 14% diz em respeito aos números registrados no estado do Pará.

O mote da análise está em que se a Amazônia deveria ter sido controlada, gerenciada e por fim organizada por políticas públicas ou ações governamentais na prática isso não ocorreu. Caso os tempos e incentivos (tópico II.2) assistidos pelos governantes tivessem realmente interferido via reforma agrária ou simplesmente controlado as doações particulares e as terras usucaptas, os números da concentração de terra hoje seriam menores e oportunizaria, ainda mais, a permanência e viabilidade socioeconômica de pessoas (famílias) no espaço agrário da Amazônia paraense ou nela como um todo.

Tabela 14 – Brasil, Amazônia e Pará – Formas de obtenção das terras do produtor proprietário

Brasil, Amazônia e Pará	Número de estabelecimentos						
	Compra de Particular	Compra via crédito fundiário*	Titulação via reforma agrária**	Herança	Doação particular	Usucapião	Outra forma e Não sabe
Brasil	2 418 339	47 493	290 242	1 526 161	122 791	46 730	78 004
Amazônia	376 852	5 823	101 047	106 140	25 861	22 223	23 144
Pará	106 205	314	18 876	41 686	11 048	6 623	4 428

* Cédula da terra, Banco da terra, etc.

** programa de reassentamento ou aguardando titulação.

Fonte: Elaboração do autor a partir do Censo 2006, IBGE.

No caso do estado do Pará, pode-se perceber que o número de estabelecimentos obtidos por compra de particulares, 56,14% do número total de estabelecimentos registrados, faz-se muito mais do que a soma das outras formas de obtenção. A titulação via reforma agrária representa apenas 9,98%, as doações particulares e usucapião juntas somam 9,34% de todos os estabelecimentos registrados no censo de 2006.

Os dados das tabelas 13 e 14 retratam o resultado de um processo histórico da dominação do capital sobre as terras da Amazônia, principalmente no estado do Pará que contribui significativamente para os números e se caracteriza como o estado agropecuário do território amazônico. Essa dominação pela privatização das terras é entendida como a principal causadora da degradação ambiental, aumento da miséria e das condições de subemprego e, com isso, evidentemente, responsável direto pelos conflitos no campo.

Nesse sentido, Costa (2000: 60) afirma que o “escalamento da violência no campo, verificado na Amazônia nas últimas décadas, tem estreita associação com os grandes projetos agropecuários incentivados”. Tal fato se comprova quando observados os dados do DIEESE (2008: 93) que apontam a região Norte, ano base 2007, como a responsável pelos números de conflitos no Brasil. A saber, foram 34% dos conflitos, 26% do total de pessoas envolvidas num conflito, 42,4% das tentativas de assassinatos e 35,7% de todos os assassinatos ocorridos no país em conflitos de terra foram registrados na região Norte.

Contribuindo para a interpretação feita aqui, pode-se ainda, recorrer aos dados do relatório apresentado pelo DIEESE (2008). O documento intitulado “Estatística do Meio Rural” registrou em 2003 – fazendo uso de dados do Instituto de Colonização e Reforma Agrária – Incra – que os estabelecimentos com menos de 100 ha (cem) representavam 20,8% em casos de proprietários e 41,9% em condição de posseiro enquanto os estabelecimentos que possuem áreas acima de 2000 ha (dois mil) contabilizavam 2,9% e 0,8% para proprietários e posseiros respectivamente, isso em relação ao número do total de estabelecimentos na Amazônia.

Por outro lado, os estabelecimentos com menos de 100 ha (cem) seja na condição de proprietário ou de posseiro detinham para o mesmo ano (2003) apenas 8,6% da área total registrada e os estabelecimentos com mais de 2000 ha (dois mil) concentravam o total de 53,2% da área registrada na categoria estabelecimentos de produtores da Amazônia.

Apesar da condição fundiária e o favorecimento às estruturas capitalistas na Amazônia em geral e no Pará especificamente, a produção realizada por grupos familiares merece toda atenção e consideração de análise, primeiramente por garantir a permanência e reprodução de significativa parte da população residente no território amazônico e, em seguida, porque responde por números expressivos da produção total de alimentos demanda pela população regional.

III.2. Análise das principais produções agropecuárias

A seguir são apresentados os dados referentes à produção agropecuária do estado do Pará. As informações registradas dizem respeito aos valores gerais contabilizados no Estado a partir da implantação do plano real. A ideia é apresentar a evolução de produção, discutindo alguns fatores considerados importantes da estrutura produtiva para que posteriormente seja

ressaltada a participação específica dos produtores familiares na economia agropecuária do estado do Pará que, de certo modo, estende-se a todo o espaço agrário amazônico.

O fulcro da interpretação está na máxima apresentada pela literatura de que a produção agropecuária não foi eliminada da história, pelo contrário ao responder os diferentes estímulos e sofrendo a interferência do capital em seus meios de vida se adaptou e transformou, mas se fez permanente e contribuinte para a dinâmica produtiva no espaço agrário.

Na tabela 15, estão os dados de produção e área colhida das consideradas principais lavouras temporárias: arroz, feijão, mandioca e milho. Uma observação importante que deve ser feita além da análise meramente dos dados de produção é a contribuição dessas lavouras na ocupação e estruturação do espaço agrário.

Percebe-se, por exemplo, que a área colhida da lavoura arroz sai do valor de 231.541ha no ano de 1995 e cresce até o ano de 2000, por sinal, a máxima da série observada é no ano de 1999 (300.247ha), após esse ano, a média é mantida acima dos 200.000 ha de área colhida até o ano de 2006. Dois fatos correlatos explicam esse comportamento, a criação das associações a partir do ano de 1995 responsáveis pela captação de recursos financeiros, via projetos, para estimular a produção dos considerados à época pequenos produtores e o crescente volume de recurso investido aos grandes proprietários de terra por ação da SUDAM.

O objetivo final dos incentivos financeiros não era a produção de arroz, mas sim estabelecer novas áreas de pastagens ou implantar lavouras permanentes, a prática para uma ou outra situação passa pelo aproveitamento da área com culturas de ciclos curtos para, em seguida, se estabelecer a atividade definitiva. Importante verificar que o número crescente de área colhida condiz com a série crescente verificada nas taxas de desmatamento para a região e que no momento que se deflagra a política contra o desmatamento (ano de 2006) as taxas de áreas colhidas de todas as lavouras temporárias, conseqüentemente, diminuíram.

Tabela 15 – Pará - Área colhida e produção da lavoura temporária entre 1995 a 2009

Anos	Área colhida (hectares)				Produção (toneladas)			
	Arroz (casca)	Feijão (grão)	Mandioca	Milho (grão)	Arroz (casca)	Feijão (grão)	Mandioca	Milho (em grão)
1995	231.541	83.230	272.931	280.707	337.758	50.976	3.592.740	385.655
1996	247.359	83.243	288.985	339.863	369.429	52.197	3.814.917	467.413
1997	256.076	76.569	285.469	324.195	372.348	48.500	3.870.329	478.784
1998	261.147	76.244	262.480	339.602	353.883	42.779	3.530.717	498.712
1999	300.247	87.943	281.633	399.825	414.928	56.741	4.067.052	638.531
2000	292.889	73.387	293.187	393.092	403.815	46.959	4.079.152	532.331
2001	235.735	72.051	282.305	310.029	391.465	51.277	3.994.863	484.092
2002	232.187	75.226	272.105	260.667	408.427	56.864	4.128.707	416.322
2003	289.576	80.939	292.663	284.558	584.884	68.772	4.468.892	523.816
2004	297.065	76.111	298.400	294.222	636.645	63.829	4.445.522	570.311
2005	298.541	72.759	316.426	278.258	631.724	56.372	4.797.757	559.698
2006	208.829	75.773	314.076	275.770	398.620	63.193	5.078.426	576.579
2007	193.749	70.818	324.407	272.719	368.410	59.333	5.216.955	562.032
2008	158.521	64.953	304.864	265.886	292.355	49.908	4.799.099	622.414
2009	156.347	54.588	289.980	240.387	302.989	35.236	4.548.748	552.104
Média	243.987	74.922	291.994	303.985	417.845	53.529	4.295.592	524.586

Fonte: Elaboração do autor a partir da Produção Agrícola Municipal 1995-2009, IBGE.

Nesse sentido, os dados apresentados na tabela 15, mais do que responsável pelo abastecimento e alimentação das famílias serviam também como aproveitamento de área, diminuição dos custos de implantação do capital no estado do Pará, de certo modo, pressionando os produtores familiares que se organizam com a produção das lavouras temporárias para participarem do mercado. O volume elevado da produção passa a determinar o preço do produto e ainda cria barreira à entrada para a maioria dos produtores que estão no mercado.

A série de dados da lavoura arroz apresenta um elevado desvio padrão, demonstrando pouca homogeneidade, situação confirmada pelo valor do coeficiente de variação, 19,9%, o maior entre todas as lavouras. Diferentemente do ocorrido com a mandioca, que teve menor coeficiente de variação (5,95%) atribuindo a essa maior homogeneidade por se tratar de uma lavoura tipicamente dos produtores familiares. Os quais contam com o produto na alimentação básica da família, devido ser pouco exigente em relação à fertilidade do solo e ser retirada em diferentes períodos do ano, não demandando volume de força de trabalho concentrada num determinado período.

Outro dado importante em relação à série da mandioca na tabela é o aumento após o período de maior controle do desmatamento (2006), como dito anteriormente, é uma lavoura menos exigente quanto à fertilidade do solo o que caracteriza melhor aproveitamento das áreas de matas secundárias (capoeira) não sendo necessárias novas aberturas em mata primária (floresta como fertilizante natural) para gerar bom rendimento.

Por outro lado, quando observados os dados referentes à lavoura de milho tem-se baixa homogeneidade nos dados, assim como para lavoura do arroz, confirmado por um coeficiente de variação de 15,47%. A produção de milho tem função de alimentação dos animais, mas também como alternativa de comercialização de mais um produto que ocupa a terra, normalmente consorciado com arroz.

A lavoura de feijão, apesar do baixo número para a área colhida, seguiu a tendência das demais lavouras para o período. A média da série foi igual a 74.922 ha enquanto as demais estiveram acima de 240 mil hectares, tal fato se explica por ser uma lavoura que exige fertilidade significativa do solo e não é produzida pela maior parte dos produtores do Estado, ficando quase que restrita a alguns produtores familiares, diferente do milho e arroz não é implantada para anteceder a produção final das áreas.

Quanto às lavouras permanentes foram destacadas três dentre as praticadas no Estado. A Banana e o Café são apresentados na tabela 16 e o Cacau tem os dados expostos na tabela 17, evidentemente, que cada uma delas com características bem distintas em relação à dinâmica de produção e importância para os produtores familiares.

A produção de banana tem expressivo número tanto de área colhida quanto de produção, muito embora seja de valor baixo no momento da venda e de difícil transporte por suas características naturais. O número referente de área colhida (média de 46.250ha) tem basicamente duas explicações, a primeira devido à lavoura ser muito utilizada no sombreamento de outras lavouras, o cacau, por exemplo, e por ser estratégica na alimentação das famílias residentes na Amazônia.

A quantidade produzida de banana (média de 617.795 na série) apresenta grande oscilação nas taxas entre os anos sistematizados, atrela-se a isso a função que o bananal assume no sombreamento da lavoura cacaueira e participação em diferentes SAFs – Sistemas Agroflorestais. Observado o movimento dos dados referente à produção de banana e área colhida

paralela aos da tabela 17 que diz respeito à lavoura cacaeira se percebe que ambas apresentam oscilações parecidas.

Em boa parte da Amazônia, sem dúvida no Pará, a produção de banana tem característica de atividade reguladora. Aquela que não é dada tanta importância, pouco valorizada pela maioria dos produtores devido ao baixo resultado financeiro, mas se faz constantemente presente no sistema de produção e como solução de vários problemas ao longo do ciclo agropecuário, sendo vendida ou trocada, quando ocorrem demandas no estabelecimento.

Tabela 16 – Pará – Variáveis das lavouras permanentes, banana e café, entre 1995 e 2009

Anos	Área colhida, ha		Quantidade (t)		VBP em R\$ 1.000 *		Produtividade (kg/ha)	
	Banana (cacho)	Café (grão)	Banana (cacho)	Café (grão)	Banana (cacho)	Café (grão)	Banana (cacho)	Café (grão)
1995	36.848	14.387	538.626	18.291	71.311	13.633	14.617,52	1271,36
1996	37.480	13.557	535.112	29.080	62.991	20.452	14.277,26	2145,02
1997	40.039	13.753	567.086	32.531	57.232	21.381	14.163,33	2365,37
1998	52.091	14.476	710.960	30.447	77.959	18.187	13648,42	2103,27
1999	55.038	14.620	755.347	31.002	69.992	18.894	13724,11	2120,52
2000	54.980	17.304	760.311	35.466	52.936	12.286	13828,86	2049,58
2001	58.311	15.297	712.417	29.433	87.776	8.546	12217,54	1924,10
2002	53.054	16.679	723.694	15.997	85.183	4.628	13640,71	959,11
2003	52.109	17.528	705.268	18.657	58.223	6.962	13534,48	1064,41
2004	42.234	18.768	540.312	20.697	45.951	6.122	12793,29	1102,78
2005	41.833	16.626	537.900	18.021	45.253	4.944	12858,27	1083,90
2006	43.049	16.220	551.786	16.652	50.357	9.012	12817,63	1026,63
2007	44.552	15.132	570.951	15.979	50.464	10.310	12815,38	1055,97
2008	43.213	12.909	555.814	13.918	44.415	8.399	12862,19	1078,16
2009	38.925	12.394	501.344	12.731	46.662	7.650	12879,74	1027,19
Média	46.250	15.310	617.795	22.593	60.447	11.427	13.379	1.492

* Valores deflacionados pelo IGP-DI, base 1994=100 (IPEA, 2010).

Fonte: Elaboração do autor a partir da Produção Agrícola Municipal 1995-2009, IBGE.

Um dado importante na tabela 16 que deve ser ressaltado é o VBP (Valor Bruto de Produção) para banana. Notadamente, ocorrem oscilações expressivas de um ano para o outro, caracterizando um conjunto de informações com baixa homogeneização, constado no desvio padrão (14.741,31) e pelo coeficiente de variação registrado na série (24,39%). O mesmo não ocorre no rendimento de kg/hectare que apresenta uma reta com pequenas vibrações se olhados

graficamente os números da série. Importante na questão do rendimento é destacar que os baixos números encontrados estão relacionados ao fato de não ser uma lavoura tão valorizada entre os produtores (função secundária) e, com isso, tem sua colheita a depender da disponibilidade de força de trabalho ociosa nos estabelecimentos, normalmente, não deixam de fazer outra atividade para colher bananas.

A lavoura de café possui característica distinta em relação à lavoura de banana, primeiro pelo volume de área colhida ser bem menor (média da série 15.310ha) e segundo devido à produção ser bem mais baixa (22.593t), condicionando os demais resultados analisados com pouca expressividade na série.

Essas diferenças são interpretadas considerando que a lavoura de café é influenciada diretamente pelo comportamento de mercado, normalmente se encontram áreas abandonadas após um ano de baixa de preços. A produção não está em todos os extratos de produtores, sendo mais frequente nos estabelecimentos de tamanhos médios.

A lavoura de café assim como as demais de características perenes é influenciada historicamente pelo comportamento da lavoura cacaeira, a qual se credita o mérito de principal atividade agrícola do Estado com significativa parte da produção na região da Transamazônica (BR 230) no Sudoeste do Pará.

Vários são os fatores que determinam a importância da lavoura cacaeira, destaque ao valor agregado da produção que garante retorno financeiro expressivo para as famílias. Em sua grande maioria, as lavouras estão em posse de famílias numerosas e que mesmo assim, usam força de trabalho no sistema de meia para melhores rendimentos, gerando renda e emprego no agrário paraense.

A lavoura cacaeira, como foi outrora, pode ser considerada espécie de reflorestamento devido a suas características arbóreas. Godar (2009) chamou a atenção para o fato da área colhida de cacau se fazer crescente na região da Transamazônica em áreas de proteção permanente. Por mais que a lavoura tenha essa característica, não deve substituir a vegetação nativa em todas as circunstâncias, devendo prevalecer a legislação ambiental. Evidentemente, que a substituição de áreas protegidas pela lavoura cacaeira em muito é ocasionada pelo aumento da demanda pelo produto (amêndoa) no mercado nacional e internacional.

A produção está assentada em estabelecimentos normalmente com áreas próximas do módulo rural e apesar dos problemas recorrentes da assistência técnica no país, a CEPLAC – Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – tem contribuído na implantação e manutenção das lavouras no Estado, colocando o Pará no posto de 2º maior produtor do país depois da Bahia, com detalhe de ter índices de qualidade melhores e rendimentos por área e pé maiores que os encontrados nas lavouras baianas, principalmente pelo tempo de vida útil dos cacauais.

Na Tabela 17, são apresentados os principais dados da lavoura cacaueira para série 1995 a 2009. Uma análise que deve ser feita diz respeito ao comportamento da informação área colhida (ha), que responde a partir do ano de 2006 com taxas crescentes, intensificando o uso da terra, afirma-se isso devido às taxas de desmatamento decrescerem no mesmo período.

Tabela 17 – Pará – Variáveis da lavoura permanente, cacau, entre 1995 e 2009

Anos	Área colhida (ha)	Produção (t)	Valor em mil Reais/t	Rendimento (kg/ha)
1995	53.143	29.445	18.454,06	554,07
1996	48.158	32.171	20.520,58	668,03
1997	50.089	30.826	28.186,45	615,42
1998	47.992	32.635	32.816,18	680,01
1999	41.887	30.527	26.649,89	728,79
2000	38.879	28.278	19.857,32	727,33
2001	38.677	29.028	24.773,51	750,52
2002	41.536	34.069	93.487,64	820,23
2003	51.280	31.524	39.023,27	614,74
2004	50.895	32.804	37.118,31	644,54
2005	51.727	38.119	34.415,63	736,93
2006	57.462	36.595	30.257,75	636,86
2007	64.328	43.207	40.925,60	671,67
2008	68.317	47.108	51.924,78	689,55
2009	70.279	54.216	72.660,18	771,44
Média	51.643	35.370	38.071,41	687

* Valores deflacionados pelo IGP-DI, base 1994=100 (IPEA, 2010).

Fonte: Elaboração do autor a partir da Produção Agrícola Municipal 1995-2009, IBGE.

Entre os anos 1995 a 2009, a área colhida de cacau foi expandida passando de 53.143 para 70.579 hectares, representando variação positiva de 32,81%. O crescimento ao longo da série proporcionou uma média de área colhida de 51 mil ha e produção de 35 mil toneladas, com um valor bruto da produção médio de R\$ 38.071,41.

A reação na curva expressa o comportamento dos produtores familiares que ao responderem aos estímulos como as linhas de créditos disponíveis e o aumento de demanda pelo produto no exterior, elevam os números da lavoura. Foi percebido, em 2002, que a área colhida não foi tão elevada em relação aos anos anteriores, no entanto, o retorno financeiro foi incontestavelmente superior à média (38.071,41 mil reais/t) chegando à máxima de 93.487,64 mil reais/t.

Tal situação decorreu devido aos problemas com oferta de amêndoa no exterior, sobremaneira a baixa produção contabilizada na Costa do Marfim (um dos principais produtores de cacau no mundo), conseqüentemente o preço do produto foi elevado. Na região da Transamazônica chegou a R\$ 12,00/kg, algo antes nunca verificado. De modo que os produtores que possuíam outras espécies (cana de açúcar, café e pimenta) retiraram para implantar mais lavoura cacauzeira que apresentou quatro anos depois (2006) os primeiros valores quanto à área colhida.

A série apresenta considerada homogeneidade nas informações, podendo ser percebida pelos coeficientes de variação encontrados: área colhida 0,19%, produção 0,21%, valor em mil reais/t 0,54 e do rendimento kg/ha igual a 0,10. Quanto ao rendimento de kg/ha vale a pena destacar que para o ano de 2002, ano de máxima no preço do produto, o rendimento também foi expressivamente superior aos demais anos da série. Mais uma vez ratificando o fato de que a produção familiar, maior responsável pelo produto no Estado, tem suas estratégias de produção à medida que é estimulada, por exemplo, sofrendo interferência da variável elevação da demanda que certamente proporcionou recursos para adubação da lavoura, destinação de maior número de força de trabalho no trato da lavoura e colheita do fruto.

Além das atividades da agricultura, muito mais que essas, foram incentivadas e subsidiadas pelos diferentes governos na Amazônia a criação de animais, principalmente a pecuária bovina que atendia ao anseio de ocupação do espaço, atraindo grandes capitalistas como investidores e controladores do território. Essa política histórica adotada para integrar a Amazônia à economia nacional corrobora significativamente o contexto atual, seja pelo número de hectares desmatados nas últimas décadas ou pelas relações sociais que foram se configurando entre os sujeitos, as quais favoreceram os médios e, principalmente, os grandes pecuaristas.

No gráfico 2, a série de evolução do rebanho bovino no estado do Pará tem tendência crescente ao longo do tempo possuindo oscilações devido à interferência normalmente de

políticas públicas (financiamentos) e preço da arroba no mercado nacional provocado por restrições ao produto em outras regiões do país e do exterior.

A série registrada pelo IBGE (2011) tem seu começo no ano de 1974 que estima o rebanho de 1.377.655 cabeças e se estende até o ano de 2009 com o registro de 16.856.561 cabeças compondo o rebanho, apresentando para série a média igual a 6.688.830 cabeças e a variação total entre os anos de 2009 e 1974 de 1.123,57%, ocupando vasta área de terra e contando com a força de trabalho dos produtores e trabalhadores rurais menos favorecidos no amansamento da terra, na abertura constante de novas áreas.

Para o período que não consta no gráfico 2 a seguir, 1974 a 1979, é importante frisar que teve a menor média entre as quatro décadas (1970; 1980; 1990 e 2000), estimada em 1.578.483 cabeças, ocasionando para o período a menor variação relativa às demais décadas (35,34%). Acredita-se que os valores inferiores encontrados para esse período sejam resultado do processo inicial de criação em grande escala no Estado e, além disso, por representar um período (segunda metade da década de 1970) que os governos estimularam atividades da agricultura, tentando fixar os primeiros migrantes familiares na “terra prometida”.

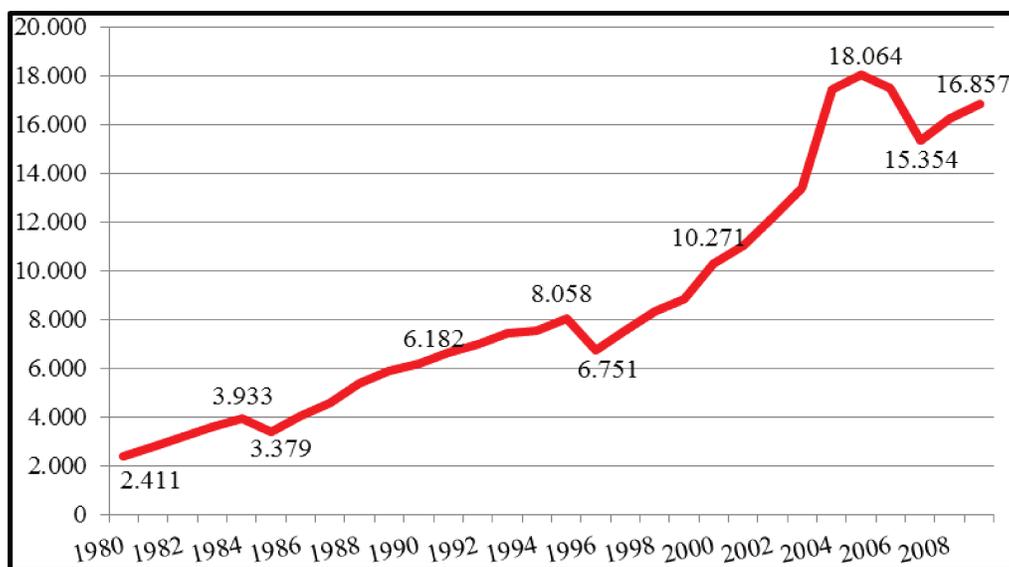


Gráfico 2 – Pará - Evolução do rebanho (em 1000 cabeças) no período de 1980 a 2009.

Fonte: Elaboração do autor a partir das séries estatísticas e históricas, 2011, IBGE.

Ao longo da série alguns anos merecem destaque, por exemplo, 1995 que apresentou um rebanho de 8.058.000 cabeças, consequência da política de crédito via associações de produtores. O ano entrou para a história da criação de bovinos do Estado, marcando de forma

direta e estratégica a aproximação dos grandes pecuaristas dos pequenos criadores, uma vez que os produtores assistidos pelos financiamentos tinham destinos acertados para compra dos animais, normalmente nove matrizes e um reprodutor, fornecido por algum membro da oligarquia pecuarista local.

O ano seguinte, 1996, retrata o impacto do crédito na dinâmica produtiva. Muitos dos produtores que assumiram o crédito perceberam a crescente desvalorização do rebanho, acarretado pelo expressivo número de bovinos comercializados no ano anterior e também devido os animais terem sido negociados em valores extremamente elevados em 1995, respaldados pela estrutura estabelecida para atender a demanda dos produtores familiares pelos bancos e os grandes pecuaristas.

A década de 1990 foi a década marcada pela criação de bovinos por produtores familiares, pequenos e médios criadores, com crédito facilitado nos bancos federais e estaduais em consequência da década anterior (1980) considerada a década de criação de bovinos para os grandes pecuaristas do Estado.

Segundo Costa (2000: 76) na década de 1980 se teve elevados números de projetos financiados pela SUDAM com valores exorbitantes. O autor destaca ao analisar dados da SUDAM que dos 135 (cento e trinta e cinco) projetos aprovados entre 1970 e 1984, 70 (setenta) deles foram contratados no intervalo de 1981 a 1984. Essa dinâmica de financiamento e favorecimento aos grandes projetos promoveu a maior variação do rebanho (119.95%) no Estado entre as quatro décadas de 1970 a 2009.

O volume de rebanho criado precisava ter vasão, nesse caso, os compradores próximos a serem estimulados, argumentando dinamizar a economia do Estado, foram os produtores familiares na década seguinte (1990). Nessa década, a variação foi de 66,15% pouco mais elevada que é o intervalo seguinte (2000 e 2009) o qual registrou 64,11% de variação, que tendia a superar a década de 1990. O veto em 2006 de financiamentos para bovinos, como política de mitigação do desmatamento freou abruptamente as taxas crescentes do período, destaque para o ano de 2005, maior rebanho apresentado na série, 18.064.000 cabeças.

O intervalo de 2000 a 2009 apesar da menor variação (64,11%) se comparado às décadas apresentadas no gráfico 2 (1980 a 2009) teve maior média de rebanho (15.797.343 cabeças). A explicação está no fato da criação pecuária ter sido estimulada entre os anos 2000 e

2005 aos diferentes produtores, independentes de ser patronal ou familiar, convergindo às estratégias especificadas de décadas anteriores num mesmo período e de forma expansiva.

O gráfico 2, ao explicitar a tendência da atividade pecuária no estado do Pará, ratifica a interferência do capital tanto na produção quanto nas relações sociais estabelecidas no espaço agrário paraense. O ano de 2006 é exemplo dessa assertiva, a União preocupada com os altos índices de desmatamento estabelece metas de mitigação, incluindo a política contrária à criação de gado bovino no território amazônico como forma de combater novas aberturas. Os números responderam à ação, reduzindo drasticamente seus valores e, com isso, tendo a mínima em 2007 de 15.354.000 cabeças.

Na tabela 18, na qual se apresenta a quantidade e a variação anual (%) para os principais rebanhos ratifica-se a informação da variação positivamente crescente para a criação bovina do Estado de 2007 para 2008, 5,78%. Para os demais rebanhos notam-se variações inferiores e negativas.

Tabela 18 – Pará – Quantidade e variação anual (2008/2007) para os principais rebanhos

Categorias	Quantidade (cabeças)		Variação anual (%)
	2007	2008	(2008/2007)
Bovino	15.353.989	16.240.697	5,78
Suíno	779.307	761.403	-2,30
Caprino	91.697	94.507	3,06
Ovino	213.599	202.005	-5,43
Galos, frangos (as) e pintos	10.069.783	10.073.082	0,03
Galinhas	2.993.559	2.991.021	-0,08

Fonte: Elaboração do autor a partir da Pesquisa da Pecuária Municipal 2007-2008, IBGE.

Nos anos seguintes (partir de 2007), provavelmente, devido à diminuição nas ações de fiscalizações e a expectativa de novos investidores com especulações de mais uma era de grandes empreendimentos no Estado se tem o retorno de taxas crescentes para o rebanho estadual, sinalizando em 2009 um rebanho de 16.857.000 cabeças.

O rebanho das aves (galinhas, galos, frangos (as) e pintos) explicitado na tabela 19 representa números expressivos e importância significativa na produção de criações de animais. Esse plantel responde tanto à necessidade por alimentos de parte das famílias como à demanda de mercado, sendo o comércio estabelecido entre os próprios residentes do agrário, com

atravessadores ou em feiras livres dos núcleos urbanos. Nesses moldes, a criação (galinhas) pode ser considerada uma atividade reguladora dos sistemas de produções no estado do Pará.

Comparando as informações para o plantel de galinhas, galos, frangos(as) e pintos de 1995, ano do censo agropecuário, com ano de 2009, último ano da série apresentada pelo IBGE (2011) na pesquisa pecuária tem uma variação negativa (-25,77%). A retração nos números da criação pode representar uma estratégia generalizada dos produtores, que devido a estímulos, por exemplo, a possibilidade de ampliação do rebanho bovino e/ou a diminuição de áreas colhidas de milho com a intensificação do uso da terra devido à implantação direta de lavouras perenes, como o cacau.

A mesma tendência seguem as criações, suínos e caprinos, decrescendo após o ano de 1995, apesar de oscilações positivas em anos específicos. A variação para criação de suínos para o período 1995-2009 foi igual a -64,67, saindo do número de 2.124.098 cabeças em 1995 para 750.414 em 2009. O rebanho de caprinos apresentou variação anual positiva (3.06%) na relação 2008/2007, mas na série histórica (1995-2009) tem variação total negativa (-48,90%), constado ao observar o ano de 2009 que apresenta o valor do rebanho estimado em 91.230 cabeças enquanto no ano de 1995 o número foi de 178.523 cabeças.

Os dados que apresentam comportamentos diferentes da tendência ao longo da série são os números para o rebanho ovino que historicamente foi crescente, apesar da variação negativa anual na relação 2008/2007 de -5,43%. O plantel apresentou a variação total de 19,31% para o período 1995 a 2009, saltando de 165.723 cabeças em 1995 para 197.739 em 2009. Estendendo a série para o período de 1980 a 2009 a variação total é muito mais elevada, 296,38%.

Tanto a criação de caprinos quanto de ovinos, mais especificamente essa última tem maior representação no interior dos estabelecimentos com áreas acima dos módulos rurais, de maneira concentrada, menos produtores possuem mais ovinos diferentemente do plantel de suínos que é encontrado em menor número no interior dos estabelecimentos, mas possui grande dispersão considerando o número de estabelecimento que praticam a criação.

A tabela 19 apresenta duas importantes informações da dinâmica agropecuária paraense, considerando como meta principal a alimentação das pessoas residentes no espaço agrário. As produções de leite e de ovos de galinhas atendem à demanda alimentar das famílias

seja na forma natural ou seus derivados. O fato é que esses dois produtos e a mandioca beneficiada em farinha respondem pela alimentação de parte expressiva da população local.

Tabela 19 – Pará – Quantidade e variação anual (2008/2007) de Leite e Ovos de galinhas

Produtos	Quantidade produzida		Variação anual (%) (2008/2007)	Valor (1.000 R\$)		Variação anual (%) (2008/2007)
	2007	2008		2007	2008	
Leite produzido (1.000 litros)	643.192	599.538	- 6,8	395.785	406.869	2,8
Ovos de galinha (1.000 dúzias)	21.929	22.992	4,8	60.796	69.520	14,3

Fonte: Elaboração do autor a partir da Pesquisa da Pecuária Municipal 2007-2008, IBGE.

As séries dos dois produtos apresentam a mesma tendência, nítido crescimento. Registrado em 1974 a produção de 22.028 (mil) litros de leite já em 1980 o valor foi de 78.669 (mil) litros acompanhando o crescimento do efetivo bovino no Estado em 1990, o valor em litros de leite já ultrapassava duzentos mil (231.497) tendo sua máxima no ano de 2007 com o valor de 643.192 (mil) litros de leite.

A produção de leite no estado do Pará acompanha em taxas menores a evolução do efetivo bovino, a aptidão do rebanho do Estado é o gado de corte. A produção leiteira em sua maioria é realizada pelo rebanho misto em estabelecimentos não especializados.

A produção de ovos de galinhas (em mil dúzias), apresentando uma variação total crescente ao longo dos anos é entendida como uma atividade preferencialmente realizada para manutenção dos sistemas produtivos seja como alimentação das famílias residentes nos estabelecimentos ou como forma de reposição e aumento do número de galinhas e frangos no sistema de criação.

Em 1974, o número de ovos produzidos foi de 5.685 (mil) dúzias, em cinco anos (1980) a produção mais que dobrou (12.481) e assim respondeu na década seguinte, em 1990 foram 27.859 (mil) dúzias. É importante destacar na série referente à produção de ovos o ano de 1995, isso por acreditar que a máxima da série (32.849 mil dúzias) naquele ano tem relação direta com outra variável, a disponibilidade de crédito para muitas famílias no Estado, gerando um fluxo financeiro a partir dos custeios e assim diminuindo a venda de galinhas e frangas, conseqüentemente permitindo que se tivesse maior número de ovos produzidos.

A situação descrita pode ser constatada aproximando as curvas de financiamento e produção de galinhas, frangos e produção de ovos, mais que isso reforça a hipótese da criação de

galinhas como atividade reguladora dos sistemas de produção, atendendo ao imediatismo das necessidades básicas devido à alta liquidez dos produtos (carne e ovos), proporcionando uma alternativa direta e rápida às famílias que possuem a criação em seus estabelecimentos.

Notadamente, a produção agropecuária tanto agricultura quanto pecuária apresentam crescente importância na economia paraense, além disso, são responsáveis pela manutenção e viabilidade de reprodução social de um expressivo número de pessoas que residem no agrário e dependem direta e imediatamente dessas produções em seu cotidiano.

Outro destaque, diz respeito à condição do estado do Pará em relação aos demais estados da Amazônia, já que é o estado que dinamiza os números da agropecuária na Amazônia respondendo por uma faixa elevada da produção agropecuária geral, assim como faz nos demais setores produtivos. No entanto, quando aproximado os seus números às informações estatísticas dos Estados de outras Regiões, sua participação relativa à produção nacional ainda é muito incipiente. Constata-se esse fato em relação ao efetivo bovino ao analisar a tabela 20 sistematizada.

Tabela 20 – Pará - participação na pecuária nacional, principais rebanhos, ano de 2008.

Principais Rebanhos	Variáveis de Análise	
	Efetivo	Participação Relativa
Bovino		
Brasil	202.287.191	
Mato Grosso	26.018.216	12,9
Pará	16.240.697	8,0
Suíno		
Brasil	36.819.017	
Santa Catarina	7.846.398	21,3
Pará	761.403	2,1
Galos, frangos (as) e pintos		
Brasil	994.305.374	
Paraná	214 184 550	21,5
Pará	10 073 082	1,0
Galinhas		
Brasil	207 711 504	
São Paulo	42 780 691	20,6
Pará	2 991 021	1,4

Fonte: Elaboração do autor a partir da Pesquisa da Pecuária Municipal 2007-2008, IBGE.

Dentre os efetivos ilustrados na tabela 20, o Pará apresenta melhor colocação no ranking do rebanho bovino, ocupando o quinto lugar com 16.240.697 cabeças de gado bovino com a participação relativa de 8% no rebanho total do país. Quando observado o ranking dos municípios (maiores) criadores de bovinos de 2008, entre os vinte municípios diagnosticados São Félix do Xingu ocupa a segunda posição, com efetivo de 1.812.870 cabeças gerando uma participação relativa de 0,9 do rebanho nacional, ficando apenas depois do município de Corumbá no Mato Grosso que possuía o efetivo estimado em 1.935.896, 1% de participação relativa do total do rebanho em 2008.

Em relação aos demais rebanhos, os efetivos são bem inferiores quando comparados com os principais municípios criadores do país. No caso do efetivo de suínos, ocupa a décima terceira colocação apresentando o número de 761.403 cabeças com participação relativa de 2,1%, enquanto o primeiro colocado, Santa Catarina, tem a participação relativa de 21,3% do total de suínos contabilizados em 2008. Um dado importante que deve ser considerado além da quantidade é o manejo do sistema de criação, reprodução e alimentação desses animais. Em Santa Catarina trabalha com diferentes raças de suínos, visando o ganho de peso e a eficiência no abate, com o plantel confinado em boa parte dos estabelecimentos. Por sinal, os suinocultores participam de complexos de produção e comercialização bem definidos.

No estado do Pará, apesar de se encontrar criadores com tecnologia e práticas mais adequadas, a maioria desses ainda recorre ao sistema de criação extensivo, solto em áreas próximas às casas e fazem a alimentação baseada com sobras alimentares e/ou produtos como o milho e a mandioca, mas não adotam na maioria dos casos a alimentação balanceada com ração e cuidados sanitários como em Santa Catarina e outros estados do país.

Da mesma forma acontece com os efetivos de galinhas, galos, frangos e pintos que possuem um sistema de criação muito falho comparado aos grandes centros criadores como Paraná e São Paulo. Apesar do plantel ter significativa importância para os estabelecimentos agropecuários não são realizados tratamentos adequados e nem destinados recursos financeiros para a atividade, propiciando problemas no sistema de criação, por exemplo, ausência de infraestrutura adequada gerando baixo rendimento no ganho de peso das aves e na produção de ovos. Além, evidentemente, dos problemas com doenças e pragas que são frequentemente registrados entre os criadores.

Assim, o estado do Pará ocupa posições inexpressivas tanto para o efetivo de galinhas quanto na categoria galos, frangos e pintos, sendo em 2008 apenas o décimo segundo e o décimo quinto respectivamente, com participações relativas estimadas em 1,4% para efetivo de galinhas e 1,0% para o efetivo de galos, frangos e pintos, sendo que os primeiros colocados São Paulo e Paraná tiveram participações relativas acima dos 20% dos plantéis nacionais.

Portanto, assume-se que o Pará tem uma importante produção agropecuária, mas essa se caracteriza como uma economia para dentro, isso é, seus números e resultados atendem às expectativas internas estimuladas por demandas locais. Com exceção do efetivo bovino que configura uma rede de comercialização fragilizada e dependente, mas estabelecida com outros Estados e Países, os demais atendem ao próprio Estado e no máximo cria uma área de influência no interior da Amazônia. Não foi detalhado para essa pesquisa, mas essas afirmações podem ser ratificadas analisando o balanço comercial do Estado.

Outra assertiva ao analisar os efetivos da pecuária paraense, é que a distinção percebida entre o rebanho bovino e os demais rebanhos se estabelece em função dos principais sujeitos responsáveis pelas criações, assim como também devido à interveniência dos Governos Federais na dinâmica produtiva do estado do Pará bem como da Amazônia, facilitando e favorecendo ao capital instalarem grandes projetos de pecuária bovina no espaço agrário. Os médios e grandes capitalistas respondem pelo rebanho bovino, explorando os pequenos criadores ao longo da cadeia seja determinando o preço do produto, forma de pagamento ou a estrutura do rebanho ao repassar “animais refugo”, animais que não os interessam (às vezes doentes) para os criadores às suas espreitas.

Por outro lado, os produtores familiares buscando formas de se reproduzirem e garantirem o uso da terra com baixos custos assumem as criações de médio e pequeno porte como alternativas, principalmente para alimentação, fornecimento de proteína animal, mas também como poupança que pode ser acessada mediante as necessidades inesperadas, cumprindo o objetivo de atendimento às necessidades básicas e o funcionamento do sistema de produção.

Além da exploração, a atividade bovina, promove a espoliação dos produtores familiares ao privarem de determinadas áreas e/ou descaracterizando seus meios de vidas, fazendo dos produtores familiares ainda mais marginalizados e dependentes da relação social imposta pelos médios e grandes pecuaristas, personas do capital.

Nesse sentido, considera-se que os rebanhos bovinos e os de médios e pequenos animais frequentemente contribuem na transformação do espaço agrário paraense. O efetivo de bovinos garante a expansão do capital no território, transformando a paisagem natural em pastos e as relações sociais espontâneas em acordos não formalizados de dependência e subsunção da maioria dos produtores em relação à minoria favorecida pela ação dos diferentes Governos.

Os efetivos de médios e pequenos animais, de outra forma, representam a resistência ao capital ou pelo menos, menor dependência, portanto uma alternativa de produção menos danosa ao meio ambiente, notadamente muito mais distributiva em relação aos resultados, propiciando a prática mais sustentável às famílias que buscam diversificar seus sistemas de produção, além da produção agrícola, com a criação de animais e a produção de seus derivados. Pode-se incluir como alternativa à criação de animais, a criação de abelhas (com ou sem ferrão) como prática ainda menos danosa aos recursos florestais e que tem, segundo dados do IBGE, constantemente crescido ao longo dos anos.

Quanto aos produtos agrícolas, o estado do Pará destaca sua contribuição no mercado nacional com a produção da lavoura cacaeira que assume a segunda colocação no ranking nacional, ficando atrás apenas do estado da Bahia que possui maior área colhida (520.651ha) do país, com 81,18% da área total nacional como pode ser notado na tabela 21.

As áreas de lavoura cacaeira do estado da Bahia são as mais antigas do país e, por isso, têm atualmente um rendimento médio kg/ha baixo (251kg/ha) em relação aos outros estados, principalmente comparado com o Pará que apresentou em 2008 o rendimento de 689kg/ha, maior inclusive do que o rendimento registrado para o total da região Norte (668kg/ha).

A produção paraense da lavoura cacaeira representou 23,31% da produção total do país, sendo que o primeiro colocado (Bahia) contribuiu com 64,87%. É importante frisar que nos últimos anos o estado do Pará tem aumentado significativamente suas áreas colhidas e produção (cf. Tabela 17) enquanto a Bahia de certo modo estagnou o tamanho de suas áreas colhidas e sua produção, com um agravante, a diminuição no rendimento kg/ha ao longo da série estimada pelo IBGE (2010).

Tabela 21 – Pará – contribuição na produção nacional de cacau, café e banana no ano de 2008.

Principais Lavouras Perenes	Área colhida (ha)	Produção (t)	Rendimento médio (kg/ha)	Valor (1.000 R\$)
Cacau				
Brasil	641.337	202.030	315	822.139
Norte	98.752	66.015	668	262.870
Pará	68.317	47.108	689	204.035
Bahia	520.651	131.060	251	531.354
Café				
Brasil	2.222.224	2.796.927	1.258	10.468.475
Norte	177.547	133.609	752	384.685
Pará	12.909	13.918	1.078	33.002
Minas Gerais	1.063.550	1.416.106	1.331	5.801.139
Banana				
Brasil	513.097	6.998.150	13.639	3.165.312
Norte	82.588	861.822	10.435	336.068
Pará	43.213	555.814	12.862	174.524
Bahia	91.259	1.417.537	15.533	701.951
São Paulo	56.224	1.225.083	21.789	427.618
Santa Catarina	30.931	575.798	18.615	192.408

Fonte: Elaboração do autor a partir da Pesquisa da Agrícola Municipal 2008, IBGE.

Ainda com relação à lavoura cacaeira, é importante destacar que a produção paraense responde por 71,36% da produção total da Amazônia ocupando 69,18% de toda área colhida e registrada em 2008 para a região. Nesse caso, não se pode deixar de assumir que essa produção encontra-se em sua grande maioria sob a responsabilidade de famílias agropecuárias que estabelecem relações sociais entre si para garantir a produção, diferentemente do que ocorre no estado da Bahia, no qual grande parte da produção se faz concentrada nos estabelecimentos resquícios à época dos coronéis, vastas porções de terras produzindo a partir de relações de subemprego agrário.

A lavoura de banana apesar de sua importância interna no Estado e na região (64,50% da produção, ocupando 52,32% da área colhida), a participação nacional é muito baixa, expressando apenas 8% do valor contabilizado na produção do ano de 2008, enquanto estados como Bahia e São Paulo determinam o ritmo da produção nacional com diferença significativa na qualidade do produto final devido à condução da lavoura e tratamentos culturais adotados nesses estados. Principalmente, São Paulo que conta com produção expressiva para exportação, além de atender às demandas mais exigentes do país.

Das lavouras destacadas, o café é o que menos contribui para os números nacionais, apenas 0,6% da produção total de café beneficiado no ano de 2008 no país e 7,3% referente à região. A diferença que se apresenta tem argumento no fato do café registrado ser na categoria beneficiado e como o Estado tem a produção pautada em produtores familiares que atendem no máximo os mercados locais, esse tipo de registro torna-se difícil. Não que a produção in natura seja tão diferente da contabilizada na categoria beneficiado, mas sua importância repercute diferente para os principais produtores do Estado.

Assim como na criação de animais, a produção de lavouras assume, muito mais o papel de atividade interna, responsável por garantir a viabilidade dos produtores no agrário mais do que a participação nos mercados nacionais. Isto ocorre principalmente por serem produções realizadas com os menores custos e as mais adversidades possíveis, por exemplo, a falta de alternativas para a estocagem e transporte da produção, bem como a ausência de políticas públicas que incentivem a ampliação e a melhoria das lavouras, considerando as especificidades da produção familiar.

A situação descrita para as lavouras permanentes é ainda mais emblemática quando analisadas as lavouras de ciclo curto, temporárias, as quais são implantadas como fonte direta de alimentação das famílias agropecuárias e comercializadas seus excedentes em meio às disputas e barganhas no mercado, normalmente, em plena safra e sofrendo diferentes pressões em seus meios de vida. Uma vulnerabilidade verificada nesses casos é de não poder voltar com a produção para os estabelecimentos: devido os custos de transporte os produtos são vendidos a baixos preços para não ter que arcar com mais custos.

III.3. Participação dos produtores familiares na produção agropecuária paraense

Ao sistematizar os dados e informações sobre a participação da produção agropecuária no contexto amazônico, enfatizando a dinâmica que os produtores familiares desempenham no estado do Pará, tornou-se perceptível o problema de adoção de um conceito para explicitar a produção gestada e executada pela família no agrário.

Reafirma-se a situação ao consultar diferentes documentos. Quando esboçaram o peso e a participação política usaram a expressão campesinato em suas interpretações, mas quando feita a verificação do comportamento no mercado e a importância econômica da categoria, atribuíram às várias expressões constituídas em torno da agricultura familiar:

agronegócio familiar; produtores familiares; pequenos produtores; agricultores de subsistência; empreendedor familiar rural. Ocorrem, inclusive, distorções conceituais entre os documentos publicados pelo Governo Federal a depender do órgão governamental que está se propondo discutir tal produção e suas relações.

Há várias formas de se agrupar os produtores familiares com base nos dados estatísticos. Diferentes documentos atribuem critérios por tamanho de área; número de pessoas ocupadas; receita da produção agropecuária, enfim, são muitas as formas e controvérsias até mesmo no caso dos Censos. Por exemplo, o censo elaborado em 2006 ao atender à solicitação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) adotou a expressão Agricultura Familiar, com todas as ressalvas cabíveis à adequação, enquanto os censos anteriores não fizeram a distinção adotando tal expressão.

Chama-se atenção para o caso dos censos, por serem dificultadas as tentativas de interpretações históricas, a avaliação de séries entre distintos períodos. Os censos com diferentes agrupamentos comprometem as análises comparativas entre os anos de 1995 e 2006, uma vez que naquele ano a sistematização se deu por área considerando as faixas de terras para se definir categorias. O mesmo acontece para o Censo 2006 geral, diferindo em termos e números da publicação do Censo Agropecuário 2006, Agricultura Familiar, publicação específica para tratar os dados da categoria definida.

Todavia, há o intuito de respaldar a produção agropecuária familiar como a mais diversificada, podendo ser encontradas famílias com formas organizativas próximas do considerado na literatura como camponês até as diversas formas modernas e integradas em complexos específicos de produção, caracterizadas como empreendedor agropecuário familiar. Para isso, os dados das diferentes fontes e as distintas nomenclaturas usadas nos documentos de origem foram sistematizados nas tabelas e gráficos como produtores agropecuários familiares, caso contrário, neste tópico teriam diferentes terminologias ao explicitar números que retratam a mesma unidade de diversidade, a produção agropecuária familiar. Evidentemente, quando necessário, fazem-se as devidas ressalvas ao se diferenciar do texto original.

Dito isso, a seguir tem-se a tabela 22 que apresenta o número de estabelecimentos e área ocupada tanto pela produção agropecuária familiar quanto pela produção patronal. Nesse caso, deve-se lembrar que pode haver uma variação no número de estabelecimentos em relação ao real número de unidades familiares existentes. Como a própria equipe técnica do IBGE (2010)

assume, são estruturas diferentes, mas, só assim seria possível agrupar as informações em familiar e patronal.

Notadamente, percebe-se a elevada concentração de terra em estabelecimentos de produção patronal enquanto a produção familiar se faz desconcentrada no estado do Pará. A produção patronal com apenas 12% dos estabelecimentos no estado do Pará, 25.878ha, tinha em 2006 a posse de 69% das áreas registradas em todo o Estado. Em contrapartida a produção familiar registrava em apenas 31% das terras (6.909.156ha) os 88% de estabelecimentos agropecuários paraenses.

Tabela 22 – Pará – Estabelecimentos e área da agropecuária familiar em 2006

	Produção Agropecuária Familiar		Produção Agropecuária Patronal	
	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)
Brasil	4.367.902	80.250.453	807.587	249.690.940
Norte	413.101	16.647.328	62.674	38.139.968
Pará	196.150	6.909.156	25.878	15.556.870

Fonte: Elaboração do autor a partir do Censo Agropecuário 2006 – Agricultura Familiar, IBGE.

Outro dado importante, explicitado na tabela 22 é a participação relativa da produção agropecuária familiar e patronal paraense nos números de estabelecimentos e área ocupada na região Norte do país. Do total de estabelecimento recenseado na região Norte, 41% foi de produtores familiares e 5,4% patronais estão localizados na Amazônia paraense, importante frisar que o expressivo número de estabelecimentos familiares responde apenas por 13% de toda área, reforçando a ideia de ser um Estado, em sua maioria, com produção familiar realizada em porções relativamente pequenas (menor que o módulo rural). Contrariando essa lógica familiar, tem-se a participação patronal de maneira extensiva, uma vez que os 5,4% dos estabelecimentos ocupam 28% de toda área da região Norte.

A participação da produção familiar no Estado ressalta outra informação importante de ser analisada, a distribuição das famílias por condição em relação às terras. A tabela 23, apresenta os dados quanto ao número de estabelecimentos e área para as condições de proprietário, assentado sem titulação definitiva e arrendatários, parceiros e ocupantes agrupados em outras condições.

É interessante perceber que há concentração de área tanto na condição proprietário quanto outras condições para categoria patronal, tal fato entende-se como ratificador do processo

estabelecido pela parceria capital e Estado. Assume-se essa assertiva como verdadeira pelo fato do maior número de estabelecimentos na condição de proprietário terem sido realizados pela compra e nas outras condições terem o maior número concentrado em ocupações, encontrando as terras usucaptas. Do total de área registrado para as categorias familiares e patronais, 70% está na condição proprietário em posse dos patronais (14.219.482ha) e as áreas registradas nas outras condições estão 74% em posse dos patronais (1.061.720ha).

Tabela 23 – Pará – Condições da agropecuária familiares em relação às terras - 2006

	Proprietário		Assentado sem titulação definitiva		Outras Condições	
	Estabel.	Área (ha)	Estabel.	Área (ha)	Estabel.	Área (ha)
Total	173.358	20.249.082	11.916	787.292	20.662	1.429.652
Familiar	150.930	6.029.600	10.706	511.624	18.966	367.932
Patronal	22.428	14.219.482	1.210	275.668	1.696	1.061.720

* Leia-se arrendatário, parceiro e ocupante.

Fonte: Elaboração do autor a partir do Censo Agropecuário – Agricultura Familiar, 2006, IBGE.

A concentração de estabelecimentos e área na categoria patronal ocorre na condição de proprietário, sendo que 89% dos estabelecimentos nessa condição ocupam 91% das áreas registradas para os patronais e as demais condições somam 11% dos estabelecimentos e 9% das áreas em posse dos patronais.

Contrário, a dinâmica estabelecida pelos patronais, a produção familiar ocupa menos área com expressivo número de famílias produzindo emprego e renda tanto para seus membros quanto para outras pessoas que dependem dos serviços prestados no agrário paraense (trabalhadores rurais), normalmente pessoas das mesmas localidades que disponibilizam tempo para trabalhar nas terras de outrem.

O número de famílias que possuem os estabelecimentos na condição de proprietário chama atenção na categoria familiar. Ao verificar a distribuição das famílias por condição em relação à terra, nota-se que 84% estão nessa condição, enquanto os estabelecimentos assentados sem titulação representam apenas 6% e os que estão em outras condições (arrendatário, parceiro ou ocupante) 11% do total de estabelecimentos recenseados em 2006.

Esses 84% de estabelecimentos proprietários ocupam uma área de 87% das terras que estão em posse da produção familiar, os outros 13% dividem-se entre assentados sem titulação e

outras condições. Tal fato explicita a ausência de políticas para a reorganização do espaço agrário o que facilitou a aquisição de terras pela compra e outras formas em detrimento da legalização das áreas por parte dos órgãos responsáveis. Não só isso, mesmo entre os produtores familiares, a situação de indefinição nos marcos legais no Estado propicia conflitos entre produtores, quase sempre não registrados ou divulgados, mas que geram problemas de convívio e desgastes sociais nas escalas locais.

Quando observado na tabela 23, os produtores (familiares e patronais) consideradas outras condições (arrendatário, parceiro e ocupante) é possível perceber que poucos são os estabelecimentos patronais, apenas 8%, nessas condições, no entanto ocupam 74% das terras registradas, sendo a maioria dessas contabilizadas para condição de ocupante. Já no caso da produção familiar a situação é inversa, pois os 82% só possuem 26% das terras, e essas são muito mais percebidas nas condições de arrendatários e parceiros. Essa diferenciação entre as duas categorias nessas condições em relação à terra pode ser interpretada como resultado da grilagem de terra por parte dos produtores patronais e a dependência dos produtores familiares para continuarem produzindo no campo sem ter sua própria área para morar e trabalhar.

Notadamente que a produção familiar se demonstra mais eficiente no uso da terra (famílias ou pessoas/área) como observado nas tabelas 22 e 23. Outro fator não menos importante da participação da produção familiar no agrário paraense diz respeito ao número de pessoas que ela ocupa, surpreendentemente muito maior do que na produção patronal. Enquanto essa, a patronal, ocupa apenas 18%, a produção familiar se faz responsável pela ocupação de 82% do total de pessoas registradas pelo censo agropecuário de 2006, como pode ser observado no gráfico 3.

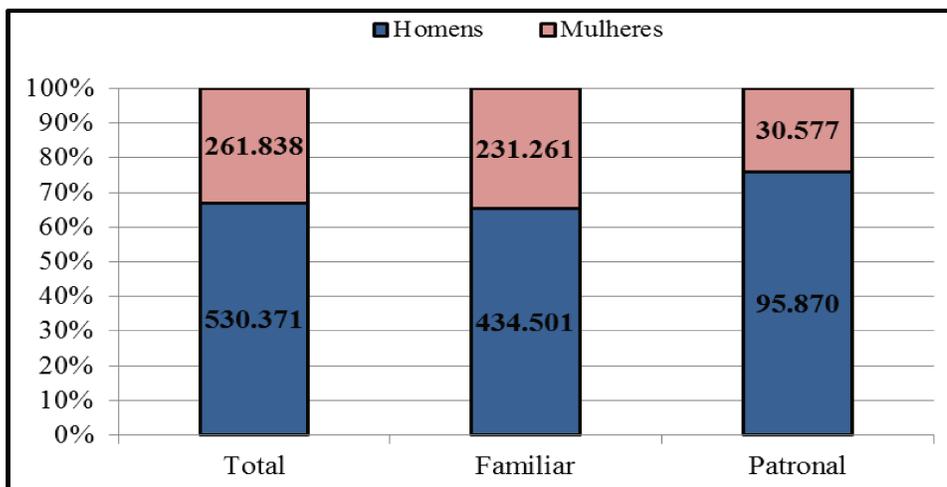


Gráfico 3 – Pará – Pessoal ocupado por sexo na produção familiar e patronal no ano de 2006.
 Fonte: Elaboração do autor a partir das séries estatísticas e históricas, 2011, IBGE.

No gráfico 3, além de se perceber o número de pessoas ocupadas expressivamente na produção familiar em relação à patronal, tem-se a melhor distribuição por sexo, sendo 65% dos ocupados homens e 35% mulheres. Já na produção patronal os homens são significativamente mais ocupados do que as mulheres, 76% do pessoal ocupado, enquanto as mulheres somam apenas 24% do total. Tal relação demonstra o caráter pouco distributivo e a falta de oportunidade para as mulheres realizarem atividades na produção patronal, priorizando a contratação de homens em suas atividades.

Por outro lado, nota-se na produção familiar o importante papel da mulher seja na responsabilidade compartilhada com o cônjuge ou na figura de chefe de família, que por um fator ou outro assume o estabelecimento e viabiliza a permanência da família na área e o funcionamento do sistema de produção. Na verdade, considera-se a mulher o sujeito extremamente responsável pela permanência e viabilidade da produção familiar, devido ao característico entusiasmo de se constituir a família. Sai da casa dos pais para estabelecer um novo núcleo familiar na condução de outro estabelecimento agropecuário, fixando desse modo em uma área para produzir, além do mais, as mulheres apresentam maior sensibilidade ao assumirem as atividades cotidianas e de se pensar o estabelecimento como todo, não simplesmente olhando para uma atividade ou prática a ser realizada no dia seguinte.

Pode-se assumir que não só a permanência mas também a diversidade da produção em muito corresponde à participação das mulheres nos estabelecimentos, por exemplo, entre os 150 produtores acompanhados tem significativa distinção entre os estabelecimentos em que há

presença da mulher (maior diversidade) em relação aos estabelecimentos em que os homens sozinhos desenvolvem suas atividades, fazendo o estabelecimento muito mais especializado em determinadas atividades, tornando esses estabelecimentos mais propícios à dependência de outros sujeitos, por exemplo, os patronais que estão no seu em torno.

Ao comparar o uso da terra entre estabelecimentos que a família se faz presente com aqueles que apenas o homem assume as atividades cotidianas, percebe-se uma distinção no uso da terra. A diferenciação faz-se mais latente quando observados os estabelecimentos que tendem à especialização com porções maiores de terras, formando uma paisagem de monocultivo e/ou extensas faixas de pastagem.

A tabela 24 apresenta os dados referentes à utilização da terra para as duas categorias, familiar e patronal, podendo se perceber quanto o estabelecimento patronal tende à pecuarização da terra com expressiva área com forrageiras para corte (93.259 ha) e vasta porção das terras com pastagens (plantadas em boas condições e degradadas) totalizando 6.792.757 ha, número esse que representa quatro vezes mais do que toda a área plantada com lavouras (familiar e patronal) no Estado do Pará.

Tabela 24 – Pará – Utilização das terras nos estabelecimentos familiares e patronais - 2006

	Estabel.	Área (ha)	Estabel.	Área (ha)	Estabel.	Área (ha)
Lavouras						
	Permanentes		Temporárias		Forrageiras para corte	
Total	84.901	1.021.470	101.405	730.739	102.753	117.946
Familiar	76.160	572.068	93.778	436.513	94.632	24.687
Patronal	8.741	449.402	7.627	294.226	8.121	93.259
Pastagens						
	Naturais		Pastagens plantadas degradadas		Pastagens plantadas em boas condições	
Total	24.046	1.781.808	23.174	1.067.720	79.220	7.975.590
Familiar	20.009	392.661	19.150	345.821	64.845	1.904.731
Patronal	4.037	1.389.146	4.024	721.899	14.375	6.070.858
Matas e/ou florestas						
	Matas e/ou florestas naturais*		Matas e/ou florestas naturais**		Florestas plantadas com essências florestais	
Total	52.341	4.170.811	82.689	4.201.223	1.543	67.015
Familiar	42.684	1.056.865	72.644	1.604.914	1.242	16.516
Patronal	9.657	3.113.946	10.045	2.596.310	301	50.499

* destinadas à preservação permanente ou reserva legal;

** menos área de preservação permanente e em sistemas agroflorestais.

Fonte: Elaboração do autor a partir do Censo Agropecuário – Agricultura Familiar, 2006, IBGE.

As áreas com forrageiras nos estabelecimentos patronais representam 79% de toda área destinada a esse tipo de lavoura. Tal percentual é distribuído em apenas 8% de todos os estabelecimentos que possuem registro da lavoura forrageira em seus sistemas de produção. Essa concentração também se percebe nos números de área de pastagem plantada seja em boas condições ou degradadas, em que apenas 18% dos estabelecimentos possuem 93% de toda área plantada com pastagem.

O problema da vasta porção de terra coberta por pastagem no Estado está atrelado em sua maioria aos incentivos destinados para o setor agropecuário que propiciou um sistema de criação extensivo, além disso, acrescenta-se à variável o fato de que para muitos terem pastagem significa o status de se tornar um fazendeiro, muito embora, não tenha condições de sustentar o manejo do rebanho e precise alugar ou abandonar as áreas de pastagens.

Importante no agrário paraense, os estabelecimentos familiares possuidores de florestas naturais fazerem melhor aproveitamento dos recursos, mediante práticas de uso múltiplo, conservando a floresta em pé. Apesar dos dados apresentarem maior concentração de áreas de florestas nos estabelecimentos patronais, não significa afirmar que há uma proteção, preservação ou conservação dessas áreas. Ao contrário, em muito se atribui a essas grandes áreas com florestas dos patronais o uso exacerbado e irracional dos recursos naturais, por exemplo, a extração ilegal de madeiras para o comércio fraudulento de espécies em extinção na Amazônia.

Acaba que a concentração da floresta em poder dos patronais se torna mercadoria a ser especulada, facilitando e contribuindo para maior concentração de capital. Tal fato tem sobremaneira corresponsabilidade do Estado, ora como proponente de incentivos à apropriação dos recursos por grandes grupos econômicos ora por estar omissos, não assumindo, via suas instituições o devido papel no monitoramento, controle, fiscalização e autuação junto aos responsáveis pelo uso degradante dos recursos naturais.

Quanto às lavouras permanentes e temporárias, é possível perceber, na tabela 24, que a produção familiar tem considerada participação nos números de áreas. No caso específico da lavoura permanente, a produção familiar responde por 56% do total da área enquanto a patronal assume 44% do montante. Poderia, desse modo, afirmar que a produção patronal relativamente contribui mais do que a produção familiar, pequeno número de estabelecimentos (8.741) detém quase metade da área que produz lavoura permanente no Estado.

Ao contrário, acredita-se que a prática de lavoura realizada pelos patronais está associado a dois problemas que precisam ser discutidos. O primeiro diz respeito à degradação ambiental que os estabelecimentos proporcionam ao possuir imensas faixas de terras. Num determinado momento, os custos de se tratar a lavoura aumentam enquanto o rendimento da terra diminui devido à redução na fertilidade do solo, sendo parte dessas áreas abandonadas ou repassadas para famílias (meeiros, parceiros, etc.) assumirem a condução da lavoura.

A condução da lavoura dos patronais por terceiros, representa o segundo problema. A concentração de área significa o uso de força de trabalho em condições de subemprego, exploração do trabalho de famílias que abandonaram suas terras acreditando que junto ao “patrão” a estabilidade seria maior, entendendo que os riscos assumidos diretamente são minimizados.

Por outro lado, a produção familiar ocupa 56% da área com 76.160 estabelecimentos, configurando significativa distribuição de áreas com lavouras perenes por famílias, caracterizando o uso das áreas por maior número de pessoas, sendo inclusive, essas porções de áreas melhor tratadas e proporcionando melhores rendimentos kg/ha, exemplo disso, é o rendimento da lavoura cacaueira no estado do Pará (Tabela 22), realizado principalmente na Transamazônica e em estabelecimentos familiares, em relação à Bahia estado em que a produção é realizada em estabelecimentos com áreas maiores.

Considerada eficiência da produção familiar em relação à patronal pode ser observada na tabela 25, na qual a produção está dividida entre produção vegetal em que se registram as principais lavouras e a produção pecuária com os rebanhos mais expressivos no estado do Pará.

Partindo de uma simples análise, verifica-se que o número de estabelecimentos familiares é expressivamente maior em todas as atividades desenvolvidas do que os estabelecimentos contabilizados como patronal. Detalhando o aproveitamento de cada atividade, nota-se que os produtores familiares respondem pelos produtos de imediata demanda local, regional e ainda contribuem no mercado nacional.

Dentre as lavouras temporárias os números de estabelecimentos familiares são expressivamente maiores. Os estabelecimentos que produzem arroz são 22.559 familiares enquanto os patronais somam 2.322; com produção de mandioca 64.078 são familiares e apenas

3.378 patronais; e com a produção de milho os estabelecimentos familiares somam 34.319 e os patronais o número de 3.249 estabelecimentos.

Tabela 25 – Pará - Produção Vegetal e Pecuária dos estabelecimentos familiares e patronais no ano de 2006

Produção vegetal		
	Familiar	Patronal
Arroz em casca		
Estabelecimentos	22.559	2.322
Quantidade produzida (kg)	220.454.050	43.385.385
Área colhida (ha)	175.801	27.057
Valor da produção (R\$)	98.558.318	22.004.884
Mandioca		
Estabelecimentos	64.078	3.378
Quantidade produzida (kg)	1.216.960.945	85.108.748
Área colhida (ha)	311.214	33.699
Valor da produção (R\$)	477.734.836	43.770.759
Milho em grão		
Estabelecimentos	34.319	3.249
Quantidade produzida (kg)	203.800.890	90.778.538
Área colhida (ha)	94.438	28.641
Valor da produção (R\$)	89.110.313	38.286.680
Pecuária		
	Familiar	Patronal
Bovinos		
Estabelecimentos	67.704	15.459
Número de cabeças em 31.12	4.390.039	8.964.819
Leite de vaca		
Estabelecimentos	21.709	5.626
Quantidade produzida (litros)	298.529.829	140.034.965
Valor da produção (R\$)	95.455.617	48.548.208
Aves		
Estabelecimentos	93.148	13.085
Número de cabeças em 31.12	5.207.842	11.375.957
Ovos de galinha (dz)	6.154.189	21.951.037
Valor da produção dos ovos (R\$)	16.097.569	56.157.835
Suínos		
Estabelecimentos	42.035	7.103
Número de cabeças em 31.12	556.321	149.202
Valor da produção (R\$)	42.343.948	13.755.025

Fonte: Elaboração do autor a partir do Censo Agropecuário – Agricultura Familiar, 2006, IBGE.

As diferenciações numéricas expressam a tendência da produção agropecuária do agrário paraense, na qual a produção familiar assume o papel de produtora de produtos alimentícios de baixo valor econômico, mas que atendem às suas necessidades básicas imediatas e, além disso, coloca em circulação no mercado local e/ou regional o excedente produzido no ciclo agropecuário.

A produção de mandioca tem maior expressividade dentre as lavouras temporárias. As famílias produzem elevado percentual todos os anos. Em 2006, a produção estimada foi de 1.216.960.945kg, enquanto os estabelecimentos patronais produziram apenas 85.108.748kg. Como já mencionado, essa é uma lavoura estratégica no sistema de produção familiar, por facilitar o estoque e ser beneficiada em farinha e comercializada em qualquer período do ano.

Ao observar a produção pecuária ratifica-se que a criação bovina é realizada em sua maioria percentual por estabelecimentos patronais totalizando com apenas 15.459 estabelecimentos um plantel de 8.964.819 cabeças, já a produção familiar com número superior de estabelecimentos (67.704) possui um rebanho de 4.390.039 cabeças. Interessante destacar na criação bovina a aptidão do rebanho mediante os valores de leite produzido pelo rebanho manejado nos estabelecimentos familiares e patronais.

A produção de leite é expressivamente maior no conjunto de estabelecimentos familiares (21.709), valor estimado em 298.529.829 litros em 2006, ao passo que a produção patronal produziu 140.034.965 litros. Além do valor elevado, é importante frisar que boa parte do leite dos estabelecimentos familiares responde pela alimentação direta dos membros da família e também serve como complemento na alimentação das criações de médio porte, principalmente, suínos.

A tabela 26 ajuda a compreender o quanto a produção familiar tem contribuído para os números do Estado considerado o volume de produção. Por outro lado, a tabela 26 suscita a ideia de ser uma produção não específica de mercado, voltada muito mais para o abastecimento familiar, uma vez que os valores de receita estabelecidos com a produção familiar aproximam-se dos gerados pelos patronais, mesmo com quantidades expressivamente maior de estabelecimentos.

No caso dos produtos vegetais, a produção familiar gerou a receita (em 1.000) de R\$ 1.121.232, ou seja, 65% do valor total enquanto a produção patronal com apenas 9.485 obteve a receita (em 1.000) no ano de 2006 de R\$ 606.477, 45% do total de receita gerada no referido ano.

Há proporção entre receita e estabelecimento muito mais significativa nos estabelecimentos patronais do que nos familiares, representando R\$ 10.762,00 para cada estabelecimento familiar/ano ao passo que o patronal tem uma proporção de R\$ 63.941,00 para cada estabelecimento ano.

Tabela 26 – Pará – Receitas obtidas, por tipo, em estabelecimentos familiares e patronais no ano de 2006

	Produtos vegetais		Animais e seus produtos		Animais criados em cativeiros*		Produtos da agroindústria	
	Estabel.	Valor (1.000 R\$)	Estabel.	Valor (1.000 R\$)	Estabel.	Valor (1.000 R\$)	Estabel.	Valor (1.000 R\$)
Total	113.670	1.727.708	79.299	454.199	835	19.564	40.238	424.202
Familiar	104.185	1.121.232	68.273	206.729	622	1.848	38.071	372.423
Patronal	9.485	606.477	11.026	247.470	213	17.716	2.167	51.779

*jacaré, escargô, capivara e outros.

Fonte: Elaboração do autor a partir do Censo Agropecuário – Agricultura Familiar, 2006, IBGE.

Em todas as produções, as receitas são muito mais expressivas para os estabelecimentos patronais do que nos familiares, os produtos das agroindústrias apresentam o valor de R\$ 9.782,33 para cada estabelecimento familiar enquanto para os estabelecimentos patronais o valor estimado foi de R\$ 23.894 por estabelecimento patronal/ano. Destaque na formação de receita está na relação que os produtos animais e seus derivados estabelecem, já que o número de estabelecimento e produção (tabela 26) elevado da produção familiar corresponde com pequena proporção de receita por estabelecimento ano. A saber, a produção familiar proporcionou em 2006 o valor de R\$ 3.027,98 por outro lado a produção patronal chegou ao valor de R\$ 22.444,19 por estabelecimento/ano.

As receitas geradas, na tabela 26, além de caracterizarem a produção voltada para alimentação da família e viabilidade de funcionamento dos estabelecimentos podem subsidiar a interpretação do capital quando não promove a espoliação ou se apropria dos meios de produção assume a postura de intermediar a produção gerada nos estabelecimentos familiares. A interferência no momento da circulação, ocorrida normalmente devido às fragilidades nas cadeias de comercialização, permite aos intermediários (atravessadores) barganharem no momento da compra determinando a formação do preço do produto e diminuindo o retorno financeiro dos produtores com suas lavouras e criações.

Esse contexto de atrelamento por parte dos produtores familiares em relação às dinâmicas capitalistas ou simplesmente às estratégias dos produtores patronais acarreta uma

dependência das famílias a outras formas de receitas, que em determinados casos só assim se faz possível a manutenção dos estabelecimentos devido ao adicional gerado com os valores adquiridos em aposentadorias, pensões, salários e outras formas de entrada de recursos financeiros. Quando isso ocorre, a produção agropecuária gerada pela família assume a responsabilidade de abastecimento e as outras receitas garantem a contratação esporádica de força de trabalho, aquisição de novos equipamentos e mantimentos diversos, condicionando os estabelecimentos a uma dinâmica compartilhada quanto às estratégias de reprodução.

Na tabela 27, apresentam-se os valores de entrada de outras receitas pelos estabelecimentos familiares e patronais no ano de 2006, pode-se perceber que a produção familiar mantém vínculos relativamente importantes quanto aos valores obtidos nas diferentes categorias de outras receitas. A produção patronal por sua vez possui números baixos em relação às outras formas de receitas obtidas, com exceção das receitas geradas por salários fora dos estabelecimentos, em que os 7.759 estabelecimentos contabilizaram o montante (em 1.000) de R\$ 65.565, caracterizando a relação desses estabelecimentos com outras atividades econômicas, muito provavelmente, nos núcleos urbanos.

Tabela 27 – Pará – Outras receitas obtidas, por tipo, em estabelecimentos familiares e patronais no ano de 2006

	Aposentadorias ou pensões		Salários (fora do estabelecimento)		Doações de parentes ou amigos		Programas especiais dos governos	
	Estabel	Valor (1.000 R\$)	Estabel	Valor (1.000 R\$)	Estabel	Valor (1.000 R\$)	Estabel	Valor (1.000 R\$)
Total	19.971	97.764	24.037	117.039	1.940	2.593	26.087	29.407
Familiar	18.538	89.598	16.278	51.474	1.665	1.787	24.197	27.344
Patronal	1.433	8.166	7.759	65.565	275	806	1.890	2.064

Fonte: Elaboração do autor a partir do Censo Agropecuário – Agricultura Familiar, 2006, IBGE.

Nas demais receitas, aposentadorias, doações e programas especiais dos governos, o volume de recursos financeiros contabilizados nos estabelecimentos familiares é notadamente maior. Os valores com aposentadoria, por exemplo, são 92% do total verificados nos estabelecimentos familiares, doações de parentes ou amigos somam 69% e, por fim, os programas especiais dos governos geraram a receita para as famílias no valor de R\$ 27.344 no ano de 2006, representando 93% do valor total para o referido ano.

A contribuição feita por essas rendas extras acaba sendo baixa por estabelecimentos, mas mesmo assim se faz de extrema importância para a dinâmica das famílias, tendo casos de determinados meses do ano que essas rendas são mais elevadas do que as geradas com a produção, casos percebidos entre os cento e cinquenta produtores acompanhados em 2008.

De certo modo, essa formatação tomada pela produção familiar no estado do Pará, dependência de agentes atravessadores para comercializar os produtos, formando quase sempre o preço e a movimentação do sistema de produção devido à entrada de outras receitas, suscita pensar que a produção familiar esteja descaracterizando-se como tal. É dessa forma que ela ainda se faz presente e permanente no espaço agrário. Respondendo a esses diferentes estímulos os produtores familiares vão se adaptando e readequando suas estratégias para continuarem enquanto sujeitos territoriais. São as diferentes relações, bases materiais e contextos sociais que vão proporcionar ampla e complexa diversidade de racionalidades entre os diferentes produtores familiares.

A produção familiar não só permanece como se viabiliza participante e contribuinte com os números do Estado, muito embora, sejam com poucos incentivos governamentais, políticas desconectadas da realidade das famílias produtoras e sofrendo pressão constantemente dos médios e grandes capitalistas. A afirmação de que a produção familiar contribui para o Estado se verifica ao analisar os números do PIB em que consta significativa participação dos resultados obtidos por produtores familiares. E, além disso, ao se considerar a economia invisível e as relações sociais estabelecidas por esses produtores não mensuradas e valorizadas nas formas oficiais faz-se ainda mais expressiva a contribuição.

Na tabela 28 é apresentada uma pequena série (2002 a 2004) dos dados do PIB, sendo possível verificar que no estado do Pará, diferente do que ocorre em linhas gerais para o Brasil a produção familiar responde de maneira igual à produção patronal. A participação relativa da produção familiar esteve nos anos de 2002 a 2004 próximo a 10% ao passo que a produção patronal girava na margem de 20% do PIB total brasileiro.

Tabela 28 – Pará – Participação da produção familiar no PIB do Estado nos de 2002 a 2004.

	2002	2003	2004
PIB Total Brasil	1.795.776.452	1.805.562.622	1.894.035.191
% PIB da Produção Agropecuária Familiar	9,25	10,07	9,6
% PIB da Produção Agropecuária Patronal	19,61	20,52	20,3
PIB Total do Pará	34.035.361	33.897.064	36.661.974
% PIB da Produção Agropecuária Familiar	20,81	21,84	21,68
% PIB da Produção Agropecuária Patronal	24,46	26,18	23,25

Fonte: Elaboração do autor a partir do PIB da Agricultura Familiar de Guilhoto et al./MDA, 2007.

No estado do Pará, as variações por ano da participação de familiares e patronais estão próximas e apresentaram respectivamente a média de 21,68% e 24,46%, sendo as participações no PIB compostas pelos produtores familiares devido aos números principalmente das lavouras enquanto os patronais participam com os números relativos às criações de animais. A saber, o PIB agropecuário paraense em 2005, segundo Guilhoto et al. (2007) foi composto por 47% da produção oriunda dos estabelecimentos familiares e 53% dos estabelecimentos patronais. A participação familiar teve seu valor constituído por 53% da produção de lavouras, já o valor gerado pelos patronais do seu total 57% foi referente aos resultados produzidos pelas criações e seus derivados.

Ratificando a ideia de participação da produção familiar no contexto paraense, tem-se a seguir a sistematização dos dados de produção segundo estratificação por área. O agrupamento foi feito em quatro categorias: até 100 ha; entre 100 e 500 ha; entre 500 e 2.500 ha e mais do que 2.500 há. Tal exercício serve para esboçar onde se concentra maior faixa da produção por área, a intensificação do uso da terra. Fica explícito o importante papel dos estabelecimentos com menos de 100 ha na economia agropecuária do Estado, sendo bem verdade que não se pode assumir que todos esses estabelecimentos estejam na condição de produtores familiares, mas é possível considerar que dentre eles a participação familiar seja mais expressiva do que a patronal (cf. tabelas 23 e 24).

O gráfico 4 apresenta os dados referentes à produção de arroz (número de estabelecimentos, produção e o que foi vendido dessa). Notavelmente se tem que os estabelecimentos na primeira faixa de análise (menos de 100 ha) têm o maior volume de produção no ano de 2006. É importante verificar que apenas 34,7% dessa produção foi vendida o que representa a estratégia de se ter a produção para alimentação familiar.

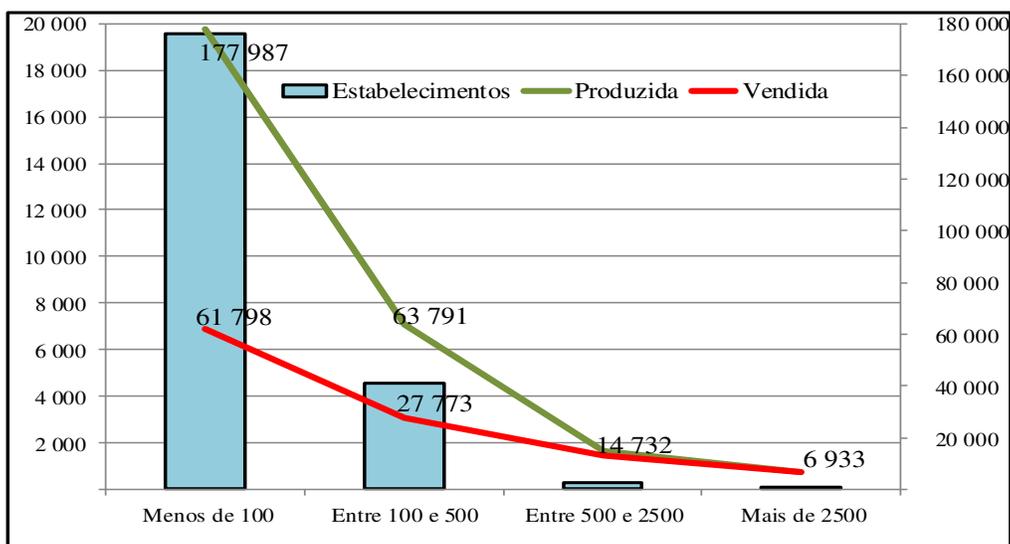


Gráfico 4 – Pará – Produção de Arroz por estrato de área em 2006.
 Fonte: Elaboração do autor a partir do Censo Agropecuário, 2006, IBGE.

No gráfico 4, verifica-se que com o aumento do tamanho dos estabelecimentos ocorre a diminuição da produção da lavoura de arroz, tendendo à aproximação entre os índices registrados para o consumo e para a venda, ao ponto da produção obtida ser praticamente toda vendida, como nos casos dos estabelecimentos acima de 500 ha. Demonstrando a inversão na estratégia central de produção, alcançar participação no mercado com os produtos, normalmente essa produção é realizada por força de trabalho contratado nas diferentes formas que acontecem na Amazônia (salário, troca de dias por produto, moradia, etc.).

O mesmo comportamento gráfico pode ser notado na lavoura mandioca (gráfico 5) que apesar de números expressivamente maiores tem-se os estabelecimentos com menos de 100 ha produzindo a menor parte da produção para venda (39,9% do total), enquanto a maior parte da produção atende à demanda alimentícia das famílias, sendo hábito natural da população local a alimentação com base na farinha, mais até que o arroz, em muito dos estabelecimentos paraenses.

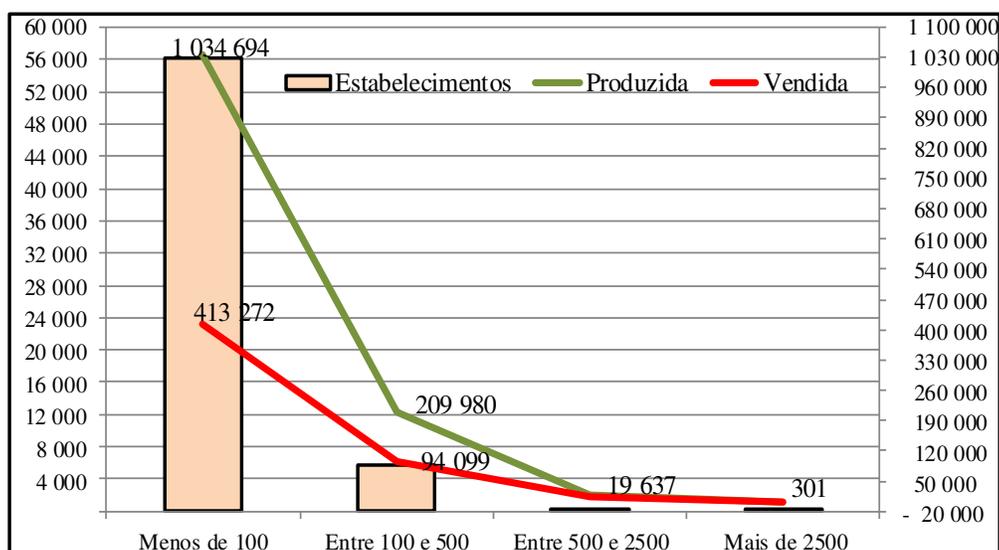


Gráfico 5 – Pará – Produção de Mandioca por estrato de área em 2006.
 Fonte: Elaboração do autor a partir do Censo Agropecuário, 2006, IBGE.

Nota-se no gráfico 5, que as curvas reduzem significativamente no estrato de estabelecimentos entre 100 e 500 ha, assim como na análise feita para lavoura de arroz, são menores estabelecimentos que desenvolvem essa atividade e mantêm a média de venda do produto em torno dos 40% do total da produção. No estrato acima de 2.500 ha apenas 301 estabelecimentos registraram a produção de mandioca em seus sistemas produtivos, marcando o fato de baixo investimento e pouca expectativa de retorno financeiro com o produto, sendo normalmente de responsabilidade dos trabalhadores que ocupam parte da terra para morar enquanto atendem ao “patrão” com seus serviços, principalmente o de vaqueiro ou meeiro na lavoura de cacau.

A lavoura de milho apresentou, no ano de 2006, comportamento relativamente diferente considerando as lavouras de arroz e mandioca como base, sendo explicitado no gráfico 6 a seguir. No primeiro estrato (menos de 100 ha), com um pouco mais de produto vendido se seguiu a tendência das demais lavouras, menor porção comercializada, 44,2% do total produzido foi vendido.

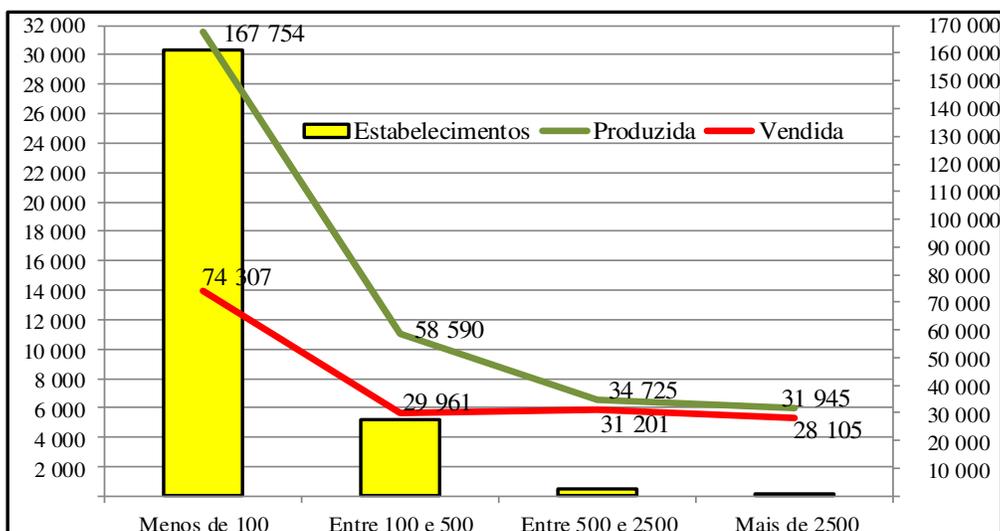


Gráfico 6 – Pará – Produção de Milho por estrato de área em 2006.

Fonte: Elaboração do autor a partir do Censo Agropecuário, 2006, IBGE.

Nos demais estratos, os números produzidos foram maiores se considerar como parâmetro a produção feita nos estabelecimentos com menos de 100 ha, ou seja, os estabelecimentos entre 100 e 500 ha, entre 500 e 2.500, mas principalmente os estabelecimentos acima de 2.500 ha tiveram uma produção proporcionalmente maior em relação à realizada pelos estabelecimentos com menos de 100 ha do que nas demais lavouras. O fato é que a lavoura de milho é utilizada como complemento alimentar nos sistemas de criações de pequeno, médio e de grande porte.

A participação dos produtores familiares não se restringe às lavouras temporárias, pois esses assumem significativa responsabilidade na produção da lavoura cacaueteira no estado do Pará. Como pode ser verificado na tabela 29 a seguir, em que consta o número quase total de estabelecimento produtores de cacau no estrato de até 100 ha, 99,8% dos estabelecimentos responsáveis pela produção de 27.950t contabilizada no ano de 2006.

Tabela 29 – Pará – Produção da Lavoura Cacaueteira por estrato de área no de 2006

Grupos de Área (ha)	Estabel.	Produzido (t)	Área Colhida (ha)	Rendimento (t/ha)	Pés Plantados em 2006 (1.000 pés)
Menos de 100	7.636	27.950	34.469	0,81	4.442
Entre 100 e 500	13	903	2.095	0,43	125
Mais de 500	1	35	550	0,06	-

Fonte: Elaboração do autor a partir do Censo Agropecuário, 2006, IBGE.

A eficiência da produção nos estabelecimentos com menores porções de terra é esboçada no rendimento (t/ha) sendo de 0,81 em média para os estabelecimentos que estão no estrato de até 100 ha à medida que os estabelecimentos acima de 100 ha apresentam rendimentos cada vez menores, sendo inversamente proporcionais ao tamanho de área colhida.

É importante destacar que os estabelecimentos que contribuem para o elevado número de produção no estrato de até 100 ha por mais que mantenham a racionalidade familiar nos sistemas de produção são produtores capitalizados e com patrimônio consolidado em infraestrutura e equipamentos, a exemplo disso, dentre os cento e cinquenta produtores acompanhados durante a pesquisa, os produtores mais capitalizados ou com estrutura de produção foram caracterizados como produtores de cacau ou criadores de gado bovino.

Fato interessante de ser observado na tabela 29 é o investimento realizado na lavoura em 2006, apresentando o número (em 1.000 pés) de 4.442 novos pés plantados no estado do Pará, o valor em reais por pé plantado é consideravelmente elevado se comparado a outras lavouras, demonstrando expectativas de permanência e melhoria nos sistemas de produção. Os produtores que fazem esse tipo de investimento tendem a se especializar, diminuindo a participação de outras lavouras, sobremaneira as temporárias. Por agregarem valores inferiores que os resultados da lavoura cacauífera, provocando as famílias a adquirirem os produtos temporários (arroz, milho) com os vizinhos ou outros produtores ao invés de destinarem mão de obra familiar ou força de trabalho contratada nas atividades temporárias, priorizando durante todo o ano a lavoura cacauífera.

Diferente do que acontecem com essas, as lavouras temporárias (arroz, mandioca e milho) e com a lavoura cacauífera, as lavouras de soja e cana de açúcar no estado do Pará apresentam comportamento inverso, a maior parte da produção se encontra nos estabelecimentos com grandes porções de terras seguindo a tendência do agrário nacional.

O gráfico 7 esboça o comportamento da curva para os diferentes estratos por área e nitidamente se tem que o volume de produção está nos estabelecimentos com áreas entre 500 e 2.500 ha sendo toda a produção vendida às empresas responsáveis pela comercialização do produto no Pará.

Percebe-se, mesmo nos estabelecimentos com maior volume de produção, que a soja ainda não se consolidou como uma lavoura determinante na produção agropecuária paraense, pois apresenta valores relativamente baixos em toneladas comparados às demais lavouras.

Acredita-se que além da dificuldade de implantação da lavoura no Estado devido às características pedológicas tem-se a limitação quanto ao custo de investimento para se implantar e tratar a lavoura, até mesmo, no pós colheita.

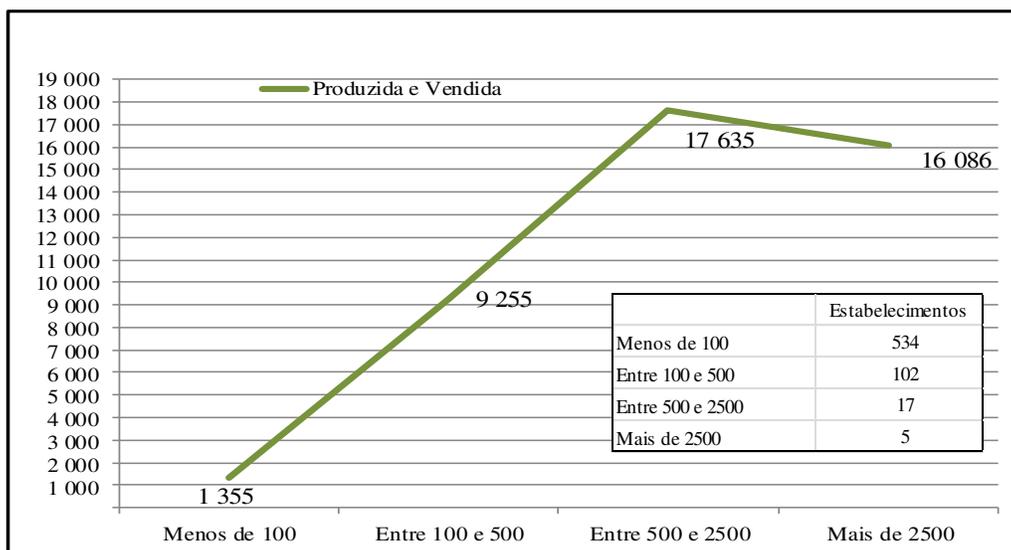


Gráfico 7 – Pará – Produção de Soja por estrato de área em 2006.

Fonte: Elaboração do autor a partir do Censo Agropecuário, 2006, IBGE.

O gráfico 7 contribui também para a interpretação da lavoura soja ser além de intensiva em capital uma atividade com melhores resultados no uso extensivo de terras, por exemplo, os estabelecimentos que possuem mais de 2.500 ha são apenas 5 registrados em 2006 e esses apresentaram uma média de rendimento igual a 3.217,20 t/estabelecimento e os estabelecimentos com áreas entre 500 e 2.500, 17 estabelecimentos, tiveram o rendimento de 1.037,35 t/estabelecimento. Em áreas menores, os valores são ainda mais inferiores.

Poucos foram os estabelecimentos que registraram a lavoura de cana de açúcar no censo de 2006. O total no Estado foi de oitenta e oito (88) estabelecimentos, sendo que a maior concentração de estabelecimento está nos estratos entre 100 e 500 ha e de 500 ha a 2.500 ha. No entanto, esses estabelecimentos possuem a menor produção contabilizada, inclusive com baixíssimo rendimento de toneladas por estabelecimento.

Assim como na lavoura de soja, a cana de açúcar tem melhores rendimentos nos estabelecimentos com maiores porções de terra, a saber, os estabelecimentos com mais de 2.500 ha apresentaram o rendimento médio de 3.553,75 toneladas. Chama atenção no gráfico 8 a

quantidade produzida no estrato com menos de 100 ha, uma vez que os 14 estabelecimentos geraram 4.490t proporcionando o rendimento médio de 320,71t por estabelecimento.

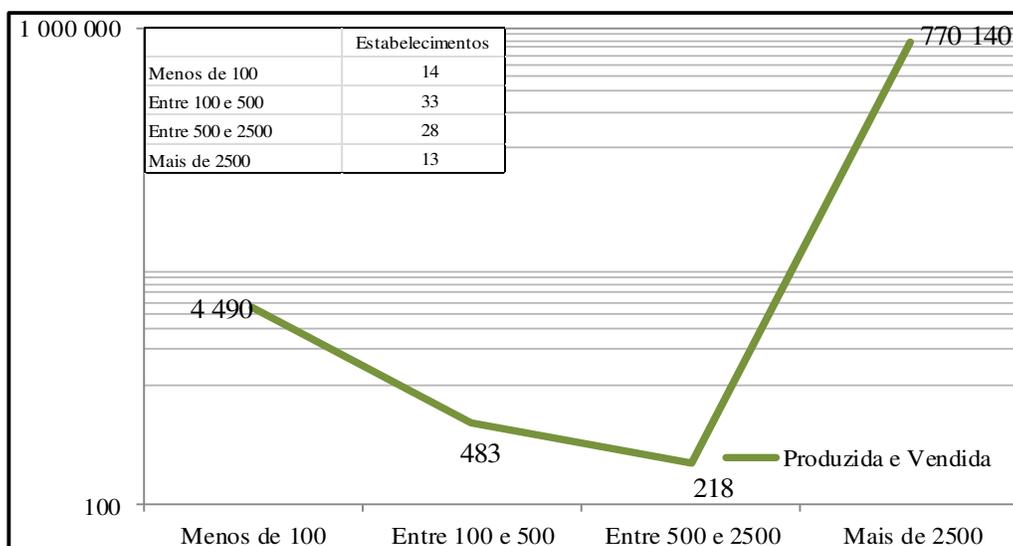


Gráfico 8 – Pará – Produção de Cana de açúcar por estrato de área em 2006.

Gráfico elaborado na base log. 10.

Fonte: Elaboração do autor a partir do Censo Agropecuário, 2006, IBGE.

Essas lavouras (soja e cana de açúcar) não são tão expressivas na produção agropecuária paraense, menos ainda, ao se considerar somente a participação dos produtores familiares. Assume-se essa afirmação por observar nos dados referentes aos Estados no censo de 2006 que existem áreas com a produção agropecuária especializada em soja e em cana de açúcar. As regiões Centro Oeste e Sudeste do país são as que apresentam os maiores valores dessas produções por Estado.

Dentre as atividades agropecuárias consideradas de exportação, a pecuária é a que possui maior participação da produção familiar. Participação essa marcada por sérios problemas, desde a forma que os sistemas de criação foram implantados até as relações estabelecidas entre os produtores patronais e os familiares.

As relações estabelecidas entre os diferentes criadores (patronais e familiares) sempre favoreceram os detentores de capital. Os produtores familiares no período de ocupação do território foram responsáveis por “amansar” a terra, abrindo novas áreas de floresta para plantarem capim e sem condições de investir na compra de animais, para iniciar sua criação, acabavam alugando o pasto por valores irrisórios ou vendendo suas terras para os produtores patronais, com isso deslocavam-se para uma nova frente de abertura.

Atualmente, a relação favorece aos produtores patronais por controlarem o mercado do produto, assim, determinam normalmente o preço e a quantidade na relação de negócios com os produtores familiares. De certo modo, eles “terceirizaram” uma etapa do processo do sistema de criação com a participação da produção familiar no intuito de minimizar os custos ao abaterem o rebanho. Os patronais estão se especializando na engorda do boi e os produtores familiares tendo que assumir a cria e a recria, funcionando como fornecedores de matéria prima responsáveis pelos custos iniciais da cadeia.

Nesse processo, os patronais repassam com elevados preços as matrizes para os familiares ao mesmo tempo em que assumem a compra dos bezerros na época ideal de venda. O mecanismo faz dos produtores familiares corresponsáveis pelo desmatamento no estado do Pará e dependentes de uma relação danosa ao funcionamento dos estabelecimentos devido à tendência a se especializarem e por ocuparem a mão de obra familiar mal remunerada pela atividade pecuária.

A atividade bovina é concentrada e influenciada pelos grandes pecuaristas sejam os latifundiários ou empresários patronais, no entanto, o envolvimento dos produtores familiares facilita a reprodução e a ampliação do capital e, por isso, são estimulados a realizarem a criação de gado bovino, principalmente com aptidão de corte, Essa situação tem contribuído para elevação do número de rebanho no Estado e também tem influenciado na relação entre rebanhos de corte e leiteiro, aumentando o efetivo com aptidão para o corte ao mesmo tempo que o rebanho para ordenha tem se reduzido.

No ano de 2006, como apresentado na tabela 30 a proporção de vacas ordenhadas em relação ao efetivo total de bovinos é muito baixa, independente do estrato por área que os criadores estejam, o que reforça a ideia de ampliação do rebanho de corte.

O número de vacas ordenhadas no estado do Pará só representa 3% do efetivo total (13.354.858 cabeças) verificado no ano de 2006. Quando considerada a análise por estrato, os estabelecimentos que apresentam maior percentual de vacas ordenhadas estão entre 50 e 100 ha, o efetivo total contabilizado para esse estrato (1.039.831 cabeças) tem-se o maior percentual (9%) de vacas sendo ordenhadas. Entre os demais estratos os percentuais são de 7% para os que possuem menos de 50 ha e estão entre 100 e 200 ha ao passo que os estabelecimentos que concentram mais de 200 ha o percentual de vacas ordenhadas é somente de 2%, demonstrando

que o efetivo (10.021.829) criado em maiores extensões de terras, realmente atende à demanda de bovino de corte.

Tabela 30 – Pará – Efetivo bovino e vacas ordenhadas por estrato de área no de 2006

Grupos de Área (ha)	Estabelecimento	Número de cabeças	Estabelecimento	Vacas ordenhas
Menos de 50	45.576	949.958	10.422	67.511
Entre 50 e 100	15.446	1.039.831	6.640	89.810
Entre 100 e 200	10.051	1.343.240	4.852	98.733
Mais de 200	12.090	10.021.829	5.342	178.315

Fonte: Elaboração do autor a partir do Censo Agropecuário, 2006, IBGE.

Além do efetivo por estrato apresentado na tabela 30 é importante destacar a redução no número de estabelecimentos que praticam a criação e possuem vacas ordenhadas em 2006. Os estabelecimentos com menos de 50 ha expressam o maior número (10.422 estabelecimentos) na condição de terem vacas ordenhadas, atrela-se ao fato do leite responder como produto alimentício. O aumento da porção de terras proporciona a diminuição no número de estabelecimentos onde se pratica a ordenha, suscita afirmar ser devido à redução do número de pessoas nesses estabelecimentos ocasionada pela menor participação da família nos mesmos.

No gráfico 9, é possível perceber que o efetivo bovino é encontrado com maior número nos estabelecimentos que estão na estratificação mais de 2.500 ha. Nos estabelecimentos do estrato menos de 100 ha o efetivo (3.023.260 cabeças) caracteriza pequenos rebanhos com média de 53 cabeças por estabelecimento. Nesses estabelecimentos, está o maior número de vacas ordenhadas em 2006 explicitando ser um rebanho misto e não exclusivamente de corte, o problema que o sistema de criação segue a mesma lógica da maioria dos criadores, pecuária extensiva.

Com o ritmo imposto até esse momento da história amazônica, os estabelecimentos em pouco tempo terão toda sua paisagem formada por pastagem ao se considerar que o maior número de estabelecimentos está na faixa de 75 ha de área total (Tópico III.1) e que o efetivo médio é de 53 cabeças, quase 1 uma cabeça por hectare.

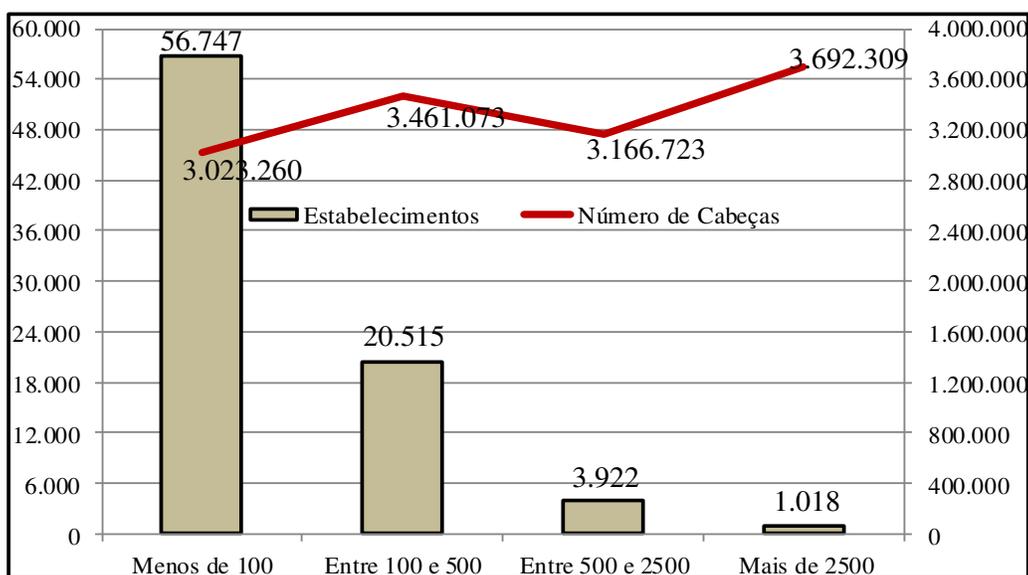


Gráfico 9 – Pará – Efetivo de rebanho bovino por estrato de área em 2006.

Fonte: Elaboração do autor a partir do Censo Agropecuário, 2006, IBGE.

A situação encontrada nos estabelecimentos com mais de 2.500 ha é mais alarmante. Além da criação, quase toda no formato extensivo, o número de cabeças por estabelecimento em média é significativamente elevado, 3.627 cabeças/estabelecimento, representando a concentração da atividade sob a responsabilidade de pequeno número de produtores. Enquanto no estrato menos de 100 ha são 56.747 no estrato mais de 2.500 ha são 1.018 estabelecimentos, ou seja, esses detêm 28% de todo efetivo bovino do estado do Pará.

Nas demais criações, aves e suínos, os efetivos de animais são encontrados nos estabelecimentos de menores porções de terra. As galinhas, frangos e pintos, representam 13.486.332 cabeças criadas somente em estabelecimentos que possuem menos de 100 ha de terra, considerando o número estimado de estabelecimentos em 2006, 80.666, proporciona-se uma média de 167 cabeças por estabelecimentos, portanto, expressivo plantel por família.

O plantel nos estabelecimentos com menos de 100 h significa 83% de todo o efetivo estimado no censo de 2006, sendo que o número encontrado nos estabelecimentos com mais de 2.500 ha não ultrapassa as 36.000 cabeças, mesmo assim, estabelece a média de 74 cabeças por estabelecimento, ratificando a ideia da criação de galinhas, frangos e pintos como atividade reguladora nos sistemas de produção, independentemente dos tamanhos de área.

No caso das criações de médio porte, elas apresentam comportamento diferente entre suínos, caprinos e ovinos. O efetivo de suínos se faz mais presente nos estabelecimentos com no

máximo 500 ha, sendo 415.184 cabeças nos estabelecimentos com menos de 100 ha que somam um pouco mais de 35.000 e 141.270 cabeças nos estabelecimentos que possuem entre 100 e 500 ha (menos de 10.000 estabelecimentos).

Os efetivos de caprinos e ovinos são maiores em proporção cabeça/estabelecimento nos estratos entre 500 e 2.500 ha e mais de 2.500 ha, justifica-se essa diferença devido às necessidades das criações quanto ao manejo. Os suínos normalmente são criados em chiqueiros improvisados enquanto os caprinos e ovinos demandam áreas de pastagem e em certos momentos adentram nos roçados dos vizinhos, inviabilizando a criação desses animais nos estabelecimentos com pequenas porções de terras.

A produção familiar apresenta expressiva participação nos números agropecuários. Bem verdade, que a consolidação dessa produção no espaço agrário paraense se faz a partir de estímulos que lhe são gerados, principalmente os incentivos financeiros e as oscilações positivas nos preços dos produtos. Na história da diversidade da produção familiar, de independência lógica, das estratégias incondicionadas, a liberdade de relações sociais, a autonomia sócio produtiva foi sendo eliminada à medida que as relações de dependência geradas por esses tipos de estímulos interferiram nos meios de vida das famílias paraenses.

A interferência do capital na estruturação do espaço agrário paraense, independente da forma utilizada, provoca a movimentação da fronteira no interior do estado do Pará, transformando as racionalidades de produção dos familiares agropecuários. Portanto, acredita-se que há uma subdivisão no estado paraense determinado pelo grau e intensidade do capital, constituindo pelo menos três distintos territórios⁴⁷.

III.4. Possível interpretação para estruturação do espaço agrário paraense

A estruturação do espaço agrário no estado do Pará, muito mais do que na vasta extensão de terra tem origem na determinação diferenciada do capital e suas consequências no tempo. Dentre essas consequências está a estrutura fundiária, a importância de produtos para o mercado, localização geográfica e os conflitos sociais no campo.

⁴⁷ Não há nessa análise qualquer referência a divisão proposta atualmente por alguns para o estado do Pará, o que se percebe é mera coincidência nos aspectos gerais da organização políticas com os elementos trabalhados nas elucubrações feitas no exercício de entender o desenvolvimento capitalista no Estado.

Nesse sentido, ao interpretar o atlas agrário do estado paraense propõe-se que seja feito considerando pelo menos três territórios, os quais coincidem com as áreas de abrangências das Superintendências do Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.

Utiliza-se da divisão adotada pelo INCRA para explicitar a compreensão que se faz do movimento de interferência capitalista no interior do Pará. Portanto, a área com mais tempo de ocupação, constitui o que se define como Território Consolidado, coincidindo com a área de atuação da Superintendência Regional 01 (SR 01) que tem sede no município de Belém e agrega as Mesorregiões Metropolitanas de Belém, Marajó e Nordeste Paraense.

As Mesorregiões do Sul e Sudeste do Estado são o que se considera Território Aberto, porém Controlado, que tem como marco histórico o massacre de Eldorado dos Carajás e a territorialidade dos movimentos sociais do campo. As ações e reivindicações dos movimentos sociais “forçaram” à época a criação da Superintendência Regional 27 (SR – 27), em 1996, sediada em Marabá que assume a responsabilidade do Território Aberto, porém Controlado (As Mesorregiões do Sul e Sudeste do Estado).

O Território Expansão caracteriza-se pela área da Superintendência Regional 30 (SR – 30) que tem em Santarém sua sede e congrega as Mesorregiões do Baixo Amazonas e a Sudoeste do Estado. Apesar de existir por parte dos atores sociais das Mesorregiões a demanda histórica de uma gerência mais próxima às áreas, a SR - 30 só foi fundada em 2007, período após o acirramento dos conflitos por terra na região da Transamazônica e que ganhou repercussão com o assassinato da missionária Dorothy Stang, em 12 de fevereiro de 2005. Esse território caracteriza o conflito e a disputa recente pela terra entre os produtores familiares e grandes capitalistas, estruturando o espaço com diferentes sujeitos territoriais com velhas e novas dinâmicas sócio-produtivas.

A divisão nos três territórios caracteriza a história de ocupação e uso das terras no estado do Pará pelos capitalistas. Esses formam três momentos de fronteira agropecuária no interior do Estado, assim como apresentam características distintas no espaço agrário, desde o tamanho dos módulos rurais, as práticas e tendências de produção.

Segundo Carvalho (2000), o Nordeste Paraense e áreas próximas a Belém (Território Consolidado), têm sua ocupação em função da mobilidade interna de paraenses após a queda da economia da borracha e devido à migração de nordestinos fugindo do processo de seca.

Desde os meados do século XIX, especialmente com a grande seca do Nordeste em 1877, migram para a Amazônia nordestinos em grandes levas, tanto de forma

“organizada” por governos, como de forma espontânea. A atividade econômica principal, o extrativismo-exportador, necessitava da agricultura para subsidiá-la (SANTOS, 1980; MOURÃO, 1989). Belém, como polo comercial, aumento de sua capacidade como mercado consumidor de alimentos básicos e de matérias-primas, permitindo a expansão da agricultura familiar em áreas próximas (CARVALHO, 2000: 58).

Uma característica que resulta desse processo de ocupação são os tamanhos das áreas ocupadas pelas famílias, que em sua maioria, utilizam pequenas porções de áreas para o cultivo de lavouras que abastecem diretamente o mercado local, Belém e região metropolitana.

O Território Aberto, porém Controlado, estabelece-se com o “inchaço” populacional em função da abertura de rodovias no Estado no início da década de 1960, ocasionando o deslocamento de migrantes das diferentes regiões em busca de terras. Veiga et al (2007) destaca a mudança que ocorre no Sul e Sudeste do Pará devido à intervenção do Estado Nacional que tinha como objetivo a melhor estruturação fundiária e a ocupação do espaço pela produção familiar. No entanto, como destacam os próprios autores.

As ações estimularam um intenso fluxo migratório de agricultores para a região na metade da década de 1970 e 1980 (em movimentos “espontâneos” ou incentivados pelo governo), que chegam à procura de terras para se fixarem, mas também incentivaram o estabelecimento de grandes empresas agropecuárias através de concessão indiscriminada de incentivos fiscais para a pecuária; as terras passam a ser alvo de uma dura disputa pelo espaço (VEIGA et al, 2007: 105).

O processo de disputa marca o território com o uso da terra pela atividade pecuária, estabelecida de maneira devastadora pelo desmatamento (inclusive dos castanhais) seguido do plantio direto de pastagem, inutilizando boa parte das terras para o cultivo de lavouras. A pecuária não só contribui para a configuração do território como passa a ser a responsável pelo controle do mesmo, apesar de iniciadas outras atividades econômicas, ao longo do tempo, são grupos pecuaristas que determinam o controle do território.

A última fronteira agropecuária caracterizada no estado do Pará corresponde ao Território Expansão, e, apesar do Sudoeste Paraense e o Baixo Amazonas apresentarem tempos de interferência de capital distintos, acreditando que em pouco tempo sejam dois territórios e não apenas um. É entendido, hoje, como um Território Expansão por haver a ação desenfreada do capital de modo expansivo e centralizada por determinados grupos econômicos, inclusive estimulados mais uma vez na história pelo Estado (União). Isso acontece como se fez noutros

territórios, mediante a violência declarada ou silenciosa imposta nas relações sociais e na crescente degradação ambiental.

A ineficiência de ações governamentais, a estrutura herdada com expansão do sistema rodoviário no interior do Estado, a abertura da BR 163 (Cuiabá - Santarém) e da BR 230 (Transamazônica) e a dinâmica colonialista dos distintos capitais contribuíram para formação do mosaico de diversas formas de uso da terra e racionalidades econômicas, no qual tem prevalecido a imposição do capital.

Outrem os ocupantes tinham o extrativismo em pequena escala como atividade principal, com a formação do Território Expansão, com os incentivos governamentais para dinamizar a produção agropecuária se tem a mudança no sentido de intensificar o uso da terra para o cultivo e criação de gado.

Herrera e Guerra (2006) fazendo referência ao processo de ocupação da região da Transamazônica destacam que:

A abertura de novas áreas à exploração agrícola na Região Amazônica, acompanhada pela propaganda de apoio às atividades agrícolas e aos produtores de outras regiões (migrantes) [...], proporcionam o deslocamento de muitos agricultores para os limites da Amazônia, primordialmente com o objetivo de adquirir porção de terra para a subsistência da família. Tal fato provocou ampliação na dinâmica de exploração agrícola da região (HERRERA e GUERRA, 2006: 7).

Os territórios passaram por processos semelhantes em diferentes momentos de suas histórias, por exemplo, o uso desenfreado dos recursos naturais como expôs os autores foram registrados outrora noutros. O mote está em compreender que o capital à medida que percebe a possibilidade de se deslocar para o lócus de baixos custos e de oportunidades de acumulação na forma primitiva, assim o faz, não significando o abandono do território anterior. O processo se constitui estabelecendo uma rede com diferentes tipos e tamanhos de nós, simbolizando diferentes formas de interferência do capital no espaço agrário paraense.

Na tabela 31 é esboçada a diferenciação entre os territórios, segundo as condições legais de terras, nos anos 1995-96 e 2006. Nota-se que o número de estabelecimentos próprios, apesar de muito mais elevado no território consolidado, mais que a soma das outras áreas no censo 1995-1996, apresenta área significativamente menor que os outros territórios, caracterizando melhor distribuição das terras, diferente do que se percebe no território aberto, porém controlado, tanto no censo 1995-96 quando constava 21% e no de 2006 com o valor de

26% dos estabelecimentos próprios, tendo respectivamente 45% e 49% das áreas consideradas próprias, logo constituindo a maior concentração fundiária do Estado.

Tabela 31 – Pará – Condição legal das terras por Territórios: Consolidado, Aberto, porém Controlado e Expansão nos anos 1995-96 e 2006.

Territórios		Próprias		Arrendadas		Parceria		Ocupadas	
		Estab.	Áreas(ha)	Estab.	Áreas(ha)	Estab.	Áreas(ha)	Estab.	Áreas(ha)
1	Expansão	44.227	6.076.591	120	10.668	91	9.257	4.240	125.572
9	Aberto, porém Controlado	35.265	9.724.378	151	17.049	79	62.070	4.220	365.802
5	Consolidado	91.914	5.671.942	709	6.608	1.018	45.861	24.370	404.428
2	Expansão	44.351	5.645.040	501	30.668	1.522	38.281	3.588	239.386
0	Aberto, porém Controlado	44.479	9.826.320	377	47.747	153	26.734	1.007	794.341
6	Consolidado	84.528	4.858.345	2.244	126.225	2.525	28.087	11.062	186.800

Fonte: Elaboração do autor a partir dos Censos Agropecuários, 1995-96 e 2006, IBGE.

A concentração de terra percebida no território aberto, porém controlado, deriva da atividade pecuária, já que essa é realizada em sua maioria por meio da prática extensiva, onde se exige quantidade de área elevada para pequenos rebanhos. Veiga et al (2007: 106) destaca que “a criação de gado é a base da economia local, sendo desenvolvida tanto pela agricultura familiar quanto por grandes fazendas”.

A Tabela 32 apresenta dados do Censo Agropecuário 2006, fazendo distinção entre as produções familiares e patronais. Pode ser verificado que o número dos estabelecimentos considerados familiares representam 88% dos estabelecimentos do Estado e detêm apenas 31% das áreas enquanto os estabelecimentos patronais ocupam a maior porção de terra do Estado (69%) com apenas 12% dos estabelecimentos declarados no censo de 2006.

Tabela 32 – Pará - Número de estabelecimento e área das Produções Familiares e Patronal nos diferentes Territórios: Consolidado, Aberto, porém Controlado e Expansão no ano 2006.

Territórios	Familiar		Patronal	
	Estabelecimento	Área (ha)	Estabelecimento	Área (ha)
Expansão	104 613	1 967 194	9 045	3 100 144
Aberto, porém Controlado	43 058	2 361 996	9 709	8 730 683
Consolidado	48 479	2 579 966	7 124	3 726 042
Pará	196 150	6 909 156	25 878	15 556 870

Fonte: Elaboração do autor a partir do Censo Agropecuário – Agricultura Familiar, 2006, IBGE.

A divisão entre produção familiar com menor porção de área e a produção patronal com concentração fundiária, quando comparados os territórios, o Consolidado apresenta maior número de estabelecimentos familiares (47%) de todo o Estado, no entanto, ocupa a menor porção de terra, apenas 9% de toda área do Estado. Noutra extremo, tem-se o caso do Aberto, porém Controlado que possui 4% dos estabelecimentos do Estado considerados patronais e esses ocupam a área referente a 39% de toda a área registrada no censo de 2006. No gráfico 10, pode-se observar o número de estabelecimento (sem distinção entre familiar e patronal) e o percentual de área ocupada.

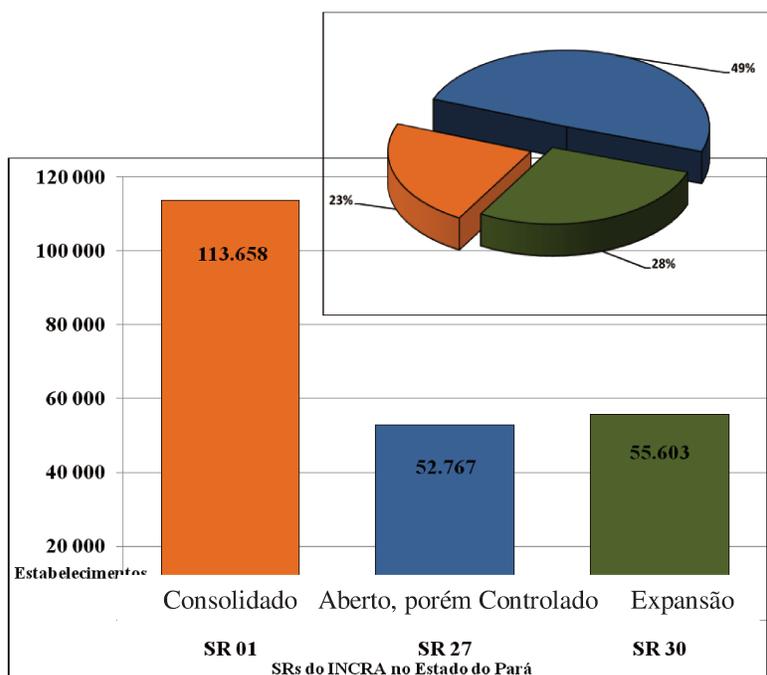


Gráfico 10 – Pará - Número de estabelecimento e porcentagem de área por Território.
Fonte: Fonte: Elaboração do autor a partir do Censo Agropecuário, 2006, IBGE.

Verifica-se no gráfico 10 que há melhor alocação de terras por estabelecimentos no território Consolidado em detrimento ao Aberto, porém Controlado apresentando a relação de menor número de estabelecimento para maior porção de terra.

Uma comparação simplificada entre os três Territórios quanto ao uso da terra é possível notar que o Aberto, porém Controlado destaca a criação de pecuária, principalmente a bovina, justificado pela forma de ocupação e os incentivos governamentais no início das décadas 1970 e 1980. O Território Expansão apresenta a produção para a alimentação familiar, caracterizando maior percentual para consumo da família, exemplo, é a produção de arroz em

casca com o montante de 126.996 toneladas produzidas, sendo 38% dessa produção vendida no de 2006.

Comparando a produção dos outros dois territórios com o Território Expansão, verifica-se que a lavoura de arroz nesse se faz superior, sendo responsável por 48% de toda produção do Estado. O elevado percentual de arroz produzido por esse território se dá por na última década ter novas áreas de abertura, na maioria das vezes, para a pecuária ou lavoura cacauêira.

Na tabela 33, estão os números da produção das três principais lavouras temporárias produzidas nos territórios. De acordo com os dados obtidos no último censo agropecuário (2006), ratifica-se o fato do Território Expansão ter a maior produção de arroz (126.996t.), sendo apenas pequena parte dessa produção comercializada.

Tabela 33 - Pará - Produção de Arroz em casca, milho e mandioca nos diferentes Territórios: Consolidado, Aberto, porém Controlado e Expansão no ano 2006.

Territórios	Arroz em casca			Milho			Mandioca		
	Estab.	Quantidade (t)		Estab.	Quantidade (t)		Estab.	Quantidade (t)	
		Produz.	Vend.		Produz.	Vend.		Produz.	Vend.
Expansão	6 265	50 875	32 422	17 242	67 656	35 269	50 091	1 040 943	444 493
Aberto, porém Controlado	10 014	85 968	28 383	9 073	133 448	87 215	2 743	33 520	14 905
Consolidado	8 602	126 996	48 585	11 253	93 476	41 663	14 622	227 607	77 106
Pará	24 881	263 839	109 391	37 568	294 579	164 147	67 456	1 302 070	536 503

Fonte: Elaboração do autor a partir do Censo Agropecuário, 2006, IBGE.

O Território Consolidado apresenta maior produção de mandioca do Estado, responsável pelo abastecimento de Belém e região metropolitana. Em relação aos demais tem facilidade de transporte para seus produtos do que no interior do estado devido às estradas intrafegáveis no período chuvoso e ao fato dos produtores, em sua maioria, não possuírem estruturas para armazenamento.

Além da produção de mandioca, o território consolidado responde por significativa produção de médios e pequenos animais, sobretudo suínos e aves, ver tabela 34. A criação realizada pelos produtores desse território atende ao mercado regional, já os produtores dos demais territórios têm a criação de médios e pequenos animais como atividade reguladora na

produção, assim, basicamente servem para alimentação e são no máximo comercializado nos aglomerados urbanos locais, em casos esporádicos quase sempre devido a demandas emergenciais das famílias, como tratamento de saúde, viagem, etc.

Tabela 34 – Pará – Número de estabelecimentos e produção pecuária nos diferentes Territórios: Consolidado, Aberto, porém Controlado e Expansão no ano 2006.

Territórios	Bovinos		Suínos		Aves	
	Estab.	N. de cabeças	Estab.	N. de cabeças	Estab.	N. de cabeças
Expansão	12 815	1 149 136	19 014	343 563	36 879	13 036 603
Aberto, porém Controlado	42 674	9 382 991	18 320	213 975	35 194	1 784 206
Consolidado	27 674	2 822 731	11 804	147 985	34 160	1 762 990
Pará	83 163	13 354 858	49 138	705 523	106 233	16 583 799

Fonte: Elaboração do autor a partir do Censo Agropecuário, 2006, IBGE.

Ao comparar os três territórios constata-se uma diversidade quanto aos sistemas de produção, diversidade que, de certa forma, estende-se para toda a Amazônia, muito em função do processo migratório (diferentes trajetórias) e devido às diferentes bases econômicas, consequências do tempo, forma de chegada e apropriação das forças capitalistas nos diferentes estabelecimentos.

Esse processo vai sendo realizado em tempos diferentes dentro do Estado do Pará, caracterizando as diferentes fronteiras internas e o deslocamento das atividades produtivas mediante as facilidades na relação de produção entre o capitalista e os meios de produção, seja a terra ou a própria força de trabalho.

Tal trajetória caracteriza as novas frentes de expansão o que se lê cronologicamente a difusão dos conflitos pela terra nos diferentes territórios, bem como transformações nos sistemas de produção no Estado, explicitando diferentes territórios com distintas formas de poder na e pela disputa da terra.

IV. DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO DOS PRODUTORES AGROPECUÁRIOS FAMILIARES DO SUDOESTE PARAENSE

Na sociedade antiga, as necessidades humanas praticamente restringiam-se ao mínimo essencial, sem o qual o homem deixaria de existir. Com o decorrer do progresso e da civilização, as necessidades humanas passaram a ter caráter ilimitado. Assim, o homem atual deseja alimento, roupa, abrigo, transporte, saúde, educação, lazer etc. e sempre em crescente diversificação e sofisticação (CANO, 2007: 22).

Neste capítulo, explicitam-se os aspectos e especificidades dos produtores agropecuários familiares inseridos na dinâmica de produção do Sudoeste Paraense, Território Expansão. Prezando pela história construída pelas famílias localizadas nos municípios de Anapu (Produtores de Projetos de Desenvolvidos Sustentáveis – PDSs); Pacajá (Produtores da Colonização Antiga); e Senador José Porfírio (Produtores de Assentamentos Convencionais). Para tanto, tem-se o pressuposto da realidade interpretada nos seus pormenores e como “atividade sensorial-humana”, assim, a “investigação tem de apoderar-se da matéria, [...], analisar suas diferentes formas de desenvolvimento, e de perquirir a conexão íntima que há entre elas. Só depois [...], é que pode descrever, adequadamente, o movimento real” (MARX, 1983; Livro 1. V.1: 16)

Nessa perspectiva, a busca das informações deixa de ser o simples ato de acumular dados, passando a ter o signo de reformulação de “verdades” e objetivos. A pesquisa não acontece no pronto e acabado, pelo contrário, é num mundo que se desdobra com a própria prática, humana e objetivada (KOCKA, 1994: 43). Assim, foram realizados três passos, considerados básicos para a pesquisa segundo Oliveira (1996: 15), o olhar, o ouvir e o escrever. O olhar e ouvir são responsáveis pela constituição da realidade apreendida, sendo a interpretação feita na fase da escrita, momento em que a compreensão é aguçada pelo pensamento crítico.

Há o esforço de se ter os fatos históricos e a formação socioeconômica de cada família como elementos fundamentais na representação da diversidade percebida no conjunto de produtores familiares que praticam agropecuária nas três diferentes condições de ocupação oficial no Sudoeste Paraense.

A distribuição dos produtores por município e localidades pode ser visualizada na tabela 35. Fez-se o esforço de não ter os produtores participantes da pesquisa concentrados em

uma localidade, buscando maior dispersão no interior das áreas pesquisadas e abrangência de localidades possíveis por municípios.

O número desigual de produtores por município é devido à redução de participantes da pesquisa em função das inconsistências nas informações. O tratamento no banco de dados dos dois projetos no momento de transpor as informações para o banco específico desta pesquisa foi determinante para os números apresentados. À medida que o banco-base da pesquisa era preenchido verificava-se a fidelidade das informações quanto à realidade em que se desenvolveu a pesquisa.

Tabela 35 – Números de produtores por Município e localidade participante da pesquisa

Municípios	Localidade	Total	%
Anapu (PDS)	Vila Mutum - Virola	30	20,0%
	Vicinal da Dois	20	13,3%
	Vicinal do Um	13	8,7%
	Vicinal do Zero	11	7,3%
	Vicinal da Três	4	2,7%
	Total	78	52,0%
Pacajá (Colonização Antiga)	Km 338 norte	15	10,0%
	km 338 sul	6	4,0%
	Rod. Transamazônica	4	2,7%
	Total	25	16,7%
	Transunião Itapuama	17	11,3%
Senador José Porfírio (Assentamento)	Acesso 2	17	11,3%
	Virgílio Pereira	8	5,3%
	Bom Jesus	5	3,3%
	Total	47	31,3%
Total geral		150	100,0%

Fonte: Elaboração do autor a partir da pesquisa de campo, 2007 / 2008.

Considerando o total de produtores familiares nos três municípios, segundo o IBGE (2010), algo próximo dos cinco mil e quatrocentos produtores (5.400) a representação da pesquisa significa uma fração amostral de 3% da totalidade. Sendo que o grupo de Anapu representa 6% do total no município, o de Senador José Porfírio também de 6% e em Pacajá a participação foi de apenas 1% dos produtores.

O baixo número de produtores no município de Pacajá é explicado devido problemas de reencontrá-los nos estabelecimentos no período programado e por informações que geravam

dúvidas no momento da análise em função de alguns questionários não estarem preenchidos adequadamente.

A verdade é que as pesquisas foram iniciadas sem a pretensão de inferir a realidade totalizante dos municípios, o propósito era a comparação entre os produtores em condições diferenciadas de ocupações de terra na Amazônia. Desse modo, os números para verificação comparada foram considerados suficientes, mas não sendo possível extrapolar estatisticamente como realidade dos municípios em que estão as ocupações, muito embora a vivência na realidade suscite semelhanças entre os produtores acompanhados e os demais existentes noutros espaços do Sudoeste Paraense.

Os produtores residentes no município de Anapu estão organizados em dois Projetos de Desenvolvimento Sustentável – PDS, um conhecido como PDS Esperança e o outro PDS Virola-Jatobá. As primeiras famílias ocuparam a área no ano de 1998. Desde o primeiro momento acirrou-se o conflito com pecuaristas e latifundiários, uma vez que os PDS foram estabelecidos em áreas antes glebas e que estavam em posse dos grupos beneficiados pelo projeto de colonização da década de 1970.

Os conflitos foram motivos da saída de muitas famílias que chegaram à localidade no ano de 1998, as famílias que hoje residem na área correspondem a terceira frente migratória, a maioria se instalou nas localidades entre os anos de 2002 e 2004. Esta área ficou mundialmente conhecida quando ocorreu o assassinato da missionária Dorothy Stang, em 12 de fevereiro de 2005. Momento que veio à tona o conflito por terra na Mesorregião do Sudoeste Paraense.

Para os produtores que estão no município de Pacajá, a situação é bem diferente. As famílias em grande parte estão nos estabelecimentos desde meados da década de 1970 e foram contempladas com as terras na ação governamental com interesse de ocupar a região recém-aberta pela rodovia Transamazônica (BR – 230). Os produtores, em boa parte, possuem título definitivo da terra, documento comprobatório de direito da posse e uso da área, caracterizando uma das áreas de Colonização Antiga do estado paraense.

O último grupo de produtores, residente no município de Senador José Porfírio, apresenta dois momentos de ocupação, um no início da década de 1990 e outro entre os anos de 2000 e 2007. Os produtores ocupantes das áreas, em sua maioria, migraram de garimpos abandonados após ações de controle e fiscalização. No caso desse grupo de produtores, a localização geográfica influencia em suas práticas mais do que nos dois outros grupos, pois,

apesar de legalmente pertencerem ao município de Senador José Porfírio a sede do município mais próxima é a de Altamira, gerando desconforto aos produtores quando necessitam reivindicarem os seus direitos de assentados da reforma agrária.

Em relação ao tempo de chegada, há uma diferença considerável entre os três grupos. No gráfico 11, nota-se a mediana de tempo de chegada dos produtores nos estabelecimentos, destacando evidentemente, o tempo de permanência dos produtores de Pacajá os quais se encontram nas localidades com a máxima de trinta e cinco anos. Os dois outros grupos nos municípios de Anapu e Senador José Porfírio apresentaram intervalos menores de permanência nas localidades, a saber: 3,5 anos e 6,2 anos, respectivamente.

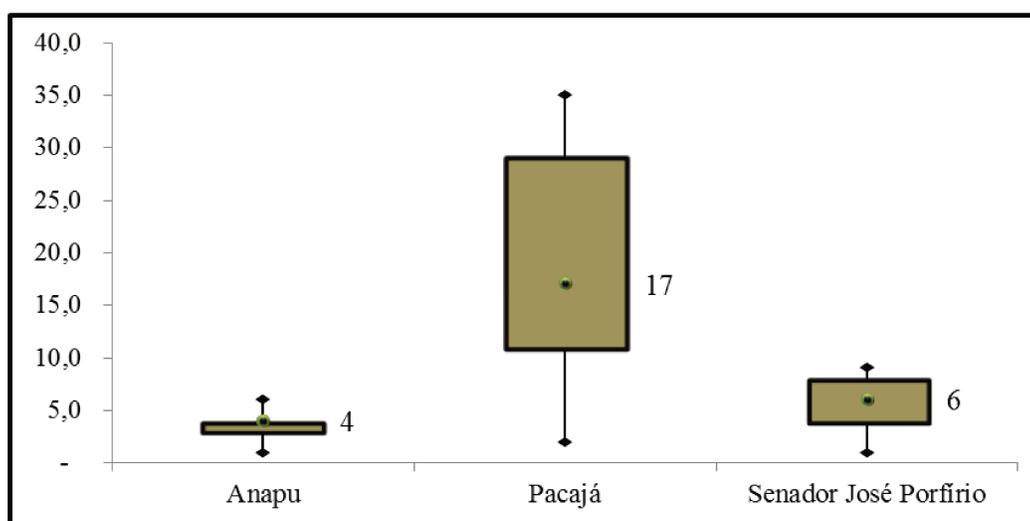


Gráfico 11 – Tempo de permanência dos produtores nos estabelecimentos por municípios.
Fonte: Elaboração do autor a partir da pesquisa de campo, 2007/2008.

Destaca-se o tempo de chegada e permanência nos estabelecimentos por perceber no decorrer da pesquisa que esses fatores foram determinantes para a condição atual das famílias que se dispuseram a contribuir. O fato das famílias estarem há mais tempo nos estabelecimentos (Famílias Antigas) permite atualmente contarem com maior número de membros em idade apta ao trabalho e tiveram acesso às políticas e programas que interferiram em suas realidades. As famílias consideradas Antigas foram de modo expressivo encontradas no município de Pacajá (Colonização Antiga) e as consideradas Famílias Jovens estavam nas ocupações PDS em Anapu e Assentamento no município de Senador José Porfírio.

Outro fator importante de diferenciação para os três grupos é a localização geográfica dos produtores em relação às sedes dos municípios e à rodovia Transamazônica (BR 230),

principal via de acesso utilizada por todos os produtores. Na figura 5 é possível notar que todos os produtores estão distantes das sedes dos municípios, sendo o acesso feito por vias em precárias condições, sem pavimentação e transporte coletivo adequado. A dificuldade é ainda maior no período chuvoso, no qual as vias são interditas pelos chamados “atoleiros”, impedindo a passagem em trechos das estradas.

Os produtores no município de Pacajá têm sua concentração à margem da rodovia por serem assentados no período de abertura da Transamazônica. A localização facilita sobremaneira o acesso das famílias tanto ao mercado quanto às condicionantes básicas que possibilitam melhor qualidade de vida (educação, saúde e energia elétrica).

Os outros grupos (Anapu e Senador José Porfírio) padecem com estradas mal feitas e sem manutenção, além de estarem distantes de escolas qualificadas, ambos os grupos utilizam de escolas nas localidades que vão até a quarta série do ensino fundamental básico no sistema multisseriado, logo todos os alunos independente de série e idade estudam no mesmo espaço e ao mesmo tempo com uma só professor(a) para os assistirem.

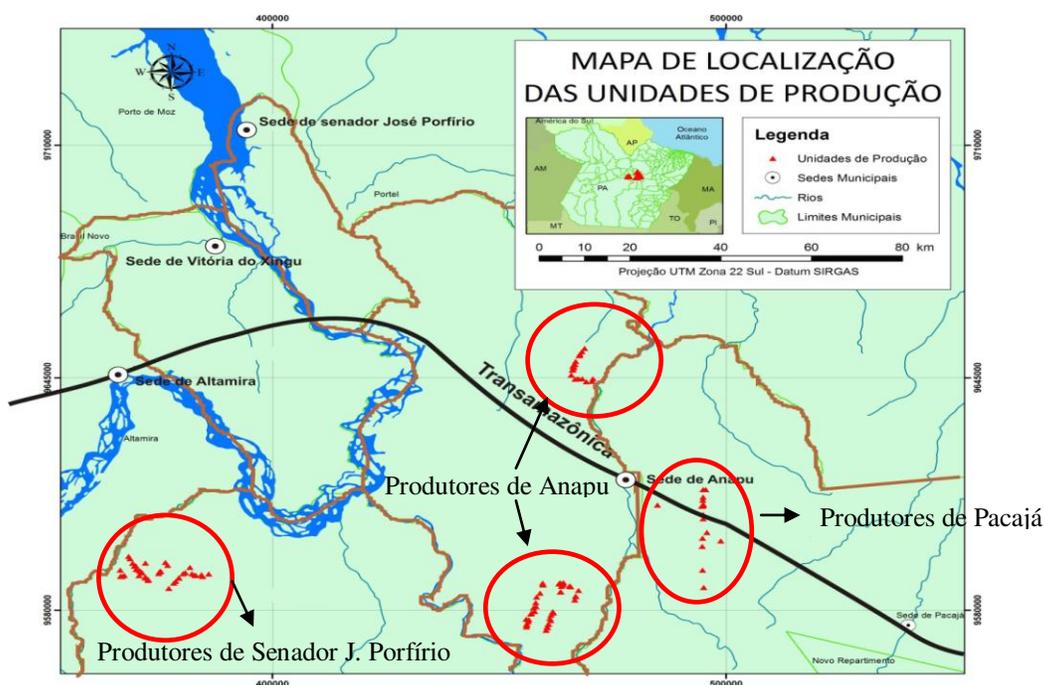


Figura 5 – Mapa de localização dos estabelecimentos em relação a rodovia Transamazônica.

Fonte: Elaboração do autor a partir da pesquisa de campo, 2007/2008.

Responsável técnico: Eder Mileno de Paula⁴⁸.

⁴⁸ Eder Mileno de Paula, Geógrafo, Prf. Msc. da Faculdade de Geografia na área de Geografia Técnica.

A distância e o tempo de permanência na propriedade são aspectos que contribuem para o entendimento da dinâmica adotada pelas famílias em suas atividades. Nessa perspectiva, perguntado para quem os produtores vendem sua produção, a maioria dos residentes nos municípios de Anapu e Senador José Porfírio respondeu comercializar com os atravessadores ou com seus próprios vizinhos, enquanto que os do município de Pacajá apesar de ainda manterem relações com atravessadores fazem a comercialização normalmente na sede do município ou, no caso dos produtores de cacau, com a cooperativa criada para esse fim.

A influência da distância na organização e funcionamento dos estabelecimentos familiares condiciona a serem reféns de arranjos econômicos e financeiros com os atravessadores, assim, os produtores contribuem com pequena participação na formação dos preços, em contrapartida, adquirem dívidas elevadas com os intermediários que se tornam também responsáveis por produtos de necessidades básicas que as famílias demandam. No gráfico 12, tem exposta a distância para cada grupo de produtores em relação à rodovia Transamazônica.

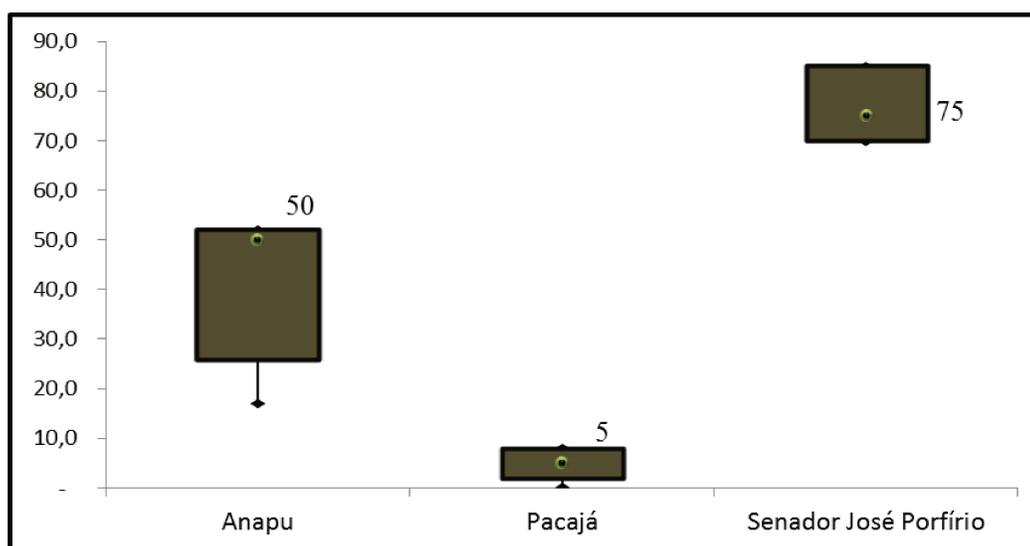


Gráfico 12 – Distância em Km os estabelecimentos à rodovia Transamazônica (BR 230)

Fonte: Elaboração do autor a partir da pesquisa de campo, 2007/2008.

Ao observar o gráfico 12, nota-se que os produtores na condição de colonização antiga (Pacajá) são privilegiados em relação aos demais quanto ao acesso principal via de escoamento da produção, bem como as sedes dos municípios tendo a distância máxima de 20 quilômetros, enquanto os outros dois grupos percorrem as distâncias máximas de 68 e 90`km (quilômetros). Além disso, a maioria dos produtores de Pacajá trafega exclusivamente na rodovia

Transamazônica facilitando o percurso, os demais precisam utilizar de vias secundárias (vicinais/ramais/travessões) para acessar às sedes dos municípios.

As duas variáveis, tempo de permanência e distância percorrida, são diretamente correlatas. Devido à dificuldade de acesso e tempo de viagem até os estabelecimentos fez com que muitos produtores abandonassem suas terras, exemplo, constatado em depoimentos de produtores de Senador José Porfírio que tiveram parentes e amigos desistindo logo que chegaram à localidade. Como relatou o Produtor 1⁴⁹ (morador do travessão Transunião desde 1993; conversa em 2008).

“meu parceiro memo trocou a terrinha aí do lado em 94 por um radinho Motorola e alguns trocados, foi pra cidade e nunca mais voltô, dizendo ele que não aguentava um dia de viagem pra ficá isolado no meio da mata. Hoje ainda male má tem a estrada aí e na época que era só a picadinha?”

Neste sentido, as famílias situadas no município de Pacajá tiveram maiores possibilidades de se fixarem na terra sendo assistidas no começo da ocupação pelas ações governamentais da década de 1970 e além do que, por pior que tenha sido transitar na rodovia da Transamazônica durante as décadas de 1970 e 1980 era possível o acesso com automóveis. No entanto, ainda hoje, Anapu, principalmente Senador José Porfírio, não possui estrada que permita o acesso com carros, sendo usados como recurso, com muita dificuldade ao longo do percurso, animais de tração e/ou moto para fazer o escoamento da produção e transporte das pessoas.

Atualmente, percebe-se a influência das variáveis (tempo de permanência e distância) na condição que as famílias detêm para realizar suas atividades de produção. No caso das famílias que estão há mais tempo nos estabelecimentos e mais próximas das sedes dos municípios, percebe-se maior valor de capital produtivo fixo, maior expressividade em estrutura do que em equipamentos. Situação que foi percebida de maneira inversa nas famílias mais recentes e com dificuldades de acesso que desempenham suas atividades com o subsídio do capital produtivo essencialmente formado por equipamentos usados nos tratos das lavouras temporárias.

Ao tratar as informações do capital produtivo fixo, foi possível compreender aspectos importantes da racionalidade adotada pelas famílias, bem como fatos históricos que contribuíram para o contexto recente das famílias. Por exemplo, o acesso ao crédito, em específico ao Fundo Constitucional do Norte – FNO especial. Relacionando os estabelecimentos que hoje apresentam

⁴⁹ Omite-se a identidade do produtor propositalmente.

estrutura, a maioria (algo próximo de 80%) acessou o financiamento para a estruturação, sendo as cercas das pastagens para criação de gado bovino responsáveis por parte expressiva dos valores mensurados.

No Gráfico 13, é possível verificar a diferença na composição do capital produtivo fixo dos produtores de Pacajá (90,6% em estrutura) em relação aos demais, sobretudo, aos produtores de Senador José Porfírio que possuem 64,5% do valor mensurado em equipamentos. A diferença existente entre os valores de composição do patrimônio reflete na perspectiva de permanência e viabilidade dos sistemas de produção, os produtores que possuem estrutura básica em seus estabelecimentos dificilmente se propõem a se deslocarem para outras áreas, enquanto os produtores que possuem seu patrimônio na forma de equipamentos estão mais susceptíveis à mudança, significando impacto sobre novas áreas no estado do Pará ou em outros estados da Amazônia.

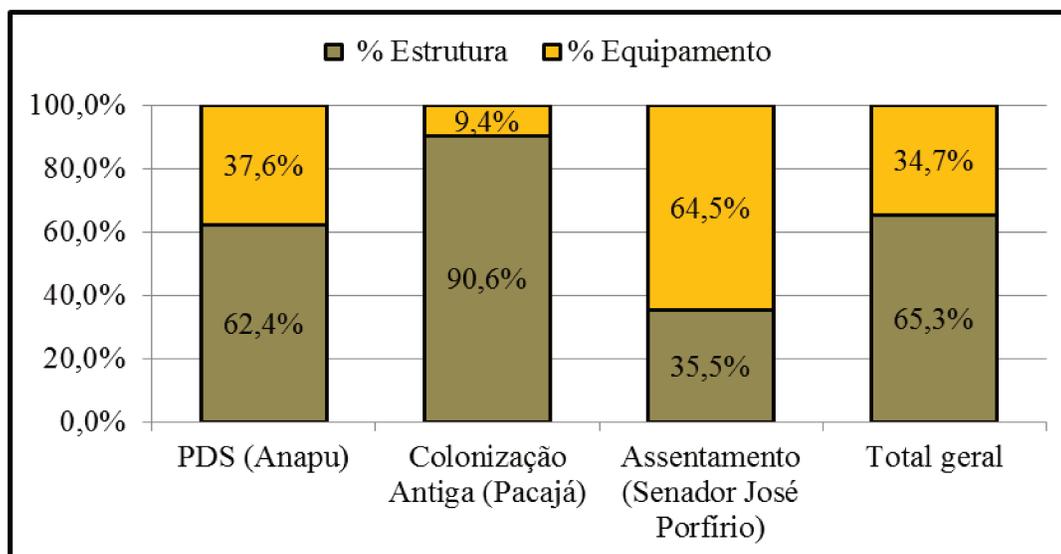


Gráfico 13 – Formação do Capital Produtivo composto por Estruturas e Equipamentos nos estabelecimentos
Fonte: Elaboração do autor a partir da pesquisa de campo, 2007/2008.

Os valores mensurados para estruturas e equipamentos, os números foram agrupados e considerados valores atuais, o levantamento foi feito com a participação dos produtores que contribuíram na atribuição dos preços para cada item. Os valores das estruturas foram compostos considerando a compra de materiais e mão de obra para construção e os equipamentos considerados foram os de médio e grande porte, por exemplo, pulverizadores e motores. Não foi

possível mensurar os valores para equipamentos menores como martelo, foice, dentre outros utilizados nas atividades produtivas.

Considerando o valor total (tabela 36) e o número de estabelecimentos se tem baixo capital produtivo fixo. A análise revelou que a maioria dos produtores familiares conseguiu estruturar os estabelecimentos devido ao acesso aos financiamentos governamentais. O mesmo ocorre para aquisição de equipamentos, pois o valor de R\$ 74.194,00, referente à Senador José Porfírio resulta de programas governamentais de fomento.

Tabela 36 – Valores totais em estrutura e equipamentos que compõem o capital produtivo fixo nos estabelecimentos familiares

Municípios	Estrutura	Equipamento	Capital Produtivo Fixo
Anapu (PDS)	21.100,00	12.712,00	33.812,00
Pacajá (Colonização Antiga)	126.850,00	13.205,00	140.055,00
Senador José Porfírio	40.780,00	74.194,00	114.974,00
Total geral	188.730,00	100.111,00	288.841,00

Fonte: Elaboração do autor a partir da pesquisa de campo, 2007 / 2008.

Outra constatação é que a instabilidade na terra não permite o investimento em capital fixo, por exemplo, em Anapu as famílias fizeram baixo investimento nos estabelecimentos por não terem o sentimento de pertencimento das terras. Isso porque na modalidade de ocupação PDS, o título da terra é coletivo e em nome da associação de moradores que faz cumprir a normatização do uso da terra, por exemplo, a restrição de se criar gado de corte.

A instabilidade gerada entre os produtores não é exclusividade entre os que residem em Anapu (PDS). Só os possuidores do título definitivo da terra consideram os estabelecimentos como sendo deles e acabam por fazerem maiores investimentos, fato que possibilita aos produtores de Pacajá terem maiores valores em capital produtivo fixo.

Nota-se, no gráfico 14, que apenas em Pacajá tem a categoria de produtores titulados, 72% do total de produtores participantes da pesquisa. Importante registrar que os produtores titulados estão nos estabelecimentos doados pelo INCRA nas décadas de 1970 e 1980, o grupo divide-se entre produtores beneficiados com a política de colonização e compradores que adquiriram seus estabelecimentos posteriormente ao processo coordenado pelo INCRA, período

conhecido como colonização espontânea no qual os produtores se deslocaram para o estado do Pará por conta própria.

A condição expressiva no território é o assentado. Dos produtores participantes da pesquisa, 76,7% do total pesquisado se consideram assentados. Em Anapu, o número foi de 97,4% de produtores que se colocaram na condição de assentados. É importante ratificar que para ser produtor de um PDS o mesmo tem que estar nessa condição, precisa ser cadastrado na Associação responsável pela área a qual indica ao INCRA a relação de moradores do PDS. Portanto, ter produtores que não se consideram assentados (2,6%) é ferir um dos princípios norteadores do estatuto de um PDS.

Nos casos registrados como posseiros, percebeu-se duas argumentações: a primeira por fazer pouco tempo que estava na terra, não tendo tempo de tramitação do cadastro; e a segunda por conta dos produtores serem extremamente contrários à normatização existente nos PDS. Esses produtores, por sinal, compõem um grupo que realizam frequentes manifestações contrárias a modalidade PDS, esses ainda permanecem nas terras por não terem condições de migrarem.

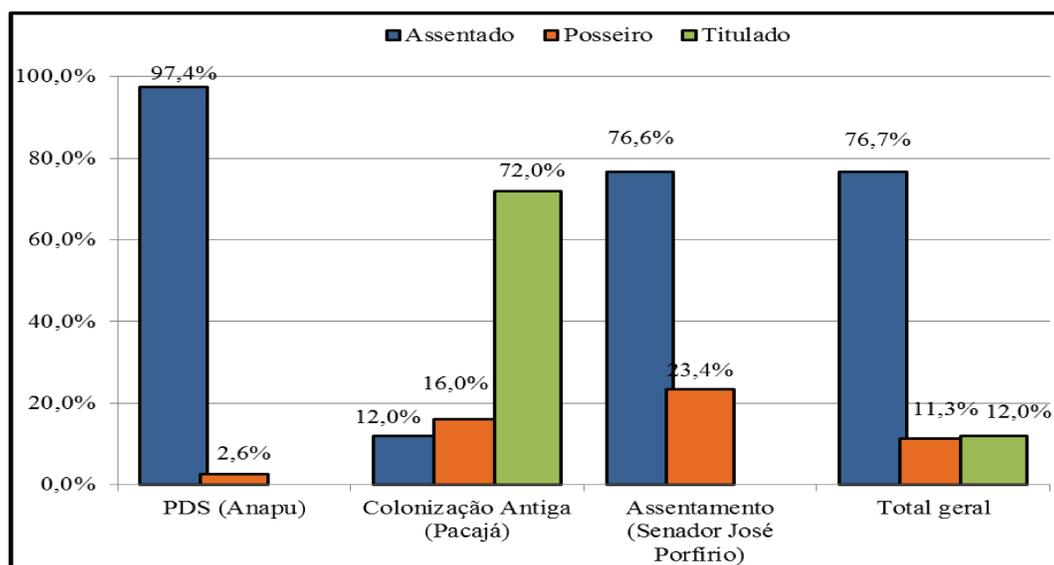


Gráfico 14 – Condição de ocupação dos produtores: assentado, posseiro ou titulado por município.
Fonte: Elaboração do autor a partir da pesquisa de campo, 2007 / 2008.

A não aceitação das normas previstas para modalidade PDS e conflitos com os fazendeiros foram motivos para que se registrassem evasões e ocupações em períodos anteriores

(1998 e 2001), gerando ociosidade da terra em um dos PDS, Virola Jatobá em 2004, estimado para duzentas e cinquenta famílias e só foram detectadas noventa e oito famílias residindo na área (HERRERA; FEITOSA; VIANA, 2004: 67).

Outro fator merecedor de destaque na condição de assentado, principalmente para os residentes do município de Senador José Profírio (76,6%) é a falta de garantia de permanência, os produtores em sua maioria ainda não tiveram seus cadastramentos regularizados pelo INCRA, não recebendo seu registro de beneficiário (RB) e tampouco tiveram suas terras demarcadas.

A não regulamentação das terras resulta da forma como as mesmas foram adquiridas. No gráfico 15, percebe-se elevado número de produtores que compraram ou ocuparam as áreas, 53,3% de todos os produtores participantes da pesquisa. Em Senador José Porfírio, no início da década de 1990, a maioria dos produtores vendeu ou abandonou as terras devido às dificuldades de permanecer nas mesmas, contribuindo para os números recentes, 40,4% dos produtores terem comprado suas terras e 27,7% resultantes de ocupações.

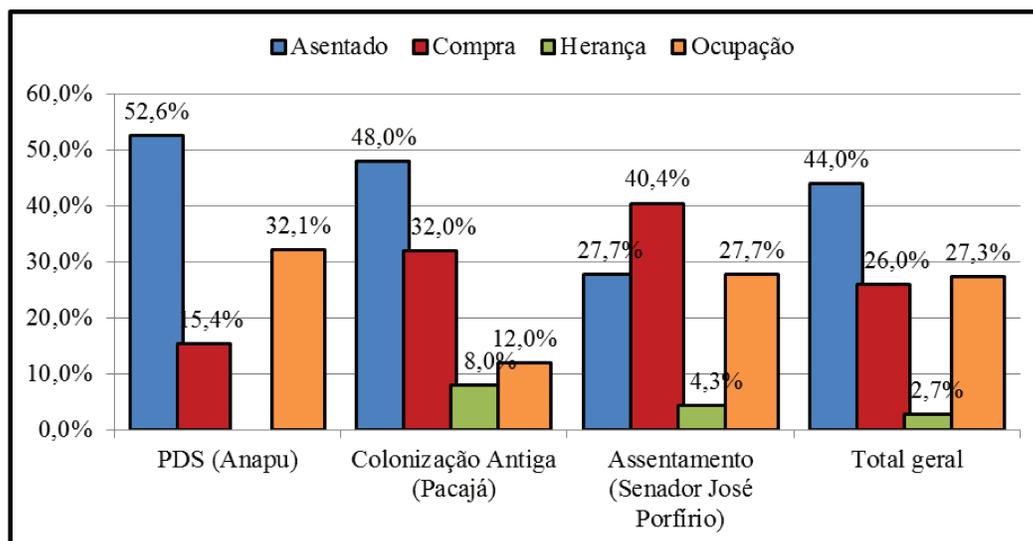


Gráfico 15 – Formas de aquisição, pelos produtores, dos estabelecimentos por municípios.
Fonte: Elaboração do autor a partir da pesquisa de campo, 2007 / 2008.

Percebe-se no gráfico, 15 que há predominância de assentados considerando a totalidade de produtores, mas esse fato não pode deixar de reforçar que a compra (26% do geral) e a ocupação (27,3%) caracterizam-se práticas adotadas em áreas de reforma agrária (responsabilidade do INCRA). O gráfico permite afirmar que a não estabilidade dessas famílias nas propriedades significa movimento de saída futuro, atrela-se tal fato à pressão que já ocorre

por parte de grandes pecuaristas e especuladores pela terra, principalmente após as delimitações das Unidades de Conservações, restringindo as áreas de atuação dos grileiros no território.

Nesse contexto, surge outro problema, a medida adotada, como proposta para estabilizar as famílias em seus estabelecimentos quase sempre foi o fornecimento de crédito. Essa alternativa para que as famílias sejam estimuladas a permanecerem produzindo na terra promove consequências de ordens diversas: economicamente (pagamento de juros altos); determinação de atividades a serem realizadas; e restrição social (prende por conta da dívida a família à terra) (GOMES, 2007: 37).

Ao tratar a informação do crédito disponibilizado aos produtores outra discussão faz-se importante para viabilidade e continuidade da produção agropecuária familiar, a dinâmica social das famílias. No que diz respeito à participação de algum tipo de instituição coletiva, percebe-se que as famílias estão ligadas às organizações que garantem a possibilidade de crédito.

Em Pacajá, a estrutura sindical é atuante desde a década de 1980, ainda assim, percebe-se a participação na organização devido à necessidade do crédito. Perguntado às famílias se algum membro possuía cargo ou atuava frequentemente nas organizações, um número reduzido de produtores respondeu que sim (6%), mas não constantemente. A participação se faz esporádica e condicionada aos momentos de retirar algum benefício ou para uma nova eleição de diretoria. Os produtores argumentaram que a distância e as atividades do cotidiano restringem suas participações em momentos considerados mais importantes.

O gráfico 16 registra o percentual de produtores participantes de associação ou sindicato rural, com destaque para Pacajá, a ação sindical nesse município conseguiu ao longo da história a adesão de vários produtores, proporcionando alto índice de sindicalizados (88%).

No caso de Senador José Porfírio, 60% dos participantes da pesquisa são cadastrados na associação responsável pela representação legal dos produtores a AABA – Associação dos Agricultores do Alto Bacabeira. Segundo relato do presidente dessa associação, no ano de 2008, a média era de 400 produtores cadastrados, muito embora, nem quarenta desses participassem das atividades da associação, por exemplo, o grupo de manejo de açai e plantio da lavoura cacaueteira – projetos da associação em parceria com órgãos de pesquisa e extensão.

O presidente da associação declarou que “o momento de maior participação dos agricultores foi nos períodos do crédito, por sinal, recentemente quando quiseram tirar o fomento, uma vez que precisavam estar associados para serem beneficiados” (Presidente da AABA, 2008).

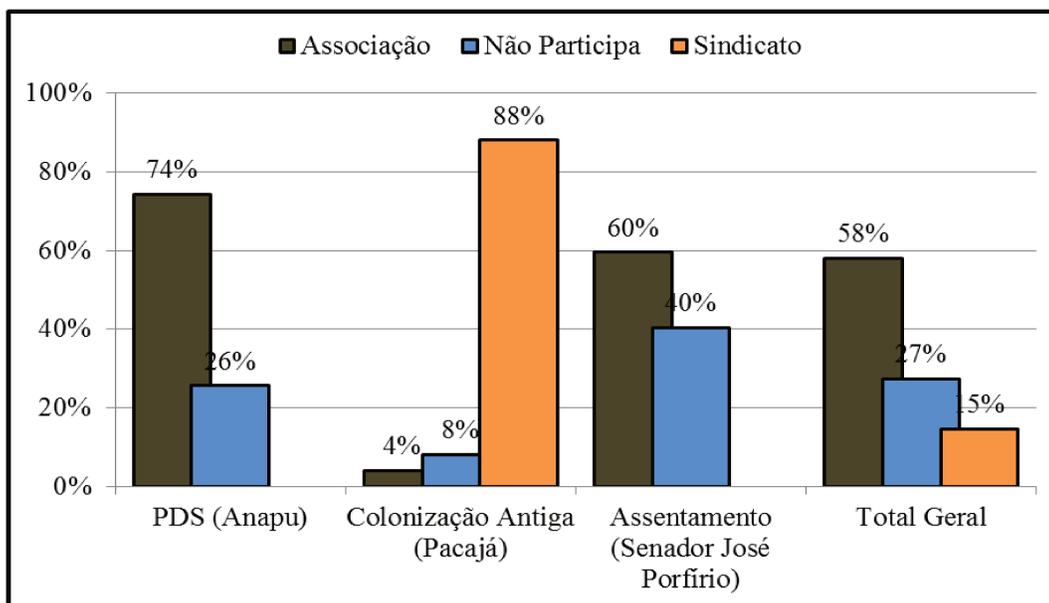


Gráfico 16 – Participação dos produtores em organizações sociais por municípios.
 Fonte: Elaboração do autor a partir da pesquisa de campo, 2007 / 2008.

No município de Anapu, apesar de ser requisito básico para estar em condição legal nos PDS, tem-se o número de 26% dos produtores que não participam da associação ou de alguma forma de representação coletiva de categoria. Dentre os 74% que são associados, a maioria (65%) assume não ter participação frequente nas discussões realizadas pela associação, embora sejam beneficiados com programas por estarem associados.

A seguir (gráfico 17) apresenta-se o tempo de participação dos produtores de cada município nas organizações sociais, seja o sindicato ou associação. Notadamente, tem-se o destaque para os produtores de Pacajá que tiveram, desde os anos de 1980, a atuação do sindicato nas localidades, proporcionando uma mediana de 17 anos de participação.

Nos dois outros municípios (Anapu e Senador José Porfírio) os tempos de participações são menores, (4) quatro e (6) seis anos respectivamente. Por ocupar a terra ou por possibilitar o crédito os produtores assim que chegam aos estabelecimentos procuram se associar às organizações. Esse contexto, suscitou refletir sobre o atual movimento social rural, questionando, se são os produtores que realmente não se interessam em participar ou são as estruturas (associações e sindicatos) que não estão conseguindo assumir suas responsabilidades, ou ainda, será que as organizações estão adequadas às demandas dos agricultores.

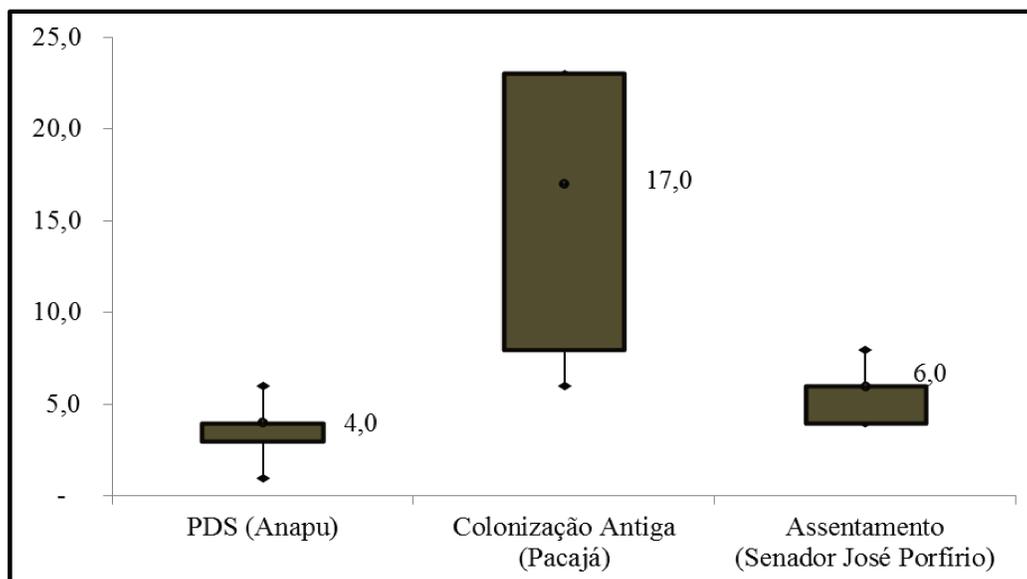


Gráfico 17 – Tempo de participação dos produtores nas organizações sociais dos municípios.
 Fonte: Elaboração do autor a partir da pesquisa de campo, 2007 / 2008.

A reflexão torna-se possível a partir de conversas com produtores que questionaram as ações e objetivos atrelados ao movimento, para eles caracterizam atualmente muito mais uma via de intervenção política do que uma instituição representativa dos produtores familiares.

Alguns produtores, em conversas durante a pesquisa, alegaram ser o mal funcionamento das associações que faz com que eles se afastem dos grupos, significando para alguns tempo perdido ao participar das reuniões e ações das associações locais.

A construção histórica das localidades em geral e dos produtores situados nas diferentes formas de ocupação, nos distintos municípios, resulta das condições pré-existentes, ratificando a máxima de que bases materiais e distintas relações sociais corroboram as diversas racionalidades encontradas na Amazônia, explicitando que o tempo de permanência, a distância dos estabelecimentos e mais ou menos políticas públicas proporcionam grau de participação desigual na dinâmica de produção.

Nessa perspectiva, retoma-se a aceção sobre o papel do Estado (União) como interventor nas dinâmicas locais, bem como são pensadas as políticas públicas para os produtores agropecuários familiares e em que perspectiva promovem a participação desses no desenvolvimento econômico territorial. Partindo do estímulo a eles proporcionados para produzirem e com quem se relacionarem. Considera-se que a ineficiência ou ausência das instituições competentes ao atendimento aos produtores mais do que descaso ou desrespeito seja, na verdade, estratégia de contribuição à reprodução ampliada do capital nos confins dos outros.

Forma facilitada de se ter o capital expandindo com suas diferentes formas ao aproveitar das diversidades geográficas e condições que os produtores familiares estão inseridos no Território Expansão.

IV.1. Características gerais dos núcleos familiares

A composição e estrutura familiar são parâmetros que condicionam maior ou menor engajamento das famílias nas suas relações de dependência ao capital. Além disso, contribuem para a interpretação comparada entre as três formas de ocupações oficiais das terras na Amazônia.

Constatou-se a partir das características gerais das famílias que as mesmas permanecem adotando dinâmicas produtivas a partir da lógica familiar. Portanto, os 150 produtores acompanhados foram caracterizados como produtores agropecuários familiares. No entanto, verificou-se com a pesquisa que as famílias possuem formas organizacionais e graus de engajamento diferenciados com outros produtores, sejam familiares ou patronais, confirmando a hipótese dos diferentes tipos de relações sociais devido às distintas bases materiais e à interferência do capital nos estabelecimentos familiares.

No gráfico 18, apresenta-se a informação em relação à condução dos estabelecimentos, quanto ao sexo do responsável, podendo notar que há o predomínio do sexo masculino ao assumir a função de responsável pelo estabelecimento. Nota-se por ocupação a seguinte distribuição: 93,6% dos estabelecimentos do PDS (Anapu), 92% da Colonização Antiga (Pacajá) e 87,2 de Assentamento em Senador José Porfírio estão sob a responsabilidade de homens.

Um dado a ser analisado na participação da mulher como responsável pelos estabelecimentos diz respeito ao momento e à idade que normalmente essas assumem a função. De acordo com a pesquisa, as mulheres que responderam ser responsáveis pelos estabelecimentos ou eram viúvas ou estavam separadas do marido e todas tinham mais de 40 anos de idade. Demonstram que apesar da família se iniciar, normalmente, com a vontade das mulheres em sair das casas dos pais e constituir o seu núcleo familiar é quase sempre o homem que se coloca como responsável pela família e pelo estabelecimento agropecuário.

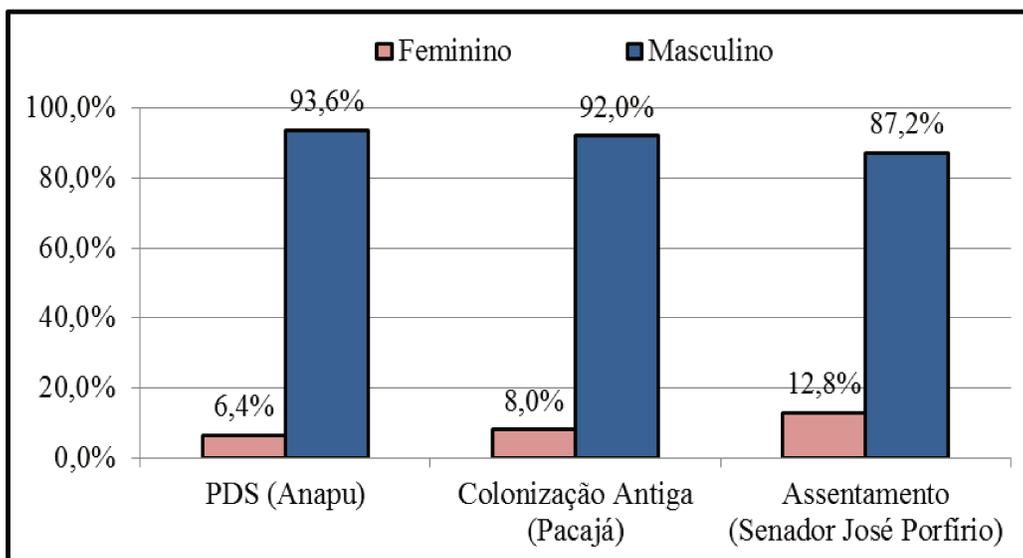


Gráfico 18 – Participação por categoria de gênero como responsável pelo núcleo familiar nas diferentes ocupações (municípios).

Fonte: Elaboração do autor a partir da pesquisa de campo, 2007 / 2008.

É interessante destacar que apesar do homem assumir a postura de responsável pelo estabelecimento, foi verificado in lócus que as decisões, em sua maioria, são discutidas e compartilhadas com as companheiras e com os filhos mais velhos. Nos estabelecimentos em que a família se constitui como família antiga, pode-se perceber claramente a divisão de tarefas determinadas, tendo assim, corresponsáveis pela produção diversificada.

Os estabelecimentos caracterizados com maior participação das mulheres, responsáveis ou corresponsáveis nas tomadas de decisões e estratégias familiares, apresentaram maior diversificação na produção, maior grau de escolaridade entre os filhos, principalmente entre as mulheres e, na maioria dos casos, melhores infraestruturas tanto para morada quanto para o desenvolvimento das atividades agropecuárias.

Em contrapartida, nos estabelecimentos sem participação feminina, percebeu-se maior percentual de pastagem, com poucas criações, maior fluxo de venda de força de trabalho para fazendeiros e uma tendência de migração para novas áreas, enquanto as famílias constituídas com a participação feminina tendiam a permanecer na terra com o objetivo de agregar valor para dividi-la entre os filhos futuramente (segurança familiar).

Os dados da pesquisa ratificam os números registrados no censo agropecuário (2006) quanto à participação feminina na produção agropecuária, registrando maior percentual de mulheres ocupadas na produção familiar ao invés da produção patronal. Nesse sentido, a produção familiar assume importante papel social ao possibilitar que as mulheres sejam

engajadas na produção com participação e, na maioria das vezes, nas decisões de condução dos estabelecimentos.

O gráfico 19 apresenta o percentual por categoria de gêneros nos estabelecimentos das três diferentes ocupações oficiais de terra na Amazônia, nos municípios em que se fez a pesquisa, a média de participação feminina na composição familiar está acima dos 40% do total de membros familiares.

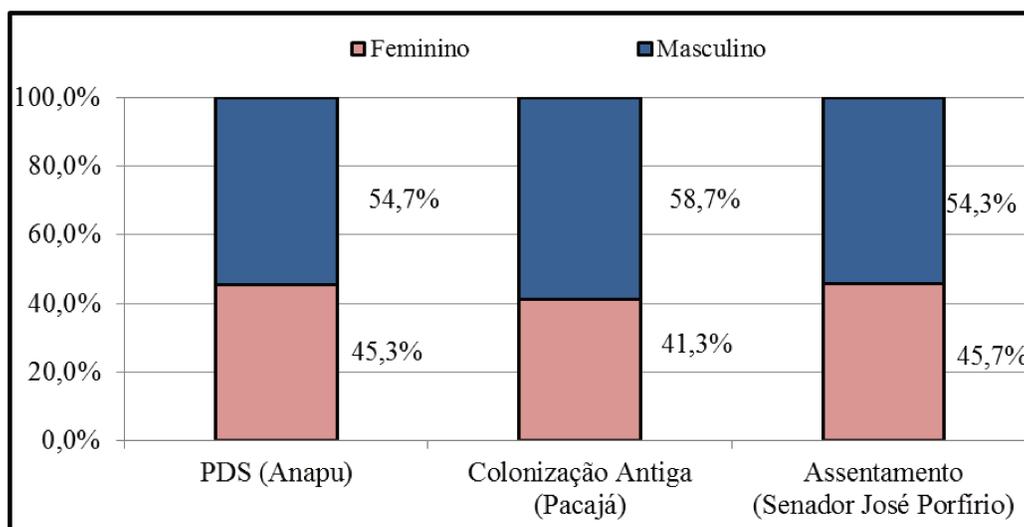


Gráfico 19 – Percentual por categoria de gênero na composição familiar nas diferentes ocupações.
Fonte: Elaboração do autor a partir da pesquisa de campo, 2007 / 2008.

O percentual encontrado entre as famílias participantes da pesquisa está acima da média nacional, próximo dos 35% da produção agropecuária familiar (gráfico 3). Em dados reais isso significa que há em média duas (2) mulheres por família, já que foi registrado o número médio de cinco (5) membros por família no quadro amostral. Entre as ocupações destaque para Colonização Antiga (Pacajá) que apresentou o valor acima da média, 2,5 mulheres nos núcleos familiares, é importante ressaltar que esse número responde à situação de ser o grupo com famílias mais numerosas, média de 5,72 membros, com máxima de 14 membros por família.

Outro dado importante de se perceber quanto à estrutura familiar diz respeito ao grau de amadurecimento do núcleo. Nesse sentido, foi constatado que há diferença significativa no comportamento de funcionamento entre as Famílias Antigas, aquelas que o núcleo familiar é coordenado por uma pessoa de mais idade e que tem a maioria de seus membros com idades aptas para trabalho e as famílias que os responsáveis são mais jovens e a maioria dos membros

são crianças e juvenis que não desempenham atividades produtivas regularmente nos estabelecimentos.

No caso das famílias mais antigas, apesar de existir venda de força de trabalho, principalmente dos filhos mais velhos, o recurso adquirido não é investido nas atividades de produção. Os filhos mais velhos que trabalham fora do estabelecimento usam o recurso arrecadado para as necessidades deles, esporádicos foram os casos registrados que o recurso foi destinado à melhoria dos sistemas de produção. Essas saídas dos estabelecimentos para trabalhar, ainda que não possibilitem retorno financeiro para o estabelecimento, é coordenada pelo responsável pela família, portanto, deixam-se as atividades do funcionamento familiar, na maioria das vezes, só quando não atrapalha o andamento mínimo da dinâmica que garante a reprodução familiar.

Por outro lado, registrou-se entre as famílias jovens a alta frequência de venda de força de trabalho com o objetivo de dinamizar o funcionamento do estabelecimento, sobremaneira por não terem recursos financeiros para iniciar as atividades de agricultura e/ou a criação em seus estabelecimentos, bem como na maioria dos casos não possuíam recursos suficientes para garantirem a alimentação básica das crianças e todos os outros membros que compõem o núcleo familiar.

Normalmente, o homem responsável pela família se submete ao trabalho temporário sem o mínimo de garantia, sendo o vaqueiro, o extrator de madeira ou assumindo qualquer outra função que o patronato local esteja demandando no momento. Além disso, foi percebido com a pesquisa que nos núcleos familiares considerados jovens, também as mulheres vendem suas forças de trabalho, na condição de serventes, merendeiras ou a professoras da localidade.

Nos gráficos 20 e 21, estão expostas as idades dos responsáveis e dos membros em geral que compõem as famílias. Ao observar os dois gráficos é possível perceber que as pessoas mais jovens que participaram da pesquisa estão concentradas nos PDS (Anapu), apresentando a mediana de 20 anos entre os membros e de 38 anos para os responsáveis pelos estabelecimentos.

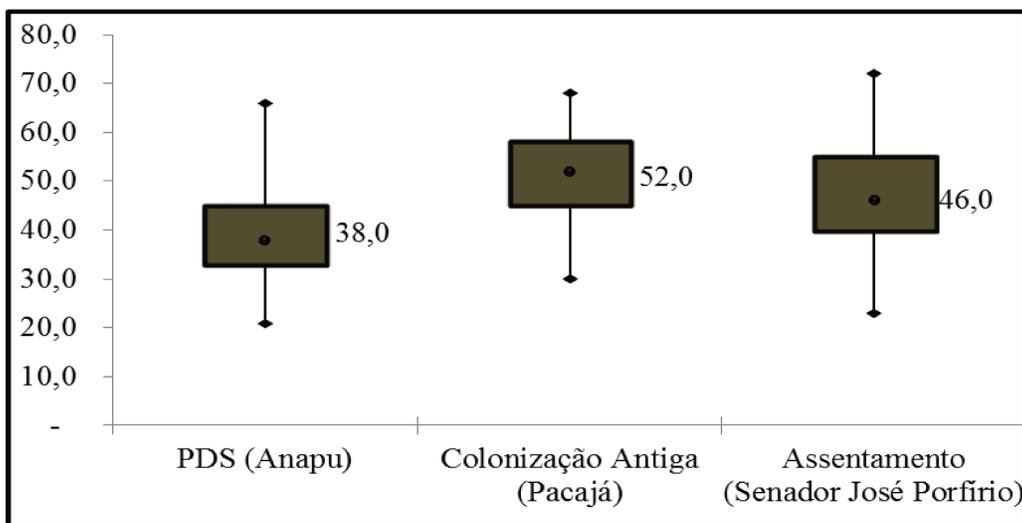


Gráfico 20 – Idade dos responsáveis pelos estabelecimentos nas diferentes ocupações (municípios).
 Fonte: Elaboração do autor a partir da pesquisa de campo, 2007 / 2008.

Para os outros dois grupos de produtores, assentados e principalmente os de colonização antiga, as idades dos responsáveis foram muito maiores que as encontradas nos PDS (gráfico 20). Os produtores responsáveis pelo estabelecimento no município de Pacajá apresentaram a idade mediana de 52 anos, enquanto os entrevistados de Senador José Porfírio a mediana de 46 anos.

A diferença percebida entre as três formas de ocupação não é tão expressiva observado a idade do núcleo familiar, os três grupos apresentam a mediana entre 20 e 30 anos, muito embora o comportamento da curva seja diferenciado, por exemplo, no caso de Anapu (PDS) a dispersão se dá entre 9 e 30 anos de idade, os dois outros grupos apesar das medianas 24 e 27 anos, a concentração de membros inicia acima dos 15 anos de idade e vai além dos 50 anos.

Ao tratar as informações referentes à idade dos membros, gráfico 21, nos diferentes núcleos familiares foi possível perceber que as famílias mais jovens que estão nas áreas dos PDS são em sua maioria oriundas do próprio Estado e apresentam à trajetória atrelada a agropecuária, sendo parte expressiva dessas famílias ligadas a núcleos familiares que estão há mais tempo praticando a agropecuária nas localidades e municípios próximos.

Os núcleos familiares dos assentamentos, Senador José Porfírio, apresentaram trajetórias diferentes entre eles, sendo a maior parte do grupo ex-garimpeiros oriundos do Nordeste que tiveram suas atividades interrompidas por determinação judicial e foram buscar na posse da terra os meios de sustentar suas famílias. Quando perguntado a esses produtores sobre a

perspectiva de permanência na terra, responderam que se reabrissem os garimpos, os mesmos abandonariam os estabelecimentos e voltariam para a garipagem.

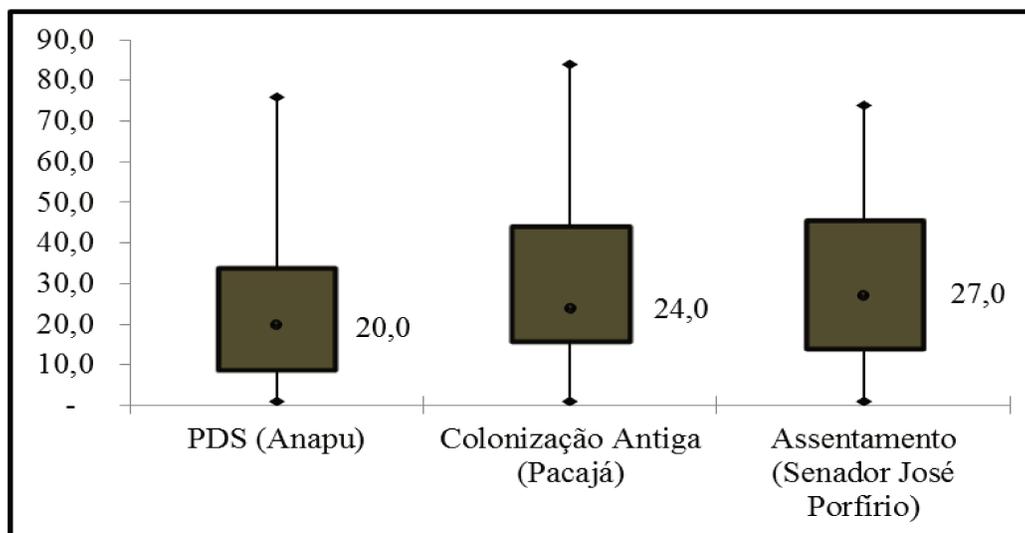


Gráfico 21 – Idade mediana dos membros familiares nos estabelecimentos nas diferentes ocupações.
Fonte: Elaboração do autor a partir da pesquisa de campo, 2007 / 2008.

Outro grupo encontrado entre os moradores da área de assentamento (Senador José Porfírio) diz respeito aos produtores familiares criados junto aos pais no trato da terra e com a criação de animais, portanto, formação voltada para o trabalho no espaço agrário e com o intuito de permanecer na terra e repassar para os filhos o sentimento de pertencimento do lugar e da “lida com a terra”.

No caso dos produtores pertencentes às áreas de colonização antiga (Pacajá), devido o tempo de permanência e estrutura gerada nos estabelecimentos, demonstraram-se mais interessados em permanecer com suas atividades, pensando até em adquirir mais terras para garantir a divisão adequada para os filhos continuarem a trabalhar com a agropecuária.

Entre os produtores entrevistados em Anapu, apesar de maior número concordar e acreditar no formato de ocupação de terra em que estão inseridos (PDS), alguns, afirmaram ter o interesse de migrar do estabelecimento em que estavam trabalhando por entender que as normatizações existentes para os PDS não permitem que os mesmos melhorem de vida. Esses consideram que ter o gado e a liberdade de explorar os recursos naturais condições prévias para uma vida com mais qualidade. Tal fato é percebido como conflito entre a racionalidade adotada pelos produtores nos estabelecimentos e a dinâmica pensada para os Projetos de Desenvolvidimentos Sustentáveis – PDS.

É interessante destacar que as famílias em condições e tempos distintos de permanência na terra demandam diferentes estruturas, proporcionando usos diversos dos recursos financeiros adquiridos no ano. Percebe-se que as famílias que estavam se instalando ou começando seus sistemas de produção destinavam maior parte dos recursos para se viabilizarem como produtores e preocupados com as despesas básicas das famílias, educação, vestimenta, saúde, transporte e alimentação, enquanto as famílias com mais tempo de estabelecimento, apesar de maiores retornos financeiros os gastos cotidianos (básicos) foram mensurados menores do que nas famílias que estavam iniciando seus sistemas de produção.

Essa comparação se faz importante para enfatizar a vulnerabilidade das famílias que estão se instalando nos estabelecimentos e o quanto se faz necessário o acompanhamento das mesmas e a destinação de políticas públicas coerentes a suas realidades. Observar os momentos históricos da Amazônia possibilita estabelecer a afirmação que os produtores familiares necessitam ser assistidos e subsidiados para não se submeterem à dinâmica exploratória do capital e se sujeitarem à desigualdade e à marginalização social.

Há nesse caso, a discussão sobre a emancipação dos produtores familiares, os quais durante determinado período deveriam ter o assessoramento necessário para a estabilidade social e produtiva para posteriormente trilharem os caminhos independentes. Para isso, políticas públicas, assistência técnica e formação continuada dos produtores familiares deveriam ser executadas, mas o que se vivenciou na Amazônia foram desencontros e desacertos das intervenções governamentais junto aos produtores, na verdade, verifica-se a tendência das ações governamentais por uma política dotada de vícios e arranjos para perpetuação do capital, não valorizando o “modus vivendi” dos produtores familiares locais.

Ao observar o gráfico 22, nota-se que os gastos anuais com despesas básicas são relativamente baixos se comparados com os gastos médios normalmente realizados pelas famílias residentes nos centros urbanos, isso porque os produtos necessários em parte são colhidos no próprio estabelecimento. Destaca-se a forma como as famílias realizam essas despesas, diferente das residentes nas cidades que estabelecem a lógica de despesas mensais. As famílias do agrário, normalmente, acompanham os períodos de safra para realizarem os gastos, o período pós-colheita possibilita arrecadar os recursos financeiros possíveis para adquirirem os produtos e bens necessários à reprodução familiar.

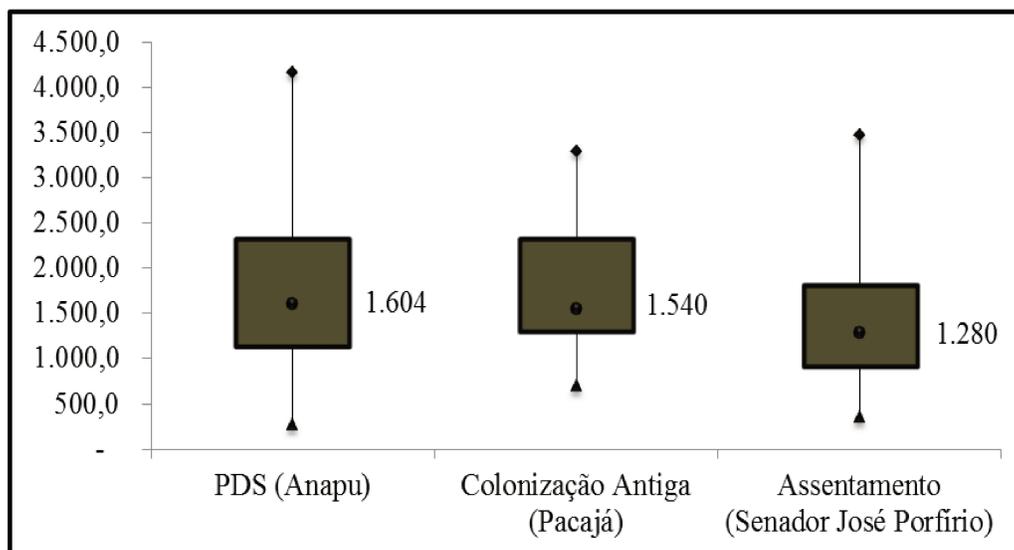


Gráfico 22 – Despesa no ano com gastos familiares nas diferentes ocupações (municípios).

Fonte: Elaboração do autor a partir da pesquisa de campo, 2007 / 2008.

As famílias agrupadas nos PDS apresentam a mediana pouco maior (1.604) que as demais famílias. A diferença não está só nos números, a natureza dos gastos chamou atenção durante a pesquisa, dado que as famílias que estão em Pacajá (colonização antiga) apresentaram gastos mais diversos, além das prioridades como alimentação, saúde, transporte e educação, as famílias fizeram gastos com lazer e aquisição de bens e utensílios.

Noutras condições, as famílias residentes dos PDS (Anapu) e Assentamentos (Senador José Porfírio) fazem seus gastos quase exclusivamente para suprirem as necessidades básicas, principalmente com alimentação e os problemas com saúde dos familiares. Na perspectiva de entender os gastos domiciliares, ficou evidente que esses, pelo menos no ano em que se desenvolveu a pesquisa, estavam diretamente atrelados ao volume de recursos financeiros decorrentes das rendas extras.

Os valores medianos de rendas extras por tipos de ocupações (municípios) são verificados no gráfico 23. Os familiares que estão nas áreas de colonização antiga apresentaram maior valor mediano (R\$ 5.862,00), assim como a máxima entre as famílias acompanhadas no ciclo agropecuário 2007/08. Por outro lado, as famílias das outras áreas apresentaram valores próximos da mínima (R\$ 1.200,00) registrada nos núcleos familiares de Pacajá, as rendas extra mínimas constatadas em Anapu e Senador José Porfírio foram de R\$ 120,00 e R\$ 40,00 respectivamente.

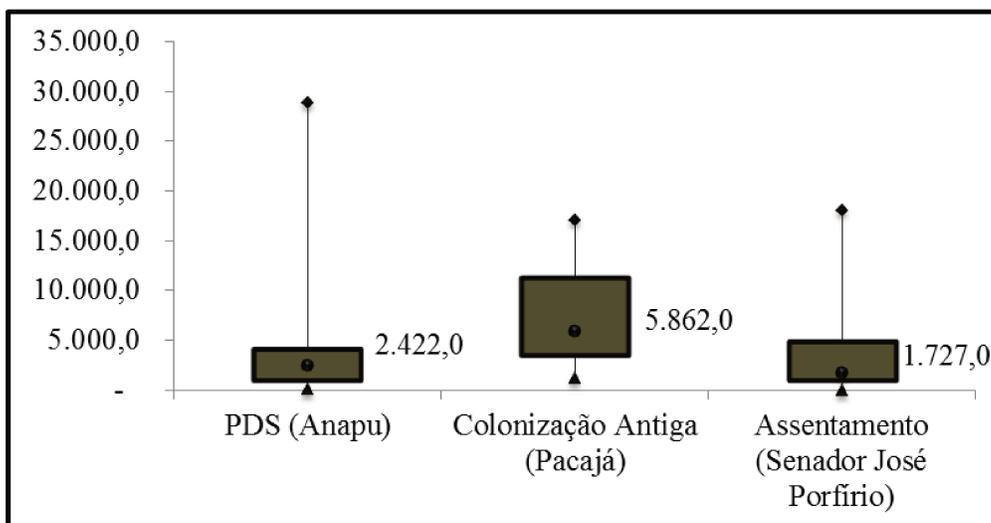


Gráfico 23 – Rendas extras utilizadas no ano pelas famílias nas diferentes ocupações (municípios).
 Fonte: Elaboração do autor a partir da pesquisa de campo, 2007 / 2008.

Ao observar a composição das rendas extras, foi verificada a participação de aposentadorias, benefícios, bolsa família, apoio institucional (projetos de instituições não governamentais), comércio variado (vendas de produtos no varejo) e venda de força de trabalho.

A análise ratificou a ideia da necessidade das famílias serem assessoradas, principalmente no período de inicialização de seus sistemas de produção, uma vez que há significativa dependência dos valores que foram disponibilizados às famílias advindos dos apoios institucionais governamentais, não governamentais e bolsa família. Dentre essas, estão fundamentalmente os produtores moradores dos PDS (Anapu) que apresentaram o montante de R\$ 26.592,00 em bolsa família ao passo que as famílias dos Assentamentos (Senador José Porfírio) e Colonização antiga (Pacajá) totalizaram juntas R\$ 18.600.

As famílias de Anapu e Senador José Porfírio contaram com valores expressivos oriundos de apoio institucional (governamental e/ou não). Os produtores dos PDS tiveram o total de R\$ 66.083,00 proporcionando a média de R\$ 2.002,50 entre as famílias e os produtores do assentamento (Senador José Porfírio) tiveram a média por família de R\$ 1.228,90 gerando o total de R\$ 22.120. A média estipulada para rendas extras se dá apenas com as famílias que receberam apoio, não contemplando todas as famílias das áreas. Devido o distanciamento das famílias do assentamento em Senador José Porfírio em relação ao comércio da sede da cidade, algumas famílias organizaram vendas no varejo em seus estabelecimentos, o recurso gerado (R\$ 35.954,00) desse comércio soma-se ao montante das rendas extras para custear as despesas domésticas e dos estabelecimentos.

As famílias de Pacajá (colonização antiga) diferenciaram das demais acompanhadas nas outras áreas por terem os valores de rendas extras oriundos em sua maioria de aposentadorias e da venda de força de trabalho (R\$ 54.780,00), proporcionando a média por família de R\$ 4.819,00, enquanto a média por família de Anapu foi de R\$ 1.491,00 e em Senador José Porfírio igual a R\$ 1.096,7. Apesar da média de rendas extras superior por família em Pacajá, o montante de recursos gerados a partir da venda de força de trabalho foi proporcionalmente maior em Anapu (PDS).

A diferença nos valores recebidos pelas famílias de Anapu e Pacajá teve duas explicações básicas. As atividades desenvolvidas pelos membros que vendem força de trabalho em Pacajá são consideradas mais especializadas, assim, saem de seus estabelecimentos para serem vaqueiros ou outros serviços que requerem mais experiências (lavoura cacaueteira) ao passo que as atividades desenvolvidas pelos familiares de Anapu foram quase sempre roço ou serviços com remuneração menor por dia. Além disso, os familiares de Anapu saem para trabalhar, na maioria das vezes, para seus vizinhos ou médios produtores próximos às localidades enquanto os que vendem força de trabalho em Pacajá atendem parte do patronato local.

O importante a frisar nessa análise, é que as famílias, de modo geral, necessitam e dependem de auxílios financeiros que não necessariamente conseguem adquirir com suas produções, sobremaneira as que estão em estado inicial de produção, como as famílias de Anapu (PDS) e Senador José Porfírio (Assentamento). Cabem nesses casos se pensar em formas alternativas de apoiar a permanência das famílias que não exclusivamente pela via do financiamento bancário, que não atende, na maioria das vezes, ao interesse e/ou à aptidão da família em produzir.

Uma das alternativas que se propõe é uso de “bolsa floresta”, ou seja, proporcionar subsídios financeiros fixados ao mês aos produtores que respeitam as leis ambientais e não implementam a prática da derrubada, podendo ser recursos governamentais ou por meio de ações institucionais não governamentais que viabilizem o desembolso de recurso a partir de apoiadores que necessitem responderem às políticas ambientais nacionais ou internacionais.

Não há uma defesa da floresta valor, da mercadoria verdade, mas sim de mecanismos que dinamizem os sistemas de produção, bem como a vida das famílias sem serem submetidas às relações desiguais e combinadas impostas pelo capital na Amazônia. Na verdade, adota-se essa ideia como alternativa por perceber em grande parte das entrevistas uma mudança de consciência

quanto ao uso dos recursos naturais seja por haver o acompanhamento dos movimentos sociais e ambientalista seja pelo receio de serem oprimidos pelos órgãos de fiscalização. Essa estratégia poderia ser adotada com as famílias que ainda possuem reservas e aceitaram as normatizações, mudando suas formas de ver os recursos naturais.

As famílias possuidoras de áreas desmatadas, grandes extensões de terras cobertas por pastagem, situação de parte dos produtores de Pacajá (Colonização Antiga) poderiam se usar alternativas de enriquecimento das áreas abandonadas com a adoção de Sistemas Agroflorestais – SAFs e uso intensificado de áreas com pastagens, fazendo o sistema rotacionado de criação bovina, melhoramento do rebanho trabalhando o potencial leiteiro e a demanda existente pelo produto e seus derivados. Dessa forma, poderia usar de programas desenvolvidos pelas empresas de pesquisa e extensão, a exemplo do “Balde Cheio”, programa proposto pela Embrapa que prevê a criação de vacas leiteiras em sistemas semiconfinados, com baixo custo de implantação e pequenas áreas para o manejo.

Necessita-se, na Amazônia, de favorecer as dinâmicas autóctones e as experiências de pesquisas, extensão e desenvolvimento que consideram as relações estabelecidas pelas famílias e os recursos naturais. Durante a pesquisa, percebeu-se a possibilidade de minimizar os problemas socioeconômicos com a participação dos produtores nas relações sociais e de produção, porém com novas posturas na apropriação e uso dos recursos naturais. Novas dinâmicas podem transformar as relações sociais estabelecidas na produção e negócios com outros sujeitos, sobretudo com os patronais, que no contexto atual se impõem submetendo parte expressiva dos produtores a situações degradantes.

O importante é proporcionar, a partir do diagnóstico concreto da realidade dos produtores, meios e alternativas que proporcionem maior autonomia, condições de produção e qualidade de vida às famílias. Por não serem assistidas e não conseguirem promover suas ações independentemente das relações desfavoráveis e, em muitas vezes, desumanas se tornam reféns voluntárias ou involuntariamente dos ditames impostos pelos patronais nas relações que se perpetuam na Amazônia.

IV.2. Aspectos de necessidades básicas para a vida dos produtores familiares

Ao analisar os aspectos considerados necessidades básicas às vidas das pessoas (educação; condições de moradia; serviços como energia e abastecimento de água; transporte;

dentre outros), foi possível perceber o quanto a falta dessas podem interferir no estímulo à produção, na dependência de outros sujeitos e na perspectiva de permanência das famílias nos estabelecimentos. Portanto, constatou-se que o não atendimento às necessidades básicas contribui nas formas de produção e nas relações sociais estabelecidas pelas famílias entre elas ou com os detentores de capital. Nesse sentido, faz-se análise de variáveis que minimamente atendidas pelo Estado condicionariam relações sociais e de produção distintas das percebidas ao longo da pesquisa.

Ao analisar a educação, ficou explícita a situação talvez predominante em outros séculos, mas pouco aceitável nos dias atuais. Um expressivo número de pessoas, apesar de cursarem algum grau de escolarização, estarem em situações de analfabetismo ou de alfabetizado funcional. Notadamente, isso reflete o processo histórico recorrente de descaso com a população que migrou para a Amazônia em busca da “terra prometida”, mas também caracteriza a ineficiência da escola rural e de programas de formação que arrebatam muitos recursos financeiros dos órgãos federais, estaduais e municipais, mas na prática não resolvem os problemas das pessoas.

Os três grupos (Anapu/PDS; Pacajá/Colonização antiga e Senador José Porfírio/Assentamento) possuem escolas municipais em algumas das localidades, essas atendem os alunos até a 4^a série do ensino fundamental menor no sistema em que as professoras, além de serem as “merendeiras” das escolas atuam em dois turnos (matutino e vespertino) com alunos de diferentes séries no mesmo tempo e espaço, a chamada escola multisseriada. Não bastasse a dificuldade de ensinar em condições, normalmente precárias, com quadros danificados e materiais desatualizados, as professoras precisam dar conta da defasagem de idade e ano escolar em meio às crianças começando sua formação.

Na tabela 37, as famílias situadas nos PDS (Anapu) são as com menor instrução escolar formal, com expressivo número (101) de pessoas respondendo ter ensino fundamental menor incompleto, poderia até registrar que esse número elevado se dá por conta da amostragem de pessoas serem maior nesse município, o problema é que isso não esconde o percebido com a pesquisa, as pessoas que estão nessa faixa (ensino fundamental menor incompleto) em grande proporção são pessoas com mais de 20 anos e que pararam de estudar há muito tempo.

As pessoas que responderam ter o ensino fundamental menor incompleto afirmaram ter abandonado os estudos por necessidade de trabalhar ou pelo fato das escolas estarem longe de seus acessos, sediadas nas cidades mais próximas.

Na configuração da tabela 37, verifica-se que as pessoas residentes nas localidades de Pacajá apresentaram melhores resultados quanto ao grau de escolarização. Tal fato, como já mencionado, acontece devido à maior facilidade de acesso e menor distância entre a moradia dos produtores e as escolas nas cidades de Anapu e Pacajá.

Tabela 37 – Grau de escolaridade dos membros das famílias nas diferentes ocupações.

Escolaridade	PDS (Anapu)	Colonização Antiga (Pacajá)	Assentamento (Senador José Porfírio)	Total geral
	Nº de Pessoas	Nº de Pessoas	Nº de Pessoas	Nº de Pessoas
Ensino Básico Completo (4ª série)	28	37	37	102
Ensino Básico Incompleto (1ª - 4ª série)	101	32	53	186
Ensino Fundamental Completo (8ª série)	9	20	4	33
Ensino Fundamental Incompleto (5ª - 8ª série)	39	14	19	72
Ensino Médio Completo (3º ano)	1	8	2	11
Ensino Médio Incompleto (1º - 3º ano)	2	6	7	15
Não Alfabetização	53	9	30	92
Sem Idade Escolar	68	7	19	94
Semialfabetizado	28	10	13	51
Total geral	329	143	184	656

Fonte: Elaboração do autor a partir da pesquisa de campo, 2007 / 2008.

Explicitar o problema da educação entre as famílias residentes das diferentes formas de ocupações oficiais diz respeito ao entendimento de que boa parte dos produtores é levada a situações constrangedoras por ausência de habilidades adquiridas na escola formal, por exemplo, operações matemáticas e principalmente a capacidade de leitura e escrita. Por não terem noções básicas dessas habilidades muitos dos produtores se fizeram ludibriados por outrem e assumem depender de terceiros para realizarem determinadas ações, podendo ser os filhos ou pessoas fora do núcleo familiar.

Além da necessidade da educação formal entre os familiares foi notado que aqueles que participam de atividades sociais com outros associados ou sindicalizados apresentaram facilidades de articulação e compreensão de fenômenos cotidianos, bem como maior capacidade argumentativa. Há, portanto, a necessidade de formação dos produtores, acreditando que qualificados, além de atuarem melhor nos sistemas de produção e assumirem responsabilidades sócio-produtivas, menos possibilidades teriam de serem ludibriados.

Com a análise da segunda variável, a moradia, a ideia era verificar mediante aos dados o grau de satisfação e necessidades que as famílias explicitavam quanto à casa de morada e a relação com o funcionamento do estabelecimento.

Como previsto, as famílias priorizam o funcionamento dos sistemas de produção e quando oportuno fazem os ajustes necessários para melhorarem as casas. Portanto, os recursos financeiros são primeiramente destinados à reprodução familiar (necessidade básicas) e para manutenção dos sistemas de produção, após essas demandas e tendo possibilidade são destinados a outras exigências, inclusive à casa de morada. Por isso, encontrou-se alto percentual de casas com paredes de barro e de madeira, apenas entre as famílias residentes em Pacajá (colonização antiga) foram registradas casas feitas com paredes de cimento.

As casas normalmente foram cobertas com palhas ou cavaco (telhas de madeira), esses materiais extraídos no próprio estabelecimento minimizam os custos com a construção da casa, aproveitando as árvores extraídas das áreas de roçados. As casas em quase sua totalidade foram construídas por membros das famílias só num segundo momento de permanência no estabelecimento. Ao chegarem às áreas providenciavam a derrubada para se plantar lavouras temporárias para garantirem a permanência no local e a demarcação de suas terras, sinalizando aos vizinhos há existência de responsáveis pela terra.

Observando o gráfico 24 nota-se o elevado percentual de casas construídas com paredes de barro ou madeira, destacando-se entre os moradores dos PDS (Anapu) o maior número de casa construídas de barro, madeira e palha à medida que em Senador José Porfírio (Assentamento) as casas de madeira foram as mais encontradas (68,1%). Devido menor fiscalização e acompanhamento em Senador José Porfírio (assentamento) o uso de árvores para construção das casas foi maior, acompanhando o ritmo do desmatamento na área.

No caso de Pacajá (colonização antiga) há 8% das casas feitas com cimento, além disso, as casas construídas com madeiras apresentam estruturas melhores que as encontradas

entre a maioria dos outros produtores. Tal fato se explica por terem melhores retornos financeiros, atrelado ao tempo de estabilização na terra, podendo investir nas casas de moradas. Não só em Pacajá, mas em diferentes casos entre os produtores as casas com melhores estruturas foram construídas devido aos produtores terem adquirido financiamento bancário ou apoio de instituições não governamentais.

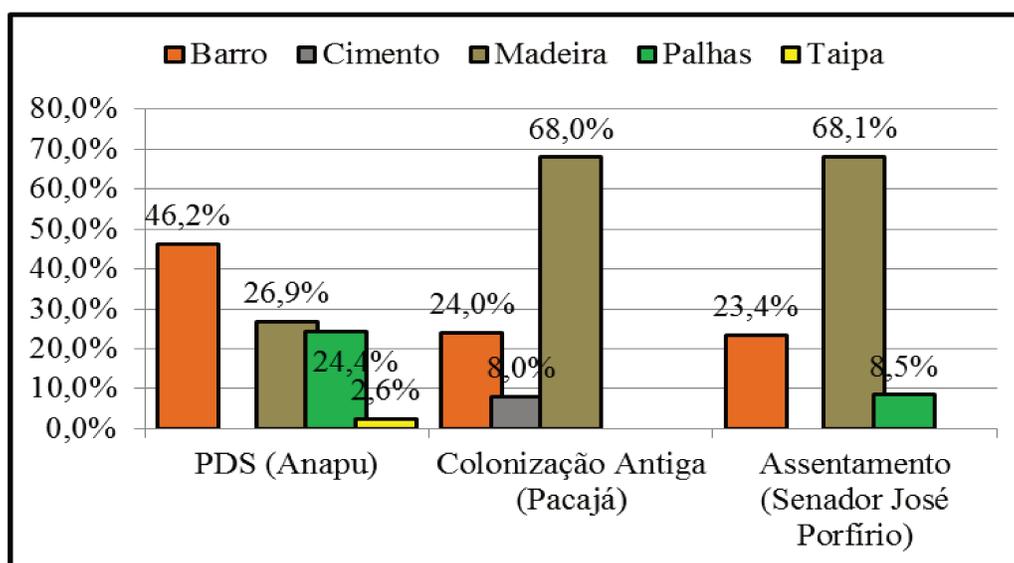


Gráfico 24 – Material de construção das casas de morada das famílias nas diferentes ocupações (município).
Fonte: Elaboração do autor a partir da pesquisa de campo, 2007 / 2008.

Nesses casos, são os incentivos externos proporcionando o mínimo às condições de vida dos familiares. Por isso o argumento que se deveriam garantir políticas públicas e intervenções mais próximas às realidades, já que mesmo as descompassadas e desarranjadas ações contribuíram para permanência das famílias no agrário, acredita-se que melhor seriam os resultados se essas fossem pensadas e organizadas para as especificidades dos produtores familiares.

As famílias que não tiveram como aproveitar as investidas feitas nos estabelecimentos ou não foram apoiadas com melhorias nas construções das casas, normalmente deixam em determinados momentos seus sistemas de produção para destinarem força de trabalho nas terras dos outros, adotam essa estratégia no intuito de arrecadar recursos financeiros para melhorarem as infraestruturas, mas se percebeu que os retornos são baixos em relação às necessidades da maioria das famílias.

Os incentivos existentes contribuem para as famílias o problema é que esses, na maioria das vezes, não estão adequados à realidade, sendo políticas públicas nacionais elaboradas para contextos distintos dos quais foram percebidas as famílias amazônicas ou projetos/programas de instituições propagados nos estabelecimentos por instituições não governamentais serem necessariamente adequadas às realidades familiares, tornam-se muito mais tentativas de reproduzirem técnicas ou práticas alheias às histórias de vidas das famílias.

Um exemplo clássico viabilizador de melhores condições e alternativas para produção é o estabelecimento possuir energia elétrica. Nas casas contempladas com essa política foi possível perceber a tentativa de verticalização de determinados produtos e, ainda, mais possibilidades de conforto aos familiares, inclusive de alimentação. No entanto, o número de casas contempladas com energia elétrica foi extremamente baixo considerado o total de estabelecimentos acompanhados. No gráfico 25, estão registrados os percentuais de casas que possuíam energia elétrica no período de pesquisa.

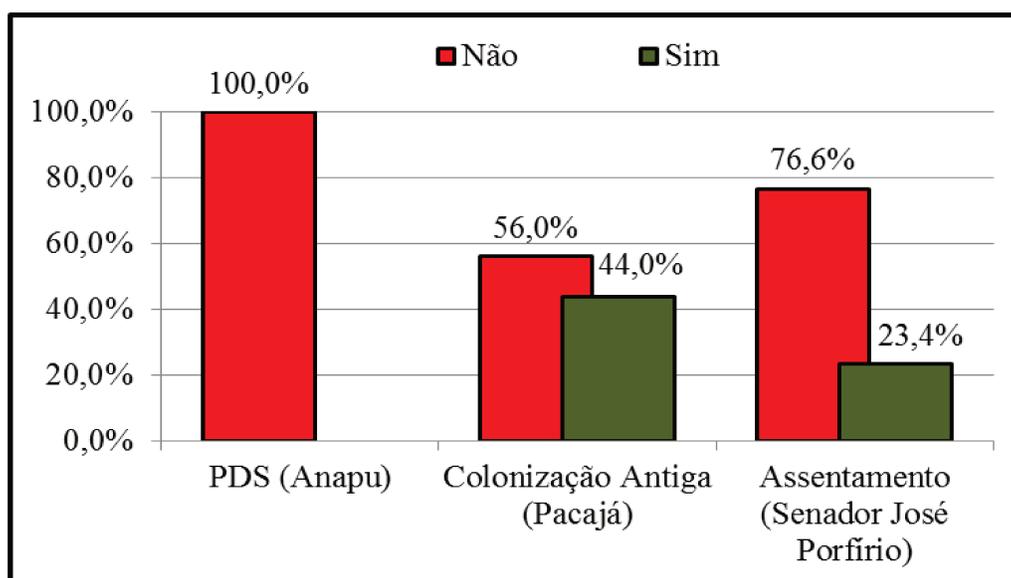


Gráfico 25 – Percentual de estabelecimentos de casas que possuem energia elétrica.
Fonte: Elaboração do autor a partir da pesquisa de campo, 2007 / 2008.

Nota-se no gráfico 25 que as famílias que estão nos PDS (Anapu) não são contempladas com energia elétrica e nos grupos de Pacajá e Senador José Porfírio apresentam casas que possuem esse serviço, 23,4% dos estabelecimentos das áreas de assentamento e 44% dos que estão na área de colonização antiga. É importante frisar a diferença no tipo de serviço fornecido aos dois grupos: enquanto os familiares de Pacajá (44%) possuem energia elétrica

fornecida pela companhia do estado do Pará, programa Luz para Todos, os produtores de Senador José Porfírio (23,4%) utilizam-se de pequenos geradores e para conterem os gastos com combustíveis são usados, apenas, algumas horas no início das noites.

O fato de se ter energia elétrica nas casas contribui diretamente para o tipo de fornecimento de água que as famílias utilizam. No gráfico 26, a seguir, tem-se o número de produtores que possuem o abastecimento encanado, prioritariamente por terem energia elétrica para bombear a água para o interior das casas.

Com exceção das famílias que possuem água encanada por conta da energia elétrica ou pela utilização do sistema de roda d'água, casos encontrados em Anapu e Senador José Porfírio, a maioria depende da água de rios, igarapés e poços comuns, conhecidos como “amazônicos” que são cavados braçalmente e não possibilitam o controle de tratamento por serem abertos e expostos à contaminação.

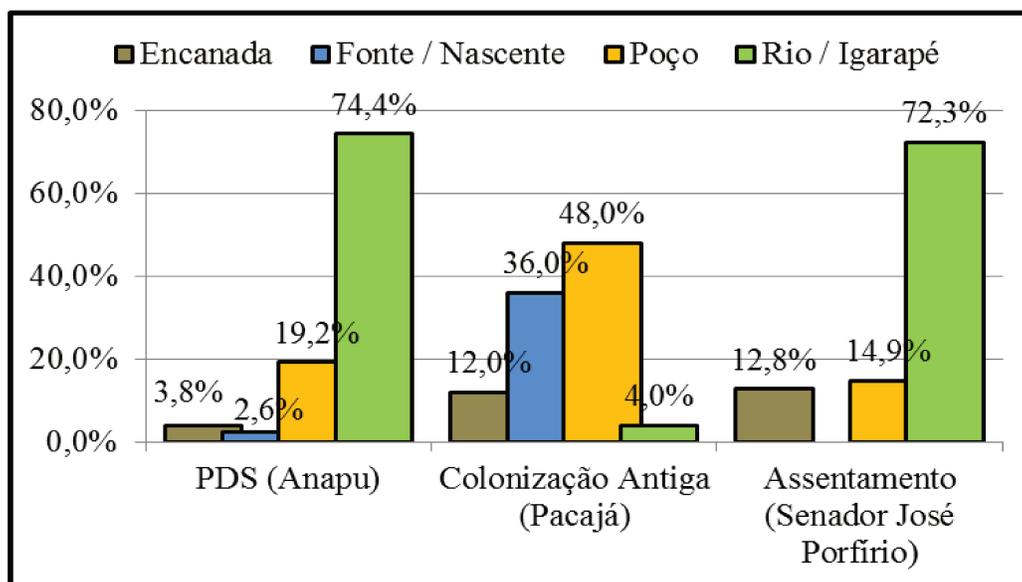


Gráfico 26 – Tipo de abastecimento de água nas casas de morada dos estabelecimentos.
Fonte: Elaboração do autor a partir da pesquisa de campo, 2007 / 2008.

As famílias assistidas pelas políticas nos estabelecimentos, além de garantirem maior conforto, possibilitam a permanência e perspectiva junto aos sistemas de produção, favorecendo a estabilidade das famílias. Essas podem providenciar meios de dinamizar suas produções ao ponto de não dependerem mais de estímulos externos, proporcionando um sistema de produção familiar com autonomia de gerenciamento e execução de suas atividades, participando mais tranquilamente das diferentes relações sociais estabelecidas.

Adotou-se para verificar o grau de estabilidade e perspectiva de permanência nos estabelecimentos das famílias se essas possuíam outras casas fora do estabelecimento, nas cidades ou aglomerados (vilas) rurais. Como pode ser notado no gráfico 27 apenas os familiares residentes nas áreas de colonização antiga (Pacajá) não possuem casas fora dos estabelecimentos. Isso não significa dizer que não tiveram, mas que num determinado momento da trajetória se tornou viável vender a casa que se tinha na cidade para investir em capital produtivo nos estabelecimentos, expressivo número entre os produtores de Pacajá adotaram essa estratégia ao longo do tempo.

As famílias que estão nos PDS (Anapu) e Assentamento (Senador José Porfírio) assumem manterem as casas nas cidades, normalmente em condições regulares ou precárias, como forma de precaução. Não sendo possível permanecer nos estabelecimentos passam a buscar alternativas nas cidades.

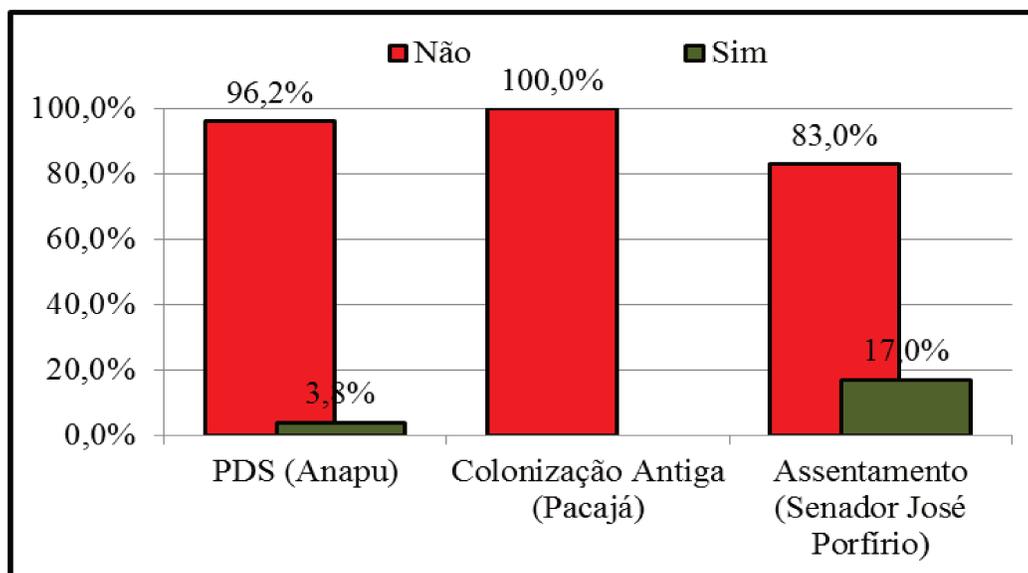


Gráfico 27 – Percentual de produtores que possuem casa fora dos estabelecimentos agropecuários.
Fonte: Elaboração do autor a partir da pesquisa de campo, 2007 / 2008.

Apesar de todos os produtores familiares entrevistados residirem nos estabelecimentos agropecuários com seus filhos, alguns criaram a estratégia das casas fora do estabelecimento para servirem como apoio em períodos de venda dos produtos ou em casos de doenças na família. Ressalta-se que todos que declaram ter casa fora dos estabelecimentos, responderam serem casas em condições ruins e em bairros periféricos das cidades, principalmente, no município de Altamira.

Os produtores durante a pesquisa possibilitaram compreender que se tivessem melhores condições de vida, atendimento mínimo às necessidades básicas, sentiriam-se mais à vontade para permanecerem em seus estabelecimentos, evitando inclusive a venda de força de trabalho. Fato é que se fossem atendidas as necessidades básicas seus custos de oportunidades seriam alterados, passando a ponderar sobre a necessidade de saírem dos estabelecimentos para estabelecerem relações indesejadas, conseqüentemente, diminuindo as possibilidades de submissão dos produtores agropecuários familiares às dinâmicas estabelecidas pelos patronais (capitalistas).

IV.3. Normatizações e uso da terra nas três formas de ocupações

Além das variáveis consideradas diferenciadoras das condições de vidas dos produtores nos três municípios (formas de ocupações) é preciso enfatizar que os princípios legais a serem seguidos são distintos para cada uma das modalidades de ocupação; dois importantes exemplos são os tamanhos dos estabelecimentos e uso que os produtores fazem de suas áreas.

Nos casos dos Assentamentos em Senador José Porfírio e Colonização antiga em Pacajá, os estabelecimentos deveriam ser de (100) cem hectares para cada família, podendo utilizar três hectares a cada ano para nova abertura, tendo o critério de não derrubar os 80% da reserva legal e não desmatar as Áreas de Proteção Permanente (APPs). A determinação dos estabelecimentos respeitava a normatização de módulo rural igual a cem hectares, mas no caso de Senador José Porfírio a ação dos órgãos oficiais indicaram no máximo (80) hectares para cada família.

Apesar da normatização estabelecida, os produtores de Pacajá (colonização antiga) apresentaram a média de desmatamento de 53,1% da área total dos produtores, inclusive realizada a transformação de APPs em áreas de pastagens. Quando questionados sobre a prática do desmatamento, a maioria dos produtores desse município responderam serem estimulados pelo Governo ao chegarem nas localidades. Tal resposta está atrelada à política de incentivo à permanência na terra para os produtores nas décadas de 1970 e 1980, momento em que era decretado que quem desmatasse mais teria incentivos e subsídios para se adquirir outras terras.

Outra forma que o Governo estimulou par o desmatamento no município de Pacajá foi por meio dos financiamentos destinados à pecuária bovina. Para conhecimento, entre os anos de 1990 a 2006 foi destinado ao município o valor de R\$ 1.727.397,92 no total de dezessete

contratos de FNO-Normal e mais R\$ 13.651.156,86 pelo FNO-Especial destinado à época aos pequenos produtores, contabilizando um mil seissentos e sessenta contratos. Juntos, os financiamentos possibilitaram a compra de 15.405 unidades bovinas, além de recursos para estruturação das propriedades com cercas e construções do tipo curral, aquisição de animais de tração e insumos. No período de 1990 a 2006 Pacajá foi contemplado com 2% de todo o montante de recurso destinado pelo FNO-Normal à pecuária bovina e com 22% do valor total para o FNO-especial aplicados no Estado do Pará (DISUM/BASA, relatório emitido em 16/07/2007).

A interferência das aplicações pode ser percebida quando observado o tamanho das áreas abertas para pastagem em cada estabelecimento, os produtores que acessaram o crédito abriram vários hectares de mata para implantação de pasto. Só entre os produtores que participaram da pesquisa o valor médio desse tipo de abertura é de 32,3% da totalidade da área em cada estabelecimento no ano de 2008. Anexo apresenta-se o mapa do município de Pacajá no ano de 2008 (Anexo D - Figura B), no qual se observa o quanto a estrada define o contorno do desmatamento gerado para criação bovina de maneira extensiva, além, evidentemente de ressaltar que nas porções que são decretadas áreas de assentamentos (em azul) se percebe nitidamente a diminuição dos desmatamentos em relação às áreas de colonização antiga que margeiam a rodovia (BR 230) Transamazônica.

Senador José Porfírio apresenta o valor de 44% de desmatamento da área total dos produtores pesquisados, com significativa diferença em relação a Pacajá quanto aos impactos desse desmatamento. Naquele caso a maioria da substituição da mata foi pastagem. No caso de Senador José Profírio o incentivo dado pelas agências de fomento e órgãos de assessoria técnica foi para as lavouras permanentes e não mais a pastagem, apenas 3% do total da área aberta pelos produtores destinou-se à pastagem, estabilizando a prática de derruba. Após plantio de culturas de ciclo curto, temporárias, ao invés de pastagem como em décadas anteriores os produtores adotaram o planito de lavouras perenes, principalmente, a lavoura cacaueteira.

Apesar da tendência de não se ter áreas crescentes de pastagem e sim a consolidação de lavouras perenes nos estabelecimentos, verificou-se que não há o planejamento adequado para o desflorestamento, uma vez que um número significativo de produtores não respeitaram as APPs existentes em sua terras. Pelo contrário, a proximidade dos leitos dos rios, foi condição estratégica para a formação de seus sistemas de produção. Mesmo assim, pode se notar que em

áreas de assentamentos (em azul, Anexo E - Figura C) ocorrem menores focos de desmatamento que nas demais áreas do município, consolidando uma alternativa de contenção à degradação dos recursos naturais.

Quanto ao tamanho da propriedade, Anapu, por se tratar de uma modalidade alternativa aos assentamentos convencionais normaliza que o produtor só pode fazer uso de 20 ha de terra, os demais (80 ha) que seriam de direito acompanhando o tamanho do módulo rural regional (100 ha) fica em porção descontínua da propriedade, como Reserva Florestal Coletiva, local de uso sustentado dos recursos naturais (flora e fauna) pelas famílias residentes dos PDS.

Notadamente, a modalidade tem caráter expressivo, teoricamente, na contenção do desmatamento e o combate à pecuarização, mas na prática tem mostrado problemas na execução. A maioria das famílias assentadas têm suas origens e trajetórias fora da agropecuária ou trabalhando na criação de bovinos em outras mesorregiões no Estado do Pará, principalmente, Sudeste, cidades próximas à Marabá, havendo incompatibilidade entre os objetivos e a finalidade da terra para as famílias e a normatização do uso da mesma.

Exemplo disto é o percentual de pastagem entre os produtores entrevistados nos dois PDSs de 2,2%, o que parece pouco, mas se considerar que cada produtor tem apenas 20 ha para serem utilizados e o tempo de permanência das famílias na área, média de 4 anos, representa uma tendência conflitante entre a normatização e a prática adotada. Parte dos produtores tem consciência e concordem com a normatização prevista para o uso da terra e ao invés da criação de bovino, os mesmos têm ampliado as áreas de lavouras permanentes. No ano da pesquisa foram registrados 9,6% da área total que as famílias podem usufruir com lavoura perene, com destaque para lavoura cacaueteira.

Outras práticas interessantes realizadas pelas famílias residentes nos PDS são os quintais florestais, 0,4% em média por estabelecimento e os sistemas agroflorestais (SAFs) que ocupam porção significativa da cobertura vegetal chegando a 7,8% da área total, média 1,6% dos vinte hectares que os produtores podem usufruir. Práticas essas que além de mitigar o desmatamento têm contribuído também para manutenção das APPS, as quais tem se tornado fonte de renda e alimento para as famílias ao adotarem o uso do fruto do açaí como complemento alimentar.

Apesar dos problemas de adaptação das famílias às práticas normatizadas nos PDSs, os recursos naturais nessas modalidades de ocupação na Amazônia são cada vez melhores

aproveitados. Acredita-se ainda que o acompanhamento e assessoria por parte dos órgãos de governo, principalmente assessoria técnica junto às famílias poderia se consagrar uma alternativa, na prática, viável para fixação das famílias no campo com menor agressão ao meio ambiente. No Anexo F – Figura D, pode-se observar apesar do elevado percentual de desmatamento no município de Anapu tanto as áreas de assentamentos (em azul) como as áreas dos PDS (em laranja) expressam pouco foco de desmatamento.

Um exemplo que poderia ser melhor aproveitado pelas famílias, caso tivesse o acompanhamento sério e eficiente dos órgãos competentes são os acordos que as famílias iniciaram com empresas madeiras na exploração de árvores da reserva coletiva. A iniciativa demonstra benefícios às famílias mesmo em processo de inicialização e com arranjos desfavoráveis aos produtores. Caso tivesse o acompanhamento e empoderamento das famílias para que as mesmas realizassem a contratação, gestão e execução das atividades o retorno financeiro e, conseqüentemente, socioeconômico seria mais expressivo com a prática sustentada nos recursos naturais. Nesse caso, percebe-se que a interferência do capital pode caracterizar menos danos aos recursos naturais e principalmente às famílias.

Mediante o acordo firmado com a empresa madeira em 2009, período após o acompanhamento das famílias, as mesmas conseguiram melhorias como construções de casas, aquisição de transporte coletivo (caminhão) e melhor organização entre os associados, sendo contemplados com diferentes cursos: técnica de manejo florestal, melhorias para os sistemas de produção agrícola, capacitação para organização social e comercialização dos produtos.

Em 2010, passou-se a ter acompanhamento das famílias em seus acordos por um conselho de instituições governamentais e não-governamentais. Essas são responsáveis pela formação dos familiares e pela intermediação dos acertos na venda da madeira, na aquisição de bens e equipamentos para associação e moradores em geral (MENEZES, 2010).

Percebeu-se o descompasso e a contradição quanto ao tamanho da superfície agropecuária utilizada, as atividades desenvolvidas e uso dos recursos naturais foram correlacionados com os aspectos de necessidades básicas às famílias e o desempenho econômico durante o ciclo agropecuário. Afirma-se que há contradição pois o processo comparativo apresentou que as melhores estruturas e retornos estão nas outras formas de ocupações ao passo que se percebe que a modalidade PDS (Anapu) tem feito melhor uso dos recursos, no entanto, além de menores retornos econômicos e baixos índices na qualidade de vida das famílias.

V. UNIDADE DE DIVERSIDADE, AS ESPECIFICIDADES DOS PRODUTORES AGROPECUÁRIOS FAMILIARES NO SUDOESTE PARAENSE.

A Amazônia não se explica por si mesma. Ela própria é síntese de muitas determinações, que ocorrem dentro e fora dela. Creio que não se pode explicar, por exemplo, a expansão (ou reprodução) do capital na agropecuária amazônica sem entendermos as motivações que conduziram esse processo de decisão e a efetiva execução deles. Essas motivações, inclusive, resultam e refletem o que está acontecendo nas profundezas da economia social (na estrutura produtiva), mas que só vêm à tona, a partir dos fenômenos de mercado (NASCIMENTO, 1983: 182).

Apesar de explicitadas algumas diferenças entre as formas de ocupações oficiais da terra, foi possível perceber que o mosaico das diversas trajetórias, perspectivas e tendências que compõem a unidade de diversidade da produção agropecuária familiar não são delimitadas, necessariamente, pela modalidade e condição de posse legalmente reconhecida. Os produtores trazem em suas histórias a vontade, têm no presente a base material e social que dispõem e estabelecem projetos a médio e longo prazo que os diferenciam entre si. Por isso, a intenção de compreender a partir da realidade concreta de cada um dos cento e cinquenta produtores suas racionalidades econômicas.

Para isso, a partir dos dados de pesquisa, os produtores foram organizados em grupos, considerando que as condições socioeconômicas e o ambiente em que estão as famílias traduzem evoluções distintas e situações desiguais de capitalização (FAO/INCRA, 1995: 24).

Faz-se necessário, ratificar, que não há uma tipologia padrão, ou seja, um agrupamento de produtores que seja reconhecido como ideal. Segundo pressuposto do guia metodológico publicado pela FAO/INCRA (1995: 25) e muito utilizado em pesquisas comprometidas com o agrupamento de produtores, não há uma tipologia válida para qualquer situação, mas sim é a realidade que apresenta os critérios relevantes para se operacionalizar o estudo das características dos produtores.

Na tentativa do melhor agrupamento dos produtores agropecuários que participaram da pesquisa, adotou-se a metodologia a partir da compreensão qualitativa subsidiada por procedimentos estatísticos, possibilitando estabelecer o Índice de Determinação da Produção Agropecuária Familiar (ID-PAF).

Para composição do índice, foram selecionadas onze (11) variáveis, consideradas possíveis: Tempo de chegada; Condição de posse; Percentual de Floresta Nativa; Renda Bruta em relação à Renda Extra; Mão de obra familiar em relação à Força Trabalho contratado; Índice Trabalho; Índice Consumo; Capital produtivo; Índice de Diversificação; Produtividade da Superfície Agropecuária Utilizada; e a Relação entre a produção consumida e produção vendida.

O teste, inicialmente, foi desenvolvido com todas as variáveis, no entanto se percebeu que algumas delas estabeleciam baixa correlação com as demais. Buscando melhor explicação com os fatores, foram mantidos, após alguns testes, apenas seis (6) das variáveis iniciais: Rendimento Agropecuário em relação à Renda Extra; Mão de obra familiar em relação à Força Trabalho contratada; Relação entre a produção consumida e produção vendida. Nota-se que essas três variáveis sempre estiveram presentes nas discussões feitas acerca da produção agropecuária familiar, balizando inclusive a definição adotada em lei. Além dessas três, foram mantidas as variáveis consideradas essências na determinação de produtores que estão na Amazônia, o Percentual de Floresta Nativa; o Índice de Diversificação; e a Produtividade da Superfície Agropecuária Utilizada.

A composição dessas seis (6) variáveis possibilitou estabelecer um coeficiente de correlação acima de 30%, indicando a possibilidade de utilização da Análise Fatorial. Tal constatação se tem usando o teste de esfericidade de Bartlett em que se verificou a existência de correlação suficientemente forte para a análise como constado na tabela 38.

Tabela 38 – Teste KMO (Kaiser-Meyer-Olkin) e Bartlett's

Kaiser-Meyer-Olkin Measure of Sampling Adequacy.		0,541
Bartlett's Test of Sphericity	Approx. Chi-Square	62,120
	Df	15
	P-value.	0,001

Fonte: Elaboração do autor utilizando dados de pesquisa, ano 2007/2008.

Observando-se a tabela 38 nota-se que valor p é de aproximadamente zero (0), ou seja, menor que o nível de significância $\alpha = 5\%$. Além disso, o teste que mede a adequação da utilização da Análise Fatorial para a base de dados, KMO (Kaiser-Meyer-Olkin), apresentou valor de 0,541 indicando a possibilidade da análise (valor acima de 0,50) para situação problema (NORONHA VIANA, 2005).

Utilizando as seis variáveis, a variância total mostrou explicação superior aos testes anteriores, na tabela 39, percebe-se os valores em que os “próprios iniciais” iguala-se ao número de variáveis em análise (seis). Entretanto, apenas nos três primeiros fatores os valores são superiores a 1.

Tabela 39 – Método de Extração: Análise dos Componentes Principais

	Valores Próprios Iniciais			Extração Soma dos Quadrados Loadings			Rotação Soma dos Quadrados Loadings		
	Total	% de Variação	Cumulat. %	Total	% de Variação	Cumulat. %	Total	% de Variação	Cumulat. %
1	1,694	28,230	28,230	1,694	28,230	28,230	1,507	25,116	25,116
2	1,204	20,074	48,304	1,204	20,074	48,304	1,303	21,720	46,837
3	1,045	17,414	65,717	1,045	17,414	65,717	1,133	18,881	65,717
4	,815	13,582	79,299						
5	,717	11,956	91,256						
6	,525	8,744	100,000						

Método de Extração: Análise dos Componentes Principais

Fonte: Elaboração do autor utilizando dados de pesquisa, ano 2007/2008.

É importante destacar, na tabela 39, o percentual apontado pelos fatores na composição da variação: o Fator 1 apresentou responsável por 25,12%; Fator 2 responsável por 21,72%; e Fator 3 responsável por 18,88%, proporcionando o cumulado de 65,717 de variação.

Desse modo, ao invés de utilizar os seis indicadores se tratou apenas três (3) fatores, os quais garantiram a explicação por 65,717% da associação total entre os dados. Na tabela 40, matriz dos fatores, gerada pelo método varimax, tem-se apresentação das variáveis que compõe cada um dos três fatores utilizados na análise.

Tabela 40 – Matriz dos fatores rotacionados, método varimax

Variáveis	Fatores		
	- Fator 1 -	Fator 2	Fator 3
Percentual de Floresta Nativa	0,708	-0,001	-0,183
Renda Bruta em relação a Renda Extra	0,119	0,023	0,835
Mão de obra familiar em relação a Força Trabalho contratado	-0,127	0,734	0,376
Índice de Diversificação	0,624	0,399	0,215
Relação entre a produção consumida e produção vendida	0,152	0,769	-0,381
Produtividade da Superfície Agropecuária Utilizada	0,750	-0,111	0,265

Fonte: Elaboração do autor utilizando dados de pesquisa, ano 2007/2008.

As cargas fatoriais são consideradas na correlação dos fatores com as variáveis estabelecendo coeficientes (podendo ser positivo ou negativo), necessitando para estabelecer o índice que fosse feita a redução a uma unidade comum, adimensional, de modo que foi feita a normalização das variáveis e, em seguida, calculados os indicadores de desempenho dos elementos.

Nota-se que o fator 1 tem em sua composição o percentual de floresta nativa; índice de diversificação e produtividade da superfície agropecuária utilizada, por isso foi definido como fator – uso dos recursos naturais. O fator 2 por sua vez corresponde às variáveis que relacionam a mão de obra familiar e contratada para o estabelecimento e a relação da produção consumida e vendida pelos produtores, sendo caracterizado como fator – mão de obra e consumo familiar. Por fim, o fator 3 apresenta a variável relação de renda bruta agropecuária e as rendas extras do ciclo agrícola.

A etapa seguinte foi hierarquizar e agrupar os escores fatoriais por critérios, tais como o de melhor desempenho e o da dispersão em torno da média aritmética. Pode-se construir assim, intervalos de classes que variam do baixo ao alto potencial de desenvolvimento, no caso da análise feita com os produtores, àqueles que tendem ao baixo potencial (0) tem menor determinação das condicionantes consideradas essenciais na produção agropecuária familiar, logo, no oposto, tendendo ao alto potencial (1) estaria o produtor agropecuário familiar ideal considerado as variáveis elencadas nesse estudo. A tabela 41, esboça-se a relação dos fatores com as faixas do índice (ID-PAF) estabelecido.

Tabela 41 – Relação dos fatores na determinação das faixas do ID-PAF

Faixas ID-PAF	- Fator I - Uso dos Recursos Naturais			- Fator II - Mão de Obra e Consumo Familiar		- Fator III - Relação Renda
	Percentual de Floresta	Diversificação	Produtividade da Superfície Agropecuária Utilizada	Relação Mão de Obra familiar e a Força de Trabalho Contratada	Relação produção consumida e produção vendida	Relação Renda Bruta e Renda Extra
0,60 - 1,00	(+++)	(+++)	(+++)	(+++)	(+++)	(+++)
0,40 - 0,60	(+++)	(+++)	(++)	(+++)	(+++)	(++)
0,30 - 0,40	(+++)	(++)	(++)	(++)	(++)	(+)
0,20 - 0,30	(++)	(+)	(+)	(+)	(+)	(+)
0,0 - 0,20	(+)	(+)	(+)	(+)	(+)	(+)

Fonte: Elaboração do autor utilizando dados de pesquisa, ano 2007/2008.

(+++) alta intensidade; (++) média intensidade; (+) baixa intensidade.

Como visto na tabela 41, os fatores correspondem com intensidades diferenciadas nas faixas estabelecidas, por exemplo, para haver o caso de um produtor agropecuário familiar ideal, faixa entre 0,6 e 1, faz-se necessário que o mesmo tenha a correspondência com todos os fatores com alta intensidade, enquanto os produtores que estão tendendo ao formato patronal ou pelo menos estão na última faixa estabelecida para produtores familiares apresentaram baixa intensidade em todos os fatores utilizados para esquematização do índice estatístico.

A partir dessa esquematização estatística foi possível estabelecer um ranking com os cento e cinquenta (150) produtores acompanhados durante a pesquisa. Como pode ser observado na tabela 42.

Tabela 42 – Tipos de produtores agropecuários familiares por faixa do ID-PAF

Faixas (ID-PAF)	Anapu (PDS)		Pacajá (Colonização Antiga)		Senador José Porfírio (Assentamento)		Total geral	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Até - 0,2	5	6,4	7	28	1	2,1	13	8,7
0,2 --- 0,3	37	47,4	18	72	13	27,7	68	45,3
0,3 --- 0,4	31	39,7	0	0	26	55,3	57	38
0,4 --- 0,6	5	6,4	0	0	7	14,9	12	8
Total geral	78	100	25	100	47	100	150	100

Fonte: Elaboração do autor utilizando dados de pesquisa, ano 2007/2008.

Na tabela 42, há um fato que notadamente chama atenção e aguçou ainda mais a realização da análise quantitativa conjugada à interpretação qualitativa das informações. Entre os produtores acompanhados, o coeficiente mais próximo do considerado ideal (1) pelos parâmetros delimitados no estudo foi próximo de 0,56, ou seja, apenas 56% do que se considerou como determinante à condição de produtor agropecuário familiar. Adianta-se que tal fato sofre influência de duas variáveis na análise fatorial, a participação da renda extra em relação ao rendimento agropecuário e o percentual de floresta nativa registrado nos estabelecimentos. No apêndice B, são organizados os produtores de acordo com as características gerais por faixa do índice à que o mesmo pertence.

A renda extra em muitos estabelecimentos foi considerada como essencial para a reprodução familiar, fazendo-se frequente seu uso com valores acima do rendimento gerado pela produção agropecuária. Essa situação foi principalmente encontrada nas famílias mais jovens e que por estarem começando seus sistemas de produção e tiveram que recorrer à venda de força de trabalho e/ou contar com apoio institucional no ano da pesquisa para viabilizarem suas permanências no espaço agrário.

O percentual de floresta nativa em determinados estabelecimentos condicionou alguns produtores à baixa variação no índice de determinação. Essa variável influenciou significativamente na determinação das famílias consideradas antigas devido o tempo de permanência e a quantidade de abertura de floresta, principalmente nas áreas com pastagens nos estabelecimentos. Assim, por mais que os produtores adotassem uma dinâmica próxima do ideal considerando os demais fatores, o baixo percentual de floresta nativa contribuiu no enquadramento geral dos produtores segundo o índice estabelecido.

Tal situação pode ser percebida ao analisar, na tabela 42, os produtores familiares que estão em Pacajá (Colonização Antiga) por apresentarem valores elevados com outras rendas e devido ao desmatamento gerado pelo tempo em que estão nas propriedades foram encontrados entre as faixas I e II no ranking do ID-PAF. Das vinte e cinco (25) famílias acompanhadas, 72% estão na faixa II e 28% na faixa I e apresentaram uma configuração no sistema de produção tendendo à estrutura menos familiar.

Portanto, apesar de ainda manterem a família na condução e execução das atividades as relações sociais e a dinâmica produtiva foram alteradas condicionando-os à maior dependência às relações externas, maior contratação de força de trabalho, a produção mais especializada com

uma ou no máximo três atividades, permanecendo principalmente a criação bovina e o cultivo da lavoura cacaeira, assim, dinamizando um sistema de produção voltado para o mercado, distanciando-se da prioridade de produção para a família.

Esse distanciamento é interpretado como menor autonomia na hora de determinar a produção e como produzir, pois os núcleos familiares ao invés de adotarem estratégias diretas de abastecimento familiar começam a pensar e a executar a produção pautada na demanda de mercado, mesmo garantindo a reprodução familiar, percebe-se mudanças principalmente na quantidade de força de trabalho destinada e na tentativa de maior volume de produção possível, apesar de núcleos familiares compostos por números pequenos de membros, rompendo a lógica de auto-exploração prevista por Chayanov.

Noutro extremo, próximo do que seria uma produção agropecuária familiar, considerando os parâmetros aqui adotados, foram encontradas apenas doze (12) famílias contabilizando 8% do total de famílias na faixa IV, entre 0,4 e 0,6 do ID-PAF, sendo inclusive o percentual menor do que registrado para as famílias que estão na faixa I (8,7%). Os produtores que tiveram o perfil mais próximo do esperado dentro da análise estatística foram registrados nos municípios de Anapu, cinco (5) famílias, e em Senador José Porfírio, as outras sete (7) famílias que se aproximaram dos critérios estabelecidos para o estudo.

O grande percentual de famílias foi caracterizado nas faixas II e III variando entre 0,2 e 0,4 na escala do ID-PAF, apresentando dentre elas uma diversidade de racionalidades e formas de conduzirem os seus estabelecimentos que chamou atenção durante a pesquisa, afinal, mais uma vez se coloca em questão o fato de que apesar do capital tentar enquadrar as diferentes formas de produção no processo de homogeneização, percebe-se que há uma heterogeneidade que se perpetua, tal afirmação pode ser constada no apêndice C ao analisar as características de cada produtor participante da pesquisa.

Dessas famílias, 107 do total amostral (71,3%) foram encontradas 50 delas na faixa II e com isso caracterizou 46,7% das famílias, estando localizadas em Anapu, 74% do total, e em Senador José Porfírio onde foram encontradas as 26% das famílias nessa faixa do ID-PAF. Os outros 53,7% foram encontrados divididos o maior percentual em Anapu, totalizando 54,3% das famílias na faixa III (entre 0,3 e 0,4) do ID-PAF enquanto os 45,7% eram residentes de Senador José Porfírio.

Utilizando da esquematização feita no capítulo III, tópico III.1, organiza-se na tabela 43 as famílias acompanhadas na pesquisa, considerando suas características gerais e o grau do ID-PAF. A tabela 43 apresenta apenas os números de famílias que estão nas diferentes relações. Já no apêndice C, tem-se o detalhamento de cada uma das famílias-estabelecimentos (150), explicitando os motivos e diferenças que subsidiaram a alocação das famílias em cada categoria (grupo) apresentada.

A composição dos dados quantitativos com uma interpretação qualitativa da realidade proporciona uma interpretação subjetiva sobre a mesma, mas se buscou o agrupamento da melhor forma possível, omitindo inicialmente as informações de quem eram os produtores e quais os municípios que residiam durante a análise e só depois do agrupamento feito foram identificadas as famílias caracterizadas dentro de cada categoria e a qual o município (tipo de ocupação da terra) pertenciam.

Pode-se notar na tabela 43, que das cento e cinquenta (150) famílias acompanhadas ocorreu a distribuição das mesmas em 30% Empresa Familiar Consolidada, 24,6% Produção Familiar em Transição e 45,4% Produção Familiar Tradicional. É interessante verificar a participação das famílias nessas categorias quanto ao ID-PAF, notadamente, as famílias que se enquadraram na faixa I (entre 0 e 0,20) do índice estiveram justamente nas categorias que vem historicamente mudando a lógica de produção, saindo da condição propriamente tradicional para estabelecerem relações capitalistas estando, assim, mais vulneráveis as suas interferências.

Das famílias que estão na faixa I do índice, seis (6) foram consideradas empresas familiares consolidadas e os fatores que determinaram para isso foram os valores de rendas extras, principalmente a proporção de força de trabalho vendida por familiares e a realização de comércios variados, o valor do capital produtivo em infraestrutura e a baixa diversificação da produção, essa quase exclusivamente para o mercado. As famílias consideradas mais especializadas apresentaram distanciamento da condição familiar tradicional (ideal 1) estão todas situadas em Pacajá (colonização antiga), contam com título da terra e estão em média a mais de vinte (20) anos nos estabelecimentos.

Tabela 43 – Categorias da Produção Agropecuária Familiar por Faixa do ID-PAF.

Faixas do ID-PAF	PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA FAMILIAR			
	Empresa Familiar Consolidada	Produção Familiar em Transição	Produção Familiar Tradicional	Total
Faixa I (0 a 0,20)	6	7	0	13
Faixa II (0,20 a 0,30)	21	18	29	68
Faixa III (0,30 a 0,40)	15	10	32	57
Faixa IV (0,40 a 0,60)	3	2	7	12
Total	45	37	68	150

Fonte: Elaboração do autor utilizando dados de pesquisa, ano 2007/2008.

As outras sete (7) famílias da faixa I foram agrupadas na produção familiar em transição. A produção em transição é aquela que de certo modo se distancia um pouco do idealizado para produção familiar, mas não chegou a se consolidar enquanto empresa familiar, principalmente porque as rendas extras originam-se de benefícios ou apoio institucional, podendo até serem caracterizadas de outra forma (tradicional) caso não tenha mais essas rendas, e, além disso, os valores em capitais produtivos e os rendimentos são bem inferiores àqueles encontrados nas famílias consolidadas como empresa no espaço agrário.

Constatou-se que essas famílias são mais vulneráveis às interferências do capital, principalmente por meio da subsunção da família às atividades degradantes de trabalho com baixos retornos financeiros e por normalmente venderem seus produtos abaixo dos preços médios de mercado, sofrendo com a apropriação do capital no momento da circulação da mercadoria.

As famílias, nos casos de produção agropecuária em transição estão situadas nas três formas de ocupações oficiais, sendo o maior número, cinco delas encontradas em Anapu, e uma em área de colonização antiga, Pacajá, e a outra entre as famílias assentadas em Senador José Porfírio.

A pesquisa permitiu verificar que as famílias que estão em Anapu em condição de transição, dificilmente tendem a se tornar uma empresa familiar consolidada, pois as variáveis analisadas se configuraram exclusivamente do período pesquisado não podendo afirmar que as mesmas foram mantidas nos anos seguintes. Nesses casos, acredita-se que as famílias tenderam a se estabilizarem enquanto famílias tradicionais e que a característica de produção agropecuária em transição tenha sido resposta a estímulos específicos dentro do ano agropecuário acompanhado com a pesquisa.

Fato marcante entre as famílias da faixa em condição de empresa familiar consolidada e em transição, principalmente aquelas, é que todas receberam recursos financeiros via crédito governamental, portanto tiveram num momento da história a interferência direta de políticas governamentais em seus sistemas de produção, de modo que conduziu significativamente para menor diversificação da produção e a necessidade de relações com os capitalistas mais próximas na busca de melhor participação nos mercados locais.

No gráfico 28, torna-se evidente a concentração das famílias nas faixas II e III do ID-PAF, constatando que essas estão expressivamente em condições de produtores familiares tradicionais, 40% das famílias acompanhadas com a pesquisa foram verificadas nessa condição. Outro dado importante notado no gráfico 28 é o fato de ter encontrado famílias nas faixas II e III consideradas empresas familiares consolidadas, isso por caracterizar que as famílias não precisam abandonar suas lógicas, ou seja, não se distanciarem de suas formas tradicionais para se consolidarem no espaço agrário.

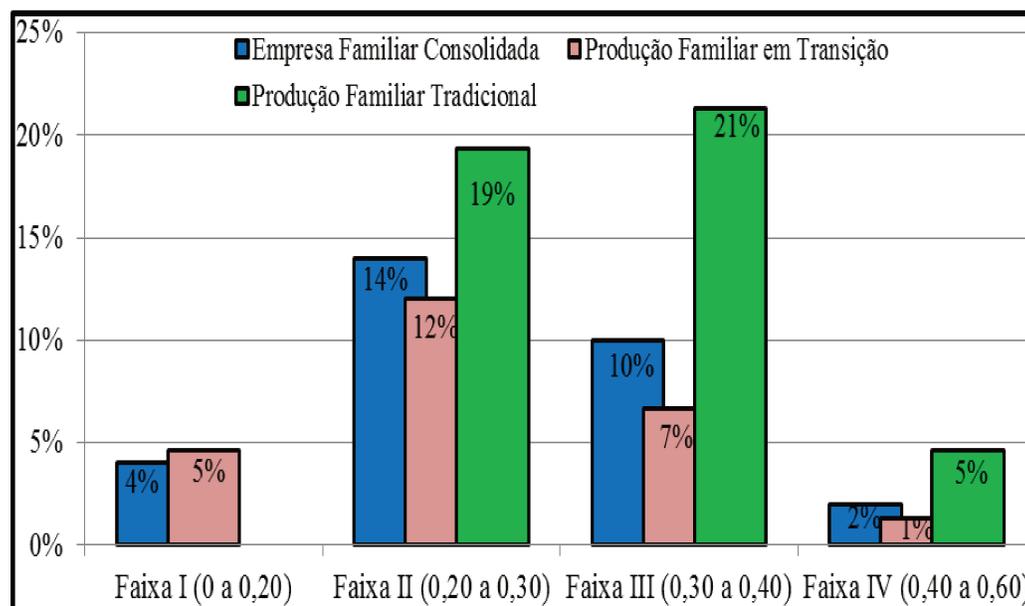


Gráfico 28 – Percentual de produtores por faixa do ID-PAF e categoria de produção agropecuária familiar.
Fonte: Elaboração do autor a partir da pesquisa de campo, 2007 / 2008.

As empresas familiares, consolidadas que estão nas faixas II e III somaram 24% do total de famílias que participaram da pesquisa. O marcante em suas estruturas é que ao mesmo tempo em que participaram diretamente do mercado, receberam crédito e estabeleceram relações de trabalhos além do familiar, vendendo ou contratando força de trabalho. Essas famílias mantiveram suas características quanto às relações internas, lógica familiar, e uma dinâmica de

produção com menos dano ao meio ambiente do que as alocadas na faixa I, tendo por sinal grande percentual de floresta e, além disso, considerado grau de aproveitamento da superfície agricultável, apresentando diversidade com quintais florestais, sistemas agroflorestais e as lavouras temporárias e perenes praticadas por membros das famílias, assim como as pequenas e médias criações.

Os 19%, produção familiar em transição, que somam ao total de 83% (faixa II e III) das famílias que participaram da pesquisa apresentaram características próximas das famílias consideradas tradicionais. Embora tendam ao maior engajamento com suas produções, principalmente a lavoura cacaueteira, com atravessadores e comerciantes, a estrutura que se configura nos estabelecimentos é de melhor aproveitamento da superfície agricultável, aumentando e intensificando o uso da área com a lavoura cacaueteira e ampliação dos sistemas agroflorestais.

Muitas famílias que estavam nessa condição e se consolidaram como empresa familiar mantiveram a estratégia de contenção ao desmatamento e aproveitamento de área para diversificação de produção, devido às limitações colocadas para a criação de gado bovino e à crescente demanda por produtos agrícolas na região.

As famílias da faixa IV do índice de determinação que estão distribuídas entre os municípios de Anapu e Senador José Porfírio representaram um percentual pequeno entre o número total de famílias acompanhadas e essas estiveram de acordo com a interpretação feita, agrupadas nas três categorias de produtores familiares organizadas durante a pesquisa.

Essas famílias, faixa IV, eram 2% empresa consolidada, 1% produção agropecuária em transição e 5% produção familiar tradicional. Apesar de baixos os valores em relação ao montante de famílias participantes, essas têm características com o esperado ao iniciar a pesquisa. Famílias que estivessem vivendo e trabalhando, tendo seus meios de vidas mantidos face às transformações e interferências externas às suas lógicas, mas que pudessem mostrar resultados satisfatórios dentro da concepção de sistemas produtivos sem degradar o meio ambiente, produzindo o suficiente para a reprodução familiar e participando do mercado com seus produtos excedentes.

Atualmente, não há famílias isoladas ou autossuficientes num território que não sofram a interferência pela expansão do capital. Contudo, foi possível encontrar e acompanhar famílias que resistem às perversidades e oportunistas dos agentes do capital, mesmo que para

isso tenham que redimensionar seus sistemas de produção e estejam constantemente repensando suas estratégias de continuidades.

Esse reduzido número de famílias somado às famílias que estão nas faixa II e principalmente na III, configuram sujeitos do território que devidamente estimulados a partir de suas realidades, conscientizando-os de que é possível produzir e melhorar a qualidade de vida sem necessariamente levar ao extremo o uso dos recursos naturais sem se submeter à lógica de que o ideal está no máximo lucro possível, acumulação de capital.

Para isso, equívocos históricos precisam ser reparados e deve ser dada a atenção devida às diferentes realidades das famílias-estabelecimentos que permanecem com estratégias familiares, com suas lógicas em meio à constante transformação. Dentre os problemas mais graves percebidos está a dependência das rendas externas que resultam quase sempre da impossibilidade de se produzir o necessário para sustentar a família e comercializar para sanar as necessidades básicas e da capacidade de produção.

A dependência de rendas extras está diretamente ligada a dois outros fatores influentes na manutenção e melhoria de um sistema de produção familiar, o tamanho e qualidade da área usada na produção e a distância do estabelecimento dos produtores.

No primeiro caso, tamanho e qualidade da área usada para produção, ficou constatado que áreas pequenas, minifúndios, são inviáveis para que as famílias possam trabalhar, isso não quer dizer que se deva ter vastas porções de terras por famílias, mas devido as famílias serem numerosas e pensarem em repartir a terra para fixarem os filhos no local, 20 ha por exemplo se torna pequeno, principalmente a depender da qualidade do solo. Tal fato foi verificado ao comparar as famílias que estão em Anapu com as residentes de Senador José Porfírio, apesar do período de permanência próximo, os produtores desse município por terem a certeza dos 80 ha em média serem deles, mesmo dependendo do documento oficial do INCRA, estão organizando o estabelecimento para um longo período de vida no local.

A estratégia não representou aumento no desmatamento da área, mas sim intensificação do uso da terra com lavouras permanentes e criações de médio e pequeno porte, não deixando de ter em determinados casos o rebanho de vaca leiteira. Enquanto as famílias que estavam no Anapu (PDS) apresentaram piores indicadores sociais, principalmente quanto à moradia e grau de escolaridade, e apesar de muitas estarem adotando os quintais florestais e os sistemas agroflorestais como atividade de produção, ainda, há constante saída de membros

familiares para a venda de força de trabalho alegando não se sentirem donos das terras e, além disso, por serem apenas 20 ha o que significa para eles não ter terra quando os filhos estiverem grandes e precisarem trabalhar, portanto a venda de força de trabalho passa a ser uma alternativa para a mobilidade social.

O fato de registrar que pequenas porções de terras são problemas para as famílias na Amazônia não significa falta de credibilidade no formato de ocupação PDS, pelo contrário faz-se que aqui uma constatação que remete a outro fenômeno percebido com a pesquisa, a formação e qualificação dos moradores dessas áreas. Caso fossem melhores conscientizados do aproveitamento dos recursos naturais sem terem que desmatar e continuar ampliando suas áreas de roçados, maiores seriam as possibilidades e alternativas para as famílias residentes desse formato de ocupação.

Partindo desse fato, o problema recai na contradição existente entre as trajetórias, a cultura e os hábitos dos produtores migrantes da região com o formato implantado. Mesmo assim, acredita-se que trabalho como atualmente tem sido feito, frequentes melhorias para localidade e divisão igualitária entre as famílias dos retornos financeiros da venda organizada de madeira a partir do plano de manejo e acordos com empresas responsáveis pela exportação, evidentemente, torna-se viável a continuidade dos formatos de PDS.

No caso dos assentados, famílias de Senador José Porfírio, o problema está nas distâncias que os produtores familiares precisam percorrer em estradas precárias para comercializar seus produtos, desistindo muitas vezes de fazer o percurso, negociam com atravessadores, quase sempre um fazendeiro em condições melhores, donos de propriedades de médio ou grande porte e também proprietário do caminho responsável pelo transporte de pessoas e produtos da localidade ao centro comercial de Altamira. Registra-se que produtores vendendo suas mercadorias pessoalmente na feira dos produtores, atualmente se tem pouco. A maioria que hoje assume a venda na feira são os atravessadores, ratificando o fato de pouca participação do produtor na formação do preço final do produto.

Dentre o que foi exposto, as famílias podem se viabilizar enquanto sujeitos do desenvolvimento territorial, mantendo suas lógicas. No entanto, faz-se necessário uma atuação séria por parte dos governantes reparando os equívocos e possibilitando condições de vida digna e com qualidade aos produtores e seus familiares, contrastando com as ações, até hoje, realizadas pelos Governos de favorecimento a pequenos grupos detentores de capital ao invés de subsidiar e

estimular a produção que muito tem contribuído para a produção nacional e que certamente se faz presente no agrário com menos danos ao meio ambiente e maior geração de emprego e renda.

V.1. Análise do rendimento das atividades agropecuárias

De acordo com Leite (2003: 120) o exame dos orçamentos familiares, ao longo do ciclo agropecuário, permite, por meio da composição do rendimento monetário e não-monetário perceber as estratégias traçadas pelos produtores para suas produções. Nesse sentido, se verificou os resultados obtidos pelos produtores de cada faixa do ID-PAF durante o ciclo agropecuário de 2007-08 com o intuito de testar se os dados quantitativos ratificavam a interpretação do funcionamento observado nos estabelecimentos durante a pesquisa.

Para tal análise foi necessário organizar os dados de produção de cada estabelecimento familiar, iniciando pelo valor do Produto Bruto (PB), valor de produção gerada durante o ciclo agrícola (LIMA et al. 2005: 77). Pode-se a partir dos valores de PB, verificar quais atividades mais contribuíram com o rendimento agropecuário total dos estabelecimentos. Descreve-se, a seguir, como foi realizado o cálculo do Produto Bruto tanto vegetal (PBv) quanto animal (PBa) e seu total ao sistematizar as informações de pesquisa.

$PBv = Qp \cdot p$ <p>Sendo: Qp = quantidade produzida, ler-se: $Qp = Qv + Qac$, onde: Qv = quantidade vendida Qac = quantidade para consumo p = preço unitário</p>	$PBa = Qv \times pm$ <p>Sendo: Qv = quantidade vendida $p.m$ = preço médio animal no ciclo</p>
--	--

Portanto tem-se o $PB = PBv + PBa$

Com o cálculo do Produto Bruto (PB) fez-se o exercício de verificação da relação entre as quantidades consumidas e vendidas ao longo do ciclo. Entendendo o fator minimização dos riscos da reprodução familiar e qual a principal finalidade de produção consumo familiar ou se está diretamente voltada para o mercado.

Quando subtraído do Produto Bruto o Custo Total da Produção (CTP), os gastos (custos) destinados ao processo de produção gerados com outros agentes econômicos (sementes, alimentação animal, força de trabalho contratada) possibilitou calcular o Rendimento Agropecuário (RA). Considerada a principal variável na avaliação dos estabelecimentos familiares, permitiu verificar o resultado econômico ao longo do ciclo agropecuário e se as famílias têm mantido a característica da economia embasada na produção agropecuária ou se tornado dependente de rendas extras para tocar o sistema de produção.

Em relação aos valores mensurados como Custo Total de Produção (CTP) detectou-se que apenas 15% dos gastos totais realizados pelas famílias foram destinados à produção, sendo os outros 85% destinados à manutenção da situação doméstica, portanto, foram despesas com necessidades básicas como alimentação, saúde, transporte e educação.

Na relação produção consumida e produção vendida registrou que 45% das famílias acompanhadas (67 famílias) tiveram coeficiente abaixo de um (1), o que significa que a produção do ciclo agropecuário (2007-08) destinou-se à comercialização, atendendo diretamente à demanda de mercado por produtos, principalmente, amêndoas de cacau, carne bovina e, além desses, foram comercializados os produtos excedentes, resultantes da produção de lavouras temporárias como arroz, milho, e farinha de mandioca que garantiria inicialmente a segurança alimentar das famílias.

As famílias com perfil de atendimento ao mercado foram encontradas nos três municípios (ocupações oficiais), sendo 35,82% das residentes em Anapu, 28,39% em Pacajá e 35,82% em Senador José Porfírio. Ressalta-se que muito embora tenha registrado famílias das três categorias de produtores familiares (empresa familiar consolidada, famílias em transição e famílias tradicionais), a maioria delas esteve nas condições de consolidadas e em transição, das faixas I e II do índice de determinação (ID-PAF). A saber, os 28,39% referentes aos estabelecimentos de Pacajá na amostra total são os 19 produtores dos 25 entrevistados nesse município que apresentaram a média do coeficiente de 0,35, sendo que para o grupo do município a mínima foi de 0,07 e máxima igual 0,78, enquanto as famílias nos outros municípios tiveram a média do coeficiente de 0,87, caracterizando valores próximos entre consumido e vendido pelas famílias.

No gráfico 29, apresentam-se os rendimentos agropecuários médios por faixa do índice de determinação (ID-PAF), no qual se torna evidente a relação da produção agropecuária e

o agrupamento feito a partir da pesquisa, tendo num extremo os produtores registrados na faixa IV (entre 0,4 e 0,6) puxando a média do rendimento agropecuário para R\$ 5.796,04 caracterizando a correspondência e dependência dessas famílias em relação ao rendimento agropecuário, enquanto noutra extremidade se tem os produtores familiares da faixa I que apresentam média baixa (R\$ 2.784,82) se comparados aos demais produtores agrupados em outras faixas, influenciando na média geral da pesquisa que foi de R\$ 4.264,89.

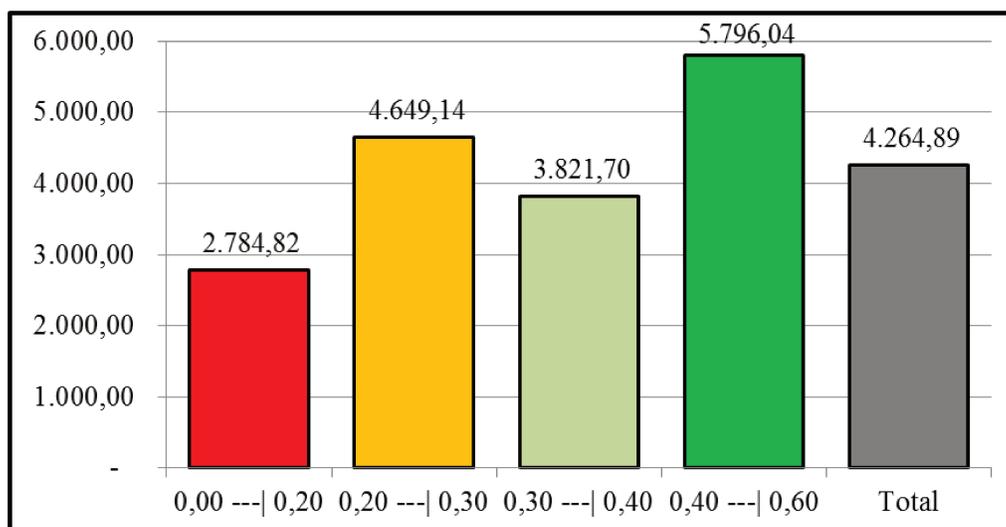


Gráfico 29 – Rendimento Agropecuário médio por faixa do ID-PAF.

Fonte: Elaboração do autor a partir da pesquisa de campo, 2007 / 2008.

Além da verificação da média é importante compreender a composição dos números e a condição dos produtores que compuseram cada faixa do índice. Objetiva-se com a verificação corroborar a constatação de que quanto mais se distancia do ideal (cf. tabela 41) na condição de produtor agropecuário familiar mais se percebe a concentração de renda. Por exemplo, os treze (13) produtores que estão na faixa I totalizaram o rendimento agropecuário de R\$ 36.202,60/ano, dentre eles cinco (5) produtores tiveram o rendimento no máximo de R\$ 1.000, quatro (4) apresentaram seus valores finais entre R\$ 1.000 e R\$ 4.000 e outros quatro contabilizaram, dois (2) deles entre R\$ 4.000 e R\$ 8.000 e por fim os dois (2) últimos tiveram o rendimento acima de R\$ 8.000, sendo a máxima entre eles o valor de R\$ 11.246,50/ano.

Para o entendimento do porquê essas treze famílias foram agrupadas na faixa I do ID-PAF faz-se necessário analisar o conjunto das variáveis que compõem o índice, cada uma delas com seu peso de fator dentro do estudo. Quando observada a interferência de renda extra e

estoque bovino nas dinâmicas de produção dessas famílias entende-se melhor o distanciamento dessas em relação às demais.

A saber, as famílias que apresentaram rendimento agropecuário abaixo de R\$ 1.000 significa que “optaram” pela venda de força de trabalho ou por participarem do comércio variado ao invés de dinamizarem, no ano da pesquisa a produção agropecuária, caracterizando uma estratégia destoante das implementadas pelos produtores atreladas à produção centrada na dinâmica familiar. E ainda, as famílias da faixa I obtiveram seus rendimentos agropecuários mediante a condução de um sistema especializado em lavoura cacaueteira, foram os casos das famílias com até R\$ 8.000 de rendimento e com a venda de gado bovino no caso das famílias que apresentaram no ano da pesquisa rendimento acima de R\$ 8.000.

As famílias agrupadas nas demais faixas apresentaram melhor distribuição dos rendimentos entre elas, assim, fazendo-se menos concentradoras e notadamente com melhor aproveitamento no que diz respeito à diversificação dos produtos agropecuários e produtividade por área, mantendo significativo percentual de floresta nativa nos estabelecimentos.

A faixa II (entre 0,20 e 0,30) o maior percentual (54,4%) das famílias contabilizaram rendimentos agropecuários entre R\$ 1.000 e R\$ 4.000 por ano, parte dessa produção foi utilizada no consumo familiar e alimentação dos pequenos e médios animais criados nos estabelecimentos. Além disso, foram registradas famílias (20,6%) com rendimento até R\$ 1.000/ano e os demais 25% responderam pelas famílias com mais de R\$ 4.000 por ano, sendo 10,3% no intervalo de R\$ 4.000 a R\$ 8.000, 5,9% das famílias com rendimento entre R\$ 8.000 e R\$ 12.000 e os 8,8% restante apresentaram valores acima de R\$ 12.000 com a produção agropecuária.

Nessa faixa, foi registrado o maior valor por estabelecimento do rendimento agropecuário, R\$ 46.625,00 gerado por um produtor de área de colonização antiga (Pacajá), a bem da verdade os números mensurados pelos produtores de Pacajá contribuíram para os resultados finais desse agrupamento. Afinal, dez (10) produtores da colonização antiga (Pacajá) apresentaram seus valores acima de R\$ 8.000,00.

Diferente do percebido entre as famílias da faixa I, as famílias agrupadas na faixa II, apresentaram menor dependência em relação às rendas extras, apesar do montante ter maior média de renda extra, por família foi expressivamente menor (R\$ 3.700,53) do que a média contabilizada para as famílias da faixa I (R\$ 7.270,31). A situação reforça a condição de maior atrelamento da dinâmica familiar com o sistema de produção do que os agrupados na faixa I que

recorreram ao constante uso de rendas extras ao longo do ano. Outro dado interessante é que apesar do valor gerado com a venda de gado bovino e amêndoa de cacau as famílias agrupadas nessa faixa apresentaram índices relativos à diversificação no sistema de produção com tendência de ampliação, principalmente com a implantação recente de novas áreas de Sistemas Agroflorestais (SAFs).

As famílias agrupadas na faixa III apresentaram a média de rendimento agropecuário de R\$ 3.821,70. Assim como as famílias da faixa II o aproveitamento do sistema de produção foi diversificado e com expressiva participação das atividades temporárias, sobretudo a comercialização de farinha de mandioca além de se ter a atividade de criação de aves como reguladora do sistema, contando durante todo o ano com o comércio de galinhas para responder à demanda familiar. A estratégia dos sistemas de produção diversificados, venda durante todo ano seja de farinha ou aves para sanar as necessidades das famílias, minimizaram a entrada de rendas extras nos estabelecimentos.

Essas famílias obtiveram os menores valores em rendas extras com a venda de força de trabalho. O grupo de família da faixa III caracterizou menor média entre as rendas extras, valor igual a R\$ 2.590,54, média essa estabelecida prioritariamente pelos valores adquiridos com bolsa família e a apoio institucional durante o ano. Dentre as cinquenta e sete (57) famílias da faixa III, 40% apresentou renda extra entre R\$ 1.000 e R\$ 4.000 e apenas 5% valores acima de R\$ 10.000.

A dificuldade encontrada pela maioria das famílias agrupadas na faixa III foi comercializar os seus produtos. Desde a venda de amêndoas de cacau até a farinha que foi comercializada no ano de 2008 teve a participação de diferentes atravessadores, justamente porque a quantidade comercializada de amêndoas e principalmente dos produtos temporários foi relativamente pequena, devido consumirem parte expressiva dos produtos. Nesses casos, apesar de se terem produtores em transição e consolidados enquanto empresa familiar, a maioria configurou produtores agropecuários familiares tradicionais (cf. tabela 43), essas contabilizaram 21% do total de famílias e são residentes dos municípios de Anapu e Senador José Porfírio.

As famílias agrupadas na faixa IV representaram 8% do total de famílias, dentre elas a maior participação foi de famílias consideradas tradicionais, essas basicamente comercializaram amêndoa de cacau com atravessadores nos comércio de Altamira e fizeram o aproveitamento das lavouras temporárias para o consumo de alimentos dos familiares. As rendas extras registradas

por essas famílias indicaram uma média R\$ 7.116,33, pouco abaixo da média verificada nas famílias da faixa I, mas com características diferentes devido às famílias agrupadas na faixa IV contarem com valor expressivo em aposentadoria e especificamente no ano da pesquisa terem casos de recebimento de herança entre os produtores.

A média de rendimento agropecuário (R\$ 5.796,04) dessas famílias deve-se à maior diversificação de produção, caracterizando o melhor aproveitamento da superfície agricultável. A maioria das famílias (50%) teve o rendimento entre R\$ 1.000 e R\$ 4.000 por ano, seguido do grupo (41,7%) de produtores que apresentou seus rendimentos entre R\$ 8.000 e R\$ 12.000 por ano.

Além da análise estatística descritiva foi feita a interpretação de correspondência para conferir qual a dependência que cada grupo de produtores (faixa do ID-PAF) em relação ao rendimento agropecuário. Para isso foram estabelecidas duas hipóteses: H_0 - Os grupos de produtores do ID-PAF não dependem do Rendimento Agropecuário e H_1 - Os grupos de produtores do ID-PAF dependem do Rendimento Agropecuário. Após o Teste Qui-quadrado ficou confirmado a dependência dos produtores agropecuários familiares em relação ao rendimento agropecuário, com o resultado de 65,12 com 15 graus de liberdade e p-valor 0,000, portanto $\leq 0,05$ (5%) rejeita a hipótese H_0 .

A correspondência possibilitou ratificar o fato dos produtores da faixa IV terem alta correlação (100) com a categoria de rendimento agropecuário entre R\$ 8.000,00 e R\$ 12.000,00, ao passo que os produtores da faixa I apresentaram forte correlação (100) com a categoria sem renda, confirmando que os produtores mais distantes da condição ideal de produtores agropecuários familiares tendem a não dependerem do rendimento agropecuário e quando fazem são com correlações menores e na maioria das vezes com uma ou duas atividades apenas (estabelecimentos tendendo a especialização).

Quando analisado o aproveitamento do produto bruto tornam-se evidentes as diferentes estratégias adotadas, ratificando o fato das famílias mais distantes do esperado entre os produtores agropecuários familiares, sendo, portanto, mais voltados para o mercado, dependentes de políticas públicas e o acesso ao crédito como condicionante do sistema de produção, enquanto as demais famílias (mais próximas do fator ideal) apresentam a produção mais diversificada, não comprometendo o sistema de produção ao considerar o número de membros familiares para trabalhar e, principalmente, fazendo melhor uso dos recursos naturais.

A diferença torna-se evidente quando observada a importância do sistema de criação e de cultivo para cada grupo. A criação pecuária, em especial a bovina, tem expressiva participação na dinâmica produtiva estabelecida pelas famílias em transição, sobretudo nas consideradas empresas familiares consolidadas, as quais foram agrupadas na faixa I da sistematização, enquanto as demais famílias (outras faixas) têm em seus sistemas de produção a participação estratégica das pequenas e médias criações tanto para o sustento das famílias como mercadoria a ser rapidamente comercializada.

V.2. Importância das atividades agropecuárias nos estabelecimentos familiares

Outros estudos realizados a partir da abordagem estritamente qualitativa no território paraense revelam que os produtores agropecuários familiares praticam em seus sistemas de produção mais as lavouras temporárias do que as perenes e a criação bovina. No entanto, há necessidade de se verificar a partir do instrumental estatístico a correlação das variáveis na racionalidade e estratégias adotadas pelas famílias que persistem no agrário conduzindo seus sistemas de produção.

O interessante está em perceber a participação das atividades agropecuárias, a partir de fatores objetivos, no funcionamento dos estabelecimentos, verificando quais as atividades contribuem para produção agropecuária familiar correspondente, mais ou menos, com o ideal de produtor agropecuário familiar.

Nessa perspectiva, adotou-se a análise de correspondência como parâmetro estatístico para verificar as correlações de forças entre as atividades agropecuárias e a categorização feita com os produtores a partir do ID-PAF. A análise de correspondência é uma técnica exploratória com a função de revelar o conteúdo dos dados (DER e EVERITT, 2002). Tem-se como requisitos que os dados não sejam negativos e devam estar organizados numa matriz retangular⁵⁰, facilitando a sistematização das informações para análise com gráficos, mapa perceptual, ajudando na detecção de relações estruturais entre as variáveis.

No gráfico 30, tem-se a distribuição das principais atividades agropecuárias por faixas do ID-PAF, visualizando que o produto bruto da atividade cultivo foi verificado entre

⁵⁰ Greenacre e Blasius (2006) afirmam que a análise de correspondência é baseada em frequências relativas, e deste modo o tamanho da amostra não é importante para a construção do gráfico.

todos os produtores familiares da pesquisa, seja empresa familiar consolidada ou produtores tradicionais. A questão é qual a participação do produto bruto cultivado nos diferentes agrupamentos de produtores, uma vez que se percebe a menor participação da atividade entre os produtores que estão na faixa I.

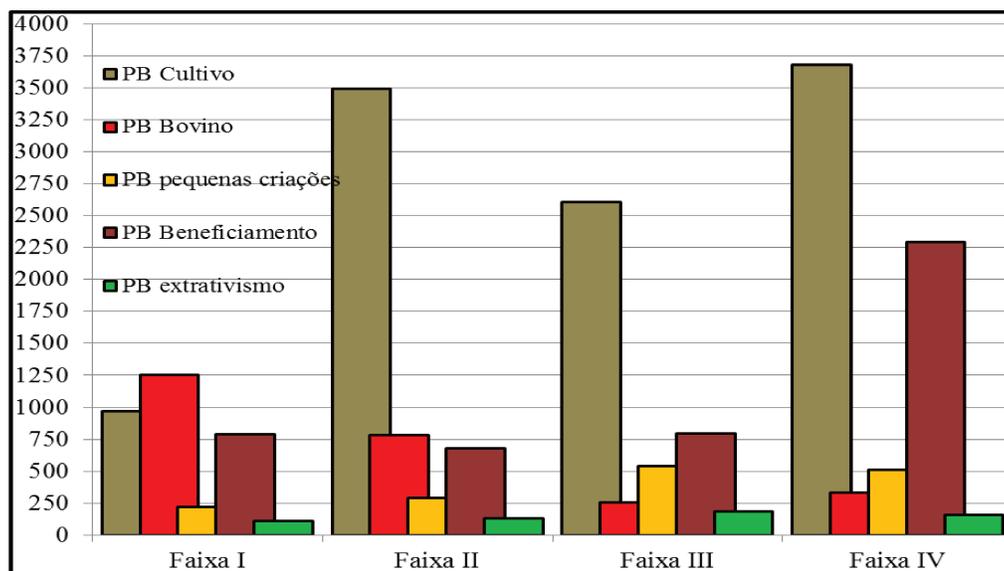


Gráfico 30 – Principais atividades agropecuárias por faixa do ID-PAF.
Fonte: Elaboração do autor a partir da pesquisa de campo, 2007 / 2008.

Percebe-se, no gráfico 30, menor participação da atividade cultivo na faixa I de produtores, com o valor de R\$ 966,69, enquanto os demais produtores apresentaram no ano da pesquisa valores acima de R\$ 2.500, tendo a máxima da média com os produtores da faixa IV do ID-PAF, R\$ 3.685,54, os produtores da faixa II obtiveram a média do produto bruto igual a R\$ 3.498,86 e os da faixa III o valor de R\$ 2.609,04, caracterizando maior dependência em relação à produção de cultivos entre os produtores com características mais próximas do esperado, como ideal, para os produtores agropecuários familiares.

Para verificar se de fato há dependência ou não por parte dos produtores familiares em relação à produção de cultivo foi realizado o teste de associação (Teste Qui-quadrado) com valor de significância de $\alpha = 0,05$, adotando as seguintes hipóteses: H_0 - Os grupos de produtores do ID-PAF não dependem da Produção de cultivo e H_1 - Os grupos de produtores do ID-PAF dependem da Produção de cultivo. Ficando comprovada a dependência pelos valores do Teste Qui-quadrado igual a 55,34 com 12 graus de liberdade e p-valor 0,000, portanto o p-valor do teste rejeita H_0 dado a significância de 5%, explicitando existir dependência dos produtores

agropecuários familiares em relação à produção de cultivo. Além disso, a informação restituída na análise tem as dimensões 1 e 2 apresentando a inércia acima de 90%, atendendo outra condição necessária ($> 70\%$) para o teste de correspondência.

Na tabela 44, estão os valores de correspondências entre as faixas de produtores e o Produto Bruto do Cultivo, notadamente que os produtores da faixa I (0-0,2) apresentam correspondência com a categoria do PB cultivo sem renda, sendo a correlação elevada (100), demonstrando que os produtores com menores resultados no ID-PAF tendem a não ter a produção de cultivo como variável determinante dos sistemas de produção.

Tabela 44 – Correspondências entre faixas de produtores ID-PAF e PB cultivo.

	Categorias	Faixas de Produtores ID-PAF			
		0,6 - 0,4	0,4 - 0,3	0,3 - 0,2	0,2 - 0
Produto Bruto Cultivo	Sem renda	-	-	-	100
	Até R\$ 1.000,00	-	-	70	88
	R\$ 1.000,00 -- R\$ 4.000,00	38	72	-	-
	R\$ 4.000,00 -- R\$ 8.000,00	-	89	-	-
	Acima de R\$ 8.000,00	82	-	90	-

Fonte: Elaboração do autor utilizando dados de pesquisa, ano 2007/2008.

Os produtores da faixa II (0,2 a 0,3) por outro lado apresentaram correspondência forte com a categoria acima de R\$ 8.000,00, nesses casos estão os produtores consolidados enquanto empresa familiar e os produtores tradicionais que possuem a lavoura cacaueteira como principal atividade entre os cultivos, portanto, apesar da forte correlação (90) dos produtores em relação à produção de cultivo, essa acontece em função da especialização que os estabelecimentos tem tomado ao longo das trajetórias.

Em melhores condições considerando a hipótese levantada estão os produtores da faixa III (0,3 a 0,4) e principalmente da faixa IV (0,4 a 0,6) que apresentaram correspondência com as categorias de maiores valores de produção de cultivo pautado na atividade diversificada, não dependendo desse modo de uma ou outra lavoura, mas de um conjunto de lavouras temporárias e perenes em seus sistemas.

O fato das faixas (III e IV) de produtores apresentarem correlações com as categorias de melhores valores (R\$ 4.000,00 a R\$ 8.000,00 e acima de R\$ 8.000,00) apesar de não serem tão fortes (82 e 89) ratifica a hipótese de dependência por parte dos produtores agropecuários em relação à produção de cultivo e corrobora para interpretação que o mais distante do ideal de

produtor agropecuário familiar, do ID-PAF igual a um (1), menor é a dependência da produção de cultivo, confirmado com elevada correlação da faixa I e a categoria de sem renda de produção de cultivo.

O gráfico 31, a distribuição representa as tendências de correlações (correspondências) entre os produtores e as categorias elencadas quanto ao PB da produção de cultivos.

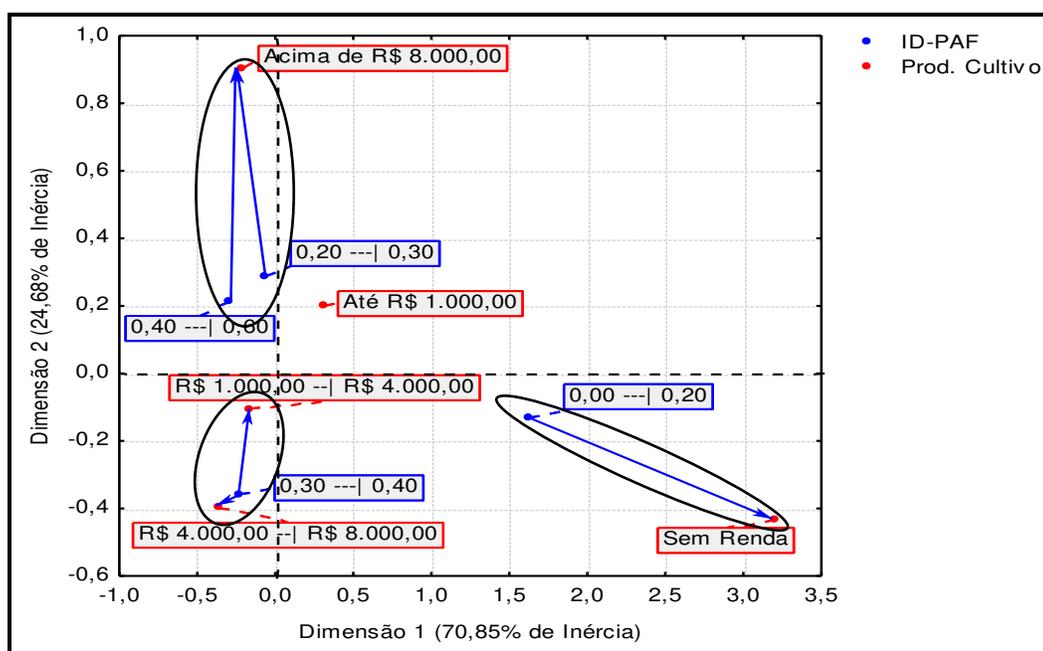


Gráfico 31 – Distribuição espacial, correspondências entre faixas de produtores e o PB cultivado.
Fonte: Elaboração do autor a partir da pesquisa de campo, 2007 / 2008.

A distribuição gráfica apresenta as faixas de produtores em quadrantes diferentes caracterizando distintas correlações estabelecidas com as categorias do PB cultivado. Os produtores da faixa I, por exemplo, apresentam correlação com a categoria sem renda tendendo ao distanciamento do ponto de convergência entre as dimensões 1 e 2 relevante para dependência dos produtores familiares em relação a produção de cultivo, portanto a forte correspondência entre os produtores da faixa I e a categoria sem renda os afastam da hipótese estabelecida para relação faixas de produtores e PB cultivado.

As demais faixas em condições diferentes de correspondência ratificam a hipótese. Ao analisar cada correlação estabelecida percebe-se que diferente da faixa I de produtores elas são posicionadas próximas ao ponto de convergência reforçando a característica de produtor

agropecuário familiar, segundo o ID-PAF, dependentes da produção de cultivo. Bem verdade, percebe-se diferenças na distribuição das três faixas em função dos valores encontrados com o PB cultivo, mas essas correlações não descaracterizam a dependência, pelo contrário apontam para o fato que a faixa III corresponde a categoria do PB entre R\$ 4.000,00 e R\$ 8.000,00 e a faixa mais próxima do ideal (1) encontrada (faixa IV) correspondente ao PB acima de R\$ 8.000,00.

As famílias que estão nessas faixas (III e IV) são consideradas em sua maioria como produtores tradicionais. Acredita-se que esses poderiam corroborar mais para o desenvolvimento do território caso fossem atendidas suas necessidades básicas e estimulados a intensificação do uso da terra, maior produtividade por área, mas isso teria que ser feito rompendo com a interferência histórica junto aos produtores como trabalhadores para o capital. Nesse sentido, seria pensar a Amazônia a partir de novas formas de desenvolvimento como afirma Loureiro (2009).

Ao caracterizar os produtores agropecuários familiares considerou que a criação de gado bovino não fosse uma atividade tipicamente da categoria ou, pelo menos, que essa não seja predominante nos sistemas de produção. Foi verificado que os produtores considerados empresas familiares consolidadas que tendem às formas não familiares de produção têm essa atividade, criação bovina, como atividade fundamental em seus sistemas ao invés do conjunto de produção de cultivo e criações de pequenos e médios portes como fazem os produtores tradicionais.

Ao estabelecer a análise estatística comprovou-se que a criação bovina não se faz uma atividade tipicamente de produtores agropecuários familiares. No exercício, foram determinadas as seguintes hipóteses: H_0 - Os grupos de produtores do ID-PAF não dependem da criação de gado bovino e H_1 - Os grupos de produtores do ID-PAF dependem da criação de gado bovino. O resultado estatístico usando o Teste Qui-quadrado apontou para o valor de 8,69 com 9 graus de liberdade e p-valor igual a 0,4668, considerando a significância do teste em $\alpha = 0,05$, não foi rejeitada a hipótese H_0 comprovando que não há dependência dos produtores agropecuários familiares com a criação de gado bovino.

Ao ser inviabilizada a análise de correspondência foi confirmada a ideia de que a criação de gado bovino tem maior importância entre os produtores patronais, apesar de alguns produtores agropecuários familiares, sejam empresas consolidadas ou produtores tradicionais, participantes da pesquisa praticarem a criação bovina em seus estabelecimentos.

Nessa análise, o importante, está na interpretação das políticas incentivadas pelos governos de ampliação da criação bovina no território contraditórias a racionalidade dos produtores familiares. As insistências contribuem para transformação do espaço agrário no sentido de condicionar cada vez mais os produtores familiares a dependência dos criadores patronais, assumindo a cria e recria do rebanho e corresponsabilidade nas taxas de desmatamento, limitando a viabilidade das famílias no agrário, tendo que vender suas terras e irem servir mais adiante, diretamente ao capital, como força de trabalho em condições de subemprego.

Diferente da criação de gado bovino, as pequenas e médias criações são essenciais na viabilidade dos sistemas de produção familiar e apresentam expressivo número de galinhas, galos, frangos e pintos nos estabelecimentos. Para que fosse estatisticamente testada a dependência, realizou-se o exercício feito para criação bovina e o resultado apontou a dependência entre os produtores das diferentes faixas com as pequenas criações.

A dependência dos produtores familiares às pequenas criações foi comprovada a partir da análise estatística ao realizar o Teste Qui-quadrado, obtendo o resultado de 24,87 com 12 graus de liberdade com p-valor de 0,0155. O p-valor $\leq 0,05$ rejeita a H_0 - Os grupos de produtores do ID-PAF não dependem das pequenas criações, comprovando que os produtores dependem das pequenas criações em seus estabelecimentos. E como as duas dimensões, 1 e 2, da análise estatística somaram mais que 70% (95,25%) condição necessária para continuar a análise de correspondência gerou-se a tabela 45 a seguir para visualização dos valores de correspondência entre as faixas de produtores e as categorias do produto bruto encontradas com as pequenas criações.

Tabela 45 – Correspondências entre faixas de produtores ID-PAF e PB de pequenas criações.

	Categorias	Faixas de Produtores ID-PAF			
		0,6 - 0,4	0,4 - 0,3	0,3 - 0,2	0,2 - 0
Produto Bruto Pequenas Criações	Sem renda	-	-	61	99
	Até R\$ 250,00	-	-	74	-
	R\$ 250,00 -- R\$ 500,00	63	-	-	15
	R\$ 500,00 -- R\$ 1.000,00	22	91	-	-
	Acima de R\$ 1.000,00	26	84	-	-

Fonte: Elaboração do autor utilizando dados de pesquisa, ano 2007/2008.

Na tabela 45, fica evidente como no caso da produção de cultivo que os produtores agrupados na faixa I do ID-PAF apresentam forte correlação com a categoria sem renda,

revelando que não há dependência em relação às atividades de pequenas criações na composição do produto bruto gerado, mesmo entre aqueles que possuem correlação com a categoria entre R\$ 250,00 e R\$ 500,00 o valor gerado é baixo, não expressando interferência em seus estabelecimentos, principalmente nas empresas familiares consolidadas. Importante ressaltar que há o estoque de pequenas criações nesses estabelecimentos, mas não caracteriza a dependência do sistema de produção, isso porque são estabelecimentos voltados para criação bovina ou cultivo de cacau.

Nas outras faixas de produtores, principalmente na faixa III a correspondência estabelecida tem expressiva interferência na dinâmica dos estabelecimentos, apresentando correlações de 91 com a categoria entre R\$ 500,00 e R\$ 1.000,00 e de 84 com a categoria acima de R\$ 1.000,00. Implicando no fato das famílias, a maioria em condições tradicionais, dependerem das pequenas criações para viabilizarem seus sistemas de produção e essencialmente atender às necessidades cotidianas seja como alimentação da família ou com venda para gerar recursos financeiros. A distribuição espacial das correspondências pode ser visualizada no gráfico 32.

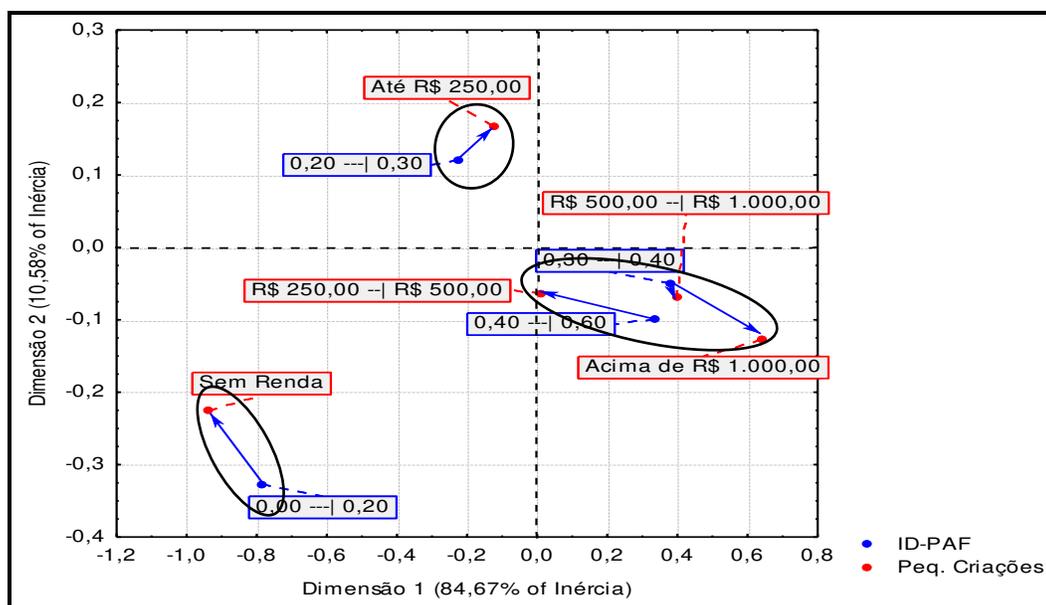


Gráfico 32 – Distribuição espacial, correspondências entre faixas de produtores e o PB pequenas criações.
Fonte: Elaboração do autor a partir da pesquisa de campo, 2007 / 2008.

Ratificando os dados apresentados na tabela 45 pode se notar a plotagem no gráfico dos produtores da faixa I em correspondência com a categoria sem renda distante do ponto de convergência das dimensões, apesar da forte correlação de dependência explicita-se o

afastamento da relação de dependência esperado ao estabelecer a hipótese, portanto a faixa I de produtores não depende das pequenas criações para manutenção de seus sistemas. Diferente das demais faixas apesar dos valores gerados com o PB pequenas criações, no ano da pesquisa, têm-se atividade como reguladora dos estabelecimentos, podendo ser percebido pelo número de cabeças em estoque que as famílias, sobretudo das faixas III e IV apresentam no gráfico 33.

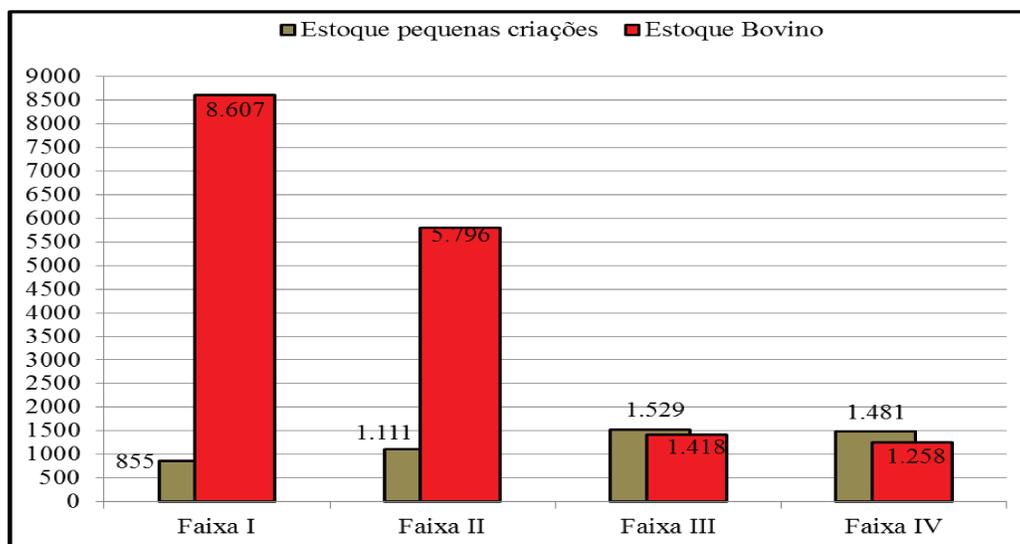


Gráfico 33 – Número de cabeças em estoque de pequenas criações e bovino por faixa de ID-PAF.
Fonte: Elaboração do autor a partir da pesquisa de campo, 2007 / 2008.

Nota-se no gráfico 33 que as famílias ao se aproximarem do considerado ideal enquanto produtores agropecuários familiares, faixas III e IV, o estoque de pequenas criações ganham proporções maiores que o estoque de bovinos. Na verdade o gráfico apresenta uma tendência inversa quando comparado estoque bovino e estoque de pequenas criações, uma vez que as famílias agrupadas nas faixas I e II contabilizaram estoques exponencialmente maiores que os números registrados para o estoque de pequenas criações.

A atividade de beneficiamento de produtos realizada pelas famílias apresenta comportamento semelhante ao observado na curva das pequenas criações. O aumento do produto bruto gerado com o beneficiamento se faz à medida que sai da faixa I e passa para faixa IV de produtores agrupados. A farinha como produto final é o maior responsável pelo produto bruto beneficiado gerado pelas famílias nas três ocupações oficiais, independente de ser empresa familiar consolidada ou produção tradicional. O diferencial está no grau de dependência, não deixando de contribuir para a manutenção do sistema de produção e como alimentação das famílias.

De acordo ao Teste Qui-quadrado realizado rejeitou-se a H_0 - Os grupos de produtores do ID-PAF não dependem da atividade beneficiamento. Os resultados estatísticos geraram valores significativos para correspondência, 52,14 com 12 graus de liberdade e p-valor 0,000 confirmando a existência da dependência entre os produtores e o beneficiamento dos produtos por ter o p-valor $\leq 0,05$, em particular da fabricação de farinha.

Com a inércia das dimensões 1 e 2, correspondendo a 99,10% de informação restituída teve-se as famílias da faixa IV estabelecendo correlação forte (100) com a categoria de PB beneficiamento maior que R\$ 3.000,00 e as duas outras faixas (II e III) tendendo as categorias entre R\$ 500,00 e R\$ 1.000,00. O beneficiamento de farinha pelas famílias caracterizou mais uma atividade reguladora dos sistemas de produção familiar na Amazônia, primeiro por estar naturalmente na base alimentar das pessoas e segundo por ser um produto (farinha) que pode ser produzido o ano inteiro sem muitas exigências.

A atividade pouco agrega valores financeiros aos estabelecimentos familiares, sua principal contribuição está na participação como alimento básico dos membros familiares que residem nos estabelecimentos, minimizando os custos de aquisição de produtos fora dos mesmos. Caracterizam uma atividade tipicamente da economia invisível do ponto de vista financeiro e extremamente importante como subsídio de continuidade das famílias no agrário.

A mesma representação tem o extrativismo para determinadas famílias, principalmente as consideradas tradicionais, que pautam seus sistemas de produção da forma mais diversa possível, inclusive tendo os recursos naturais e o extrativismo como reguladores da condição prévia. As famílias que apresentaram o uso dos recursos naturais em seus perfis têm perspectiva de agregar maiores valores financeiros, sobremaneira com o uso múltiplo das florestas e não necessariamente com a madeira como tem acontecido nos PDSs.

A característica de aproveitamento dos recursos naturais é assumida a partir do momento que são restringidas as ações degradantes e ilegais, com atuação das instituições responsáveis pela fiscalização, mas principalmente quando as famílias começam a serem conscientizadas da necessidade de conservação dos recursos naturais e são ofertados cursos para o tratamento dos produtos com o objetivo do uso doméstico ou para venda.

No ano em que se realizou a pesquisa os valores referentes ao produto bruto extrativismo foram de pouca influência na condição financeira, mas contribuiram diretamente no cotidiano de parte expressiva das famílias principalmente as consideradas tradicionais. Essas

fizeram aproveitamento do fruto do açaí e outros produtos como cipó titica para confeccionarem vassoura, além evidentemente do uso de galhos e restos de árvores para queima nos fogões. Esse tipo de aproveitamento, madeira em lenha não foi mensurado, mas se não fosse a utilização desse recurso os custos domésticos seriam expressivamente elevados ao terem que adquirirem gás de cozinha para garantirem a alimentação. Caracterizando desse modo produto apesar de nenhum valor financeiro para as famílias pesquisadas o alto valor econômico por ser aproveitado como estratégia de diminuição de custos para os produtores.

A situação de dependência dos produtores em relação ao extrativismo ficou comprovada ao se obter com o resultado estatístico de rejeição à hipótese H_0 - Os grupos de produtores do ID-PAF não dependem da atividade extrativismo e a não rejeição da H_1 - Os grupos de produtores do ID-PAF dependem da atividade extrativismo, mediante aos valores do Teste Qui-quadrado de 50,14 com 12 graus de liberdade e p-valor $\leq 0,05$ (0,000) e com a soma das inércias das dimensões 1 e 2 igual a 99,90% de informação restituída foi possível prosseguir a análise de correspondência, esboçada no gráfico 34.

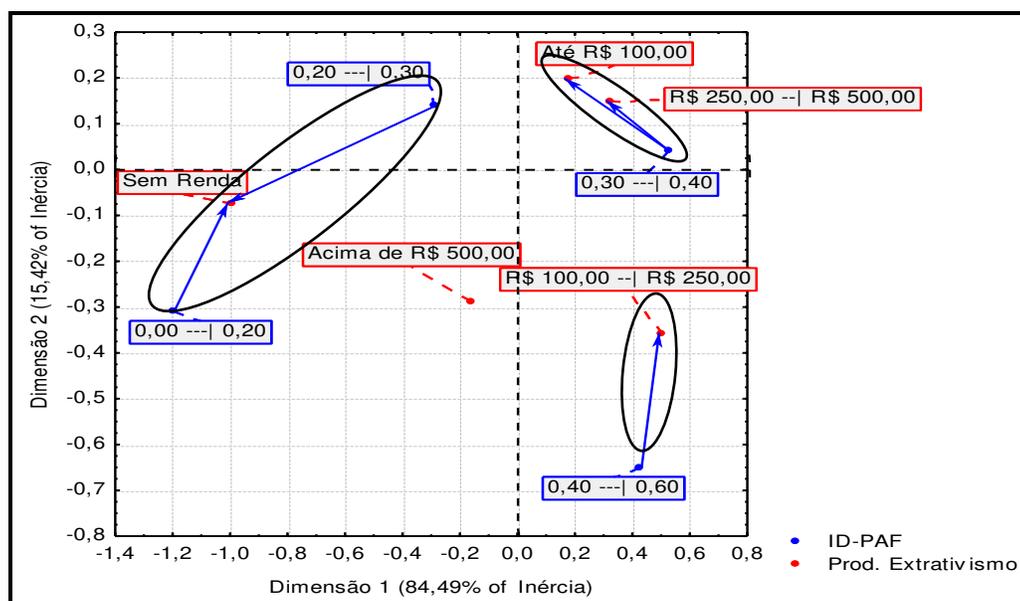


Gráfico 34 – Distribuição espacial, correspondências entre faixas de produtores e o PB extrativismo.
Fonte: Elaboração do autor a partir da pesquisa de campo, 2007 / 2008.

Graficamente, pode-se perceber que não há correspondência dos produtores com a categoria do produto bruto acima de R\$ 500,00. A maior correlação entre produtores familiares e extrativismo ocorre no caso dos produtores da faixa IV (0,4 a 0,6) com a categoria de produto bruto entre R\$ 100,00 e R\$ 250,00, essas são famílias tradicionais dos PDS que em determinados

períodos do ano vendem vassouras na sede da cidade de Anapu. Na sistematização gráfica não está inclusa a interferência do aproveitamento de lenha pelas famílias e consumo de animais silvestres na alimentação, caso estivessem a situação descrita graficamente teria alteração no sentido de maior dependência das famílias em relação ao extrativismo.

V.3. Uso dos recursos naturais nos estabelecimentos agropecuários familiares

Evidenciou-se com a pesquisa que as famílias que possuem um pouco mais de capital ou pelo menos sofrem maior instrumentalização do mesmo para realizarem suas atividades apresentaram conseqüentemente maiores danos sobre os recursos naturais. Um pouco mais de capital significou maior degradação dos recursos naturais, sobremaneira o desmatamento da floresta e menor aproveitamento da terra.

Entre os 150 produtores a disponibilização de capital não descaracterizou a condição de produtores agropecuários familiares, mas foi possível perceber diferentes resultados nas produções em função de maior ou menor participação do capital no interior dos estabelecimentos, seja de forma direta ou na instrumentalização dos estabelecimentos como destacou Pokorny et al (2010). Para os autores a instrumentalização ocorre quando:

Em vez do controle direto sobre a terra, [...] grandes produtores preferem controlar os meios de produção, aproveitando a sua posição privilegiada nos mercados e redes de distribuição de mercadorias, sobre os quais os produtores familiares têm usualmente menos informação e menor capacidade de acessá-los. Para os grandes produtores a instrumentalização tem a vantagem de deixar grande parte da responsabilidade e do risco econômico com os produtores familiares (POKORNY et al, 2010: 78).

Não se percebe valores financeiros elevados com a participação do capital nos estabelecimentos. Tem-se muito mais a mudança na racionalidade de produção em função do lucro no horizonte, como algo a ser conquistado e que na verdade é inviabilizado pela imposição de quem detém o capital. Nesses casos, há formas explícitas de atrelamentos e subsunção dos produtores familiares aos capitalistas.

Para Castro (2005: 15) a dinâmica de expansão da produção agropecuária, portanto as atividades responsáveis pelo desmatamento e incorporação de novas áreas na Amazônia, tem relação com a dinâmica econômica de outras regiões do país. Não sendo possível entender o processo do desmatamento na Amazônia sem ligar às dinâmicas do mercado nacional.

As famílias além dos ricos econômicos ficam com os riscos ambientais, uma vez que se incide sobre os recursos naturais consequências quando as famílias buscam constantemente a expansão da produção agropecuária. Não se tem aceção que os produtores agropecuários familiares estão fadados à pobreza ao invés de usarem os recursos naturais, em particular a floresta. A questão está em quê o aproveitamento dos recursos naturais, mesmo com aumento de capital ou engajamento nas relações mercadológicas, pode e deve ser feito com maior racionalidade no sentido de manejá-los, uso planejado e legal dos recursos.

Nesse sentido, Campanhola et al (1996: 265) afirmam que “os impactos ambientais causados pela agricultura de um país ou região estão relacionados com o modelo agrícola adotado”. Para os autores o homem, a partir da agricultura, agindo no processo produtivo vai determinar relações de troca com o ambiente podendo assumir características positivas ou negativas.

Quando as famílias alteram seus sistemas de produção antes a partir da relação menos danosa ao meio ambiente, pequena porção de terra com diversidade na produção, não utilizando produtos químicos e tendo aproveitamento múltiplo dos recursos florestais para se voltarem ao sistema de produção especializado e com implementos nocivos ao meio ambiente tentando responder às demandas de mercados, promovem mudanças drásticas nos sistemas naturais. Ao expandir a produção intensificam o uso dos recursos naturais, principalmente a extração das florestas, provocando o esgotamento dos solos e o assoreamento dos rios.

Nota-se com a mudança na dinâmica dos produtores familiares não só a degradação com a redução drástica do potencial natural mas também o empobrecimento da paisagem no sentido de uniformização, homogeneização do que antes era diverso. Os agrossistemas devido à demanda de mercado tendem a padronização. Nesse caso, os produtores familiares sofrem a definição na forma de uso dos recursos naturais pela interferência externa aos seus estabelecimentos, privilegiando as relações com grupos capitalizados e não mais o atendimento direto das necessidades familiares.

No contexto de mudança nas dinâmicas produtivas dos produtores agropecuários familiares necessita-se compreender como usam os recursos naturais e de que modo contribuem com a degradação ambiental na Amazônia. Não pode-se evidentemente deixar de conjugar à interpretação as estratégias dos diferentes sujeitos territoriais presentes no espaço agrário amazônico. Segundo Andrioli (2008: 11), ao citar Marx, afirma que a interação entre o ser

humano e a natureza é definida pelas relações de produção vigentes na sociedade e por isso compreender a destruição ambiental passa por analisar as condições históricas e sociais.

As famílias ao incorporarem a lógica do valor de troca, a produção de mercadoria na ostentação do lucro, tende a eliminar a relação homem e natureza reduzindo a dinâmica do dinheiro e a pressão ampliada do mercado para o crescimento da produção desconsiderando os prejuízos ambientais e o bem estar social.

No caso dos produtores agropecuários familiares pesquisados faz-se a leitura da transformação compreendendo a movimentação de produtor tradicional para a empresa familiar consolidada e daí tendendo às dinâmicas patronais de produção, por explicitar nessa movimentação que há crescente participação do capital (aumento percentual ou instrumentalização) promovendo maiores impactos sobre os recursos naturais enquanto a ausência de capital provoca as famílias a aproveitarem os recursos naturais de forma múltipla e melhorada nos estabelecimentos.

Uma das atividades que evidenciou essa relação foi o extrativismo em determinados estabelecimentos (gráfico 34). Quanto mais próximo do ideal de produtor agropecuário familiar maior a realização da atividade e, conseqüentemente, o produto bruto extrativismo na economia das famílias. Na verdade, não foram valores tão expressivos, mas suficientes para determinar as diferentes racionalidades entre os produtores familiares, corroborando a expectativa ampliada de melhor aproveitamento entre os outros produtores.

Notadamente que há a análise da relação produtores agropecuários familiares e a floresta nativa por se tratar de grupos inseridos na dinâmica amazônica e apesar de muitos migrantes a relação do homem com a natureza foi historicamente possível e equilibrada até a expansão da lógica de mercadoria e incentivos públicos à ocupação dos espaços, ampliação das áreas de pastagens e especialização das lavouras. Situação percebida com a interpretação qualitativa e confirmada ao adicionar à análise estatística o percentual de floresta nativa e o grau de diversidade nas produções das famílias agropecuárias.

A confirmação foi realizada a partir do Teste Qui-quadrado verificando se os produtores agropecuários conservavam ou não a floresta nativa, para isso foram estabelecidas as duas hipóteses: : H_0 - Os grupos de produtores do ID-PAF não conservam a floresta nativa e H_1 - Os grupos de produtores do ID-PAF conservam a floresta nativa. O teste confirmou que há conservação nos estabelecimentos de produtores agropecuários apresentando forte

Os dados apresentados estatisticamente ratificam as condições vivenciadas durante a pesquisa. Os produtores da faixa II e, principalmente, da faixa I são aqueles que apresentaram maiores valores em capital produtivo nos estabelecimentos, tanto na forma infraestrutura quanto na forma estoque bovino, além do mais são os que atualmente apresentam maior instrumentalização do capital em suas dinâmicas produtivas. Quanto a instrumentalização do capital nos estabelecimentos foi possível notar entre os produtores a tendência de alugarem seus pastos por não terem capital para iniciar ou manterem o rebanho bovino. Como áreas de floresta foram transformadas em pastagem, alguns produtores, utilizam para proporcionar maior entrada de rendas extras nos estabelecimentos.

Por outro lado, os produtores familiares tradicionais ao conservarem suas florestas fazem uso dos recursos naturais para regularem seus sistemas de produção e garantirem a permanência nos estabelecimentos adotando carne de caça (exploração dos recursos faunísticos) e algumas espécies florestais como complemento alimentar, além das florestas servirem como reserva de materiais para estruturação dos estabelecimentos. Essa conservação da floresta interfere diretamente em outros aspectos, por exemplo, o aproveitamento do potencial hídrico uma vez que são mantidas as APPs tem-se a abundância de águas nos igarapés, diferente das áreas onde ocorreram a substituição por pastagem.

Outra informação importante ao compreender como os produtores familiares têm feito uso dos recursos naturais ficou explícita ao observar o uso das terras pelas diferentes faixas de produtores. Ao mesmo tempo em que os produtores da faixa I provocam maior abertura de floresta tendem à especialização, transformando a paisagem natural em sistemas pautados nos monocultivo ou fazendo o aproveitamento da área, normalmente, com a combinação de pastagens para criação de bovino e a lavoura cacaueteira, no máximo acrescentando a lavoura da mandioca nos sistemas.

No entanto, as famílias que estão noutra extremo (faixa IV) à medida que conservam a floresta nativa aproveitam as áreas abertas com maior número de atividade possível, caracterizando sistemas diversificados de produção os quais combinam lavouras temporárias, perenes, criações de pequenos animais e em alguns casos contam ainda com a criação bovina. Em relação aos grupos que tendem a se especializar esses produtores tem maior eficiência no uso da terra, proporcionando maior produtividade por área com menor dano aos recursos naturais.

A comprovação estatística de melhor aproveitamento da superfície agropecuária utilizada pelas famílias agrupadas na faixa IV do ID-PAF foi realizada a partir das hipóteses: H_0 - Os grupos de produtores do ID-PAF não adotam a diversificação e H_1 - Os grupos de produtores do ID-PAF adotam a diversificação. Com os dados obtidos no Teste Qui-quadrado foi rejeitada a hipótese H_0 e aceita que os produtores adotam a diversificação (H_1) isso, pois os valores de 105,84 com 9 graus de liberdade e p-valor 0,000 e inércia das dimensões 1 e 2 correspondente a 90,79% permitiram prosseguir com a análise de correspondência.

Para mensurar a diversificação adotou-se que cada atividade desenvolvida no estabelecimento correspondia a um (1) em seguida categorizou-se os intervalos (quantidades de atividades) para estabelecer a análise de correspondência, como pode ser observada no gráfico 36. No qual os produtores da faixa I do ID-PAF (0 a 0,2) tendem a duas categorias da diversificação com correlações fortes, até duas atividades e entre três e seis atividades. Importante observar que nos casos em que ocorreu a correlação com a categoria entre três e seis atividades, normalmente correspondiam a três atividades: criação bovina, cacau e mandioca.

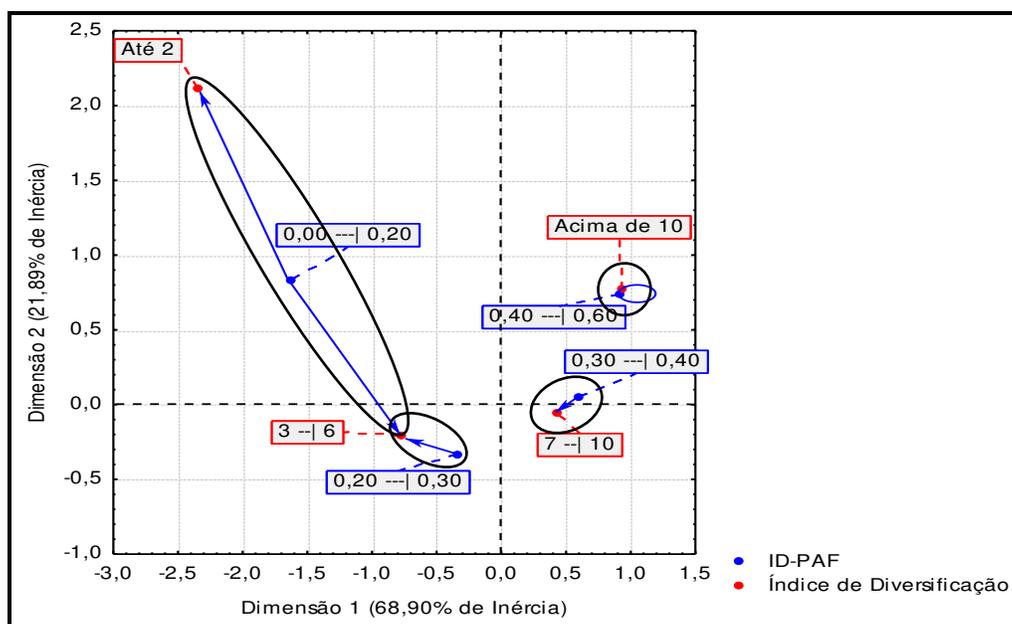


Gráfico 36 – Distribuição espacial, correspondências entre faixas de produtores e diversidade na produção.
Fonte: Elaboração do autor a partir da pesquisa de campo, 2007 / 2008.

No caso das famílias que tenderam até duas atividades constatou-se que eram a criação bovina e a lavoura cacaeira as realizadas nos estabelecimentos empresas familiares consolidadas. Enquanto os estabelecimentos considerados produtores tradicionais das faixas III e

IV apresentaram correspondências com as categorias entre sete e dez atividades e acima de dez atividades, respectivamente.

Como observado no gráfico 36 os produtores familiares que estão nas faixas que apresentam características próximas do ideal (índice 1) buscam viabilizar em seus estabelecimentos atividades diversificadas. Em tempos pretéritos essa situação era comum na Amazônia com a limitação geográfica, dificuldades com transportes e principalmente a menor interferência do capital no agrário permitiam que os produtores adotassem estratégias de auto-sustentação.

A imposição mediante a expansão do capitalismo no espaço agrário amazônico foi transformando as dinâmicas produtivas, as necessidades não eram mais as básicas, os valores não eram mais de uso e a vida passa ser condicionada pelas necessidades infinitas, diversificadas e sofisticadas. Nesse caso, os bens livres, recursos naturais, passam a ser considerados cada vez mais bens intermediários e bens de capital, a dinâmica passa a ser pautada na lógica do valor de troca.

Instala-se entre as famílias a determinação do capital e com isso há intensificação no uso dos recursos naturais de forma cada vez mais ineficiente, menor aproveitamento da floresta e das áreas derrubadas. Substitui-se a diversificação pela especialização e passam a comprar os produtos antes gerados em suas terras, isso porque, o bovino e/ou cacau têm maior valor no sistema de valor de troca, proporcionando resultados que permitem barganhar e comprar os produtos das necessidades básicas (arroz, feijão, milho, mandioca, etc.) dos seus vizinhos.

Desse momento em diante, tem-se um ponto alto da instrumentalização do capital, a disputa e correlação de forças entre os desfavorecidos que não percebem que estão sendo usados para que os favorecidos (capitalista) concretizarem o momento de se apropriarem, espoliarem e se imporem nas relações sócio-produtivas.

Os que produzem o cacau ou gado bovino são submetidos à relação desigual no momento da circulação ao venderem para os capitalistas seus produtos, aqueles que venderam para os produtores de cacau ou gado bovino suas produções continuam necessitando de mais rendas e se lançam no mercado de força de trabalho para gerar rendas extras. Os habilitados a comprarem a mercadoria trabalho são os capitalistas que continuam reproduzindo e expandido sua lógica numa sociedade que cada vez mais tem os recursos naturais na base da riqueza e do

acúmulo de capital. Essa descrição pode ser entendida como a espiral descrita por Marx ao representar a movimentação do capital.

Nesses aspectos, há concordância com Andrioli (2008: 25) quando retoma a teoria geral da alienação do trabalho em Marx para afirmar que essa passa pela relação homem e natureza, por isso não dá para reduzir a interpretação do uso exacerbado dos recursos naturais ao debate meramente ambiental ou de afirmações de valores, internalização de custos ambientais e sociais no mercado, mas sim, faz-se necessário compreender como a relação humana com a natureza se associa às relações materiais e sociais determinadas pela lógica de funcionamento da sociedade capitalista. Não só no sentido de constatar as consequências da relação, mas para se verificar possibilidades que corroborem a melhor reprodução dos produtores familiares agropecuários que apesar de deterem os recursos naturais são marginalizados no aproveitamento de seus resultados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para manter a diversidade e o imenso potencial cultural e ambiental da região, é necessário desenvolver novas visões conceituais e operacionais. Considerando o grande potencial da produção familiar em contribuir para o desenvolvimento [...]. Esse desafio implica em mudanças dramáticas nos paradigmas de desenvolvimento [...], é necessário adaptar o modelo legal-intitucional às demandas da produção familiar (POKORNY et al, 2010: 160).

O movimento do capital interfere em diversos aspectos da realidade amazônica, principalmente, devido à imposição direta nos diferentes momentos da história, os quais alteraram tanto as estruturas produtivas quanto a própria formação econômica-social do território. Nesse sentido, concorda-se com Santos (1989: 26) ao afirmar que “a persistência da tradição da Amazônia, tem seu crescimento orientado exogenamente, de modo como se permanecesse voltada para fora de si mesma”.

A condição de voltada para fora não elimina o velho estilo de produção o que ocorre é um “realinhamento no esquema de dependência” (SANTOS, 1989: 27). É o espírito econômico que passa a operar na Amazônia gerando o que designou chamar de desigualdade da importância relativa dos elementos estruturantes do capitalismo, alterando os valores antes adotados pela população.

O território, portanto, passa por uma reconfiguração integrando e favorecendo os empreendimentos capitalistas, as relações com mercado e as políticas públicas consequentemente, como responsáveis pela dinâmica progressiva de alteração nas formas de produção e das relações pré-existentes.

A reconfiguração do território favorecendo o avanço capitalista foi explicitado por Carvalho (1984) ao enfatizar que “a estratégia de ocupação delineada nos planos de desenvolvimento regional [...] estabeleceu uma nova política de desenvolvimento econômico, centrada no grande capital monopolista com apoio estatal” o que acaba por gerar um movimento complementar e contraditório entre os atores do território.

A (re)leitura feita durante o estudo evidenciou que a estratégica parceria entre Estado e capital fez com esse avançasse sobre os espaços agrários amazônicos, impondo sua lógica por meio das diferentes formas de apropriação, espoliação e convencimento do outro, argumentando ser em prol do bem-estar social e o desenvolvimento regional. Principalmente no período, década de 1970, após políticas de integração da região à economia nacional.

A integração da Amazônia à economia nacional desencadeou, de acordo a literatura consultada e as consequências registradas com a pesquisa, o processo de redefinição das relações sociais transformando a configuração de região para constituir-se um território. Território pautado pela coexistência e disputa de racionalidades quanto à posse da terra, ao uso dos recursos naturais e a expectativa de reprodução social.

O território Amazônia não pode a partir de então ser compreendido como fronteira agrícola. O período da história econômica da Amazônia pautada nos moldes dual cede espaço às relações complexas no valor de troca em que os sujeitos são levados ou resistem à expansão do capital sobre o território. Ao invés de região fronteira a Amazônia passa a ser um território de fronteiras, essas condicionadas pelo time do capital que se vale das adversidades para estabelecer suas diferentes formas na configuração necessária para reprodução e expansão do capital.

A degradação do outro e dos recursos naturais por apropriação ou espoliação favorece na história a expansão do capital na Amazônia e à produção familiar seja como corresponsável ou resistente à expansão capitalista se faz presente em meios às relações desfavoráveis. E, apesar dos problemas acarretados e das transformações ocorridas com a produção agropecuária familiar se faz importante contribuinte para dinâmica econômica do Sudoeste Paraense, do Pará e para Amazônia. Muito embora, insistam no fortalecimento da produção de monocultivos em grande escala, ficou evidenciado que não ocorreu a eliminação da produção agropecuária familiar, pelo contrário essa ao responder aos estímulos procurou ocupar os espaços para se fazer sujeito do território em construção.

Verificou-se que, na verdade, a transformação mediante a interferência do capital ao aproximarem os produtores familiares cada vez mais das relações capitalistas, moldando as diferentes racionalidades na tentativa de homogeneizar as relações a partir dos interesses do capital, mantendo a diversidade como necessária à lógica de produção para o mercado, fazendo dos produtores familiares reféns da conduta capitalista no espaço agrário. Nesse sentido ratifica-se a hipótese de que há diferentes formas de produção e estratégias de reprodução das famílias, principalmente ao serem determinante em se manterem com a posse da terra na tentativa, criando mecanismos diversos e recorrendo as inúmeras alternativas para se viabilizarem no espaço agrário.

A conclusão do estudo apontou um contraponto em relação à afirmação feita por Lênin (1980: 45) que “a tendência fundamental e principal do capitalismo consiste na eliminação

da pequena produção pela grande”. Para o autor, a eliminação seria num longo processo de ruína, não como uma expropriação imediata, com uso excessivo do trabalho, com o endividamento e sem progresso técnico, portanto traduzido na deterioração do pequeno produtor até o seu fim.

A situação descrita por Lênin ao estudar o capitalismo e agricultura nos Estados Unidos da América não serve, pelo menos para a Amazônia de hoje. Os produtores agropecuários familiares não tendem a ser eliminados pelo capital, mas impõem às famílias a condição de trabalhador para o capital.

Ao invés de eliminá-los do espaço agrário há o processo de valorização das desigualdades e adversidades como meios de se obter lucros facilitados e, conseqüentemente, a acumulação do capital. Configurando a homogeneização do capital, em particular à dinâmica de mercado, sobre a diversidade da produção agropecuária familiar. Nesse movimento de convencer ou impor aos diferentes as dinâmicas alinhadas ao desenvolvimento capitalista, coloca os desfavorecidos em disputas pelo atendimento e continuidade voluntária ou involuntária da condição de submissão, promovendo ou aprofundamento a subsunção e a degradação ambiental no território.

Tal afirmação se faz a partir da reflexão feita por Carvalho (1984: 321) ao enfatizar em seu estudo sobre o capitalismo na Amazônia que o desenvolvimento capitalista na agricultura brasileira implica não só na transformação direta da produção agropecuária em bases especificamente capitalista, mas também tira proveito das condições desfavoráveis que encontra.

O estudo realizado, na Amazônia Paraense, trinta anos depois da pesquisa do referido autor, não só explicitou elementos semelhantes à época como ratificou o fato do capital, pelo menos na Amazônia, não presar pela transformação completa da base produtiva dos produtores familiares agropecuários não tão pouco primar pela eliminação desses. Pois como visto ao longo da análise dos diferentes sistemas de produção que a tendência é que sejam mantidas velhas condições e relações ao mesmo tempo em que são produzidas outras novas. As velhas e novas dinâmicas esboçaram a interferência do capital seja na etapa de produção seja na circulação dos produtos.

Constatou-se ainda que apesar da produção agropecuária familiar sofrer historicamente a interferência do capital, essa não abandonou os traços que garantem a produção racionada no uso dos recursos naturais e na produção gerada. E por isso, faz necessário melhor compreensão das características da produção agropecuária familiar, entendendo suas estratégias e

provocando políticas públicas e outras intervenções considerando suas especificidades no território em que se insere.

Ratifica-se que há um equívoco no desenvolvimento pensado para Amazônia. Loureiro (2009) refere-se às ilusões da era do desenvolvimento para pautar que a real possibilidade de desenvolvimento deve respaldar as dinâmicas locais da Amazônia. Portanto, necessita de estudos sobre a unidade de diversidade configurada nas diferentes formas de ocupações da Amazônia para, a partir de então, pensar que desenvolvimento é possível para os seus sujeitos.

Ponderou-se com o estudo que os diferentes grupos de produtores nas três formas de ocupações apresentam elementos essenciais como indicadores à construção de alternativa para a Amazônia, em específico para a porção paraense. Os produtores familiares necessitam de incentivos e acompanhamentos para se estabilizarem na terra; precisam ter minimamente suas necessidades básicas atendidas; participarem de formação/capacitação para o manejo adequado dos recursos naturais; serem estimulados à organização social e precisam de áreas no mínimo na proporção dos módulos rurais, os minifúndios dificultam a percepção do pertencimento do lugar.

Esses elementos foram elencados quando comparados os produtores familiares tradicionais e os consolidados como empresa familiar, aqueles ao usarem melhor os recursos naturais garantindo a alimentação da família e participação parcial nos mercados, assumem que suas limitações seriam resolvidas com pouco mais que o Estado fizessem por eles. Tal aceção se comprovou com a pesquisa ao acompanhar produtores que com o mínimo de suporte técnico e apoio institucional conseguiram viabilizar uma produção diversificada, e apesar de contratarem força de trabalho os membros familiares foram os responsáveis no cotidiano dos estabelecimentos pelas atividades.

A configuração de respeito e compreensão da produção agropecuária familiar como alternativa para o desenvolvimento deve ter inicialmente o entendimento que o sistema capitalista está no sentido contrário de uma agricultura racional ou que essa se faz incompatível com as determinações e estratégias do sistema propriamente capitalista. Portanto a condição vivenciada pelos produtores durante a pesquisa pode ser alterada no sentido de serem alternativas para o desenvolvimento com a proposição de romper com o modelo imposto historicamente. Para isso necessita que sejam propostas ações pautadas nas estruturas, condições e culturas locais.

Pokorny et al (2010: 150-159) em estudos sobre a Amazônia descreve três propostas de ação como alternativa à produção familiar. Ao concordar com as mesmas, assume a responsabilidade de trazê-las para o escopo desse texto com o intuito de ratificá-las como possíveis e viáveis para se iniciar o caminho do desenvolvimento alternativo para a Amazônia pautado nos produtores agropecuários familiares, a saber, as propostas são: 1) em lugar de estabelecer os projetos para produtores locais, deve-se acompanhar os produtores em seus próprios projetos; 2) fortalecimento das capacidades locais e valorização da cultural local e 3) não adaptar os produtores familiares aos modelos de desenvolvimento determinados por atores externos, mas adaptar o contexto legal-institucional ao modelo sócio-produtivo da produção familiar (POKORNY et al 2010: 150-159)

Ratifica-se que a Amazônia e a produção agropecuária familiar necessitam de ações que considerem suas especificidades, possibilitando melhores resultados para o território sem necessariamente ter como parâmetro o modelo que presume a integração em mercados nacionais e internacionais pautada na lógica primária exportadora.

Por fim, constituir o desenvolvimento na Amazônia é incentivar e respeitar às dinâmicas locais de produção, as formas familiares de produzirem que não degradam os recursos naturais em quantidades similares aos grandes empreendimentos e geram emprego e renda para parte expressiva da população agrária. Nesses termos, é preciso permitir que os sujeitos que insistentemente tentam manter marginalizados, subsumidos e muitas das vezes ocultos de acordo com Martins (2003), sejam os Sujeitos do desenvolvimento com incentivos não adaptados, mas sim considerando as especificidades da unidade de diversidade e as condições do território.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 3 Ed. São Paulo: EdUsp. 2007. 296 p.

ADORNO, T. W. Sobre a lógica das ciências sociais, 1972. 46-61 p. *in* COHN, Gabriel; FERNANDES, Florestan. **Theodor W. Adorno**. São Paulo: Ed. Ática S.A. 1994. 207 p.

_____. Capitalismo tardio ou sociedade industrial? 1972. 61-75 p. *in* COHN, Gabriel; FERNANDES, Florestan. **Theodor W. Adorno**. São Paulo: Ed. Ática S.A. 1994. 207 p.

ALVES, Luciene B.; BELDERRAIN, M. Carmen N.; SCARPEL, Rodrigo A. **Tratamento multivariado de dados por análise de correspondência e análise de agrupamento**. XIII ENCITA – 2007. Instituto Tecnológico da Aeronáutica – ITA. São José dos Campos / São Paulo. Outubro de 2007. 7 p.

ANDRIOLI, Antônio Inácio. **A atualidade de Marx para o debate sobre tecnologia e meio ambiente**. Revista Crítica Marxista. 27. São Paulo: Editora UNESP. 2008. 11-25 p.

BALIBAR. Étienne,. **Cinco estudos do materialismo histórico**. Volume 1. Tradução Elisa Amaro Barcelar. São Paulo: Biblioteca de Ciências Humanas. 1975. 158 p.

BECKER, B. K. **Amazônia**. São Paulo: 6 Ed. Editora Ática. 1998. 109 p.

_____. A Fronteira em Fins do Século XX: oito proposições para um debate sobre a Amazônia. In: BECKER, B. et all. **Fronteira Amazônica: questões sobre a gestão do território**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1990.

_____. **Geopolítica da Amazônia**. Estudos Avançados, São Paulo: v. 19, n. 53, p. 71-86, 2005.

_____. O Uso Político do Território: questões a partir de uma visão do terceiro mundo. In: BECKER, Berta K.; COSTA, Rogério K.; SILVEIRA, Carmem B.; (Orgs.) **Abordagens Políticas da Espacialidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983.

_____. **Significância contemporânea da fronteira: uma interpretação geopolítica a partir da Amazônia Brasileira**. Rio de Janeiro: Departamento de Geografia. Cidade Universitária. 1986. 60 – 89 p.

_____. **Signification Actuelle de la Frontière: Une Interpretation Geopolitique a partir du Cas de L'Amazonie Bresillienne.** França: CAHIERS DES SCIENCES HUMAINES. v. 22, n. 3-4, p. 297-318, 1986.

BECKER, B. K.; EGLER, Claudio A. G. **Brasil: uma nova potência regional na economia – mundo.** Rio de Janeiro: 6 Ed. Bertrand Brasil. 2010. 268 p.

BLUM, Rubens. Agricultura familiar: estudo preliminar da definição, classificação e problemática. In: TEDESCO, J. Carlos. (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas.** 3 Ed. EDIUPF. 2001. 57-106 p.

BONNAL, Philippe; REYNAL, Vincent de; FIGUEREDO, Raul Batista de. **Economia do estabelecimento agrícola.** Belém: CCA/UFGPA. 1995. 78 p.

BRANDÃO, C. A. **A dimensão espacial do subdesenvolvimento: uma agenda para os estudos urbanos e regionais.** Campinas: Teses/UNICAMP. 2004.

_____. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global.** Campinas: Editora da UNICAMP. 2007. 238 p.

_____. Acumulação primitiva permanente e desenvolvimento capitalista no Brasil contemporâneo. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de et al. **Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo.** Rio de Janeiro: Lamparina. 2010. 349 p.

BRITO, Daniel Chaves de. **Modernização da Superfície: Estado e desenvolvimento na Amazônia.** Dissertação de Mestrado. Belém: UFPA / NAEA. 1999. 296 p.

BRITTO, Guilherme C. **Prestação de serviços ambientais em unidades de produção familiar rurais no município de Pacajá - território da Transamazônica – Pará – Brasil.** Dissertação. Belém: NCADR / UFPA. 2009. 180 p.

BUANAIN, Antônio Márcio (coord.) et al. **Agricultura familiar e inovação tecnológica no Brasil: características, desafios e obstáculos.** Campinas / São Paulo: Editora da UNICAMP. 2007.

CAMPANHOLA, Clayton; LUIZ, Alfredo José Barreto; JÚNIOR, Ariovaldo Lucchiari. O problema ambiental no Brasil: agricultura. In: ROMEIRO, Ademar. A; REYDON, Bastiaan P; LEONARDI, M. Lúcia Azevedo (Orgs.). **Economia do meio ambiente: teoria, políticas e a gestão de espaços regionais.** Campinas, São Paulo: UNICAMP. IE. 1996. 265-281 p.

CAMPOS, I. **Pequena produção familiar e capitalismo: um debate em aberto**. Belém – Pará: NAEA/papers do NAEA. 1994. 24 p.

CANO, W. **Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp. 2002. 148 p.

_____. **Desconcentração produtiva regional do Brasil 1970 – 2005**. São Paulo: 3 Ed. Editora UNESP. 2008. 294 p.

_____. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil 1930-1970**. São Paulo: 3ed. Editora UNESP. 2007. 382 p.

_____. **Soberania e política econômica na América Latina**. São Paulo: Editora UNESP. 2000. 582 p.

CARDOSO DE MELLO, J. M., **O Capitalismo Tardio**. São Paulo: 3 Ed. Editora Brasiliense. 1984. 182 p.

CARVALHO, David F. **Formas de acumulação e dominação do capital na agricultura e campesinato na Amazônia**. Dissertação. Belém: NAEA/UFPA. 1984. 239 p.

CARVALHO, H. Martins de. **O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil**. Petrópolis – Rio de Janeiro: Editora Vozes. 2005. 401 p.

CARVALHO, V. R. V., Inovação, Diversidade Cultural e Socialidade: uma análise multifatorial das mudanças em Capitão Poço. In: COSTA, F. de Assis. & CARVALHO, V. R. V. et al., **Agricultura familiar em transformação: no nordeste paraense – o caso de Capitão Poço**. Belém: UFPA. NAEA, 2000.

CASTRO, Antônio B. de. **Sete ensaios sobre a economia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Forense. 1969. 191 p.

CASTRO, Edna. **Dinâmica socioeconômica e desmatamento na Amazônia**. Novos Cadernos do NAEA. NAEA/UFPA. V.8, N. 2, dez. 2005. 5-39 p.

CAVALCANTI, Clóvis. Celso Furtado e a persistência do subdesenvolvimento. In. BRESSER-PEREIRA, L. C. & REGO, J. M. (Orgs.). **A grande esperança em Celso Furtado: ensaios em homenagem aos seus 80 anos**. São Paulo: Editora 34. 2001. 304 p.

CELENTANO, D.; SANTOS, D.; VERÍSSIMO, A. **A Amazônia e os objetivos do Milênio 2010**. Belém: Imazon. 2010. 88 p.

CHADDAD, Fábio R.; JANK, Marcos S.; NAKAHODO, Sidney N. **Repensando as políticas agrícolas e agrárias do Brasil**. São Paulo: ICONE / IBMEC- SP. 2006. 43 p.

CHAYANOV, A. V. **La Organización de la Unidad Económica Campesina**. Buenos Aires, Argentina: Ediciones Nueva Visión. 1974. 342 p.

CHAUI, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo: Editora Brasiliense. 1980. 126 p.

CHESNAIS, F. & SERFATI, C. **“Ecologia” e condições físicas da reprodução social: alguns fios condutores marxistas**. In. *Crítica Marxista*, n. 16. Campinas: Editora Boitempo. 2003. 39-75 p.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa qualitativa em ciências sociais humanas e sociais**. Rio de Janeiro: Vozes. 2006. 144 p.

COSTA, Francisco de Assis. **Formação Agropecuária da Amazônia: os desafios do desenvolvimento sustentável**. Belém: UFPA. NAEA. 2000. 355p.

_____. **Grande capital e agricultura na Amazônia: a experiência Ford no Tapajós**. Belém: Editora Universitária UFPA. 1993. 163 p.

_____. **Grande empresa e agricultura na Amazônia: dois momentos, dois fracassos**. In: *Novos Cadernos NAEA*. Volume 1, número 1. Junho de 1998. 23 – 78 p.

CRUZ, Valter do Carmo. **Pela outra margem da fronteira: território, identidade e lutas sociais na Amazônia**. Dissertação. Niterói - Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense – UFF / Programa de Pós Graduação em Geografia. 2006. 199 p.

DARWIN, C. **A Origem das Espécies**. São Paulo: Editora Martin Claret Ltda. 2008. 561 p.

DELGADO, Guilherme da Costa. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. Campinas – São Paulo: Editora da UNICAMP. 1985. 240 p.

DER, G. ; EVERITT, B.S. **A Handbook of Statistical Analyses using SAS**. London: Chapman & Hall, 2002.

DIEESE. **Estatísticas do meio rural 2008**. 3.ed./Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos; Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. Brasília: MDA, 2008.

DOBB, M. **A Evolução do Capitalismo**. Rio de Janeiro: 6^a ed. Zahar, 1977. 482 p.

ENGELS, F. **Do Socialismo utópico ao socialismo científico**. Rio de Janeiro: 8. Ed. Global Editora. 1986. 79 p.

FAO/INCRA. **Análise diagnóstico de sistemas agrários: guia metodológico**. Brasília: FAO/INCRA.. 1995. 65 p.

FERNANDES, F. As mudanças sociais no Brasil. In: IANNI, Octavio (org.). **Florestan Fernandes: sociologia crítica e militante**. São Paulo: Expressão Popular. 2004. 512 p.

FERNANDES, B. Mançano e LEAL, Gleison Moreira. **Contribuições teóricas para a pesquisa em geografia agrária**. In: IV Encontro Nacional de Pós Graduação em Geografia. São Paulo: ANPEGE / USP.. 2002. 39 p.

FIGUEIREDO, Raul Batista de; SIMÕES, Aquiles; VEIGA, Iran. Inovações e mudanças tecnológicas: estratégias de reprodução familiar e gestão agroecológica do meio em regiões de produção antiga na Amazônia Oriental. In: SIMÕES, Aquiles. (Org.). **Coleta Amazônica: iniciativas em pesquisa, formação e apoio ao desenvolvimento rural sustentável na Amazônia**. Belém: Alves Ed., 2003. 326 p.

FURTADO, Celso. **Análise do “modelo” brasileiro**. Rio de Janeiro: 6 Ed. Civilização brasileira. 1978. 122 p.

_____. **A Superação do Subdesenvolvimento**, in Revista Economia e Sociedade, nº 3. Campinas: Instituto de Economia-UNICAMP, dez/94. 37-42 p.

_____. **Cultura e Desenvolvimento em época de crise**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1984.

_____. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: 2ª. Ed. Fundo de Cultura. 1963. 268 p.

_____. **Em busca de novo modelo**. Rio de Janeiro: 2ª. Ed. Paz e Terra. 2002. 101 p.

_____. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: 30 Ed. Companhia Editora Nacional. 2001. 242 p.

_____. **Transformação e crise na economia mundial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987. 289 p.

GARCIA JR., Afrânio Raúl e HEREDIA, Beatriz Alasia. Campesinato, família e diversidade de explorações agrícolas no Brasil. In: GODOI, Emilia Pietrafesa de., MENEZES, Marilda Aparecida de., MARIN, Rosa Acevedo. (Orgs.). **Diversidade do campesinato: expressões e**

categorias, v.2: estratégias de reprodução. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. 2009. 331 p.

GIL, Antônio Carlos. **Técnicas de pesquisa em economia e elaboração de monografias.** 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2000. 217 p.

GOMES, Paula Andreane do Nascimento. **FNO - especial: política social e permanência dos agricultores em suas propriedades, km 70 sul - Medicilândia - Pará.** Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Engenharia Agrônômica) - UFPA. 2007. 96 p.

GOMES, Paulo Cesar da C., O conceito de região e sua discussão. In. CASTRO, Iná Elias de.; GOMES, Paulo Cesar da C.; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas.** 5 Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2003. 352 p.

GONZÁLEZ, H. **O que é subdesenvolvimento.** 13 Ed. São Paulo: Editora Brasiliense. 1988. 122 p.

GOODMAN, D.; SORJ, B.; WILKINSON, J. **Da lavoura às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional.** Trad. Carlos E. Baesse de Souza; Carlos Schlottfeldt. Rio de Janeiro: Editora Campus. 1990. 192 p.

GREENACRE, M. J ; BLASIUS. J. *Multiple Correspondence Analysis and Related Methods.* London: Chapman & Hall, 2006.

GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. **O posseiro da fronteira: campesinato e sindicalismo no Sudeste Paraense.** Belém: UFPA/NAEA. 2001. 170 p.

GUIMARÃES, A. P. **O complexo agroindustrial.** In. Revista Reforma Agrária. Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA. Vol. 7. N. 6. Novembro / dezembro. 1977.

HAESBAERT, Rogério. **Da desterritorialização à multiterritorialidade.** In. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. Universidade de São Paulo. 2005. 1-19 p.

HAIR, Joseph F. Jr.; ANDERSON, Rolph E.; TATHAN, Ronald L.; BLACK, William C; **Análise Multivariada de dados.** Tradução Adonai Schlup Sant'Anna e Anselmo Chaves Neto. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

HARVEY. D. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume. 2005. 252 p.

_____. **Espaços de Esperança.** Tradução Adail Ubirajara Sobral; Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola. 2004b. 382 p.

_____. **O novo Imperialismo**. 2 ed. São Paulo: Edição Loyola. 2004a. 201 p.

HÉBETTE, J. Impacto social dos grandes projetos na Amazônia. In. HÉBETTE, J. **Cruzando a fronteira; 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. v.3. Belém: Editora Universitária/UFPA. 2004. 359 p.

_____. (org.) **O cerco está se fechando**. Belém: UFPA/FASE, 1991.

_____. O grande Carajás: um novo momento da história moderna da Amazônia paraense. In. HÉBETTE, J. **Cruzando a fronteira; 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. v.3. Belém: Editora Universitária/UFPA. 2004. 359 p.

HÉBETTE, J; MARIN, Rosa E. Acevedo. Colonização e Fronteira: articulações no nível econômico e no nível ideológico. In. HÉBETTE, J. **Cruzando a fronteira; 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. v.1. Belém: Editora Universitária/UFPA. 2004. 359 p.

HERRERA, J. A.; FEITOSA, Francisco ; VIANA, G ; OLIVEIRA, E. **Projeto de Desenvolvimento Sustentável dos Assentamentos III e IV (Virola Jatobá) no município de Anapu-PA**. Relatório Técnico. Altamira: FVPP/INCRA. 2004. 180 p.

HERRERA, J. A.; GUERRA, Gutemberg A. Diniz. **Exploração agrícola familiar e o processo de ocupação da região Transamazônica**. N^o. 14. Textos do NEAF. UFPA. Belém. 2006. 13 p.

HERRERA, J. A. & OLIVEIRA, R. B. de. **A Evanescência do meio rural brasileiro: uma crítica ao reducionismo**. In: Seminário Internacional Amazônia e fronteiras do conhecimento, 35 anos do NAEA, 2008, Belém-PA. Seminário Internacional Amazônia e fronteiras do conhecimento, 35 anos do NAEA, 2008. 14 p.

HERRERA, José Antônio; RAMOS, Pedro. **Complexo rural brasileiro: há uma teoria para compreender?** In. Agricultura Familiar: pesquisa, formação e desenvolvimento. Vol. 1. 2008. 29-51 p.

HOBBSAWN, E. Introdução do livro de Marx. **Formações Econômicas Pré-capitalistas**. São Paulo: Ed. Paz e Terra. Tradução João Maia. 6 Ed. 1991. 136 p.

HOBSON, J.A., **A Evolução do Capitalismo Moderno**. São Paulo: Ed. Abril. 1993. 361 p.

HURTIENNE, T. O que significa a Amazônia para a sociedade global? In. D'INCAO, Maria A.; SILVEIRA, Isolda M. da (Orgs.). **A Amazônia e a crise da modernização**. Belém: ICSA/UFPA; Museu Paraense Emílio Goeldi. Coleção Eduardo Galvão. 2009. 590 p.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico de 2010**. Disponível em: <HTTP://www.ibge.gov.br/>. Acessado em: 14/01/2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades: número de domicílios por Unidade de Federação 2010**. Disponível em: <HTTP://www.ibge.gov.br/cidadesat>. Acessado em: 14/01/2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção Agropecuária Municipal ano 2008**. Disponível em: <HTTP://www.ibge.gov.br/producaoagropecuaria>. Acessado em: 23/08/2010.

KAGEYAMA, A. **Modernização, produtividade e emprego na agricultura: uma análise regional**. Campinas: Tese/UNICAMP. IE/UNICAMP. 1986. 389 p.

KAGEYAMA, A.; SILVA, J. G. da. (Coord.) O novo padrão agrícola brasileiro. Do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, G. C.; GASQUES, J. G.; VILLA VERDE, C. M. (Orgs). **Agricultura e Políticas Públicas**. Brasília: Ipea (Série Ipea, 127). 1990. 112 – 223 p.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. Trad. de C. Iperioig. Rio de Janeiro: Editora Laemmert S. A. 1968. 325 p.

KOHLHEPP, Gerd. **Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira**. In: Estudos Avançados. Instituto de Estudos Avançados / USP. Volume 16, número 45. Maio / agosto. São Paulo. 2002. 31-36 p.

KOCKA, Jürgen. Objeto, conceito e interesse. In: GERTZ, René E. (Org.). **Max Weber & Karl Marx**. São Paulo: Editora Hucitec. 1994. 32-69 p.

KOSIK, Karel, **Dialética do concreto**; tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio, 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010. 248 p.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Editora Perspectiva S.A. 2000. 257 p.

LACERDA, Guilherme N. de. **Capitalismo e produção familiar na agricultura brasileira**. São Paulo: IPE / USP. 1985. 164 p.

LAMARCHE, H. **A agricultura familiar: comparação internacional – uma realidade multiforme**. Vol. 1. Coleção Repertórios. Campinas: Ed. UNICAMP. 1993. 336 p.

LEFEBVRE, H. **The Production of Space**. Tradução: Donald N. Smith. Blackwell Publishing (USA), 1991. 454 p.

LEITE, Sergio. **Orçamentos familiares e estratégias socioeconômicas em assentamentos rurais**. In: Revista Estudos Sociais e Agricultura. N. 21. Outubro de 2003. 118-151 p.

LÉNA, Philippe; OLIVEIRA, Adélia Engrácias de. Notas sobre a expansão de fronteiras e desenvolvimento na Amazônia. In: LÉNA, Philippe; OLIVEIRA, Adélia Engrácias de. (Orgs.). **Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois**. Coleção Eduardo Galvão. Museu Paraense Emílio Goeldi. 1991. 363 p.

LÊNIN, Vladimir I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria**. Tradução de José Paulo Netto. São Paulo: Abril Cultural. Os economistas. 1982. 398 p.

_____. **O capitalismo e agricultura nos Estados Unidos: novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura**. Apresentação de Wladimir Pomar. São Paulo: Editora Debates, Coleção alicerces. 1980. 63 p.

LIMA, Arlindo Preste de; BASSO, Nilvo; NEUMANN, Pedro S.; SANTOS, Alvorci C. dos; MÜLLER, A. G. **Administração da unidade de produção familiar: modalidades de trabalho com agricultores**. 3 Ed. Ijuí: Editora UNIJUI. 2005. 224 p.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **A Amazônia no século XXI: novas formas de desenvolvimento**. São Paulo: Editora Empório do Livro. 2009. 279 p.

MARTINS, José de Souza. **Caminhada no chão da noite: Emancipação política e libertação nos movimentos sociais do campo**. São Paulo: Editora Hucitec, 1989. 147 p.

_____. **Capitalismo e tradicionalismo**. São Paulo: Pioneira. 1975. 161 p.

_____. **Expropriação e Violência: a questão política no campo**. 3 Ed. São Paulo: Editora Hucitec. 1991. 182 p.

_____. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. 2 Ed. São Paulo: Editora Contexto. 2009. 179 p.

_____. **O Sujeito Oculto**. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2003. 238 p.

MARTINE, George. **A trajetória da modernização agrícola: A quem beneficia?** In. Lua Nova – Revista de cultura e política, n ° 23. São Paulo: CEDEC, março/1991.

MARX, K., **El Dieciocho Brumario de Luiz Bonaparte**. Impreso em la República Popular China. Ediciones em Lenguas Extranjeras. 1978. 156 p.

_____. **Formações Econômicas Pré-capitalistas**. (com Introdução de E. Hobsbawn). 6 Ed. São Paulo: Ed. Paz e Terra. Tradução João Maia. 1991. 136 p.

_____. **O Capital. Livro I, v.1**. São Paulo: Ed. Abril Cultural. 1983. 297 p.

_____. **O Capital. Livro I, v.2**. São Paulo: Ed. Abril Cultural. 1984. 302 p.

_____. **O Capital. Livro III, v.5**. São Paulo: Ed. Abril Cultural. 1986. 334 p.

_____. **Capítulo VI, Inédito de O Capital: resultados do processo de produção imediata**. São Paulo: Moraes. 1985. 152 p.

_____. **Para a Crítica da Economia Política; Salário, preço e lucro; O rendimento e suas fontes: a economia vulgar**. Introdução de Jacob Gorender; traduções de Edgard Malagodi. São Paulo: Abril Cultural, 1982. 240p.

MAZOYER, M. **Pour de projects agricoles legitimes et efficaces: théorie et méthode d'analyse des systèmes agraries**. In: FAO, Réforme agrarie, colonisation et coopératives agricoles. 1993. 5-18 p.

MENEZES, Marlon Costa de. **Construindo e avaliando a gestão florestal comunitária no PDS Virola Jatobá, Anapu-PA**. UFPA/PROINT: Projeto integrado de apoio ao ensino, pesquisa e extensão. 2010, 10p. (sem corpo editorial).

MI/MMA. **Plano Amazônia Sustentável – PAS: Diagnóstico e Estratégia**. V.1. MI/MMA. Brasília. 2003.

MF/SIAFI. **Orçamento da União ano de 2007**. Acessado em www.fazenda.gov.br/. Outubro de 2008.

MONTEIRO, Maurílio de Abreu; COELHO, Maria Célia Nunes. **As políticas federais e reconfigurações espaciais na Amazônia**. In: Novos Cadernos NAEA. Volume 7, número 1,. Junho de 2004. 91-122 p.

MOORE JR., B. **As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia**. Lisboa: Edições Cosmos, 1975.

MOREIRA, Roberto José. **Terra, poder e território**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007. 360 p.

MOURA, M. Margarida. **Camponeses**. São Paulo: Editora Ática. Série Princípios. 1986. 78 p.

MÜLLER, C. C. **Formulação de políticas agrícolas**. In: Revista de Economia Política. Vol. 2/1, N. 5, janeiro – março. São Paulo: Brasiliense. 1982. 89 – 122 p.

MÜLLER, G. **Agricultura e Industrialização do campo no Brasil**. Revista de Economia Política. Vol. 2. N. 2, abril-junho. N. 6. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1982. 47 – 77 p.

_____. **Complexo agroindustrial e modernização agrária**. Estudos rurais, 10. São Paulo: Editora Hucitec. 1989. 149 p.

_____. **Insistindo na recência do complexo agroindustrial brasileiro**. In: Revista de Economia Política. Vol. 3. N. 2, abril-junho. N. 10. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1983. 145 – 153 p.

NASCIMENTO, M. J. Mota. **Acumulação capitalista e Opressão camponesa: a unidade da diversidade (Sul do Pará)**. Belém – Pará: UFPA / NAEA (Dissertação). 1983. 396 p.

NEVES, Delma P. **Agricultura familiar: quantos ancoradouros!** Acessado em http://www2.prudente.unesp.br/dgeo/nera/Bernardo2006_bibliografia/Agricultura_Familiar.pdf. 2006. 50 p.

NEVES, D. P. O Econômico e o Familiar: interdependências, potencialidades e constringimentos. In: MOTA, D. M. da; TAVARES, E. D.; GUEDES, V. G; F. NOGUEIRA. **Agricultura Familiar: desafios para a sustentabilidade**. Aracajú: Embrapa – CPATC: SDRMA, 1998. 13 – 34 p.

NORONHA VIANA, Adriana B. **Estatística Aplicada à Administração: Análise do uso em pesquisas na área e construção de ambiente virtual de ensino-aprendizagem**. Tese de Livre docência. Ribeirão Preto: FEAC/USP. 2005. 218 p

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste planejamento e conflitos de classes**. 6 Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1993.

_____. **Crítica à razão dualista o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo Editorial. 2003. 150 p.

_____. A reconquista da Amazônia. In. D'INCAO, Maria A.; SILVEIRA, Isolda M. da (Orgs.). **A Amazônia e a crise da modernização**. Belém: ICESA/UFPA; Museu Paraense Emílio Goeldi. Coleção Eduardo Galvão. 2009. 590 p.

OLIVEIRA, Roberto C. **O trabalho do Antropólogo: Olhar, ouvir, escrever.** In. Revista de Antropologia. Vol. 39, n. 1. 1996. 13-37 p.

OLALDE, Alicia Rui. **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável.** Acessado em <http://www.ceplac.gov.br/radar/Artigos/artigo3.htm>. 2004. 2 p.

OSÓRIO SILVA, Lúcia. **Introdução ao texto de Ellen Meiksins Wood, “As origens agrária do capitalismo”.** In: Crítica Marxista, N. 10. São Paulo: Boitempo Editorial. 2000. 9 – 11 p.

PADIS, Pedro Calil. **A fronteira agrícola.** In. Revista de Economia Política. 3 ed. v.1, n.1, janeiro-março. São Paulo: Brasiliense. 1981. 51-77 p.

PANDOLFO, Clara. **Amazônia Brasileira: ocupação, desenvolvimento e perspectivas atuais e futuras.** Belém: CEJUP, (Coleção Amazônia; 4). 1994. 228 p.

PAULA, Elder Andrade de. **(Des)Envolvimento insustentável na Amazônia Ocidental: dos missionários do progresso aos mercados da natureza.** Rio Branco: EDUFAC, 2005. 383 p.

PAULA, João Antonio de. Amazônia: fronteira e acumulação de capital. In: RIVEIRO, Sergio; JAYME JR., Frederico G. (Orgs.). **As Amazonas do século XXI.** Belém: EDUFPA. 2008. 291 p.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Por uma geografia dos camponeses.** São Paulo: Editora UNESP, 2006. 419 p.

PERERIRA, D.; SANTOS, D.; VEDOVETO, M. GUIMARÃES, J. VERÍSSIMO, A. **Fatos florestais da Amazônia 2010.** Belém: Imazon. 2010. 124 p.

PEREIRA, Júlio César Rodrigues. **Análise de Dados Qualitativos: Estratégias Metodológicas para as Ciências da Saúde, Humanas e Sociais.** São Paulo: EDUSP, 2001.

PETTENON, Vanderley José. **Agricultura regional e desenvolvimento rural sustentável: a economia agrária na microrregião de Altamira.** Dissertação. UFPA/NAEA. 2003. 165 p.

PICOLI, Fiorelo. **O Capital e a devastação da Amazônia.** 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006. 256p.

PINTO, A., Heterogeneidade estrutural e modelo de desenvolvimento recente. In Serra, J. (Coord.) **América Latina: ensaios de interpretação econômica.** 2ª ed. RJ: Paz e Terra, 1979.

PINTO-COELHO, Ricardo Motta. **Fundamentos em Ecologia.** Porto Alegre: Artmed, 2000. 252 p.

PINTO, L. Flávio. A Amazônia entre estruturas desfavoráveis. In: D'INCAO, Maria A.; SILVEIRA, Isolda M. da (Orgs.). **A Amazônia e a crise da modernização**. Belém: ICISA/UFPA; Museu Paraense Emílio Goeldi. Coleção Eduardo Galvão. 2009. 590 p.

PIRES, M. José de S.; RAMOS, P. **O termo da modernização conservadora: sua origem e utilização no Brasil**. In: Revista Econômicos do Nordeste – REN. Vol. 40. N. 3, julho – setembro. 2009. 411 – 424 p.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, Sergio (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. 13-54 p.

POLANYI, K. **A Grande Transformação**. Campus, RJ. 1980.

PORKONY, B.; GODAR, J.; HOCH, L.; JOHNSON, J.; de KONING, J.; MEDINA, G.; STEINBRENNER, R.; V. e WEIGELT, J. **A produção familiar como alternativa de um desenvolvimento sustentável para a Amazônia: lições aprendidas de iniciativas de uso florestal por produtores familiares na Amazônia boliviana, brasileira, equatoriana e peruana**. Bogor / Belém: CIFOR. 2010.174 p.

PRADO JR. **A Revolução brasileira**. 2 Ed. São Paulo: Editora Brasiliense. 1966. 332 p.

_____. **História econômica do Brasil**. 45 Ed. São Paulo: Brasiliense. 1998. 364 p.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS, P. **Agroindústria canavieira e propriedade fundiária no Brasil**. São Paulo: Editora Hucitec. 1999.

_____. Referencial teórico e analítico sobre a agropecuária brasileira. In: RAMOS, P. (Org.). **Dimensões do agronegócio brasileiro: políticas institucionais e perspectivas**. Brasília: MDA – Nead Estudos, 15. 2007. 360 p.

ROMEIRO, A. Ribeiro. **Meio ambiente e dinâmica de inovações na agricultura**. São Paulo: Editora Annablume / FAPESP. 1998. 272 p.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. O impasse da “formação nacional”. In: FIORI, José Luís (Org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. 415-448 p.

SANTOS, Marco A. Villela. **Formação econômico-social brasileira: regressão a uma situação colonial de novo tipo**. In: WWW.cecac.org.br. Acesso em 17 de fevereiro de 2006.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: EdUsp. 2005. 176 p.

_____. **A natureza do espaço**. São Paulo: Edusp, 2002. 384 p.

_____. Dinheiro e Território. In: SANTOS, Milton. et al. (Orgs.). **Território, Territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3 Ed. Rio de Janeiro: Lamparina. 2007. 409 p.

SANTOS, Roberto A. O. **História econômica da Amazônia: 1800-1920**. São Paulo: T. A. Queiroz. 1980. 358 p.

_____. O *genius* de uma economia: reflexões e propostas sobre o desenvolvimento da Amazônia. In: ARAGON, Luis E.; IMBIRIBA, Maria de Nazaré Oliveira. **Populações humanas e desenvolvimento amazônico**. Série Cooperação Amazônia. Belém: UFPA. 1989. 351 p.

SANTOS, J. V. T. **As Novas Terras como forma de dominação**. Lua Nova – Revista de cultura e política (São Paulo), n 23, março/1991.

SEDECT-PA. Secretária de Estado de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia – Pará. Disponível em: www.seduct.pa.gov.br/. Acessado: 26/04/2010.

SILVA, Carlos Alberto Franco da. Fronteira agrícola capitalista e ordenamento territorial. In: SANTOS, Milton. et al. (Orgs.). **Território, Territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3 Ed. Rio de Janeiro: Lamparina. 2007. 409 p.

SILVA, J. G. da. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar. 1981. 192 p.

_____. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Coleção Agricultura e Sociedade. Rio de Janeiro: Zahar Editoras. 1982. 192 p.

_____. **A gestão das políticas na agricultura brasileira moderna**. In: Revista de economia e sociologia. Sociedade Brasileira de Economia Rural - SOBER. Brasília. Vol. 27. N. 3, jul./ago./set. 1989. 309-326 p.

SCHMITZ, H. e MOTA, Dalva Maria. Agricultura familiar: elementos teóricos e empíricos. In: SCHMITZ, H. (Orgs.). **Agricultura familiar: extensão rural e pesquisa participativa**. São Paulo: Annablume. 2010. 352p.

SCHMITZ, H. e SIMÕES, A. **Objeto de Fronteira Entre Pesquisadores e Agricultores: a intensificação da Agricultura na Transamazônica**. Altamira: AFATRA/LAET. 2001. 16 p.

SCHNEIDER, Sergio; CONTERATO, M. Antonio; KOPPE, Leonardo Renner; SILVA, Carolina Castilho e., A pluriatividade e as condições de vida dos agricultores familiares do Rio Grande do Sul. In: SCHNEIDER, Sergio (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. 137-164 p.

SMITH. Adam. **A riqueza das nações**. Volume 1. Ed. Abril Cultural. São Paulo. 1983. 412 p.

SORJ, Bernardo. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. Coleção Agricultura e Sociedade. Rio de Janeiro: Zahar Editora. 1980. 152 p.

SORJ, B.; WILKINSON, J. Processos sociais e forma de produção na agricultura brasileira. In: SORJ, B.; ALMEIDA, M.H.T. **Sociedade e política no Brasil pós-64**. São Paulo: Brasiliense, 1983. P.165-190.

SOUZA, José Stênio Gonzaga de. **Agricultura: relações sociais de produção não capitalistas e/ou capitalistas?** Dissertação de Mestrado. Belém: UFPA / NAEA. 1982. 95 p.

SOUZA, Marcelo José Lopes. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de.; GOMES, Paulo Cesar da C.; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas**. 5 Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2003. 352 p.

SZMRECSÁNYI. T. **Análise da estrutura agrária na teoria de desenvolvimento econômico de Celso Furtado**. INCRA. São Paulo. (2009). 35 p.

_____. **O planejamento da agroindústria canavieira do Brasil (1930-1975)**. São Paulo: Editora Hucitec. 1979. 540 p.

_____. **Pequena história da agricultura no Brasil**. São Paulo: Contexto. 1991. 71 p.

_____. **Nota sobre o complexo agroindustrial e a industrialização da agricultura no Brasil**. In: Revista de Economia Política. Vol. 3. N. 2, abril-junho. N. 10. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1983. 141 – 144 p.

SZMRECSÁNYI, T. & RAMOS, P. O papel das políticas governamentais na modernização da agricultura brasileira. In: SZMRECSÁNYI, T.; SUZIGAN, W. (Orgs.). **História econômica do Brasil contemporâneo**. 2 Ed. São Paulo: EdUsp. 1993. 227 – 249 p.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. Efeitos da modernização da agricultura. In: SZMRECSÁNYI, T.; SUZIGAN, W. (Orgs.). **História econômica do Brasil contemporâneo**. 2 Ed. São Paulo: EdUsp. 1993. 251 – 263 p.

TEPICHT, Jerzy. *Marxisme et Agriculture: le paysan polonais*. Librairie Armand Colin. Paris. 1973. 251 p.

TURNER, F.J. **The frontier in American history**. 1896. Disponível em: <http://xroads.virginia.edu/~hyper/turner.title.html>. Acesso em 25 de setembro de 2010.

VEIGA, I; OLIVEIRA, M. C. de. BENTES, F. Políticas públicas e dinâmicas locais da agricultura familiar no sul e sudeste do Pará. In: TONNEU, J. P. & SABOURIN, E. (Orgs.). **Agricultura familiar: interação entre políticas públicas e dinâmicas locais: ensinamentos a partir de casos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo autoritário e campesinato**. São Paulo: Difel. 1979. 258 p.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B., **O camponês: um trabalhador para o capital**. Cad. Dif. Technol. Brasília: 2(1). Jan/Abr. 1985. 13-78 p.

_____. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. XX Encontro anual da ANPOCS. GT 17. Processos Sociais Agrários. Caxambu, MG. Outubro. 1996.

WILKINSON, John. **O Estado, a agroindústria e a pequena produção**. Estudos Rurais. São Paulo / Salvador: Editora Hucitec-CEPA/BA. 1986. 219 p.

WOOD, Ellen Meiksins. “**As origens agrária do capitalismo**”. In: *Crítica Marxista*, N. 10. São Paulo: Boitempo Editorial. 2000. 11 – 29 p.

APÊNDICE

Apêndice B – Quadro síntese dos produtores agropecuários familiares por categoria do ID-PAF

ID-PAF	Característica Geral	Quantidade	%
Faixa I	Venda da força de trabalho como principal atividade	4	30,8%
	Pecuária e outras rendas	3	23,1%
	Pecuária e Cacau como atividades principais	2	15,4%
	Outras rendas	1	7,7%
	Lavouras anuais e venda da força de trabalho como principais atividades	1	7,7%
	Outras rendas e lavouras anuais como atividade principal	1	7,7%
	Pecuária como atividade principal	1	7,7%
Faixa I - Total		13	100,0%
Faixa II	Baixa diversificação e Outras rendas	17	25,0%
	Lavouras anuais e venda da força de trabalho como principais atividades	11	16,2%
	Pecuária e Cacau como atividades principais	9	13,2%
	Baixa diversificação, Farinha e Outras rendas	8	11,8%
	Lavoura Cacaueira e Baixa Diversificação	5	7,4%
	Baixa diversificação, Cacau e Outras rendas	5	7,4%
	Diversificado e Outras Rendas	3	4,4%
	Pecuária, Outras rendas e Baixa diversificação	2	2,9%
	Venda da força de trabalho como principal atividade	2	2,9%
	Lavoura Anuais e Pecuária	2	2,9%
	Diversificado	1	1,5%
	Lavouras Anuais	1	1,5%
	Baixa diversificação e Pecuária	1	1,5%
	Pecuária, Cacau e Outras Rendas	1	1,5%
Faixa II - Total		68	100,0%
Faixa III	Baixa diversificação e Outras rendas	24	42,1%
	Baixa diversificação, Cacau e Outras rendas	14	24,6%
	Baixa diversificação e farinha	8	14,0%
	Lavoura Cacaueira e Baixa Diversificação	4	7,0%
	Lavouras Anuais	2	3,5%
	Pecuária, Cacau e Outras Rendas	2	3,5%
	Lavouras anuais e venda da força de trabalho como principais atividades	1	1,8%
	Baixa diversificação e Pecuária	1	1,8%
	Baixa diversificação, Farinha e Outras rendas	1	1,8%
	Faixa III - Total		57
Faixa IV	Diversificado e Outras Rendas	3	25,0%
	Lavoura cacaueira, Diversificação e Outras rendas.	2	16,7%
	Diversificado e farinha	2	16,7%
	Diversificado, farinha e Outras Rendas	2	16,7%
	Lavoura cacaueira e Baixa diversificação	1	8,3%
	Lavouras Anuais	1	8,3%
	Baixa diversificação, Farinha e Outras rendas	1	8,3%
Faixa IV - Total		12	100,0%
Total geral		150	

PRODUTORES NA FAIXA I (0 a0,20) DO ID-PAF

Produtores	ID-PAF	Descrição	Característica Geral	Prod. Agrop. Familiar
Pacajá - 134 (Colonização Antiga)	0,16	Família Antiga com 4 pessoas, comprou o lote em 1984, hoje possui título definitivo da terra. Apresenta o valor estimado de R\$ 8.300 em infraestrutura, no ciclo teve o retorno de R\$ 15.750 com venda de força de trabalho. Possui 100 ha e 72% da cobertura vegetal é pastagem, possui 57 reses de gado; vendeu 10 no ano totalizando R\$ 3.500 com a venda. Teve retorno de R\$ 4.000 com a venda de cacau. Os pequenos animais servem para alimentação e venda. Não praticam atividades extrativistas.	Pecuária como atividade principal	Empresa Familiar Consolidada
Pacajá - 148 (Colonização Antiga)	0,18	Família Antiga com 10 pessoas. Foi assentado no ano de 1977, hoje possui título da terra. A infraestrutura na propriedade corresponde a R\$ 9.000. Contou com o valor de R\$ 600 referente a venda de força de trabalho, além disso teve durante o ano a aposentadoria que gerou R\$ 9.960. Possui 100 ha dos quais 70% é pastagem, 10% cacau e 20% floresta nativa. Com a venda do gado arrecadou R\$ 8.400, mantendo ainda um plantel de 76 reses. A lavoura de cacau é recente e gerou R\$ 300. Os pequenos animais servem para alimentação e venda. Não praticam atividades extrativistas.	Pecuária e outras rendas	Empresa Familiar Consolidada
Pacajá - 144 (Colonização Antiga)	0,18	Família Antiga com 6 pessoas. Foi assentado em 1975 e hoje possui o título da terra. Possui infraestrutura no valor de R\$ 1.000. A área é de 50 ha sendo que 18% é pastagem e 31% ainda floresta nativa. Recebeu no ciclo agrícola R\$ 3.600 pelo arrendamento da pastagem, mas R\$ 4.980 de aposentadoria. Tem 9 reses, vendeu 2 no decorrer do ano (R\$ 500). Os pequenos animais servem para alimentação e venda. Não praticam atividades extrativistas.	Pecuária e outras rendas	Empresa Familiar Consolidada
Pacajá - 154 (Colonização Antiga)	0,18	Família Antiga com 4 pessoas, foi assentando em 1979 e hoje possui título da terra. Possui infraestrutura estimada no valor de R\$ 2.200. A área é 100 ha sendo que 47% é pastagem e 53% floresta nativa. Possui o plantel bovino com 52 reses, o retorno com a venda do gado para o ano foi de R\$ 2.700. Além da renda do gado conta com recurso oriundo das atividades salário de professor (R\$ 5.800/ano) e venda de força de trabalho (R\$ 5.000) e com o valor da aposentadoria R\$ 4.980/ano. Os pequenos animais servem para alimentação. Não praticam atividades extrativistas.	Pecuária e outras rendas	Empresa Familiar Consolidada
Pacajá - 140 (Colonização Antiga)	0,19	Família Antiga com 5 pessoas, comprou o lote em 2002, já possui o título da terra. Possui infraestrutura no valor estimado de R\$ 3.000. Possui uma área de 100 ha em que 30% é pastagem, 5% lavoura de cacau e 60% ainda é floresta nativa. Teve retorno financeiro de R\$ 1.370 com a venda de cacau. Fez contratação de força de trabalho para preparo da pastagem. Os pequenos animais servem para alimentação e venda. Não praticam atividades extrativistas.	Pecuária e Cacau como atividades principais	Empresa Familiar Consolidada
Pacajá - 133 (Colonização Antiga)	0,19	Família Antiga com 6 pessoas. Comprou o lote em 1992 e hoje já possui o título da terra. Possui infraestrutura estimada em R\$ 6.400. A área é de 100 ha sendo que 50% é pastagem, 40% de floresta nativa e 10% de lavoura cacauzeira. Vendeu força de trabalho (R\$ 780), arrendou pastagem (R\$ 240) e conta com auxílio (bolsa família) R\$ 1.344. Possui 9 reses bovina e teve retorno financeiro de R\$	Pecuária e Cacau como atividades principais	Empresa Familiar Consolidada

		3.200 com a venda de cacau. Os pequenos animais servem para alimentação e venda. Não praticam atividades extrativistas.		
Anapu - 78 (PDS)	0,17	Família Jovem com 3 pessoas. Comprou a área em 2006, encontra-se na condição de assentado. Não possui infraestrutura na propriedade com expressão de valor. Dos 20 ha que pode explorar tem 90% em floresta nativa e 8% com a lavoura cacaeira. O retorno financeiro foi principalmente da venda de força de trabalho (R\$ 10.050) além disso contou com apoio de instituições com o valor de R\$ 2.000. Adota a prática de venda de força de trabalho para se fixar no campo.	Venda da força de trabalho como principal atividade	Produção Familiar em Transição
Pacajá - 141 (PDS)	0,17	Família Jovem com 5 pessoas. Comprou o lote em 2002, ainda se encontra na condição de posseiro. Não apresenta infraestrutura significativa na propriedade, teve retorno no ciclo de R\$ 7.200 com a venda de força de trabalho. Possui 50 ha onde 19% é pastagem e 30% floresta nativa. Fez contratação de força de trabalho para preparo da pastagem. Os pequenos animais servem para alimentação e venda. Não praticam atividades extrativistas. Adota a prática de venda de força de trabalho para se fixar no campo.	Venda da força de trabalho como principal atividade	Produção Familiar em Transição
Anapu - 19 (PDS)	0,17	Morador sozinho, foi assentado em 2005 numa área de 100 ha. Não apresenta nenhuma infraestrutura na propriedade. Teve o retorno de R\$ 580 por ter vendido sua força de trabalho. Além disso gerou o valor de R\$ 925 com a venda de arroz e abóbora. Dos 20 ha que pode explorar tem 35% de floresta nativa, 25% de pastagem, 15% de quintal florestal e os outros 25% com capoeira.	Lavouras anuais e venda da força de trabalho como principais atividades	Produção Familiar em Transição
Anapu - 69 (PDS)	0,18	Família Antiga com 6 pessoas. Assentado em 2007. Possui infraestrutura avaliada em R\$ 500. Dos 20 ha que pode explorar tem 14% de pastagem, 26% de sistemas agroflorestais e 60% em capoeira. Possui uma movimentação financeira de R\$ 8.284, sendo R\$ 4.980 referente aposentadoria, R\$ 1.344 bolsa família, R\$ 1525 apoio institucional e R\$ 435 salário de servente. A renda oriunda da produção agrícola foi da venda da farinha de mandioca, R\$ 1.845. Os pequenos animais servem para alimentação. Praticam a coleta de açaí para completar alimentação.	Outras rendas e lavouras anuais como atividade principal	Produção Familiar em Transição
Anapu - 74 (PDS)	0,18	Família Jovem com 5 pessoas. Comprou a área em 2007, não possui documento. Tem a função de professor e por isso recebe o valor de R\$ 6.925/ano, além disso conta com o valor de R\$ 1.344/ano referente a bolsa família e com R\$ 275 por ter vendido força de trabalho. Dos 20 ha que tem direito a explorar 95% esta com capoeira e ou outros 5% tem lavoura cacaeira. Fez R\$ 660 com a venda de galinhas e R\$ 300 com a venda de 3m cúbico de madeira.	Outras rendas	Produção Familiar em Transição
Anapu - 39 (PDS)	0,19	Morador sozinho, foi assentado em 2004. Não possui infraestrutura na propriedade. Dos 20 ha que pode explorar tem 62% de floresta nativa, 27% de sistemas agroflorestais, 1% de pastagem e 10% com capoeira. Teve retorno financeiro de R\$ 120 com a venda de força de trabalho e contou com ajuda de instituição no valor de R\$ 1.000. Com a venda do cacau arrecadou R\$ 475. Não possui pequenos animais, não pratica o extrativismo e vende a força de trabalho para se fixar no campo.	Venda da força de trabalho como principal atividade	Produção Familiar em Transição
Senador J. Porfírio - 123 (Assentamento)	0,19	Família Jovem com 2 pessoas. Assentado em 2004, não tem documento da terra. Não possui infraestrutura significativa na propriedade. Possui a área de 80 ha sendo que 96% ainda é floresta nativa e os outros 4% são divididos em pastagem e lavoura cacaeira. O retorno financeiro foi exclusivamente de outras rendas, sendo R\$ 2.580 da venda de força de trabalho e R\$ 1.128 de bolsa família. Adota a prática de venda de força de trabalho para se fixar no campo.	Venda da força de trabalho como principal atividade	Produção Familiar em Transição

PRODUTORES NA FAIXA II (entre 0,20 a 0,30) DO ID-PAF

Produtores		Descrição	Característica Geral	Prod. Agrop. Familiar
Anapu - 44 (PDS)	0,20	Morador sozinho e invadiu a área em 2005, hoje se considera assentado apesar de não possuir documentação. Obteve no ciclo agrícola o valor de R\$ 3.920 com a venda de força de trabalho. Da área que tem direito a explorar 28% é floresta nativa, 49% sistemas agroflorestais, 10% abertura de lavouras anuais e 13% de capoeira. Produziu no ano o valor de R\$ 1.372, sendo R\$ 922 destinado ao consumo. Além desse resultado teve a venda da farinha que gerou R\$ 420. A criação de pequenos animais servem tanto para alimentação quanto para venda em período de necessidade. Não faz uso de produtos das florestas.	Lavouras anuais e venda da força de trabalho como principais atividades	Produção Familiar em Transição
Anapu - 31 (PDS)	0,21	Morador sozinho que invadiu a área em 2004, considera-se assentado e não tem documentação. Vendeu a força de trabalho tendo como retorno o valor de R\$ 1.950. Da área que pode explorar 20 ha 77% ainda é floresta nativa, 8% lavoura cacauieira e 15% capoeira. Não teve produção no ciclo. Não possui pequenas criação e nem faz uso dos recursos da floresta nativa. Usa a estratégia de venda de força de trabalho para permanecer no campo.	Venda da força de trabalho como principal atividade	Produção Familiar em Transição
Anapu - 71 (PDS)	0,21	Família Antiga com 2 pessoas, assentado em 2002, não possui documentação. Recebe aposentadoria no valor de R\$ 4.980/ano. Tem abertura acima do permitido para o PDS, usa 23 ha, sendo que 72% é capoeira e 28% de lavoura cacauieira. Teve uma produção estimada em R\$ 2.525 em que 22% arrecadado foi devido a venda de cacau. Possui pequenos animais para alimentação familiar. Não usa produtos da floresta.	Baixa diversificação, Cacau e Outras rendas	Produção Familiar em Transição
Pacajá - 137 (Colonização Antiga)	0,21	Família Antiga com 5 pessoas. Foi assentado em 1974 e conta hoje com o título da terra. Possui infraestrutura estimada em R\$ 2.500. Recebeu durante o ano o valor de R\$ 4.980 em aposentadoria. Possui uma área de 100 ha em que 56% é floresta nativa, 25% pastagem, 10% com lavoura de cacau, 4% com sistemas agroflorestais e 5% com capoeira. No ano teve o rendimento de R\$ 6.240 com a venda do cacau, para o trato com a lavoura contratou força de trabalho (R\$1.200). Possui um plantel com 10 rezes de gado bovino, fez uma venda no ano que proporcionou R\$ 2.100. Utiliza das pequenas criações e dos derivados do gado para complementar a alimentação familiar. Não tem a prática do extrativismo.	Lavoura Cacauieira e Baixa Diversificação	Empresa Familiar Consolidada
Anapu - 52 (PDS)	0,22	Família Antiga com 5 pessoas. Assentado em 2004, não possui documento da terra. Não possui infraestrutura de apoio ao sistema de produção. Obteve no ano o valor de R\$ 1.240 com a venda de força de trabalho, além disso contou com o auxílio de R\$ 1.344 referente a bolsa família. Dos 20 ha que possui tem ainda 72% com floresta nativa, 15% com lavoura cacauieira e 13% com capoeira. Teve no ciclo o retorno com a produção agrícola de R\$ 675, sendo que apenas 18% foi comercializado. Não possui criação de pequenos animais e nem a prática de extração de produtos florestais.	Baixa diversificação e Outras rendas	Produção Familiar Tradicional

Pacajá - 145 (Colonização Antiga)	0,22	Família Antiga com 12 pessoas. Assumiu a propriedade em 2006 devido herança de família. Possui o título da terra. A propriedade conta com infraestrutura estimada em R\$ 1.000. Teve o auxílio de R\$ 1.344 no ano referente a bolsa família. A propriedade tem 50 ha e esta dividida em 60% floresta nativa, 32% pastagem, 6% de lavoura cacaueira e 2% capoeira. Durante o ano teve o retorno com a produção de R\$ 3.500, sendo que 28% apenas foi comercializado. Possui 5 rezes de gado bovino. As pequenas criações e os derivados do gado são usados na alimentação. Não exploram os recursos florestais.	Baixa diversificação e Outras rendas	Empresa Familiar Consolidada
Pacajá - 155 (Colonização Antiga)	0,22	Família Antiga composta por 5 pessoas. Assentado em 1991, possui o título da terra. A infraestrutura esta estimada em R\$ 9.000. A área total é de 100 ha que esta dividida em 55% com floresta nativa, 37% pastagem, 5% lavoura cacaueira, 1% quintal florestal e 2% capoeira. O rendimento da produção agrícola foi de R\$ 6.660 sendo R\$ 5.460 (82%) da venda de cacau e os 18% lavouras anuais usadas no consumo familiar. Possui um rebanho com 42 rezes, apesar da venda que fez que gerou R\$ 4.000. As pequenas criações e os derivados do gado são usados na alimentação familiar.	Pecuária e Cacau como atividades principais	Empresa Familiar Consolidada
Anapu - 79 (PDS)	0,22	Morador sozinho. Comprou a área em 2007. Não possui documento e se considera assentado. Obteve no ano o retorno financeiro de R\$ 3.525 referente a venda de força de trabalho. Dos 20 ha que pode explorar 93% ainda é floresta nativa, 3% lavoura cacaueira e 4% capoeira. Não teve produção agrícola, não cria pequenos animais e nem faz uso dos recursos florestais. Usa a estratégia de venda de força de trabalho para permanecer no campo.	Venda da força de trabalho como principal atividade	Produção Familiar em Transição
Pacajá - 151 (Colonização Antiga)	0,22	Família Antiga composta por 2 pessoas. Assentado em 1994, não possui documento da área. Tamanho 50 ha. Possui infraestrutura estimada em R\$ 7.200. 60% da área é floresta nativa, 30% pastagem, 9% lavoura cacaueira e 1% quintal florestal. Produziu no ano com a venda do cacau R\$ 4.720 e com a venda do gado R\$ 2.450, restando ainda um plantel com 12 rezes. Contratou força de trabalho (R\$ 425) para o manejo da pastagem. Não possui pequenas criações e usa os derivados do gado para alimentação familiar. Não tem a prática do extrativismo.	Pecuária e Cacau como atividades principais	Empresa Familiar Consolidada
Pacajá - 135 (Colonização Antiga)	0,22	Família Antiga composta por 2 pessoas. Ocupou a área em 1973, atualmente possui título da terra, tamanho 90 ha. Possui infraestrutura estimada em R\$ 5.500. Recebe aposentadoria no valor de R\$ 4.980/ano e conta com o o valor de salários no ano de R\$ 6.972 referente a função de agente de saúde. Da área total apenas 39% é floresta nativa, 33% pastagem, 11% lavoura cacaueira, 6% sistemas agroflorestais e 11% capoeira. Obteve o retorno com a venda de cacau de R\$ 16.000. Possui um plantel com 23 rezes de gado bovino. As pequenas criações e os derivados bovinos servem a alimentação.	Pecuária e Cacau como atividades principais	Empresa Familiar Consolidada
Anapu - 59 (PDS)	0,22	Família Jovem com 5 pessoas. Comprou a propriedade em 2004, não possui documentação. Possui infraestrutura estimada em R\$ 1.000. Contou durante o ano com o auxílio da bolsa família R\$ 1.344 e com apoio institucional com o valor de R\$ 2.000. Dos 20 ha que tem direito a explorar apenas 8% é floresta nativa, 35% lavoura cacaueira, 25% abertura de lavouras anuais, 15% pastagem, 2% quintal florestal e 15% capoeira. A produção agrícola gerou o valor de R\$ 10.485 principalmente devido a venda de arroz em casca. contratou força de trabalho (R\$ 2.000). Possui um rebanho bovino com 23 rezes. As pequenas criações servem tanto para alimentação quanto a comercialização. Não pratica o extrativismo.	Baixa diversificação, Cacau e Outras rendas	Produção Familiar Tradicional

Pacajá - 143 (Colonização Antiga)	0,23	Família Antiga composta por 5 pessoas. Assentado em 1977, possui título da terra. A infraestrutura esta estimada em R\$ 5.150. Recebeu durante o ano aposentadoria totalizando o valor R\$ 4.980. Dos 100 ha que possui 40% é floresta nativa, 40% pastagem, 10% lavoura cacaueira e 10% de capoeira. Obteve no ano com a venda de cacau R\$ 8.040 e com a venda do gado R\$ 7.150 lhe restando um rebanho com 69 rezes. A pequena criação e os derivados bovinos somam a alimentação da família. Não usam recursos da floresta.	Pecuária e Cacau como atividades principais	Empresa Familiar Consolidada
Pacajá - 136 (Colonização Antiga)	0,23	Família Antiga com 3 pessoas. Ocupou a área em 1997, hoje é assentado, mas não possui documento. Tem 50 ha. Possui uma infraestrutura estimada em R\$ 3.200. Recebeu no ano o valor de R\$ 1.200 referente ao arrendamento de pasto. 64% da área é floresta nativa, 24% pastagem, 6% sistemas agroflorestais, 5% quintal florestal e 1% quintal florestal. A produção agrícola gerada foi toda para o consumo (R\$ 1.150), teve o retorno financeiro com a venda do gado (R\$ 1.450) e manteve em seu plantel 16 rezes. As pequenas criações servem como complemento da alimentação. Não praticam extrativismo.	Lavoura Anuais e Pecuária	Produção Familiar Tradicional
Anapu - 81 (PDS)	0,23	Família Jovem com 7 pessoas. Assentado em 2004. Durante o ano obteve R\$ 5.959 referente a venda de força de trabalho, além disso contou com o auxílio bolsa família no valor de R\$ 1.344. Dos 20 ha que pode explorar tem 60% em floresta nativa, 20% lavoura cacaueira, 10% sistemas agroflorestais e 10% em capoeira. A produção agrícola foi de R\$ 660 sendo 60% comercializado, contratou força de trabalho durante o ano (R\$ 360). Teve ainda o retorno de R\$ 650 referente a venda de farinha de mandioca. A criação de pequenos animais serve para alimentação. Não fazem extrativismo.	Lavouras anuais e venda da força de trabalho como principais atividades	Produção Familiar em Transição
Pacajá - 142 (Colonização Antiga)	0,23	Família Antiga com 3 pessoas. Assentado em 1982, possui título da terra, referente aos 200 ha. Possui infraestrutura estimada em R\$ 18.200. Arrecadou durante o ano R\$ 7.000 com o mercado de produtos variados e mais R\$ 10.000 atravessando cacau. Dos 200 ha apenas 54% é floresta nativa, 30% pastagem, 6% lavoura cacaueira e 10% capoeira. A produção do cacau favoreceu ao valor de R\$ 16.800, tendo que contratar força de trabalho (R\$ 1.600). Possui um rebanho com 142 rezes e apurou com a venda no ano o valor de R\$ 9.700. As pequenas criações atendem o consumo, os derivados bovinos atendem tanto o consumo quanto a venda.	Pecuária e Cacau como atividades principais	Empresa Familiar Consolidada
Anapu - 77 (PDS)	0,23	Família Jovem com 7 pessoas. Assentado em 2004. Durante o ano obteve R\$ 2.640 referente a venda de força de trabalho, além disso contou com o auxílio bolsa família no valor de R\$ 1.344. Dos 20 ha que pode explorar tem 54% em floresta nativa, 5% pastagem, 9% sistemas agroflorestais, 12% capoeira e 20% com lavoura cacaueira. A produção agrícola foi basicamente produtos anuais gerando R\$ 1.540 sendo desse valor 30% comercializado, contratou força de trabalho (R\$ 200). As pequenas criações são utilizadas tanto para alimentação quanto para comercialização. Usou dos recursos florestais para estruturar a propriedade e como fonte de alimentação.	Lavouras anuais e venda da força de trabalho como principais atividades	Produção Familiar Tradicional
Pacajá - 149 (Colonização Antiga)	0,24	Família Antiga com 5 pessoas. Comprou a área em 1979. Possui uma área total de 70 ha. A infraestrutura esta estimada em R\$ 7.900. Recebeu durante o ano aposentadoria que totalizou R\$ 4.980, além disso recebeu auxílio bolsa família no valor de R\$ 1.344/ano. 62% da área é floresta nativa, 14% pastagem, 3% lavoura cacaueira e 21% capoeira. A produção agrícola gerou o valor de R\$ 980, sendo 45% referente a produção de cacau vendida ao atravessador. As pequenas criações e a farinha produzida serviu a alimentação da família. Não pratica o extrativismo.	Baixa diversificação e Outras rendas	Empresa Familiar Consolidada

Pacajá - 150 (Colonização Antiga)	0,24	Família Antiga com 5 pessoas, comprou a propriedade em 1991 e hoje possui o título da terra. A infraestrutura esta estimada em R\$ 7.900. Contou durante o ano com o valor da bolsa família (R\$ 1.344). Dos 100 ha que possui 57% são floresta nativa, 35% pastagem, 6% lavoura cacauieira e 2% capoeira. Comercializou o cacau produzido acarretando o valor de R\$ 9.730 e com a venda do gado obteve o valor de R\$ 2.550, ficando ainda com o rebanho de 40 rezes. As pequenas criações e os derivados do gado atendem a alimentação. Não pratica o extrativismo.	Pecuária e Cacau como atividades principais	Empresa Familiar Consolidada
Pacajá - 139 (Colonização Antiga)	0,24	Família Antiga com 4 pessoas. Foi assentado em 1973 e possui o título da terra. Possui uma área de 93 ha. Conta com a infraestrutura avaliada em R\$ 7.600. Teve que contratar força de trabalho durante o ano (R\$ 1.200). Da área total 44% é pastagem, 33% floresta nativa, 6% lavoura cacauieira e 17% capoeira. A produção de cacau gerou o valor de R\$ 7.800 que foi toda vendida, além disso, teve o valor de R\$ 1.000 de outros produtos. Possui um plantel com 81 rezes de gado bovino e arrecadou R\$ 5.240 com a venda de gado durante o ano. As pequenas criações e os derivados do gado atendem a alimentação. Não pratica o extrativismo.	Pecuária e Cacau como atividades principais	Empresa Familiar Consolidada
Pacajá - 156 (Colonização Antiga)	0,24	Família Antiga composta por 5 pessoas. Comprou a área em 2000 não possui documentação. Possui uma infraestrutura estimada em R\$ 2.300. Recebeu durante o ano o valor de R\$ 5.400 referente ao comércio variado que praticou. Dos 50% que possui tem 52% com floresta nativa, 26% com pastagem, 2% lavoura cacauieira e 20% com capoeira. A produção agrícola foi estimada em R\$ 3.940 sendo apenas R\$ 200 comercializados. Possui um plantel com 16 rezes de gado bovino tendo vendido R\$ 900 durante o ano. As pequenas criações servem a alimentação da família. Toda farinha produzida serviu a alimentação. Não pratica o extrativismo.	Pecuária, Outras rendas e Baixa diversificação	Empresa Familiar Consolidada
Pacajá - 146 (Colonização Antiga)	0,24	Família Antiga com 12 pessoas. Foi assentado em 1985 e possui o título da terra. A infraestrutura esta estimada em R\$ 12.250. Recebeu durante o ano o valor de R\$ 4.980 referente a aposentadoria e ainda teve a venda de força de trabalho que gerou o valor de R\$ 7.000. Dos 100 ha que possui 52% é floresta nativa, 20% pastagem, 2% sistemas agroflorestais, 1% abertura de lavouras anuais e 25% capoeira. A produção agrícola gerou R\$ 1.070 e foi toda vendida. Possui um rebanho com 76 rezes e recebeu durante o ano o valor de R\$ 4.350 referente a venda de gado. As pequenas criações servem a alimentação. Os derivados do gado servem tanto a alimentação quanto a venda, forma arrecadados R\$ 202,50 com a venda de queijo. Não pratica o extrativismo.	Pecuária, Outras rendas e Baixa diversificação	Empresa Familiar Consolidada
Pacajá - 152 (Colonização Antiga)	0,24	Família Antiga com 7 pessoas, foi assentado em 1979 e possui o título da terra. Possui infraestrutura estimada em R\$ 2.700. Recebeu durante o ano o valor da aposentadoria (4.980) e ainda contou com R\$ 400 referente a venda da força de trabalho. Dos 100 ha que possui 42% é floresta nativa, 25% pastagem, 20% lavoura cacauieira, 12% capoeira e 1% quintal florestal. Recebeu com a venda da produção de cacau o valor de R\$ 38.250, teve que contratar força de trabalho para auxiliar no trato das culturas (R\$ 600). Com a venda do gado gerou o valor de R\$ 7.500, ficando com o plantel de 50 rezes de gado bovino. As pequenas criações e os derivados do gado são utilizados na alimentação da família. Não pratica o extrativismo.	Pecuária e Cacau como atividades principais	Empresa Familiar Consolidada
Anapu - 72 (PDS)	0,25	Família Jovem com 4 pessoas. Assentado em 2002. Recebeu durante o ano o salário como Agente comunitário de saúde R\$ 4.980. Dos 20 ha que pode explorar apenas 35% é floresta nativa, 4% sistemas agroflorestais e 61% com capoeira. A produção agrícola (R\$ 660) foi toda destinada ao consumo, contratou força de trabalho para o trato das lavouras (R\$ 187). Possui pequenas criações para alimentação e não pratica o extrativismo.	Baixa diversificação e Outras rendas	Produção Familiar em Transição

Anapu - 62 (PDS)	0,25	Família Antiga com 5 pessoas, foi assentado em 2002, mas não possui documento. Possui uma infraestrutura estimada em R\$ 1.200. Teve durante o ano o apoio institucional no valor de R\$ 1.400. Dos 20 ha que pode explorar 31% é floresta nativa, 17% sistemas agroglorestais, 20% lavoura cacaueira e 32% capoeira. A produção agrícola foi no valor de R\$ 3.878, sendo que desse valor 45% foi comercializado. Contratou força de trabalho para o trato nas lavouras (R\$ 380). Teve uma produção de farinha estimada em R\$ 1078 sendo 50 comercializado. As pequenas criações servem a alimentação. Não pratica o extrativismo.	Baixa diversificação, Farinha e Outras rendas	Produção Familiar Tradicional
Senador José Porfírio - 114 (Assentamento)	0,25	Família Antiga com 2 pessoas. Comprou a área em 2000 apesar de não ter documento se considera assentada. Possui uma infraestrutura estimada em R\$ 2.100. Contou com o apoio institucional durante o ano com o valor de R\$ 780. Dos 80 ha que possui 88% é floresta nativa, 4% lavoura cacaueira, 3% abertura de lavouras anuais e 5% capoeira. A produção agrícola gerada foi no valor de R\$ 1.125, desse valor 60% foi comercializado. Contratou força de trabalho para ajudar no trato das culturas (R\$ 350). Possui a criação de pequenos animais para alimentação. Não pratica o extrativismo.	Baixa diversificação e Outras rendas	Produção Familiar em Transição
Anapu - 83 (PDS)	0,25	Família Jovem com 5 pessoas, comprou a área em 2007, considera-se assentado apesar de não ter documento. Possui uma infraestrutura estimada em R\$ 950. Durante o ano arrecadou R\$ 6.500 com a venda de força de trabalho e ainda contou com o auxílio de bolsa de família no valor de R\$ 1.344. Dos 20 ha que pode utilizar 75% é floresta nativa, 5% pastagem, 5% lavoura cacaueira e 15% abertura de lavouras anuais. Contratou força de trabalho para ajudar na propriedade (R\$ 160). Dos R\$ 580 gerados com a produção agrícola 60% foi comercializado. A farinha produzida foi vendida (R\$ 300). As pequenas criações servem a alimentação. Utilizou madeira da floresta para estrutura o sistema de produção.	Lavouras anuais e venda da força de trabalho como principais atividades	Produção Familiar em Transição
Senador José Porfírio - 110 (Assentamento)	0,25	Família Antiga com 5 pessoas. Comprou a área em 2007. Não possui documento mas se considera assentado. Possui uma infraestrutura avaliada em R\$ 580. É funcionário de carteira assinada em Altamira e recebe (R\$ 4.980/ano). Dos 80 ha que comprou 90% é floresta nativa, 5% pastagem, 4% abertura de lavouras anuais e 1% capoeira. A produção agrícola gerou o valor de R\$ 1.350 sendo que 50% foi comercializada. Além disso, teve a produção de farinha estimada em R\$ 1.200 sendo que 90% da produção foi vendida. Não pratica o extrativismo.	Baixa diversificação, Farinha e Outras rendas	Produção Familiar em Transição
Pacajá - 147 (Colonização Antiga)	0,25	Família Antiga com 7 pessoas. Comprou a área em 2000, considera-se assentado. Possui uma infraestrutura estimada em R\$ 2.200. Dos 50 ha que possui 60% é floresta nativa, 18% pastagem, 19% lavoura cacaueira, 2% abertura de lavouras anuais e 1% capoeira. Da produção agrícola R\$ 6.360 foi referente a venda do cacau e R\$ 440 de lavouras anuais que serviram a alimentação. Contratou força de trabalho para o trato da lavoura cacaueira (R\$ 500). Possui 10 rezes de gado bovino. Possui pequenas criações para alimentação, Não pratica o extrativismo.	Pecuária e Cacau como atividades principais	Empresa Familiar Consolidada
Anapu - 40 (PDS)	0,25	Família Antiga com 2 pessoas. Ocupou a área em 2004. Não possui infraestrutura de apoio ao sistema de produção. Teve o rendimento de R\$ 1.360 com a venda de força de trabalho, além disso contou com apoio institucional no valor de R\$ 2.400. Dos 20 ha que pode explorar 83% é floresta nativa, 7% lavoura cacaueira, 1% pastagem, 2% sistemas agroflorestais e 7% capoeira. A produção agrícola foi no valor de R\$ 1.050 e serviu a alimentação da família. Possui pequenas criações para alimentação. Fez uma venda de madeira no valor de R\$ 150.	Lavouras anuais e venda da força de trabalho como principais atividades	Produção Familiar Tradicional

Pacajá - 132 (Colonização Antiga)	0,26	Família Jovem com 3 pessoas. Obteve a propriedade em 2000 devido herança familiar. Possui o título da terra referente aos 100 ha que trabalha. A infraestrutura esta estimada no valor de R\$ 8.500. Obteve um rendimento com a venda de força de trabalho durante o ano de R\$ 9.900. 50% da área é floresta nativa, 22% pastagem, 5% lavoura cacauaieira e 23% capoeira. A produção agrícola foi estimada no valor de R\$ 1.085, sendo apenas 12% comercializado (produção cacau). A farinha produzida serviu a alimentação (R\$ 400). Possui um rebanho com 6 rezes e teve que contratar força de trabalho para o roço do pasto (R\$ 260). A pequena criação atende a alimentação. Vendeu madeira da área de floresta, 3 metros cúbicos por R\$ 300.	Lavouras anuais e venda da força de trabalho como principais atividades	Produção Familiar Tradicional
Anapu - 73 (PDS)	0,26	Família Antiga com 2 pessoas, assentado em 2002, mas não possui documento. Possui uma infraestrutura estimada em R\$ 500. Arrecadou durante o ano o valor de R\$ 3.000 com o comércio variado e ainda R\$ 1.050 com a venda de força de trabalho. Dos 20 ha que pode explorar apenas 43% é floresta nativa, 18% lavoura cacauaieira, 15% quintal florestal, 15% sistemas agroflorestais e 9% capoeira. A produção agrícola gerada proporcionou R\$ 2.715, sendo 60% consumida e os outros 40% comercializado, assim como toda farinha produzida (R\$ 575) foi vendida. Não tem a prática do extrativismo.	Baixa diversificação, Farinha e Outras rendas	Produção Familiar Tradicional
Anapu - 41 (PDS)	0,26	Família Jovem com 3 pessoas. Ocupou a área em 2005, considera assentado, mas não tem documento. Não apresenta infraestrutura. Obteve retorno com a venda de força de trabalho no valor de R\$ 1.800. Dos 20 ha que pode explorar tem 68% de floresta nativa, 21% de capoeira e 11% lavoura cacauaieira. A produção agrícola foi estimada em R\$ 950 que serviu para alimentação. Possui pequena criação para alimentação. Não faz uso do extrativismo.	Lavouras anuais e venda da força de trabalho como principais atividades	Produção Familiar Tradicional
Anapu - 46 (PDS)	0,26	Família Antiga com 4 pessoas, assentado em 2005 não possui documento. Não conta com infraestrutura e vendeu força de trabalho durante o ano (R\$ 350). Dos 20 ha que pode explorar 85% ainda é floresta nativa, 8% lavoura cacauaieira e 7% abertura com lavouras anuais. A produção gerou um valor de R\$ 550 e teve 50% comercializada. Utiliza da criação de pequenos animais. Não usa do extrativismo.	Lavouras anuais e venda da força de trabalho como principais atividades	Produção Familiar em Transição
Anapu - 70 (PDS)	0,26	Família Jovem com 4 pessoas. Comprou a área em 2003, considera assentado apesar de não ter documento. Possui uma infraestrutura estimada no valor de R\$ 1.380. Contou durante o ano com o salário de servente (R\$ 5.460) e com o valor recebido com a venda da força de trabalho (R\$ 990). Dos 20 ha que pode explorar, 49% é pastagem, 33% capoeira, 8% lavoura cacauaieira e 10% abertura com lavouras anuais. A produção gerada foi no valor de R\$ 750 e foi toda consumida na alimentação. Contratou força de trabalho (R\$ 450). Vendeu 90% da produção de farinha. Tem pequenas criações para alimentação da família. Extrai o açaí da floresta nativa para alimentação.	Baixa diversificação, Farinha e Outras rendas	Produção Familiar em Transição
Anapu - 36 (PDS)	0,26	Família Antiga com 4 pessoas. Ocupou a área em 2004, considera assentado apesar de não ter documento. Não possui infraestrutura de suporte ao sistema de produção. Teve durante o ano o apoio institucional no valor de R\$ 700. Dos 20 ha que pode explorar 45 é floresta nativa, 15% sistemas agroflorestais, 15% abertura de lavouras anuais e 25% capoeira. A produção gerou o valor de R\$ 1.430, apenas 45% da produção foi comercializada, incluindo os R\$ 220 referente a venda do cacau. Produziu farinha para alimentação, contratou força de trabalho para ajudar no preparo da área (R\$ 160). As pequenas criações servem para alimentação. Não fazem extrativismo.	Baixa diversificação e Outras rendas	Produção Familiar em Transição

Anapu - 37 (PDS)	0,26	Morador sozinho, assentado em 2004 não possui documento. Não há infraestrutura para o sistema de produção. Teve durante o ano o apoio institucional no valor de R\$ 700. Dos 20 ha que pode explorar 90% é floresta nativa, 5% sistemas agroflorestais e 5% abertura de lavouras anuais. A produção agrícola (R\$ 550) serviu apenas para o consumo, assim como a produção de farinha. Não pratica o extrativismo.	Baixa diversificação e Outras rendas	Produção Familiar em Transição
Anapu - 56 (PDS)	0,26	Família Jovem com 2 pessoas. Assentado em 2006, não possui documento. Não possui infraestrutura de suporte a produção. Durante o ano teve o apoio institucional no valor de R\$ 2.400, além disso teve o retorno financeiro com a venda de força de trabalho no valor de R\$ 1.900. Dos 20 ha que pode explorar 74% é floresta nativa, 10% lavoura cacauceira, 13% abertura de lavouras anuais e 3% capoeira. A produção agrícola proporcionou o valor de R\$ 1.250 desse apenas R\$ 350 foram vendidos. Possui 2 rezes de gado bovino. As pequenas criações serviram a alimentação. Usaram produtos da floresta para alimentação (Açaí) e venderam 70 vassouras (R\$ 140) confeccionadas com cipó-titica da floresta nativa.	Lavouras anuais e venda da força de trabalho como principais atividades	Produção Familiar Tradicional
Senador José Porfírio - 88 (Assentamento)	0,26	Família Jovem com 7 pessoas, comprou a área em 2002, hoje considera assentada, mas não tem documento. Possui infraestrutura estimada em R\$ 2.200. Durante o ano recebeu auxílio bolsa família R\$ 1.344, apoio institucional no valor de R\$ 1.000 e mais um benefício no valor de R\$ 1.140. Dos 80 ha que possui 93% ainda são florestas nativas, 3% abertura com lavoura anual, 3% capoeira e apenas 1% de lavoura cacauceira. A produção foi basicamente da lavoura cacauceira que gerou R\$ 255 no ano. Possui um plantel com 5 rezes de gado. Usa da pequena criação para alimentação e extraiu madeira da floresta para propriedade.	Baixa diversificação, Cacau e Outras rendas	Produção Familiar Tradicional
Anapu - 43 (PDS)	0,27	Morador sozinho que ocupou a área em 2004. Durante o ano arrecadou R\$ 880 com o comércio variado, R\$ 1.312 com a venda de força de trabalho e contou com o apoio institucional no valor de R\$ 720. Dos 20 ha que tem direito de explorar 80% é floresta nativa, 15% sistemas agroflorestais e 5% lavoura cacauceira. Produziu R\$ 487 em lavoura anual que serviu para alimentação. As pequenas criações servem tanto para alimentação quanto para o comércio, arrecadou R\$ 380 com a venda de galinhas ao longo do ano. Não pratica o extrativismo.	Lavouras anuais e venda da força de trabalho como principais atividades	Produção Familiar em Transição
Anapu - 26 (PDS)	0,27	Família Jovem com 5 pessoas. ocupou a área em 2004 e se considera assentado. Obteve no ano o valor de R\$ 1.600 com a venda de força de trabalho. Dos 20 ha que pode explorar 82% ainda é floresta, 5% lavoura cacauceira, 5% pastagem e 8% capoeira. A produção foi baixa, sendo o cacau comercializado (R\$ 106) e a produção da lavoura anual consumida (R\$ 250). As pequenas criações foram usadas para alimentação e para o comércio (R\$ 220). Fizeram extração de açaí para complementar na alimentação.	Baixa diversificação, Cacau e Outras rendas	Produção Familiar Tradicional
Anapu - 82 (PDS)	0,27	Família Antiga com 4 pessoas, foi assentada em 2004 e não possui documento. Apresenta infraestrutura no valor de R\$ 1.450. Obteve durante o ano o apoio institucional no valor de R\$ 720. Dos 20 ha que tem direito explora 54% são floresta nativa, 22% sistemas agroflorestal, 10% lavoura cacauceira e 14% capoeira. A produção foi basicamente lavouras anuais gerando o valor de R\$ 1.600 que serviu ao consumo. A farinha produzida foi comercializada (R\$ 900). As pequenas criações servem a alimentação e não usa a floresta.	Baixa diversificação, Farinha e Outras rendas	Produção Familiar Tradicional

Anapu - 35 (PDS)	0,27	Família Jovem com 5 pessoas. Foi assentado em 2004, mas não possui documentação. Não possui infraestrutura suporte para produção. Obteve durante o ano o apoio institucional com o valor de R\$ 1.100. Dos 20 ha que tem direito a explorar possui 65% de floresta nativa, 20% sistemas agroflorestais e 15% abertura com culturas anuais. A produção gerou no ano o valor de R\$ 2.668,50, sendo que 25% foi referente a produção de cacau e os outros 75% produção de lavouras anuais usados na alimentação da família. As pequenas criações servem apenas para alimentação. Não fazem uso dos produtos florestais.	Lavoura Cacaueira e Baixa Diversificação	Produção Familiar Tradicional
Anapu - 67 (PDS)	0,28	Morador sozinho que invadiu a área em 2005, hoje se considera assentado apesar de não ter documentação. Obteve no ciclo agrícola o valor de R\$ 660 com a venda de força de trabalho. Da área que tem direito a explorar 81% ainda esta com floresta nativa, 14% com lavoura cacaueira e 5% com sistemas agroflorestais. O resultado da produção foi baseada na cultura do arroz que proporcionou o valor R\$ 1.755, sendo desse 70% comercializado. Possui pequenas criações como base de alimentação e não faz uso dos produtos da floresta.	Lavouras anuais e venda da força de trabalho como principais atividades	Produção Familiar em Transição
Pacajá - 138 (Colonização Antiga)	0,28	Família Antiga com 5 pessoas. Foi assentada em 1974 e possui título da terra. A propriedade apresenta infraestrutura estimada em R\$ 2.500. Teve durante o ano o recebimento de R\$ 4.980 referente a aposentadoria. A propriedade apresenta 56% de pastagem dos 100 ha que totalizam a área, além de 25% de pastagem, 10% lavoura de cacau, 4% sistemas agroflorestais e 5% de capoeira. Teve durante o ciclo o retorno financeira equivalente a R\$ 6.240 com a venda de cacau, mas teve gasto com a contratação de força de trabalho (R\$ 1200). Possui um rebanho com 10 rezes, tendo vendido 4 durante o ano o que garantiu o valor de R\$ 2.100. As pequenas criações e o derivado do gado são utilizados para alimentação da família.	Lavoura Cacaueira e Baixa Diversificação	Empresa Familiar Consolidada
Anapu - 34 (PDS)	0,28	Família Jovem com 5 pessoas. Assentado em 2005, não possui documentação. Não apresenta infraestrutura de apoio ao sistema de produção. Contou com o apoio institucional no valor de R\$ 1.000 e vendeu força de trabalho recebendo por isso R\$ 600 e ainda contou com a bolsa família no valor de R\$ 1.344/ano. Dos 20 ha que pode explorar tem 60% de floresta nativa, 30% de lavoura cacaueira, 9% de abertura com lavouras anuais e 1% com sistemas agroflorestais. A produção agrícola gerou o valor de R\$ 2.875, sendo desse 90% referente a venda da produção de cacau. Contratou força de trabalho para o trato das culturas. Metade das pequenas criações foram vendidas no ano, gerando o valor de R\$ 250, assim como comercializou os ovos acarretando R\$ 225 com a venda.	Lavoura Cacaueira e Baixa Diversificação	Produção Familiar em Transição
Anapu - 20 (PDS)	0,28	Família Jovem com 6 pessoas. Ocupou a área em 2005 e se considera posseiro (não tem documento). Teve o valor de R\$ 2.260 devido a venda de força de trabalho e contou ainda o valor de R\$ 1.344 oriundo da bolsa família. Dos 20 ha que pode explorar tem 75% de floresta nativa, 7% de pastagem, 12% de culturas perenes e 6% de capoeira. A produção diversificada teve apenas 20% (R\$ 160) comercializada, parte da farinha produzida foi vendida, gerando o valor de R\$ 205. A criação de pequenos responde pela complementação alimentar da família.	Baixa diversificação e Outras rendas	Produção Familiar Tradicional

Anapu - 28 (PDS)	0,28	Família Antiga com 5 pessoas. Foi assentado em 2004. Não apresenta infraestrutura correspondente as atividades produtivas. Obteve no ano o valor de R\$ 440 devido a venda de força de trabalho e contou com o apoio institucional recebendo o valor de R\$ 1.150. Da área que pode explorar (20ha) tem 73% de floresta nativa, culturas perenes 7%, sistemas agroflorestais 5% e 15% de capoeira. Da produção gerada apenas 50% foi comercializado (R\$ 480). A criação de pequenos animais além de alimentar a família gerou o retorno de R\$ 258 com a venda de galinhas. A farinha beneficiada foi toda consumida. Além disso, a propriedade esta sendo estruturada com produtos da floresta, madeira, cipó, etc.	Baixa diversificação e Outras rendas	Produção Familiar Tradicional
Senador José Porfírio - 111 (Assentamento)	0,28	Família Jovem com 5 pessoas. Herdou a propriedade em 2004. Possui infraestrutura estimada em R\$ 3.500. Recebeu no ano o valor de R\$ 1470 referente a benefícios. A área tem 60 ha, sendo 85% ainda em floresta nativa e 15% de pastagem. Teve no ciclo agrícola a produção de lavouras anuais no valor de R\$ 850 toda destinada ao consumo da família. Possui 7 rezes de gado bovino. As pequenas criações servem como alimento da família. Não pratica o extrativismo.	Baixa diversificação e Pecuária	Produção Familiar Tradicional
Senador José Porfírio - 104 (Assentamento)	0,28	Família Antiga com 6 pessoas. Comprou a área em 2002. Obteve apoio institucional no valor de R\$ 1.050. Dos 40 ha que possui 83% é floresta nativa, 8% lavoura de cacau, 2% pastagem, 5% de abertura de lavouras anuais e 2% de capoeira. A produção gerou o valor de R\$ 3.690, sendo desse valor 64% foi referente a produção de cacau comercializada com atravessador o restante (produção anual) destinou a alimentação. A criação de pequenos animais completa a alimentação familiar. Não faz uso dos recursos florestais.	Lavoura Cacaueira e Baixa Diversificação	Empresa Familiar Consolidada
Anapu - 30 (PDS)	0,28	Família Jovem com 4 pessoas. Assentado em 2003, não possui documentação. Não apresenta infraestrutura de apoio ao sistema de produção. Obteve rendimento de R\$ 1.480 com a venda de força de trabalho, além disso teve o apoio institucional com o valor de R\$ 1.078. Apresenta 75% da área que pode usar com floresta nativa, 6% com culturas perenes e 19% de capoeira. Foi comercializado apenas 20% da produção gerada (R\$ 368). A criação de pequenos animais servem à alimentação da família e praticam a extração de produtos das florestas para usarem na manutenção do sistema de produção.	Baixa diversificação e Outras rendas	Produção Familiar Tradicional
Anapu - 68 (PDS)	0,28	Família Antiga com 2 pessoas. Comprou a área em 2002. Não possui infraestrutura de apoio ao sistema de produção. Teve rendimento de R\$ 500 com comércio variado, além de contar com o valor de R\$ 4.560/ano referente a aposentadoria e o valor de R\$ 1.200 obtido com a venda da força de trabalho. Dos 100 ha que possui 61% é floresta nativa, 3% pastagem, 3% Sistemas agroflorestais, 3% capoeira e 30% lavoura de cacau. Teve produção diversificada que gerou o valor de R\$ 2.250, sendo que apenas 40% foi comercializado. A farinha produzida destinou-se ao consumo familiar. Foi gerado no ano um custo de R\$ 1.180 para implantação de pastagem e cerca. As pequenas criações estão na base alimentar da família. Foi utilizado acapu da floresta nativa para construção de cercas.	Diversificado e Outras Rendas	Empresa Familiar Consolidada
Senador José Porfírio - 101 (Assentamento)	0,29	Família Antiga com 3 pessoas. Comprou a área em 2002 e não possui documento. A propriedade possui infraestrutura estimada em R\$ 17.000. Obteve circulação financeira com comércio R\$ 16.850/ano, auxílio bolsa família R\$ 1.344/ano. 85% dos 80 ha que possui ainda é floresta nativa, 4% lavoura de cacau e 11% de capoeira. Teve uma produção no valor de R\$ 1.800 em que R\$ 1.200 foi cacau e comercializado em Altamira. Vendeu a produção de farinha no valor de R\$ 500. Possui 4 rezes de gado bovino, vendeu 9 ao longo do ano para estrutura seu comércio no valor de R\$ 3.200. As pequenas criações atendem alimentação da família. Não faz extração de produtos da floresta.	Pecuária, Cacau e Outras Rendas	Empresa Familiar Consolidada

Pacajá - 153	0,29	Família Antiga com 10 pessoas. Foi assentado em 1995. Apresenta infraestrutura básica para o sistema de produção (R\$ 2.150). Recebe aposentadoria no valor de R\$ 4.980/ano. Dos 100 ha que possui 70% é floresta nativa, 10% pastagem, 8% lavoura de cacau, 4% quintal florestal e 8% de capoeira. Comercializou a produção de cacau no valor de R\$ 5.685, além disso, teve o valor de R\$ 1.370 em lavouras anuais que serviu a alimentação. Possui um rebanho de 12 rezes, sendo que foi vendido 2 durante o ano recebendo o valor de R\$ 1.000. As pequenas criações e derivados do rebanho bovino para alimentação familiar. Não prática a extração de produtos florestais.	Diversificado e Outras Rendas	Empresa Familiar Consolidada
Anapu - 58 (PDS)	0,29	Família Antiga com 4 pessoas. Ocupou a área em 2002, não possui documentação. Recebe o auxílio bolsa família (R\$ 1.344/ano). Da área que pode explorar (20ha) 45% é floresta nativa, 20% sistemas agroflorestais, 6% abertura de lavouras anuais, 6% de capoeira e 23% com lavoura de cacau. O retorno da produção diversificada foi de R\$ 1.860, sendo que apenas 10% foi comercializada. A criação de pequenos animais serviram tanto para alimentação quanto para o comércio estabelecendo valores (R\$ 305) em momentos de necessidades.	Diversificado e Outras Rendas	Produção Familiar Tradicional
Anapu - 51 (PDS)	0,29	Família Jovem com 3 pessoas. Comprou a área em 2007, mas não possui documentação. Teve retorno financeiro oriundo da venda de força de trabalho (R\$1.260), além disso, teve apoio institucional no valor de R\$ 1.000. Dos 20 ha que pode explorar tem 60% com floresta nativa, 15% de pastagem, 5% de cacaucultura e 20% em capoeira. A produção do ano foi de lavouras anuais que teve 80% consumida (R\$ 1.176). As pequenas criações tem função de alimentação familiar, pouco se usa dos recursos florestais na propriedade.	Baixa diversificação e Outras rendas	Produção Familiar Tradicional
Senador José Porfírio - 100 (Assentamento)	0,29	Família Jovem com 6 pessoas. Ocupou a área em 1999 e se considera um posseiro, pois não tem documento da terra. Apresenta infraestrutura básica estimulada em R\$ 1.000. Tem o auxílio da bolsa família no valor de R\$ 1.344/ano. 90% dos 100 ha que ocupa esta com floresta nativa e os outro 10% dividiu-se em capoeira (5%) e abertura de lavouras anuais (5%). A produção no ciclo gerou uma valor de R\$ 2.105 sendo comercializado apenas 22% do valor total. A produção de farinha chegou ao valor de R\$ 1.660 sendo 78% comercializado com atravessador. Venderam ainda 40 vassouras confeccionadas na propriedade totalizando R\$ 120. A pequena criação serve como alimentação básica da família.	Baixa diversificação, Farinha e Outras rendas	Produção Familiar Tradicional
Anapu - 27 (PDS)	0,29	Família Antiga com 9 pessoas. Ocupou a área em 2005, hoje se considera assentado, mas não tem documento. A venda de força de trabalho gerou R\$ 1.400. A produção vendida foi de apenas 10% da produzida. Além disso, teve R\$ 760 resultado da venda de farinha (40% da produção). Dos 20 ha que pode explorar tem 72% de floresta nativa e 28% de sistemas agroflorestais. A criação de pequenos animais bem como a prática de extração de produtos da floresta serve para alimentação e manutenção da família.	Baixa diversificação e Outras rendas	Produção Familiar Tradicional
Anapu - 61 (PDS)	0,29	Família Jovem com 4 pessoas, foi assentado em 2004. Não apresenta infraestrutura na propriedade. Teve retorno financeiro com a venda de força de trabalho no valor de R\$ 2.490 que somou ao auxílio bolsa família R\$ 1.344/ano para responder as necessidades da família, contou ainda com o apoio insitucional com valor R\$ 400. 87% da área que pode utilizar (20ha) ainda é floresta nativa, 3% refere-se a área de sistemas agroflorestais, 5% lavoura cacaueira e 5% abertura de lavouras anuais. Teve pequena produção, basicamente arroz que teve 50% da produção total comercializada (R\$ 105). A criação de pequenos animais destina-se a alimentação e fez uso de material extraído da floresta para o sistema de produção.	Baixa diversificação e Outras rendas	Produção Familiar Tradicional

Senador José Porfírio - 95 (Assentamento)	0,29	Família Antiga com 2 pessoas, comprou a propriedade em 2000, hoje se considera assentado mas não tem documentação. Tem retorno financeiro com o comércio variado que prática, valor estimado em R\$ 8.400, além de contar com aposentadoria no valor de R\$ 4.980/ano. Dos 100 ha que possui 64% ainda é floresta nativa, 30% capoeira e 6% lavoura cacaueira. Vendeu R\$ 480 da produção gerada equivalente a 28% do valor total. Contratou força de trabalho para o trato das roças. Teve toda produção de farinha usada na alimentação, assim como a criação de pequenos animais. Vendeu 5m cúbicos de madeira da propriedade.	Baixa diversificação e Outras rendas	Produção Familiar em Transição
Senador José Porfírio - 87 (Assentamento)	0,29	Família Antiga com 4 pessoas. Comprou a propriedade em 2004. Apresenta o valor de R\$ 1.030 em infraestrutura. Obteve no ano o apoio institucional no valor de R\$ 1.200 e mais o valor de R\$ 200 com a venda de força de trabalho. A propriedade de 100 ha apresenta 89% de floresta nativa, 4% de lavoura cacaueira, 3% de pastagem e 4% de capoeira. Baixa produção com a lavouras anuais que teve 40% comercializada (R\$ 136). A farinha foi 60% vendida gerando o valor de R\$ 480. As pequenas criações tem papel importante na alimentação familiar. Não praticam a extração de produtos florestais.	Baixa diversificação, Farinha e Outras rendas	Produção Familiar Tradicional
Senador José Porfírio - 90 (Assentamento)	0,29	Família Jovem com 2 pessoas. Assentado em 2000 não possui documentação. Possui infraestrutura estimada em R\$ 4.600. Do total de 100 ha 13% é pastagem, 4% abertura de lavouras anuais, 4% lavoura cacaueira e 89% floresta nativa. Comercializou apenas a produção de cacau (R\$ 552) toda produção gerada com as lavoura anuais serviu ao consumo familiar. Possui 26 rezes de gado bovino, não comercializando nenhum no ano. Vendeu o valor de R\$ 150 em galinha, mas a criação tem a função de alimentação familiar. Arrecadou com a venda de derivados bovinos (leite e queijo) o valor de R\$ 872,50. Não pratica o extrativismo.	Diversificado	Empresa Familiar Consolidada
Senador José Porfírio - 102 (Assentamento)	0,29	Família antiga com 2 pessoas, assentado em 2002, não possui documentação. Fez venda de força de trabalho no ano recebendo R\$ 820 pelo serviço prestado. Dos 100 ha da propriedade 86% ainda é floresta nativa, 6% lavoura cacaueira, 5% abertura de lavouras anuais e 2% é capoeira. Contratou força de trabalho para o manejo das lavouras. Da produção diversificada comercializou 25% do total (R\$ 1.640). A criação de pequenos animais contribui para alimentação da família. Não faz a prática do extrativismo.	Baixa diversificação e Outras rendas	Empresa Familiar Consolidada
Anapu - 16 (PDS)	0,29	Família Jovem com 5 pessoas. Assentado em 2005, não possui documentação. Não apresenta infraestrutura de apoio ao sistema de produção. Contou com o apoio institucional no valor de R\$ 2.000 e vendeu força de trabalho recebendo por isso R\$ 460. Dos 20 ha que pode fazer uso 87% ainda se encontra com floresta nativa, 9% pastagem, 3% com capoeira e 1% com de sistemas agroflorestais. O rendimento financeiro para o ano foi devido a venda de poucos produtos anuais (R\$ 117) e venda de farinha de mandioca R\$ 800. A criação de pequenos animais complementa a alimentação da família. Fazem uso dos recursos florestais.	Baixa diversificação, Farinha e Outras rendas	Produção Familiar Tradicional
Senador José Porfírio - 126 (Assentamento)	0,30	Família Jovem que comprou a propriedade em 2004, não possui documentação. No ano vendeu a força de trabalho obtendo o retorno de R\$ 460. 78% dos 80 ha que adquiriu ainda é floresta nativa, 13% pastagem, 3% capoeira e 6% abertura de lavoura branca. O rendimento da produção teve origem nas lavouras anuais que comercializou apenas 25% do valor total R\$ 1.922 gerado. Possui 34 rezes de gado bovino, vendeu apenas uma no valor de R\$ 300. Teve gasto na contratação de força de trabalho. A criação de pequenos animais tem característica de consumo familiar. Não prática a extração de produtos florestais.	Lavoura Anuais e Pecuária	Produção Familiar em Transição

Senador José Porfírio - 112	0,30	Família Jovem com 4 pessoas. Comprou a propriedade em 2004 e não possui documentação. Teve incentivo financeiro de instituições no valor de R\$ 2.000. Dos 50 ha que possui 86% ainda é floresta nativa, 10% é capoeira e 4% abertura de lavouras anuais. O retorno financeiro foi da venda de lavouras anuais, principalmente arroz, totalizando R\$ 2.025 (56% do produzido). Possui criação de aves para o alimento familiar. Não pratica o extrativismo.	Lavouras Anuais	Produção Familiar Tradicional
Anapu - 12 (PDS)	0,30	Família Jovem com 4 pessoas. Assentado em 2005, mas não possui documentação. Não apresenta infraestrutura suporte ao sistema de produção. Recebeu R\$ 800 com a venda de força de trabalho. A área tem 66% dos 20 ha que pode explora ainda de floresta nativa, 5% com sistemas agroflorestais e 29% de capoeira. Apenas 44% (R\$ 1.042) da produção de cultivos foi comercializado. A criação de pequenas criações em sua grande maioria serve a alimentação, sendo poucas vezes vendida (caso de urgência). Tem a prática de extração de produtos da floresta para uso doméstico, comercializando óleos algumas vezes em pequenas quantidades.	Baixa diversificação e Outras rendas	Produção Familiar Tradicional
Anapu - 57 (PDS)	0,30	Família Antiga com 4 pessoas. Foi assentado em 2004, não tendo documentação. Possui uma infraestrutura estimada no valor de R\$ 950. A família recebe aposentadoria no valor de R\$ 4.980.ano, além disso, contou no ano com o valor de R\$ 120 com a venda da força de trabalho. A área que pode ser usada (20ha) tem 86% de floresta nativa, 1% de cultura perene e 13% de capoeira. A produção do ano foi diversificada e garantiu a alimentação da família, sendo comercializada uma produção de 25% apenas do produzido. A criação de pequenos animais atende a demanda por alimento, mas também complementa a renda da família com a venda em determinados período do ano.	Baixa diversificação e Outras rendas	Produção Familiar Tradicional
Anapu - 2 (PDS)	0,30	Família Antiga com 3 pessoas. Comprou a área em 2004 e não possui documento. A propriedade possui infraestrutura estimada em R\$ 1.700. Obteve circulação financeira com comércio R\$ 450, aposentadoria R\$ 1.250/ano e apoio institucional no valor de R\$ 2.400. Possui nos 20 ha que pode explorar 72% de floresta nativa, 10% de sistemas agroflorestal, 15% de culturas perenes e 3% de capoeira. O rendimento da produção foi gerado por R\$ 1.507,20 referente a venda de produtos anuais e cacau, além de ter participação pequena (R\$ 100 venda de vassoura e R\$ 280 farinha) de produtos beneficiados. Adota a criação de pequenos animais para alimentação da família.	Baixa diversificação, Cacau e Outras rendas	Produção Familiar Tradicional

PRODUOTRES NA FAIXA III (entre 0,30 e 0,40) DO ID-PAF

Produtores	ID-PAF	Descrição	Característica Geral	Prod. Agrop. Familiar
Anapu - 75 (PDS)	0,30	Morador sozinho. Ocupou a área em 2002, apesar de não ter documento se considera assentado. Dos 20 ha que pode explorar 77% é floresta nativa, 8% sistemas agroflorestais, 5% lavoura cacauieira, 5% abertura de lavouras anuais e 5% capoeira. A produção agrícola foi no valor de R\$ 1.473, sendo 90% destinado ao consumo. Produziu farinha para o consumo. As pequenas criações servem alimentação. Não pratica o extrativismo.	Baixa diversificação e farinha	Produção Familiar Tradicional
Senador José Porfírio - 92 (Assentamento)	0,30	Família Antiga com 6 pessoas. Comprou a propriedade em 2000 não tem documento mas se considera assentado. Possui infraestrutura estimada em R\$ 2.350. Recebeu no ano o valor de R\$ 9.120 referente a aposentadoria, além disso contou com apoio institucional no valor de R\$ 2.400. Dos 80 ha que possui 76% é floresta nativa, 15% lavoura cacauieira, 6% abertura de lavouras anuais e 3% capoeira. A produção agrícolas foi de R\$ 5.863, sendo que 80% refere-se a produção de cacau comercializada e o restante atendeu a alimentação (lavoura anual). Possui um plantel de 17 rezes de gado bovino, tendo que gastar R\$ 2.228 entre alimentação e aluguel de pasto. As pequenas criações atendem a alimentação da família. Fez uso de madeira da floresta para estruturar a propriedade.	Pecuária, Cacau e Outras Rendas	Empresa Familiar Consolidada
Anapu - 10 (PDS)	0,30	Família Jovem com 3 pessoas, assentada em 2004 não possui documentação. Não apresenta infraestrutura de apoio ao sistema de produção. Durante o ano teve o apoio institucional no valor de R\$ 700 e, além disso, vendeu força de trabalho por R\$ 1.991. Dos 20 ha que pode explorar 72% é floresta nativa, 8% lavoura cacauieira, 15% aberturas de lavouras anuais e 5% capoeira. A produção agrícola utilizada no consumo foi de R\$ 522,50. As pequenas criações e a extração de açaí complementam a alimentação familiar.	Baixa diversificação e Outras rendas	Produção Familiar Tradicional
Anapu - 11 (PDS)	0,30	Família Antiga com 7 pessoas. Assentado em 2003, não possui documentação. Não há infraestrutura suporte para o sistema de produção. Teve o apoio institucional durante o ano no valor de R\$ 1.000. Dos 100 ha que possui 62% é floresta nativa, 18% sistemas agroflorestais, 10% lavoura cacauieira e 10% abertura de lavouras anuais. A produção totalizou R\$ 4.885, sendo desse valor 70% comercializado. As pequenas criações e a extração de açaí complementam a alimentação da família.	Baixa diversificação, Cacau e Outras rendas	Produção Familiar em Transição
Anapu - 13 (PDS)	0,30	Família Jovem com 2 pessoas. Ocupou a área em 2003. Não possui documentação. A infraestrutura foi estimada em R\$ 1.300. Contou com o apoio institucional no valor de R\$ 720. Dos 20 ha que pode explorar 60% é floresta nativa, 10% lavoura cacauieira e 30% capoeira. A produção agrícola foi de R\$ 2.100, sendo 70% comercializada, fez contratação de força de trabalho (R\$ 540). A produção de farinha e as pequenas criações servem a alimentação familiar. Não faz extrativismo.	Baixa diversificação e Outras rendas	Produção Familiar em Transição
Anapu - 9 (PDS)	0,30	Família Jovem com 5 pessoas. Assentado em 2005, não possui documentação. Não possui infraestrutura de apoio ao sistema de produção. Contou durante o ano com o apoio institucional no valor de R\$ 1.200 e ainda vendeu força de trabalho (R\$ 120). Dos 20 ha que pode explorar 66% é floresta nativa, 4% sistemas agroflorestais, 5% abertura de lavouras anuais, 7% capoeira e 18% lavoura cacauieira. A produção agrícola foi de R\$ 944, sendo sua maioria (65%) consumida pela família. Possui 2 rezes de gado bovino. As pequenas criações complementam a alimentação. Praticam o extrativismo do açaí e óleos.	Baixa diversificação e Outras rendas	Produção Familiar Tradicional

Anapu - 14 (PDS)	0,31	Família Antiga com 3 pessoas. Assentado em 2004, não possui documentação. A infraestrutura esta estimada em R\$ 500. Durante o ano contou com auxílio bolsa família (R\$ 1.128) e ainda com o apoio institucional no valor de R\$ 1.000. Dos 20 ha que pode explorar 70% é floresta nativa, 20% lavoura cacauera e 10% abertura de lavouras anuais. A produção agrícola foi de R\$ 1.687 sendo que 50% serviram ao consumo e o restante ao comércio. A produção de farinha teve 25% sendo vendida (R\$ 225). As pequenas criações servem a alimentação familiar. Não pratica o extrativismo.	Baixa diversificação e Outras rendas	Produção Familiar Tradicional
Senador José Porfírio - 120 (Assentamento)	0,31	Família Antiga com 2 pessoas. Assentado em 2002, não possui documentação. Possui infraestrutura estimada em R\$ 500. Durante o ano teve salário contabilizando R\$ 4.980. Dos 80 ha que possui 88% ainda é floresta nativa, 9% lavoura cacauera e 3% capoeira. A produção agrícola foi estimada em R\$ 3.350, sendo o cacau comercializado desse valor (R\$ 960) e o restante consumido pela família. As pequenas criações servem para alimentar a família. Não pratica extrativismo.	Baixa diversificação, Cacau e Outras rendas	Produção Familiar em Transição
Senador José Porfírio - 94 (Assentamento)	0,31	Família Antiga com 3 pessoas. Ocupou a área em 1999, considera assentado, mesmo sem documentação. Possui infraestrutura estimada em R\$ 3.350. Recebeu apoio institucional no valor de R\$ 1.250 e ainda vendeu força de trabalho (R\$ 195) durante o ano. Dos 80 ha que possui 89% é floresta nativa, 9% lavoura cacauera, 1% abertura de lavouras anuais e 1% capoeira. A produção agrícola foi estimada em R\$ 2.272, sendo 80% referente ao cacau comercializado. Possui 12 rezes no rebanho bovino. A produção de farinha serviu tanto ao consumo quanto a venda (R\$ 1.500). As pequenas criações atendem a alimentação da família. Usou de madeira (estacas) para estruturar a propriedade.	Lavoura cacauera e Baixa diversificação	Empresa Familiar Consolidada
Anapu - 80 (PDS)	0,31	Família Jovem com 4 pessoas. Assentado em 2004, não possui documentação. Possui infraestrutura estimada em R\$ 1.700. Durante o ano vendeu força de trabalho (R\$ 1.865). Dos 20 ha que pode explorar 73% é floresta nativa, 9% abertura de lavouras anuais e 18% lavoura cacauera. A produção agrícola foi estimada em R\$ 2.438, sendo que apenas 20% foi para o consumo familiar. A produção de farinha foi 75% comercializada (R\$ 315). As pequenas criações e a coleta do açaí complementam a alimentação familiar.	Baixa diversificação e Outras rendas	Produção Familiar em Transição
Senador José Porfírio - 109 (Assentamento)	0,31	Família Antiga com 4 pessoas. Ocupou a área em 2000, não possui documentação. Possui infraestrutura estimada em R\$ 3.200. Teve durante o ano o apoio institucional no valor de R\$ 800 e vendeu força de trabalho (R\$ 784). Dos 80 ha que possui 84% é floresta nativa, 5% pastagem, 6% lavoura cacauera, 4% abertura de lavouras anuais e 1% capoeira. A produção agrícola foi estimada em R\$ 3.100 sendo que 80% foi consumida pela família. Possui um plantel com 17 rezes de gado bovino. A produção de farinha foi de R\$ 1.200 sendo 25% comercializada. As pequenas criações atendem tanto a alimentação quanto a venda (R\$ 250). Não pratica o extrativismo.	Baixa diversificação e farinha	Empresa Familiar Consolidada
Senador José Porfírio - 85 (Assentamento)	0,31	Família Antiga composta por 4 pessoas. Comprou a área em 2004, não possui documentação. Possui infraestrutura estimada em R\$ 400. Dos 120 ha que possui 88% é floresta nativa, 2% pastagem, 4% abertura de lavouras anuais e 6% capoeira. A produção agrícola foi estimada em R\$ 950, servido toda para o consumo da família. Possui 2 rezes de gado bovino. As pequenas criações complementam a alimentação familiar. Não pratica o extrativismo.	Lavouras Anuais	Produção Familiar Tradicional
Anapu - 50 (PDS)	0,31	Família Antiga com 8 pessoas, assentado em 2005, não possui documentação. Não possui infraestrutura de apoio ao sistema de produção. Contou durante o ano com o auxílio de bolsa família R\$ 1.344, além disso vendeu força de trabalho (R\$ 900). Dos 20 ha que pode explorar 68% é floresta nativa, 7% quintal florestal, 5% sistemas agroflorestais e 20% lavoura cacauera. A produção agrícola foi de R\$ 2.830, sendo 65% comercializado (principalmente arroz). Além dessa vende também a venda de 60% da farinha produzida (R\$ 934). As pequenas criações servem para alimentação familiar. Não pratica o extrativismo.	Baixa diversificação e Outras rendas	Produção Familiar Tradicional

Anapu - 65 (PDS)	0,32	Família Antiga composta por 3 pessoas. Ocupou a área em 2007, não possui documentação. Não possui infraestrutura de apoio ao sistema de produção. Dos 20 ha que possui 86% de floresta nativa, 3% quintal florestal, 10% abertura de lavouras anuais e 1% de capoeira. A produção agrícola foi estimada em R\$ 2.100 sendo 28% consumida pela família e o restante comercializado. A produção de farinha foi parte vendida (R\$ 300) e a outra consumida pela família (R\$ 330). As pequenas criações serviram para alimentação e parte pra venda. Fez uso de madeira extraída da floresta para estruturar a propriedade.	Baixa diversificação o e farinha	Produção Familiar Tradicional
Anapu - 21 (PDS)	0,32	Família Jovem com 2 pessoas. Comprou a área em 2005, não possui documentação. Não possui infraestrutura de apoio ao sistema de produção. Durante o ano recebeu salário como professor (R\$ 5.400) e ainda contou com o apoio institucional no valor de R\$ 2.400. Dos 20 ha que pode explorar 80% é floresta nativa e 20% sistemas agroflorestais. Possui 9 rezes de gado bovino e vendeu uma (R\$ 300) durante o ano. As pequenas criações complementam a alimentação. Vendeu durante o ano 10 metros cúbicos de madeira por R\$ 280.	Baixa diversificação o e Outras rendas	Produção Familiar em Transição
Senador José Porfírio - 119 (Assentamento)	0,32	Família Antiga com 2 pessoas. Ocupou a área em 2005. Não possui documentação. Possui infraestrutura estimada em R\$ 1.000. Durante o ano vendeu força de trabalho (R\$ 1.380). Dos 80 ha que possui 91% é floresta nativa, 5% lavoura cacaueteira, 3% abertura de lavouras anuais e 1% capoeira. A produção agrícola foi estimada em R\$ 2.500 sendo toda consumida pela família. Contratou força de trabalho (R\$ 180). A produção de farinha e as pequenas criações servem para alimentação. Não pratica o extrativismo.	Baixa diversificação o e Outras rendas	Produção Familiar Tradicional
Anapu - 25 (PDS)	0,32	Família Jovem com 10 pessoas. Assentado em 2004, não possui documentação. Não possui infraestrutura de apoio ao sistema de produção. Durante o ano recebeu apoio institucional no valor de R\$ 1.000 e contou com o salário de servente R\$ 3.540/ano. Dos 20 ha que pode explorar 77% é floresta nativa, 10% lavoura cacaueteira e 13% capoeira. A produção agrícola foi de R\$ 930 e serviu para alimentação da família. As pequenas criações, produção de farinha e a extração de açaí complementam a alimentação da família.	Baixa diversificação o e Outras rendas	Produção Familiar em Transição
Anapu - 76 (PDS)	0,32	Morador sozinho, assentado em 2003, não possui documentação. Possui infraestrutura estimada em R\$ 750. Vendeu força de trabalho (R\$ 180). Dos 20 ha que pode explorar possui 67% de floresta nativa, 30% sistemas agroflorestal e 3% lavoura cacaueteira. A produção agrícola foi estimada em R\$ 1.260 sendo 50% comercializada. A produção de farinha, pequenas criações e extração de açaí servem como complemento alimentar.	Baixa diversificação o e farinha	Produção Familiar em Transição
Senador José Porfírio - 103 (Assentamento)	0,32	Família Antiga com 2 pessoas. Ocupou a área em 1999. Não possui infraestrutura de apoio ao sistema de produção. Dos 80 ha que possui 91% é floresta nativa, 6% pastagem e 3% lavoura cacaueteira. A produção agrícola foi de R\$ 390 e serviu para o consumo. As pequenas criações serviram para venda (R\$ 400) e para alimentação. A produção de farinha e a extração do açaí complementam a alimentação familiar.	Baixa diversificação o e farinha	Produção Familiar Tradicional
Senador José Porfírio - 115 (Assentamento)	0,32	Família Jovem com 3 pessoas. Assentado em 2000 não possui documentação. A infraestrutura esta estimada em R\$ 2.500. Durante o ano recebeu aposentadoria no valor de R\$ 5.040 e teve o apoio institucional de R\$ 250. Dos 80 ha que possui, 81% é floresta nativa, 13% pastagem, 2% lavoura cacaueteira e 4% capoeira. A produção agrícola foi de R\$ 2.350 sendo metade comercializada. Contratou força de trabalho (R\$ 180). Possui uma vaca. As pequenas criações serviram para venda (R\$ 800) e também para alimentação. Usou de madeira da floresta para estruturar a propriedade.	Baixa diversificação o e Outras rendas	Produção Familiar Tradicional
Senador José Porfírio - 84 (Assentamento)	0,33	Família Jovem com 4 pessoas, ocupou a área em 2000. Possui infraestrutura estimada em R\$ 1.200. Vendeu força de trabalho no ano recebendo R\$ 360. Dos 80 ha que possui 79% é floresta nativa, 4% pastagem, 5% lavoura cacaueteira, 3% abertura de lavouras anuais e 9% capoeira. A produção agrícola foi no ano de R\$ 1.235 sendo 80% foi consumida pela família. Contratou força de trabalho (R\$ 100). As pequenas	Baixa diversificação o e farinha	Produção Familiar Tradicional

		criações servem como alimentação da família. Não pratica o extrativismo.		
Anapu - 42 (PDS)	0,33	Família Jovem com 2 pessoas. Ocupou a área em 2004. Não possui documentação. A infraestrutura esta estimada em R\$ 1.500. Durante o ano recebeu apoio institucional no valor de R\$ 720, contou com o auxílio bolsa família R\$ 1.344 e vendeu força de trabalho (R\$ 320). Dos 20 que pode explorar 77% floresta nativa, 18% sistemas agroflorestais e 5% lavoura cacaueteira. A produção agrícola foi de R\$ 900 sendo toda consumida pela família. A produção de farinha e as pequenas criações serviram como complemento alimentar para família. Não pratica o extrativismo.	Baixa diversificação e Outras rendas	Produção Familiar Tradicional
Anapu - 63 (PDS)	0,33	Família Jovem com 3 pessoas, ocupou a área em 2005, não possui documentação. Não possui infraestrutura de apoio ao sistema de produção. Durante o ano vendeu força de trabalho (R\$ 1.060). Dos 20 ha que possui 87% é floresta nativa, 5% lavoura cacaueteira e 8% capoeira. A produção agrícola foi no valor de R\$ 1.625 e serviu toda para o consumo familiar. Possui uma vaca. As pequenas criações servem a alimentação familiar. Não pratica o extrativismo.	Baixa diversificação e Outras rendas	Produção Familiar Tradicional
Anapu - 22 (PDS)	0,33	Família Antiga composta por 4 pessoas. Ocupou a área em 2004, não possui documentação. Possui infraestrutura estimada em R\$ 300, vendeu força de trabalho durante o ano R\$ 120. Dos 20 ha que pode explorar, 60% é floresta nativa, 35% sistemas agroflorestais e 5% lavoura cacaueteira. A produção agrícola foi de R\$ 3.525, sendo desse valor 70% comercializado (cacau). Contratou força de trabalho durante o ano (R\$ 540). A produção de farinha serviu para alimentação. As pequenas criações foram tanto para o consumo quanto para venda (R\$ 510). Não pratica o extrativismo.	Lavoura Cacaueteira e Baixa Diversificação	Produção Familiar Tradicional
Anapu - 38 (PDS)	0,33	Família Jovem com 7 pessoas, assentado em 2004, não possui documentação. A infraestrutura esta estimada em R\$ 550. Durante o ano teve o apoio institucional no valor de R\$ 2.000, além disso, vendeu força de trabalho (R\$ 600). Dos 20 ha que pode explora 64% é floresta nativa, 25% sistemas agroflorestais, 6% lavoura cacaueteira e 5% de abertura de lavouras anuais. A produção agrícola foi toda consumida (R\$ 1.400), contratou força de trabalho (R\$ 200). A produção de farinha foi de R\$ 5.200 sendo sua maioria comercializada (R\$ 4.500). As pequenas criações atendem a alimentação e faz a extração de açaí para o consumo.	Baixa diversificação e farinha	Produção Familiar Tradicional
Anapu - 45 (PDS)	0,33	Família Jovem com 7 pessoas, assentado em 2006 não possui documentação. Não possui infraestrutura de apoio ao sistema de produção. Durante o ano vendeu força de trabalho arrecadando R\$ 1.990. Dos 20 ha que pode explorar 62% é floresta nativa, 6% lavoura cacaueteira e 32% abertura de lavouras anuais. A produção agrícola foi toda destinada ao consumo (R\$ 1.200), assim como toda farinha produzida (R\$ 900). As pequenas criações e a extração de açaí complementam a alimentação. Usou madeira da floresta nativa para estruturar a propriedade.	Baixa diversificação e Outras rendas	Produção Familiar Tradicional
Anapu - 48 (PDS)	0,33	Família Antiga com 5 pessoas, assentado em 2005. Não possui infraestrutura de apoio ao sistema de produção. Teve durante o ano auxílio bolsa família R\$ 1.344 e vendeu força de trabalho (R\$ 200). Dos 20 ha que pode explorar 60% é floresta nativa, 7% sistemas agroflorestais, 20% lavoura cacaueteira e 13% capoeira. A produção agrícola foi toda consumida (R\$ 1.917), possui 4 rezes de gado bovino. As pequenas criações serviram tanto para alimentação quanto para venda. Fez uso de madeira da floresta na propriedade.	Baixa diversificação e Outras rendas	Produção Familiar Tradicional

Senador José Porfírio - 130 (Assentamento)	0,33	Família Antiga composta por 2 pessoas. Comprou a área em 1999. Não possui documentação. A infraestrutura estimada é de R\$ 3.150. Recebeu durante o ano o valor de R\$ 3.000 referente a herança, contou com bolsa família (R\$ 1.344) e vendeu força de trabalho (R\$ 700). Dos 160 ha que possui 87% é floresta nativa, 5% lavoura cacaueteira, 5% pastagem, 1% abertura de lavoura anuais e 2% capoeira. A produção agrícola foi no valor de R\$ 4.575, sendo que desse valor 50% refere-se a venda de cacau. Possui um rebanho com 12 rezes de gado bovino. A produção de farinha (R\$ 1.530) e as pequenas criações servem como alimentação familiar.	Baixa diversificação, Cacau e Outras rendas	Empresa Familiar Consolidada
Senador José Porfírio - 89 (Assentamento)	0,33	Família Antiga com 5 pessoas, comprou a área em 2002. Não possui infraestrutura de apoio ao sistema de produção. Dos 50 ha que possui 84% é floresta nativa, 2% pastagem, 7% lavoura cacaueteira, 3% abertura de lavouras anuais e 4% capoeira. A produção agrícola foi estimada em R\$ 2.380, sendo 50% comercializada a maior parte do vendido foi cacau. A produção de farinha foi vendida (R\$ 400). As pequenas criações e a extração de açaí complementam a alimentação.	Baixa diversificação, Cacau e Outras rendas	Produção Familiar Tradicional
Senador José Porfírio - 93 (Assentamento)	0,33	Família Antiga com 3 pessoas. Ocupou a área em 1999, considera assentado, mesmo sem documentação. Possui infraestrutura estimada em R\$ 3.300. Recebeu apoio institucional no valor de R\$ 2.400 e ainda vendeu força de trabalho (R\$ 2.40) durante o ano. Dos 100 ha que possui 82% é floresta nativa, 4% pastagem, 9% lavoura cacaueteira, 3% abertura de lavouras anuais e 2% capoeira. A produção agrícola foi de R\$ 6.500, sendo desse valor R\$ 5.040 comercializado (R\$ 4.000 cacau e R\$ 1.040 outras culturas principalmente arroz). Possui um rebanho com 14 rezes mesmo tendo vendido R\$ 2.700 durante o ano. Produziu farinha para o consumo. As pequenas criações complementam a alimentação. Não praticam o extrativismo.	Baixa diversificação, Cacau e Outras rendas	Empresa Familiar Consolidada
Senador José Porfírio - 128 (Assentamento)	0,33	Morador sozinho comprou a área em 2002, não possui documento. Não possui infraestrutura de apoio ao sistema de produção. Vendeu força de trabalho durante o ano (R\$ 620). Dos 80 ha que possui tem 91% com floresta nativa, 2% pastagem, 3% lavoura cacaueteira, 1% abertura de lavouras anuais e 3% com capoeira. A produção agrícola foi estimada em R\$ 2.590, sendo 64% comercializado. As pequenas criações atendem a alimentação. Não pratica extrativismo.	Baixa diversificação, Cacau e Outras rendas	Produção Familiar em Transição
Anapu - 49 (PDS)	0,34	Família Antiga com 4 pessoas. Foi assentado em 2004, mas não possui documentação. Não possui infraestrutura de apoio ao sistema de produção. Contou durante o ano com o salário de servente totalizando R\$ 5.040, além disso, teve o apoio institucional no valor de R\$ 750. Dos 20 ha que pode explorar, 57% é floresta nativa, 3% lavoura cacaueteira e 40% abertura de lavouras anuais. A produção agrícola foi de R\$ 2.000, sendo toda consumida pela família. Contratou força de trabalho (R\$ 240). Possui 5 rezes de gado bovino. As pequenas criações e a extração de açaí complementam a alimentação.	Baixa diversificação e Outras rendas	Produção Familiar em Transição
Anapu - 15 (PDS)	0,34	Morador sozinho que foi assentado em 2004, não possui documentação. Não possui infraestrutura de apoio ao sistema de produção. Contou durante o ano com o apoio institucional no valor de R\$ 1.000. Dos 100 ha que possui 74 ha é floresta nativa, 13% lavoura cacaueteira, 8% abertura de lavouras anuais e 5% capoeira. A produção agrícola foi estimada em R\$ 2.100, sendo 40% consumido e o restante comercializado, contratou força de trabalho (R\$ 300). Possui 11 rezes de gado bovino, tendo vendido 3 durante o ano (R\$ 1.250). As pequenas criações e a extração de açaí servem a alimentação. Retirou madeira da floresta para estruturar a propriedade.	Baixa diversificação e Pecuária	Produção Familiar Tradicional

Senador José Porfírio - 116 (Assentamento)	0,34	Família Antiga com 5 pessoas, ocupou a área em 2005. Não possui documentação. Possui infraestrutura avaliada em R\$ 900. Recebeu durante o ano aposentadoria no valor de R\$ 4.665, além disso, recebeu um benefício de R\$ 1.245 e fez venda de força de trabalho arrecadando R\$ 1.590. Dos 100 ha que possui 92% é floresta nativa, 3% lavoura cacaueteira e 5% abertura de lavouras anuais. A produção agrícola foi estimada em R\$ 3.135, sendo que R\$ 540 referiu-se a venda de cacau e todo restante serviu a alimentação da família. Assim como toda produção de farinha ficou para alimentação familiar. AS pequenas criações e a extração de açaí complementam a alimentação.	Baixa diversificação, Cacau e Outras rendas	Produção Familiar Tradicional
Anapu - 23 (PDS)	0,34	Família Antiga com 10 pessoas. Invadiu a área em 2004, considera assentado. Possui infraestrutura avaliada em R\$ 500. Contou durante o ano com auxílio bolsa família (R\$ 1.344), além disso, vendeu força de trabalho gerando R\$ 1.700/ano. Dos 20 ha que pode explorar 70% é floresta nativa, 10% lavoura de cacau e 20% sistemas agroflorestais. A produção agrícola foi estimada em R\$ 4.805, sendo 50% comercializado e desse 25% referente ao comércio do cacau. A produção de farinha foi de R\$ 1.420 dessa 50% foi comercializada. As pequenas criações serviram tanto a alimentação quanto a venda (R\$ 480/ano). Faz coleta de açaí para complementar a alimentação.	Baixa diversificação, Cacau e Outras rendas	Produção Familiar Tradicional
Senador José Porfírio - 127 (Assentamento)	0,34	Família Antiga com 5 pessoas. Ocupou a área em 2002 e não tem documentação. A infraestrutura foi estimada em R\$ 3.900. Contou durante o ano com o auxílio da bolsa família no valor de R\$ 1.344. Dos 80 ha que possui 89% ainda é floresta nativa, 5% pastagem, 3% lavoura cacaueteira e 3% de abertura de lavouras anuais. A produção agrícola foi estimada em R\$ 5.506, sendo desse valor o percentual de 70% referente a venda do cacau. Possui o rebanho com 11 rezes de gado bovino. As pequenas criações e a extração de açaí complementam a alimentação da família.	Baixa diversificação, Cacau e Outras rendas	Produção Familiar Tradicional
Senador José Porfírio - 106 (Assentamento)	0,34	Família Antiga com 2 pessoas. Assentado em 1999, não possui documentação. Não possui infraestrutura de apoio ao sistema de produção. Dos 80 ha que possui 92% ainda é floresta nativa, 5% lavoura cacaueteira, 1% pastagem e 2% abertura de lavouras anuais. A produção foi de R\$ 5.558, sendo que 67% (R\$ 3.440) referente a venda de cacau. AS pequenas criações servem a alimentação e não pratica o extrativismo.	Lavoura Cacaueteira e Baixa Diversificação	Produção Familiar Tradicional
Senador José Porfírio - 122 (Assentamento)	0,34	Família Jovem com 4 pessoas, assentado em 2004, não possui documentação. A infraestrutura foi estimada em R\$ 2.000. Durante o ano vendeu força de trabalho gerando R\$ 9.440, contou com o apoio institucional no valor de R\$ 1.200. Dos 100 ha que possui 95% é floresta nativa, 4% lavoura cacaueteira e 1% pastagem. A produção agrícola foi de R\$ 450 e serviu só para alimentação. As pequenas criações servem para alimentação familiar, não fazem o extrativismo.	Lavouras anuais e venda da força de trabalho como principais atividades	Produção Familiar em Transição
Senador José Porfírio - 107 (Assentamento)	0,35	Família Antiga composta por 3 pessoas. Ocupou a área em 2000, não possui documentação. Possui infraestrutura estimada em R\$ 2.200. Recebeu durante o ano apoio institucional no valor de R\$ 1.700. Dos 60 ha que possui 85% é floresta nativa, 7% lavoura cacaueteira e 8% quintal florestal. A produção agrícola foi estimada em R\$ 3.865 sendo 60% consumida pela família. Contratou força de trabalho para ajudar com as lavouras. Tem um rebanho com 5 rezes de gado bovino. As pequenas criações servem tanto para alimentação quanto para venda. Não pratica extrativismo.	Baixa diversificação, Cacau e Outras rendas	Produção Familiar Tradicional

Senador José Porfírio - 91 (Assentamento)	0,35	Família Antiga composta por 3 pessoas. Comprou a área em 2000, não possui documentação. A infraestrutura foi estimada em R\$ 1.700. Durante o ano vendeu força de trabalho por R\$ 1.330. Dos 80 ha 86% é floresta nativa, 6% pastagem, 5% abertura de lavouras anuais, 1% lavoura cacaueteira e 2% capoeira. A produção agrícola foi toda consumida (R\$ 1.380). Possui um rebanho com 15 rezes apesar de ter vendido durante o ano (R\$ 2.400). A produção de farinha serviu tanto a alimentação quanto foi vendida, a mesma estratégia se aplicou as pequenas criações. Não praticou o extrativismo.	Baixa diversificação e Outras rendas	Empresa Familiar Consolidada
Anapu - 24 (PDS)	0,35	Família Jovem com 5 pessoas. Ocupou a área em 2005, não tem documentação, mas se considera assentado. Possui infraestrutura estimada em R\$ 1.150. Vendeu força de trabalho durante o ano (R\$ 750). Dos 20 ha que pode explorar 72% é floresta nativa, 19% sistemas agroflorestais e 9% lavoura cacaueteira. A produção agrícola foi estimada em R\$ 1.320 sendo toda consumida pela família. Contratou força de trabalho (R\$ 340). As pequenas criações atendem a alimentação da família. Extrai açaí para complementar a alimentação.	Baixa diversificação e Outras rendas	Produção Familiar Tradicional
Anapu - 33 (PDS)	0,35	Família Jovem com 5 pessoas. Assentado em 2004, mas não possui documentação. Possui infraestrutura estimada em R\$ 1.000. Contou com o apoio institucional no valor de R\$ 2.000 e vendeu força de trabalho durante o ano no valor de R\$ 780. Dos 20 ha que pode explorar 85% é floresta nativa, 10% lavoura cacaueteira e 5% abertura de lavouras anuais. A produção agrícola foi estimada em R\$ 1.580 sendo toda utilizada na alimentação. Contratou força de trabalho durante o ano (R\$ 172). A produção de farinha foi estimada em R\$ 1.500 sendo toda vendida. As pequenas criações e a extração de açaí complementam a alimentação familiar.	Baixa diversificação, Farinha e Outras rendas	Empresa Familiar Consolidada
Anapu - 60 (PDS)	0,35	Família Jovem com 3 pessoas, invadiu a terra em 2007, mas se considera assentado. Não possui infraestrutura de apoio ao sistema de produção. Teve durante o ano o auxílio bolsa família no valor de R\$ 336. Dos 20 ha que pode explorar 85% ainda é floresta nativa, 7% lavoura cacaueteira, 1% sistemas agroflorestal e 7% abertura de lavoura anuais. A produção agrícola foi estimada em R\$ 2.178 e sua maioria 70% foi consumida pela família. Assim com a produção de farinha também a maioria foi consumida (75%). As pequenas criações e a extração de açaí complementam a alimentação. Usou madeira da floresta nativa para estruturar a propriedade.	Lavouras Anuais	Produção Familiar Tradicional
Senador José Porfírio - 105 (Assentamento)	0,35	Família Antiga com 8 pessoas, ocupou a área em 2003, não possui documentação. Possui infraestrutura estimada em R\$ 1.900. Recebeu durante o ano o auxílio bolsa família no valor de R\$ 1.344, além disso contou com o apoio institucional com o valor de R\$ 720 e vendeu força de trabalho arrecadando R\$ 1.350. Possui 30 ha e desses 73% é floresta nativa, 8% pastagem, 8% lavoura cacaueteira, 5% abertura de lavouras anuais e 6% com capoeira. Contratou força de trabalho durante o ano no valor de R\$ 140. A produção agrícola foi estimada em R\$ 3.865. As pequenas criações atendem principalmente a alimentação da família. Não pratica o extrativismo.	Baixa diversificação, Cacau e Outras rendas	Produção Familiar Tradicional
Anapu - 55 (PDS)	0,35	Família Jovem com 8 pessoas. Assentado em 2007, não possui documentação. Não tem infraestrutura de apoio ao sistema de produção. Contou durante o ano com o auxílio bolsa família no valor de R\$ 1.344 e vendeu força de trabalho (R\$ 210). Dos 20 ha que pode explorar 85% ainda é floresta nativa, 5% lavoura cacaueteira e 10% abertura de lavouras anuais. A produção agrícola foi estimada em R\$ 2.055 sendo 65% dessa vendida. As pequenas criações atendem tanto a alimentação quanto a venda. Faz-se a extração de açaí para complementação alimentar.	Baixa diversificação e Outras rendas	Produção Familiar Tradicional

Anapu - 18 (PDS)	0,36	Família Jovem com 4 pessoas, invadiu a área em 2004. Não possui documentação. Não há infraestrutura de apoio ao sistema de produção. Contou durante o ano com o apoio institucional no valor de R\$ 1.000 e ainda teve rendimento com comércio variado estimado em R\$ 2.465. Dos 20 ha que pode explorar 73% é floresta nativa, 20% abertura de lavouras anuais, 6% capoeira e 1% lavoura cacauera. A produção agrícola foi toda consumida (R\$ 2.230). As pequenas criações atendem a alimentação. Faz uso da floresta para extrair madeira para a propriedade e coletar açaí para alimentação.	Baixa diversificação e Outras rendas	Empresa Familiar Consolidada
Anapu - 53 (PDS)	0,36	Morador sozinho. Invadiu a área em 2004. Considera ser assentado mesmo não tendo documento. A infraestrutura é estimada em R\$ 2.800. Dos 20 ha que possui 59% é floresta nativa, 33% sistemas agroflorestal e 8% lavoura cacauera. A produção foi estimado em R\$ 4.601 sendo 75% comercializado. A produção de farinha foi de R\$ 1.120 sendo 80% comercializado. As pequenas criações servem a alimentação da família. Não pratica o extrativismo.	Baixa diversificação e farinha	Empresa Familiar Consolidada
Anapu - 47 (PDS)	0,36	Família Antiga com 11 pessoas. Assentado em 2004 não possui documentação. A infraestrutura esta estimada em R\$ 900. Contou com o auxílio de bolsa família durante o ano R\$ 1.344, além disso, vendeu força de trabalho por R\$ 600. Dos 20 ha que pode explorar 69% é floresta nativa, 3% sistemas agroflorestais e 28% com capoeira. A produção agrícola gerada foi de R\$ 3.691, sendo 27% da venda do cacau, 50% dos produtos diversos comercializados e apenas 23% consumido pela família. Produziu ainda R\$ 2.804 de farinha de mandioca sendo 60% comercializado. As pequenas criações e a extração de açaí complementam a alimentação.	Baixa diversificação, Cacau e Outras rendas	Produção Familiar Tradicional
Anapu - 8 (PDS)	0,36	Família Antiga com 5 pessoas. Ocupou a área em 2004, não possui documentação mas se considera assentado. Arrecadou durante o ano o valor de R\$ 7.000 com comércio variado e ainda R\$ 1.600 com a venda da força de trabalho. Dos 20 ha que pode explorar 67% é floresta nativa, 9% lavoura cacauera, 8% sistemas agroflorestais, 8% abertura de lavouras anuais e 8% capoeira. A produção agrícola gerou o valor de R\$ 5.100 no ano, sendo 50% comercializado. Contou ainda com produção de farinha que teve 60% (R\$ 650) comercializada. Não pratica o extrativismo.	Baixa diversificação e Outras rendas	Empresa Familiar Consolidada
Anapu - 7 (PDS)	0,36	Família Antiga com 3 pessoas, invadiu a área em 2004 apesar de não ter documento se considera assentado. Contou com o auxílio bolsa família no valor de R\$ 1.128. Dos 20 ha que pode explorar 80% é floresta nativa, 5% pastagem, 10% sistemas agroflorestais e 5% capoeira. A produção agrícola foi estimada em R\$ 2.370, sendo que 60% foi comercializada. Contratou força de trabalho (R\$ 390) para ajudar no trato das culturas. As pequenas criações servem a alimentação e usou estacas de acapu para estruturar a propriedade.	Baixa diversificação e Outras rendas	Produção Familiar Tradicional
Senador José Porfírio - 117 (Assentamento)	0,37	Família Antiga com 5 pessoas, assentado em 2001 ainda não possui documentação da terra. Possui infraestrutura estimada em R\$ 1.300. Vendeu força de trabalho (R\$ 600) durante o ano. Dos 80 ha que possui 90% é floresta nativa, 6% lavoura cacauera, 2% abertura de lavouras anuais e 2% de capoeira. A produção agrícola foi estimada em R\$ 2.290 sendo que sua maioria (85%) refere-se a venda do cacau. Além disso, teve a produção de farinha (R\$ 1.810) que apenas 30% foi comercializada. As pequenas criações servem para alimentação. Fez uso de madeira da floresta para estruturar a propriedade.	Baixa diversificação, Cacau e Outras rendas	Empresa Familiar Consolidada
Anapu - 29 (PDS)	0,37	Família Antiga com 9 pessoas. Assentado em 2004 não possui documentação. Possui infraestrutura estimada em R\$ 1.700. contou durante o ano com salário de servente (R\$ 4.980) e ainda com o valor de R\$ 8.600 referente a venda de força de trabalho. Dos 20 ha que pode explorar 54% é floresta nativa, 8% pastagem, 8% lavoura cacauera, 15% sistemas agroflorestal e 15% capoeira. A produção agrícola foi estimada em R\$ 4.140 sendo consumida na totalidade. A produção de farinha foi de R\$ 3.640 e apenas 10% dessa foi consumida. Possui um plantel com 10 rezes de gado bovino. As pequenas criações e a extração de açaí complementam a alimentação.	Baixa diversificação e Outras rendas	Empresa Familiar Consolidada

Senador José Porfírio - 124 (Assentamento)	0,38	Família Antiga com 12 pessoas. Assentado em 2003, não possui documentação. Tem infraestrutura estimada em R\$ 3.000. Contou no ano com o auxílio bolsa família R\$ 1.344. Dos 80 ha que possui 96% ainda é floresta nativa, 2% lavoura cacauaieira, 1% pastagem e 1% de abertura de lavouras anuais. A produção foi estimada em R\$ 560 destinada para consumo. Possui 5 rezes de gado bovino. As pequenas criações complementam a alimentação. Não pratica o extrativismo.	Baixa diversificação e Outras rendas	Produção Familiar Tradicional
Senador José Porfírio - 113 (Assentamento)	0,38	Família Antiga com 3 pessoas, assentado em 2000, não possui documento. Não há infraestrutura de apoio ao sistema de produção. Durante o ano teve o valor de R\$ 1.650 com o comércio variado e o apoio institucional no valor de R\$ 1.000 no ano. Dos 80 ha que possui 83% é floresta nativa, 5% pastagem, 6% lavoura cacauaieira e 6% abertura de lavouras anuais. A produção gerada foi estimada em R\$ 3.462, sendo que 37% foi comercializada. Contratou força de trabalho (R\$ 540) para ajudar na produção. Fez venda de gado recebendo R\$ 7.800, ficando ainda com 19 rezes. As pequenas criações e a extração de açaí complementam a alimentação.	Pecuária, Cacau e Outras Rendas	Empresa Familiar Consolidada
Senador José Porfírio - 98 (Assentamento)	0,38	Família Antiga com 5 pessoas. Comprou a área em 2003, diz ser posseiro. Possui infraestrutura estimada em R\$ 3.800. Dos 80 ha que possui 91% ainda é floresta nativa, 5% lavoura cacauaieira e 4% abertura de lavouras anuais. A produção foi estimada em R\$ 3.587,50, sendo 54% comercializado, contratou força de trabalho (R\$ 1.000) para ajudar na produção. Possui um plantel com 12 rezes de gado bovino. As pequenas criações complementam a alimentação familiar. Utilizou de madeira da floresta nativa para estruturar a propriedade.	Lavoura cacauaieira e Baixa diversificação	Empresa Familiar Consolidada
Senador José Porfírio - 129 (Assentamento)	0,39	Família Antiga com 2 pessoas. Comprou a área em 1999 e se considera assentado. Possui infraestrutura estimada em R\$ 1.000. Teve apoio institucional no valor de R\$ 500. Dos 50 ha que possui 87% é floresta nativa, 4% pastagem, 4% lavoura cacauaieira e 5% abertura de lavouras anuais. A produção agrícola foi estimada em R\$ 2.067, 50 sendo que 85% dessa produção foi consumida, os 15% comercializados refere-se a venda de cacau. As pequenas criações teve papel importante no rendimento da família, arrecadou R\$ 2.700 com a venda de galinhas ao longo do ano. Os derivados do gado bovino complementam a alimentação. Não praticam o extrativismo.	Baixa diversificação e Outras rendas	Produção Familiar Tradicional
Senador José Porfírio - 121 (Assentamento)	0,39	Família Antiga com 5 pessoas. Assentado em 2003, não possui documentação. Possui infraestrutura estimada em R\$ 800. Durante o ano arrecadou o valor de R\$ 3.440 com comércio variado. Dos 100 ha que possui 93% ainda é floresta nativa, 2% pastagem e 5% lavoura cacauaieira. A produção agrícola gerou o valor estimado em R\$ 3.917, sendo que 60% foi referente a venda de cacau e o restante seriu ao consumo. Contratou força de trabalho (R\$ 200) para ajudar no trato das lavouras. Possui um rebanho com 8 rezes de gado bovino. As pequenas criações, o derivado do gado e a extração do açaí complementam a alimentação familiar.	Baixa diversificação, Cacau e Outras rendas	Empresa Familiar Consolidada

PRODUTORES NA FAIXA IV (entre 0,40 e 0,60) DO ID-PAF

Produtores	ID-PAF	Descrição	Característica Geral	Prod. Agrop. Familiar
Anapu - 32 (PDS)	0,41	Família Jovem com 6 pessoas. Assentado em 2004, não possui documentação. Não possui infraestrutura de apoio ao sistema de produção. Contou durante o ano com salário (R\$ 2.700), além disso, teve apoio institucional (R\$ 2.400) e vendeu força de trabalho R\$ 680. Dos 20 ha que pode explorar 74% são floresta nativa, 20% lavoura cacauieira e 6% capoeira. A produção foi totalmente usada para o consumo familiar (R\$ 2.600) teve que contratar força de trabalho (R\$ 500). As pequenas criações e o açaí extraído na floresta nativa servem de complemento alimentar.	Diversificado e Outras Rendas	Produção Familiar em Transição
Anapu - 64 (PDS)	0,41	Família Jovem com 3 pessoas. Ocupou a área em 2007, não possui documentação. Possui infraestrutura estimada em R\$ 700. Contou durante o ano com salário (R\$ 6.760) e vendeu força de trabalho (R\$ 1.450). Dos 20 ha que pode explorar 89% são floresta nativa, 5% sistemas agroflorestais, 1% quintal florestal e 5% abertura de lavouras anuais. A produção agrícola foi de R\$ 1.200, sendo maior percentual pra consumo (75%) contratou força de trabalho (R\$ 240). As pequenas criações e o açaí extraído da floresta nativa complementam a alimentação.	Diversificado e Outras Rendas	Produção Familiar em Transição
Senador José Porfírio - 118 (Assentamento)	0,41	Família Antiga com 2 pessoas. Assentado em 2003, não possui documentação. A infraestrutura foi estimada em R\$ 4.300. No decorrer do ano contou com aposentadoria no valor de R\$ 4.560, além disso, teve o apoio institucional (R\$ 2.400) e vendeu força de trabalho (R\$ 900). Dos 100 ha que possui 95% são floresta nativa e 5% lavoura cacauieira e lavoura de café. A produção agrícola foi de R\$ 10.895, sendo desse valor R\$ 7.650 referente a venda do cacau e R\$ 2.240 da venda de café. As pequenas criações servem para alimentação da família. Não pratica o extrativismo.	Diversificado e Outras Rendas	Produção Familiar Tradicional
Senador José Porfírio - 125 (Assentamento)	0,41	Família Antiga com 3 pessoas. Adquiriu a área em 2004 como herança. Não possui documentação. A infraestrutura esta estimada em R\$ 1.200. Contou durante o ano com o auxílio bolsa família (R\$ 1.300) e vendeu força de trabalho no valor de R\$ 6.700. Dos 50 ha que possui 86% são floresta nativa, 5% lavoura cacauieira e 9% capoeira. A produção agrícola foi totalmente consumida (R\$ 1.200) pela família. As pequenas criações servem como alimento familiar. Não pratica o extrativismo.	Lavouras Anuais	Empresa Familiar Consolidada
Anapu - 66 (PDS)	0,41	Família Antiga com 9 pessoas. Comprou a área em 2003. Não possui documentação. A infraestrutura é estimada em R\$ 500. Durante o ano vendeu força de trabalho R\$ 1.320. Dos 20 ha que pode explorar 54% são floresta nativa, 13% lavoura cacauieira e 33% capoeira. A produção agrícola foi toda para o consumo (R\$ 800), contratou força de trabalho (R\$ 80). A produção de farinha serviu tanto a alimentação quanto para comercialização. As pequenas criações servem como alimento da familiar, assim como o açaí coleta na floresta nativa.	Diversificado, farinha e Outras Rendas	Empresa Familiar Consolidada
Senador José Porfírio - 86 (Assentamento)	0,42	Família Antiga com 4 pessoas. Ocupou a área em 2002. Possui infraestrutura estimada em R\$ 2.600. Dos 80 ha que possui 85% são floresta nativa, 3% lavoura cacauieira, 3% quintal florestal e 9% capoeira. A produção agrícola foi de R\$ 1.580 sendo apenas 20% comercializada. A produção de farinha foi de R\$ 1.200 sendo 50% comercializada. As pequenas criações servem para alimentação da família. Não pratica extrativismo.	Diversificado e farinha	Produção Familiar Tradicional

Senador José Porfírio - 97 (Assentamento)	0,43	Família Antiga com 4 pessoas. Comprou a área em 2002, não possui documentação. Possui infraestrutura estimada em R\$ 1.200. Contou durante o ano com o auxílio bolsa família (R\$ 1.344). Dos 40 ha que possui 67% são floresta nativa, 20% lavoura cacaueteira, 8% pastagem e 5% capoeira. A produção agrícola foi de R\$ 2.850, sendo comercializado o cacau (R\$ 1.000) e a macaxeira (R\$ 600). A produção de farinha foi estimada em R\$ 6.000, desse valor 80% foi comercializado. Possui um rebanho com 12 rezes de gado bovino. As pequenas criações atendem a alimentação familiar. Não praticam o extrativismo.	Lavoura cacaueteira, Diversificação e Outras rendas.	Produção Familiar Tradicional
Senador José Porfírio - 99 (Assentamento)	0,48	Família Antiga com 9 pessoas. Comprou a área em 2005, não possui documentação. A infraestrutura esta estimada em R\$ 3.700. Contou durante o ano com a aposentadoria (R\$ 4.980), recebeu apoio institucional no valor de R\$ 1.200 e vendeu força de trabalho (R\$ 450). Dos 10 ha que possui 70% é floresta nativa e 30% abertura de lavouras anuais. A produção agrícola foi estimada no valor de R\$ 2.100, sendo que 60% foi comercializado. A produção de farinha foi de R\$ 9.240 e a maior parte (80%) foi comercializada. As pequenas criações servem para alimentação da família. Não praticam o extrativismo.	Baixa diversificação, Farinha e Outras rendas	Produção Familiar Tradicional
Senador José Porfírio - 108 (Assentamento)	0,48	Família Antiga com 4 pessoas. Assentado em 2000, não possui documentação. Possui infraestrutura estimada em R\$ 13.800. Contou durante o ano com o salário fixo totalizando R\$ 10.800/ano e ainda beneficia arroz o que gerou o valor de R\$ 5.724. Dos 80 ha que possui 89% é floresta nativa, 8% pastagem e 3% lavoura cacaueteira. A produção agrícola foi estimada em R\$ 12.075, sendo desse valor R\$ 9.255 comercializado (55% cacau e os 45% milho, feijão, arroz...) e o restante serviu ao consumo da família. Possui um rebanho com 28 rezes de gado bovino, tendo vendido durante o ano o valor de R\$ 3.960. Contratou força de trabalho o ano inteiro no valor de R\$ 3.400. A produção de farinha foi de R\$ 3.200 em 45% foi comercializado. As pequenas criações atendem a alimentação e também servem para comercialização. Utilizou de madeira da floresta nativa para estruturar a propriedade.	Lavoura cacaueteira, Diversificação e Outras rendas.	Empresa Familiar Consolidada
Anapu - 54 (PDS)	0,54	Família Antiga com 3 pessoas. Assentado em 2006, não possui documentação. Não possui infraestrutura de apoio ao sistema de produção. Vendeu força de trabalho (R\$ 150). Dos 20 ha que pode explorar 82% é floresta nativa, 6% sistemas agroflorestais, 1% pastagem, 10% abertura de lavouras anuais e 1% de capoeira. A produção agrícola foi estimada em R\$ 2.400, sendo 75% consumido pela família. Contratou força de trabalho (R\$ 200). A produção de farinha foi 90% comercializada (R\$ 4.900). As pequenas criações servem a alimentação da família. Não praticam o extrativismo.	Diversificado e farinha	Produção Familiar Tradicional
Senador José Porfírio - 96 (Assentamento)	0,54	Família Jovem com 2 pessoas. Ocupou a área em 2000, não possui documentação. Possui infraestrutura estimada em R\$ 500. Dos 60 ha que possui 85% é floresta nativa, 8% lavoura cacaueteira, 4% quintal florestal e 3% capoeira. A produção agrícola foi estimada em R\$ 5.370, sendo desse valor 80% comercializado (produção de cacau). As pequenas criações atendem a alimentação da família. Não pratica o extrativismo.	Lavoura cacaueteira e Baixa diversificação	Produção Familiar Tradicional
Anapu - 17 (PDS)	0,56	Família Antiga com 3 pessoas. Assentado em 2004, não possui documentação. Possui infraestrutura estimada em R\$ 500. Contou durante o ano com o auxílio bolsa família (R\$ 1.128) e com o apoio institucional de R\$ 1.000. Dos 20 ha que possui 70% é floresta nativa, 20% lavoura cacaueteira e 10% abertura de lavouras anuais. A produção agrícola foi estimada em R\$ 1.687, sendo 70% dessa usada para o consumo da família. A produção de farinha totalizou R\$ 675 e teve 65% desse valor usado na alimentação. As pequenas criações servem para o consumo da família. Não praticam o extrativismo.	Diversificado, farinha e Outras Rendas	Produção Familiar Tradicional

ANEXOS

Anexo A – Questionário geral

LEVANTAMENTO DE CAMPO PARA PESQUISA

Entrevistador: _____ Data: ____/____/____ Nº. Quest.: _____

PARTE I - DIAGNÓSTICO SÓCIOECONÔMICO

1 - IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO

Entrevistado:		Apelido		Origem		Ano da Chegada ao Lote	
Município:		Distância até a Sede:		Estrada:		Km:	
Condições de acesso:	<input type="checkbox"/> Ótimo <input type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Ruim			<input type="checkbox"/> Permanente <input type="checkbox"/> Temporário		Tamanho do Lote:	

- Forma de aquisição do lote: Assentado pelo INCRA Compra Doação Ocupação _____ - Quanto custou: (R\$) _____

- O lote tem documento? Não Sim, Qual? _____ - Localização Geográfica:

- Possui outro lote? _____

Obs.: Caso a família possua outro lote, consultar as informações preenchendo em outro questionário.

1.1 - Mapa de Localização

- Com a aquisição, o que objetivou fazer no lote? (PROJETO)

2 - CARACTERIZAÇÃO DA FAMÍLIA

NOME	SEXO (M/F)	IDADE (anos)	ESCOLARIDADE		PARENTESCO AO ENTREVISTADO	PARTICIPAÇÃO NAS DECISÕES ^{yy}	ONDE MORA	UTF ^{zz}	PRINCIPAIS ATIVIDADES	DECISÃO NAS ATIVIDADES ^a
			Estuda?	Série						

3 – CARACTERIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO**3.1 – MÃO-DE-OBRA DISPONÍVEL NO ESTABELECIMENTO**

MÃO-DE-OBRA CONTRATADA				
ATIVIDADE	TIPO (Quantidade)	QUEM FAZ?	ÉPOCA	VALOR
MÃO-DE-OBRA VENDIDA				
ATIVIDADE	TIPO (Quantidade)	QUEM FAZ?	ÉPOCA	VALOR

3.2 – INFRA-ESTRUTURA (CAPITAL PRODUTIVO)**3.2.1 – Estruturas**

ESTRUTURAS NA CHEGADA				ESTRUTURAS ATUAL			
DESCRIÇÃO	QUANT.	PRINCIPAL ATIVIDADE	ESTADO ^{aaa}	DESCRIÇÃO	QUANT.	PRINCIPAL ATIVIDADE	ESTADO ^c

3.2.2 – Equipamentos

EQUIPAMENTOS NA CHEGADA				EQUIPAMENTOS ATUAL			
DESCRIÇÃO	QUANT.	PRINCIPAL ATIVIDADE	ESTADO ^c	DESCRIÇÃO	QUANT.	PRINCIPAL ATIVIDADE	ESTADO ^c

^{yy} 5 – Muito Forte; 4 – Forte; 3 – Médio; 2 – Pouco; 1 – Fraco; 0 - Nenhum

^{zz} 10 a 13 anos → 50% de uma UTF; 14 a 17 anos → 65% de uma UTF; 18 a 59 anos → 100% de uma UTF; Acima de 60 anos → 65% de uma UTF.

^{aaa} Ótimo; Muito Bom; Bom; Regular; Ruim; Péssimo

3.9 – USO DA FLORESTA

3.9.1 – USO DA FLORESTA

- Há regras comunitárias de regulamentação do uso da floresta? _____

- O agricultor tem conhecimento da Legislação Ambiental? _____

- Como escolhe a área de mata que vai desmatar? _____

- Já desmatou áreas próximas a cursos d'água? _____

- Para fazer que atividade? _____

- Quais os cuidados que tem com o uso do fogo? _____

- Qual a importância da floresta? _____

- Utiliza a floresta da mesma forma de quando chegou ao lote? _____

- O que levou ou não à mudança da forma de uso da floresta? _____

3.10 – EXTRATIVISMO

Produto	Quant	Unid.	Época (meses)	Práticas	QUANT. M. O.		VENDA				Utilização
					Fam.	Cont.	Quant.	Preço	Comprador	Forma	

4 – ANÁLISE DE POTENCIALIDADES E RESTRIÇÕES DO MEIO NATURAL

Análise de Variáveis como SOLO, RELEVO, ÁGUA, VEGETAÇÃO, CLIMA.

VARIÁVEIS	POTENCIALIDADE	RESTRIÇÕES

5 – FATORES EXTERNOS (que influenciam na dinâmica do sistema de produção)

OPORTUNIDADES	AMEAÇAS

6 – RELAÇÕES COM O MEIO EXTERNO

6.1 – PROJETOS DE CRÉDITO, PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL.

Tipo de financiamento (1)	Agente Financiador	Valor (R\$)	Ano de Início	Ano de Final	Quitou?	Atividades Financiadas (2)	Contribuiu no Projeto da Família?		Teve ATER? (sim/não)	Opinião sobre ATER? (3)
							Sim	Não		

(1) [FNO especial: 01 – PRONAF: 02 – FNO normal: 03 – Outro: 04, qual? _____]

(2) [Pecuária Bovina: 01 – Pecuária de Pequenos Animais: 02 – Culturas Permanentes: 03 – Culturas Anuais: 04 – Piscicultura: 05]

(3) [Boa: 01 – Regular: 02 – Ruim: 03 – Não sabe/não respondeu: 04]

6.2 – RENDAS DE ATIVIDADES NÃO AGROPECUÁRIAS

- Você recebe algum tipo de renda que não é proveniente de atividade agropecuária (sim/não)? _____

Tipo de Benefício (1)	Quando iniciou?	Término?	Freqüência	Valor Unitário (R\$)

(1) [Aposentadoria: 01 – Pensão: 02 – Bolsa Família: 03 – Arrendamento: 04 – Outro, qual? _____]

6.3 - RELAÇÕES COM O MERCADO

- Quando começou comercializar seus produtos? _____
- Porque começou comercializar seus produtos? _____
- Quais os principais produtos que comercializava? _____
- _____
- Quais os principais produtos que comercializa atualmente? _____
- _____
- Por que mudou os produtos comercializados? _____
- Que produto considera dar maior retorno financeiro? _____
- Como determina o preço de seus produtos? _____
- _____
- Quais os principais problemas encontrados na comercialização de seus produtos? _____
- _____
- A comercialização de seus produtos tem contribuído no alcance do objetivo da família? _____
- De que forma? _____
- _____

7 – EXPECTATIVAS DA FAMÍLIA

- O que vai fazer com o lote? _____
- _____
- O que pensa em relação ao futuro sobre:
MÃO-DE-OBRA: _____
- _____
- PRODUÇÃO: _____
- _____
- FLORESTA: _____
- _____
- RENDA: _____
- _____
- QUALIDADE DE VIDA: _____
- _____

Anexo B – Questionário trimestral dos estabelecimentos

Nota: Todos os rendimentos são levantados para o último mês (últimos 30 dias), exceto para as últimas sessões sobre cultivos, criações e outras fontes de rendimentos para as quais o período para registro é de 3 meses.

Nota: O responsável pelo estudo deverá listar os produtos mais comuns nas várias tabelas, com base em diagnósticos rápidos e no pré-teste do questionário. Após ter perguntado sobre a pré-lista de produtos, o entrevistador deverá perguntar se há algum outro produto não mencionado que o domicílio explorou/coletou no último mês ou 3 meses.

Informação para controle

Tarefa	Data(s)	Por quem?	OK? Se não, faça comentários
Entrevista			
Revisão do questionário			
Codificação do questionário			
Digitalização dos dados			
Verificação e aprovação da			

digitalização dos dados			
-------------------------	--	--	--

A. Identificação

Nome e número do domicílio	*(nome)	(IDH)
Nome e número da comunidade	*(nome)	(IDC)
Nome e número do Distrito/Município	*(nome)	(IDM)
Nome e IDP do entrevistado primário	*(nome)	(IDP)
Nome e IDP do entrevistado secundário	*(nome)	(IDP)

B. Renda direta da floresta (rendimentos de produtos florestais não processados)

1. Quais são as quantidades e valores de produtos florestais brutos (não processados) que os membros de seu domicílio coletaram para uso doméstico e para venda no mês passado?

Nota: Renda obtida de florestas plantadas é definida como renda direta da floresta, enquanto que renda obtida de sistemas agroflorestais deve ser considerada como renda agrícola (H)

Nota: As quantidades de produtos florestais não processados usados como insumos na elaboração de produtos florestais processados deve ser registrada somente na sessão C, tabela 2, e não na tabela abaixo.

Nota: Respostas nas colunas 3 e 4 devem ser consistentes com as categorias de terra reportadas no levantamento da comunidade (VI-D01) e no levantamento anual do domicílio (A1-C).

1. Produto Florestal (código-produto)	2. Coleta do por quem? ¹	Aonde foi coletado?		5. Quantidade coletada (7+8)	6. Unidade	7. Uso próprio (incl. presentes)	8. Venda (incl. trocas)	9. Preço por unidade	10. Tipo de mercado (código-mercado)	11. Valor bruto (5x9)	12. Custo de transporte/venda (total)	13. Custo de insumos & mão-de-obra	14. Rendimento líquido (11-12-13)
		3. Tipo terra (código-terra)	4. Tipo Pose (código-posses)										

1) Códigos: 1=Somente/principalmente pela esposa e mulheres adultas membros da família; 2=ambos adultos homens e mulheres participando de igual forma; 3=Somente/principalmente pelo marido e homens adultos membros da família;

4=Somente/principalmente por meninas (<15 anos); 5=Somente/principalmente por rapazes (<15 anos);

6=Somente/principalmente por crianças (<15 anos), sendo que rapazes e meninas participaram de forma semelhante;

7=todos os membros da família participam de igual forma; 8=Nenhuma das alternativas anteriores

C. Renda derivada da floresta (renda de produtos processados)

1. Quais são as quantidades e valores dos produtos florestais processados que os membros de seu domicílio produziram no mês passado?

1. Produto (código-produto)	2. Quem na família realiza o trabalho? ¹	3. Quantidade produzida (5+6)	4. Unidade	5. Uso próprio (incl. presentes)	6. Venda (incl. trocas)	7. Preço por unidade	8. Tipo de mercado (código-mercado)	9. Valor bruto (3x7)	10. Custo de insumos/materiais & mão-de-obra	11. Custos de transporte / venda	12. Rendimentos líquidos excl. custo de insumos florestais (9-10-11)

1) Códigos: 1=Somente/principalmente pela esposa e mulheres adultas membros da família; 2=ambos adultos homens e mulheres participando de igual forma; 3=Somente/principalmente pelo marido e homem adulto membro da família;

4=Somente/principalmente por meninas (<15 anos); 5=Somente/principalmente por rapazes (<15 anos);

6=Somente/principalmente por crianças (<15 anos), sendo que rapazes e meninas participaram de forma semelhante;
7=todos os membros da família participam de igual forma; 8=Nenhuma das alternativas anteriores

2. Quais são as quantidades e valores dos produtos florestais não processados usados como insumos para produzir produtos florestais processados na tabela anterior?

Nota: os produtos na coluna 1 terão de ser exatamente os mesmos que os da coluna 1 na tabela anterior.

Nota: Evite duplicidade com a sessão B: os produtos usados como insumos se registram somente na tabela abaixo, e estas quantidades **não** devem incluir-se no que se registrou na sessão B.

1. Produto processado (final) (código-produto)	2. Insumos: Produtos florestais sem processar (código-produto)	3. Quantidade e usada (5+6)	4. Unidade	5. Quantidade comprada	6. Quantidade e coletada pelo domicílio	Aonde foram coletados?		9. Quem na família coleta os produtos florestais? ¹⁾	10. Preço por unidade	11. Valor (3x10)
						7. Tipo de terra (código-terra)	8. Tipo de posse (código- posse)			

1) Códigos semelhantes ao da tabela acima.

Nota: Colunas 7,8,9 deverão ser deixadas em branco se a família não coleta. Coluna 10 (preço) deverá ser perguntado mesmo se só fazem coleta. Caso o preço não estiver disponível, veja Guia Técnico para a valorização.

Nota: Resposta nas colunas 7 e 8 devem ser consistentes com as categorias de terra e posse reportadas no levantamento das comunidades (VI-D01) e no levantamento anual dos domicílios (A1-C).

D. Pesca e piscicultura

1. Quanto peixe foi obtido de ambientes naturais (rios, lagos, mar) durante o mês passado?

1. Tipo de peixe (listar os nomes locais)	Onde foi coletado?		3. Total pescado (kg) (4+5)	4. Uso próprio (incl. presente)	5. Venda (incl. trocas)	6. Preço por kg	7. Valor bruto (3x6)	8. Custos (insumos, mão-de-obra, venda/ transporte)	9. Rendimento líquido (7-8)
	2. Tipo de terra (código-terra)	3. Tipo de posse (código-posse)							

Nota: as respostas nas colunas 2 e 3 devem ser consistentes com as categorias de terra reportadas no levantamento das comunidades (VI-D01) e no levantamento anual dos domicílios (A1-C).

2. Quanto peixe a sua família pescou dos açudes (piscicultura) no mês passado?

1. Tipo de peixe (listar os nomes locais)	2. De onde foi pescado? ¹⁾	3. Total pescado (kg) (3+4)	3. Uso próprio (incl. presente)	4. Venda (incl. trocas)	5. Preço por kg	6. Valor bruto (2x5)	7. Custos (insumos, mão-de-obra, venda/ transporte)	8. Rendimento líquido (6-7)

1) Códigos: 1=Tanque/açude propriedade da família; 2=Tanque/açude propriedade de um grupo que a família é membro; 3=Tanque/açude propriedade da comunidade; 4=Tanque/açude propriedade de outros e as pessoas podem comprar direitos de pesca (incluindo custos na coluna 7); 9=Outros, especifique:

E. Rendimentos ambientais não florestais

2. Quais são as quantidades e valores dos insumos da produção das culturas nos últimos três meses?
(refere-se a despesas da agricultura pagas em dinheiro)

Nota: tomar em consideração todos os cultivos da tabela anterior.

1. Insumos/Materiais	2. Quantidade	3. Unidades	4. Preço por unidade	5. Custo total (1 x 3)
Sementes				
Fertilizantes / adubo químico/ calcário				
Pesticidas/herbicidas				
Estrume / adubo animal				
Tração animal / animal de trabalho				
Mão-de-obra assalariada				
Pagamento pelo aluguel da terra				

I. Rendimentos a partir de criações

1. Rebanho	2. Rebanho inicial (3 meses atrás)	3. Venda (incl. trocas), vivos ou mortos	4. Abatidos para uso próprio (ou p/ presente)	5. Perdidos (roubados, mortos, ..)	6. Comprados ou ganhos/doados	7. Quantos tornaram-se adultos?	8. Rebanho atual (1-2-3-4+5+6)	9. Preço por animal adulto ¹⁾	10. Valor total final (7 x 8)
1a. Vacas, touros									
1b. Garrotes, novilhas									
1c. Bezerros									
3. Cabras									
4. Ovelhas									
5. Porcos									
6. Cavalos									
7. Patos									
8. Galinhas									

1. Qual é o número de animais ADULTOS¹⁾ que o domicílio possui, e quantos vendeu, comprou, matou ou perdeu durante os últimos 3 meses?

1) exceto para o caso de bovinos (ítems 1, 2 e 3) para os quais a informação também inclui animais não adultos

2. Quais são as quantidades e valores de produtos animais e serviços produzidos nos últimos 3 meses?

Produto/serviço	1. Produção (3+4)	2. Unidades	3. Uso próprio (inclui presente / doado)	4. Venda (inclui trocas)	5. Preço por unidade	6. Valor Total (1*5)
1a. Carne bovina ou de búfalo ¹⁾						
1b. Carne de ovelha ou bode						
1c. Carne de porco						

1d. Carne de aves						
Leite ²⁾						
Manteiga						
Queijo						
Ovos						

1) Garanta que estes dados correspondem com os das tabelas anteriores de vendas e consumo familiar de animais.

2) Somente o leite consumido ou vendido deve ser incluído. Caso o leite seja usado para fabricar queijo ou manteiga, a quantidade de leite para esta finalidade não deve ser incluída neste campo.

3. Quais foram as quantidades e valores de insumos/materiais utilizados na produção do rebanho durante os últimos 3 meses (despesas com pagamento em dinheiro)?

Nota: O objetivo principal é obter os custos totais, e não as quantidades de insumos.

1. Insumos	2. Unidade	3. Quantidade	4. Preço por unidade	5. Custo total (3 x 4)
Fornagem / ração				
Aluguel de pasto				
Medicamentos, vacinas e outros serviços veterinários				
Mão-de-obra assalariada				

4. Por favor indique aprox. a distribuição dos tipos de forragem ou pasto utilizadas na alimentação dos animais, incluindo forragem trazida de fora pelos membros do domicílio.

Tipo de forragem e categoria da área utilizada para pastagem ou que seja fonte de forragem			3. Distribuição aproximada (%)
0. Tipo de pasto/forragem (código- produto)	1. Categoria de terra (código-terra)	2. Tipo de posse (código-posse)	
Total			100%

J. Outras fontes de rendimento

1. Por favor descreva qualquer outra fonte de rendimento que a família vêm recebendo nos últimos 3 meses.

1. Tipo de rendimento	2. Quantia total recebida nos últimos 3 meses
Remessas (apoio financeiro por parentes/amigos que moram em outro lugar)	
Apoio governamental, de ONGs, ou organizações similares	
Presentes/apoio de amigos e parentes	
Pensão e/ou aposentadoria	
Pagamento por serviços florestais	
Pagamento pelo aluguel da terra (se for em serviços e bens, indique o equivalente em valores monetários)	
Outros, especifique:	

K. Consumo e gastos familiares

1. Qual foi o gasto do domicílio nos últimos 30 dias com:

1. Compra de alimentos para o domicílio	
2. transporte	
3. saúde	
4. educação	
5. vestuário	
6. moradia	
7. objetos / bens	
8. diversão / lazer	

2. Quais os três produtos para a alimentação no domicílio (que foram comprados) que representaram os maiores gastos em sua casa nos últimos 30 dias?

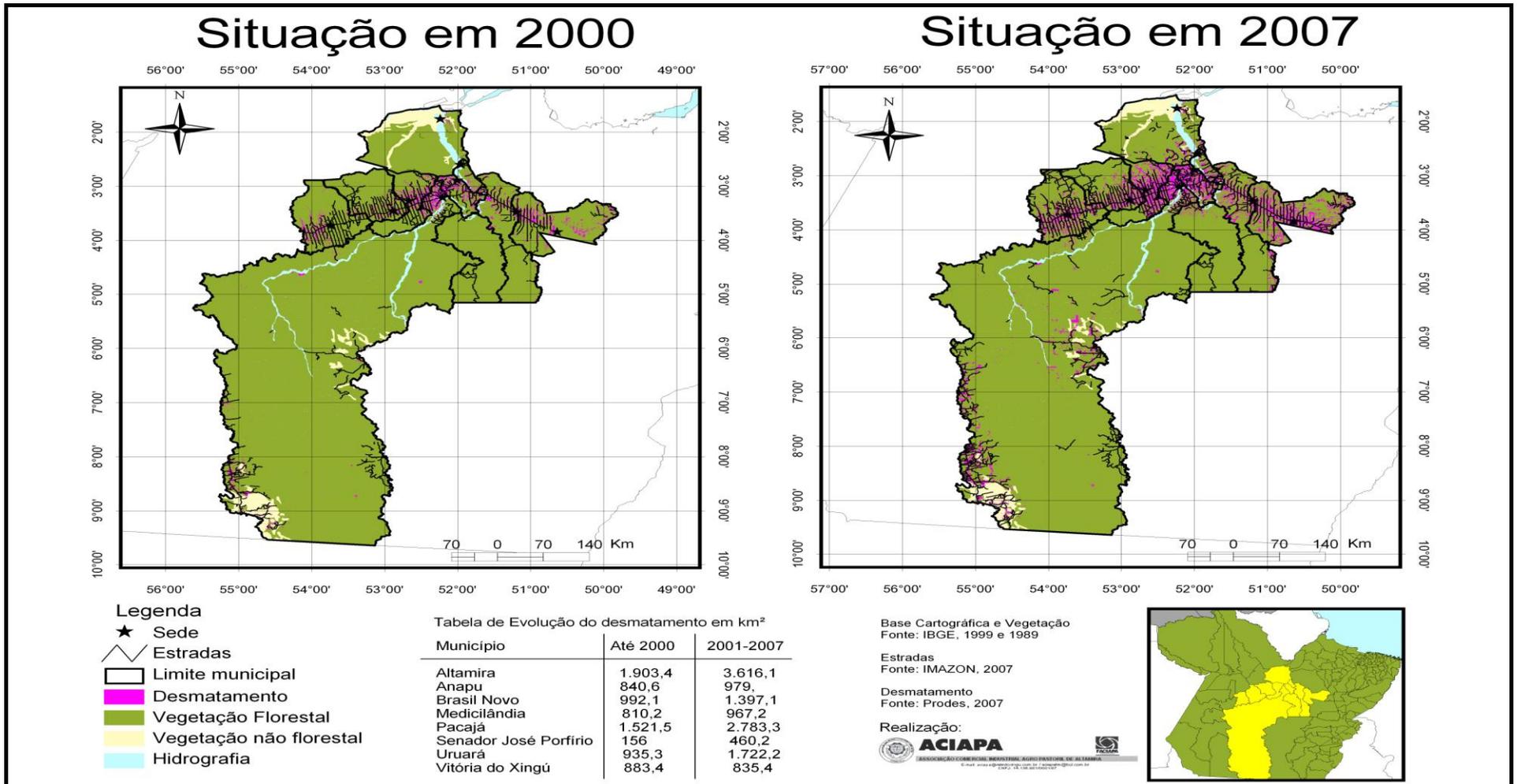
(1. _____) (2. _____) (3. _____)

3. Quais os três itens não alimentares que representaram os maiores gastos em sua casa nos últimos 30 dias?

(1. _____) (2. _____) (3. _____)

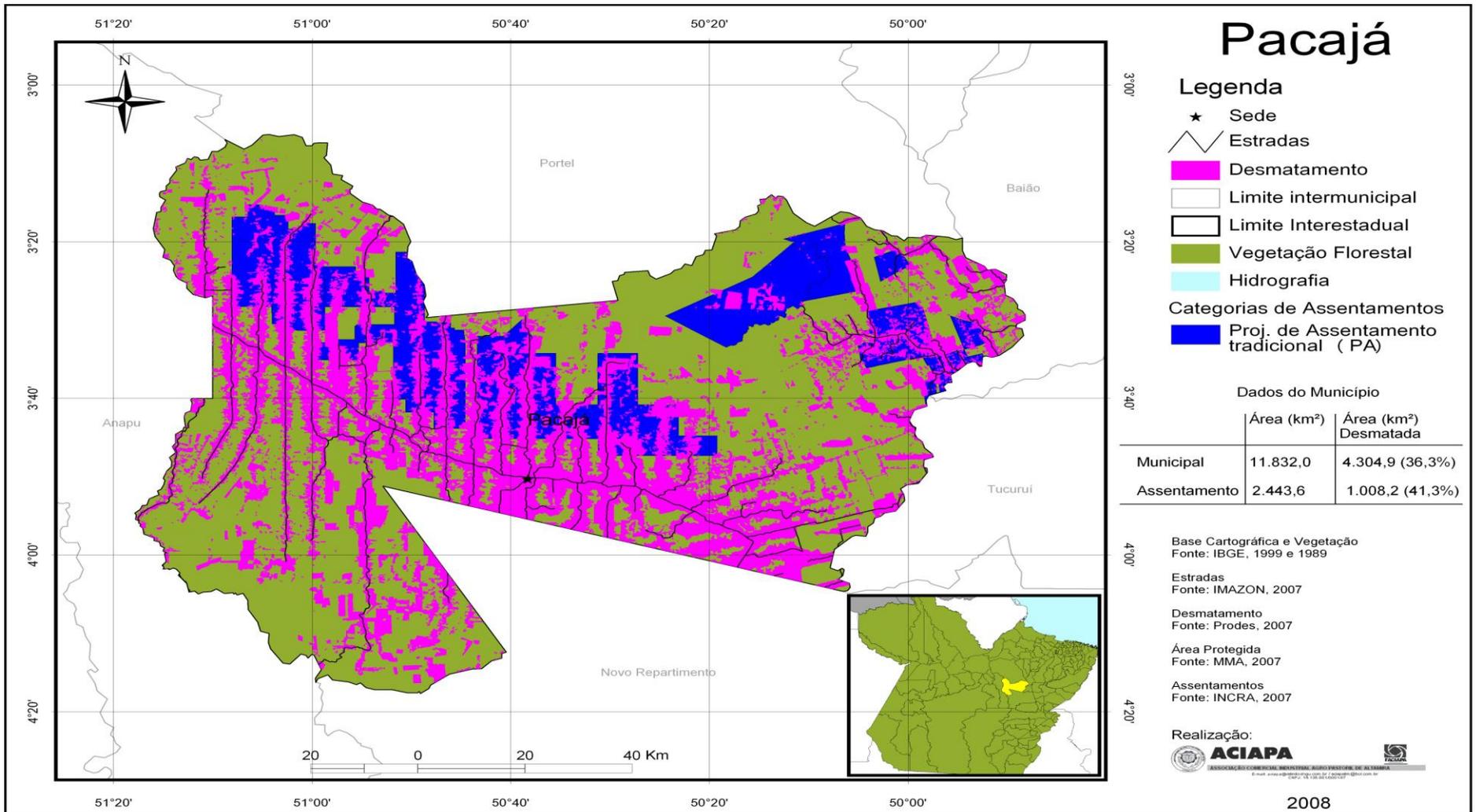
4. Durante a última semana, qual foi o consumo deste domicílio dos seguintes produtos? E que quantidade dos mesmos foi comprada?

1. Produto	2. Quantidade consumida	3. Quantidade comprada
arroz	kg	kg
feijão	kg	kg
açúcar	kg	kg
café	kg	kg
óleo	l	l
sal		
Produto local 1		
Produto local 2		
Produto local 3		
Produto local 4		

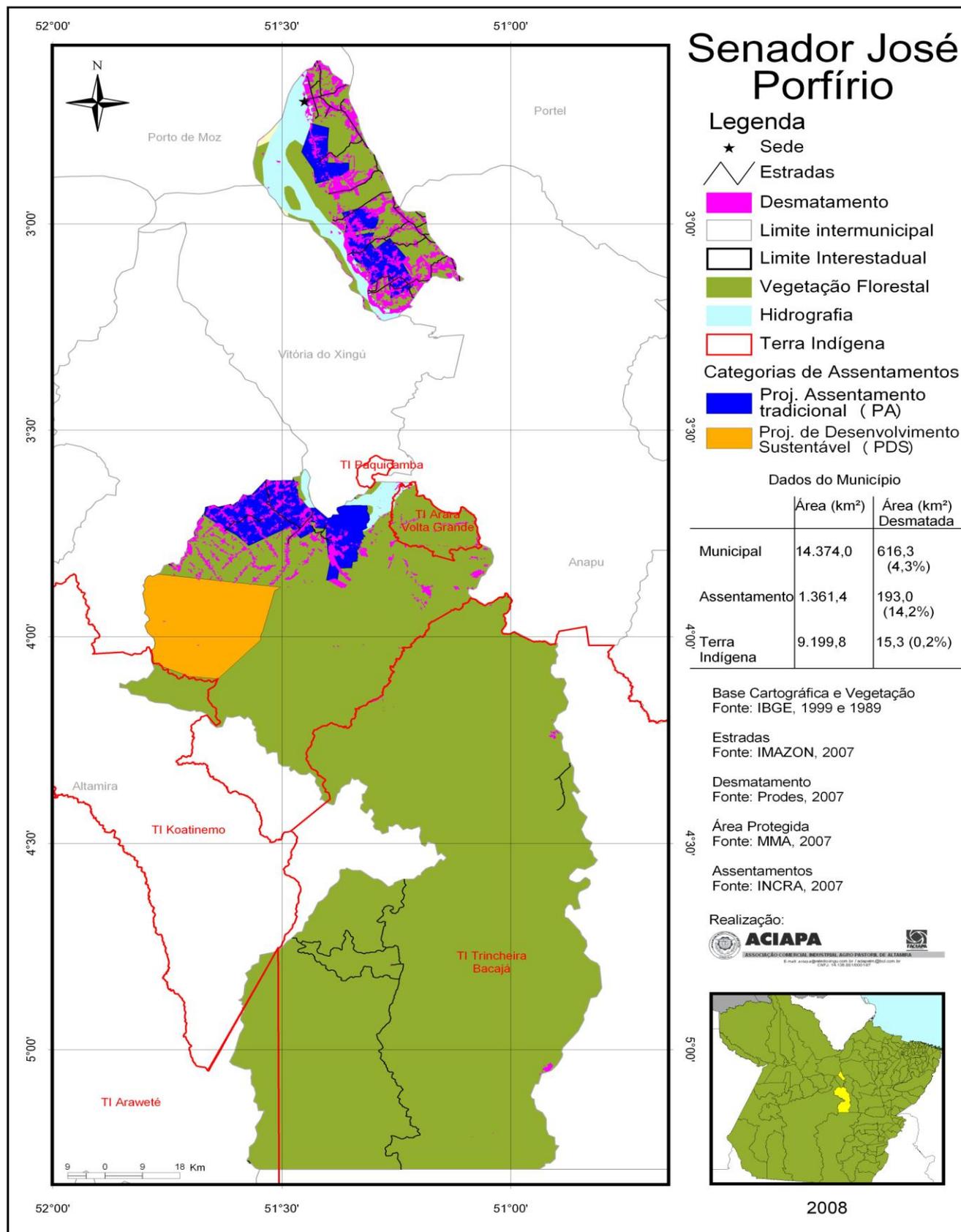


Anexo C - Figura A: Evolução do desmatamento entre os anos 2000 e 2007 na microrregião de Altamira

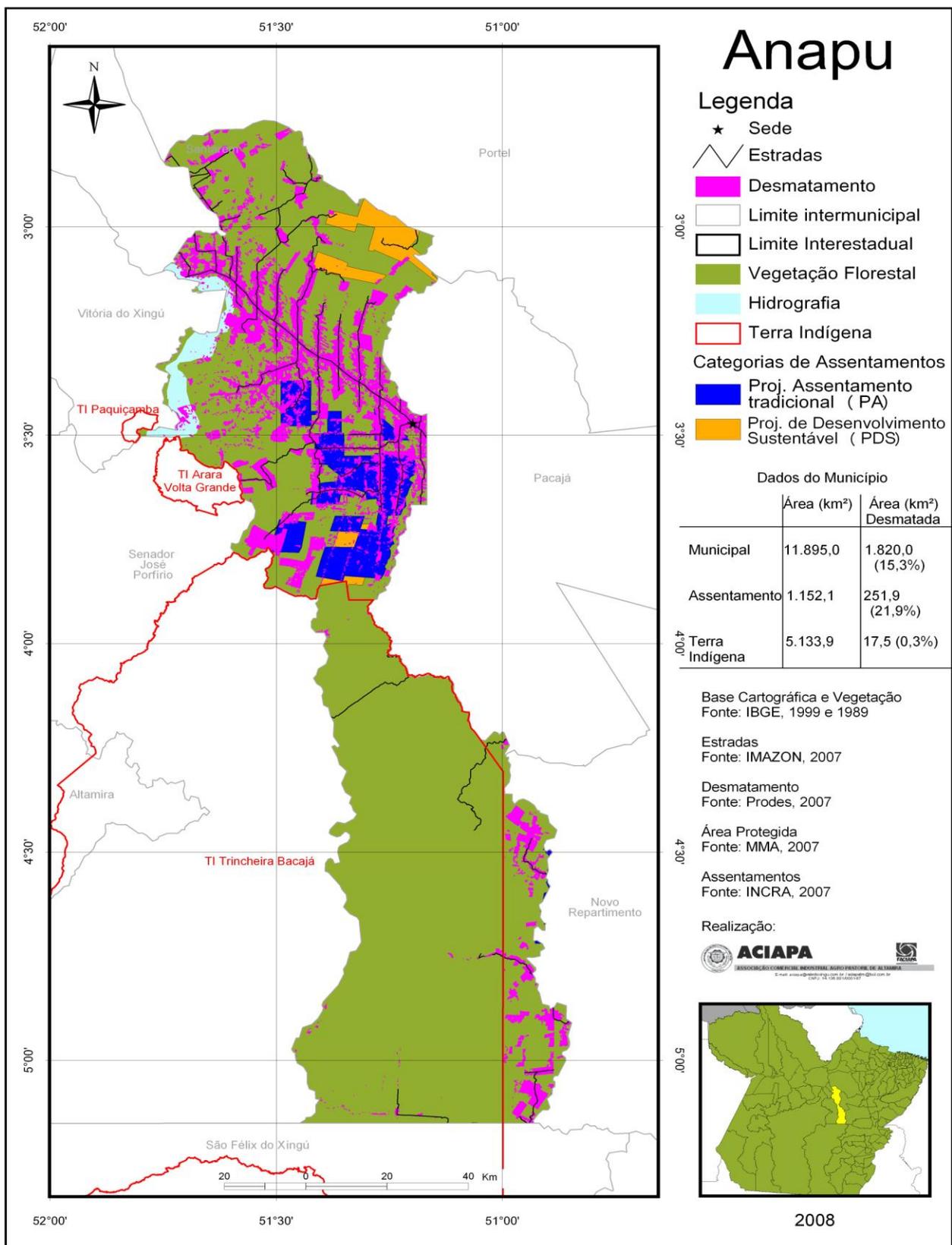
Fonte: ACIAPA a partir do PRODES, 2007.



Anexo D - Figura B: Desmatamento no de 2008 no município de Pacajá
 Fonte: ACIAPA a partir do PRODES, 2007.



Anexo E - Figura C: Desmatamento no de 2008 no município de Senador José Porfírio
 Fonte: ACIAPA a partir do PRODES, 2007



Anexo F - Figura D: Desmatamento no de 2008 no município de Anapu
 Fonte: ACIAPA a partir do PRODES, 2007.